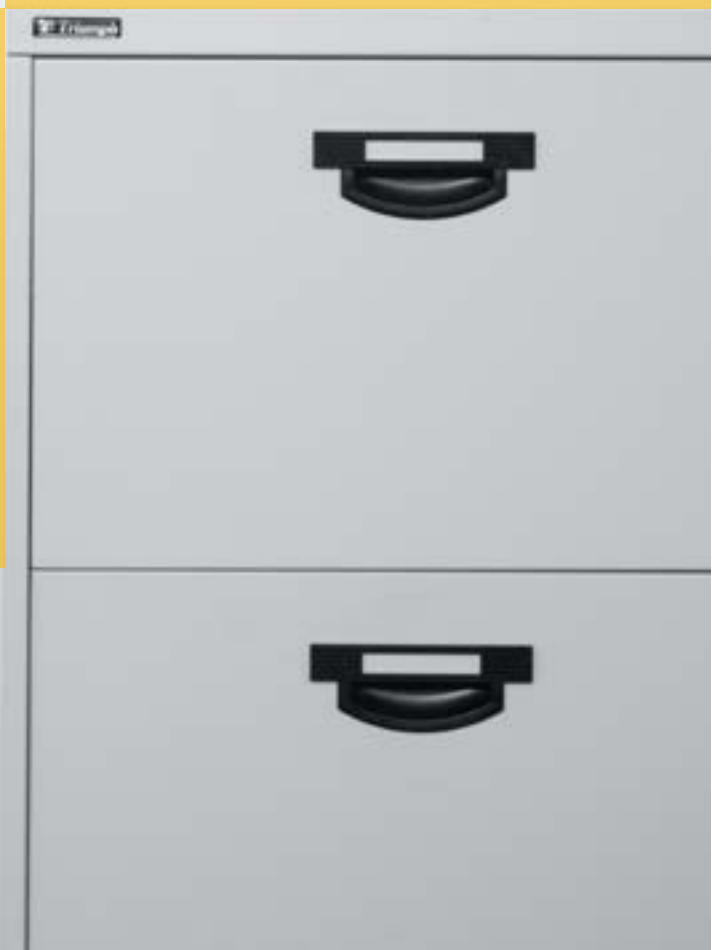


Jean-Marie Farines  
Laura Tuyama  
Marli Auras  
organização

Memórias  
reveladas da **UFSC**  
durante a **DITADURA**  
civil-militar



Memórias  
reveladas da **UFSC**  
durante a **DITADURA**  
civil-militar

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

*Ubaldo Cesar Balthazar*

Vice-reitora

*Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto*

EDITORA DA UFSC

Diretora Executiva Interina

*Flavia Vicenzi*

Conselho Editorial

*Agripa Faria Alexandre*

*Antonio de Pádua Carobrez*

*Carolina Fernandes da Silva*

*Evelyn Winter da Silva*

*Fábio Augusto Morales Soares*

*Fernando Luís Peixoto*

*Ione Ribeiro Valle*

*Jeferson de Lima Tomazelli*

*Josimari Telino de Lacerda*

*Luis Alberto Gómez*

*Marília de Nardin Budó*

*Núbia Carelli Pereira de Avelar*

*Priscila de Oliveira Moraes*

*Sandro Braga*

*Vanessa Aparecida Alves de Lima*

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

88040-900 – Florianópolis-SC

Fone: (48) 3721-9408

[editora@contato.ufsc.br](mailto:editora@contato.ufsc.br)

[www.editora.ufsc.br](http://www.editora.ufsc.br)

Jean-Marie Farines  
Laura Tuyama  
Marli Auras  
organização

Memórias  
reveladas da **UFSC**  
durante a **DITADURA**  
civil-militar

© 2021 (e-book) Editora da UFSC [Nota do Editor = mesmo conteúdo]

© 2021 (impresso)

Coordenação editorial:

*Flavia Vicenzi*

Capa e editoração:

*Cristiano Tarouco*

Imagem de capa:

*Adam Birkett*

Revisão:

*Júlia Crochemore Restrepo*

*Monique Heloísa de Souza*

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

M533 Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar [recurso eletrônico] / organização Jean-Marie Farines, Laura Tuyama, Marli Auras. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2021.

570 p. : il.

E-book (PDF)

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-037-7>

ISBN 978-65-5805-037-7

1. Universidade Federal de Santa Catarina – História. 2. Brasil – História – Golpe civil-militar, 1964. 3. Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina. 4. Brasil – História – 1964-1985. 5. Ditadura. I. Farines, Jean Marie Alexandre. II. Tuyama, Laura. III. Auras, Marli.

CDU: 321.6(816.4)(091)

Ficha catalográfica elaborada por Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

[br.creativecommons.org](http://br.creativecommons.org)

## Agradecimentos

Às pessoas que deram depoimentos individuais para a Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV/UFSC): Armen Mamigonian, Célio Espíndola, Ernani Bayer, Fernando Ponte de Sousa, Flávia Helena de Lima Dias, Gerônimo Wanderley Machado, Heitor Bittencourt Filho, João Tadeu Soccas, João Vicente Goulart, José Manoel Soar (Jaraguá), Laudelino José Sardá, Luiz Carlos Gonçalves, Maria Bernadete de Lima, Mateus Bandeira Vargas, Pedro Castro, Rodolfo Pinto da Luz, Rogério Duarte de Queiroz (*in memoriam*), Ronaldo Dias de Andrade, Tanira Piacentini, Theresinha Fontes (por escrito), Vilson Rosalino.

Às pessoas que participaram como depoentes das audiências públicas da CMV/UFSC: Audiência 1: Anamaria Beck, Heitor Bittencourt Filho, João Tadeu Soccas e Ronaldo Dias de Andrade. Audiência 2: Elineide Lícia Martins, Marcos Neves, Marize Lippel, Margaret Grando e Rosângela Koerich de Souza. Audiência 3: Célio Espíndola, Hamilton Schaefer, Marli Auras e Tanira Piacentini.

A todos, pessoas, setores da UFSC e instituições, que colaboraram com os trabalhos da CMV/UFSC, em especial aos ex-reitores Luiz Carlos Cancellier de Olivo (*in memoriam*) – que, quando reitor, incentivou a transformação do relatório da comissão em livro a ser publicado pela Editora da UFSC – e Roselane Neckel, e aos membros de seus gabinetes, pelo imprescindível apoio que sempre deram à Comissão Memória e Verdade.

## Lista de siglas

ACEP	Associação Catarinense de Estudos e Pesquisas
ADEP	Ação Democrática Popular
ADESC	Associação dos Servidores da CODESC
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação (ASI a partir de 1975)
AGECOM	Agência de Comunicação da UFSC
ALESC	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ALISC	Associação dos Licenciados de Santa Catarina
ANAÍ	Associação Nacional de Ação Indigenista
ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (antes de se tornar Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)
AP	Ação Popular
APUFSC	Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informação (AESI até 1974)
ASUFSC	Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina

BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CAXIF	Centro Acadêmico XI de Fevereiro da UFSC
CEB	Centro de Estudos Básicos da UFSC
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEV	Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright
CFE	Conselho Federal de Educação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CMV/UFSC	Comissão Memória e Verdade da UFSC
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUn	Conselho Universitário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DACEB	Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos
DACTEC	Diretório Acadêmico do Centro Tecnológico
DAE	Departamento de Administração Escolar
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCI/SSI/SC	Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
DEOPS	Departamento (ou Delegacia) Estadual de Ordem Política e Social
DOI/CODI	Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPD	Departamento de Processamento de Dados
DSI	Divisão de Segurança e Informação
ECE	Encontro Catarinense de Estudantes
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros
ESG	Escola Superior de Guerra
ETF-SC	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
FCE	Faculdade de Ciências Econômicas
FECOPESCA	Federação das Cooperativas de Pescadores
FEUSC	Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina (antigo DCE)
FUPAC	Federação de Universidades Privadas da América Central



GR	Gabinete da Reitoria
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IPM	Inquérito Policial Militar
JEC	Juventude Estudantil Católica
JMDB	Juventude do MDB
JUC	Juventude Universitária Católica
LASTRO	Laboratório de Sociologia do Trabalho
LABHORAL	Laboratório de História Oral
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDH	Memorial de Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação e Cultura (nome utilizado entre 1953 e 1985)
MEP	Movimento pela Emancipação do Proletariado
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Partido Universitário de Ação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RM	Região Militar
RU	Restaurante Universitário
SESC	Serviço Social do Comércio

SINTE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
SNI/NAFL	Serviço Nacional de Informações/Núcleo de Florianópolis
SSP/SC	Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina
TAC	Transportes Aéreos Catarinenses
TELESC	Telecomunicações de Santa Catarina
UCE	União Catarinense dos Estudantes
UCES	União Catarinense dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMG	Universidade de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency of International Development
USC	Universidade de Santa Catarina (nome da UFSC antes de 1975)
USP	Universidade de São Paulo

## Sumário

Prefácio..... 12

### CAPÍTULO 1

## **O golpe civil-militar**

Contextualização..... 17

### CAPÍTULO 2

## **UFSC nos anos 1960**

O longo reitorado de João David Ferreira Lima  
e a presença do golpe civil-militar na instituição ..... 28

### CAPÍTULO 3

## **Os acordos MEC-USAID**

e a Reforma Universitária na UFSC ..... 180

CAPÍTULO 4

**A repressão na UFSC nos anos 1970.....218**

CAPÍTULO 5

**Construindo a resistência**

Alguns depoimentos sobre os movimentos  
estudantil e docente na UFSC..... 308

CAPÍTULO 6

**Fatos específicos para a (re)construção**

**da história da UFSC..... 370**

CAPÍTULO 7

**Histórias singulares ..... 407**

CAPÍTULO 8

**Recomendações finais da Comissão**

**Memória e Verdade da UFSC..... 551**

Referências..... 554

Créditos ..... 568

Sobre os organizadores..... 570

## Prefácio

*As vítimas de agora serão livres no futuro. Os torturadores de hoje serão os réus de amanhã. Nos tribunais da História não adianta a força. Ninguém tem privilégios. Cada um é julgado pelos seus atos.<sup>1</sup>*

MARCOS CARDOSO FILHO

Atos de violação dos direitos humanos e das liberdades individuais – tais como prisões arbitrárias e ilegais, humilhação e tortura de presos, desaparecimentos e suicídios, perseguição política, controle ideológico, espionagem organizada – fizeram parte de uma política de Estado que vigorou durante o período de 1º de abril de 1964, data do início do golpe civil-militar, até janeiro de 1985, considerado o fim do período ditatorial.

O processo de Justiça de Transição como forma de resgatar a memória, estabelecer a verdade, julgar e reparar os crimes ocorridos e reformar as instituições envolvidas para que estes não ocorram “nunca mais” tem sido implementado no Brasil de forma tardia, parcial e sob pressão internacional. Um dos marcos dessa

---

<sup>1</sup> Extrato da “Carta Aberta aos que neste país se dignam lutar pelos Direitos Humanos, pelas Liberdades e por um Futuro Melhor para o Povo Brasileiro”, escrita na prisão por Marcos Cardoso Filho, professor da UFSC, em dezembro de 1975 (ver capítulo 4).

implementação foi a condenação do Brasil, em 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).<sup>2</sup> A partir desse acontecimento, o Congresso Nacional criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV),<sup>3</sup> em maio de 2012 (27 anos após o final da ditadura militar), e só então os atos de repressão e de violência, presentes em todos os setores da sociedade brasileira nesse período, foram apurados oficialmente.

Foram também criadas comissões estaduais, municipais e em diversas instituições, sobretudo nas de caráter público. Na Universidade Federal de Santa Catarina, a Comissão Memória e Verdade (CMV/UFSC) foi criada<sup>4</sup> pelo Conselho Universitário (CUn) em 16 de dezembro de 2014. No dia 14 de maio de 2018, a comissão entregou o seu Relatório Final à comunidade e, no dia 25 de setembro de 2018, ao Conselho Universitário, que o aprovou por unanimidade.

Os depoimentos e documentos consultados pela comissão confirmaram que vários estudantes, professores e servidores da UFSC foram vítimas de violações dos direitos humanos. Confirmou-se também que demissões, não contratações e perseguições internas políticas e às vezes pessoais foram comuns nesse período na universidade. Apesar do clima de repressão e de medo que reinava em determinados momentos, existiu também uma forte resistência do movimento estudantil durante todo o período e, a partir do final dos anos 1970, do movimento docente local e nacional, comprometidos com a redemocratização da universidade e do país.

A herança desse passado autoritário ainda não foi superada no país nem na UFSC. Impedida a prestação de contas desse passado, ele permanece atravessando o presente e obstruindo o futuro. Arbítrio, truculência e violência continuam presentes na história recente da UFSC, a despeito da autonomia universitária garantida pela Constituição, em pelo menos duas oportunidades: no chamado Levante do Bosque, de 25 de março de 2014,<sup>5</sup> e na Operação Ouvidos Moucos, de

---

<sup>2</sup> A condenação teve sua origem em ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974.

<sup>3</sup> Lei nº 12.528/2011, posteriormente regulamentada também pela Lei nº 16.183/2013.

<sup>4</sup> Resolução Normativa nº 48/2014/Cun, votada por unanimidade. A Resolução Normativa nº 11/2016/Cun prorrogou a comissão em 31 de março de 2016.

<sup>5</sup> Em 25 de março de 2014, a pretexto de “prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins”, agentes da Polícia Federal entraram no campus universitário e prenderam alguns estudantes usuários. Houve resistência de alunos, professores e servidores e intervenção violenta da tropa de choque da Polícia Militar a pedido da PF. A operação resultou no recolhimento de alguns gramas de maconha. Este evento conhecido como Levante do Bosque tem seu relato detalhado em relatório de comissão da UFSC, disponível em: <https://abre.ai/csi0>.

14 de setembro de 2017.<sup>6</sup> Nessas duas oportunidades, a comunidade universitária ficou dividida sobre a necessidade de tais intervenções, cisão que se interrompeu brutalmente no dia 2 de outubro, após o choque do suicídio do reitor.

Nesse contexto, o presente livro tem como objetivo apresentar os fatos levantados pela Comissão Memória e Verdade (CMV/UFSC) nas fontes primárias encontradas dentro e fora da UFSC e nos depoimentos colhidos de professores, estudantes e servidores e consolidados no Relatório Final da comissão.

Foram colhidos 21 depoimentos individuais e realizadas três audiências públicas nas quais houve a participação de 13 depoentes. Na UFSC, foram consultados documentos dos acervos do Arquivo Central, do Gabinete da Reitoria e do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central, assim como das entidades de representação docente e discente. Externamente, a comissão teve acesso a acervos particulares, a jornais da Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual, a documentos e depoimentos da Comissão Estadual da Verdade, a documentos sigilosos do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizados pelo Arquivo Nacional de Brasília, e da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina (DOPS/SC) encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Livros, teses e artigos sobre o tema também foram consultados e analisados.

Apesar do grande volume de trabalho realizado pela comissão, não há dúvida de que o seu estudo do período da ditadura na UFSC ficou incompleto, devido à abrangência dos fatos, à grande quantidade de informações a serem ainda colhidas e analisadas e às suas próprias limitações. Apesar disso, o Relatório Final da CMV/UFSC apresentou uma visão mais próxima da verdade histórica na UFSC e abriu ainda inúmeros caminhos para estudos e pesquisas futuras, que permitirão reconstruir a história da UFSC durante esse período.

Fatos comprovados pela documentação apontam para uma série de reflexões e conclusões sobre a ditadura civil-militar na UFSC e mostram uma conexão entre os setores militar e policial e a administração universitária, na forma de sua participação ativa ou de sua indiferença no processo de repressão e perseguição a professores, estudantes e servidores. O papel de espionagem, denúncia, censura, repressão e controle ideológico foi assumido em determinados períodos pela própria administração, por meio de membros desta ou do próprio

---

<sup>6</sup> Em 14 de setembro de 2017, em operação intitulada Ouvidos Moucos, sobre supostas irregularidades na gestão de recursos de um projeto da UFSC, agentes da Polícia Federal prenderam, a pedido da Justiça Federal, o reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, e seis professores. A intervenção envolveu 105 policiais federais para prisões e busca e apreensão de documentos em setores administrativos e fundações da universidade. Em 2 de outubro, pressionado pela prisão e seus desdobramentos posteriores, o reitor suicidou-se.

reitor, em consonância com os comandos militares e policiais. A partir de 1972, a existência de uma Assessoria de Segurança e Informação (ASI) na universidade aumentou muito a vigilância e o controle sobre os movimentos de estudantes, professores e servidores.

Este livro segue o Relatório Final da comissão e se inicia com um texto de contextualização política do golpe e da ditadura civil-militar.

O segundo capítulo apresenta um estudo aprofundado e preciso e uma análise dos fatos ocorridos nos anos 1960 na UFSC durante o longo reitorado de João David Ferreira Lima. Destacam-se, nesse período, a imediata colaboração de parte da administração universitária com as autoridades militares e policiais na repressão e perseguição e o vigor da resistência através do movimento estudantil até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

O capítulo 3 apresenta a proposta de Reforma Universitária como foi elaborada e implantada de forma pioneira na UFSC – um sistema administrativo modelar, em conformidade com os desenhos dos acordos entre o Ministério da Educação e a United States Agency of International Development (MEC-USAID) – e faz uma análise de suas implicações e consequências no início dos anos 1970, quando de sua implantação.

O capítulo 4 apresenta a UFSC nos anos 1970, focando a repressão. Ele mostra como funcionava o sistema de vigilância do regime militar na universidade, através das infiltrações do aparelho repressivo, da colaboração da própria administração universitária num primeiro tempo e, a partir de 1972, do sistema de coleta de informações organizado em torno da ASI da UFSC.<sup>7</sup> O controle ideológico esteve também sempre presente e ativo na universidade através dos cursos de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) e da ação de membros da administração que manejavam a censura e o amedrontamento em jornais estudantis e em eventos culturais. Nesse capítulo, ainda são apresentados casos de professores afastados ou não contratados na UFSC e é dado destaque à Operação Barriga Verde.<sup>8</sup>

O capítulo seguinte mostra a construção da resistência nesses anos a partir de um recorte de diversos depoimentos sobre o movimento estudantil e o movimento docente.

---

<sup>7</sup> Na UFSC, a ASI continuou seu trabalho de informação e espionagem da comunidade universitária até 1992, vários anos após o fim da própria ditadura civil-militar.

<sup>8</sup> A Operação Barriga Verde foi um dos eventos marcantes da década de 1970 em Santa Catarina, que prendeu, em novembro de 1975, vários estudantes, professores e servidores numa operação de envergadura para caçar militantes do Partido Comunista Brasileiro.



O capítulo 6 completa o retrato do período da ditadura civil-militar na UFSC por meio do relato de alguns fatos específicos, alguns deles não revelados, com destaque para o episódio denominado Novembrada,<sup>9</sup> que poderão servir de subsídio para (re)construir a história da UFSC.

O capítulo 7 apresenta algumas narrativas singulares de professores e estudantes que tiveram destaque na resistência à ditadura, sem prejuízo a outros protagonistas importantes cujas histórias poderiam também ser contadas.

Finalmente, o capítulo 8 apresenta um conjunto de recomendações finais encaminhadas pela CMV/UFSC ao Conselho Universitário e à administração da UFSC com o objetivo de fortalecer a memória do ocorrido nesse sombrio e doloroso período e de dar subsídios para construir na universidade uma base permanente para a educação sobre direitos humanos.

---

<sup>9</sup> Em novembro de 1979, sete estudantes foram presos após um protesto contra o general Figueiredo, presidente na época, supostamente enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN).

## Capítulo 1

# O GOLPE CIVIL-MILITAR CONTEXTUALIZAÇÃO<sup>1</sup>

É possível supor o golpe de 1964, resumidamente, como ação de um grupo de militares e civis autoritários e, mais do que impacientes, antagônicos à democracia – o que é um simplismo. É possível também supor o golpe de 1964 como apenas a expressão do imperialismo norte-americano, que desenhava no mapa uma nova correlação de poder geopolítico, o que também pode ser um simplismo. A combinação de ambos os fatos, se mecanicamente articulados, quase sempre é um simplismo, bastando indicar qual fator prevaleceu sobre o outro. É o que se tem quando não se recorre à história como um processo de longa duração e quando se rejeitam, nesse processo, as rupturas e revoluções como momentos indesejáveis às diferentes narrativas.

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito a partir da transcrição da fala de Fernando Ponte de Sousa, revisado e reelaborado pelo próprio autor. Fernando Ponte de Sousa foi preso político, reitor da Universidade Estadual de Maringá, professor do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política e pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO) da UFSC. É atualmente aposentado e membro pesquisador do Memorial dos Direitos Humanos da UFSC. Agradecimento a Laura Tuyama, membro da CMV/UFSC, pela transcrição e sugestões.

Por isso este relatório<sup>2</sup> é importante. É preciso sugerir o seu lugar na história. Não se trata de uma mágoa com o passado, e sim de uma contribuição à construção do futuro, em que se faz necessário comprometer o presente. Busca ajudar a entender que caminhos foram possíveis ao país e às suas diferentes forças sociais e políticas, que caminhos poderiam ser evitados e que caminhos ainda hoje podem ser evitados. Isso é impossível sem a memória histórica. Falando de forma mais objetiva, a democracia é mutilada ou mesmo impossível sem a memória histórica.

## 1.1 A ORIGEM HISTÓRICA DO GOLPE

Assim considerando, ressalto que o contexto histórico e político de 1964 revela que o golpismo era o modo de fazer política próprio das democracias que nascem do escravismo colonial e têm no capitalismo dependente sua versão mais bárbara. Herdam da revolução burguesa não a institucionalização da democracia, mas a institucionalização da violência de Estado: uma potência antidemocrática ou, pelo menos, um permanente esforço – por meio do regime político e do sistema econômico – em submeter as maiorias ao Estado.

Na estrutura conservadora de mando, onde também se combinam variáveis patrimonialistas, como ordenamentos exclusivos de foros que asseguram *status* e privilégios, a sociedade é permanentemente preparada para aceitar saídas impostas pela força às crises políticas ou institucionais. Não se trata apenas de uma ideologização, mas de um modo de ser, que ocorre até na micropolítica, onde não tão raramente antigolpistas se contradizem, recorrendo a mecanismos nada republicanos.

Mas, numa abordagem mais geral, a história da revolução burguesa no Brasil é uma relativização anti-histórica, quando remetida apenas a um processo abstrato, em que não se conhecem os dramas, o terror vivido pelas pessoas, as histórias, os testemunhos. Portanto, o contexto do golpe político-militar de 1964 envolve um ambiente de estudos de geopolítica, um ambiente de lutas e contradições de classes, e de grande disparidade social e desigualdade, que ainda hoje prevalecem no país. Porém só pode ser explicado também pelas participações, pelos sofrimentos, pelas exclusões e, de outro lado, pelas cumplicidades e privilégios mantidos em todo esse processo histórico.

Longe de qualquer relativização abstrata, às histórias desenvolvidas antes do golpe e ainda não concluídas devemos um desfecho. O que dizer a uma mãe que perdeu o seu filho como desaparecido e ainda não teve o direito de enterrá-lo,

---

<sup>2</sup> O termo “relatório” refere-se ao Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da UFSC do qual resulta este livro.

ou mesmo de obter um atestado de óbito ou, o principal, o direito de saber o que aconteceu de fato com ele? O que dizer a uma viúva sobre o seu esposo torturado e assassinado por alguém que permanece impune? O que dizer aos pais de inúmeros jovens que tiveram as suas carreiras e o seu desenvolvimento intelectual, político e universitário submetidos às mais diferentes violências de Estado? O conformismo como resposta – isso é o que se espera? Na realidade, a impunidade e a tortura já estavam presentes, foram exercidas em 1964, e permanecem hoje como violência aceitável e como tecnologia de poder, usadas em certos momentos como terrorismo de Estado. Inúmeras mães choram os assassinatos de jovens negros nas periferias das médias e grandes cidades. Também prospera a violência contra índios e ambientalistas, conforme denunciado em junho de 2017 por relatório da Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>3</sup>

O golpe de 1964, que subordinou toda a sociedade com a intervenção militar, teve em setores de autoridades civis e religiosas o apoio e a cumplicidade que a história depois revelou em detalhes. São exposições de provas cabais os relatórios “Brasil: nunca mais”,<sup>4</sup> de iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e Arquidiocese de São Paulo, publicado como livro em 1985, e o *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*,<sup>5</sup> divulgado em dezembro de 2014. Dizer que a ditadura instalada em 1964 teve como causa apenas um punhado de pessoas autoritárias seria simplismo, como já mencionado, não se sustenta. A violência de classe, funcional ao sistema de capitalismo dependente, como dizia o sociólogo Florestan Fernandes, é a da manutenção da ordem “subscravista” na forma atualizada de repressão e de exploração do trabalho, defesa do patrimonialismo num outro ciclo de acumulação, agora na forma preponderante do capital financeiro. Trata-se da feição mais atualizada de uma estrutura desigual e que se perpetua pela violência. É impossível destituir de funcionalidade o golpe de 1964. A violência de Estado, existente antes e justificada no golpe, é consolidada hoje no mesmo processo histórico como parte de um novo ciclo econômico e social.

A violência não funcional seria a da rebeldia a essa ordem. Ela não é conciliadora e nem legítima o predomínio da força, mas promove a irrupção de uma revolução democrática e instituinte do direito. Tantos golpes ocorreram e tantos ocorrerão enquanto a violência de Estado ainda for aceita. Este é o caráter do golpe, como uma contrarrevolução antidemocrática permanente.

---

<sup>3</sup> ONU-BRASIL. Direitos indígenas e ambientais estão sob ataque no Brasil, alertam relatores da ONU e CIDH, 8 jun. 2017. Disponível em: <https://abre.ai/cERd>. Acesso em: 3 jul. 2017.

<sup>4</sup> CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS E ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Um relatório para a história: Brasil: nunca mais*. Prefácio de D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns. São Paulo: Vozes, 1986.

<sup>5</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>.

A narrativa do golpe civil-militar por vezes é enfatizada na historiografia brasileira de forma a destoar da condição real e mais ampla de seu processo histórico. O Brasil nasce sob uma violência de Estado colonial de ocupação, se desenvolve enquanto tal para a forma do capitalismo dependente e nele se consolida, sendo o golpe de 1964 um dos passos a justificar a violência de Estado. A ditadura instaurada com a derrubada do governo Goulart, assim entendida historicamente, dificilmente será explicada em suas conexões históricas sem a expressão da violência de Estado como constitutiva da sociedade brasileira, como culpa, muito além de um período de exceção, de um lamentável episódio político.

O regime liberal democrático, iniciado em 1946, no pós-guerra, que deixou em aberto vários conflitos, como o desenho de um novo mapa de poder político e econômico, reconfigura também novos conflitos, especialmente ideológicos e não apenas os de políticas internas.

A renúncia do ex-presidente Jânio Quadros em 1961 não sensibilizou o povo. Já a tentativa de impedimento da posse de João Goulart foi apoiada por amplas massas populares que, em mobilização, comprometeram políticos democráticos, incluindo governadores como os do Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, e uma maioria de atores nacionalistas no debate que então se fazia no Brasil. Essa resistência ao golpismo de 1961 não foi suficiente em 1964. Os setores democráticos pagaram alto preço.

O contexto mais específico de setembro de 1961 a março de 1964, período do mandato de João Goulart, acentuava de forma política a convergência entre forças conservadoras brasileiras e forças externas – de uma economia imperialista, notadamente controlada no Departamento de Estado dos Estados Unidos, como hoje está documentado na historiografia brasileira e mesmo na documentação liberada nos EUA. Expôs o antagonismo político de um país dilacerado por contradições sociais. Os miseráveis, os de baixo, ardiam em pensar e em se mobilizar por avanços sociais que não deveriam mais pertencer somente aos herdeiros do escravismo, combinado com o capitalismo dependente. A polarização política e ideológica se manifestava na linguagem e no modo de pensar. Aos pobres e excluídos, conformem-se. Aos ricos, a mais-valia ao infinito, sob o manto escuro e fétido do anticomunismo.

As violências praticadas pelo Estado, então consolidadas em 1964, expressam-se como controle, repressão e limites para a política e são funcionais a um sistema social que já não se sustenta pela legitimidade. Essa tese – mais difícil de ser situada na historiografia quando se excluem e não se combinam historicamente os fatores internos e externos – talvez possibilite compreender que a democracia no Brasil nasce nada democrática, e a república no Brasil também nasce nada democrática e pouco republicana. Esse é o pano de fundo que se coloca no

período de profunda polarização política e ideológica, no mundo da Guerra Fria, do socialismo, do capitalismo como linguagem de um debate maior sobre formas de poder, de exclusão social e de dominação das formações sociais dependentes. Portanto, é uma história comum não só ao Brasil, mas praticamente a todos os países da América Latina.

## 1.2 A HISTÓRIA DO GOLPE

A história do golpe político-militar de 1964 não começa em 1964. Numa visão de totalidade, ela se inicia e se consolida em todos os momentos em que a estrutura de uma herança escravista e colonial refunda-se na república tardia que se forma aqui: antidemocrática nos seus atos perante qualquer insurgência, qualquer rebeldia que possa ameaçar essa estrutura social. É nesse aspecto que a violência de Estado é explícita e funcional à ordem. É admitida quando funcional à ordem. Como disse anteriormente, a violência defensiva das rebeldias, a violência das insurgências que procuraram, na história brasileira, levar mais adiante as promessas de democracia e de república foi reprimida com sangue, com torturas, com assassinatos, prisões, que deixaram muitas histórias como fatos irreversíveis. As rebeldias de democratização formaram a contraprova do Estado autoritário, o seu negativo a expor o real de seu movimento. Não é contar a história, não é o exercício da memória histórica que vai tornar reversíveis esses acontecimentos. Trabalhadores ou estudantes torturados, presos ou assassinados em nome de uma ideologia restauradora de uma ordem violenta não voltarão aos seus lares senão como memória histórica e afetiva, mas certamente possibilitarão que milhões de jovens trabalhadores, estudantes e mesmo políticos façam política sem pedir licença à violência de Estado.

O que ocorria no período pós-guerra, especificamente o regime instaurado após 1946, da nova Constituição democrática, golpeado em 1964, era a possibilidade de estabelecer o principal item de reforma no Brasil, que vai se consagrar num dos projetos enviados pelo ex-presidente João Goulart ao Parlamento. Falo aqui da soberania popular. O que se procurava inaugurar no país era a soberania popular como autoridade democrática maior, acima de todos os outros poderes. Ou seja, na dúvida e em última instância, o povo é que decide, nas questões mais essenciais, não apenas através dos seus eleitos, mas diretamente, em plebiscitos, referendos, assembleias populares. Sobre as questões principais, relativas portanto à defesa da soberania nacional propriamente dita, o povo é que seria soberano. Esse é o ponto principal do projeto de lei no plano de reformas enviado pelo presidente João Goulart ao Parlamento.

É claro que outros pontos também importantes, e que estão ainda pendentes nos dias de hoje, de alguma forma faziam a linguagem do embate ideológico da época. Sob o manto das “reformas de base” estavam, por exemplo, as reformas educacional e universitária – era preciso definir a educação pública como uma obrigatoriedade do Estado para toda a população e para as universidades, associar o ensino e a pesquisa, bem como articulá-las com as demandas nacionais; a ampliação do sistema de saúde a toda a população; a reforma agrária – não se tratava de revolução agrária, ou de violenta desapropriação e coletivização da terra, mas da inclusão, nos mercados produtivo e de consumo, de parcelas cada vez maiores da população excluída pelo mercantilismo agrícola que já se ensaiava nos anos 1950 e que se consagrou nos anos 1970; além da reforma eleitoral – para incluir o direito ao voto de militares e analfabetos – e da reforma do estatuto do capital estrangeiro, entre outras necessidades.

É nesse período também que se inicia um deslocamento da população, tanto do meio rural para o urbano como do meio agrícola para o industrial, depois para o comércio e para os serviços. Nos grandes aglomerados urbanos, passavam a surgir dramas sociais e econômicos que a política adotada pelas forças conservadoras não dava conta de atender. Outra dinâmica socioeconômica reivindicada pelos debatedores da época para frear a desigualdade social e a marginalização que se aprofundavam implicava evidentemente implementar a reforma urbana no planejamento das cidades, além de repensar a estrutura da propriedade da terra urbana (limites à especulação fundiária) e rural. Era isso que consagrava o projeto de reforma agrária, assim como a educação e a saúde para todos.

Se for considerado que, no período, o poder aquisitivo da população brasileira não era tão desenvolvido, como ainda não é hoje, isso significa que esse desenvolvimento econômico e social – já tentado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, antecessor de Jânio – só seria possível com volumosos investimentos externos. É por isso que no governo Juscelino Kubitschek o crescimento da dívida externa foi grande – embora esses investimentos tivessem sido aplicados preponderantemente nos setores produtivos, não voláteis como o mercado financeiro, com o projeto de promover um capitalismo desenvolvido inspirado nas nações mais industrializadas. Essa condição era lida pelos reformistas também dos anos 1960 como justificativa para a necessidade da regulação e do fomento do desenvolvimento nacional por parte do Estado, assim expressa no Plano Trienal elaborado por Celso Furtado, então ministro do Planejamento. O insucesso do Plano Trienal não se deu pela insuficiência programática, mas pela dificuldade de equilibrar as forças políticas em apoio ao governo Jango com a oposição das forças conservadoras.

Passado o período Jânio, cujo governo limitou-se a controvérsias personalistas não suficientes para atender à heterogeneidade de setores que o apoiavam, o período do presidente João Goulart retomou a discussão sobre o desenvolvimento nacional. O que se debatia na época era um projeto de país, e evidentemente que assim eram postuladas a educação, a reforma agrária e a saúde como agendas do desenvolvimento nacional. Isso implicava discutir a soberania do país: de que forma se associar às demais economias sem perder a própria soberania, o papel constitucional de colocar a população num ambiente democrático, mas ao mesmo tempo socialmente defensável. É nesse aspecto que se combinam os fatores externos, de uma Guerra Fria em que os poderes das economias imperialistas disputavam uma nova geopolítica no mundo, com os fatores internos, de setores econômicos e sociais que se beneficiavam daquela estrutura mais elitista, mais conservadora. No discurso do anticomunismo estava a linguagem, a roupagem ideológica própria para golpear e tornar funcional a violência sintetizada no golpe de 1964, intensificada pelo Estado e ainda hoje não desmontada plenamente, mas que tem modernizados os seus sistemas de controle, amparados nas garantias das Forças Armadas, conforme estabelecido no Capítulo II – Art. 142 da Constituição de 1988.

Reforçando o foco norteador desta apresentação, o grande debate de 1964 não era na realidade o que se convencionava chamar socialismo, o perigo do comunismo ou algo correlato, como estampava o jornalismo propagandístico. O grande debate da época era o desenvolvimento nacional, uma disputa por diferentes projetos nacionais. Essa disputa implicava favorecer o avanço dos setores populares, dos setores culturais, intelectuais, científicos, que se mobilizavam por esses projetos. A educação passava por essa discussão. As universidades tinham um papel importantíssimo de criação científica e de definir a sua função no debate sobre um projeto para o Brasil, assim como todos os outros setores da população.

Esse Brasil que queria ser mais justo e democrático pareceu ameaçar as forças conservadoras. Pareceu também ameaçar um atraso que sempre esteve combinado com o que havia de mais dinâmico no capitalismo dependente: elevar de forma exponencial a exploração do trabalho como forma de acumular riquezas cada vez mais concentradas, e, para isso, era necessário um Estado provedor do capital, em vez do Estado previdenciário e fomentador do bem-estar da população. Portanto, o contexto do golpe de 1964 tem na sua linguagem ideológica apenas um semblante político assumido por diferentes forças políticas da época, mas, no fundo, reflete uma síntese de uma violência de Estado muito mais ampla do que o próprio golpe. E é nesse sentido que o golpe de 1964 não acabou.



### 1.3 O GOLPE NA UFSC

Ainda dentro desse contexto, não é possível esquecer a simbólica criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Vejam como este relatório é feliz em lembrar: exatamente no dia 2 de maio de 1964, a UFSC, por meio do reitor em exercício, constitui uma Comissão de Inquérito para perseguir professores, técnicos e estudantes. E agora, em junho de 2017, praticamente 53 anos depois, é que uma comissão da universidade ousa levantar esse fato, na expectativa de repercussão reparadora no Conselho Universitário.

Com a estrutura funcional praticamente mantida hoje, a Universidade Federal de Santa Catarina nasce exposta ao medo instalado pelo golpe e com a cumplicidade de uma administração autoritária, nada mais antiuniversitário para a época do que esse fato. Contrariando os interesses autoritários, ao nascer torna-se vida e surpreende. A liberdade é seu primeiro anseio pela voz ainda juvenil dos estudantes da época. O pedido de cassação da diretoria da FEUSC (atual Diretório Central dos Estudantes – DCE), efetuado pelo reitor Ferreira Lima, comprova isso. A queima de livros da Livraria Anita Garibaldi é expressão também – que pode parecer menor, mas que é simbolicamente maior – da larga aceitação do golpe entre autoridades e grupos empresariais. E a universidade, e talvez por isso, nascendo também dessa fonte, só praticamente 53 anos depois, ousa levantar algumas de suas vozes para reparar essa história.

O regime militar de violência, vigilância, censura e repressão tem aí um golpe continuado também como golpismo permanente na vida universitária. Na prática, a autonomia universitária, depois do golpe de 1964, nunca se consagrou plenamente como a letra constitucional (Art. 97) a define: autonomia de gestão financeira, administrativa e acadêmica. Todos os governos civis que entraram depois de 1964 golpeiam permanentemente a universidade, por meio de decretos, artigos e normas administrativas que impedem a universidade de debater e escolher com autonomia o seu destino.

As gestões administrativas da época do golpe de 1964, orientadas ideologicamente nos procedimentos que deveriam ser tecnicamente objetivos, ainda deixaram herdeiros ou heranças não superados na universidade. A reforma universitária de 1970, como uma modernização autoritário-conservadora – que se consagra na UFSC principalmente pela aplicação da Lei nº 5.540 de novembro de 1968, no governo do general Costa e Silva –, ainda não foi inteiramente desfeita. A estrutura da universidade hoje permanece na forma de departamentos e não se retomou a necessária relativa autonomia administrativa, docente e financeira das antigas faculdades.

Ainda hoje não se ousou o debate sobre o ensino seriado, mesmo que combinado, em vez do sistema de crédito, que é um modelo voltado à privatização da universidade. Trata-se de uma herança que enfatiza a tese do continuísmo autoritário, nas formas de privatização interna e de cristalização de poderes de difícil mudança e alternância.

## 1.4 O QUE RESTA A FAZER

O que se espera é que, mais de 53 anos depois da Comissão de Inquérito inaugurada na UFSC com o golpe de 1964, a universidade possa de fato dizer “vamos superar o contexto que explica o golpe de 1964 e vamos tentar inaugurar outro contexto, efetivamente democrático e republicano”. Trata-se de rever a sua estrutura, de rever suas formas de administração e de processo decisório e, principalmente, de rever qual o papel da universidade no debate sobre o projeto de país, de uma nação importantíssima para a América do Sul, para a América Latina e para outros países. Se a universidade não ousar essa liberdade de ciência, essa liberdade acadêmica, dificilmente vai superar o contexto do golpe de 1964.

Outro elo entre o contexto do golpe de 1964 e o que vivemos hoje – que é a perpetuação de um golpe que não acabou – está na memória histórica. O Brasil ainda não tem hoje uma política de memória histórica que retome esse passado. A universidade deveria contribuir para mudar tal política vigente no país – que é a da amnésia, do esquecimento –, favorecendo a criação de uma legislação nacional que possibilitasse exercitar o ensino obrigatório sobre esses fatos históricos, em diversos níveis escolares; que possibilitasse, simbolicamente, retirar as homenagens na denominação de ruas, edifícios e espaços públicos a pessoas reconhecidamente envolvidas nos crimes contra os direitos humanos cometidos na ditadura; e rever toda uma legislação, especialmente a da anistia, que impede a investigação e a responsabilização dos agentes públicos partícipes dos crimes de tortura, desaparecimento e mesmo de assassinatos no percurso do golpe e posteriormente a ele.

Ainda hoje o acesso à documentação sobre a repressão naquele período, em poder das Forças Armadas, não é de todo liberado, em especial os documentos que possam responsabilizar ou incriminar agentes públicos. Assim, como reparar inúmeras injustiças feitas a pessoas comuns, pessoas do povo, trabalhadores, estudantes, professores? Como recompor uma dívida do Estado com as universidades ante o incomum êxodo intelectual que aconteceu no Brasil, com a cassação e depois saída de professores e funcionários ou mesmo estudantes, que estavam engajados nas suas pesquisas, mas que ao mesmo tempo exercitavam o

árduo dever de participar de um debate sobre o país? As universidades ainda não se abriram de forma ampla a essa discussão. Há certa inibição, ou até barreiras erguidas em relação a isso, próprias da mercantilização que avança na consolidação de interesses de pesquisa e mesmo de ensino. É nesse sentido que o contexto do golpe de 1964 ainda pesa no contexto de 2017.

Confirmando essa realidade, até pouco tempo atrás, no Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile, feito pela presidenta Michelle Bachelet, observava-se um conjunto de bandeiras dos países da América Latina que instituíram Comissões da Verdade para avaliar e revelar esse período. Há seis anos, a única bandeira que não estava presente era a do Brasil. Assim como foi o último país a acabar com a escravidão na América, o Brasil foi o último país a criar sua Comissão da Verdade, uma etapa que, nos outros países da América Latina, inaugurou os períodos democráticos pós-ditaduras militares. E o contexto da herança autoritária do golpe influenciou a elaboração do relatório da Comissão Nacional, amenizando proposições de se fazer justiça e de impor limites à impunidade e impedindo a instalação do debate sobre outra política de memória histórica.

## 1.5 O FUTURO A SER CONSTRUÍDO E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Atualmente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) está analisando um caso emblemático e provavelmente condenará o Brasil a abrir a documentação, investigar e elucidar como ocorreu a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, em dependências sob responsabilidade do exército em São Paulo que foi divulgada pelas autoridades militares da época como suicídio, fato não confirmado até hoje em vários testemunhos.

Vladimir Herzog não foi só mais uma vítima, seu assassinato simboliza o golpe na própria liberdade de imprensa. Ora, apenas em 2017, por ação ajuizada pelos familiares, esposa e filhos do jornalista, foi que a Corte Interamericana abriu o julgamento do caso em que o Brasil é réu. O representante do governo civil brasileiro, decepcionando os democratas e defensores dos direitos humanos, apresentou como ponto de defesa que são ocorrências antigas e que, se houve algum crime, já prescreveu. Não se trata disso. Na história, essa anistia não existe.

É nesse aspecto que há um elo conjuntural no qual a Comissão da UFSC representa a mediação do passado e do presente. Fechando o que foi aludido aqui no início, este relatório não tem uma mágoa com o passado, mas tem um futuro

a ser construído, e para isso precisa comprometer o presente diante dos fatos. Assim, poderá estabelecer também esse elo entre a história – no sentido mais geral, mais abstrato – e as pessoas que concretamente viveram esta história, pelos seus dramas, pelas suas perdas, por outros milhões de pessoas que ainda hoje vivem tais perdas social e politicamente. Dificilmente podemos ousar um debate de fato aprofundado e livre sobre esse país e sobre seu povo se não tivermos a soberania popular e a soberania nacional, sem o que a própria universidade continuará limitada a ser uma reprodutora, bem ao gosto da modernização autoritária e conservadora.

Se as resistências ao poder ditatorial foram advento da liberdade ou apenas ampliação dos espaços de aprisionamento é uma questão não resolvida. A segunda hipótese é fortalecida quando as resistências ao poder autoritário não visam à eliminação do próprio autoritarismo. Administram os “excessos”, os momentos de insensatez que podem aprofundar as crises e desestabilizar a ordem reafirmada. Confirmada essa tendência, é como se a razão de Estado se convertesse de forma permanente em violência. Como sua própria razão de ser, o Estado não elimina a violência que o funda. Este relatório aponta que é possível e necessária outra perspectiva.

## Capítulo 2

# UFSC NOS ANOS 1960 O LONGO REITORADO DE JOÃO DAVID FERREIRA LIMA E A PRESENÇA DO GOLPE CIVIL-MILITAR NA INSTITUIÇÃO<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Este capítulo foi escrito por Marli Auras, professora aposentada da UFSC, membro da CMV/UFSC, que a seguir indica os créditos e agradecimentos para este trabalho:

a) Este trabalho é fruto de ação coletiva, ainda que o texto seja de minha lavra. Como integrante da CMV/UFSC, desde o princípio, interessei-me em investigar a documentação relativa aos anos 1960. Esse investimento na pesquisa já resultou numa primeira publicação – o livro *Pensamentos, palavras e obras*, de autoria do professor Henrique da Silva Fontes, pela Editora da UFSC em 2016 –, em que tive o privilégio de poder contar com a parceria do professor Armen Mamigonian para a organização. Reitero aqui meu agradecimento à senhora Theresinha Fontes, filha de Henrique Fontes e responsável pelo acervo documental de seu pai, por nos ter disponibilizado o acesso irrestrito a esse rico manancial familiar. Gostaria de registrar também meu agradecimento à professora Raquel Fontes do Amaral Pereira, que, desde os idos da década de 1970, chamava a nossa atenção para o problema do silenciamento do protagonismo de Henrique Fontes, seu tio, no processo de criação da UFSC.

Para o presente texto, pude contar com o trabalho dos bolsistas da comissão, especialmente dedicados ao levantamento da documentação pertinente, em diversos acervos. Entre esses estudantes, gostaria de destacar a contribuição de Carla Teixeira, Caroline Scotti Vilain, Rachel Tomás dos Santos Abrão, Victor Wollinger da Cunha e especialmente Cecília Brancher de Oliveira, pela longa disponibilidade e renovado interesse na temática enfocada. Mateus Bandeira Vargas colaborou decisivamente,

Não obstante o trabalho da Comissão Memória e Verdade da UFSC ter tido seu tempo delimitado ao período que vai de 1964 a 1988, a pesquisa propriamente dita evidenciou ser imprescindível alargar essa abrangência de modo a poder abarcar os anos imediatamente anteriores ao golpe de 1964 e, com tal procedimento, possibilitar a compreensão de aspectos fundamentais da história da instituição relativos ao próprio período abordado. Nossa universidade, assim como boa parte das que são federais, tem praticamente a idade do golpe civil-militar. A dureza com a qual a reitoria passou a combater o movimento estudantil e suas principais lideranças (lançando mão, sem pestanejar, das leis garroteadoras produzidas pela ditadura) só pode ser entendida, em profundidade, se levarmos em conta as aguerridas lutas travadas pelo estudantado no período anterior a 1964, algumas delas inclusive contra políticas específicas levadas a efeito pela direção central da universidade, como o caso da recusa de Ferreira Lima em dar continuidade às obras de construção da universidade no campus da Trindade, bem como o das contratações de docentes e de funcionários para os quadros da instituição. Os entreveros dos estudantes contra a reitoria foram de tal monta que, no final de 1963, o movimento estudantil, diante da ausência de diálogo aberto e democrático e tendo em vista a continuidade de certas ações consideradas ilícitas, tomou a iniciativa de solicitar a intervenção do MEC na Universidade Federal de Santa Catarina. O próprio afã de apagar o fundamental protagonismo de Henrique Fontes do largo e profundo processo histórico de fundação da UFSC foi também beneficiado pelo golpe de 1964, que interditou o debate, proibiu o livre fluir do contraditório, enfim, tratou de impor um clima de “paz de cemitérios”, condição ainda mais fortalecida em razão de seu falecimento

---

sempre disponibilizando seus arquivos. Ezmir Dippe Elias e Aline C. Pereira, respectivamente coordenadora e arquivista do Arquivo Central da UFSC, não mediram esforços para que nossa tarefa (minha e dos bolsistas) no trato com as fontes primárias ali existentes pudesse chegar a bom termo. Laura Tuyama empenhou-se, sem restrições, na seleção e organização do material fotográfico que compõe este capítulo, enriquecendo-o iconograficamente e assim contribuindo para corroborar informações nele apresentadas. O professor Jean-Marie Farines, coordenador da CMV/UFSC, não só acompanhou interessadamente todo esse processo de pesquisa como contribuiu de modo muito relevante ao dispor-se a ler os já volumosos originais, fazendo criteriosas observações e críticas, sugerindo a reorganização de algumas partes, inclusive indicando e propondo esclarecedoras leituras. Por fim, mas não menos relevante, pude contar com a competente, interessada e mais que zelosa leitura da professora Tanira Piacentini, na tarefa de revisão final do texto.

b) Importa também registrar que parte das questões aqui trabalhadas já haviam sido apontadas no livro *UFSC: 50 anos – trajetórias e desafios*, organizado por Roselane Neckel e Alita Diana C. Küchler (UFSC, 2010), especialmente nos dois primeiros capítulos, “A UFSC na década de 1960: outras histórias” e “A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis”.

em março de 1966. Em tal conjuntura, atravessada pelo arbítrio, estavam postas todas as condições para que brotasse com viço a narrativa oficial sobre a criação da UFSC, exatamente esta que, ao encobrir o longo e fundamental protagonismo de Henrique Fontes, buscou homenagear apenas a figura do primeiro reitor da universidade, João David Ferreira Lima, prontamente alçado à condição de “mito fundador”.

## 2.1 ANTES DO GOLPE DE 1964

No rico acervo do Arquivo Central da UFSC, há um exemplar de uma publicação da maior importância para a história da instituição. Trata-se do *Boletim Informativo* nº 1,<sup>2</sup> do segundo semestre de 1962, que traz o conjunto de atos e documentos apresentados como inaugurais da universidade: a lei federal que a criou, o decreto que aprovou o estatuto, o resumo das primeiras atas do Conselho Universitário (CUUn) e do Conselho de Curadores, os decretos de nomeação dos primeiros professores e da posse do reitor, as primeiras portarias do Gabinete do Reitor, alguns registros sobre a assistência estudantil e o movimento cultural ligado à instituição. Nesse boletim, destaca-se a íntegra do longo discurso de Ferreira Lima na solenidade de instalação da Universidade de Santa Catarina (USC),<sup>3</sup> em 12 de março de 1962, no Teatro Álvaro de Carvalho. Destaca-se também a íntegra da extensa justificativa que embasou seu voto contrário à construção da Cidade Universitária, no subdistrito da Trindade, na sessão do Conselho Universitário realizada em 27 de novembro de 1962.

---

<sup>2</sup> Tais boletins informativos, como síntese oficial e substancial do conjunto das ações da direção da universidade, com forte acento na atuação centralizadora e elogiosa do reitor Ferreira Lima, foram produzidos semestralmente, a começar pelo segundo semestre de 1962 e indo até o de nº 12, relativo ao último semestre de 1967. O de nº 5 é uma edição especial, de 1964, exclusivamente dedicada à publicação do Estatuto e do Regimento da Universidade. Todos eles integram o acervo do Arquivo Central da UFSC, com exceção dos números 2, 3 e 5, encontrados no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central, que dispõe da coleção completa. É importante observar que os registros fotográficos dos exemplares existentes em ambos os acervos não são, como era de se esperar, inteiramente os mesmos, podendo diferir inclusive a própria qualidade das fotos. Assim, no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central, há exemplares que correspondem aos mesmos números dos existentes no Arquivo Central, mas que não contêm as mesmas fotos (talvez isso tenha ocorrido como resultado do trabalho de composição dessas publicações, realizado de modo mais artesanal). O *Boletim Informativo* será substituído pelo *Boletim de Pessoal*, com publicação mês a mês, que se caracterizará por apresentar um cunho mais burocrático. Seus primeiros números datam de 1967, concomitantes, por conseguinte, ao último *Boletim Informativo*, o de nº 12.

<sup>3</sup> A designação “Federal” (portanto, de USC para UFSC) só irá aparecer a partir do segundo semestre de 1965, por força da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, do governo central.

Do mesmo modo relevante para a história da instituição é o livro *Pensamentos, palavras e obras*, de Henrique da Silva Fontes,<sup>4</sup> que, a exemplo da obra referida no parágrafo anterior, arrola um conjunto de atos e documentos também relacionados à inauguração da universidade. São registros de alocações, ofícios, notas, leis, o Plano da Cidade Universitária e a construção do primeiro edifício, o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (atualmente Centro de Comunicação e Expressão), fotos, a inauguração da Cidade Universitária, a íntegra do discurso proferido por Henrique Fontes por ocasião dessa solenidade, seu Relatório Final de atividades apresentado ao governador Celso Ramos, bem como sua despedida compulsória da direção da Faculdade de Filosofia (em 15 de setembro de 1961, por força de lei, dada a sua já avançada idade, 76 anos) – fato que ocorreu exatamente na véspera da escolha de Ferreira Lima para o cargo de reitor, o que veio a implicar inclusive a completa ausência do professor Fontes dos trabalhos de prosseguimento da implantação da universidade, uma vez que passou a ser deles inteiramente alijado, como a história está a registrar. Toda essa documentação, no entanto, atesta o seu longo, entusiasmado e pertinaz protagonismo no processo de construção das condições indispensáveis para o surgimento e a efetiva instalação da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **2.1.1 Os dois atos inaugurais da Universidade de Santa Catarina e indicações de seus significados**

Ferreira Lima, tão logo foi alçado à condição de dirigente máximo da USC, dando as costas ao fato de já haver uma ampla área de terras disponível no subdistrito da Trindade – a antiga fazenda experimental Assis Brasil, doada pelo governo estadual em 1954 para a construção da universidade –, tratou de adquirir a “Magnífica residência” da família Molenda, sita à Rua Bocaiúva, nº 60, no Centro, para nela instalar o “Palácio da Reitoria”, segundo o designado na própria documentação oficial do período, inclusive em atas do Conselho Universitário. A 2ª sessão do CUn, realizada em 26 de janeiro de 1962, aprovou a “aquisição imediata da propriedade”. No dia seguinte, o Conselho de Curadores – composto por três membros: o próprio Ferreira Lima, que o presidia, e os professores Alcides Abreu, representante da Faculdade de Direito, e Polydoro E. de São Thiago, representante do CUn –, em sua primeira sessão (que teve como única

---

<sup>4</sup> Obra lançada pela Editora da UFSC, no final de 2016 (ano do cinquentenário da morte do professor Fontes, 1885-1966), sob a organização dos professores Armen Mamigonian e Marli Auras, com os dois cadernos, *Da Faculdade de Filosofia e Da Cidade Universitária*, publicados por Henrique Fontes, respectivamente, em 1960 e 1962, em edição do próprio autor. Mamigonian escreveu o prefácio, e Auras, a apresentação e o posfácio.



ordem do dia a compra desse imóvel), tratou de aprovar, por unanimidade, tal aquisição. São Thiago congratulou-se com o reitor “pela excelência da transação e propôs ficasse a critério da Reitoria a fórmula para pagamento do imóvel dentro da realidade financeira da Universidade”, e Abreu, por sua vez, parabenizou o reitor “pela feliz iniciativa”.<sup>5</sup> Boa parte, portanto, dos recursos financeiros federais iniciais destinados à instalação da Universidade de Santa Catarina foi gasta para a compra dessa “aprazível chácara” da Bocaiúva, bem nas cercanias da residência particular do reitor.<sup>6</sup>

Figura 2.1 – Fazenda Assis Brasil, década de 1950



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Destaque-se que, no vasto terreno da Trindade, desde 1957 os serviços de infraestrutura já estavam em franca implantação (obras de terraplanagem, de arruamento, de canalização das águas, etc.), sob a responsabilidade da Diretoria de Obras Públicas do Estado de Santa Catarina, dirigida por Otto Entres, que pôde contar com o trabalho do engenheiro Olavo Fontana Arantes para tocar a obra.<sup>7</sup> Desde 1957, reitere-se, já se iniciara a execução do previsto no arrojado

<sup>5</sup> USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 1, 1962, p. 45. Todas as demais citações entre aspas desse parágrafo e do seguinte encontram-se nesse boletim.

<sup>6</sup> A compra dessa propriedade, bem como o seu repasse para o Exército, em meados dos anos 1970, serão detalhados mais adiante, no capítulo 6.

<sup>7</sup> Para mais informações, ver FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos, palavras e obras*. Organização de Armen Mamigonian e Marli Auras. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016,

projeto de construção da Cidade Universitária, elaborado pelos professores da Universidade de São Paulo (USP), Hélio de Queiroz Duarte e Ernesto Roberto de Carvalho Mange, sob a coordenação geral do “Encarregado dos estudos da criação da Universidade de Santa Catarina”, professor Henrique da Silva Fontes, que vinha desempenhando essa função, criada pelo governo estadual, desde 1955, de maneira gratuita, pois fortemente motivado pelo seu já histórico compromisso com a criação de uma universidade em Santa Catarina. Tal plano projetava o desenvolvimento da Universidade de Santa Catarina em faculdades (ensino) articuladas com institutos (pesquisa), com amplos setores para a administração (reitoria, prefeitura, correio, restaurante, etc.), a recreação (esportes e teatro, ao ar livre e cobertos, biblioteca, clubes de discentes e de docentes, etc.) e a habitação (para estudantes e para professores). O campus foi pensado dentro do critério urbanístico de “cidade verde” (ver figuras 2.2, 2.3 e 2.4).

Em 1961, a primeira parte do edifício da Faculdade de Filosofia já estava concluída, constituindo-se, desse modo, no prédio inaugural da recém-criada Universidade de Santa Catarina (Lei Federal nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, assinada por Juscelino Kubitschek), no campus da Trindade. Tal fato possibilitou ao seu então diretor, o professor Henrique Fontes – em concorrida e festiva cerimônia oficial, realizada em 30 de janeiro de 1961, com a presença do governador Heriberto Hülse e demais autoridades civis, militares e religiosas –, proceder à sua inauguração, bem como à instalação da pedra fundamental da Escola de Engenharia, e assim apontar na direção da continuidade da construção do visionário Plano da Cidade Universitária. Segundo Fontes, em suas próprias palavras:

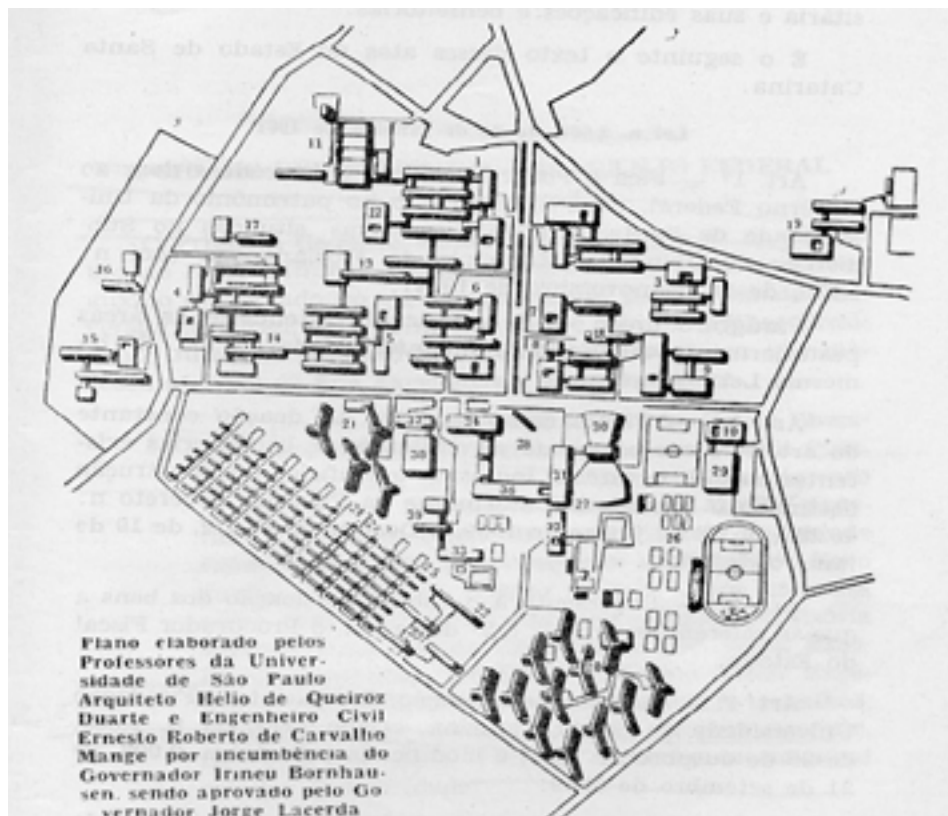
Na variedade dos seus cursos, é uma Faculdade de Filosofia um esboço de Universidade, é uma Universidade em ponto pequeno, [cujo propósito deverá ser o de manter-se como] autêntica escola de altos estudos, formadora de mestres e de pesquisadores. [...] Queremos que ela inicie em nosso meio o espírito universitário [...], com influência poderosa na sociedade ambiente.<sup>8</sup>

---

especialmente o posfácio.

<sup>8</sup> FONTES, *Pensamentos, palavras e obras, op. cit.*, p. 167.

Figura 2.2 – Plano da Cidade Universitária



Plano elaborado pelos  
Professores da Univer-  
sidade de São Paulo  
Arquiteto Helio de Queiroz  
Duarte e Engenheiro Civil  
Ernesto Roberto de Carvalho  
Mange por incumbência do  
Governador Irineu Bornhau-  
sen, sendo aprovado pelo Go-  
vernador Jorge Lacerda

**ENSINO – ESCOLAS:** 1) Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. 2) Agronomia. 3) Veterinária. 4) Medicina. 5) Farmácia e Odontologia. 6) Filosofia, Ciências e Letras. 7) Ciências Sociais e Econômicas. 8) Direito. 9) Artes. 10) Educação Física.

**PESQUISAS – INSTITUTOS:** 11) Tecnologia. 12) Urbanismo. 13) Ciências Físicas. 14) Biologia. 15) Clínicas. 16) Enfermagem. 17) Higiene. 18) Sociologia. 19) Agronomia.

**HABITAÇÃO:** 20) Alunos. 21) Alunas. 22) Professores solteiros. 23, 24 e 25) Professores casados.

**RECREAÇÃO:** a) Ar livre: 26) Esportes. 27) Teatro. 28) Praça Cívica. b) Coberto: 29) Ginásio. 30) Teatro. 31) Biblioteca e Discoteca. 32) Clube de estudantes. 33) Clube dos professores.

**ADMINISTRAÇÃO:** 34) Reitoria. 35) Prefeitura, Correio, Telégrafo. 36) Restaurante, Cooperativa, Comércio. 37) Oficina, Garagem, Bombeiros. 38) Lavanderia geral, Oficina e Almoxarifado. 39) Grupo Escolar.

Fonte: Fontes, 2016.

Figura 2.3 – Professor Henrique Fontes, governador Heriberto Hülse e engenheiro Otto Entres diante do Plano da Cidade Universitária, na cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental do primeiro edifício, a Faculdade de Filosofia, 5 de julho de 1959



Fonte: Acervo da família de Henrique Fontes.

Figura 2.4 – Professor Henrique Fontes assina a ata de lançamento da Pedra Fundamental do primeiro edifício da Cidade Universitária, a Faculdade de Filosofia, 5 de julho de 1959



Fonte: Acervo da família de Henrique Fontes.

E ele chamava a atenção para o fato de que o prédio já pronto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras poderia abrigar, em caráter provisório, a Reitoria, até que suas instalações definitivas fossem erguidas no campus da Trindade (ver figura 2.5).

Figura 2.5 – Prédio da Faculdade de Filosofia inaugurado, em cerimônia oficial, por Heriberto Hülse e Henrique Fontes, 30 de janeiro de 1961



Fonte: Acervo da família de Henrique Fontes.

Apesar disso, Ferreira Lima fez vistas grossas a tais fatos, pois estava pessoalmente decidido a estabelecer a USC no centro da capital. Uma vez resolvida a questão da compra da propriedade da Bocaiúva, onde veio a constituir seu gabinete de trabalho no denominado “Palácio da Reitoria”, o reitor, evidentemente, tratou de levar a efeito suas primeiras medidas administrativas, agora já na qualidade de dirigente máximo da recém-criada universidade. Entre tais medidas, Ferreira Lima determinou a criação do brasão da USC, trabalho que foi desenvolvido pelo artista plástico Hassis em conjunto com o professor Oswaldo Rodrigues Cabral. O reitor determinou ainda a confecção das “vestes talares”, bem como a produção de um correspondente anel (ver figura 2.6).

Figura 2.6 – Reitor João David Ferreira Lima, com as vestes talares, 1962



Fonte: Acervo da AGECOM/UFSC.

Semanas após, em 12 de março de 1962, em sessão solene e engalanada, no Teatro Álvaro de Carvalho, João David Ferreira Lima presidiu a “instalação da Universidade de Santa Catarina”, na presença do governador Celso Ramos e demais autoridades civis, militares e religiosas. Em seu demorado, retórico e genérico discurso, em que tece loas a si próprio, o reitor, com alguma objetividade, reservou alguns parágrafos finais de sua fala para informar sobre a cooperação, em andamento, do reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, Eliseu Paglioli, no trabalho de definição do tipo de Escola de Engenharia a ser construída na USC. Afirmou, então:

Observando as condições do nosso parque industrial, e mantendo contatos regionais com elementos altamente categorizados nesse setor, concluiu Sua Excelência pela fundação de Faculdade de Engenharia Mecânico-Metalúrgica, currículo de seis anos, que diplomará engenheiros de manutenção, cuja procura é crescente no mercado de trabalho, e de cuja carência tanto se ressentia a indústria catarinense.

Isso posto, Ferreira Lima vai encerrar seu discurso inaugural dizendo:

Sob as vestes talares, vindas, na pureza imácula da Tradição, dos priscos tempos medievos, ornadas com o brasão e as insígnias da Universidade de Santa Catarina, pulsa, quase humilde, sem ambições, nem personalismos, franco e sincero, um coração brasileiro, que, com o auxílio do Todo Poderoso e a compreensão humana dos Senhores Professores e do inquieto mundo Universitário, acredita em que não fracassaremos, a despeito das proporções extraordinárias da obra empreendida.<sup>9</sup>

No dia seguinte, 13 de março de 1962, no recém-inaugurado Hotel Quêrência, Ferreira Lima e as congregações das faculdades ofereceram um banquete às altas autoridades do estado e ao professor Jurandyr Lodi, Diretor do Ensino Superior do MEC, ao fim do qual o reitor discursou, “oferecendo ao Professor Lodi um alfinete de gravata de brilhante, adquirido mediante contribuição de todos os professores presentes”.<sup>10</sup>

Figura 2.7 – Solenidade de inauguração da USC presidida por Ferreira Lima, com a presença do governador Celso Ramos e demais autoridades, no Teatro Álvaro de Carvalho, 12 de março de 1962



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

<sup>9</sup> USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 1, 1962, p. 18-19. As citações anteriores desse parágrafo foram retiradas dessa mesma fonte.

<sup>10</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000, p. 117.



Nesse discurso inaugural, nenhuma palavra de Ferreira Lima em reconhecimento ao longo, fundamental e irrefutável protagonismo do professor Henrique Fontes no processo de fundação da Universidade de Santa Catarina (ver figura 2.7).

Não obstante Henrique Fontes haver dado início simbólico para a construção da Escola de Engenharia, com o lançamento da pedra fundamental no avantajado terreno da Trindade, Ferreira Lima – de posicionamento contrário, como vimos, a tal projeto, e com o seu ponto de vista fortalecido pela instalação da Reitoria no imóvel da Bocaiúva (que foi prontamente reformado e ampliado para tal fim) –, tratou de implementar um conjunto de ações voltadas à instalação da USC na área central de Florianópolis, paralisando, assim, a continuidade das obras na Trindade. Ergueu as primeiras instalações, ainda que provisórias, da Faculdade de Engenharia no próprio terreno da Reitoria, de modo a poder dar início imediato às aulas. Seu plano apontava para a aquisição de terrenos contíguos ao da Reitoria, com “área de quase dois hectares” e que “já cobertos de arvoredo, desapropriados e urbanizados, constituiriam o ‘Centro Universitário de Florianópolis’”<sup>11</sup> (ver figuras 2.8 e 2.9).

Figura 2.8 – Palácio da Reitoria, na Rua Bocaiúva, nº 60, no Centro, adquirido em janeiro de 1962, sede do reitorado de Ferreira Lima (1961-1971)



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

<sup>11</sup> Essas informações estão no texto justificador do voto do reitor contrário ao projeto de instalação da Cidade Universitária na Trindade, publicado no *Boletim Informativo* nº 1, já referido. Ver também a ata da sessão correspondente do CUn, realizada em 27 de novembro de 1962, no *Primeiro livro de atas*, Conselho Universitário, no acervo do Arquivo Central da UFSC. Ainda, mais informações em: LIMA, João David Ferreira. O que eu planejava para a Universidade de Santa Catarina. *Laço Húngaro*, Polícia Militar de Santa Catarina, Florianópolis, ano 1, n. 1, p. 45-46, jan. 1963.



Figura 2.9 – Fachada do Palácio da Reitoria



Fonte: USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 3, segundo semestre de 1963. Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da UFSC.

Segundo o reitor, as faculdades já instaladas em diferentes endereços das áreas centrais (Direito, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Serviço Social e Medicina) e que já possuísem o próprio imóvel, deveriam nele permanecer, “projetando para ali os seus prédios definitivos”.<sup>12</sup> Aquelas que não possuísem prédio próprio permaneceriam no local até que fosse concretizada a ampliação da área pensada por Ferreira Lima. Enquanto isso, em todas elas seriam processadas as reformas mais emergenciais. No vasto terreno da Trindade funcionaria, portanto, apenas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujo prédio já havia sido inaugurado e já estava em funcionamento, dando início às obras do Plano da Cidade Universitária. Oportunamente, segundo o reitor, nessa área da Trindade também poderia ser erguida uma Faculdade de Agronomia ou Institutos de Pesquisa.<sup>13</sup>

Em razão desse posicionamento, a Reitoria passou a investir no seu projeto, canalizando recursos para ele, sem levar em conta a existência do avançado Plano da Cidade Universitária em implantação na Trindade, com vastas porções de terras desembaraçadas para tal.

---

<sup>12</sup> Cf. nota anterior.

<sup>13</sup> Esta última informação encontra-se no extenso parecer que o reitor apresentou ao Conselho Universitário, na sessão do dia 27 de novembro de 1962, registrado na ata correspondente. *Primeiro livro de atas*, p. 97-108. Acervo do Arquivo Central.

## 2.1.2 Manifestações estudantis, com apoio popular, contra a universidade no Centro e pela continuidade das obras na Trindade

A intransigência de Ferreira Lima, que tinha um imenso poder sobre a direção da universidade, inclusive sobre o Conselho Universitário e sobre o Conselho de Curadores (este, composto por três ou quatro membros durante longos anos do seu reitorado, e também presidido por ele), acabou por criar uma situação de beligerância no meio estudantil. A compra da Chácara Molenda foi a senha, o estopim que, diante do comportamento autoritário do reitor, acabou por deflagrar amplas e aguerridas manifestações discentes, não apenas de universitários, mas também de secundaristas. Ao longo de 1962, tal conflito ganhou as ruas e praças de Florianópolis, e a imprensa escrita e falada abriu generosos espaços para noticiá-lo. Desafiado a manifestar-se publicamente, Ferreira Lima respondia escudando-se no fato de que tal decisão tinha sido colegiada, amplamente majoritária no CUn e unânime no Conselho de Curadores.<sup>14</sup> Mas o estudantado sabia da forte ascendência do reitor sobre os membros dos colegiados superiores da universidade. Ele exercia com mãos de ferro suas prerrogativas como dirigente maior da instituição. Era corrente a informação de que os diretores das faculdades tinham receio de contrariar o reitor, pois sabiam que teriam que arcar com as consequências disso (com retaliações como, por exemplo, atraso ou mesmo corte de recursos). Era notório que Ferreira Lima vivia às turras com Henrique Stodieck, diretor da Faculdade de Direito, pelo seu frequente trabalho de oposição à direção central da USC. Segundo David Ferreira Lima, filho do reitor, em recente entrevista dada a Mateus Bandeira Vargas: “Eles não se gostavam. Desde a Faculdade de Direito. Sempre foi voto contrário em tudo o que papai fez lá. Meu velho não suportava o Stodieck. Ele não o suportava também”.<sup>15</sup> Com bem menor relevo, mas existente, também havia problema com relação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, única a funcionar na Trindade, certamente por ser expressão

---

<sup>14</sup> Como a imprensa da capital noticiou que a aprovação da compra da Chácara Molenda havia sido por unanimidade, tanto no Conselho Universitário quanto no de Curadores, o professor Oswaldo Rodrigues Cabral, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (sucendendo o professor Henrique Fontes), enviou ofício ao jornal *O Estado*, em 19 de fevereiro de 1962, informando: “não estive presente à sessão que aprovou a referida compra e que, se estivesse, teria votado contrariamente a sua realização, conforme declaração que requeri constasse de ata da sessão de 16 do corrente, pelos motivos que expus aos senhores Conselheiros”. Na edição do dia seguinte, 20 de fevereiro de 1962, o jornal publicou esse esclarecimento.

<sup>15</sup> VARGAS, Mateus Bandeira. *Dossiê UFSC: as ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p. 46.*

do histórico protagonismo do professor Henrique Fontes no processo de criação da universidade em Santa Catarina. Trinta anos após, em 12 de março de 1992, Aluísio Blasi – que havia exercido a função de Secretário Geral da universidade durante o reitorado de Ferreira Lima, era seu amigo e gozava de sua mais estrita confiança –, ao ser convidado a palestrar sobre a implantação do afamado sistema administrativo da UFSC, registrou que a equipe que geriu a instituição nos anos 1960 formava “um bloco monolítico”.<sup>16</sup>

Houve uma crescente e fervilhante mobilização, na cidade e em Brasília, contrária ao encaminhamento do reitor. Tão logo se tornou pública a decisão de instalar a Reitoria na Bocaiúva, o vereador Otto Entres, da União Democrática Nacional (UDN), remeteu o seguinte esclarecedor e incisivo telegrama ao ministro da Educação e Cultura, solicitando providências a respeito:

Na qualidade de Vereador do Município de Florianópolis e também como ex-diretor Obras Públicas Estado, e que a seu cargo a execução Plano Piloto Cidade Universitária, venho denunciar a V.Exa. o ato do Conselho Universitário deturpador do mesmo Plano consistindo aquisição de imóvel para a instalação Reitoria. Afirmo e requeiro a V.Exa. que mande verificar: Primeiro – Que existe um Plano Piloto elaborado por técnicos da Universidade de São Paulo e devidamente aprovado. Segundo – Que as terras da Cidade Universitária foram doadas pelo Estado à União estando a doação mencionada no Estatuto da Universidade. Terceiro – Que a área doada é superior a 750.000 metros quadrados estando desembaraçadas de quaisquer ocupantes e livre para imediatas construções. Quarto – Que há mais de cinco anos está em execução o Plano da Cidade Universitária tendo sido canalizadas as águas, abertas duas avenidas, concluídos os projetos totais da Faculdade de Filosofia e da Escola de Engenharia e Arquitetura. Quinto – Que foi construído parte do bloco do conjunto da Faculdade de Filosofia que lá funciona há um ano com toda regularidade. Sexto – Que estão reservadas para a Reitoria e Administração vinte mil metros quadrados na parte central da Cidade Universitária. Sétimo – Que Plano da Cidade Universitária considera todas as necessidades administrativas, de Ensino, de Pesquisa, de habitação para 4.500 alunos, habitação de professores, esportes, praças e variadas recreações. Oitavo – Que o imóvel por adquirir além de deturpar o Plano Piloto da Cidade Universitária contraria frontalmente Plano Diretor da Capital Catarinense e é uma simples residência localizada em zona residencial, distante mais de cinco quilômetros da Cidade

---

<sup>16</sup> Ver cópia da palestra pronunciada por Aluísio Blasi, em 12 de março de 1992, no auditório da Reitoria, p. 1. Pasta Amarela, Acervo do Gabinete do Reitor, UFSC, Campus da Trindade, Florianópolis (documento acessado em 19 jan. 2016 pela CMV).

Universitária. Nono – Que o fato apontado é pretendido imóvel oscilar em torno de Cr\$ 25.000.000,00, quantia gasta desnecessariamente quando a Universidade já é dona de área de terra desimpedida destinada para este mesmo fim na Cidade Universitária onde poderá começar com esta importância construção de um prédio condigno. Pelo exposto requiro a V.Exa. se digne determinar a verificação dos fatos apontados para o que também invoco, como cidadão, o direito de representação assegurado pela Constituição Federal.<sup>17</sup>

O embate saiu dos confortáveis gabinetes oficiais e ganhou as ruas e as praças de Florianópolis. Cresceu a objeção pública, liderada pelo movimento estudantil, ao abandono do Plano da Cidade Universitária na Trindade. Ferreira Lima, aferrado a sua posição pessoal, afirmava que a construção da “Cidade Universitária não faz sentido”. Mas seu plano de estabelecer a USC no Centro e seus correspondentes argumentos mostravam-se pobres e insustentáveis, sobretudo diante da efetiva e substancial expressão histórica do que já havia sido realizado e estava por vir na área da Trindade (sob a coordenação geral de Henrique Fontes, por quem, aliás, ele não nutria amizade nem reconhecimento). Por ser personalista,<sup>18</sup> era comum Ferreira Lima sentir-se pessoalmente atacado diante das cobranças públicas contrárias aos seus encaminhamentos como reitor, como nesse emblemático caso da Bocaiúva. Em contraponto, crescia a percepção de que ocorria “esbanjamento de dinheiro público na compra de terrenos inúteis”, dinheiro que já era escasso para a educação e que, portanto, não deveria ser gasto “ao sabor de caprichos”, conforme noticiava a imprensa local.

A campanha pela continuação das obras da Cidade Universitária foi intensificada. A União Catarinense dos Estudantes Secundaristas (UCES) integrou-se à luta, “pois amanhã seremos nós os universitários”. A União Catarinense dos Estudantes (UCE) lançou manifesto público explicando as razões de sua defesa da ida para a Trindade, intitulado “Por que e para que Cidade Universitária?”. Nele, os estudantes esclarecem que tal cidade é um fato em vários países “onde há ensino superior com orientação progressista”, mesmo no Brasil, como a Universidade de São Paulo e a Universidade de Brasília, além de outras em planejamento.

---

<sup>17</sup> Publicado com o título “O Vereador Otto Entres e a Cidade Universitária”, no jornal *A Gazeta*, Florianópolis, domingo, 18 fev. 1962; do acervo particular da família de Henrique Fontes. O telegrama original encontra-se no acervo do Arquivo Central da UFSC.

<sup>18</sup> No sentido de “conduta de quem refere tudo a si próprio”, conforme o verbete: PERSONALISMO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Por que havemos de permitir a morte da nossa CIDADE UNIVERSITÁRIA? Sim, porque, queiram ou não os negadores e os pessimistas, o caso é que a Universidade de Santa Catarina, de direito e de fato, já tem a sua CIDADE UNIVERSITÁRIA, com terras suficientes e desembaraçadas, com o seu Plano Piloto, com o seu chão já preparado e com uma Faculdade em trabalho. É uma verdadeira CIDADE UNIVERSITÁRIA, e não um simples Centro Universitário. [...] É imperativo que ela continue e que, em vez de objeções sem consistência e denotadoras de falta de espírito universitário, suscite compreensão para esta lúcida e corajosa iniciativa do Governo do Estado, que a doou ao Governo da União para entrar no patrimônio da Universidade [...]. O mais interessante e convincente será ir à CIDADE UNIVERSITÁRIA, admirar a sua quieta paisagem e entrar na Faculdade de Filosofia. Ela tem constituída apenas a terça parte de um dos seus edifícios. Faltam ainda cinco outros. Mesmo assim, já mostra o conforto e os recursos que a CIDADE UNIVERSITÁRIA dará aos movimentadores da Universidade, e eles precisarão de ótimas condições de trabalho, porque a Universidade Brasileira, com as fartas verbas que passou a receber, terá que intensificar a sua atividade, e o magistério, dada a sua alta remuneração, deixará de ser ocupação suplementar para ser ocupação principal e até exigirá dedicação exclusiva.<sup>19</sup>

Por sua vez, o Conselho de Representantes da União Catarinense de Estudantes,<sup>20</sup> órgão deliberativo constituído pelos presidentes dos Centros Acadêmicos e demais conselheiros de todas as faculdades da Universidade de Santa Catarina, em 27 de outubro de 1962, decidiu também lançar um manifesto em defesa da Cidade Universitária, alertando o público em geral:

1. Que a concretização da CIDADE UNIVERSITÁRIA NA TRINDADE é objetivo primordial e comum do estudante e do povo; 2. Que a Reitoria da USC não tem se mostrado inclinada a executar o Plano da Cidade

---

<sup>19</sup> Manifesto original, disponível no acervo particular da família de Henrique Fontes; consultado pela CMV/UFSC no segundo semestre de 2015 (todos os documentos aqui referidos, integrantes desse acervo particular, foram pesquisados nesse mesmo período). Os manifestos que se seguirão, o do Conselho de Representantes da UCE e o da diretoria da UCE, também integram esse acervo familiar.

<sup>20</sup> Antes de sua criação oficial, a USC era composta por faculdades isoladas, cujos estudantes formavam a UCE (fundada em 1949). Em 1960, tais faculdades se reuniram e vieram a constituir essa universidade, resultando na criação da Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina (FEUSC) – para atender, especificamente, à necessidade de representação discente. Dessa forma, nos primeiros anos da USC, houve um amálgama entre a representação estudantil que fazia parte da UCE e a da FEUSC. Esta, posteriormente, veio a constituir o DCE.

Universitária; 3. Que se os estudantes não se manifestassem, correriam o risco de continuarem a ver obras provisórias e jamais uma CIDADE UNIVERSITÁRIA; 4. Que o subdistrito da Trindade oferece mais condições de instalação, cujo exemplo nos dá a Faculdade de Filosofia; 5. Que quase todas as nossas Faculdades funcionam em prédios provisórios e tecnicamente inadequados para o funcionamento do ensino superior; 6. Que não encontramos um argumento de real fundamento que impeça a construção das demais Faculdades no local previsto pelo Plano da Cidade Universitária na Trindade; 7. E que por isso esse Conselho de Representantes RESOLVE, de maneira pública, externar seu apoio irrestrito à campanha lançada pela Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina, conclamando todos os estudantes e o povo à luta, que é nossa, para darmos a Santa Catarina o progresso que tem direito.

Assinaram o manifesto o presidente, Lourival Costa, bem como os representantes dos Centros Acadêmicos de cinco faculdades.

Pelo que se pode deduzir do “Manifesto ao Povo e aos Estudantes”, lançado pela direção da UCE também no dia 27 de outubro de 1962, o embate público foi mesmo acirrado no decorrer de 1962, com ambas as posições – a ida ou não para a Trindade – tentando conquistar consciências e ganhar a causa. Depois de parabenizar os estudantes pela “brilhante campanha” em prol da Cidade Universitária, de esclarecimentos de “verdades que há muito precisavam ser ditas e postas a nu”, o manifesto trata de

DESAUTORIZAR o pronunciamento de bem conhecidos estudantes, que, servindo interesses próprios, tentam através de rádio e de jornal, incompatibilizar a opinião pública e estudantil com os órgãos representativos de classe – Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina e União Catarinense dos Estudantes. Que eles e seus donos saibam que não nos venderemos e nem trairemos a causa do estudante do povo barrigaverde.[...] Levamos ainda ao conhecimento do povo e dos estudantes que não tem fundamento as alegações gratuitas de que estamos a atacar a honra pessoal de quem quer que seja, mas, simplesmente estamos numa luta que visa a CONTINUAÇÃO DAS OBRAS DA ‘CIDADE UNIVERSITÁRIA NA TRINDADE’. Estudantes, unidos permaneceremos no campo de batalha. [...] O futuro nos dará razão. E as novas gerações hão de nos lembrar com gratidão. E nos sentiremos felizes de na HORA DECISIVA TERMOS permanecido fiéis aos nossos ideais e a nossa consciência!

Assinaram esse manifesto o então presidente da UCE, Francisco Mastella, e o secretário-geral, Dourival Buzarello.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar Externa para tratar, junto às autoridades competentes, da continuação das obras da Cidade Universitária na Trindade. Na Câmara Federal, o deputado Aroldo Carvalho, em 12 de novembro de 1962, encaminhou ao ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, um pedido de informações, acompanhado de dados sobre o assunto, no qual ele denuncia que há

menosprezo de uma área desembaraçada e edificável de cerca de 800.000 metros quadrados, a sete quilômetros do Palácio do Governo, para fazer compras onerosíssimas no centro de Florianópolis.<sup>21</sup>

A UCE, além dessa aguerrida luta pela defesa da continuidade das obras da Cidade Universitária na Trindade, desenvolvia intensa articulação com os segmentos populares de Florianópolis e do interior de Santa Catarina, a exemplo do que a UNE fazia desde o início da década de 1960. Os universitários catarinenses realizavam assembleias, palestras e debates públicos em escolas e associações comunitárias, inclusive em emissoras locais de rádio. Coube a Francisco Mastella suceder a Marcílio Ramos Krieger na presidência da UCE, ambos estudantes da Faculdade de Direito e lideranças do combativo Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF).

Marcílio e Mastella moravam sob o mesmo teto da Casa do Estudante, à Avenida Hercílio Luz – instituição criada pelo padre Francisco Salles Bianchini e que se destinava a abrigar estudantes procedentes do interior do Estado –, juntamente com mais de uma dezena de universitários.<sup>22</sup>

Dentro de uma ambiência cristã, ambos integraram os quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), expressando clara consciência dos graves problemas nacionais que atravessavam aquele período. Lutavam por uma sociedade mais justa, mais humana, segundo os preceitos do evangelho. Naqueles anos, estava no auge o chamado “solidarismo cristão”, doutrina social lançada dentro da Igreja Católica pelo padre dominicano francês Joseph Lebreton (cujos ensinamentos foram encampados pelos papas João XXIII e Paulo VI, sendo consagrados na Conferência de Puebla, em 1979, com a aprovação da “Opção preferencial pelos pobres”).

---

<sup>21</sup> Cópia desse documento integra o acervo da família de Henrique Fontes. Consulta realizada pela CMV/UFSC no segundo semestre de 2015.

<sup>22</sup> UM BOM moço, preocupado com os problemas nacionais [matéria com chamada de capa, “Falta um”, sobre Marcílio Ramos Krieger], *Jornal da Semana*, Florianópolis, p. 10. 30 jun./7 jul. 1979. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

A obra de Lebret, *Manifesto por uma civilização solidária*, era o livro de cabeceira dos líderes estudantis católicos de então. Segundo o padre Edgard de Oliveira, que liderou em Santa Catarina a Juventude Estudantil Católica (JEC): “Trata-se de uma posição essencialmente cristã. Uma pacífica luta política para combater as injustiças, uma proposição de alteração das estruturas, a partir das mudanças políticas”.<sup>23</sup>

### 2.1.3 Manifestações estudantis contra espúrias contratações docentes pela Reitoria

Além da questão da compra do imóvel da Bocaiúva e suas implicações quanto à localização e ao projeto de construção da Universidade de Santa Catarina, os estudantes também se mobilizavam contrários ao modo pelo qual Ferreira Lima tratava de constituir o quadro de professores e funcionários da instituição, com ocorrência de indicações de amigos e de políticos amigos, independentemente da formação escolar e da competência profissional do indivíduo para o exercício da função. Com relação a isso, o professor Armen Mamigonian (que já era docente do curso de Geografia desde a Faculdade Catarinense de Filosofia, então criada e dirigida por Henrique Fontes), em entrevista dada para a CMV/UFSC, afirmou:

a cúpula da UFSC era do PSD [Partido Social Democrático], tinha sido nomeada pelo Aderbal,<sup>24</sup> mandachuva do PSD de Florianópolis. Ferreira Lima só foi reitor porque era da corriola do Aderbal. Aderbal ia indicando e o Ferreira Lima ia nomeando. O Aderbal era quem mandava na Universidade.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> UM LÍDER pacífico, voltado para o solidarismo. *Jornal da Semana*, Florianópolis, p. 10. 30 jun./7 jul. 1979. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. p. 10.

<sup>24</sup> Aderbal Ramos da Silva, natural de Florianópolis, neto de Vidal Ramos e sobrinho de Nereu Ramos e Celso Ramos; influente político do PSD, foi governador de Santa Catarina (1947-1951); manteve sua base eleitoral capaz de eleger dois governadores, ambos pelo PSD, Celso Ramos (1961-1966) e Ivo Silveira (1966-1971). PSD e UDN vieram a constituir a ARENA, uma ampla base partidária de apoio ao regime militar, após a reforma eleitoral imposta pelo Ato Institucional nº 2, de 1965. Foi casado com Ruth Hoepcke, neta de Carl Hoepcke.

<sup>25</sup> Depoimento concedido por Armen Mamigonian à CMV/UFSC, em 12 de março de 2015, na sala do Laboratório de Sociologia do Trabalho do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (LASTRO/CFH). Ainda sobre essa prática de apadrinhamento na formação dos quadros da universidade, o *Boletim Informativo* nº 9, de jan./jun. 1966, do Gabinete da Reitoria/UFSC, do acervo do Arquivo Central, na página 175, traz informações sobre a constituição, pelo reitor Ferreira Lima, de uma Comissão de Inquérito, integrada pelos professores Roberto M. de Lacerda, Paulo Blasi e Lauro Caldeira de Andrade, em 12 de maio de 1966. Tal comissão foi criada para apurar as “graves afirmativas feitas publicamente, em estação de rádio desta Capital, pelo professor contratado



Em 11 de abril de 1969, por ofício carimbado como “Confidencial”,<sup>26</sup> o general Álvaro Veiga Lima, que respondia pela chefia do Serviço Nacional de Informações – Núcleo de Florianópolis (SNI/NAFL), fez remessa de documentos relativos à “Ficha Registro” (antiga ficha-conceito) do reitor João David Ferreira Lima ao Chefe do SNI da Agência de Curitiba, a pedido deste. Tais documentos (inclusive já acrescidos de informações para além de 1969, chegando até 1975, como é o caso do *Prontuário nº 985*), todos com o carimbo de “Confidencial” ou de “Secreto”, foram disponibilizados pelo Arquivo Nacional, em 2015, para a CMV/UFSC. Neles consta:

causa estranheza [sic] as despesas e as facilidades com que a UFSC faz despesas imensas. O atual Reitor, Dr. João David Ferreira Lima, homem de bem, [...] esteve na Europa e na Alemanha Oriental a pretexto de fazer compras. Muitos professores contratados residem em São Paulo ou Porto Alegre, para onde se deslocam semanalmente por conta da Faculdade. O Reitor é também Diretor Presidente do Consórcio Transportes Catarinenses Cruzeiro do Sul. Na Faculdade de Odontologia há quase 60 professores, e consta que o número de alunos é de 80; o motivo é o grande número de Professores Assistentes. Consta que dentro da Reitoria, para onde foram nomeados cerca de 20 funcionários, na ausência do Reitor, quando foi para a Europa, os funcionários se atropelavam”.<sup>27</sup>

Nessa mesma fonte, consta ainda que, com relação ao reitor, “é homem de ílibada conduta cívico-democrática e que sofreu a fase aguda das crises estudantis

---

Nelson Lima Teixeira contra a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; [...] na referida reportagem radiofônica o citado professor afirma, entre outras coisas, que “é um problema de corrupção administrativa, o mais grave que possa existir em uma Universidade [...] o problema do favoritismo”. O fato de o boletim ter saído alguns anos após o governo de Aderbal Ramos da Silva apenas expressa a continuidade do problema. O reitor, então, considerando a “gravidade e repercussão” dessas denúncias, pela Portaria nº 180/66, de 12 de maio de 1966, designou a referida comissão para que tais afirmações fossem “devidamente apuradas”. A CMV/UFSC não conseguiu localizar tal processo, de modo a poder registrar seus resultados. Mas, pelos membros da Comissão de Inquérito designados por Ferreira Lima (todos de sua mais estrita confiança, quais raposas a cuidar de um galinheiro), e pelos tempos aziagos da ditadura civil-militar, tudo indica que nada foi “devidamente apurado”, sobrando talvez para o professor denunciante alguma retaliação.

<sup>26</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência de Curitiba. Ofício nº 262-SNI/NAFL/69, ACT/ACE/3117/82 – SEC – I/I, p. 1. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>27</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Prontuário nº 985, João David Ferreira Lima, ACT/ACE/3117/82 – SEC I/I, p. 1. Acervo da CMV/UFSC.

anteriores à Revolução de 1964”.<sup>28</sup> Mais adiante, há o registro de que o reitor da UFSC “tem tido pessoalmente uma conduta bastante razoável na direção da referida Universidade”.<sup>29</sup>

Segundo longa matéria do jornal florianopolitano *Sete Dias*, de 22 de abril de 1962, intitulada “A estudantada ganhou no grito”:

As nossas Faculdades, especialmente a de Direito e a de Ciências Econômicas, logo após a criação da universidade, começaram a sofrer aquilo que alguém classificou “o andaço das assistências”. Trocado em miúdos, isto quer dizer que cada professor catedrático ficou com o direito de indicar um assistente, seu eventual substituto na falta de livre-docente concursado. E o que é melhor, cada assistente seria remunerado e, quando no exercício, perceberia como catedrático. Aí começaram os papais professores a indicar os robustos rebentos, os tios a indicar sobrinhos, os políticos situacionistas sem filhos e sem sobrinhos a indicar os filhotes. E o Osmar Cunha entendeu de indicar o Caminha, gerente do “Diário da Tarde”, para catedrático substituto de Moeda da Faculdade de Ciências Econômicas.<sup>30</sup>

Osmar Cunha, então deputado federal pelo PSD, prefeito de Florianópolis na gestão de 1954 a 1959, segundo o jornal, trouxe de Brasília o ato de nomeação de seu pupilo, assinado pelo presidente da República, obtendo, assim, a sua aprovação pelo Conselho Universitário. Ainda segundo o jornal, o presidente da UNE, Aldo Arantes, de passagem por Florianópolis, foi instado pelos estudantes locais a interpelar Ferreira Lima a respeito, que afirmou: “Dei posse ao dr. Caminha devido à pressão exercida pelo deputado Osmar Cunha, a quem devo assinalados favores”. Aldo Arantes então fez questão de expressar seu espanto em ver um “Magnífico Reitor dobrável à cobrança política”. Diante desse e de outros casos, como o de Renato Barbosa, chefe de gabinete da Reitoria (o professor Henrique Stodieck, Diretor da Faculdade de Direito, na ocasião dessa mobilização, ainda segundo o jornal em referência, veio a público denunciar a “aparência de moralidade que RB e seus cupinchas conseguiam manter”), os estudantes protestaram deflagrando uma

---

<sup>28</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Curitiba. Prontuário nº 985, João David Ferreira Lima, ACT/ACE/3117/82 – SEC I/I, p. 3. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>30</sup> Jornal *Sete Dias*, ano 1, n. 1, Florianópolis, p. 8 e 9. 22 abr. 1962. Tendo como diretor Nilton J. Cherem e como secretário Jali Meirinho, o jornal surgiu “para acolher todos os reclamos; para defender todos os perseguidos; para denunciar todas as omissões; para fustigar todos os deslizes; para reivindicar todas as reformas necessárias; para fazer oposição”. *Ibidem.*, p. 3. Tudo indica que teve vida curta. Do acervo da família de Henrique Fontes.

greve. Houve concorridas manifestações públicas em que portavam uma profusão de cartazes, infelizmente ilegíveis nas fotos que acompanham essa reportagem e que ocupam todas as páginas centrais do jornal. Em um deles, entretanto, é possível ler claramente: “Abaixo o protecionismo, QUEREMOS Mestres”. Nessa matéria do *Sete Dias*, informa-se que o jornal *A Gazeta* publicara um artigo intitulado “Advertência contra o cupim”, que acabou por mobilizar ainda mais os estudantes “contra as marmeladas da cúpula universitária”. Enfim, como afirmou a manchete do *Sete Dias*, “A ESTUDANTADA GANHOU NO GRITO”, o Conselho Universitário reconsiderou a nomeação de Caminha, decidindo pela sua nulidade “por falsidade documental”. E Ferreira Lima, também por pressão dos estudantes em greve, viu-se na contingência de ter que solicitar ao seu chefe de gabinete, Renato Barbosa, que saísse de uma comissão que tratava do caso Caminha, a qual havia sido nomeada pelo próprio reitor. Barbosa atendeu a solicitação e, ato contínuo, incomodado, renunciou à chefia de gabinete. Essa concorrida matéria do jornal *Sete Dias* sobre a paralisação discente encerra-se com uma expressiva nota intitulada “Nada claro ainda”:

Apesar de, aparentemente, superada a crise, a situação entre os universitários de Santa Catarina ainda não está clara. Nomeações sem concursos para cargos na universidade, a compra inexplicável da chácara do Molenda por 25 milhões para a instalação da Reitoria e o abandono da Cidade Universitária são pontos sobre os quais os estudantes e a opinião pública desejam um esclarecimento.

#### **2.1.4 Conselho Universitário decide, contra a expressa vontade do reitor, que a universidade deverá ser instalada na Trindade**

Sobre o clima de mobilização na cidade em 1962, pode-se aferi-lo, pela leitura da longa ata da reunião do CUn, de 27 de novembro daquele ano,<sup>31</sup> que teve como principal ordem do dia a tomada de decisão sobre o “Planejamento e localização dos prédios das unidades e demais dependências da Universidade”. Nela, o professor João B. Bonnassis, representante da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), afirmou que “os espíritos estão armados”, que o “ambiente criado se tornou hostil”, que “velhas amizades ficarão estremecidas”, que há “intransigência”, que “chegamos a um ponto onde a coação tolhe-nos até a liberdade de externarmos o nosso ponto de vista”. Reclamou da forma com que a

---

<sup>31</sup> Ata da 15ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 27 de novembro de 1962, *Primeiro livro de atas*, p. 97-108. Acervo do Arquivo Central. Todas as citações constantes neste parágrafo encontram-se no corpo dessa ata.

questão foi encaminhada (a Reitoria havia requerido que todas as congregações das faculdades tomassem uma posição, em resposta a uma pergunta, de caráter plebiscitário, que havia lhes encaminhado a respeito da ida ou não da universidade para a Trindade): “os prazos, as formas empregadas para se impor uma ideia, que talvez nem todos aceitem e que, também talvez, não seja a melhor, é que não são toleráveis”. E disse mais, que possivelmente “o problema não esteja bem lançado, que a questão não esteja bem posta”. A ata dessa reunião do CUn também registra que a congregação da Faculdade de Medicina resolveu “não dar, à consulta da egrégia Reitoria, caráter plebiscitário, pelo ‘sim’ ou pelo ‘não’, pela complexidade do problema”. Enfim, o colegiado do Conselho Universitário, por maioria, deliberou, dadas as circunstâncias então vigentes, pela ida da USC para a área da Trindade, bem como pelo “plano já elaborado, com as modificações entendidas como necessárias”, não obstante todo o açodado processo de encaminhamento da questão e a reconhecida ascendência do reitor sobre tal instância decisória. Ferreira Lima foi, então, voto vencido, e numa questão crucial para os destinos da Universidade de Santa Catarina.

Como vinha defendendo sua posição de modo inarredável desde que se tornou pública a compra do imóvel da Bocaiúva para ali ser instalada a Reitoria, Ferreira Lima, nessa reunião do CUn em que teve seu voto vencido, tratou de ler um longo parecer, que se encontra integralmente transcrito na ata correspondente, no qual buscou justificar seu ponto de vista (tal parecer também foi publicado no *Boletim Informativo* nº 1). Nesse escrito, o reitor procurou explicitar por que era contra a ida para a Trindade. Criticava a concepção de “Cidade Universitária” por considerá-la inviável, diante do que considerava como inescapável condição de escassez de recursos financeiros. Arrolou o que entendia como “percalços e obstáculos intransponíveis”. Julgava ser “um erro grave pensarmos [...] na construção de uma ‘Cidade Universitária’ e muito menos na Trindade. Isso não tem sentido”. Tratava-se, para ele, de simples “miragens mirabolantes”, ou seja, de expressão de um “sonho muito bonito, mas sem raízes na nossa realidade”. O reitor buscou ainda justificar seu posicionamento lançando mão de uma pretensa defesa dos próprios interesses estudantis (não obstante toda a luta dos discentes em contrário) e, inclusive, dos segmentos “pobres” da população, que poderiam vir a frequentar os bancos da universidade:

Construídas as Faculdades na Trindade, como se transportará a massa de alunos, que atualmente é de quase mil e amanhã será de alguns milhares para lá, com os meios precários de condução existentes e o péssimo estado de conservação da estrada? Precisamos pensar e raciocinar objetiva e realisticamente para não impedirmos ou dificultarmos, amanhã, os

pobres de cursar nossas Faculdades. Percentagem elevadíssima de nossos universitários trabalha em escritório, casas comerciais e entidades públicas. Como conciliar os horários de trabalho com um curso na Trindade? [...] o futuro dirá quem estava certo.<sup>32</sup>

Rogério Duarte de Queiroz, que sucedeu a Francisco Mastella na presidência da UCE a partir de 1963, mas não pôde concluir seu mandato por ter sido preso por ocasião do golpe de 1964, em depoimento prestado para a Comissão Memória e Verdade da UFSC afirmou:

Sempre quando entro na Universidade fico emocionado. Quando vejo a Universidade implantada no campus da Trindade, me recordo que nosso movimento foi grande para que fosse criada a Cidade Universitária. O reitor Ferreira Lima era contra. Está nos jornais. Era perigoso para as meninas, poderia ter problemas de assalto. Tinha que ter alguém de visão. O Henrique da Silva Fontes fez um livrinho sobre a Cidade Universitária, que me ofereceu [...]. Nos incentivava a ampliar o movimento para a Cidade Universitária.<sup>33</sup>

A leitura atenta do parecer que embasou o voto do reitor, pelo enorme significado do que estava em pauta – a construção da pioneira Universidade de Santa Catarina –, permite perceber que ele estava aquém da grandiosidade imanente a tal instigante e desafiador projeto educacional. Sua visão era redutora, provinciana, familiar, com muitas ações tomadas entre amigos (via troca de favores). Como o reitor entendia o papel de uma universidade? Simplesmente como uma instituição que tem “a alta e primordial finalidade de transmitir saber”. Isso explica, em grande medida, seu posicionamento avesso ao Plano da Cidade Universitária, com seus projetados institutos de pesquisa integrados ao ensino e à cultura, pensados por Henrique Fontes. Enfim, Ferreira Lima, a contragosto, teve que se resignar a dar seguimento à construção da Universidade de Santa Catarina na Trindade. Mas, para tanto, abandonou o substancial plano existente (não obstante o CUn haver aprovado, em 27 de novembro 1962, como já vimos, “o plano já elaborado, com as modificações entendidas como necessárias”) e procurou construir um outro, em colaboração com a Universidade do Rio Grande do Sul, mais o trabalho do “Meu filho, David Ferreira Lima, arquiteto que, formando uma

---

<sup>32</sup> Ata da 15ª sessão do Conselho Universitário, *op. cit.*

<sup>33</sup> Depoimento de Rogério Duarte de Queiroz cedido em 7 de maio de 2015 à CMV/UFSC, na antessala do Conselho Universitário, UFSC.

excelente equipe [...] planejou o nosso ‘campus’ e construiu grande parte dele”.<sup>34</sup> Vários meses foram gastos, durante 1963, à espera da formulação de um novo projeto, para a ira dos estudantes. A arrojada ideia de uma Cidade Universitária foi definitivamente sepultada, dando lugar à de um reduzido e conformado Conjunto Universitário (ver figura 2.10).

Figura 2.10 – Filho do reitor Ferreira Lima era o responsável pelo gerenciamento das obras de construção do campus universitário na Trindade



Fonte: UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 12, segundo semestre de 1967.

### 2.1.5 Movimento estudantil pede intervenção federal na Universidade de Santa Catarina

O ano de 1963 foi varrido por efervescente mobilização estudantil, em intensa articulação com demandas populares, como a campanha contra o aumento do preço das passagens dos ônibus urbanos e a participação em grupos teatrais e projetos de alfabetização pelo método Paulo Freire, nos morros e praias da capital. Inclusive na própria sede da UCE.<sup>35</sup> A partir do final de 1962, passou a ser realizado um curso noturno de alfabetização destinado às crianças pobres da periferia de Florianópolis, que tinham que trabalhar como engraxates ou vendedores de jornais durante o dia para ajudar no sustento de seus familiares.

<sup>34</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 138.

<sup>35</sup> A sede da UCE, localizada no Centro de Florianópolis, foi palco de muitos momentos históricos do movimento estudantil. Ela se encontra hoje parcialmente desviada de seus propósitos, tendo a própria UCE alugado parte do prédio a terceiros para fins comerciais.

Esses meninos podiam jantar gratuitamente no Restaurante Universitário (RU), então sob a administração da própria UCE e instalado na própria sede (na Rua Álvaro de Carvalho, quase na esquina com a Felipe Schmidt). Rogério Duarte de Queiroz, presidente da entidade estudantil a partir de meados de 1963, em seu depoimento para a CMV/UFSC registrou que:

A UCE se metia em tudo. Em passe de ônibus, aumento de preço da carne; a UCE estava participando. Foi criada também a Frente Operária Estudantil, que deu impulso na participação da UCE no movimento social. E a UCE tinha o restaurante que reunia todos os estudantes da universidade, que naquele tempo era minúscula, não chegava a mil alunos. [...] A participação era muito intensa usando o restaurante.[...] Eram convidadas pessoas para fazer palestras.<sup>36</sup>

Rogério Duarte de Queiroz prosseguiu destacando a ampla mobilização dos estudantes universitários catarinenses de então, tendo em vista substantivas demandas sociais, na perspectiva da construção de um país mais justo, de um Brasil para os brasileiros.

Na minha gestão, quem era presidente da UNE era José Serra. Fui a Brasília porque tinha um projeto do método Paulo Freire para a alfabetização de adultos. Encontrei com o Serra e fomos ao Ministério da Educação [...]. Conseguimos sete milhões e meio de cruzeiros para implementar o projeto de alfabetização de adultos [...]. Junto com isso, foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC), e veio também a Univolantes [...]. Foi comprada também uma Kombi para fazer as idas e vindas [...]. Nós mandamos pintar a Kombi com o nome de “Carro de libertação do povo”. Uma Kombi que durou pouco. Essa Kombi fazia os contatos, tinha o núcleo no Pântano do Sul [...], esse carro fazia esse elo. [...] a Kombi foi confiscada pelo golpe militar, pelo 5º Distrito Naval [...], até hoje não devolveram. A Kombi de 1964 foi confiscada, foi roubada.

Era com tal veículo que os estudantes transportavam o material necessário para os trabalhos de alfabetização; também era com ele que costumavam panfletar, convocando a população para atos públicos. Dada a importância dessa Kombi para o movimento estudantil do período pré-1964, em seu depoimento, Rogério Duarte de Queiroz considerou que a UCE deveria tomar a iniciativa de lançar uma

---

<sup>36</sup> Depoimento cedido por Rogério Duarte de Queiroz, em 7 de maio de 2015, à CMV/UFSC, na antessala do Conselho Universitário, UFSC. Todas as demais falas de Queiroz a seguir também integram esse depoimento.

campanha a fim de trazê-la de volta. Queiroz prosseguiu sua fala sublinhando a intensa participação estudantil:

o restaurante era aberto para fazer assembleias nele [...], a UCE dava o apoio logístico. [...] Paulo Wright participava ativamente da UCE, quando tinha reuniões. A Federação das Cooperativas de Pescadores (FECOPESCA) foi muito importante no litoral para prestigiar e valorizar o pescador, que vendia peixes no mercado público. [...] Teve uma revolta de posseiros em Papanduva. A UCE levava apoio até lá, na fronteira do Paraná. Tinha uma área enorme para o treinamento dos militares. Para ver como a UCE se metia na parte social.<sup>37</sup>

Sob a organização da UNE e demais entidades estudantis dos estados sulinos, além da própria UCE, a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (como parte integrante do Movimento Popular de Cultura, promovido pelo MEC) foi lançada em Florianópolis, em 1963, com apoio federal, contando com a importante presença do próprio Paulo Freire. Coube ao professor Armen Mamigonian, a pedido do movimento estudantil, a honrosa incumbência de fazer a devida saudação ao visitante.<sup>38</sup> Ainda como expressão da intensa participação do estudantado, o CAXIF, da Faculdade de Direito, criou um Departamento de Assistência Jurídica com o propósito de prestar atendimento gratuito a demandas populares, ao mesmo tempo que possibilitava ao estudante um estreito contato com a desafiadora realidade dessas maiorias, podendo até mesmo desafiar a própria formulação conceitual do campo das Ciências Jurídicas. Importa destacar que foi desse Centro Acadêmico que proveio grande parte das principais lideranças estudantis combativas dos anos 1960 (Francisco Mastella, Rogério Duarte de Queiroz, Marcílio Ramos Krieger, Eduardo Luiz Mussi, Ivo Eckert, Markian G. Kalinoski e outros mais), inclusive como clara expressão do trabalho educativo e socialmente comprometido de professores como Henrique Stodieck, Waldemiro Cascaes, Aldo Ávila da Luz, José do Patrocínio Gallotti, Márcio Collaço, Osni de Medeiros Régis, Telmo Vieira Ribeiro.

Dois exemplos de engajamento dos estudantes de Direito extraídos dos jornais estudantis das décadas de 1950 e 1960 são a participação na Campanha “O Petróleo é nosso” e o apoio às Reformas de Base de João Goulart.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Ver este e outros trechos do depoimento de Queiroz na seção 5.1.1.

<sup>38</sup> Ver depoimento do professor Armen Mamigonian prestado à CMV/UFSC, em 12 de março de 2015, na sala do LASTRO/CFH.

<sup>39</sup> SARTOTI, Rodrigo Alessandro. *Juristas e ditadura: uma história política da Faculdade de Direito*



O movimento estudantil estava tão comprometido com a defesa e propagação dessas reformas de base que denominou *Reforma* o próprio jornal oficial da UCE. Os mestres daquele período, dado o seu peculiar perfil, também se envolviam, a favor ou contra, com as grandes e fervilhantes questões então postas no cenário nacional e estadual.

No início da década de 1960, o quadro docente da Faculdade era formado basicamente por advogados, promotores e juizes de carreira, sendo praticamente inexistente a figura do professor de dedicação exclusiva à academia. Nesse contexto, também era comum o envolvimento de professores da Faculdade na política institucional e partidária, tanto no âmbito da incipiente Universidade, quanto na política municipal e estadual, fazendo com que a Faculdade vivesse diretamente as disputas políticas dos principais partidos daquele contexto pré-Golpe. Figuravam no corpo docente professores filiados à UDN, ao PSD e ao PTB [Partido Trabalhista Brasileiro]. Entre os discentes não era diferente, o envolvimento destes nas questões políticas locais era constante e, em certa medida, refletia as disputas políticas daquele conturbado início de década.<sup>40</sup>

Em matéria de contracapa, intitulada “A luta não parou” o jornal *Reforma* (UCE)<sup>41</sup> trouxe uma séria denúncia apresentada pelo então presidente da entidade estudantil, Rogério Duarte de Queiroz:

Dia 9 p.p. houve uma reunião no Palácio da Agrônômica. O Governador Celso Ramos, Reitor Ferreira Lima, Diretores de nossas Faculdades e Presidente da União Catarinense dos Estudantes trataram da solução de vários problemas importantes [...]. Água, esgoto, luz, força e repavimentação [...]. No decorrer da reunião, o Professor Nicolau Severiano de Oliveira, digno Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, tendo em vista as precárias instalações de sua Escola, solicitou ao Governador do Estado a cessão do prédio situado na Travessa Ratclif a fim de que sua Escola pudesse reformá-la e instalar-se provisoriamente. Sua Excelência, o Senhor Celso Ramos, não concordou com a ideia, pois pretendia usá-lo para uma repartição estadual. Pediu então o Professor Nicolau S. de Oliveira que o Governo conseguisse o prédio onde há pouco funcionava a Casa do

---

da UFSC durante a ditadura militar (1964-1968). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p. 41.

<sup>40</sup> SARTOTI, *Juristas e ditadura, op. cit.*, p. 42.

<sup>41</sup> Todos os destaques a seguir relativos a essa matéria encontram-se no jornal da UCE. *Reforma*, n. 4, ano 1, 16-31 out. 1963. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Estudante da JUC, à Avenida Hercílio Luz. Respondendo, o Governador afirmou que era impossível atender também tal pedido. E mais. Declarou-se o Senhor Celso Ramos partidário incondicional da construção da Cidade Universitária de Santa Catarina no subdistrito da Trindade e que por isso não via motivo para ser reformado um prédio velho aqui no centro. ‘Por que a Faculdade de Ciências Econômicas não constrói [seu prédio] definitivamente no local previsto?’ – indagou o Senhor Celso Ramos. A essa pergunta [prosegue Rogério Duarte de Queiroz em seu relato do ocorrido], pedimos a palavra e apoiamos o Governador e aplaudimos suas ponderações, por considerá-las certas e objetivas, e dissemos que era esse também o pensamento dominante da classe universitária, que no momento representava.

Queiroz passa então a esclarecer que, antes de ser um posicionamento geral dos estudantes da universidade, havia o fato de 80% dos próprios alunos da FCE, no plebiscito realizado no ano anterior, terem se manifestado favoravelmente pela construção definitiva de sua faculdade na Trindade. Não obstante tal manifestação “inequívoca de apoio à causa da Cidade Universitária”, o dirigente estudantil denuncia que o diretor e a Congregação da Faculdade vinham demonstrando “má vontade. Estavam torpedeando uma causa apoiada pelas bases”. E Rogério Duarte de Queiroz afirmou, nessa audiência com o governador, que isso decorria do

fato de professores da F.C.E. acumularem vários cargos públicos e possuírem outros empregos e que para esses professores seria muito incômodo transferirem-se para a Trindade, pois perderiam tempo na locomoção.

O dirigente estudantil registra que o reitor Ferreira Lima, de imediato, o contestou e afirmou que ele não estava dizendo “a verdade”.

Que o acadêmico não poderia provar o que afirmava e que estava ofendendo a ele Reitor e aos demais Diretores das Faculdades ali presentes e [frisou o reitor] peço desculpas ao Senhor Governador pelo gesto impulsivo e impensado do acadêmico Queiroz.

Retomando a palavra, Rogério Duarte de Queiroz, com destemor, afirma que “aquilo que disséramos anteriormente era verdade e que provaríamos posteriormente”. É exatamente esse o escopo da matéria denominada “A luta não parou”, da lavra do presidente da UCE, que expressa sua necessidade de vir a público para poder provar ao reitor e demais interessados que não estava mentindo. Queiroz trata de afirmar que o diretor da Faculdade

acumula [...] cargos públicos: Diretor, Professor e Promotor Público. Levando-se em conta que a nossa Constituição Federal ainda valha algo, veremos que o Professor Nicolau S. de Oliveira está violando o que preceitua o artigo 185. [...] houve época que o Diretor da F.C.E. acumulou, além desses três cargos já citados, mais o de Procurador da República e o de Procurador Eleitoral. [...] Além disso, existem outros professores da F.C.E. que também exercem dois cargos públicos, são procuradores de empresas e mantêm banca de advocacia, como ocorre por exemplo com o Professor Dr. João Baptista Bonassis e Professor Dr. Roberto Lacerda.

E o presidente da UCE registra, entre outras considerações finais, que:

Se preciso, retornaremos às ruas para protestar em comícios, passeatas e outros meios de pressão, lícitos de serem usados a favor de causas de bom senso. [...] A UCE está antes de mais nada com o Povo, que nos paga e nos mantém na Universidade através de recolhimento de elevados impostos. E porque sabendo que a Cidade Universitária será um dos meios de nos arrancar desse subdesenvolvimento vergonhoso, apoiaremos sempre.

Encerra o texto com forte destaque para uma questão básica da plataforma do movimento estudantil: “LUTA PELA EFETIVAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE SANTA CATARINA, NA TRINDADE, COMO MEDIDA DE CONCRETIZAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA”.

Essa Reforma Universitária estava concatenada com as “reformas de base”, que tinham a ver com a construção da Universidade de Brasília, cujo alentado projeto foi pensado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Tal projeto visava contribuir para a produção de conhecimentos sobre nossa realidade efetiva,

em direção à transformação da própria sociedade, a fim de lhe permitir, dentro de prazos previsíveis, evoluir da condição de um “proletário externo” destinado a atender as condições de vida e prosperidade de outras nações, à condição de um povo para si, dono do comando do seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como uma nação autônoma.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 9.



Como sabemos, o golpe de 1964 abortou prontamente esse generoso, necessário e modelar projeto, agindo com extremada e reiterada violência sobre a Universidade de Brasília, a ponto mesmo de conseguir desfigurá-la. As universidades brasileiras, então, no período pós-1964, com a oposição manietada pela força do golpe civil-militar, passaram a ser reformadas na perspectiva do Acordo MEC-USAID,<sup>43</sup> ou seja, na perspectiva dos interesses estadunidenses. A UFSC, como veremos ao longo deste livro, sob o férreo comando do reitor Ferreira Lima, comportou-se pioneira e exemplarmente na formulação e implantação dessa Reforma Universitária, tendo sido inclusive alvo dos maiores elogios expressos por Rudolph Atcon, consultor estadunidense dessa marcha de revisão do ensino superior no Brasil no âmbito do Acordo MEC-USAID.

Como se pode constatar pela denúncia aqui posta do presidente da UCE, Rogério Duarte de Queiroz, cerca de um ano após o Conselho Universitário haver aprovado a transferência da universidade para a Trindade, dando seguimento ao Plano da Cidade Universitária com os ajustes necessários – em aberta contraposição ao posicionamento do próprio reitor –, Ferreira Lima tratava, muito pelo contrário, de procrastinar tal decisão do CUn.

O jornal *Reforma* da primeira quinzena de novembro de 1963 trouxe como matéria de capa a questão: “Reitoria é responsável da demissão [do cargo de diretor da Faculdade de Direito] do Professor Henrique Stodieck”.<sup>44</sup> O texto denunciava o forte controle orçamentário exercido pelo reitor (que comumente implicava a prática de retaliação aos diretores que ousassem lhe fazer oposição) como o fator responsável pela saída do professor Stodieck da direção, para desgosto do estudantado. Diz a matéria:

---

<sup>43</sup> A década de 1960 foi marcada, entre outras coisas, por acordos assinados entre o Brasil e a USAID (Agency for International Development). Criado no período da Guerra Fria, esse órgão norte-americano tinha como objetivo assessorar países subdesenvolvidos. Essa assessoria ocorreu em várias áreas. Em relação à educação superior, o acordo foi firmado em 10 de junho de 1966 com o objetivo de reformular a estrutura das universidades brasileiras, com a chamada Reforma Universitária: “Para eles, a educação superior era parte e parcela do processo de desenvolvimento econômico e nela estava a força necessária e capaz para o aumento das indústrias. A concepção geral de progresso defendida por eles era o empresarismo, que dava especial importância às ciências naturais, como engenharia, medicina e treinamento empresarial”. In: PINA, Fabiana. Acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968). ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. 19. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. *Anais* [...]. p. 5.

<sup>44</sup> UCE. *Reforma*, Florianópolis, n. 5, 1-15 nov. 1963. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Um dos motivos que levou o Professor Henrique Stodieck ao afastamento do cargo da Direção é a centralização total dos negócios administrativos nas mãos da Reitoria. “Quando se quer um papel higiênico [afirma o professor Stodieck] temos que requisitá-lo da Reitoria. Esta leva, às vezes, mais de trinta dias para atender”. As janelas das salas de aula estão com os vidros partidos há mais de um ano. Até hoje não foram substituídos. As verbas da Faculdade, nas mãos da Reitoria, causam um profundo entrave na administração.

No final do ano de 1963, como expressão dos embates travados com a Reitoria, sempre avessa ao diálogo aberto e democrático com os discentes, a UCE e o CAXIF resolveram encaminhar ao MEC, então sob a direção de Paulo de Tarso Santos, um pedido de intervenção na Universidade de Santa Catarina (ver figura 2.11). O CAXIF chegou a providenciar uma faixa com os dizeres “Queremos intervenção na USC” e a colocou na entrada da Faculdade de Direito (que funcionava no Centro, na Rua Esteves Júnior, onde hoje se localiza o Colégio Estadual Henrique Stodieck). O fato gerou reclamações de docentes e discentes favoráveis ao reitor (que provinha do quadro docente da faculdade, tendo sido dela também diretor). O acadêmico Volney da Silva Millis, que fazia oposição à direção do CAXIF, protestou junto à direção da faculdade, exigindo a retirada da faixa. O pedido de intervenção federal na universidade foi realizado com base nas seguintes acusações:

1ª – Não cumprimento de deliberações do Conselho Universitário, citando exemplos da construção do Conjunto Universitário, na Trindade (sempre adiada e boicotada), e diferença de pagamento nas bolsas de estudos, que o Conselho fixou em Cr\$ 8.000,00 e a Reitoria pagou Cr\$ 5.000,00. 2ª – Os Estatutos da USC são anteriores e contrários à Lei de Diretrizes e Bases. 3ª – Nomeações irregulares (sem observância de concursos públicos), emprego desenfreado e a serviço de grupos políticos. 4ª – Não prestação de contas regimental, por parte da Reitoria. 5ª – Acumulação de cargos do Sr. Reitor, que é também da Diretoria de Transportes Aéreos Catarinenses (T.A.C.), através do qual exerce pressão econômica contra os estudantes, fechando as portas da imprensa.<sup>45</sup> 6ª – Não cumprimento das

---

<sup>45</sup> O jornal *O Estado*, do dia 3 de abril de 1964, na página 7, publicou um Edital da Transportes Aéreos Catarinenses S.A., datado de 31 de março de 1964, convocando seus acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária. Quem assina o Edital? “Dr. João David Ferreira Lima – Diretor – Presidente”. O jornal *Reforma* (UCE), de tão combativa presença na luta estudantil, viu-se forçosamente quietado após o golpe de 1964, tendo apenas mais algumas edições. O de nº 15,

deliberações do Fórum de Reitores, no qual ficou decidido a participação nos órgãos colegiados de 1/3 de representantes do corpo discente. 7ª – Negação de direito de voto aos dois atuais representantes estudantis no Conselho Universitário, o que vem decididamente contra o art. 78 da Lei n. 4.024 de 20/12/1961. 8ª – Existência de um órgão espúrio, que é o Conselho de Curadores, através do qual o Poder Econômico dirige a Universidade. Mais ainda: nesse Conselho faltam os representantes da União, do Estado de Santa Catarina, na qualidade de doadores, e dos estudantes. 9ª – Cerceamento de liberdade do Diretório Central (FEUSC), o qual não foi dotado de sede nem de nada para o funcionamento ao menos de urgência. É que a Reitoria não se sente bem com a presença dos estudantes livres e descompromissados e que querem uma Universidade desalienada. 10ª – Tratamento desigual às unidades da USC, através da burocracia e controle de verbas, e que levou dois Diretores a renunciarem (Filosofia e Direito) por não poderem administrar e por não quererem compactuar. 11ª – Poderes ilegalmente concentrados pela Reitoria que não permitem aos diretores aplicarem o orçamento das Faculdades.<sup>46</sup>

Face ao exposto, o MEC encaminhou a Florianópolis um consultor jurídico, com a incumbência de verificar a representação formulada pelos universitários, que, não obstante o substantivo leque de acusações, não tiveram o devido cuidado para com a anexação de provas. No decorrer do processo, o CUn foi chamado a manifestar-se a respeito e, na sessão de 24 de janeiro de 1964, aprovou a seguinte resolução:

Tomar conhecimento do pedido de informações feito pelo Conselho Federal de Educação a respeito do pedido de intervenção na Universidade de Santa Catarina, formulado pela União Catarinense de Estudantes, e das informações prestadas pelo Magnífico Reitor, lamentando tenha sido levado ao Conselho Federal de Educação um pedido que envolve denúncia falsa, injuriosa, difamatória e caluniosa, sem qualquer elemento probatório e, ainda, ratificar a solidariedade votada ao Magnífico Reitor da Universidade de Santa Catarina pela sua atuação correta, serena e honesta à frente da Universidade.

---

por exemplo, de 20 de março de 1965, chegou até mesmo a veicular propaganda da TAC, o que é emblemático daqueles tempos.

<sup>46</sup> Os documentos originais encontram-se na Caixa 143 – Dossiê Documentos Diversos – 1961 a 1976, Gabinete da Reitoria, subgrupo Procuradoria Geral, UFSC, Arquivo Central. Todas as citações relativas a esse pedido de intervenção, aqui expostas, encontram-se nessa fonte. Naquele período, os diretores das Faculdades de Filosofia e de Direito eram, respectivamente, os professores Oswaldo Rodrigues Cabral e Henrique Stodieck.

Em seguida, no dia 27 de janeiro de 1964, Ferreira Lima, pelo Ofício nº 155/64, encaminhou ao Conselho Federal de Educação/MEC, além da resolução do CUn, um extenso arrazoado (“cabal e documentalmente”), de sua lavra, em contraposição às acusações que lhe foram postas, com vistas a demonstrar “as inverdades e calúnias assacadas, gratuita e traiçoeiramente, contra a autoridade do Reitor”. Por fim, no dia 31 de janeiro de 1964, o CFE decidiu tomar o seguinte encaminhamento:

Tratando-se de acusações pessoais e [de] crítica a uma política administrativa, defendidas pela maioria dos órgãos universitários, entendemos que o pedido de intervenção deve ser arquivado, por desacompanhado de qualquer meio de prova.

Muitos anos mais tarde, no final da década de 1980, ao escrever seus apontamentos para a história da UFSC, Ferreira Lima, com relação a esse pedido de intervenção na universidade feito pelos estudantes, lembrou que, nessa ocasião, veio à tona inclusive o telegrama que o vereador Otto Entres, da UDN, havia encaminhado ao MEC, em fevereiro de 1962, denunciando a compra da Chácara Molenda e pedindo providências. Não obstante o fato de esse telegrama (“caluniador e com falsidades”) ter sido publicado, com destaque, naquele momento, pela própria imprensa de Florianópolis, ele afirmou:

Tomamos conhecimento do mesmo alguns anos depois, quando, no tempo do governo João Goulart, nos indispusemos com o Ministro Darcy Ribeiro e, por nos opormos aos esquerdistas, tudo fizeram para nos afastar da Reitoria, quando então, além de outras medidas contra nós, surgiu o citado telegrama, que nos foi encaminhado para informações.<sup>47</sup>

Como expressão da ampla mobilização estudantil universitária característica do período, em janeiro de 1964 foi realizado um concorrido Seminário, no qual ocorreria a instalação solene do Conselho Nacional dos Estudantes, nas dependências da Faculdade de Direito e do Teatro Álvaro de Carvalho, organizado pela UNE e pela Frente Operária-Estudantil-Popular da UCE, cujos palestrantes foram Leonel Brizola, o deputado federal José Guimarães Neiva Moreira (um dos mais atuantes líderes da Frente Parlamentar Nacionalista) e o padre Alípio de Freitas,<sup>48</sup> entre outros. O jornal *A Gazeta* dos dias 4 e 5 de janeiro de 1964

---

<sup>47</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 113. Darcy Ribeiro foi Ministro da Educação e Cultura de 18 de julho de 1962 a 23 de janeiro de 1963.

<sup>48</sup> Alípio de Freitas foi padre em Portugal, onde nasceu, mas praticamente tornou-se brasileiro, sendo acolhido pelo mais humilde povo maranhense desde sua chegada ao país, em 1958. Exerceu



trouxe o convite para tal evento estampado em página inteira e com letras garrafais (ver figura 2.12).

Figura 2.12 – Como expressão da ampla mobilização estudantil no início de 1964, um anúncio de página inteira convocava para seminário em Florianópolis



Fonte: Jornal A Gazeta, 5 jan. 1964, Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

também o jornalismo e a docência universitária. Foi membro e dirigente das Ligas Camponesas do Nordeste e secretário executivo da Frente de Mobilização Popular, de 1962 a 1964. Com o golpe de 1964, passou a viver na clandestinidade. Foi preso em 1970 e ficou encarcerado durante dez anos, sofrendo as mais atrozes torturas. Em 1984, retornou a Portugal e retomou a docência universitária e sua militância em movimentos populares, tanto portugueses quanto brasileiros. Faleceu em seu país natal, em 2017.

## 2.1.6 Às vésperas do golpe civil-militar, CUn protesta contra pancadaria em estudantes

No dia 24 de março de 1964, os estudantes universitários, através da FEUSC (atual DCE), solidarizaram-se com o povo florianopolitano em sua luta contra o aumento das passagens dos ônibus urbanos. Os manifestantes se concentraram em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, na tentativa de, pacificamente, estabelecer um diálogo com o prefeito Osvaldo Machado, do PSD. Ele, no entanto, recusou-se a dar ouvidos ao clamor popular e retirou-se para a sua residência. Populares e estudantes deslocaram-se para seu endereço residencial e, já à noite, agora com os ânimos exaltados, passaram a exigir a negociação com o prefeito. Então chegou a polícia, que, fazendo uso de violência, tratou logo de dispersar a manifestação. Como decorrência disso, no dia seguinte, os manifestantes reuniram-se para novo protesto público, dessa vez para promover o enterro simbólico do prefeito municipal e do secretário da Segurança Pública, Jade Magalhães, em resposta às violências praticadas no dia anterior e contra o aumento das tarifas dos ônibus urbanos. Após um ato na Praça Pereira Oliveira, estudantes e populares seguiram, em silenciosa passeata já à noite, até a sede da UCE – na Rua Álvaro de Carvalho, quase na esquina com a Felipe Schmidt, centro da capital – quando então os líderes estudantis declararam encerrada a manifestação. No entanto,

sentiram que populares mais exaltados procuravam depredar certos prédios públicos, quando, com violência inaudita, surgiu a polícia, que, sem olhar quem quer que seja, desceu a borracha, indistintamente, apanhando populares e estudantes, inclusive ele [Francisco Mastella, que já havia presidido a UCE, agora na presidência da FEUSC] e o presidente da UCE [Rogério Duarte de Queiroz]. A sanha policial foi implacável contra os estudantes, principalmente.<sup>49</sup>

Tendo em vista tais acontecimentos, vários integrantes do Conselho Universitário encaminharam ao reitor Ferreira Lima um pedido de convocação de uma reunião extraordinária do CUn, para que se manifestasse sobre o ocorrido, “principalmente no que se relaciona às atividades policiais”. O reitor, então, tratou de convocar uma sessão para as 15 horas do dia 31 de março de 1964. Nela, o presidente da FEUSC, acadêmico Francisco Mastella, fez a explanação sobre o que havia ocorrido nos dois dias anteriores. Tanto o reitor quanto vários conselheiros

---

<sup>49</sup> Todas as informações sobre as manifestações dos dias 24 e 25 de março de 1964 foram extraídas da fala do acadêmico Francisco Mastella, presidente da FEUSC. Ata da 39ª sessão do CUn, realizada em 31 de março de 1964, às 15 horas. *Segundo livro de atas*, p. 117-118. Acervo do Arquivo Central.

manifestaram-se considerando “violenta a atuação da polícia”. O professor Alcides Abreu esclareceu que “o Sr. Governador do Estado, tomando conhecimento da ocorrência, determinara a abertura de rigoroso inquérito”. Ao final da reunião, *por unanimidade*, foi aprovada a seguinte proposta, encaminhada pelo próprio Ferreira Lima:

- 1) que seja aplaudido o gesto do Governo do Estado, pela abertura de inquérito a fim de apurar responsabilidades sobre as lamentáveis ocorrências verificadas nesta Capital, nas noites de 24 e 25 do corrente ano;
- 2) a par do aplauso, que perante S. Exa. protesta o Conselho Universitário pelas violências ocorridas após manifestação dos estudantes;
- 3) que seja admitido no inquérito, como observador, de representante do Conselho Universitário, a fim de que pudesse ser o Conselho informado sobre o andamento dos trabalhos e apuração dos fatos.<sup>50</sup>

## 2.2 APÓS O GOLPE DE 1964

### 2.2.1 Logo após o golpe civil-militar, Ferreira Lima solicita ao CUn a cassação da diretoria da FEUSC

Poucas horas depois, na madrugada do dia seguinte, 1º de abril, ocorreu o golpe civil-militar de 1964. Nesse mesmo dia, a sede da UNE, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, é incendiada. Tanto o padre Alípio de Freitas quanto o deputado nacionalista Neiva Moreira, que estiveram em Florianópolis com Leonel Brizola, no início de janeiro de 1964, a convite do movimento estudantil, consideravam:

“Os meninos da UNE são os primeiros que nas grandes crises tomam imediatamente as certas providências. Preveem o futuro”. UNE, baluarte das aspirações populares, na crise do estado-de-sítio serviu de guia para o povo. Sua vitória foi a do povo brasileiro. São estas as razões que nos levam a defendê-la e a incentivá-la. UNE é povo.<sup>51</sup>

Aqui em Santa Catarina, segundo o depoimento de Rogério Duarte de Queiroz: “A UCE foi invadida no dia seguinte ao golpe militar. Alguém trouxe

---

<sup>50</sup> Ata da 39ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 31 de março de 1964. *Segundo livro de atas*, p. 117-118. Acervo do Arquivo Central.

<sup>51</sup> Capa do jornal da UCE. *Reforma*, Florianópolis, n. 8, 1-15 jan. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

cinco sacos de rolhas para os cavalos caírem [...]. Cavalo em cima dos estudantes. Já houve prisões e tudo. [...] Fui preso”.<sup>52</sup>Anamaria Beck, então estudante da Faculdade de Filosofia, prestou um depoimento bastante esclarecedor a respeito:

Na tarde do dia 31 de março estávamos todos na UCE [em decorrência de toda a movimentação nacional que acabou por levar ao Golpe], e como havia várias faculdades que tinham curso à noite, como Direito, Economia [Ciências Econômicas], as lideranças saíram, mais ou menos às cinco, cinco e meia, para as várias assembleias nos vários cursos; e o que aconteceu foi que às seis horas da tarde [...] vinha o secretário da Segurança, os delegados do DOPS e atrás a Polícia Militar, [...] chegaram invadindo! Eles invadiram o restaurante, que já estava servindo as refeições, fizeram todos os estudantes saírem, refazerem a fila e se servirem de novo [...]. A Polícia Militar ocupou os andares do restaurante e os delegados ficaram conosco lá embaixo; foi uma situação muito tensa [...] tentando inclusive avisar para o pessoal que estava nas assembleias que a UCE estava sendo invadida, que eles não voltassem para a UCE, que era o Rogério [Queiroz], o [Mastella], enfim, todo esse pessoal. Acabou o jantar, a Polícia Militar se retirou e ficamos nós e os delegados, mas naquela noite o deputado Paulo Wright, usando sua imunidade parlamentar e dizendo “eu vim pegar as moças, as seis”, nos colocou num táxi com um aviso “cuidem-se! [...] não estão brincando, isso é muito sério, vocês correm riscos!”. Não sabia ele que ele é que corria o risco maior!<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Depoimento prestado por Rogério Duarte de Queiroz à CMV/UFSC, em 7 de maio de 2015, na antessala do Conselho Universitário. Ver este e outros trechos do depoimento na seção 5.1.1. Nesse depoimento, Queiroz afirmou que foi levado “primeiramente para o Batalhão da Polícia Militar [localizado na esquina da Rua Nereu Ramos com a Avenida Rio Branco, no centro da capital], onde tinha quarenta, cinquenta juntos. [...] estava [lá] o Salim Miguel, que eu me lembro”. Ali estavam presos também, segundo ele, os estudantes Francisco Mastella e Adir Vieira Filho. “Nós três ficamos no salão da Polícia Militar dia e noite com a luz acesa”. Semanas após, em maio, Queiroz saiu dessa prisão, mas em junho foi chamado a prestar depoimento no DOPS, órgão da Secretaria da Segurança Pública, sendo então novamente encarcerado, desta vez nas dependências da Penitenciária do Estado. Nesse seu depoimento à Comissão, inquirido sobre se houve tortura, Queiroz respondeu: “[...] a tortura não é física, mas é mental. ‘Será que vou sair?’ Aquelas informações que tinham jogado gente da ponte... Tinha uma casinha na frente da Penitenciária, e tinha um pessoal que fazia código, sinalizava. Havia informações disparatadas, [...] que alguém tinha sido jogado da ponte Hercílio Luz. Essa parte mental funcionou. Acredito que até hoje tenho uns resquícios ainda”.

<sup>53</sup> Depoimento de Anamaria Beck, Audiência Pública sobre “O movimento estudantil nos anos 1960 até 1975”, CMV/UFSC, auditório da Reitoria, 2 de maio de 2016. Ver este e outros trechos do depoimento na seção 5.1.1. Paulo Stuart Wright, natural de Joaçaba, foi deputado estadual (1963-1967) pelo Partido Social Progressista (PSP). Era ligado a movimentos populares e operários, e esteve à frente de um projeto para organizar dezenas de cooperativas de pescadores em Santa

Com a prisão de Queiroz, a UCE ficou sem seu presidente. Segundo ele: “Quem assumiu foi Carlos Boabaid [e] Volney Millis. Foram nomeados pelo 5º Distrito Naval e pela Reitoria, para tomar conta ali. Tinha o restaurante, tinha tudo”.<sup>54</sup> Volney Millis, homem da mais estrita confiança de Ferreira Lima (mais adiante, em 1967, desempenhará a função de assessor-chefe do Gabinete do Reitor) e também fiel aos preceitos do golpe civil-militar, foi logo o escolhido para ser o substituto de Rogério Duarte de Queiroz na presidência da UCE, à guisa de um interventor. Dias depois, em 9 de abril, é baixado o Ato Institucional nº 1.<sup>55</sup> Sob a direção de Millis, o jornal *Reforma*, criado pela gestão deposta pelos militares, teve sua importância esvaziada. De uma tribuna que dava eco, alto e bom som à luta e aos sonhos dos jovens universitários catarinenses pela construção de um Brasil justo para os brasileiros (inclusive expresso no nome do próprio jornal), passou a ser “completamente diferente, falando de mais nada, flores, qualquer coisa assim, perdendo todo o aspecto político”.<sup>56</sup> O jornal passou a ser

---

Catarina, com vistas à formação de uma federação, a FECOPESCA. Foi cassado pelos seus pares na Assembleia Legislativa de Santa Catarina sob a alegação de quebra de decoro parlamentar, por não usar paletó e gravata. Exilou-se no México, mas voltou para atuar clandestinamente contra a ditadura. Em 1973, foi preso em São Paulo e levado ao DOI/CODI, em cujas dependências foi torturado e morto. Seu corpo permanece desaparecido.

<sup>54</sup> Depoimento de Rogério Duarte de Queiroz à CMV/UFSC, em 7 de maio de 2015, na antessala do Conselho Universitário (CUn). A propósito, o jornal *O Estado*, de 15 de abril de 1964, na página 8, publicou a seguinte nota: “O Comando do 5º Distrito Naval, recebeu da União Catarinense de Estudantes (Gestão Provisória), o ofício nº 01/64, com o seguinte teor: ‘Excelentíssimo Senhor Almirante: Atendendo aos imperativos do momento nacional e tendo em vista a renúncia dos dirigentes da União Catarinense de Estudantes, e a posterior deliberação dos Presidentes de Centros Acadêmicos das Faculdades da Universidade de Santa Catarina, cumprimos o honroso dever de comunicar a V.Exa. que assumimos hoje a direção da entidade máxima dos estudantes catarinenses. A Diretoria Provisória que regerá os destinos da UCE até as próximas eleições está constituída dos seguintes cargos e membros: Presidente – Carlos Boabaid Filho, Secretário – Odilon Vieira da Luz, Tesoureiro – Otacílio Schuller, Diretor de Restaurante – Lourival Buzarello. Antecipadamente agradecemos o apoio e o estímulo que Vossa Excelência nos dispensar nesta hora difícil da vida brasileira. Cordiais saudações (Ass.) Odilon Vieira da Luz – Secretário e Carlos Boabaid Filho – Presidente”. Essa diretoria provisória encabeçou a UCE por poucas semanas, até a realização das eleições no mês seguinte, em maio de 1964. Tudo indica que o acadêmico Volney Millis passou a integrar a presidência da entidade a partir daí. O jornal *O Estado*, fonte dessa consulta, encontra-se na Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>55</sup> O AI-1 estabelecerá a possibilidade de decretação de estado de sítio, a suspensão de direitos políticos por dez anos, a suspensão das garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade por seis meses, entre outros.

<sup>56</sup> Rogério Duarte de Queiroz, depoimento prestado para a CMV/UFSC, em 7 de maio de 2015, antessala do Conselho Universitário.

irreconhecível, burocratizado, anódino. Chegou até mesmo a veicular, em ¼ de página, uma viçosa propaganda da TAC – Cruzeiro do Sul: “[TAC – Cruzeiro do Sul] vem todos os dias [a Florianópolis] [...]. O avião? Convair, padrão de conforto e rapidez. Continue preferindo a TacCruzeiro”.<sup>57</sup> Como sabemos, Ferreira Lima era o gerente da TAC, fato destacado no início deste capítulo sobre os anos 1960.

Segundo Sartoti:

Na Faculdade de Direito [...], nos primeiros dias após o Golpe, o diretor Stodieck determinou a suspensão das aulas por tempo indeterminado, permanecendo fechada por uma semana. Foi a única unidade da universidade a fechar as portas em protesto ao golpe de estado e, de acordo com os organismos de segurança, foi a única a resistir ao expurgo da “revolução”, expurgo este que consistiu em delatar estudantes e professores de esquerda.<sup>58</sup>

Como era praxe, bastava ter alguma sensibilidade social mais aguçada para ser considerado “subversivo” e então ficar inteiramente à mercê do arbítrio, das práticas violentas das forças golpistas militares e seus tentáculos civis.

O esboço de manifestação de compromisso da universidade para com a defesa dos seus estudantes diante do aparato militar, verificado na reunião do CUn no dia 31 de março, será prontamente engavetado, deixando de existir. No interior da própria instituição, crescerá a sombra do arbítrio, o delito de opinião, ou seja, a escancarada articulação do poder civil com o poder militar, no nefando trabalho de sementeira do medo, da prática da delação.

Houve essa truculência naquele momento, sobretudo em cima dos estudantes, muito mais em cima dos estudantes do que em cima dos professores. [...] Mas a grande maioria foi se adaptando. [...] a coisa foi amainando. Mas eles sofreram mais do que os professores. No final, vésperas do AI-5, movimentação estudantil muito forte. Agressivo. Acovardamento dos professores.<sup>59</sup>

Jovens talentosos e cheios de sonhos e atitudes, com expressiva sensibilidade social, passarão a ser tachados de subversivos e altamente perigosos. Suas ideias

---

<sup>57</sup> UCE. *Reforma*. Florianópolis, ano 2, n. 15, p. 6, 20 mar. 1965. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

<sup>58</sup> SARTOTI, *Juristas e ditadura*, op. cit., p. 60-61.

<sup>59</sup> Depoimento do professor Armen Mamigonian à CMV/UFSC, em 12 de março de 2015, na sala do LASTRO/CFH.

serão criminalizadas e seus arroubos juvenis, vilmente estancados. O reitor Ferreira Lima mostrar-se-á um fiel cumpridor das ordens militares, um leal seguidor e defensor do golpe, permanecendo aquém da relevância e da dignidade de seu cargo, como dirigente máximo de uma universidade que, nessa sombria quadra histórica brasileira, clamava pela presença ativa do dirigente-educador, que estivesse à altura de seus jovens, engajados e tão promissores estudantes. Houve reitores que, corajosamente, não se dobraram a tal sanha persecutória dos militares, como foi o caso de Aluísio Pimenta, da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo Motta, em sua fundamental obra *As universidades e o regime militar*, com relação ao trabalho da Comissão de Sindicância<sup>60</sup> naquela universidade: “O reitor e outros dirigentes universitários assumiram atitude de resistência passiva diante das demandas de repressão, por entender que não lhes competia exercer trabalho típico de polícia”.<sup>61</sup> Mas Ferreira Lima, aqui na UFSC, mostrou-se circunscrito a seu papel de gerenciador e fortalecedor das demandas da ditadura, o que fez com pertinácia e envaidecimento. Estudantes, como Francisco Mastella, serão abandonados à sanha das forças da repressão.<sup>62</sup> A temporada da caça às bruxas será aberta, contando não só com a cumplicidade, mas também com a contribuição direta e decisiva da própria Reitoria. O professor Armen Mamigonian assim se refere ao surgimento da “direita raivosa” dentro da universidade:

Houve uma espécie de guinada lenta, gradual. O pessoal foi vendo que quem mandava não eram mais os velhos professores, como Stodieck. Percebeu que quem mandava era a reitoria, o próprio Ferreira Lima [...]. Todos foram para a direita com a maior tranquilidade do mundo. Um pessoal que balança conforme a direção dos ventos.<sup>63</sup>

Na primeira reunião do Conselho Universitário logo após o golpe civil-militar, a de número 40, realizada em 23 de abril de 1964, a realidade seria substancialmente caracterizada pela ausência de qualquer compromisso da instituição para com a defesa de seus estudantes, ou seja, atravessada pela vileza do acovardamento. No dia

---

<sup>60</sup> Ver adiante, em subtítulos específicos deste capítulo, o trabalho dessa comissão, exigência do Ato Institucional nº 1, na UFSC.

<sup>61</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 56.

<sup>62</sup> Em 1986, Francisco Mastella foi eleito deputado estadual, pela coligação PFL-PDC-PTB, sendo o candidato que recebeu o maior número de votos naquela eleição. Em 1978, fundou a ADESC, Associação dos Servidores da CODESC (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina). Em 1986-1987, foi presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC).

<sup>63</sup> Depoimento do professor Armen Mamigonian à CMV/UFSC, em 12 de março de 2015, na sala do LASTRO/CFH.

anterior, 22 de abril, [Flávio] Suplicy de Lacerda, ministro da Educação e Cultura, havia encaminhado à Reitoria ofício solicitando abertura de investigações sobre atos considerados subversivos, bem como severa vigilância sobre “quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática”.<sup>64</sup> Os estudantes, como era de se esperar, haviam saído às ruas para protestar contra o golpe no mesmo dia de sua ocorrência. Vários deles foram presos, mas liberados no dia seguinte, exceto Francisco Mastella, o presidente da FEUSC, e Queiroz, que presidia a UCE. Ciente disso e, sobretudo, como pronto cumpridor das exigências do Ato Institucional nº 1 (AI-1) e de suas correspondentes determinações oriundas do MEC, nessa 40ª sessão do CUn, Ferreira Lima expressou sua opinião, “embora a contragosto”; alertou considerar seu “dever” esclarecer aos conselheiros que “existe um órgão na Universidade cujos membros estão incompatibilizados com a situação atual [...], é o Diretório Central dos Estudantes – FEUSC”.<sup>65</sup> O reitor informou que já havia defendido que a diretoria tomasse a iniciativa de renunciar, face à ocorrência da prisão de alguns de seus membros; “ninguém desconhece que o Presidente da FEUSC está preso, como também ninguém desconhece as atividades desse Diretório, anteriormente”. Ferreira Lima considerou que a prisão do presidente “incompatibiliza o restante da Diretoria da FEUSC, porque se essa Diretoria discordasse do Presidente, ela teria tomado providências no sentido de coibir certos excessos do Presidente, de maneira que é um Diretório coeso”. E continuou a expor seu ponto de vista contrário à continuidade da então direção central dos estudantes da universidade e, inclusive, sem peias, a exercer o papel de franco delator:

o Diretório esteve presente em todas essas manifestações anteriores ao movimento revolucionário, greves, havendo mesmo manifestação em jornal da FEUSC – “A Reforma” – e, na própria posse da Diretoria, em que esteve presente, verificou-se que estavam presentes representantes da CGT [Central Geral dos Trabalhadores], na mesa, de representantes de diversos Sindicatos de Operários; na greve do DER [Departamento de Estradas de Rodagem] e DOP [Departamento de Obras Públicas], os membros da FEUSC tiveram atividades proeminentes incitando os operários, convidando-os a tomar refeições no Restaurante Universitário.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 29.

<sup>65</sup> Ata da 40ª sessão do CUn, realizada em 23 de abril de 1964. *Segundo livro de atas*, p. 118-127. Acervo do Arquivo Central.

<sup>66</sup> *Ibidem.*



(Cabe ressaltar que então o Restaurante Universitário era inteiramente gerenciado pelos estudantes.) Após tais esclarecimentos ao Conselho Universitário, e como os estudantes haviam se recusado a renunciar, o reitor se vê,

constrangidamente, lamentando isso, na obrigação de propor a cassação do Diretório, na forma prevista no art. 16, letra “x”, do Estatuto da Universidade, já que é do Conselho a competência. Assim, colocava em discussão essa proposição [...]: 1º – Cassação do mandato dos atuais membros da diretoria da FEUSC; 2º – Se nomeie um estudante [...] para que ele, dentro de uma semana, convoque Assembleia Geral de estudantes para a eleição de uma nova diretoria da FEUSC, que esteja, naturalmente, desvinculada da situação anterior.<sup>67</sup>

O presidente em exercício da FEUSC, acadêmico Walmir Antônio da Silva, tratou de fazer o que considerou como sendo a defesa dos membros da diretoria, afirmando, de modo enviesado, que “jamais usaram o nome dela para fazer qualquer movimento de caráter subversivo” e que “o seu colega Francisco Mastella era um elemento entrosado no movimento de libertação nacional e que em todas as ações que fez o fez em seu nome exclusivo”. Esclareceu que o jornal *A Reforma* era da UCE, e que foi ela que incitou a greve do pessoal do Departamento de Obras Públicas (DOP), não a FEUSC, e que esta é um “órgão administrativo e não político”. Enfim, após o pronunciamento de alguns conselheiros contrários à cassação de toda a Diretoria, como queria o reitor, o Conselho Universitário achou por bem rejeitar, por maioria, tal proposta e aprovar uma outra, substitutiva, que implicou na cassação do mandato do presidente, Francisco Mastella, e na instauração de inquérito para a apuração de responsabilidades dos demais membros da Diretoria da FEUSC.<sup>68</sup>

Nove meses após, em 24 de setembro de 1964, na 48ª sessão do CUn, a Comissão de Inquérito, criada para “apurar fatos relacionados com a subversão de elementos da Diretoria”, apresentou seu relatório. Nele, concluía que:

a) Com exceção do Vice-Presidente em exercício, os demais membros da Diretoria da FEUSC estão isentos de culpa, e, com relação a esses membros, sugere o arquivamento; b) Mas, quanto ao acadêmico Walmir Antônio da Silva, Vice-Presidente, face a sua participação efetiva de caráter subversivo, sugere a Comissão que seja suspenso de suas funções até o final do julga-

---

<sup>67</sup> Ata da 40ª sessão do CUn, realizada em 23 de abril de 1964. *Segundo livro de atas*, p. 118-127. Acervo do Arquivo Central.

<sup>68</sup> Coube a Ferreira Lima designar os membros dessa Comissão de Inquérito, os professores Abelardo de Assumpção Rupp, Miguel Orofino Filho e Ernesto Bruno Cossi.

mento, deferindo ao mesmo um prazo de 48 horas para apresentação de defesa [...]. Esclareceu ainda o relator que irregularidade de caráter administrativo foi dado à Comissão verificar, como, cita o exemplo, pagamento de quantia ao Dr. Marcílio César Ramos Krieger,<sup>69</sup> para ir ao Rio de Janeiro tratar da intervenção [do MEC] na Universidade.<sup>70</sup>

Mas como a comissão não tinha a incumbência de apurar “irregularidade de caráter administrativo”, não se aprofundou nisso. Tal encaminhamento foi aprovado pelo CUn.

### 2.2.2 A ampla receptividade do golpe civil-militar em círculos catarinenses e a fogueira de livros na capital

O golpe de 1964 teve larga aceitação entre as autoridades e grupos empresariais de Santa Catarina. A imprensa da época, sobretudo o jornal *O Estado*, publicou várias notas de apoio, imediatamente após a deflagração do golpe, emitidas pelo governador Celso Ramos, pela Cúria Metropolitana, pela presidência da Assembleia Legislativa, pelo comando do 5º Distrito Naval, pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Santa Catarina (FETIESC), entre outros. Missas foram realizadas pela “Paz no Brasil”.

A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)<sup>71</sup> (presidida pela professora Maria Carolina Gallotti Kehrig, da USC) realizou em Florianópolis, no dia 17 de abril de 1964, uma concorrida “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, com vistas a expressar apoio e reforçar a vitória da chamada “revolução”.

---

<sup>69</sup> Marcílio César Ramos Krieger formou-se em Direito, na UFSC, em 1963. Foi expressiva liderança estudantil, sobressaindo-se como grande orador. Na qualidade de advogado, participou ativamente da Ação Popular (esquerda cristã), que congregava os militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), entre outros. Sua aguerrida atuação, especialmente nos anos de 1964 a 1969, acabou por levá-lo ao exílio (após ter sido preso e torturado em São Paulo), que durou até 1979, quando a Lei da Anistia possibilitou seu retorno ao Brasil. Destacou-se como um dos principais nomes do direito desportivo brasileiro.

<sup>70</sup> Ata da 48ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 24 de setembro de 1964. *Segundo livro de atas*, p. 184-194. Acervo do Arquivo Central.

<sup>71</sup> Movimento feminino católico conservador, criado no Rio de Janeiro em 1962, que se espalhou para outros estados brasileiros. Era financiado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), principal articulador da conspiração empresarial (sobretudo a partir de grupos estadunidenses) contra Jango Goulart, com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A primeira grande marcha ocorreu em São Paulo, dia 19 de março de 1964. No Rio de Janeiro, ocorreu outra, em 2 de abril de 1964, imediatamente após o golpe civil-militar.

Nesse dia, ocorreu o que o jornal *O Estado* considerou como a “maior demonstração de civismo jamais realizada em Florianópolis” (ver figura 2.13).<sup>72</sup> No pelotão de frente da marcha, composto por autoridades a puxarem o desfile, o jornal registrou a presença de Ferreira Lima. Por sua vez, *A Gazeta* viu a marcha como:

Grandioso espetáculo de fé democrática do povo florianopolitano [...]. Entoando marchas e canções patrióticas e religiosas, o povo vibrando de alegria e entusiasmo, silenciou por alguns instantes a fim de ouvir a palavra dos oradores.<sup>73</sup>

No palanque erguido na frente da Catedral Metropolitana, circularam autoridades de todos os poderes constituídos em Santa Catarina. Houve muitos e aplaudidos oradores. A primeira a discursar foi a professora da USC Maria Carolina Gallotti Kehrig, na qualidade de presidente da CAMDE em Santa Catarina. Ela começou sua intervenção destacando que:

Não poderia Santa Catarina [...] deixar de viver esta incontida alegria [...] no ver o Brasil [...] livre de uma comunização imediata, como provam os documentos encontrados em todos os recantos do território brasileiro. Esta “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em regozijo pela Vitória da Democracia, é uma homenagem que a mulher catarinense quis prestar às gloriosas Forças Armadas brasileiras pela sua bravura e firmeza em expulsar o terrível inimigo comum, “O COMUNISMO”, em restabelecer a autoridade abalada, em fazer respeitar a Constituição brasileira e pretender realizar a sã e humana Justiça Social.<sup>74</sup>

Em seguida, a professora Gallotti Kehrig enalteceu e tratou de agradecer nominalmente aos militares de alta patente ali presentes, a começar pelo contra-almirante Murilo Vasco do Vale e Silva,<sup>75</sup> comandante do 5º Distrito Naval, então sediado em Florianópolis, que “comandou o movimento revolucionário

---

<sup>72</sup> *O Estado*, Florianópolis 19 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>73</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 19 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>74</sup> O jornal *A Gazeta* do dia 23 de abril de 1964 publicou, na íntegra, o discurso pronunciado por Maria Carolina Gallotti Kehrig. Todas as demais falas que se seguirão, relativas a esse discurso, encontram-se nessa mesma fonte. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina (grifo do autor).

<sup>75</sup> Homem de confiança dos militares, Murilo Vasco do Vale e Silva será o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas no governo Médici.

em Santa Catarina”, e o coronel Sílvio Pinto da Luz, comandante do 14º Batalhão de Caçadores, também com sede na capital, que, com “seus auxiliares [...], prepararam o movimento em nosso Estado”. Prosseguiu agradecendo “aos briosos oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e da Polícia Militar do Estado, aos intrépidos suboficiais, soldados e marinheiros que [...] contribuíram para a Vitória da Democracia”. Agradeceu rápida e genericamente a todas as demais autoridades presentes e passou a se dirigir então ao público em geral:

Essa marcha, conterrâneos, tem por finalidade despertar a vossa consciência democrática, porque a luta não terminou e sim, apenas começou. Não podemos dormir sobre os louros da vitória. [...] A nossa omissão facilitou o trabalho dos esquerdistas.

Em forma de perguntas, a presidente da CAMDE buscou implicar, nessa omissão, governantes e políticos em geral, empresários e industriais, comerciantes e importadores, funcionários públicos, pais e mães. E continuou:

Educadores, esqueceste de formar cidadãos úteis à Pátria, à Família, à Religião? [...] Operários, só procurastes direitos e esqueceste os vossos deveres? [...] Estudantes, cumpristes a vossa missão, que é estudar, preparando-vos para serdes os homens de amanhã a quem serão confiados os destinos do Brasil?

Por fim, Carolina Gallotti Kehrig, do alto do palanque, exortou: “Precisamos nos reformar antes de querermos as reformas de base exigidas, porque as reformas apresentadas pelo governo deposto eram reformas demagógicas”. E encerrou seu discurso conclamando todos a colaborar “com o Exmo. Sr. Marechal Humberto Castelo Branco na sua obra de consolidação da democracia e restauração do país, e assim estaremos preparando o glorioso destino do Brasil”. A seguir, ocorreram várias outras falas, inclusive a do reitor Ferreira Lima e a do professor Antônio Moniz de Aragão (que, dias depois, irá constituir a Comissão de Inquérito instalada na USC pela Reitoria, à caça de “subversivos” no interior da universidade), que “em vibrante discurso, realçou o patriotismo do Soldado e Mulher Catarinenses [...] [que] unidos e coesos, souberam dar provas de civismo”.<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> A *Gazeta*, 19 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Figura 2.13 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade que ocorreu no centro de Florianópolis no dia 17 de abril de 1964



Fonte: Jornal *O Estado* de 19 de abril de 1964, Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Exatamente um mês após a realização da marcha, ou seja, no dia 17 de maio de 1964, a prestigiada coluna “Radar na Sociedade”, de Lázaro Bartolomeu, também do jornal *O Estado*, trouxe a notícia da ocorrência de um concorrido jantar, realizado na capital, em homenagem ao comandante do 5º Distrito Naval:

A sociedade catarinense, na noite de sexta feira, no Lira T.C., prestou uma significativa homenagem ao Comandante do 5º Distrito Naval e Senhora Almirante Murilo Vasco do Vale e Silva. O grande jantar foi com mais de seiscentos talheres e contou com as mais altas autoridades civis, militares, eclesiásticas de Santa Catarina. O orador oficial foi o General Paulo Vieira da Rosa,<sup>77</sup> saudando o homenageado. Agradeceu ao Almirante Murilo, encerrando, o Governador Celso Ramos, usando da Palavra.<sup>78</sup>

Ao final da nota, o colunista registrou que, na ocasião, a primeira-dama do estado, Edith Gama Ramos, “entregou um bonito bouquetê [sic] de rosas” para a senhora Hilda do Vale e Silva, esposa do almirante, como “uma homenagem da mulher catarinense”. Ambas eram ativas integrantes da CAMDE de Florianópolis.

No entardecer do dia 3 de abril de 1964, Florianópolis foi alvo de um dos mais emblemáticos atentados políticos de sua história, a queima de livros do

---

<sup>77</sup> Paulo Weber Vieira da Rosa ocupou vários comandos militares, sobretudo em São Paulo, mas também em Florianópolis, onde esteve à frente do 14º Batalhão de Caçadores. Em 1953, passou para a reserva remunerada do Exército como general de brigada. Foi nomeado prefeito de Florianópolis, de 13 de outubro de 1964 a 30 de janeiro de 1966; exerceu o cargo de secretário da Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC), de 1966 a 1971; foi chefe do Escritório Regional da Sudesul, de 1972 a 1983. Era de conhecimento geral que “general Rosinha [...] era terrível, ele não deixava que nós nos movimentássemos e reprimia qualquer tentativa de locomoção. [...] As manifestações [estudantis] eram reprimidas por cavalarias, eram reprimidas por cassetetes e a polícia monitorava”, conforme depoimento prestado à CMV/UFSC por Heitor Bittencourt, presidente do DCE da UFSC no período em que Vieira da Rosa ocupava a SSP/SC. Ver Audiência Pública: Movimento Estudantil na UFSC – Anos 1960 até 1975, Auditório da Reitoria, 2 de maio de 2016. Acervo da CMV/UFSC. O general Paulo Weber Vieira da Rosa foi o secretário executivo da Ação Democrática Popular (ADEP), seção de Santa Catarina, criada em 1962. Essa entidade era um dos braços do complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD), “ambas articulavam uma ampla rede de organização e financiamento de ações anticomunistas e em defesa dos interesses de empresas estrangeiras” (p. 376). Nas eleições de 1962, a ADEP, inclusive a de Santa Catarina, preparou uma lista de candidatos e financiou propaganda eleitoral, com fartos recursos oriundos, sobretudo, de grupos empresariais estadunidenses. Para mais informações, ver ARAÚJO, Camilo Buss. *Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2013, especialmente as páginas 376-382.

<sup>78</sup> BARTOLOMEU, Lázaro. Radar na sociedade, *O Estado*, p. 4, 17 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

acervo da Livraria Anita Garibaldi, popularmente conhecida como “Livraria do Salim”. Ela havia pertencido a Salim Miguel, em sociedade com Armando Carreirão, os quais, em 1959, a repassaram para um dirigente do Partido Comunista. O local, num espaço exíguo à semelhança de um retângulo longo e estreito e com uma única porta de entrada e de saída, situado praticamente na esquina da Rua Conselheiro Mafra com a Praça XV de Novembro, era ponto de encontro de jornalistas, políticos, artistas, escritores, universitários, funcionários públicos, profissionais liberais, enfim, de pessoas que gostavam de ler e de trocar ideias, sendo bastante movimentado.

Ninguém que tenha vivido a Florianópolis dos anos 50 e 60 e tenha tido um mínimo interesse por autores e livros, ninguém (a não ser é claro algum leitor ou intelectual desligado às raias do catatônico) poderá dizer que não conheceu a “livraria do Salim”. [...] Tornou-se um hábito, saía-se de casa para espalhar, para dar uma volta no centro da cidade e, quando a gente se dava conta, estava a conversar com alguém na “livraria do Salim”.<sup>79</sup>

Segundo esclarecimentos do próprio Salim Miguel, no acervo da livraria havia títulos

que as outras livrarias quase não vendiam, livros mais da esquerda ou diretamente ligados ao Partido Comunista, e livros importados. Tínhamos, pela primeira vez em Florianópolis, uma livraria que vendia livros das principais editoras argentinas, da [editora] Fondo de Cultura Económica do México, de editoras francesas e espanholas.<sup>80</sup>

No final desse dia 3 de abril de 1964, a livraria foi arrombada, documentos foram furtados<sup>81</sup> e livros foram jogados naquela esquina central da cidade, onde

---

<sup>79</sup> Depoimento de Silveira de Souza sobre Salim Miguel em seus 50 anos de atividade literária. SOUZA, Silveira de. A livraria do Salim. In: CARDOZO, Flávio José. *Salim na claridade*. Florianópolis: FCC Edições, 2001, p. 23-24.

<sup>80</sup> MIGUEL, Salim; MALHEIROS, Eglê. *Memória de editor*. Florianópolis: Escritório do Livro; IOESC, 2002, p. 60.

<sup>81</sup> No Relatório da Comissão de Averiguação Sumária – relativo ao professor José do Patrocínio Gallotti, que estava preso nas dependências do Comando da Polícia Militar do Estado –, datado de 22 de abril de 1964, e assinado pelo major Ayrton Capella e outros, no rol das nove acusações que pesavam contra ele, a de número sete afirmava o seguinte: “Um dos assinantes da lista de eleitores pela legalização do Partido Comunista Brasileiro, apreendida na livraria ‘Anita Garibaldi’”. Ver projeto “Brasil: nunca mais” digital. “Tal lista, subscrita por vários alunos e professores da Faculdade de Direito, seria utilizada pelas autoridades militares como uma das provas para a ‘caça aos comunistas’ e para instruir os futuros IPMs”. SARTOTI, *Juristas e ditadura*, op. cit., p. 64.

o surgimento de uma vigorosa fogueira tratou logo de destruir aquela profusão de palavras então consideradas perigosas, subversivas. “Alguns livros de Arte, livros mais importantes, foram devidamente carregados pelos que iam queimar os demais”.<sup>82</sup> A polícia ficou vigilante nas imediações da fogueira, impedindo a aproximação de quem não estava participando do ato. Eglê Malheiros, esposa de Salim Miguel (que já se encontrava preso desde o dia seguinte ao golpe),<sup>83</sup> ao chegar ao lugar, a caminho do palácio Cruz e Sousa, em busca de informações sobre Salim, viu os livros reduzidos a cinzas. Ao chegar ao palácio, acercou-se dele também o padre Alvinho Bertholdo Braun, do Colégio Catarinense, que não a conhecia. “Meu Deus, será que vamos voltar aos tempos de Hitler?”<sup>84</sup> disse ele, espantado, diante do que tinha acabado de ver. Silveira de Souza, em seu

---

<sup>82</sup> MIGUEL; MALHEIROS, *Memória de editor, op. cit.*, p. 61.

<sup>83</sup> PRAZERES, Orival. In: CARDOZO, *Salim na claridade, op. cit.*, p. 37-40. No depoimento de Orival Prazeres, intitulado “Vinte e oito dias”, sobre Salim Miguel em seus 50 anos de atividade literária, há informações relevantes para o Relatório Final da CMV/UFSC. Em 1964, Prazeres cursava o último ano de Serviço Social na Universidade de Santa Catarina e “trabalhava como servidor público no órgão federal de reforma agrária, além de atuar no Movimento Terceira Força, na política universitária, com Francisco Mastella, Márnio Fortes Barros, Anita Pires, Rogério Duarte de Queiroz, Marcílio Krieger, Glauco Corte, Guido Locks, Márcia Linhares e outros muitos companheiros, alguns dos quais militantes da organização Ação Popular, de orientação cristã, duramente atingida pela repressão militar, todos integrantes da JUC” (p. 37). O estudante Orival Prazeres foi preso no dia 8 de abril de 1964, poucos dias depois da prisão de Salim Miguel, e permaneceu encarcerado por 28 dias, período no qual dividiu o espaço na prisão com Salim Miguel e outros mais. Segundo ele, o montante de prisioneiros políticos chegou a 60, todos trancafiados nas dependências do prédio da Polícia Militar, esquina da Rua Nereu Ramos com a Avenida Rio Branco, na área central de Florianópolis. Orival Prazeres, nesse depoimento sobre Salim Miguel, afirma que sua cama estava localizada ao lado da de Salim, condição que, somada ao fato de ambos serem de Biguaçu, o fazia sentir-se mais seguro, como se fosse “um seu protegido”, uma vez que Salim era “respeitadíssimo por todos. Admirado, exercia forte liderança no grupo”. Prazeres afirma que, quando foi preso, ficou “muito assustado, afinal de contas com tantas lideranças de maior expressão no meio estudantil, como fora eu o escolhido? E por quê? [...] Ainda hoje guardo na memória aqueles dias sombrios, de muita angústia, medo e incertezas. Nunca havia me imaginado preso, ainda mais em decorrência de um golpe militar. Estar preso, guardado sob severa vigilância militar, incomunicável, me era tão absurdo quanto estúpido” (p. 38-39). Embora o local fosse “bastante amplo, bem arejado e limpo” e que tanto Eglê Malheiros, esposa de Salim, quanto a mãe do estudante “todos os dias” pudessem lhes levar alimentos especiais, havia “momentos de muita apreensão – sempre que algum companheiro era levado para prestar depoimentos, geralmente à noite, com retorno pela madrugada. Com Salim aconteceu em mais de uma ocasião. Numa delas, vendado, ladeado por agentes do DOPS em um ‘jeep’, na ponte Hercílio Luz, numa encenação provocativa de seu corpo ser lançado ao mar. A transferência de prisão para a Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, Ilha das Cobras e outros locais eram formas de atormentar os companheiros presos” (p. 39).

<sup>84</sup> MIGUEL; MALHEIROS, *Memória de editor, op. cit.*, p. 62.



depoimento sobre a “Livraria do Salim”, aqui já referenciado, traz também essa mesma versão, mas com nuances distintas, a respeito desse infeliz episódio, ao lançar mão do livro-depoimento *Primeiro de abril: narrativas da cadeia*, do próprio Salim Miguel:

Será mesmo que os infelizes acreditavam que a força do fogo seria suficiente para extirpar a força das ideias? Em nenhum momento, em nenhum deles terá perpassado a sombra de uma frase de Galileu, “*eppur se muove*”? Mas no caso presente a mais correta interpretação sobre o significado de tudo aquilo podia ser sintetizada nas poucas palavras do padre Braun, do Colégio Catarinense, que não tinha como ser tachado de comunista, esquerdista, subversivo, ateu, etc., ao declarar na manhã seguinte, quando se deparou com o monte de cinzas: “Meu Deus do céu, será que estou voltando à Alemanha de Hitler?”<sup>85</sup>

O jornal *A Gazeta*, de Florianópolis, que se apresentava como “jornal sem quaisquer ligações partidárias” (isto posto logo abaixo do seu título), na edição de 5 de abril de 1964, trazia como manchete principal: “Populares incendeiam livros marxistas na Liv. Anita Garibaldi”. Informa, ainda na primeira página, que “o povo florianopolitano deu provas sobejas de sua fibra democrata, extinguindo um foco pernicioso que há vários anos se instalara em pleno coração da cidade”<sup>86</sup>

O professor Nereu do Vale Pereira, em entrevista dada ao Laboratório de História Oral (LABHORAL), do CFH/UFSC, em 2004, não nega haver participado dessa insólita fogueira de livros; “quando havia algo que eu pudesse contribuir para derrotar os comunistas eu estava junto, sem dúvida nenhuma. Isso era uma guerra”<sup>87</sup> Nessa entrevista, usou palavras duras em relação a Salim Miguel, que, segundo ele, “me ameaçava de morte pelo telefone”, não passando de um “camarada covardão”. Por sua vez, o professor Armen Mamigonian, em seu depoimento dado à CMV/UFSC, registrou:

---

<sup>85</sup> Depoimento de Silveira de Souza. In: CARDOZO, *Salim na claridade*, op. cit., p. 24-25.

<sup>86</sup> *A Gazeta*, 5 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>87</sup> “Nereu do Vale Pereira: da atuação estudantil à atuação política e partidária em Florianópolis/SC”, UFSC – LABHORAL/CFH, REG. 580, p. 15 (entrevista realizada em 23 de outubro de 2004). As afirmações seguintes também estão nessa mesma página. Ainda nessa entrevista, o professor registrou que o então reitor Ferreira Lima o convidou para implantar o Departamento de Sociologia, no recém-criado Centro de Estudos Básicos (CEB), em 1971, por ocasião da Reforma Universitária, p. 10.

Um cara que era professor da Faculdade, Nereu do Vale Pereira, se encarregou de invadir a tal da livraria, jogar os livros na praça e tocar fogo. Havia esses dedos-duros, esses negos da UDN, bem fanáticos, muito mais perigosos do que os militares da época.<sup>88</sup>

[...] além do ataque e queima de livros na Livraria Anita Garibaldi, [Nereu do Vale Pereira] subscreveu uma série de outras declarações aos órgãos de repressão política, afirmando que determinadas pessoas eram comunistas militantes e ativas em Florianópolis.<sup>89</sup>

Ainda a respeito dessa fogueira de livros, o líder estudantil Heitor Bittencourt Filho afirmou, em seu depoimento:

Luiz Carlos Gaiotto [...], eu vi ele queimar. Colocaram tudo numa montanha. Eles tiraram todos os livros da livraria, professor Luiz Carlos Gaiotto, Nereu do Vale Pereira. Só lembro dos livros queimando, aquele bolo.<sup>90</sup>

### 2.2.3 A churrascada para o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, nos jardins do “Palácio da Reitoria”

O golpe de 1964 proporcionou ao reitor dar vazão ao seu feitio personalista e autoritário e assim, num claro conluio civil-empresarial-militar (que atravessou a universidade em construção, de modo a poder favorecer o atendimento de suas demandas), levar a efeito o gerenciamento dos primeiros tempos da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>91</sup> segundo as estritas diretrizes emanadas da ditadura. Não havia mais as indesejáveis peias do então insurgente debate democrático que, com seu escancarado jogo de forças, teimava em denunciar as atitudes arbitrárias do reitor, de modo a exigir que viessem à luz e fossem encaminhadas ao tirocínio do embate aberto. Heitor Bittencourt Filho, presidente do DCE na segunda metade dos anos 1960 e, no período, representante dos discentes no Conselho Universitário, informou que o reitor expressava verdadeira aversão à sua presença.

---

<sup>88</sup> Depoimento de Armen Mamigonian à CMV/UFSC, em 12 de março de 2015, sala do LASTRO/CFH.

<sup>89</sup> SARTOTI, *Juristas e ditadura*, op. cit., p. 88.

<sup>90</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho à CMV/UFSC, em 19 de março de 2015, Laboratório de Telejornalismo, Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão.

<sup>91</sup> Ferreira Lima foi o primeiro reitor da UFSC. Sua gestão foi de 1961 a 1971, constituindo-se, portanto, na de mais longa continuidade na história da instituição.

A relação era de constante antagonismo. Tanto Florianópolis quanto a Universidade sempre foram um centro de apoio à direita. O reitor [...] Ferreira Lima [...] era muito reacionário. Tudo que relacionava com estudante ele não queria saber, queria ver a gente pelas costas. Não havia diálogo. [...] Tínhamos vários professores que eram símbolos da direita. Dois que me lembro eram o [Caspar Erich] Stemmer, que era da Engenharia, e o Luiz Carlos Gaiotto, da Medicina. O Stemmer participava comigo do CUn. Lembro que discuti no Conselho porque me chamou de “xenófobo”.<sup>92</sup>

Essa acusação de Stemmer tinha a ver com a firme luta do movimento estudantil contra o Acordo MEC-USAID, corporificado inclusive na presença de Rudolph Atcon, mentor da Reforma Universitária, que era muito bem-vindo na UFSC e tinha trânsito livre nos principais gabinetes da Reitoria.

Para termos ideia mais precisa do clima em vigor no interior da universidade, convém lembrar que, além do incêndio na sede da UNE, no Rio de Janeiro, na tarde do dia 1º de abril, imediatamente após o golpe – o que evidencia o vigor do movimento estudantil e, por contradição, a necessidade e a urgência que as forças reacionárias sentiam de ter que sufocá-lo –, poucos dias depois, em 9 de abril de 1964, a Universidade de Brasília sofreu a primeira das graves invasões policiais das quais foi alvo. Com tropas do Exército dispostas em 14 ônibus e mais três ambulâncias, já preparadas para os possíveis confrontos, a invasão surpreendeu o reitor Anísio Teixeira e o sub-reitor, Almir de Castro, que acabaram por ser demitidos, juntamente com vários professores (pela ação do Ato Institucional nº 1). Na ocasião, as forças policiais fizeram uma varredura em todo o campus, até mesmo nas salas de aula, à procura de material considerado subversivo. Convém ter presente que a Universidade de Brasília foi concebida com a imprescindível e generosa incumbência histórica de “cuidar das causas do atraso do Brasil”, segundo um dos seus mais ativos e respeitáveis criadores, Darcy Ribeiro (ver figura 2.14).

---

<sup>92</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho dado à CMV/UFSC, em 19 de março de 2015, Laboratório de Telejornalismo, Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão.

Figura 2.14 – A edição de 26 de abril de 1964 do jornal *A Gazeta* destaca dois fatos interligados: o apoio unânime do Conselho Universitário da UFSC ao golpe de 1964 e a agenda de visitas do embaixador Lincoln Gordon a Santa Catarina



Fonte: Jornal *A Gazeta* do dia 26 de abril de 1964. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O jornal *A Gazeta* de 23 de abril de 1964 estampou na capa a manchete “Solenidades e homenagens marcarão a visita do Embaixador Lincoln Gordon a Santa Catarina”,<sup>93</sup> que coroava a informação acerca da visita dessa autoridade estadunidense a Santa Catarina, marcada para os próximos dias 27 a 30. O jornal tornou público, em registro que ocupou praticamente metade de sua capa, toda a programação dessa ilustre visita, liberada pelo setor de relações públicas do governo estadual, com todos os horários precisamente agendados. Pela programação, o embaixador dos Estados Unidos chegaria à capital na tarde do dia 27, visitaria o governador, o prefeito municipal e o presidente do Tribunal de Justiça; à noite, jantaria com o governador e senhora. Dia 28, pela manhã, visitaria o arcebispo metropolitano, o presidente da Assembleia Legislativa, o comandante do 5º Distrito Naval e o Instituto Brasil-Estados Unidos; ao meio-dia compareceria ao almoço oferecido pela Universidade de Santa Catarina e visitaria a reitoria; à tarde, ainda na USC, daria uma palestra sobre “Participação

<sup>93</sup> *A Gazeta*, 23 abr. 1964. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Todas as informações concernentes à programação da visita do embaixador estadunidense a Santa Catarina foram retiradas dessa mesma fonte. *A Gazeta* do dia 26 de abril de 1964, véspera da visita de Gordon, repete essa programação também em matéria de capa.

das universidades num país em desenvolvimento”, visitaria o Museu do Homem Americano (Colégio Catarinense) e passearia por locais pitorescos da ilha; à noite, Lincoln Gordon e senhora ofereceriam um jantar a sete casais, ou 14 pessoas. Dia 29, pela manhã, partiria para Itajaí (de avião), receberia cumprimentos das autoridades no aeroporto local e então rumaria para Blumenau, onde visitaria o prefeito municipal; ao meio-dia daria uma entrevista coletiva à imprensa e participaria do almoço oferecido pela Associação Comercial e Industrial de Blumenau; à tarde, no mesmo local, daria a palestra “A iniciativa privada num país em desenvolvimento”, visitaria indústrias, teria encontro com operários na sede do Sindicato dos Operários; à noite, um jantar íntimo oferecido pelo prefeito municipal e, por fim, concerto sinfônico no Teatro Carlos Gomes. Dia 30, pela manhã, partiria de Blumenau (via Itajaí) para Florianópolis, onde embarcaria para o Rio de Janeiro.

Como se pode constatar, logo após o golpe de 1964, o embaixador, em atenção ao “convite formulado pelo governo catarinense”<sup>94</sup> de passagem por Florianópolis (ocasião em que foi ao 5º Distrito Naval, um dos sustentáculos do golpe) e pelo Vale do Itajaí, foi prontamente homenageado com uma churrasqueira nos jardins do “Palácio da Reitoria”, na Bocaiúva. Da comitiva de Gordon, nessa passagem por Santa Catarina, fizeram parte o “Encarregado do Setor Político da Embaixada e senhora, o Encarregado da USAID e senhora, o Adido Aeronáutico Coronel Kelb, o Adido Militar Major Barbi”<sup>95</sup>, entre outros. Também o jornal *O Estado* deu amplo destaque a essa visita. No dia 30 de abril de 1964, por exemplo, anunciou em sua capa: “Gordon diz em discurso que evolução econômica está em marcha em S.C.”<sup>96</sup> nela estampando (1) foto em que o diplomata estadunidense faz seu discurso por ocasião do jantar em sua homenagem, no Palácio dos Despachos, e (2) foto em que cumprimenta, no Salão Nobre do 5º Distrito Naval, o almirante Murilo Vasco do Vale e Silva, bem como os oficiais da Marinha sob esse comando. Esse aludido jantar, oferecido pelo governo estadual, acabou sendo muito prestigiado, pois a assim chamada “alta sociedade” da capital fez questão de marcar presença. O jornal *O Estado* de 1º de maio de 1964, na concorrida coluna “Radar na sociedade”, de Lázaro Bartolomeu, em página inteira e com uma dúzia de engalanadas fotos, tratou de conferir o devido destaque ao “jantar a luz

---

<sup>94</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 28 abr. 1964, em matéria de capa. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>95</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 28 abr. 1964, em matéria de capa. Esse jornal acompanhou, dia a dia, com amplo destaque na primeira página, toda a visita de Gordon a Santa Catarina. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>96</sup> *O Estado*, 30 abr. 1964. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

de velas, decorado com flores tropicais, [que] estava um cenário de bom gosto e requinte, marcando um grande acontecimento social do Ano no Palácio Rosado”.<sup>97</sup> O “Radar na Sociedade” (*O Estado*, do dia 3 de maio de 1964), relacionou as dezenas de casais presentes ao evento social, entre os quais “Reitor Ferreira Lima e Sra.” (ver figura 2.15).<sup>98</sup>

Figura 2.15 – Almoço oferecido pela Universidade de Santa Catarina em 28 de abril de 1964



Fonte: Jornal *O Estado*, 3 maio 1964.

Decorridos hoje mais de 50 anos do movimento golpista, tem vindo à tona que Lincoln Gordon foi peça-chave, como um vilão, para o surgimento das condições que possibilitaram a eclosão do golpe de 1964, atuando como coordenador das ações de propaganda e desestabilização do governo brasileiro de João Goulart. O mundo vivia a Guerra Fria quando os Estados Unidos começaram a arquitetar a derrubada do governo Goulart, movidos pelo temor de que o Brasil pudesse se alinhar ao comunismo e influenciar outros países da América Latina, contrariando assim os interesses estadunidenses. Resumidamente, Goulart trabalhava com

<sup>97</sup> *O Estado*, 1º maio 1964. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>98</sup> *O Estado*, 3 maio 1964. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

amplo apoio popular, no sentido da manutenção e fortalecimento da política desenvolvimentista, com a necessária realização das chamadas “reformas de base” – bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional –, que significavam um conjunto de medidas econômicas e sociais, de caráter nacionalista, prevendo uma maior intervenção do Estado na economia.<sup>99</sup> Em meio a essa conjuntura política, era comum o embaixador Gordon enviar alarmantes telegramas para Washington, apontando o que considerava como “risco iminente” de o Brasil seguir Cuba. O filme documentário *O dia que durou 21 anos*, de Camilo Tavares, lançado em 2013,<sup>100</sup> denuncia tais fatos, com base em documentos sigilosos de arquivos estadunidenses, inclusive com áudios originais da Casa Branca e com depoimentos de acadêmicos estadunidenses e brasileiros. Esses depoimentos revelam como os EUA vieram ao Brasil e compraram políticos, governos estaduais e, acima de tudo, meios de comunicação, que enriqueceram graças a essa intervenção. Para tanto, Lincoln Gordon transformou a embaixada dos Estados Unidos em um braço da Central Intelligence Agency (CIA). O documentário de Tavares desvenda, com clareza e contundência, como os Estados Unidos colaboraram diretamente para a ocorrência do golpe civil-militar no Brasil, tendo ficado inclusive de prontidão para intervir militarmente, caso fosse necessário.

A esse homem, o embaixador estadunidense, decisivo para a ocorrência do golpe de 1964 em nosso país – fato que se deu à revelia da maioria da população brasileira, que seria diretamente beneficiada pelas anunciadas “reformas de base”, do governo João Goulart –, a cúpula da Universidade de Santa Catarina prestou concorrida homenagem, para gáudio especialmente do reitor. No *Boletim Informativo* nº 4, do primeiro semestre daquele ano, há fotos registrando tal encontro festivo. Aliás, todo esse *Boletim* é dedicado ao considerado ilustre visitante. Pode-se ler na primeira página, em letras desenhadas, “USC homenageia Embaixador Lincoln Gordon”. Os registros fotográficos mostram a presença, entre outras autoridades, do governador Celso Ramos e do deputado Ivo Silveira, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ambos do PSD, partido do qual Ferreira Lima chegou a ser secretário. Na ocasião, o reitor proferiu um “improviso”, destacando o “alto gabarito intelectual” de Gordon, lembrando também

---

<sup>99</sup> João Vicente Goulart, quando esteve em Florianópolis, em 13 de dezembro de 2016, para o lançamento de seu livro, *Jango e eu: memórias de um exílio sem volta* (Civilização Brasileira, 2016), no espaço da Tralharia, região central da cidade, ocasião em que também prestou depoimento para a CMV/UFSC, afirmou que Jango, seu pai, havia previsto destinar dez quilômetros de terras sitas às margens de rodovias federais para nelas implantar projetos de reforma agrária. João Vicente, então, perguntou: como considerar “comunista” alguém que previa garantir o acesso ao título de propriedades das terras ao maior número possível de agricultores brasileiros?

<sup>100</sup> Disponível em: <https://abre.ai/csgZ>.

o “trabalho de aproximação cultural e a notável atividade diplomática realizada no Brasil pelo embaixador”, e solicitou que ele transmitisse “à mocidade norteamericana a voz entusiasta e cheia de eco da mocidade brasileira, cuja vibração e beleza devia ser a mesma, reflexo dos mesmos ideais de liberdade e democracia”; e o reitor concluiu seu discurso “fazendo um elogio à tradição democrática do povo americano, seu amor à causa da paz e às aspirações de liberdade e progresso de todos os povos”.<sup>101</sup> Por sua vez, em sua fala de agradecimento, Gordon, referindo-se aos pouco mais de dois anos de existência da Universidade de Santa Catarina, lembrados pelo reitor em seu discurso, afirmou:

Nas universidades o que importa não é a antiguidade. O essencial, no caso, é o espírito, o objetivo, o método de conduzir a universidade como uma das instituições mais centrais e mais importantes para o progresso de uma sociedade viva.

Figura 2.16 – Gordon conhece o plano do Conjunto Universitário, criado por Ferreira Lima em substituição ao projeto da Cidade Universitária de 1956-57



Fonte: USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 4, jan./ago. 1964. Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da UFSC.

<sup>101</sup> Todas essas informações ligadas à visita de Gordon à USC encontram-se em: USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 4, ano 3, jan./ago. 1964. Acervo do Arquivo Central.



Ainda por ocasião dessa visita à USC, como vimos na programação publicada pela imprensa catarinense, o embaixador proferiu uma conferência na Faculdade de Direito, abordando o tema “Participação das universidades num país em desenvolvimento”. O auditório ficou lotado para ouvi-lo, conforme se pode ver na foto da página 29 do *Boletim* em pauta (ver figuras 2.16 e 2.17).

Figura 2.17 – Gordon falou sobre “Participação das universidades num país em desenvolvimento”, na tarde de 28 de abril de 1964



Fonte: USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 4. jan./ago. 1964. Acervo do Arquivo Central.

#### **2.2.4 Em atenção ao Ato Institucional nº 1, sem pestanejar, a Reitoria instala Comissão de Inquérito a fim de realizar “investigação sumária”, à caça de “subversivos”, no âmbito da comunidade da USC**

Em atenção às exigências do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964 – que, em seu artigo 7º tratava de suspender, por seis meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e de estabilidade, mediante “investigação sumária”, podendo haver demissão ou dispensa, aposentadoria, transferência, “desde que tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública” –, o reitor em exercício, Luiz Osvaldo

D'Acampora,<sup>102</sup> pela Portaria nº 79/GR/64, de 2 de maio de 1964, constituiu a Comissão de Inquérito para investigar, no âmbito da universidade, atividades pautadas no Ato Institucional. A comissão foi composta pelos professores Vitor Lima, da Faculdade de Ciências Econômicas (na presidência), Ernesto Bruno Cossi, da Escola de Engenharia Industrial, e Antônio Moniz de Aragão, das Faculdades de Medicina e de Serviço Social.<sup>103</sup> Durante 45 dias, essa comissão promoveu uma intensa varredura sobre professores, estudantes e funcionários da universidade, à caça de elementos considerados subversivos. Seu trabalho se desenvolveu na mais estreita relação com os setores militares estabelecidos na Capital (5º Distrito Naval, 14º Batalhão de Caçadores, Secretaria da Segurança Pública, Penitenciária do Estado, Comando da Polícia Militar do Estado), com franca e desimpedida troca de informações. Cada faculdade, assim como a própria Reitoria, foi levada a abrir uma investigação interna e, após a conclusão dos trabalhos investigativos, repassar seu relatório para a Comissão Central. Cópias do Ato Institucional nº 1 e de determinações oriundas do MEC circularam amplamente. Era possível deparar-se com militares transitando pelas faculdades, especialmente pelos corredores do “Palácio da Reitoria”, haja vista o desabrido entrelaçamento dos trabalhos investigativos entre civis e militares, com intensa troca de informações então tidas como “confidenciais”. Papéis com nomes e dados pessoais de professores, alunos e funcionários passavam da universidade para os militares e destes, acrescidos de informações sigilosas, para a universidade, numa perturbadora e insana ciranda acusatória. Pode-se aquilatar o clima de medo vigente naqueles tempos pelos distintos espaços da universidade, na contramão, portanto, do que vem a ser a incumbência de uma instituição pública com tamanha envergadura histórico-pedagógica.

---

<sup>102</sup> Muito provavelmente pela ausência do reitor (por motivo de viagem, por exemplo), pois toda a documentação consultada evidencia o pleno apoio de Ferreira Lima aos trabalhos que foram desenvolvidos pela comissão. E era notória a forte ascendência dele sobre a equipe diretiva da universidade, que, no mais das vezes, fazia o que o reitor determinava.

<sup>103</sup> Já com os trabalhos iniciados, a comissão foi comunicada pelo reitor Ferreira Lima sobre um telegrama de recomendação do MEC no sentido de acrescentar a ela um quarto membro, que fosse integrante das Forças Armadas. Como os trabalhos já estavam em andamento, o tempo era curto e várias decisões já haviam sido tomadas, a comissão respondeu ao reitor sobre a inoportunidade de se processar tal acréscimo, mas tomando o cuidado de registrar que: “Assim pensando, não nos move nenhuma razão de classe, desde que idêntico seria nosso pronunciamento se civil fosse o novo membro proposto como assessor ou a qualquer título”. Mas professores como suplentes entraram para reforçar o trabalho da comissão: Roberto Mündell de Lacerda (futuro reitor), Antônio Santaella (da Medicina), Sérgio Uchoa Rezende e Gustavo Zimmer (ambos da Economia). Ver “Sindicâncias” – Pasta 1, Comissão de Inquérito, 1964, Arquivo Central da UFSC.

A propósito desses processos inquisitoriais logo após o golpe de 1964, Rodrigo Patto Sá Motta, em sua importante obra *As universidades e o regime militar*, chama a atenção para o seguinte aspecto:

É significativo que as autoridades tenham entendido caber também aos próprios órgãos de administração pública a tarefa de investigar seus servidores, quiçá porque o aparato repressivo não tivesse condições materiais de enfrentar a magnitude desse trabalho em escala nacional, mas igualmente porque se desejava dividir responsabilidades e comprometer as chefias intermediárias. Por toda parte, com maior ou menor entusiasmo, as autoridades públicas abriram processos de investigação contra “subversivos” e “corruptos”. Inquéritos administrativos contra faltas cometidas por servidores são parte da tradição do serviço público, mas agora se tratava de processos sumários, visando a expurgar inimigos políticos e corruptos, em clima de exceção e “caça às bruxas”.<sup>104</sup>

Motta chama a atenção para o fato de que, no que tange especificamente às universidades, a portaria do MEC não detalhava como deveriam funcionar as comissões, cabendo então aos dirigentes locais definir seus parâmetros. Lembra que, entre as universidades, a própria denominação utilizada foi diferente. Por exemplo, na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), adotou-se “Comissão Especial de Investigação Sumária”; na Universidade de Minas Gerais (UMG), “Comissão de Sindicância”. A composição e os procedimentos também variaram: “na USP foram designados apenas três membros, e suas atividades foram discretas, para não dizer secretas, e o reitor nem sequer ouviu ou informou o Conselho Universitário”.<sup>105</sup> Na Universidade de Minas Gerais,

[o] reitor e outros dirigentes universitários assumiram atitude de resistência passiva diante das demandas da repressão, por entender que não lhes competia exercer trabalho típico da polícia. Sua estratégia foi atender à determinação do MEC e nomear uma comissão de cinco membros (quatro professores e um estudante), mas sem ânimo real para apontar culpados.<sup>106</sup>

Na USC, como vínhamos explanando, a Comissão de Inquérito foi instalada para funcionar a todo vapor. O reitor e os membros da comissão queriam evidenciar seu compromisso para com a “revolução”. Afinal, Ferreira Lima e

---

<sup>104</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 51.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 56.

Aragão, comprovadamente, haviam estado na comissão de frente da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a desfilar pelas ruas centrais da cidade, num ato público de comemoração do golpe civil-militar e de franco agradecimento e elogios ao trabalho das Forças Armadas.

Diante do que lhes foi (im)posto pela Comissão Central e do prazo exíguo, as faculdades adotaram encaminhamentos distintos.

O professor Biase Faraco [por exemplo] ficou responsável pelas investigações na Faculdade de Farmácia. Os alunos daquela escola receberam uma folha. Ao assinar, declarariam “não ter ciência de qualquer atividade de pregação subversiva ou contrária ao regime democrático” realizada naquela faculdade. No verso, há 18 assinaturas de calouros. Apenas um estudante recusou dar o nome.<sup>107</sup> Alegou que havia pressão. Os professores cogitaram aplicar-lhe “pena de advertência”. No fim, concluíram que não foi um ato subversivo, apenas de indisciplina.<sup>108</sup>

Henrique Stodieck, por sua vez, havia respondido à Comissão Central de Inquérito, em meia página, que nada sabia sobre atos tidos como subversivos no âmbito da Faculdade de Direito, da qual era o dirigente, numa clara atitude de oposição às demandas da Comissão de Inquérito. Por tal recusa à delação, Stodieck será alvo preferencial do furor de Ferreira Lima, em seu específico relatório da Reitoria. O histórico entrevero entre essas lideranças, Stodieck *versus* Ferreira Lima, agora verá o reitor fortalecido pela ditadura instalada em 1964.

Como a Comissão Central de Inquérito havia solicitado à Reitoria que lhe enviasse exemplares de todas as publicações estudantis, bem como informações que dissessem respeito à atuação tida como subversiva de professores e funcionários, o reitor Ferreira Lima, pelo Ofício nº 863/64, tratou de encaminhar relato sucinto a respeito, dividindo seu informe em quatro partes: diretores de faculdades, professores, alunos e funcionários.

Com relação à primeira parte, o reitor afirmou nada saber sobre atos capazes de desabonar o trabalho de qualquer um dos diretores, exceto o de um, o da Faculdade de Direito, professor Henrique Stodieck, seu adversário histórico no campo da faculdade à qual também pertencia e da qual foi dirigente por longos anos, “que constituirá um capítulo especial da nossa exposição”.<sup>109</sup>

---

<sup>107</sup> Trata-se de Henrique José Beirão, que, em decorrência dessa recusa, foi chamado até a sala da comissão central, no prédio da Reitoria, para prestar os devidos esclarecimentos.

<sup>108</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 32.

<sup>109</sup> Ver “Sindicâncias” – Pasta 1, Comissão de Inquérito, 1964. Arquivo Central da UFSC. Todas as citações de Ferreira Lima constam desse correspondente relatório.

Assim, cinco das seis páginas utilizadas por ele para falar dos diretores foram dedicadas ao professor Stodieck. Nelas, narra o que considerava como sendo atos desabonadores: o discurso subversivo do orador da turma de bacharéis de 1963,<sup>110</sup> fato que levou a professora Cecília Colombina Moniz de Aragão (esposa de Antônio Moniz de Aragão, membro da Comissão de Inquérito) a retirar-se do recinto, por discordar do discurso.

É de estranhar que o Diretor da Faculdade de Direito, a quem compete, na forma regimental, a censura prévia a tal discurso, não tivesse tomado as providências que o caso exigia e, se não o fez, a presunção lógica é que concordou com o que ali se afirmou.<sup>111</sup>

Dando seguimento ao afã de denunciar seu arqui-inimigo, o reitor lembrou que, “em janeiro último”, nas dependências da Faculdade de Direito, a UCE, a FEUSC e o CAXIF (“cujos presidentes foram ou estão presos pelas autoridades militares”) realizaram um evento da UNE na capital, que contou com as conferências de Leonel Brizola, José Guimarães Neiva Moreira e do padre Alípio de Freitas. “Parece-nos de toda conveniência”, afirmou, sem pudor, Ferreira Lima, “que essa Comissão solicite ou consiga o temário de tal congresso”. Citou, sem enrubescer, pois, na condição de autoridade maior da universidade, a prisão do estudante Eduardo Luiz Mussi, presidente do CAXIF, no início de 1964, “preso por ordem das autoridades em plena aula”. Por fim, denunciou as tentativas de intervenção do “grupo de Stodieck” nas atividades da Reitoria, como foi especialmente o caso do pedido de intervenção federal na universidade, num claro esquema de “subversão da ordem”.<sup>112</sup>

Com relação aos professores, Ferreira Lima afirmou que

tivemos ciência, por ouvir dizer, que o professor José do Patrocínio Gallotti está preso e que o professor Aldo Ávila da Luz e seu Assistente Dalmo Bastos Silva foram chamados pela autoridade militar. Quanto aos demais, nada nos consta sobre os seus procedimentos com respeito a atos subversivos ou outros cominados no Ato Institucional. Parece-nos que, se algo existe, por certo, as competentes direções relatarão.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Embora a CMV/UFSC não tenha conseguido comprovar, tudo indica tratar-se do acadêmico Marcílio César Ramos Krieger, um dos formandos, importante líder estudantil de reconhecida capacidade oratória.

<sup>111</sup> Ver “Sindicâncias”, *op. cit.*

<sup>112</sup> Sobre a sucessão de Stodieck na direção da Faculdade de Direito, ver seção 7.2.5 deste volume.

<sup>113</sup> Ver “Sindicâncias”, *op. cit.*

Com relação aos estudantes, o reitor afirmou já haver relatado, em grande medida, quando destacou ações subversivas ocorridas no âmbito da Faculdade de Direito, envolvendo a UCE, a FEUSC e o CAXIF. Lembra então que “maiores esclarecimentos a respeito podem ser conseguidos com a Comissão Militar e através de jornais estudantis”.<sup>114</sup> Mas Ferreira Lima fez questão de informar à Comissão de Inquérito que havia pedido a cassação do mandato de toda a diretoria da FEUSC ao Conselho Universitário, na sessão do dia 23 de abril de 1964, e que sua proposta foi rejeitada por maioria, sendo aprovada a cassação do mandato apenas de seu presidente, Francisco Mastella, que se encontrava preso. Considerou ser seu dever ainda informar que o Centro Acadêmico da Escola de Engenharia Industrial comunicou haver entrado em greve no dia 1º de abril de 1964, mas que foi suspensa já no dia seguinte, 2 de abril de 1964, por decisão de uma Assembleia Geral dos estudantes daquela escola. O presidente e o vice-presidente daquele CA renunciaram, sendo substituídos por outros eleitos.<sup>115</sup>

E com relação aos funcionários da Reitoria, Ferreira Lima informou não ter ciência de quaisquer atos subversivos ou de corrupção praticados por eles. Não obstante, a Comissão de Inquérito, mediante o Processo nº 8/64, relatado por Antônio Moniz de Aragão, trouxe a lume o que considerou como casos problemáticos. O mais “preocupante” foi o do então funcionário Carlos Alberto Silveira Lenzi, por seus textos publicados no jornal *A Gazeta*, tidos como de defesa do governo deposto de Jango Goulart. E Ernani Bayer,<sup>116</sup> considerado pelo relator como um “filocastrista”, por ter visitado Cuba no início dos anos 1960, na condição de estudante universitário.

Por sua vez, os diretores das faculdades encaminharam à Comissão Central, por ofício, cópias das publicações estudantis feitas pelos seus respectivos Centros Acadêmicos, exceto os da Faculdade de Direito e de Engenharia Industrial, que afirmaram não possuir quaisquer publicações desse tipo.

Essas seis semanas, de maio à primeira quinzena de junho de 1964, foram de intenso funcionamento da comissão, que contou com o “máximo de dedicação, esforço e honestidade de propósitos”, de seus membros, sobretudo dos professores Antônio Moniz de Aragão e Ernesto Bruno Cossi, que assumiram praticamente

---

<sup>114</sup> Ver “Sindicâncias”, *op. cit.*

<sup>115</sup> A CMV/UFSC não conseguiu descobrir quem eram esses estudantes.

<sup>116</sup> Da equipe diretiva da USC, Ernani Bayer foi sub-reitor de Assistência ao Estudante; ainda bem jovem, chegou a ocupar um mandato-tampão, como reitor, de meio ano (do final de 1971 ao início de 1972), escolhido pelo próprio Ferreira Lima, entre o final do reitorado deste e a assunção do próximo reitor, Roberto M. de Lacerda. De 1980 a 1984, Bayer voltou a exercer, agora plenamente, o cargo de reitor.

todas as relatorias dos processos das faculdades (Farmácia, Direito, Ciências Econômicas, Medicina, Serviço Social, Filosofia, Engenharia) e Reitoria, menos o da Odontologia, cujo relator foi Roberto M. de Lacerda. Pode-se avaliar como devem ter sido tensas aquelas semanas logo após o golpe, aqui na UFSC, quando professores, alunos e funcionários viram-se intimados a comparecer diante dessa comissão, a fim de prestar esclarecimentos ou “para oferecer [...] a defesa que tiver”.

A Comissão de Inquérito conferiu atenção especial ao desembargador e professor José do Patrocínio Gallotti, um “marxista confesso”, tido como altamente subversivo e, por isso, merecedor de uma investigação específica com a abertura de processo exclusivo, o de número 1 (Processo 1/64) entre o total de 11 que foram abertos, ainda que o professor Gallotti já se encontrasse detido nas dependências do Comando da Polícia Militar do estado. Coube ao professor Antônio Moniz de Aragão a relatoria desse processo.<sup>117</sup> Ver, mais adiante, neste livro, o caso Gallotti, como uma das nossas histórias singulares, no capítulo 7.

### **2.2.5 Balanço final dos trabalhos da Comissão de Inquérito do AI-1, após intensa e funesta cruzada de intimações no interior da USC**

Enfim, ao longo do trabalho da Comissão de Inquérito, houve uma verdadeira cruzada de intimações, muitas de magro espectro ideológico, a mais expressar a ocorrência de ajustes pessoais de contas, de perseguições movidas por interesses comezinhos, idiossincráticos e do nefasto estímulo à prática da “deduragem”, na contramão do que vem a ser a missão de uma universidade. Tal fato levou inclusive a que alguns dos intimados tenham expressamente se recusado a assinar a própria ficha de intimação, dando as costas a tais chamamentos. Foi o caso da professora Clementina Tonellato e de Aurora Goulart, secretária da Faculdade de Filosofia. A comissão, ao final de seu trabalho, somou 98 depoimentos recolhidos (sendo seis de defesa de indiciados), 100 sessões realizadas (em mais de um turno diário, inclusive em feriados e dias santos), 20 portarias baixadas e mais de uma centena de ofícios despachados. Ela pôde também contar com o trabalho de um perito em grafotécnica, com o fim de garimpar assinaturas de integrantes da universidade em documentos considerados subversivos, como os encontrados na Livraria Anita Garibaldi.

De uma centena de depoimentos recolhidos, a amplitude política foi dos professores Nereu do Vale Pereira e Maria Carolina Gallotti Kehrig aos professores Armen Mamigonian e José do Patrocínio Gallotti. Este, inclusive, como já vimos, foi

---

<sup>117</sup> Ver “Sindicâncias”, *op. cit.*

chamado a depor na comissão quando já estava preso, a exemplo de Carlos Adauto Vieira, preso na penitenciária do estado, também intimado a prestar declarações (ocorridas em 25 de maio de 1964). Em 2 de junho de 1964, a comissão solicitou ao Comando do 5º Distrito Naval informações sobre a estudante de Serviço Social, Anita Maria Silveira Pires, que havia sido detida, era militante estudantil e estava amplamente envolvida com os projetos de alfabetização sob responsabilidade da UCE (projetos que, para serem desenvolvidos, haviam recebido inclusive recursos financeiros do governo federal).

Ao final dos trabalhos, a Comissão de Inquérito deliberou pelo indiciamento dos estudantes Francisco Mastella, Rogério Duarte de Queiroz, Eduardo Luiz Mussi e Ivo Eckert, todos da Faculdade de Direito, como incursos no art. 5º do Ato Institucional nº 1. E, para que tal viesse a ocorrer, tratou de remeter cópia dos processos para a Comissão de Investigações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.<sup>118</sup> Do mesmo modo, a comissão achou por bem indiciar os funcionários Emanuel Campos, João Nilo Linhares, Murilo Gonzaga Martins e Carlos Alberto Silveira Lenzi (este último, pelos seus escritos na imprensa local, a comissão sugeriu enquadrar na Lei de Segurança Nacional).<sup>119</sup> O que ocorreu, portanto, foi que a comissão tratou de produzir resultados que foram disponibilizados para várias outras instâncias governamentais, notadamente as das esferas militares, onde inquéritos policiais militares (IPMs) poderiam ser abertos sobre os indiciados. Não há dúvida de que, durante todo o trabalho da comissão, as informações circulavam irrestritamente, em caráter sigiloso ou não, entre as instâncias golpistas diretamente interessadas em “caçar subversivos”.

Constituída por professores da mais estrita confiança de Ferreira Lima e fiéis defensores do golpe de 1964, os signatários do Relatório Final da Comissão de Inquérito não tiveram pejo de incluir um parágrafo dedicado a comprovar a suposta proibidade administrativa do reitor.

A Comissão, no decurso de suas investigações, não tomou ciência de nenhum fato, nem recebeu qualquer denúncia, que pudesse caracterizar improbidade administrativa de pessoa ou de unidade vinculada à Universidade de Santa Catarina. Ressalta-se, todavia, que a execução orçamentária é, toda ela, vinculada à Reitoria, contra a qual, inclusive, nenhuma referência apareceu de molde a autorizar fosse esclarecida qualquer dúvida sobre aplicação de dinheiros públicos confiados à mesma Universidade.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> “Sindicâncias”, *op. cit.*

<sup>119</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 33.

<sup>120</sup> “Sindicâncias”, *op. cit.*



Percebe-se a tentativa de engrossar o discurso oficial, agora escudado pelo manto da legislação autoritária oriunda do golpe – responsável pela instalação dos trabalhos da própria comissão –, em contraponto às denúncias já tornadas públicas de improbidade administrativa (e que justificaram, por exemplo, o pedido de intervenção federal na USC, no final do ano anterior). Sem haver tal intenção, essa fala acaba por revelar o quanto a execução orçamentária estava centralizada nas mãos da direção central da universidade, possibilitando, assim, avaliar a real dimensão do poder do reitor. Ressalte-se, inclusive, que a própria existência da comissão é prova cabal do uso indevido de recursos públicos (tendo-se presente que a universidade é federal, portanto, pública), dado o seu claro compromisso em calar o debate no interior da instituição universitária, em aniquilar nela a produção e a circulação do contraditório, tudo isso em favor da ascensão de projetos excludentes, beneficiadores de determinados e poderosos grupos empresariais, descompromissados com as demandas das maiorias. Daí se pode entender a preocupação da Comissão de Inquérito em, ao mesmo tempo, advogar a probidade administrativa da Reitoria e tratar de apontar, a seu juízo, o quanto o movimento estudantil era ímprobo. Ou seja, no dizer da comissão, enquanto não houve qualquer registro de denúncia ligado à Reitoria, houve, por outro lado, vários ligados à FEUSC e à UCE:

como exemplo, pode-se citar que, por ocasião de uma greve de operários do Estado de Santa Catarina, os grevistas passaram a fazer suas refeições no Restaurante Universitário, o qual, como é sabido, é mantido, também, com recursos financeiros concedidos pela Universidade de Santa Catarina; outro exemplo está na campanha de alfabetização pelo método Paulo Freire, e que era totalmente custeada com recursos originários do Ministério da Educação e Cultura, em convênio direto com a União Catarinense de Estudantes.<sup>121</sup>

Nesse entendimento, malversação de recursos públicos é empregá-los em benefício da luta por melhores condições de vida dos de baixo; no entanto, se tais recursos forem carreados em benefício dos projetos dos de cima, serão considerados como resultado de uma boa administração. Contrapor-se a tal entendimento era considerado expressão de subversão e, conseqüentemente, ação passível de severa punição.

---

<sup>121</sup> “Sindicâncias”, *op. cit.*

No dia 18 de junho de 1964, portanto, no findar dos trabalhos, o presidente da comissão, professor Vitor Lima, encaminhou o Ofício nº 133/64 ao Comandante do 14º Batalhão de Caçadores, coronel Argens de Monte Lima. O ofício era relativo ao professor Armen Mamigonian, que, pelos seus antecedentes, foi tido como merecedor de “cuidada investigação”, sugerindo continuidade dos trabalhos mediante consulta às autoridades de seu estado de proveniência, ou seja, São Paulo (ver figura 2.18).

Nessa mesma data, o professor Vitor Lima encaminha ofício de igual teor ao comando de cada um dos órgãos de segurança diretamente envolvidos na realização das investigações no âmbito da USC (5ª Distrito Naval, 14º Batalhão de Caçadores, Secretaria da Segurança Pública, Penitenciária do Estado, Polícia Militar), comunicando o término delas, ao mesmo tempo que trata de agradecer, movido por sentimento de “dever e de justiça”, pela “patriótica colaboração” prestada por todos (ver figura 2.19).

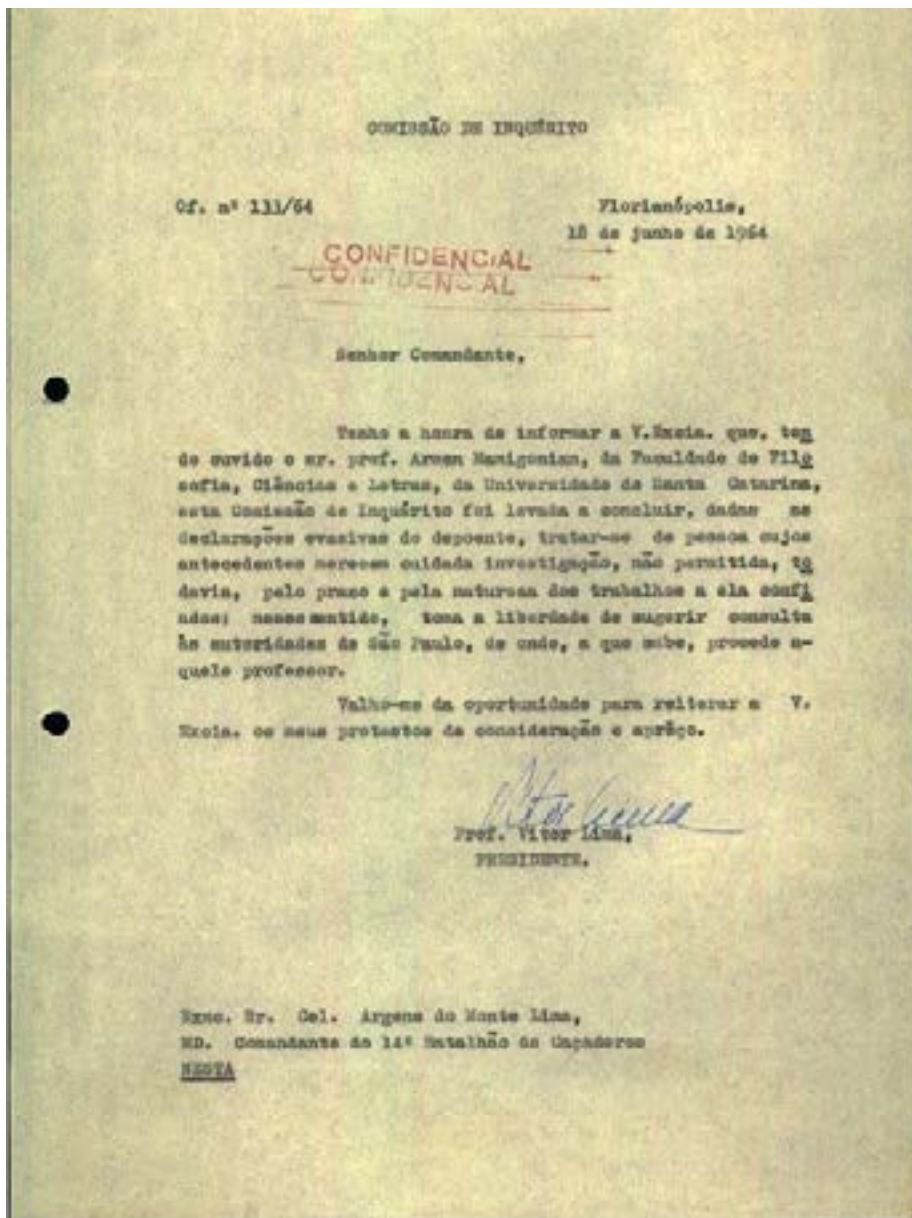
E ainda, em suas considerações finais, a douta Comissão de Inquérito registrou o seguinte:

Fica [...] o apelo ao Magnífico Reitor para que, conhecendo, pelos mencionados relatórios parciais, a exata realidade da vida Universitária Catarinense, possa determinar providências que facultam à nossa universidade sua integração no verdadeiro espírito universitário, qual o voltado, exclusivamente, a assuntos de natureza técnico-científica. Já pela essência mesma de alguns dos depoimentos, já até pela maneira de depor de muitos dos depoentes, verifica-se, com honrosas exceções, quase que total ausência da noção de espírito da autoridade, a omissão do dever de aplicá-lo e evasão às afirmações quando tais problemas eram focalizados. A Comissão registra sua convicção de que grande parte das ocorrências havidas nos últimos tempos, em nossa universidade, teve como elemento coadjuvante o abandono de suas prerrogativas por parte de muitos dos que tinham o dever de zelar pela manutenção da disciplina e pela [...] sedimentação de valores nas várias Unidades universitárias.<sup>122</sup>

---

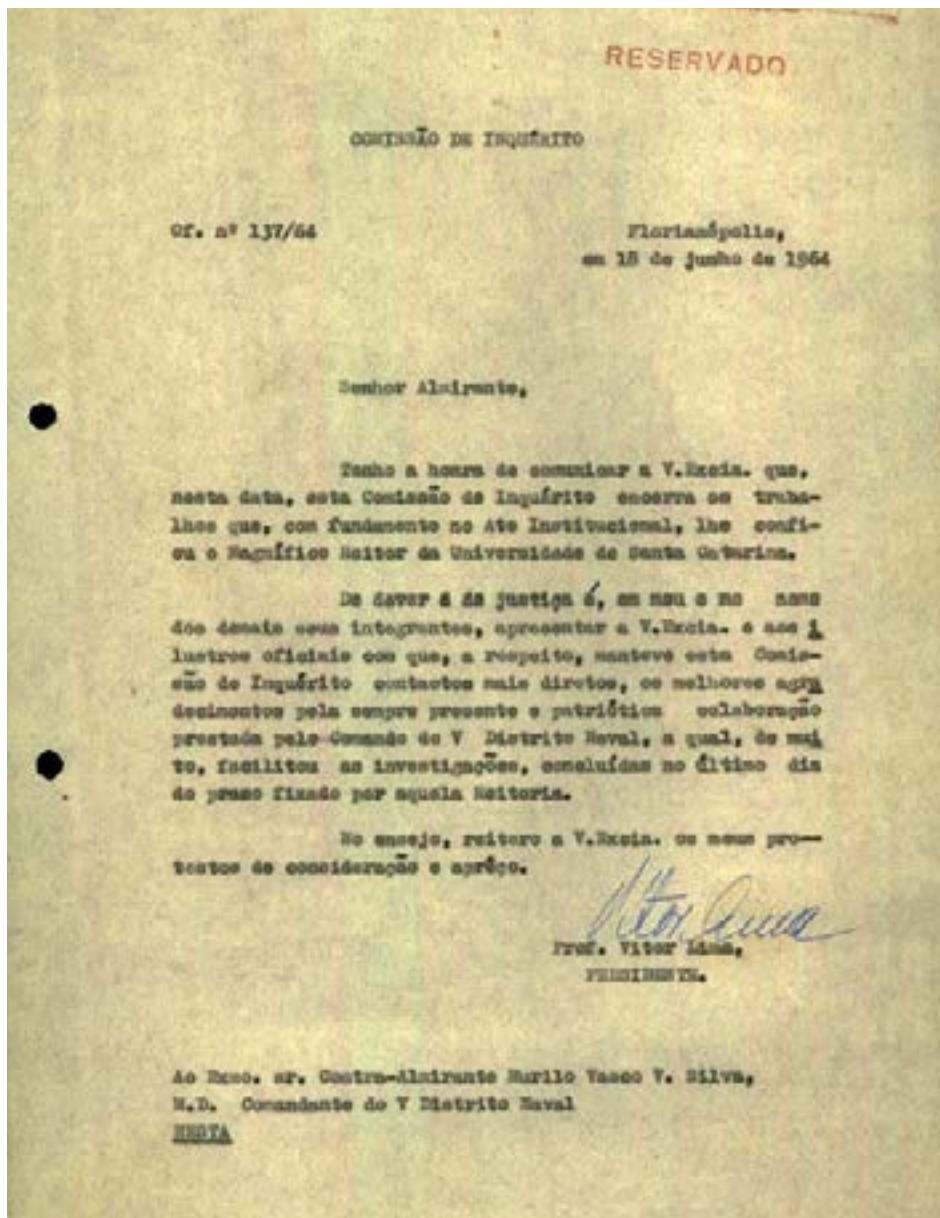
<sup>122</sup> “Sindicâncias”, *op. cit.*

Figura 2.18 – O expediente abaixo expressa o comprometimento da Comissão de Inquérito na caça aos considerados subversivos, inclusive sugerindo articulação interestadual



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Figura 2.19 – Ofício enviado ao 5º Distrito Naval, que encerra o trabalho da Comissão de Inquérito da UFSC do Ato Institucional nº 1



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Os luminares professores da Comissão Central recomendam que os senhores diretores das faculdades não permitam que seus estabelecimentos de ensino “sejam utilizados para atividades que possam desvirtuar os objetivos, dando-lhes, ao contrário, sentido inconveniente aos princípios democráticos e à ordem social”. Como decorrência disso, consideram que “impõe-se, nas solenidades oficiais, o cumprimento do sadio e protocolar princípio da troca de discursos a serem proferidos e que, deles, nas graduações, seja dada prévia ciência à direção competente”. E, ainda no afã de manietar a mobilização discente, registram que a representação dos alunos junto aos órgãos colegiados, como conjunto de questões “de maior relevância para a Universidade de Santa Catarina, [...] deveriam, e devem, ser objeto de prévio e especial estudo, cuja conclusão deva ou possa vir a servir de norma uniforme para todas as Unidades”.<sup>123</sup>

Evidencia-se que, em grande medida, todo esse trabalho de investigação tinha por compromisso levar à míngua a força propulsora do movimento estudantil, que crescia antenado com as grandes demandas populares. Ou seja, uma geração de jovens universitários, talentosos e sensíveis às históricas mazelas sociais deste país, sedentos de conhecimentos socialmente referenciados, serão crescentemente perseguidos e escorraçados, tachados de subversivos, silenciados, numa clara negação do sentido do que vem a ser o trabalho educativo de uma universidade pública.

Não obstante essa anunciada obrigatoriedade de que os estudantes oradores de turma submetessem, previamente, suas falas à direção de suas respectivas faculdades, para que fossem operadas as devidas correções julgadas necessárias pela direção da UFSC – na verdade, ações claramente de censura a essa manifestação estudantil –, há registros de acadêmicos que não se curvaram a tal exigência. Temos o depoimento da professora Tânia Piacentini apresentado à CMV nos seguintes termos:

Em 1969, formei-me em Letras e fui escolhida pelos colegas formandos de toda a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras oradora da turma. Recebi da secretaria da faculdade a informação de que deveria mostrar o discurso que proferiria ao diretor, padre Bianchini, antes da data da formatura. Resolvi, junto com algumas colegas que acompanharam a redação, que não o faria, porque certamente seriam censuradas as críticas que fazia à Lei 5692 e às mudanças na estrutura universitária que se fizeram em 1968. Então, no dia da formatura, fui à cerimônia religiosa pela manhã, levando numa pasta o discurso já pronto. Mas não o apresentei ao diretor e somente na hora da

---

<sup>123</sup> “Sindicâncias”, *op. cit.* Todas as citações desse parágrafo encontram-se nessa mesma fonte.

entrada no Clube 12 de Agosto, à noite, já de beca e na fila, me dirigi ao Pe. Bianchini dizendo que não o havia mostrado antes porque eu o havia terminado naquela tarde. Ele me respondeu que eu seria responsável pelo que diria, e se mostrou bastante contrariado pela minha “insubordinação”. Quando terminei minha fala, fez-se um silêncio muito grande na plateia, e somente quando Vaiani Kotzias, esposa do meu colega Osmar Pisani que também se formava, levantou-se e de pé começou a aplaudir, foi que chegaram as palmas. Na mesa de autoridades era visível o mal-estar, e a secretária da faculdade comentou conosco depois que o Reitor Ferreira Lima dissera algo como “essa moça não vai trabalhar aqui”. No ano seguinte eu era professora de Português no Colégio de Aplicação!<sup>124</sup>

### **2.2.6 A Reitoria, em atenção aos ditames do golpe e dando vazão aos seus próprios interesses, lança-se ao afã de tutelar o estudantado**

Após o golpe, o Conselho Universitário deixou de realizar sessões ordinárias regulares, atendo-se mais às de caráter extraordinário, fato que levou Henrique Stodieck a lavar seu protesto, por ocasião da 44ª reunião, realizada em 15 de julho de 1964, denunciando “não mais haver democracia nesta Universidade. Porque o Conselho Universitário é convocado para um assunto, e terminada a discussão do mesmo é encerrada a sessão”.<sup>125</sup>

O *Boletim Informativo* nº 6, relativo ao segundo semestre de 1964, é dedicado ao chamamento “A Pátria precisa de vós...”, inscrito logo na primeira página. As páginas seguintes trazem a íntegra da “saudação à classe universitária” proferida pelo reitor Ferreira Lima e transmitida por uma cadeia de emissoras de rádio, por ocasião das comemorações relativas à Semana da Pátria, naquele ano do golpe. Dando guarida ao espírito da Comissão de Inquérito do AI-1, o texto é uma pregação de inflamadas convocações ao exercício do civismo, dirigidas sobretudo aos estudantes universitários, sob o título “A Pátria precisa de nós”,

---

<sup>124</sup> Depoimento apresentado por escrito à CMV/UFSC em maio de 2017. A professora Tânia Piacentini integrou o quadro docente do Departamento de Metodologia de Ensino (MEN/CED), no qual se aposentou. É diretora geral da Sociedade Amantes da Leitura e coordenadora da Biblioteca Comunitária Barca dos Livros, fundada em 2 de fevereiro de 2007, com sede na Lagoa da Conceição. A Barca é referência na área do livro e da leitura e presença constante na mídia local e nacional, tendo recebido diversos prêmios por sua atuação no desenvolvimento de programas de incentivo à leitura.

<sup>125</sup> Ata da 44ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 15 de julho de 1964. *Segundo livro de atas*, p. 150-161. Acervo do Arquivo Central.

do nosso patriotismo silencioso e sem alardes, da nossa pertinaz defesa do regime democrático e livre, contra os extremismos, sejam quais forem [...]. Que mantenhamos a ordem, respeitemos a hierarquia e a disciplina e as autoridades constituídas e sejamos escravos da lei, pois sem isso não pode haver coletividade organizada e feliz [...]. E nesta hora tão solene, em que comemoramos a Semana a ela dedicada, a vós moços universitários, devo dirigir a minha palavra de velho professor, transitoriamente elevado às alturas da Reitoria, alertando-vos contra os maus conselhos, que levam a maus caminhos e a metas erradas que, em última análise, poderão trazer graves prejuízos à sociedade da qual sois parte, e a própria Pátria [...]. O chamamento da Pátria não tardará e é necessário que então estejais preparados para atendê-lo, com proficiência, com saber e com o máximo de lastro de conhecimentos que agora deveis estar acumulando. Não dormi, porque a hora é de trabalhar duro. A vossa tarefa, podeis estar certo, amanhã será imensa. Cabe a vossa geração dar ao Brasil o que ele pede e merece. Não faltei a esse compromisso que deve ser sagrado. Preparai-vos para ele. A Pátria assim o exige”.<sup>126</sup>

No final de 1964, Ferreira Lima realizou uma engalanada Assembleia Universitária, no Teatro Álvaro de Carvalho, onde, com suas “vestes talares”, apresentou, em meio a um longo, genérico e laudatório discurso, o relatório das atividades realizadas no decorrer do ano findo e os planos para 1965. No final de sua fala, com orgulho, o reitor fez questão de registrar:

O Professor Lincoln Gordon, Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, quando de sua visita a Florianópolis, referindo-se à Universidade de Santa Catarina, declarou: “Nas Universidades o que importa não é a antiguidade. O essencial, no caso, é o espírito, o objetivo, o método de conduzir a Universidade como uma das instituições mais centrais e mais importantes para o progresso de uma sociedade viva”. Tem razão o eminente mestre e ilustre diplomata: o que valoriza as universidades é o objetivo, o método a conduzi-las. E assim temos procedido.<sup>127</sup>

Tal fala de Gordon soa como música aos ouvidos de Ferreira Lima, que tudo fará para administrar, com mãos de ferro, a UFSC. Sua competência e fidelidade serão amplamente reconhecidas pelas forças civis-militares promotoras da

---

<sup>126</sup> LIMA, J. D. Ferreira. A Pátria precisa de nós. USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 6, ano 3, p. 3-5, ago./dez. 1964. Acervo do Arquivo Central.

<sup>127</sup> LIMA, J. D. Ferreira. [Discurso.]. USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 7, ano 4, p. 17-18, jan./ago. 1965. É interessante informar que, nesse boletim, a declaração de Gordon aparece transcrita em incomum caixa alta, toda ela, de modo a poder expressar o realce que Ferreira Lima, de fato, lhe conferia. Acervo do Arquivo Central.

interrupção dos projetos governamentais das reformas de base, tão necessários ao desenvolvimento econômico-social do Brasil e de Santa Catarina em particular. Como veremos mais adiante, Ferreira Lima será considerado o “Reitor amigo da Marinha”, dela recebendo, em cerimônia oficial, a Medalha de Mérito Tamandaré.

Em 9 de novembro de 1964, pela Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy, o governo federal, no afã de garrotear o barulhento e guerreiro movimento discente, tratou de dispor sobre os órgãos de representação estudantil e dar outras providências. No lugar dos Centros Acadêmicos das unidades universitárias, criou o respectivo Diretório Acadêmico; no lugar da FEUSC, o Diretório Central dos Estudantes (DCE); ao invés da UCE, o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE); e da UNE, o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede em Brasília. Essa lei tornou o voto do estudante obrigatório para a definição de suas lideranças, sob pena de ser privado de prestar exame parcial ou final. Restringiu o mandato para um ano, sem reeleição. Vetou qualquer vislumbre de manifestação político-partidária, assim como qualquer incitação ou apoio a ausências coletivas aos trabalhos escolares. Atribuiu poderes aos departamentos e ao Conselho Universitário para exercer a fiscalização dessas instâncias coletivas estudantis, os DAs e o DCE, respectivamente. Ou seja, tal legislação do governo golpista buscou manietar e calar a mobilização estudantil, indo, de fato, ao encontro da pregação do reitor Ferreira Lima, no sentido de que os “moços universitários” se tornassem “escravos da lei”, conclamando-os a “trabalhar duro”, num “patriotismo silencioso e sem alardes”.

A Comissão de Legislação e Regimento da USC, criada para promover as revisões estatutárias e regimentais ditadas pela Lei nº 4.464, em parecer apresentado à 65ª sessão do CUn, realizada em 30 de abril de 1965, informou sobre a grande ocorrência de abstenções na eleição para o Diretório Estadual dos Estudantes (antiga UCE), não obstante o voto ser obrigatório. A UNE havia encaminhado, em âmbito nacional, no sentido de que houvesse o boicote a essas eleições, e os estudantes universitários catarinenses, de modo expressivo, acataram essa determinação. Tal comissão informou aos senhores conselheiros:

O número de abstenções foi de tal monta que somos levados a acreditar que algumas epidemias devem ter sido alastradas na época, atingindo variavelmente as unidades escolares, por ironia [...], grassaram alarmantemente no 6º ano da Faculdade de Medicina. Além dessas razões, as viagens foram motivo de abstenções”.<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> Ata da 65ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 30 de abril de 1965. *Segundo livro de atas*, p. 288-294. Acervo do Arquivo Central.



A comissão tratou de imputar à parca publicidade sobre as eleições tão “impressionante montante de abstenções”.

É de pasmar a mais completa ausência de reconhecimento da importância da luta estudantil, inclusive de sua imensa dimensão pedagógica, como ocorreu, por exemplo, na resistência verificada na Universidade de Minas Gerais e na Universidade de Brasília.<sup>129</sup> Na USC, professores, mancomunados com a Reitoria e, todos eles, sabujos da ditadura, fizeram questão de expressar desprezo, e mesmo de negar por completo, o ponto de vista do estudantado, deixando à margem seu papel de educadores, que vem a ser o sentido mais profundo da existência de uma universidade. Covardemente, abandonaram seus jovens e idealistas alunos, nesse momento e em situações futuras, à sanha da crescente repressão civil-militar. Na verdade, mais que abandonaram, pois até mesmo açularam tal trabalho repressivo, facilitando, assim, e em muito, sua ocorrência no âmbito da própria universidade.

O padre Edgard de Oliveira, que liderou a Juventude Estudantil Católica (JEC) em Santa Catarina, ao prestar um depoimento, em 1979, sobre Marcílio Ramos Krieger, então exilado em Portugal, chamou a atenção, por exemplo, para a ausência de ação da direção da Igreja Católica no Brasil no sentido de fazer a defesa dos seus trabalhadores e líderes estudantis.

Marcílio Krieger foi uma das tantas vítimas da perseguição do sistema político e econômico contra a ação católica. Ele pagou, também, pela condescendência da CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil] na época da repressão e pela momentânea falta de coragem da hierarquia católica para defender os autênticos líderes católicos no Brasil.<sup>130</sup>

O próprio padre Edgard, por sua participação na JEC, teve que dar algumas explicações ao regime militar. Foi preso duas vezes: a primeira, logo após o golpe de 1964, e a segunda, em 1970, no Rio de Janeiro, quando participava de um curso do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar, op. cit.*, ver especialmente o capítulo 7, “Adesão, resistência e acomodação: o influxo da cultura política”.

<sup>130</sup> *Jornal da semana*, Florianópolis, p. 10, 30 jun./7 jul. 1979. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

<sup>131</sup> *Ibidem*. Informações obtidas nesse mesmo depoimento do padre Edgard de Oliveira. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Agora que a lei federal possibilitava ao reitor tutelar a manifestação discente, Ferreira Lima vai se empenhar no trabalho de domar inclusive entusiastas e festivas expressões estudantis, como é o caso do trote dos calouros. Como as faculdades integrantes da universidade localizavam-se no Centro, salvo a de Filosofia, que já estava na Trindade, o trote alcançava ampla repercussão popular, daí ser entendido como necessário discipliná-lo, colocá-lo devidamente nos trilhos, a fim de evitar o impertinente livre exercício da crítica às autoridades vigentes (ver figura 2.20).

Figura 2.20 – Desfile dos calouros de Direito do ano de 1961 na Rua Felipe Schmidt. No início dos anos 1960, era comum os cursos promoverem desfiles de calouros pelo centro da cidade. Não raramente os desfiles misturavam humor com críticas sociais



Fonte: Sartoti, 2017.

Assim, na reunião seguinte do Conselho Universitário, a de nº 66, realizada em 26 de maio de 1965, Ferreira Lima considerou por bem exortar:

Infelizmente, neste ano, embora não tivéssemos assistido, mas, como é público e notório, o trote dos calouros de algumas Unidades de nossa Universidade foi além de suas finalidades, contrariamente a suas reais tradições, quando feriram os princípios da boa educação, transgrediram as mais salutares regras de ética, faltaram com o respeito às autoridades constituídas, ao apresentarem críticas imorais e de ordem pessoal, que são incompreensíveis e inaceitáveis num meio universitário, e que só servem

para desprestigiar o bom nome de nossa Universidade. É evidente que tais fatos não poderão se repetir”.<sup>132</sup>

Então, Ferreira Lima apresentou uma proposta de Resolução, “visando regulamentar aquela atividade”, que acabou, como era de se esperar, por ser inteiramente aprovada pelos senhores conselheiros presentes. Já no dia seguinte, ela foi publicada, Resolução nº 27/65:

1º O trote dos calouros será organizado, dirigido e de exclusiva responsabilidade dos Diretórios Acadêmicos de cada uma das Unidades Universitárias; 2º Os cartazes, quadros, dísticos, faixas e tudo o que mais contenha, serão submetidos à censura prévia da Direção de cada Unidade; 3º A inobservância do disposto na presente resolução implicará na aplicação de penalidades ao Diretório Acadêmico e seus membros, pelo Diretor da Unidade respectiva, que recorrerá ex-ofício ao Conselho Universitário; 4º As penalidades aplicáveis serão as de suspensão, destituição e intervenção. Assinado, João David Ferreira Lima, Reitor.<sup>133</sup>

Como se percebe, cresceu o cerco de dirigentes e docentes, apoiadores do reitor, sobre as mais lídimas manifestações estudantis, querendo calar até mesmo os chistes, os humores tão próprios das coloridas festividades do trote do vestibular. Nada deveria escapar à censura prévia, “cartazes, quadros, dísticos, faixas e tudo o que mais contenha”. Tempos sombrios, indiscutivelmente.

Com base no disposto na Lei Federal nº 4.464, que estabeleceu a tutela das autoridades universitárias sobre seu respectivo movimento estudantil, e dada a adesão, já em primeiríssima hora, dos dirigentes da UFSC ao golpe de 1964, essa censura ao trote acabou por se estender no tempo e para outros espaços. O acadêmico Roberto Motta, representante discente junto ao CUn, na 115ª sessão, realizada em 26 de março de 1969, protestou

---

<sup>132</sup> Ata da 66ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 26 de maio de 1965. *Segundo livro de atas*, p. 295-302. Acervo do Arquivo Central.

<sup>133</sup> USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 7, jan./ago. 1965, ano 4, p. 160. Acervo do Arquivo Central. Nesse mesmo boletim, na página 161, consta uma informação muito expressiva do alcance dos poderes do reitor (e do provável surgimento de algum óbice a estes); trata-se da Resolução nº 30/65: “O Professor João David Ferreira Lima [...], no uso de suas atribuições, declara que o Egrégio Conselho Universitário, em sessão de hoje, RESOLVEU: Revogar a Resolução tomada em sessão de 29 de março de 1963, que permitia ao Reitor ausentar-se por 20 (vinte) dias, sem transferir o exercício ao seu substituto. Florianópolis, 26 de maio de 1965. Professor João David Ferreira Lima, Reitor – Processo nº 10.381/64”. Note-se que entre um fato e outro, foram decorridos mais de dois anos. O que levou o reitor a ter que revogar sua própria decisão anterior?

contra a decisão tomada pela Divisão de Assistência aos Estudantes por não permitir a continuidade da entrega de um formulário impresso pelo Diretório Central dos Estudantes nas dependências do Restaurante Universitário.<sup>134</sup>

O reitor em exercício, Roberto Mündell de Lacerda, imediatamente replicou, justificando que

a decisão fora tomada pela Reitoria em face da mesma não ter tomado conhecimento prévio da distribuição e dos termos do questionário; e que tal não teria acontecido se o órgão representativo dos Estudantes tivesse trazido à consideração da Reitoria através do seu órgão específico e solicitado permissão para distribuir o referido questionário se bem que na sua opinião o Restaurante Universitário não é o ambiente próprio para tal consulta.<sup>135</sup>

A policialesca vigilância da Reitoria jamais dormia, firme que estava em sua resolução de bater continência ao golpe, como clara expressão do engajamento civil à dita “revolução”. Pela Portaria nº 213/65, de 16 de agosto de 1965, o reitor Ferreira Lima: (1) expressa, sem pestanejar, sua imediata resposta às demandas das forças de segurança; (2) é fiel cumpridor dos preceitos da Lei nº 4.464/64, garroteadora do movimento estudantil; e (3) aproveita para dar uma estocada na direção da Faculdade de Direito (seja na figura de Henrique Stodieck ou de Waldemiro Cascaes, ambos seus ferrenhos e públicos adversários). São esses os termos da portaria em pauta, assinada pelo reitor:

Considerando os termos da Portaria nº 304, de hoje, do Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública [...]; Considerando que somente nesta data e pelo documento acima citado, oficial e expressamente, recebeu esta Reitoria comunicação de que o Senhor IVO ECKERT é um dos indiciados em IPM [Inquérito Policial Militar] instaurado pelo 14º B.C. em consequência da Revolução de março, inquérito esse ora no âmbito da Justiça Militar; Considerando que na forma do que estabelece o art. 15º da Lei nº 4.464/64, cabe a fiscalização de cumprimento de seus dispositivos, quanto aos Diretórios Acadêmicos, “à Congregação ou ao Conselho Departamental”, na forma do que dispuser os respectivos Regimentos; Considerando que pelo ato do Senhor Secretário da Segurança Pública se verifica a impugnação de

---

<sup>134</sup> Ata da 115ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 26 de março de 1969. *Terceiro livro de atas*, p. 101-102. Acervo do Arquivo Central.

<sup>135</sup> *Ibidem*.

elemento envolvido em Inquérito Policial Militar, ao caso o acadêmico IVO ECKERT, em concorrer à presidência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito; Considerando que é clara a intenção daquela autoridade que se impõe o dever de impedir a assunção em postos de comando, quaisquer que sejam, os elementos que estão implicados com a situação reinante anteriormente a 31 de março de 1964; Considerando que se nota, também, do aludido documento que está em jogo a Segurança Nacional; RESOLVE, Encaminhar o assunto à consideração da Faculdade de Direito, para que sua direção, pelo órgão fiscalizador a que se refere o art. 15 da Lei 4.464, em caráter de urgência, aprecie a questão, tomando as providências que o caso requer. CUMPRA-SE.<sup>136</sup>

Essa intervenção da Reitoria, como expressão de imediata guarida a uma determinação do titular da Secretaria da Segurança Pública, coronel Danilo Klaes, tem a ver com o fato de que o estudante Ivo Eckert, da Faculdade de Direito, havia saído candidato à presidência do CAXIF nas eleições de meados de 1965, numa chapa única composta também pelo acadêmico Orestes Vidal Guerreiro (igualmente às voltas com os militares). Algo que, como fez questão de lembrar Ferreira Lima, colocava “em jogo a Segurança Nacional”, uma vez que Eckert respondia a Inquérito Policial-Militar junto ao 14º Batalhão de Caçadores, como resultado de seu indiciamento pela Comissão de Inquérito da UFSC (em atenção ao Ato Institucional nº 1). O professor Waldemiro Cascaes, então na direção da Faculdade de Direito, a exemplo do que costumava fazer o professor Henrique Stodieck, ainda que alertado previamente pelo coronel Klaes e pelo próprio reitor, resistiu à interferência externa e não impediu a realização do pleito estudantil no Salão Nobre da Faculdade (que, vale lembrar, funcionava na Rua Esteves Júnior, onde hoje se localiza o Colégio Estadual Professor Henrique Stodieck). O jornal *A Gazeta* trouxe a notícia em sua contracapa sob a manchete “DOPS intervém nas eleições da Diretoria do CAXIF”, destacando que “Transcorria a eleição normalmente, quando ali chegou um choque

---

<sup>136</sup> USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 7, jan./ago. 1965, ano 4, p. 268-269. Acervo do Arquivo Central. Nessa mesma publicação, há diversas fotografias de um giro europeu, que levou um mês, efetuado nesse período por Ferreira Lima e comitiva, devidamente acompanhados por suas respectivas esposas, ocasião em que visitaram as duas Alemanhas. Ainda nesse *Boletim Informativo* consta o “Plano Piloto do Conjunto Universitário” para a Trindade, realizado em convênio com a Universidade do Rio Grande do Sul, uma vez que o “Plano da Cidade Universitária” havia sido engavetado (apesar de o Conselho Universitário haver aprovado, na histórica sessão do dia 27 de novembro de 1962, – contrariando a expressa vontade do reitor –, que a Universidade de Santa Catarina deveria ser estabelecida na área da Trindade, como, de fato, já vinha ocorrendo, e, nessa mesma sessão, haver também aprovado o “plano já elaborado, com as modificações entendidas como necessárias”).

da Delegacia de Ordem Política e Social apossando-se das urnas, intervindo assim, no pleito estudantil”.<sup>137</sup> Segundo Sartoti:

Após Klaes baixar uma portaria na Secretaria de Segurança proibindo a eleição do CAXIF – sem qualquer respaldo legal –, a tropa de choque da Polícia Militar de Santa Catarina entrou efetivamente nas dependências da Faculdade de Direito e apreendeu as urnas do CAXIF. O Centro Acadêmico impetrou mandado de segurança para conseguir realizar eleição naquele ano. A ordem acabou sendo concedida pela Justiça Estadual, mas os nomes vetados pelos militares não puderam participar do pleito.<sup>138</sup>

Como bem lembrou Sartoti: “Este episódio do CAXIF é o único de intervenção direta dos militares com uso da tropa de choque na Universidade Federal de Santa Catarina durante a ditadura militar”.<sup>139</sup>

### **2.2.7 Reitoria pressiona, intervém e retira o Restaurante Universitário da alçada da organização estudantil**

O jornal *Reforma* nº 6, da primeira quinzena de dezembro de 1963, trouxe em toda a sua primeira página a notícia da vitória da greve dos trabalhadores de diversos órgãos da prefeitura e do governo estadual, estampando a manchete “Frente Operária Estudantil Popular saiu vitoriosa na greve da fome”. Dentro do jornal, encontramos mais informações sobre essa paralisação de operários na capital, com intensa participação do movimento estudantil, tais como:

A frente Operária-Estudantil-Popular que há poucos dias se empenhou na luta por um aumento de salário dos trabalhadores do Estado e Prefeitura saiu vitoriosa. Prova concreta foi a fidelidade dos estudantes nesta luta. Em todos os momentos lá estavam entregando o seu apoio moral e colocando sempre à disposição o Restaurante Universitário aos grevistas. As vozes vibrantes dos líderes não titubearam quando do fortalecimento da frente. O Governo que compra Prefeitos, eleitores, aposenta apadrinhados, dá aumento pomposo a Deputados teve que finalmente ceder aos reclamos dos homens da fome. Cedeu não por humanidade, como ficou bem claro, mas por medo da má repercussão.<sup>140</sup>

<sup>137</sup> *A Gazeta*, 20 out. 1965, contracapa. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>138</sup> SARTOTI, *Juristas e ditadura*, op. cit., p. 104.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>140</sup> *Reforma*, n. 6, 1-15 dez. 1963, p. 2. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Figura 2.21 – Até setembro de 1965, o Restaurante Universitário localizava-se na própria sede da União Catarinense dos Estudantes, no centro de Florianópolis, era administrado pelos estudantes e articulava-se com o movimento operário



Fonte: Jornal *Reforma*, 15-30 jan. 1964. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Até 1965, o Restaurante Universitário era administrado pelos estudantes, que recebiam verbas da universidade para tal, e funcionava nas dependências da própria UCE, no centro da capital (ver figura 2.21).<sup>141</sup> Eram comuns manifestações estudantis reclamando por mais verbas para o RU e, em contrapartida, a resposta da Reitoria de que se tratava de uma questão de má administração, de franco desperdício do dinheiro público, uma vez que refeições gratuitas eram usualmente oferecidas para não estudantes, em apoio, por exemplo, ao movimento operário e ao projeto de alfabetização de meninos engraxates e jornaleiros, algo absolutamente inaceitável pela cúpula da universidade. Naquele ano, 1965, os estudantes tomaram a atitude de fechar o Restaurante Universitário, e se declararam em greve, como forma de chamar a atenção pública para a escassez das verbas destinadas ao RU. Ferreira Lima, que detinha a “execução orçamentária” da universidade, certamente buscava agir no sentido de dificultar, o máximo possível, a vida financeira do restaurante, como política de retaliação ao movimento estudantil. Para se ter ideia de quanto a “execução orçamentária” da UFSC estava centralizada nas mãos do reitor Ferreira Lima, basta que se considere o fato de que cabia a ele, além da presidência do CUn, também presidir as sessões do Conselho de Curadores, que tratavam, especificamente, da vida financeira da universidade. Isso durante todo o seu longo reitorado, uma vez que apenas em 1976, no final da gestão de Roberto M. de Lacerda, a legislação passou a impedir que o Conselho de Curadores fosse presidido pelo reitor.<sup>142</sup> Pode-se considerar, portanto, que em toda a história da UFSC João David Ferreira Lima foi o reitor que mais longamente concentrou poder em suas mãos, fato ainda potencializado pela vigência do forte aparato repressivo oriundo do golpe de 1964, do qual ele não titubeou em lançar mão sempre que julgou ser necessário. Durante grande parte, portanto, de sua administração, o contraditório foi expulso da instituição, não havendo espaço para a divergência, para a eclosão do debate, práticas tão características na vida de uma universidade.

Voltando à questão do Restaurante Universitário em 1965, como era de se esperar, os estudantes entraram em rota de colisão com a Reitoria, que ameaçou aplicar a Lei nº 4.464/64 sobre eles. O reitor, respaldado pelo Conselho

---

<sup>141</sup> É preciso ter presente que, naquele tempo, o ensino universitário catarinense restringia-se à Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. O DEE, ex-UCE, era composto pelos estudantes dessa instituição de ensino, como já vimos.

<sup>142</sup> A respeito, ver ata da última reunião presidida pelo reitor Lacerda. Nela, é aprovada a nova estrutura desse conselho, que impede que o reitor continue a presidir as reuniões. Ata da 76ª sessão do Conselho de Curadores, realizada em 5 de maio de 1976. *Livro de atas do Conselho de Curadores*, n. 2, 1970-1981. Acervo do Arquivo Central.



Universitário, propôs participar da administração do restaurante, o que não foi aceito pelo estudantado. A direção central da UFSC, então, mandou publicar extensa nota oficial pela imprensa local, de modo a expor sua posição a respeito da crise no RU, fato que, por acirrar os ânimos, acabou implicando seu fechamento pelos próprios estudantes. Nesse comunicado, a Reitoria denuncia que “sabíamos que fazia refeições no Restaurante elevado número de pessoas estranhas à universidade”.<sup>143</sup> Informa sobre aspectos que considerava como expressão da má administração do Diretório Estadual dos Estudantes e acentua não ter “nenhuma responsabilidade” pelo fechamento do RU, procurando, assim, isentar-se diante da questão, como se nada tivesse a ver com isso.

No dia 15 de setembro de 1965, o Conselho Universitário se reúne em Sessão Extraordinária para tratar da rumorosa questão do RU. Dada a alta combustão do problema, o conselho decidiu por definir-se como em estado de Sessão Extraordinária Permanente. A Reitoria, investindo na divisão do movimento discente, considerava que os impasses eram criados e alimentados por uma “corrente minoritária”, e que, a seu ver, os clamores da “esmagadora corrente universitária” eram favoráveis a uma solução preconizada por ela.

O acadêmico Rui José Candemil, presidente do DEE, em face da Assembleia Estudantil realizada em 15 de setembro de 1965, no dia seguinte entregou ao reitor, que por sua vez comunicou-o ao Conselho Universitário, o Ofício nº 80/65-66/DEE, contendo a posição oficial dos estudantes:

Exmo. Sr. Reitor – Em Congresso Extraordinário, ontem reunido, os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, por unanimidade, resolveram o seguinte: 1 – não acatar a decisão do Conselho Universitário por ser o restaurante um órgão do DEESC e por ele ser administrado; 2 – permanecer ausente às aulas até que seja resolvido o impasse; 3 – efetuar nos lares florianopolitanos uma campanha de alimentos; 4 – ida imediata de um membro do DEESC a Brasília no sentido de que sejam liberadas as verbas referentes a esta entidade; 5 – tentativa de empréstimo junto a estabelecimentos bancários e Governo do Estado. [...] Ass. Dymuth Meinicke e Rui José Candemil.<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 8, set./dez. 1965, ano 4, p. 81. Acervo do Arquivo Central.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 83.

Ferreira Lima manifestou ao dirigente estudantil sua estranheza diante de tal encaminhamento e frisou acerca das “responsabilidades graves que ele e os dirigentes estudantis estavam assumindo”, ao seu juízo sem qualquer fundamento justificador. Informou já ter entrado em contato com a direção da Escola Industrial, na Av. Mauro Ramos, pois, face ao grave problema da alimentação, pretendia utilizar o restaurante daquela instituição, “mesmo contra a opinião dos dirigentes estudantis”. Convencido a atuar no sentido de quebrar a espinha dorsal do movimento estudantil (que, pessoalmente, tanto lhe incomodava), disse mais:

Nesse sentido, fará funcionar dito Restaurante e se nenhum estudante lá comparecer, estará evidenciado que os Acadêmicos não necessitam do Restaurante, e assim, nada mais restará a fazer, pois seria crime dispendir dinheiro público em pura-perda.<sup>145</sup>

Diante do impasse da greve, da rigidez do reitor – que apontava para uma solução ao seu feitio – e da legislação opressora vigente, acabou por ocorrer substancial divisão no movimento discente. Os estudantes, mais uma vez reunidos em Assembleia Geral (mas agora divididos, haja vista o teor do que foi aprovado, na contramão do encaminhamento verificado na assembleia anterior), às 20 horas do dia 17 de setembro de 1965, deliberaram pelo seguinte encaminhamento, comunicado oficialmente ao Conselho Universitário:

Apraz-nos comunicar [...]: 1º que fica sustado o movimento reivindicatório, com volta à normalidade dos trabalhos escolares, visto ter sido atingido o número da causa reivindicatória: alimentação para os estudantes; 2º que fica designada a Diretoria do DEESC como Comissão Permanente, que tratará problemas do RU diretamente com a Reitoria da USC; 3º que será convocada Assembleia Geral novamente quando surjam assuntos do âmbito de Congresso. Aproveitamos para regozijar-nos com tais resoluções, que vêm dar prova de uma busca ponderada e objetiva para problema de reabertura do Restaurante Universitário, cuja solução definitiva – certeza temos – merecerá novamente as especiais atenções desse colendo. Ass. Luiz Gonzaga Phillippi – Presidente em exercício e Carlos Alberto Borges – 4º Vice-Presidente.<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> UFSC, *Boletim Informativo*, n. 8, *op. cit.*, p. 83-84.

<sup>146</sup> Ata da 74ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 18 de setembro de 1965. *Segundo livro de atas*, p. 341-344. Acervo do Arquivo Central.

Não há dúvida de que houve uma clara divisão no movimento estudantil. O conteúdo e os distintos signatários das notas, frutos de ambas as assembleias realizadas pelo DEE (nos dias 15 e 17 de setembro, respectivamente), remetem para o fato de que, entre esses dois eventos, certamente houve uma intensa mobilização, capitaneada pela Reitoria, no sentido de promover a divisão no seio do movimento estudantil, trabalho indiscutivelmente fortalecido pela possibilidade de uso do aparato legal do golpe de 1964. Consta que cabia a Volney da Silva Millis, do grupo dirigente mais próximo ao reitor, a incumbência de realizar tal trabalho, ou seja, de intervir no sentido de chegar à desarticulação política do alunado e, desse modo, poder abrir espaços para a tutela da Reitoria sobre o corpo discente da instituição. Durante a 74ª sessão do Conselho Universitário, reunido, em caráter extraordinário, no dia 18 de setembro de 1965, Ferreira Lima, tendo presente a Lei nº 4.464/64, e levando em conta o teor do Ofício nº 80/65-66/DEE, de explícito não acatamento da decisão do CUn e de corajosa afirmação da continuidade da greve estudantil, considerou ser “seu dever expor o assunto ao Egrégio Conselho, com a finalidade de que não se omitisse, para não cometer, com isso, a falta grave cominada na referida Lei”.<sup>147</sup> Face ao exposto, o reitor propôs a destituição da diretoria do Diretório Estadual dos Estudantes e fixou o prazo de 30 dias para a ocorrência de novas eleições, tornando inelegíveis os discentes ora cassados. E tal proposta foi aprovada pelos senhores professores conselheiros universitários.

A Reitoria, com a certeza da força do respaldo do aparato legal gerado pelo golpe, claramente ciente e até mesmo orgulhosa de seu poderio, antes mesmo da manifestação de “regozijo” estudantil pela sua atuação e da comunicação do fim da greve dos alunos, já havia tomado a iniciativa de informar ao público em geral, no decorrer do dia 17 de setembro: (ver figura 2.22)

FIM DO IMPASSE: o Restaurante da Escola Industrial de Florianópolis estará fornecendo refeições, a partir de hoje, dia 17, às 11 horas, para os alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo mantidos os preços do Restaurante Universitário e considerados válidos os “tickets” já adquiridos pelos alunos.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> Ata da 74ª sessão do Conselho Universitário, *op. cit.*

<sup>148</sup> USC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 7, jan./ago. 1965, ano 4, p. 84. Acervo do Arquivo Central.

Figura 2.22 – Reitoria pressiona, intervém e retira o Restaurante Universitário da alçada da UCE e o instala, em setembro de 1965, nas dependências da Escola Industrial na avenida Mauro Ramos



Fonte: UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 8, set./dez. 1965. Acervo do Arquivo Central.

Embora tenha se negado a liberar verbas para atender à reivindicação do movimento discente, fato que acabou por levar à eclosão da greve, Ferreira Lima, para pôr “fim ao impasse” (segundo sua perspectiva, que era a de retirar o RU das mãos dos estudantes), conseguiu que o CUn autorizasse a Reitoria a adiantar os recursos necessários para o pagamento do déficit do RU, em Sessão Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 1965, sendo que tais recursos seriam ressarcidos posteriormente pelo MEC. Conseguiu também autorização para efetuar as despesas necessárias para a abertura do restaurante. Com a nova gestão do RU, uma das primeiras medidas tomadas foi, nada mais nada menos, que a “suspensão de toda e qualquer alimentação gratuita”. Volney da Silva Millis, homem de confiança do reitor (e que havia atuado para que ocorresse o “racha” no movimento estudantil), tornou-se o administrador do Restaurante Universitário da UFSC.

## 2.2.8 Ferreira Lima reafirma sua exortação pelo combate aos “solertes inimigos do Brasil”, existentes também dentro da universidade

Na 64ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 29 de março de 1965, o reitor em exercício Roberto Mündel de Lacerda propôs que fosse encaminhado ao MEC um telegrama de congratulações pela passagem do primeiro ano de ocorrência da “Revolução Brasileira”, nos seguintes termos:

Professor Raimundo Moniz de Aragão – DD. Ministro da Educação e Cultura – Brasília – 45/65 – 29-3-65 – Transcurso comemoração primeiro aniversário Revolução Brasileira vg Universidade Santa Catarina vg pelo seu Conselho Universitário vg hoje reunido et por unanimidade vg quer testemunhar Governo República vg por intermédio Vossência vg clima tranquilidade et trabalho progressista realização este ano vg graças restabelecimento princípio ordem et autoridade que permitiu professores et alunos cumprissem suas missões sem movimentos subversivos que tanto prejudicaram mocidade brasileira pt Confia nova orientação imprimida Ministério Educação assegurarah Universidade condições cumpram suas altas nobres finalidades nesta fase reconstrução vida nacional pt Pede Vossência transmitir sua Excelência Senhor Presidente República expressão desta mensagem que traduz confiança et respeito desta Universidade pt Cordiais sds Roberto Lacerda Reitor exercício Universidade Santa Catarina.<sup>149</sup>

Ressalte-se que o telegrama foi aprovado por todos os conselheiros presentes, por unanimidade. Desse modo, contou inclusive com a aprovação do representante da Faculdade de Direito, professor Waldemiro Cascaes.

Exatamente no dia 31 de março de 1965, o jornal *O Estado* propagou como manchete principal, “Comemora-se hoje em todo o País o 1º aniversário da Revolução de Março” e tratou de trazer ao público toda a programação definida para o transcurso desse dia. Dentre os vários eventos, com claro destaque para a área militar, foram programadas duas palestras, em horários distintos, a serem transmitidas por uma cadeia de rádios; uma com o general Vieira da Rosa, e a outra com o reitor Ferreira Lima (ver figura 2.23).

---

<sup>149</sup> Ata da 64ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 29 de março de 1965. *Segundo livro de atas*, p. 284-287. Acervo do Arquivo Central.

Figura 2.23 – Além do telegrama do CUn encaminhado ao MEC parabenizando pelo aniversário do golpe de 1964, o reitor Ferreira Lima participa dos eventos de comemoração, com palestra transmitida por cadeia de rádios



Fonte: Sartoti, 2017.

No final de 1965, como paraninfo das normalistas do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, Ferreira Lima proferiu extenso e arrebatado discurso, todo ele transcrito logo nas primeiras páginas do *Boletim Informativo* nº 8. Nessa fala, evidencia-se sua concepção binária da realidade, simplesmente dividida entre o bem e o mal, ou seja, entre os bons e os maus.

A vós, parcela da mulher instruída e educada no Brasil, cabe essa bela tarefa: educar no lar e instruir na escola. [...] Duas formas de vida se defrontam no momento que passa. [...] De um lado o regime em que sempre vivemos [...]. De outro lado o regime que, esquecendo a pessoa, dirige seu objetivo precípua ao fortalecimento do Estado, esquecendo que este foi criado e idealizado para que o homem pudesse viver feliz em sociedade.

E, diante de um auditório repleto com as moças normalistas e seus familiares, o reitor exorta:

Dois regimes diferentes; dois regimes opostos; duas filosofias incompatíveis; duas ideologias que se não conciliam; dois sistemas inimigos; duas vidas enfim que se digladiam no momento histórico em que vivemos todos. [...] A nossa opção está feita entre essas duas vidas. [...] Ficamos com a liberdade contra a escravidão. A hora é de opção clara, queridas afillhadas. Não pode haver neutralidade, quando o que se joga são os nossos destinos de homens livres. Cumpra a todos e a cada um de nós optar sem subterfúgios e sem medo.<sup>150</sup>

Ainda no final de 1965, em palestra proferida por ocasião das comemorações da Semana da Marinha, junto ao 5º Distrito Naval, então sediado em Florianópolis, intitulada “Marinha: exemplo de valor nacional”, Ferreira Lima registrou ser a Marinha

sempre um baluarte e uma trincheira de liberdade e de democracia contra a qual jamais vinguem os ataques solertes dos inimigos do Brasil. [...] elevemos nossos corações e nossos sentimentos a Deus, rogando a Ele, não permita que a Terra de Santa Cruz e a nação que tem a ventura de nela viver, venham a ser escravos de totalitarismos cruéis e sem entranhas. [...] Que o Brasil, guardado pelas suas Forças Armadas, que nunca faltaram nas horas históricas em que o perigo rondou a nossa soberania, livre e democrático, alcance os seus grandes destinos.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, ano 4, n. 8, set./dez. 1965, p. 9-11; o discurso, na íntegra, vai da p. 5 à 13. Acervo do Arquivo Central.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 19-20. Todo esse discurso proferido encontra-se nessa publicação, da página 17 à 20.

Figura 2.24 – Ferreira Lima, considerado “Reitor Amigo da Marinha”, é homenageado com a Medalha de Mérito Tamandaré



Fonte: UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 9, primeiro semestre 1966. Arquivo Central da UFSC.

Indiscutivelmente, foi robusto, público e notório o apoio de Ferreira Lima ao golpe de 1964. O reitor não perdia uma oportunidade de expressar isso, de estampar sua fidelidade aos generais e aos que eram então seus guardiães. Meses antes, em palestra pela passagem do aniversário da Batalha de Tuiuti,<sup>152</sup>

<sup>152</sup> A Batalha de Tuiuti foi uma das mais importantes e sangrentas da Guerra do Paraguai (1864-1870). Ocorreu em 24 de maio de 1866, em território paraguaio, às margens do Lago Tuiuti, envolvendo mais de 50 mil combatentes.



declarou: “Confiemos [...] nas Forças Armadas do Brasil, nos homens que as dirigem, no Governo que o povo aceitou para salvá-lo do caos, do cativo das ideias funestas”.<sup>153</sup> Não sem encorpado motivo, Ferreira Lima, considerado o “Reitor amigo da Marinha”, em cerimônia oficial realizada nas dependências do 5º Distrito Naval, então sediado em Florianópolis, foi solenemente homenageado com a Medalha de Mérito Tamandaré (ver figura 2.24).<sup>154</sup>

No próprio dia de Natal daquele ano, 1965, fazendo as vezes de um presente, o professor Renato Barbosa publicou, no jornal *O Estado*, um artigo tratando de enaltecer, sobremaneira, o “beato” Ferreira Lima:

O nosso Reitor Magnífico efetiva, em Santa Catarina, intensa e bem esquematizada obra de afirmação universitária. Homem discreto, dinâmico, modesto como se fora um beato, por índole e pela rígida formação moral [...], não contratou cartazes, nem importou medalhões, originados de excessos publicitários, frequentes nos grandes centros, mas soube se socorrer de excelente prata da casa. [...] Sabemos [...] ser a Universidade obra sua.<sup>155</sup>

No prontuário secreto de Ferreira Lima, elaborado pelo Serviço Nacional de Informações – Agência de Curitiba, aqui já referido, consta que:

Por ocasião da Formatura da Faculdade de Engenharia Industrial [...], o orador da turma, formando Mario Pereira, montou seu discurso em torno de interpretações e distorções da expressão “privilegiados”, um tremendo, veemente e violento ataque aos Governos, às direções do ensino no Brasil, aos ricos que não ajudam aos pobres a serem também privilegiados, focalizando sempre as Encíclicas *Master et Magister* e *Populorum Progressio*, fazendo demagogia nefasta em torno de pronunciamentos recentes de alguns Bispos, envenenando opiniões, embora sem citar nomes. No final da solenidade, ao encerrar falou o proutuariado [reitor Ferreira

---

<sup>153</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 9, jan./jun. 1966, p. 39. Acervo do Arquivo Central.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>155</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 8, set./dez. 1965, p. 23-24. Ainda nesse boletim consta matéria sobre a formatura da primeira turma de Medicina da UFSC (27 profissionais), no final de 1965. Em seu longo discurso de paraninfo, o professor Roldão Consoni (que será vice-reitor da Universidade, na gestão de Caspar Erich Stemmer, no período 1976-1980) teceu loas ao profissional liberal livre. Fez críticas ao “paternalismo estatal, por meio da Previdência Social, [que] subtraiu à Medicina o seu caráter de profissão livre, de profissão liberal”. E criticou o que considerava como sendo a “socialização da Medicina”, p. 38.

Lima], que fez uma tremenda advertência à turma, rebatendo o pessimismo e a maldade das palavras do orador; fez uma ótima apologia ao BRASIL de hoje e respondeu à altura a insolência do orador.<sup>156</sup>

Como se percebe, o reitor não abria mão de fazer sua louvação (amplamente reconhecida pelos militares) ao golpe de 1964, ainda que numa cerimônia de formatura, levantando-se contra a “insolência” da sensibilidade social expressada pelo orador da turma.

### **2.2.9 Não obstante a chuva, luto e protesto na então maior manifestação estudantil organizada pelo DCE pelas ruas centrais de Florianópolis**

No dia 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, os estudantes protestavam contra o alto preço, a má qualidade da comida e a não conclusão de reformas no restaurante estudantil Calabouço, no centro da cidade. Foi o suficiente para que a polícia, com grande truculência, invadissem o local. Vários estudantes foram feridos, sendo que um deles, o jovem Edson Luís de Lima Souto, foi morto à queima-roupa com um tiro no peito. Seu corpo foi levado pelos estudantes para a Assembleia Legislativa; dezenas de milhares de pessoas compareceram ao enterro no dia seguinte, gritando palavras de ordem contra o governo e contra a violência e portando cartazes com dizeres tais como “Mataram um estudante. Podia ser seu filho!”, “Bala mata a fome?”, “Os velhos no poder, os jovens no caixão”. Feito um rastro de estopim, o assassinato de Edson Luís motivou intensas manifestações de pesar e revolta não apenas na cidade do Rio de Janeiro, onde foi decretado luto por três dias, mas Brasil afora, como a paralisação de espetáculos teatrais e com a UNE, mesmo na ilegalidade, chamando uma greve nacional dos estudantes.

Em Florianópolis, o Diretório Central dos Estudantes da UFSC – ainda localizado no centro da cidade, sob a presidência de Heitor Bittencourt Filho –, acompanhando o encaminhamento da UNE, decretou greve geral estudantil com duração de três dias, ao final dos quais convocou o estudantado para uma grande manifestação pública de luto e protesto, dia 2 de abril de 1968, em decorrência da morte do estudante no Calabouço. (A União Catarinense de Estudantes, de tão combativa presença no início dos anos 1960, encontrava-se retraída, pois havia tido suas principais lideranças inteiramente manietadas pelas forças golpistas de 1964.) Ao entardecer daquele dia de abril, em meio a intensa chuva, com

---

<sup>156</sup> Ver Serviço Nacional de Informações, Agência Curitiba, Prontuário nº 985, João David Ferreira Lima, ACT/ACE/3117/82. Acervo da Comissão Memória e Verdade da UFSC.

guarda-chuvas abertos em fila indiana, os estudantes subiram a rua Álvaro de Carvalho para ganhar as ruas centrais – Deodoro e Felipe Schmidt – descendo pela Tenente Silveira. Fumo na lapela em sinal de luto, dois estudantes abriam o cortejo portando uma enorme faixa preta.<sup>157</sup>

Uma profusão de faixas e cartazes marcavam o evento, esconjurando o “imperialismo ianque”, “a intervenção americana nos assuntos internos do país”, “o Estado Policial que caracteriza a ditadura”.<sup>158</sup> Numa grande faixa estava inscrito: “Com o nosso luto, a luta começou”; e em cartazes: “Meu filho está morto, o seu poderá ser o próximo”, “Somos o futuro do Brasil e eles nos matam”, “Não queremos guerra, reclamamos nossos direitos”. Os estudantes secundaristas também participaram, em grande número e ativamente, da manifestação. Diante da Catedral Metropolitana, ainda sob chuva sem trégua, ouviram-se “discursos inflamados” de vários oradores.

A tônica [...] foi sempre a mesma: ataques ao governo e à Revolução de março de 64. O presidente do DCE, Heitor Bittencourt Filho, foi o último dos oradores e tudo o que disse não diferia muito dos pronunciamentos dos que o precederam. “Nossa liberdade foi tolhida – afirmou. A ditadura implantada só nos trouxe tristes acontecimentos como: espancamentos, torturas, prisões de inocentes, cassações de mandatos eletivos legitimamente outorgados, insegurança, extinção de sindicatos e de entidades estudantis”.

Ao final da manifestação,

os estudantes cantaram o Hino Nacional e queimaram uma bandeira dos Estados Unidos, aos gritos de “este é o fim dos inimigos do povo”. Durante todo o tempo em que os estudantes estiveram nas ruas nada se registrou que perturbasse a ordem pública e mesmo no local das concentrações, no DCE e na Catedral Metropolitana, não havia policiamento.

O jornal *O Estado*, na edição do dia seguinte, 3 de abril de 1968, chegou a fazer uso da expressão “multidão” para se reportar à magnitude desse evento (ver figura 2.25).

---

<sup>157</sup> *O Estado*, Florianópolis, 3 abr. 1968, em matéria que ocupa grande parte da capa encimada pela manchete “Passeata é pacífica sob a chuva”. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>158</sup> *Ibidem*. Todas as demais citações relativas a essa passeata estudantil foram extraídas dessa mesma fonte.

Figura 2.25 – Manifestação estudantil, em Florianópolis, de luta e protesto pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto no restaurante Calabouço (RJ)



Fonte: Jornal *O Estado*, 3 abr. 1968. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O general Paulo Weber Vieira da Rosa, secretário da Segurança Pública, ao opinar sobre as razões dessa concorrida passeata dos estudantes, afirmou que

as crises estudantis que se verificam nos dias de hoje em todo o mundo são fruto da inquietação universal e do temor da mocidade ante a perspectiva de uma nova guerra, de “proporção imprevisível”.<sup>159</sup>

<sup>159</sup> No mesmo jornal *O Estado*, Florianópolis, 3 abr. 1968, na matéria de capa. As citações seguintes deste parágrafo também saíram dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

E disse mais o general da Segurança Pública,

que os movimentos estudantis sempre têm seus pontos positivos, como o idealismo, a disposição e a sinceridade dos jovens pelas causas que defendem e seus pontos negativos, como a “inexperiência e a ausência absoluta de malícia, pois os jovens não enxergam maldade ao redor de si, sendo altamente vulneráveis em suas manifestações”.

Por outro lado, diante da expressividade pública do ocorrido, *O Estado* procurou trazer também, do âmbito da Assembleia Legislativa do Estado, a manifestação de algum parlamentar, colhendo a fala do deputado arenista Gentil Bellani, para quem

o que vem acontecendo nas diversas Capitais da Federação não é movimento de reivindicação ou de protesto lícito, mas um movimento que tem por fim impedir o trabalho ordeiro no País. O parlamentar catarinense criticou a preocupação estudantil por problemas internos de outros países [...] e afirmou que, como pai de cinco estudantes, não lhes dará jamais permissão para participarem de movimento que não visem estritamente a defesa dos direitos dos estudantes do Brasil.

### 2.2.10 A escassez de recursos na USC e a explosiva questão da moradia discente levam o movimento estudantil à greve geral<sup>160</sup>

A falta de recursos financeiros era a tônica no dia a dia da universidade, um problema que, no período, afetava sobretudo a regularidade de funcionamento dos cursos de Medicina e de Odontologia, cujos Centros Acadêmicos protestavam contra a precariedade das instalações e a insuficiência, ou mesmo ausência, de materiais indispensáveis para o andamento das disciplinas. A Reitoria, por sua vez, informava sobre a retenção de verbas pelo MEC, que ainda não havia liberado os recursos relativos ao primeiro trimestre do ano corrente (1968).

Uma questão de pertinência candente e imediata, que acabou por explodir em 1968, foi o da moradia estudantil, haja vista que muitos discentes provinham do interior do estado e não dispunham, enquanto “moços universitários”, de locais

---

<sup>160</sup> A localização de expressiva documentação relativa a essas questões nos permitiu acompanhar, praticamente passo a passo, os desdobramentos dessa destemida luta estudantil que acabou por redundar na primeira grande greve geral da história da UFSC, não obstante o golpe de 1964. Por essa razão, o texto será mais longo. Meses após, o Ato Institucional nº 5, notadamente o Decreto nº 477 (conhecido como o AI-5 das universidades), irá impor a paz dos cemitérios, para gáudio dos apoiadores da ditadura no interior da própria universidade.

apropriados para sua permanência na capital, pois, como é óbvio, a cidade ainda não contava com equipamento urbano suficiente para responder a essa demanda (e tantas outras) da recém-criada universidade. Ferreira Lima, como vimos, desde o princípio de seu reitorado havia dado inteiramente as costas ao arrojado Plano da Cidade Universitária, pensado por Henrique Fontes, que previa inclusive a construção de residência para alunos.

Diante do problema, o reitor tomou a iniciativa de resolver a situação do seu jeito, ou seja, de modo autocrático, lançando mão de sua experiência gerencial, de franco perfil empresarial.<sup>161</sup> Por conta própria, sem consultar o Conselho Universitário, tratou de assinar um contrato, em 1º de janeiro de 1968, com José Carlos Daux, com validade de quatro anos, em moldes bem para lá de hoteleiros.<sup>162</sup> Por esse contrato, a Reitoria pagaria ao locador

NCr\$ 99,00 mensalmente, por vaga atualmente ocupada e pelas que não estão ocupadas também [...] [em decorrência disso] a Reitoria decidiu aumentar a mensalidade que de NCr\$ 10,00 passou – exorbitantemente – para NCr\$ 30,00. Os estudantes não aceitaram esse aumento de 200% e a Reitoria contrapropôs então o preço de NCr\$ 20,00.<sup>163</sup>

Os valores aprezados nesse acordo Reitor-Daux resultavam numa mensalidade muito acima do índice médio vigente em Florianópolis. Os estudantes trataram de protestar. Uma Assembleia Geral chamada pelo DCE, no início de maio de 1968, criou uma comissão para estudar as cláusulas desse controverso contrato Reitor-Daux.

O movimento estudantil arregaçou as mangas e foi às ruas e praças para denunciar o problema, não obstante o garrote da Lei nº 4.464/64 em vigor e a reiterada disposição de Ferreira Lima em fazer uso dela. Muitos estudantes encontravam sérias dificuldades para manter em dia o pagamento mensal de seu alojamento. Os jornais da capital davam ampla cobertura ao barulhento protesto desses jovens universitários catarinenses, sobretudo o jornal *O Estado*, que chegou inclusive a veicular a questão conferindo a ela espaço nobre, em página praticamente

---

<sup>161</sup> Como já vimos, Ferreira Lima era gerente da Transportes Aéreos Catarinenses (TAC) (propriedade do influente político do PSD Aderbal Ramos da Silva), quando foi guindado à condição de reitor da Universidade de Santa Catarina. Homem de confiança de Aderbal Ramos, em seu governo, dirigiu a pasta da Secretaria da Fazenda do Estado. Na Faculdade de Direito, como professor, era o responsável pela cadeira de Ciências das Finanças.

<sup>162</sup> Os Daux constituem uma família tradicional de Florianópolis, com pesados investimentos no ramo imobiliário, no setor da construção civil.

<sup>163</sup> ESTUDANTE não quer pagar pensão maior. *O Estado*, Florianópolis, 8 maio 1968, contracapa. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

inteira da capa ou da contracapa, procurando trazer diferentes pontos de vista a respeito (o dos estudantes, o da Reitoria, de políticos, de governantes). Diante da crescente escalada da mobilização estudantil, na edição do dia 4 de maio de 1968, *O Estado* registrou, em contrapartida, uma clara medida de retaliação por parte da Reitoria aos estudantes inadimplentes – que se recusavam a pagar qualquer aumento, saldando suas mensalidades ao preço antigo, de NCr\$10,00. Ou seja, sem a menor preocupação pedagógica e com a atenção toda posta na questão financeira, a Reitoria

já anunciou que vai arrolar todos os moradores das casas de estudantes em dívida pública para com a União, impedindo-os de receber o respectivo diploma ao final de seus cursos.

Os estudantes resolveram simplesmente ignorar tal ameaça. Como se pode perceber, reitor de um lado e estudantado de outro, cada qual com suas próprias armas, num verdadeiro cabo de guerra travado publicamente, farão aflorar um problema crucial – e mal resolvido – da vida universitária: o da moradia, fato que acabou por promover, tal foi sua ebulição, o “maio de 1968” na capital catarinense.

Heitor Bittencourt Filho, então presidente do DCE, em depoimento para a CMV/UFSC, a respeito dessa questão afirmou que: “O filho do reitor era o engenheiro responsável pela construção e reforma da Casa dos Estudantes”.<sup>164</sup> Já destacamos que o próprio Ferreira Lima deixou registrado, em seu livro de memórias, que seu filho, David Ferreira Lima, “planejou o nosso ‘campus’ e construiu grande parte dele”, numa escancarada e jactante prática do nepotismo. Dada a intensa mobilização dos estudantes, numa acirrada luta contra a política da Reitoria, pelas ruas e praças da capital e francamente reverberada pela imprensa, os militares, como é óbvio naqueles tempos ditatoriais, trataram de monitorar, por suas vias secretas, o movimento estudantil e, inclusive, ações do próprio reitor. Em documento confidencial do Serviço Nacional de Informações, consta que, em 1968, “a Reitoria renovou contrato assinado com a firma JOSÉ DAUX, para alojamento e acomodação de acadêmicos, segundo o qual foi gasta considerável soma em dinheiro, das verbas da UFSC”.<sup>165</sup> Esse mesmo documento do SNI, com o carimbo de “Secreto”, tratou ainda de informar:

---

<sup>164</sup> Depoimento prestado em 19 de março 2015, no Laboratório de Telejornalismo, curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>165</sup> Ver Ofício nº 262 – SNI/NAFL/69, de 11 de abril de 1969, de Florianópolis, do general Álvaro Veiga Lima, que remete ao Chefe do SNI/ACT, Curitiba, a Ficha Registro de João David Ferreira Lima. ACT/SNI – ACE – 3117/82. Acervo da Comissão Memória e Verdade da UFSC.

Convém ressaltar do Professor João David Ferreira Lima, no ano de 1967, em que pese sua advertência feita ao Governo sobre as consequências da séria crise financeira em que se encontravam as universidades, adquiriu (5) automóveis sendo um Ford “GALAXIE” no valor de N\$ 19.276,93 e quatro sinças [sic] “ESPLANADA” cujo valor da transação não foi por ele citado, afirmando que as operações de aquisição de veículos foram feitas com verba para esse fim destinada no orçamento da UFSC, cujo montante para o ano de 1967, importou em N\$ 88.000,00.

E, ainda nesse mesmo documento e página relativos ao dossiê de atividades do reitor, o SNI considerou: “Tendo presente as atividades exercidas pelo nominado, mormente no que se refere à aplicação dos dinheiros públicos, evidencia-se a conveniência de seu afastamento do cargo que ocupa de Reitor da U.F.S.C.”. Não obstante isso, o general Álvaro Veiga Lima, responsável pelo Núcleo do Serviço Nacional de Informações de Florianópolis (SNI/NAFL), afirmou que, como consta no documento ora em referência, “apesar de algumas falhas do referido Reitor, não há razão para ser punido pelo AI-5. É um homem de bem”.

Como vimos, se até os militares chegaram a reconhecer “algumas falhas do [...] Reitor”, “mormente no que se refere à aplicação dos dinheiros públicos”, chegando até mesmo, em algum momento, a admitir “a conveniência de seu afastamento do cargo que ocupa”, pode-se avaliar o acirramento dos ânimos desses primeiros jovens universitários catarinenses, aquilatar o grau de efervescência de sua luta estudantil nesse seu fundamental, destemido, pertinaz, mas solitário embate, dado o acovardamento dos professores da universidade, salvo um e outro casos.

No dia 10 de maio, uma passeata com estudantes de todas as faculdades da universidade, em grande número, desfilou pelas ruas da capital, portando cartazes contra o Governo Federal, o Ministério da Educação e Cultura e a Reitoria. A manifestação foi pacífica e terminou nas escadarias da Catedral, onde ocorreram discursos inflamados e queima da bandeira estadunidense. Pelas matérias jornalísticas e, sobretudo, pela leitura dos cartazes das cerca de duas dezenas de belas e bem conservadas fotos relativas a esse evento, encontradas no acervo da Agência de Comunicação (AGECOM) da universidade, agora também integrantes do acervo da CMV/UFSC, pode-se perceber que, nessa luta estudantil, um dos problemas candentes era o da moradia, com o alunado denunciando, publicamente, o contrato Reitor-Daux. Em folhas de cartolina, como era praxe naquele tempo, nítidas frases escritas com pincel atômico, e tendo um cabo de vassoura como suporte, moços e moças, pioneiros universitários catarinenses, desfilaram com frases incisivas e picarescas, tais como: “Contrato Daux-Reitoria / Sem concorrência pública”; “As vagas foram pagas a partir de 1ª/1/68 ao Sr. Daux”;



“Daux – o ‘tio Patinhas’ de Florianópolis, graças à Reitoria”; “Daux – o afilhado nº 1 do Reitor”; “Salário-mínimo: 117,00; aluguel de quarto pago ao Daux: 594,00”; “Estímulo ao estudante que trabalha: não pagar no fim do mês”; “Eu sou terrível / Nem é bom falar / Pois deste jeito / Estudante vai se ralar. Reitoria e Daux”; “\$ Dinheiro do povo capitaliza mais o Sr. Daux \$ (o amigo do reitor) \$”; “Moradias Univer\$idade”; “\$ Com o dinheiro que o Sr. Daux é presenteado pela Reitoria, pode comprar a cidade \$”; “30,00 dos estudantes + 69,00 da Reitoria / Daux paquerando de Gallaxie (Ford)”; “A Universidade está A[desenho de uma vaca] lhada”; “O governo combate a inflação sacrificando o \$ do povo” (ver figuras 2.26, 2.27 e 2.28).

Não obstante a política da Reitoria definida em 1965 de submeter o trote dos calouros à censura prévia das direções das respectivas faculdades, no dia 17 de maio de 1968, o jornal *O Estado* noticiou que os estudantes haviam escolhido como mote condutor do trote dos calouros de 1968, a ser realizado no dia 19, um domingo, “a rescisão do contrato da casa dos estudantes universitários, fato que vem revoltando a classe estudantil da Universidade Federal”.<sup>166</sup> A matéria informava que a partida seria “por volta das 10 horas do Diretório Central dos Estudantes, percorrendo a Rua Felipe Schmidt e a Praça XV de Novembro, seguindo depois para a Reitoria”. Por sua vez, na edição do próprio domingo, dia 19, *O Estado* trouxe como principal manchete de capa a notícia “Estudantes protestam contra a Reitoria”, seguida por uma longa coluna informativa a respeito. Por ela, os leitores ficaram sabendo que, além do problema da moradia estudantil, o trote/passeata protestaria também contra a política de retenção de verbas do Ministério da Educação e Cultura. Deixou claro ainda que a Secretaria da Segurança Pública havia autorizado essa manifestação estudantil, “mas não consentiu que os estudantes promovessem um comício em frente da casa do Reitor”.<sup>167</sup> Prosseguiu informando que a passeata deveria ser dispersada nas proximidades da residência do reitor e que, em seguida,

---

<sup>166</sup> *O Estado*, Florianópolis, 17 maio 1968, contracapa. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Convém ter presente que o DCE se localizava no mesmo prédio da antiga sede da UCE, na Rua Álvaro de Carvalho, quase na esquina com a Felipe Schmidt. Por seu turno, a Reitoria encontrava-se na Rua Bocaiúva (num imóvel que, desde 1976, passou a ser propriedade do Exército Nacional), e a residência particular do reitor Ferreira Lima, na Avenida Trompowsky, portanto, situada nas cercanias.

<sup>167</sup> A referências seguintes encontram-se nessa matéria publicada pelo jornal *O Estado*, Florianópolis, 19 maio 1968, capa e p. 7. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Figuras 2.26, 2.27 e 2.28 – Passeata dos universitários no dia 10 de maio de 1968 no centro de Florianópolis, que, diante do problema da moradia estudantil, denunciava o contrato lesivo assinado pelo reitor Ferreira Lima com a firma de José Daux



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 2.29 – O trote de 1968 escolheu como mote condutor a luta pela rescisão do contrato Reitor-Daux, relativo à moradia estudantil



Fonte: Jornal *O Estado*, Florianópolis, 21 maio 1968. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

uma comissão de oito líderes estudantis procurará avistar-se com o Reitor para exigir uma solução para a Casa dos Estudantes. O Professor Ferreira Lima recusa-se a receber os líderes, alegando que esteve durante toda a semana à sua disposição, em seu Gabinete da Reitoria. Declarou, inclusive, que se perceber a possibilidade de qualquer ameaça à sua casa, telefonará para as autoridades de Florianópolis, com quem já manteve contato, solicitando garantias.

Ainda segundo o jornal, fontes da Reitoria

afirmaram que, apesar dos propósitos dos estudantes em dispersar a passeata longe da casa do Reitor Ferreira Lima, os excessos cometidos nestas ocasiões, principalmente quando é sabido que alguns dos estudantes tomam bebidas alcóolicas “para tomar coragem” a fim de enfrentar o trote, poderão ocasionar ocorrências desagradáveis ao fim da passeata.

Em nota pública, estampada no final dessa mesma matéria, a Reitoria afirmou que já recebera um grupo de acadêmicos moradores das residências universitárias, que estava estudando a questão, e que

o movimento que se procura estabelecer no meio estudantil, visa, unicamente, prejudicar as atividades normais da Universidade, intranquilizar os acadêmicos que ocupam os alojamentos por ela mantidos, bem como preocupar seriamente suas famílias.

O jornal *O Estado* do dia 21 de maio estampou em sua capa uma foto desse trote/passeata em que se evidencia a profusão de cartazes (embora não legíveis para o leitor do jornal), exibidos pelos estudantes nesse protesto (ver figura 2.29). Acima da foto, a manchete anunciava: “Reitoria dialoga com estudantes”. Na contracapa, outro chamado correspondente: “Reitoria ouve protesto dos estudantes”. A reportagem, acolhendo o ponto de vista dos estudantes, informou acerca do aparato militar que foi exibido no domingo, “um verdadeiro contingente de tropas armadas que se postaram nas ruas como um ameaçador aparato bélico-policia”,<sup>168</sup> ainda que o movimento estudantil estivesse movido “da melhor boa vontade para um diálogo com o Reitor Ferreira Lima [...] sem qualquer atitude violenta”. Os universitários lamentaram “que o Reitor houvesse tomado tantas precauções e solicitado até garantias às Forças Armadas e à Polícia Militar”. O jornal informava que na “sede do DCE muitos manifestavam a sua revolta contra

---

<sup>168</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 maio 1968, contracapa. Todos os registros seguintes deste parágrafo foram obtidos nessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

o ostensivo policiamento que transformou a cidade numa praça de guerra no domingo”, ainda que a manifestação tivesse sido devidamente autorizada pela Secretaria da Segurança Pública e ainda que as manifestações estudantis anteriores tenham se caracterizado pelo seu caráter pacífico, civilizado. A liderança do movimento estudantil esclareceu que permanece o impasse com a questão da moradia estudantil, mesmo após a Reitoria haver anunciado “que unificou os preços cobrados por cada vaga, em todas as residências, agora fixados em NCr\$ 20,00”. O movimento estudantil considerou como inaceitáveis os

termos do contrato firmado com o proprietário das casas, o qual estabelece a razão “per capita” de NCr\$ 99,00 por cada vaga, ocupada ou não. Entendem os estudantes que essas bases são exorbitantes e, indiretamente, acabam por prejudicá-los, uma vez que a Universidade cobrando a diferença, pelos estudantes, e ainda pagando pelas vagas não ocupadas, despense de recursos que poderiam ter aplicação mais útil se empregados no reaparelhamento de algumas Faculdades – como a de Medicina – ou no arrefecimento das dificuldades por que passam muitas delas, sem verbas para adquirir material indispensável para o cumprimento de seus currículos.

Essa matéria é concluída com a manifestação do deputado estadual Genir Destri, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que afirmou poder solicitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o que realmente ocorria. O deputado catarinense declarou que

pelo menos no que toca ao contrato celebrado entre a Reitoria da UFSC e particulares, para locação de prédios destinados à moradia de estudantes, o movimento encetado pelo DCE “é absolutamente correto, porque o preço pago pela Reitoria extravasa a base comercial de locação em nossa capital”.

O movimento estudantil decide então dar início a uma campanha de esclarecimento público acerca desses dois pontos considerados fundamentais: a falta de recursos financeiros na universidade e o contrato de locação para a moradia estudantil. O DCE, sob a presidência de Heitor Bittencourt Filho, tratava de mobilizar os Diretórios Acadêmicos das Faculdades; o da Medicina lançou nota oficial denunciando a precariedade de condições para o desenrolar do curso. Alto-falantes nas ruas centrais da cidade funcionavam durante 12 horas por dia. Naquele tempo (segunda metade dos anos 1960), várias e talentosas lideranças estudantis despontaram na universidade, como foi o caso, além das já citadas, de Roberto Motta, Rosemarie Cardoso, Wladimir Amarante, Célio Espíndola, Derlei Catarina de Luca, Marcos Cardoso, Edson Andrino, José Manoel Soar, Markian

Getúlio Kalinoski, Valmir Martins, João Soccas, Gerônimo Wanderley Machado, Sérgio Grando, Ronaldo Dias de Andrade, entre outros. Todos foram alvo, de um ou de outro modo, de ações repressivas provenientes do golpe de 1964, com seus poderosos tentáculos militares e civis. Alguns desses estudantes terão suas histórias contadas no capítulo 7.

A contracapa do jornal *O Estado* do dia seguinte, ou seja, 22 de maio de 1968, trouxe a manchete “Conselho Universitário decide crise estudantil”, em matéria que ocupou grande parte da página. Nela, foi noticiado que, no dia anterior, o DCE e mais uma comissão de inquilinos de casas dos estudantes foram recebidos em audiência pelo reitor. Muitos estudantes se deslocaram até o “Palácio da Reitoria”, em apoio aos seus representantes.

O clima nos jardins do prédio não era de tensão, mas os estudantes mostravam-se preocupados, temendo a presença de policiais e perguntando a todo o momento, uns para os outros “se havia fotógrafos por perto”. No Quartel da Polícia Militar, dois pelotões de choque estavam preparados para entrar em ação a qualquer momento.<sup>169</sup>

A reportagem fez questão de informar que, tão logo a representação estudantil conseguiu se acomodar no Gabinete do Reitor, o presidente do DCE, Heitor Bittencourt Filho, “antes mesmo que qualquer assunto chegasse a ser ventilado, [...], recusou-se a iniciar os debates na presença do fotógrafo de O ESTADO, por achar que o mesmo estivesse a serviço de algum órgão de segurança do governo”. O reitor imediatamente concordou com a saída desse profissional. Os estudantes, então, no passar das discussões, informaram que “aceitariam os NCr\$ 20,00 – novo preço fixado – se o contrato de locação fosse alterado e se seus termos financeiros fossem atenuados para a UFSC”. Ferreira Lima asseverou que não aceitaria a rescisão do contrato,

pura e simplesmente [...] pois ele foi firmado por iniciativa da Universidade, sendo portanto um ato administrativo suscetível de apreciações somente por parte da Reitoria ou do Conselho Universitário, que é um órgão soberano, nunca passível de reforma por imposição dos estudantes. Se isso acontecer, desaparecerá a administração da Universidade e isso aqui virará uma anarquia.

---

<sup>169</sup> *O Estado*, Florianópolis, 22 maio 1968. As informações relativas à audiência na Reitoria foram retiradas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Os estudantes retrucaram afirmando que a proporção do aumento

era de 100% e que a Universidade transferira para eles o ônus exorbitante que contraíra com o proprietário das casas, uma vez que suplementa com NCr\$ 79,00 cada NCr\$ 20,00 pagos pelos moradores. Sustentaram que a média cobrada por hotéis e pensões não passaria dos NCr\$ 50,00, o que significaria que os locadores já levam uma vantagem de NCr\$ 20,00 só no pagamento suplementar da Reitoria. Solicitavam que o aumento obedecesse [a] uma proporção equânime à do salário-mínimo.

Ao fazer uso da palavra, Ferreira Lima informou aos jovens universitários que

“Hoje, se tivesse que solucionar o problema de novo eu não o faria, pois a Reitoria se empenhou para acomodar 256 estudantes, fez sacrifícios para isso e como recompensa só teve incômodos [...]. A situação da Universidade Federal de Santa Catarina não é nada boa, embora idêntica ou melhor que a de outras do país. Os senhores deveriam se alarmar é por essa possibilidade de a UFSC fechar suas portas. Dos 7 bilhões que a UFSC deveria receber este ano, nem um só tostão chegou até nós. A verba que o governo nos manda, e assim mesmo racionada, é muitas vezes insuficiente para o pagamento do pessoal”. – “É de matar” – concluiu. “Se a Universidade dispusesse de verbas, eu daria moradia aos senhores até de graça”.

Enfim, a audiência foi concluída com a afirmação do compromisso do reitor de convocar o Conselho Universitário para tratar da questão, reunião, segundo ele, “para a qual os estudantes estavam convidados” (ver figura 2.30).

No dia 23 de maio de 1968, os estudantes se reuniram no DCE e decidiram que manteriam a proposta de rescisão do contrato Reitor-Daux, a ser levada pelos seus representantes para a reunião do Conselho Universitário, “com a sugestão de que [para um novo contrato] uma concorrência pública aberta pela universidade acolha e estude as propostas [...] desde que a Reitoria se disponha a ouvi-las”.<sup>170</sup> Alertaram que já tinham em perspectiva alojamento para cerca de 150 estudantes, caso houvesse efetivamente a rescisão, “e que são muitos os hotéis e casas de estalagem dispostos a entrar numa concorrência [...] a um preço mais acessível para ambas as partes: estudantes e Reitoria”.

---

<sup>170</sup> ESTUDANTE vai pedir rescisão outra vez. *O Estado*, Florianópolis, 24 maio 1968. (Matéria de capa). A citação seguinte também foi retirada dessa fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Figura 2.30 – Enquanto Ferreira Lima recebia lideranças estudantis em audiência sobre a questão da moradia, estudantes aguardavam diante do “Palácio da Reitoria”



Fonte: Jornal *O Estado*, Florianópolis, 22 maio 1968. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.



Como definido na audiência dos estudantes com o reitor, o Conselho Universitário foi por ele chamado a manifestar-se a respeito da moradia estudantil, ainda que, ao haver assinado o contrato com Daux, Ferreira Lima não tenha se lembrado de consultar a instância máxima da universidade. A não consulta prévia talvez se devesse à consciência que Ferreira Lima tinha, já experimentada na prática, de sua larga ascensão sobre o conselho. O reitor sabia que o CUn estava em suas mãos. Enfim, em acalorada reunião extraordinária realizada em 24 de maio de 1968, a 106ª sessão do CUn,<sup>171</sup> na qual os estudantes foram representados pelos acadêmicos Heitor Bittencourt Filho, presidente do DCE, e Célio Hercílio Marcos da Silva, os senhores conselheiros foram comunicados oficialmente acerca do explosivo problema em curso. O professor Henrique Stodieck, logo de início, numa estocada ao reitor Ferreira Lima, levantou uma questão de ordem sobre o assunto ser mesmo da “competência do Conselho Universitário”, uma vez que o contrato havia sido acordado apenas entre o reitor e o contratado.

O Magnífico Reitor respondendo à questão de ordem levantada, disse que todas as matérias que interessam à universidade e trazem lugar à movimentação estudantil, em última análise, deverão ser examinadas pelo Conselho. E ainda, quando o Reitor é acusado de qualquer coisa pelos estudantes, e que não há uma solução, o assunto deverá ser trazido ao Conselho para que este se manifeste, pois que se a ação estiver errada, corrija-se esta ação, se estiver certa, aprove-se. De sorte que o assunto está envolvendo debates, interesses estudantis, movimento de rua, e não se chega a um acordo. Então é por isso que deseja explicar ao Conselho o porquê de não se chegar a um acordo.

O professor Stodieck então quis saber, porque os estudantes exigiam, por que não eram atendidos pelo menos em parte, e interpelou o reitor sobre se, nessa sessão em andamento, o CUn discutiria também o próprio contrato,

respondendo o Magnífico Reitor que seria discutido tudo. Redarguiu o Conselheiro Henrique Stodieck dizendo que, se o contrato é da competência do Conselho, por que não foi o mesmo aprovado pelo Conselho? Respondendo o Magnífico Reitor informou que a apreciação do contrato não é da competência do Conselho, mas sim do Reitor. Mas quando o Reitor é acusado de que o contrato está sendo errado, o Reitor tem que submeter ao Conselho Universitário, pedir esclarecimentos e fazer uma

---

<sup>171</sup> Todos os muitos registros aqui postos, relativos a essa 106ª sessão extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 24 de maio de 1968, foram extraídos da ata correspondente. Ver *Terceiro livro de atas*, p. 32-39. Acervo do Arquivo Central.

proposição para solucionar o assunto. O Conselheiro Waldemiro Cascaes [que, juntamente com Stodieck, representava a Faculdade de Direito no CUn] intervindo, declarou que, em seu entender, não é da competência do Reitor realizar esse contrato porquanto o Estatuto da nossa Universidade diz, expressamente, em seu art. 24, letra “1”, que: “realizar acordos entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou particulares, com prévia autorização do Conselho Universitário”, concluindo por afirmar que, não existindo essa prévia autorização, o contrato é nulo.

Como era de se esperar, tal afirmação provocou “acalorados debates” entre os presentes, ao final dos quais o conselho, dócil ao reitor, decidiu, por maioria, aprovar a afirmação dada inicialmente por Ferreira Lima, ou seja, a de que ele tinha, perante o estatuto, a prerrogativa de assinar contratos. Vencida essa preliminar e com tal aval, o reitor tratou de traçar o histórico dessa tormentosa questão da habitação estudantil, em longa exposição registrada na ata dessa Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de maio de 1968.

Declarou que atendendo apelo de estudantes no ano de 1964 [...], contratou com Mário Hotel a hospedagem para 40 (quarenta) rapazes. Posteriormente, contratou uma residência à rua Bocaiúva para 24 (vinte e quatro) moças; essa residência as moças deram o nome de “Paraíso”.

Em ano seguinte, segundo Ferreira Lima, 1965 ou 1966, um grupo de moças foi procurá-lo em sua residência “informando que haviam se submetido a Exames Vestibulares e que haviam sido aprovadas, e, porque eram naturais de municípios do interior, estavam em dificuldades de arranjar habitação em Florianópolis”. Se não encontrassem uma solução imediata, teriam que retornar aos seus lares, muito a contragosto, “eis que seus pais não permitiriam cursar, desde que não tivessem pelo menos uma moradia razoável em Florianópolis”. O reitor, por considerar “que não pode alhear-se dos problemas estudantis”, procurou casas para alugar, mas verificou não ser fácil encontrá-las já prontas para comportar 40 ou 50 moças. Dias após, segundo seu relato, um grupo de moças novamente o procurou, agora na companhia de José Carlos Daux, que afirmou ter a solução para o problema. Disse que poderia construir duas alas no terreno adjacente ao “Paraíso” e as mobiliaria, dando assim todas as condições de habitabilidade para o fim a que seriam destinadas, “e que do dia em que elas entrassem pagariam a mesma coisa que era cobrada pelo ‘Mário Hotel’ e ‘Paraíso’”. Diante da situação, nas palavras do reitor, a requerer a necessidade de se “solucionar o caso com urgência”, entendeu que as condições eram boas e resolveu aceitar a proposta. “Foi elaborado contrato nas mesmas condições do ‘Paraíso’”. No ano seguinte, segundo ele, 1966 ou 1967,

com a afluência de novos vestibulandos, moços e moças, voltou a ocorrer o mesmo problema da moradia estudantil. “À vista da solução dada no ano anterior, chamou o Senhor Daux na Reitoria, expôs-lhe o problema e perguntou se ele poderia solucioná-lo”. Dias após, José Carlos Daux trouxe ao reitor uma proposta: compraria uma casa em construção, na Rua Allan Kardec, terminaria a obra e atrás dela ergueria uma ala, com dois pavimentos, para destinar às alunas. Quanto aos rapazes, Daux tinha um prédio na Rua Almirante Lamego, que poderia ser reformado para servir de residência a eles. “À vista dessa exposição, [o reitor] aceitou a solução proposta e assinou contrato para o alojamento, nas mesmas condições”. As jovens que iriam para o imóvel da Allan Kardec (que acharam por bem chamá-lo de Lar Universitário Santa Catarina, LUSC), segundo o relato de Ferreira Lima, aceitaram assinar o documento comprometendo-se ao pagamento de NCr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) mensais *per capita*. O residencial masculino da Almirante Lamego passou a ser conhecido como Planalto. Prosseguiu o reitor nesse seu histórico acerca da habitação estudantil aos senhores conselheiros: “Pretendia ainda esclarecer ao Conselho que, algum tempo depois, verificara que no contrato havia passado uma cláusula contratual, este se verificava de acordo com os aumentos na indústria Hoteleira”. Informou que procurou o contratante, de modo que tal forma de reajustamento dos preços fosse excluída, ficando então estabelecido que a majoração dos valores somente ocorreria levando-se em conta os índices da Fundação Getúlio Vargas. Informou ainda sobre a ocorrência de mais um problema contratual:

Ao se ocupar o prédio, foi verificar que não possuía o número de vagas que constava no contrato. Como já havia pago, de acordo com a cláusula contratual, chamou o contratante, deu conhecimento da situação, mostrando-o que havia recebido a mais e notificou para que recolhesse aos cofres da Universidade aquilo que indevidamente havia recebido, havendo o mesmo recolhido a quantia de aproximadamente sete mil cruzeiros novos.

Salta aos olhos os apuros do reitor, que, pela força e destemor da mobilização estudantil, viu-se na contingência de ter que se explicar, de submeter à luz do dia o tramado na calada da noite, e, nesse processo, inclusive, ter que admitir a necessidade de rever os pontos mais ostensivamente abusivos da transação comercial Ferreira Lima-José Daux, como foi o caso dos preços praticados tendo como parâmetro os vigentes na rede hoteleira, bem como o caso do superfaturamento, ou seja, de o pagamento efetuado ao Sr. Daux ser bem superior ao número efetivo de leitos à disposição dos estudantes. Nessa questão, fica escancarado o comportamento de Ferreira Lima, que agia como empresário, como um atinado homem de negócios,

na contramão, portanto, do que se espera do dirigente de uma universidade pública, que é a atuação de um educador. Como já informamos, corria a denúncia (exposta pelo então presidente do DCE, Heitor Bittencourt Filho, e pela documentação sigilosa do SNI) de que o filho de Ferreira Lima era sócio de José Daux, nessa empreitada relativa às Casas dos Estudantes da UFSC.

Segue-se, na ata dessa turbulenta 106ª Sessão Extraordinária do CUn, realizada em 24 de maio de 1968 (em plena efervescência, portanto, do movimento estudantil), ainda na longa parte da exposição do reitor, seu registro sobre a quantidade de vagas nas casas destinadas à habitação discente. Esclareceu que tais casas têm capacidade para 294 estudantes, sendo que 261 dessas vagas estão efetivamente ocupadas, havendo, portanto, um saldo de 33 desse total, que correspondem aos estudantes que se mostraram inicialmente interessados, mas acabaram por desistir, “havendo documentos na Divisão de Assistência aos Estudantes que comprovam essa assertiva. De forma que, se existem vagas, a culpa não é do contratante, nem da Reitoria, estão postas à disposição dos alunos”. O reitor comunicou ter em mãos, à disposição dos senhores conselheiros, planilhas de custos, por unidade, das casas; resumo das despesas, “no ano em curso e nos três seguintes de vigência contratual” (o contrato era de quatro anos); resumo da receita, ano a ano. Também apresentou um documento, com várias laudas, da lavra do Sr. Daux, no qual ele procurou demonstrar o custo de cada estudante e de cada casa, “inclusive o lucro que usufrui com tal empreendimento comercial”. Ferreira Lima esclareceu aos senhores conselheiros que

os acadêmicos, numa campanha que entendem justa, pleiteiam a rescisão do contrato. Foi procurado em audiências, em seu Gabinete, e fizeram duas (2) proposições: a 1ª acharam cara a contribuição mensal, de NCr\$ 30,00; e a 2ª reivindicaram a rescisão do contrato com o Senhor José Carlos Daux. A resposta, dada na primeira ocasião, quando o assunto foi debatido normal e cordialmente, foi a seguinte: quanto à 1ª, irei encaminhá-la e estudá-la e dar uma solução, não podendo afirmar se favorável ou contrária, mas que era um direito reivindicar uma redução na mensalidade que achavam cara. Quanto à 2ª disse-lhes que não podia tomar conhecimento, porquanto, sendo matéria da administração da Universidade e de competência exclusiva do Reitor. Disse-lhes que competia aos Órgãos diretivos da Universidade: Conselho Universitário e de Curadores, e ainda ao Tribunal de Contas da União, quando da apreciação das contas da Universidade, e ainda, às autoridades federais superiores, que pedisse esclarecimentos, os daria.

Na segunda reunião com a liderança estudantil, continuou Ferreira Lima, comunicou haver decidido pela cobrança de uma taxa única, de NCr\$ 20,00, para cada mensalista; isso foi prontamente rejeitado pelos estudantes, que apresentaram a contraproposta de cobrança de NCr\$ 10,00 para todos. Quantia que o reitor considerou “baixa demais”.

Esse impasse levou o reitor à convocação da Sessão Extraordinária do CUn, no dia 24 de maio, para que, segundo ele,

o assunto seja equacionado, definitivamente, considerando que os alunos pedem uma redução de mensalidade e ao mesmo tempo uma rescisão contratual, o que vale dizer, existir uma contradição. O assunto envolve matéria de direito, que induz à inadimplência por parte da universidade, se tomar a medida rescisória, pura e simplesmente, advindo daí problemas de ordem jurídica, de gravidade. Mas, ao analisar a rescisão sob outro aspecto, teríamos ao desabrigo, sem residência, 260 alunos.

Diante disso, para que haja um exame “detalhado, minucioso e criterioso” do problema, Ferreira Lima propôs ao Conselho Universitário a constituição de uma comissão, composta pelos diretores das faculdades e um representante discente das moradias estudantis, eleito por eles, para, com poderes gerais, apresentar, num prazo curto, relatório completo ao CUn.

O acadêmico Nilson Sá, residente numa Casa de Estudantes, expressou o ponto de vista do alunado, que estudou o contrato e o considerou lesivo. Sá teceu considerações sobre problemas advindos de sua rescisão, tendo presente os altos valores envolvidos. “Informou que tivera contato com o Sr. Atherino e este lhe informara ter condições melhores e bem mais em conta de hospedagem”. Reclamou das condições que o Sr. Daux oferecia, que “não chegam ao mínimo que os estudantes exigem”. Informou que, no Mário Hotel, “melhor casa de estudantes em Florianópolis”, se pagava menos. Fez um relato sobre o número de vagas existentes nas Casas dos Estudantes e o número efetivo de moradores. “Assim, em casas do Sr. Daux, residem 192 estudantes, tendo em vista que o número pago pela UFSC é de 294. Quer alertar que o movimento não visa agitação, mas simples reivindicação para causas que acham justas”.

O acadêmico Heitor Bittencourt Filho, presidente do DCE, reforçou

que o preço pago ao Sr. Daux é elevado, e as condições de habitação são mínimas. Quanto à hipótese [...] de rescisão, os estudantes não ficarão ao desabrigo, porquanto oferecimentos de outras pessoas já foram feitos à Reitoria, e esta, sistematicamente, tem se recusado a aceitar qualquer proposta, assim como o Sr. Manoel Cordeiro e o Sr. Atherino.

Bittencourt lamenta “que não houvesse concorrência pública”.

Ainda nessa 106ª sessão do CUn, em seu final, Henrique Stodieck, considerando “louvável” tanto a proposição do reitor (de constituir uma comissão para examinar a situação) quanto a posição dos estudantes, sugeriu que “a Comissão abordasse também a hipótese de serem os imóveis desapropriados, usando para tanto os recursos que, a título de aluguéis, iriam ser pagos ao Sr. José Carlos Daux”.

Enfim, o CUn aprovou a proposta do reitor de constituição de uma comissão, composta pelos diretores das faculdades, um discente representando as Casas dos Estudantes e mais o presidente do DCE, este último, por sugestão do próprio acadêmico Heitor Bittencourt Filho.

Enquanto isso, o movimento estudantil não só manteve como procurou engrossar sua pressão sobre a Reitoria, na busca de respostas efetivas para suas demandas, tanto no que concerne à questão da moradia quanto à da retenção de verbas pelo MEC. O jornal *O Estado* do dia 29 de maio de 1968 ocupou quase toda a sua primeira página para estampar a manchete “Greve é geral na Universidade”, seguida por ampla matéria a respeito. Incluía uma larga fotografia mostrando estudantes de Medicina que haviam instalado um Comando Geral na área central, na Rua Felipe Schmidt, na esquina com a Trajano, com alto-falante e cartazes de protesto afixados na parede e na bancada, com o intuito de recolher assinaturas de populares e uma colaboração em dinheiro para custear despesas para o envio de telegramas ao presidente general Costa e Silva, sempre com o mesmo texto: “Estudantes Medicina em greve motivo ausência verba. Exigimos solução”.<sup>172</sup> O público deu ampla receptividade aos estudantes. A reportagem informava que, no dia anterior, ou seja, 28 de maio de 1968, os universitários catarinenses reunidos em Assembleia Geral no DCE,

decidiram decretar greve geral na UFSC por tempo indeterminado [...] contra a política de retenção de verbas do Ministério da Educação e contra a Reitoria no caso dos alojamentos de estudantes. [...] a decisão final foi homologada por todos os Diretórios Acadêmicos de Faculdades.

O jornal destacou que o

prédio do DCE, local da reunião, foi literalmente tomado pelos estudantes e poucas vezes, mesmo nos anos mais arrebatados da antiga UCE, uma assembleia estudantil terá congregado tantos universitários como a de ontem à noite.

---

<sup>172</sup> *O Estado*, Florianópolis, 29 maio 1968, capa. Todas as demais informações seguintes foram extraídas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Nela, foi aprovada, além da constituição de várias comissões, a realização de duas passeatas de protesto, uma delas já no dia seguinte, ou seja, 29 de maio de 1968, às 10 horas, no campus da Trindade, por ocasião da cerimônia de inauguração do Instituto de Antropologia, que contaria com a presença de Ferreira Lima, vários outros reitores e demais autoridades; e a segunda, no final da tarde do dia 30 de maio de 1968, partindo do próprio DCE, e percorrendo as ruas centrais da capital. Os deputados Genir Destri e Manoel Dias, ambos do MDB, estiveram presentes no final da assembleia estudantil, oferecendo apoio e, caso necessário, suas imunidades parlamentares. Genir Destri

fez questão de ter seu nome incluído na organização de uma das comissões, a de Segurança, que se incumbirá de garantir a livre manifestação dos estudantes e assistir aqueles que porventura venham a ser detidos durante o movimento.

Figura 2.31 – Acadêmicos de Medicina vão às ruas para denunciar “o calamitoso estado da faculdade”



Fonte: Jornal *O Estado*, Florianópolis, 30 maio 1968. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

No dia 30 de maio de 1968, o jornal *O Estado* informou, em manchete na primeira página: “Costa convoca reitor para debater crise” (ver figura 2.31), estampando mais uma ampla fotografia da manifestação dos acadêmicos de

Medicina. O texto informava que o reitor – que também presidia o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) – seguiria, naquele dia, para o Rio de Janeiro, atendendo ao chamado do general Costa e Silva, para tratar da liberação de recursos para as universidades brasileiras. Em vasta reportagem na contracapa dessa mesma edição de 30 de maio de 1968, sob a manchete “Estudantes fazem hoje passeata de protesto”, havia mais informações a respeito do andamento da luta estudantil. Na contracapa, informava-se que durante “toda a tarde de ontem [29 de maio de 1968] foi intenso o movimento no DCE, com os estudantes organizando a passeata, confeccionando cartazes e faixas, debatendo todos os detalhes da manifestação pública”.<sup>173</sup> O itinerário seria o mesmo das outras passeatas, saindo do DCE, à Rua Álvaro de Carvalho, descendo a Felipe Schmidt no sentido da Praça XV de Novembro até a frente da Catedral Metropolitana, onde haveria concentração. A Secretaria da Segurança Pública autorizou o movimento, “mas não permitirá, ‘como é óbvio’, a perturbação da ordem pública”. A reportagem prosseguiu tratando de informar como havia se dado o protesto estudantil realizado no dia anterior, no campus da Trindade, por ocasião da cerimônia de inauguração do Instituto de Antropologia, ligado à Faculdade de Filosofia. Esclareceu que houve o comparecimento de muitos estudantes. Nas palavras do próprio jornal:

As manifestações na Trindade se prolongaram durante todo o tempo da cerimônia de inauguração do novo prédio da Faculdade de Filosofia e a Cidade Universitária ganhou, de repente, uma população ululante que reclamava contra a política educacional do governo, através de faixas, cartazes e de discursos dos universitários. Os estudantes acordaram cedo para organizar o seu primeiro protesto e “por nada nesse mundo” queriam perder a oportunidade de manifestá-lo publicamente perante o reitor Ferreira Lima e os demais reitores que se encontram na Cidade participando de um curso na UFSC. Esse desejo redobrou e se intensificou assim que os estudantes souberam que outras autoridades estariam presentes ao ato: o Governador, Secretários do Estado, Presidente do Tribunal de Contas e autoridades militares. Às nove horas, as filas no ponto do ônibus que faz a linha para o bairro da Trindade eram intermináveis e cada coletivo que saía levava em seu bojo os estudantes e seus protestos, orais e escritos. Muitos não conseguiram lugar nos coletivos e lamentavam ter que ficar longe das manifestações do primeiro dia de greve. Os ônibus papavam as filas e mesmo assim não davam vencimento, os estudantes que tinham automóvel

---

<sup>173</sup> *O Estado*, Florianópolis, 30 maio 1968, contracapa. Todas as demais informações e transcrições arroladas a seguir foram retiradas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.



faziam várias corridas para transportar os companheiros. O estudante movimentou a cidade durante toda a manhã e nas rodinhas de “bate-papo”, nas esquinas e nos cafés não se falava noutra coisa que não fosse a greve, a crise, o noticiário dos jornais. O ESTADO trazia a notícia da greve em manchete na primeira página e todos queriam lê-lo, tirando “casquinha” dos outros ou comprando um exemplar nas bancas que logo esgotaram os exemplares de que dispunham.

Figura 2.32 – Enquanto as autoridades discursavam nessa solenidade na manhã de 29 de maio de 1968, do lado de fora os líderes universitários discursavam, para um grande número de estudantes, contra a ditadura e sobre o problema da falta de verbas e da moradia estudantil



Fonte: Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MARquE/UFSC).

Depois dessa sensível e bem articulada comunicação acerca dos preâmbulos da manifestação estudantil propriamente dita, o jornal passou a informar como se deu o protesto (ver figuras 2.32 e 2.33):

Às 9,45 muitos dos universitários já estavam postados diante do Instituto de Antropologia. Às 10 horas os carros oficiais da Reitoria chegaram ao local e deles saltaram o professor João David Ferreira Lima e os demais reitores, todos acompanhados de seus assessores. As primeiras vaias foram tímidas. Depois, os apupos foram num crescendo e acabaram num coral, de assobios e protestos. A medida que outras autoridades iam chegando, levavam também a sua porção de apupos e vaias. As solenidades de inauguração do Instituto de Antropologia transcorreram num clima nervoso e carregado. Enquanto os oradores dessa cerimônia eram aplaudidos no recinto, ouvia-se lá fora o rumor dos protestos e a agressividade dos apupos. Faixas traziam inscrições responsabilizando também os reitores pela situação caótica das Universidades. A cerimônia [...] foi rápida [...]. Às 11 horas os Reitores e as autoridades passaram outra vez diante da concentração dos estudantes que ensaiavam o “corinho”: “povo organizado derruba a ditadura”, “o estudante derruba o reitor”. Os apupos só cessaram quando os carros oficiais partiram.

Figura 2.33 – Autoridades inauguram o Museu de Antropologia no dia 29 de maio de 1968, sob as vaias dos estudantes em greve geral



Fonte: Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MARQUE/UFSC).

No alto da primeira página do dia 31 de maio de 1968, o jornal *O Estado* trouxe a manchete “Estudantes protestam e greve continua”, seguida de longa coluna noticiosa acerca da chamada “crise universitária”, com destaque para a

passada estudantil realizada no entardecer do dia anterior. Duas amplas fotos davam imediato testemunho visual do que ocorrera. Segundo a cuidadosa matéria do jornal, os estudantes formavam

um bloco compacto e maciço, uma multidão ululante e ruidosa. Nem pareciam aqueles mesmos jovens frios e desalentados que numa noite de muita chuva protestaram contra a morte do estudante Edson Luís de Souto Lima. Ontem, todos gritavam bem alto o seu protesto e os motes preferidos eram “Abaixo o MEC-USAID” e “Abaixo o Falso Dutra”, este numa clara alusão ao Ministro da Educação [Tarso Dutra]. Um caixão carregado por estudantes de Medicina simbolizava três enterros de uma vez só, conforme sugeriam as inscrições: “Reitor”, em cima, MEC dum lado e USAID do outro. Cartazes e faixas traziam inscritas frases de crítica ao Governo Federal, ao MEC e à Reitoria. Alguns textos eram bem achados, outros pouco originais e já muito surrados. Os mais notórios atacavam o Governo: “Menos Armas para Calar, mais Verbas para Educar”, “Poucas Verbas Liberadas, Faculdades Fechadas”, “UNE está contra: Fundação, Corrupção e Entreguismo” e “Quem é o mentiroso? Ferreira Lima? Tarso? Os dois?”. Durante todo o trajeto – rua Felipe Schmidt e contorno da Praça XV – os estudantes entoavam o seu hino, o da Independência e o Nacional. Os “corinhos” mais difundidos e por isso mesmo logo entoados em uníssono pela turba pregavam a derrubada do Governo e do Reitor, assim: “Povo organizado derruba a Ditadura” e “Estudante organizado derruba o Reitor”. Em frente à Catedral Metropolitana o cortejo se deteve para que os oradores começassem a falar ao povo. As escadarias do templo estavam completamente tomadas pelos populares. De um minipalanque os acadêmicos de quase todas as Faculdades da UFSC pronunciaram discursos cuja tônica foi sempre a mesma: ataques à política educacional do Governo, ao Imperialismo americano e à Reitoria.<sup>174</sup>

E o jornal não deixou de chamar a atenção do leitor para a justa preocupação dos estudantes relativamente ao grave problema da repressão:

Durante o trajeto até a Catedral muitos eram os estudantes preocupados com uma possível repressão policial. Ninguém no entanto foi molestado e nenhum policial foi visto nas ruas. Os fotógrafos dos jornais puderam trabalhar em paz, se bem que alguns dos manifestantes comentassem entre si ser “uma necessidade impedir muitas fotos”, pois elas “podiam comprometer a todos nos órgãos de segurança do Governo, treinados também para espionar e torturar”.

---

<sup>174</sup> *O Estado*, Florianópolis, 31 maio 1968. As demais citações deste parágrafo foram retiradas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O deputado Genir Destri, do MDB, acompanhou a passeata apreensivo, embora ela tivesse sido autorizada pela Secretaria da Segurança Pública. A crise na UFSC repercutiu na Câmara Federal; o deputado federal Paulo Macarini,<sup>175</sup> do MDB, “congratulouse com o movimento dos estudantes universitários de Florianópolis” e do Brasil em geral, destacando que o programa de defesa nacional consome verbas muitas vezes superiores às destinadas ao setor da educação. Na Assembleia Legislativa, a Comissão Especial constituída para acompanhar a crise universitária, composta pelos deputados Zany Gonzaga, Celso Costa (Aliança Renovadora Nacional – ARENA) e Evilásio Caon (MDB) esteve na sede do DCE ouvindo a versão dos estudantes a respeito. Por sua vez, ainda segundo o jornal *O Estado* do dia 31 de maio de 1968, a Câmara Municipal de Florianópolis expediu telegrama ao presidente Costa e Silva solicitando a liberação de verbas para a UFSC, “a fim normalidade possa voltar seio ordeira classe estudantil barriga-verde” (ver figura 2.34).

Figura 2.34 – Com um único caixão, estudantes fazem enterro simbólico do reitor, do MEC e da USAID. A passeata foi contra ações da Reitoria, a política educacional do governo e o imperialismo estadunidense



Fonte: Jornal *O Estado*, Florianópolis, 31 maio 1968. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>175</sup> O deputado Paulo Macarini foi cassado pelo AI-5 (de 13 de dezembro de 1968), tendo seus direitos políticos suspensos por dez anos.

A greve se prolongava por vários dias, esvaziando as faculdades. O DCE, em assembleia permanente, realizava reuniões sucessivas para examinar os acontecimentos, tomando o cuidado de comunicar em nota oficial o ponto de vista do movimento estudantil. Na Praça Pereira Oliveira, uma barraca foi montada para abrigar os universitários encarregados de manter em atividade os protestos de rua. Os estudantes se revezavam nos microfones dos alto-falantes, buscando informar a população acerca das razões de sua luta. Na Assembleia Legislativa, os deputados integrantes da Comissão Especial criada para acompanhar “os conflitos estabelecidos entre os estudantes e a administração da Reitoria da UFSC” foram incumbidos de analisar o contrato Daux (ver figura 2.35),

quando os parlamentares poderão indicar, entre gregos e troianos, com quem realmente está a razão. Mas o deputado Zani Gonzaga adiantou que as acomodações de determinados núcleos residenciais universitários carecem do indispensável conforto e das condições exigíveis para uma casa de estudantes, o que foi justificado pela Reitoria como consequência de sua falta de condições para acomodar um grande número de universitários do interior.<sup>176</sup>

Figura 2.35 – As graves denúncias dos estudantes universitários motivaram a criação de uma CPI na Assembleia Legislativa



Legenda da foto do jornal: “Os deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a crise estudantil estiveram em uma das casas dos universitários, verificando as suas condições de funcionamento”.

Fonte: *O Estado*, Florianópolis, 7 jun. 1968. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>176</sup> DEPUTADOS voltam a analisar a crise da UFSC. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 23 jun. 1968.



Na edição de domingo, dia 2 de junho de 1968, o jornal *O Estado* publicou uma reportagem de página inteira, com uma coluna lateral e três expressivas fotos, encabeçada pelo seguinte texto:

Numa noite estrelada e fria, enquanto os estudantes de Paris mantinham sob ocupação a Sorbonne, os de Florianópolis saíam em passeata e protestavam contra o Governo, o Ministério da Educação e a Reitoria da UFSC. Enterrando uma estrutura educacional superada, os universitários não deixam morrer o seu protesto e só esperam ter abandonado no caixão rodeado de velas os restos de todos os seus problemas. Para este estranho funeral OS ESTUDANTES NÃO MANDAM FLORES.<sup>177</sup>

Estas últimas palavras foram destacadas do texto, ganhando realce na página à guisa de manchete (figura 2.36). Como se tratava de uma edição dominical, o jornal informou seu público sobre os acontecimentos da semana finda acerca da crise universitária, desde a deflagração da greve geral estudantil na terça-feira à noite, passando pela manifestação no campus da Trindade na quarta pela manhã e pela passeata pelas ruas centrais da cidade ao entardecer da quinta-feira, dando também ciência acerca da continuidade da greve. O texto jornalístico buscava estabelecer um paralelo entre Maio de 1968 nas ruas e praças notadamente de Paris com Maio de 1968 pelas ruas e praças florianopolitanas.

Não mais que de repente, os estudantes universitários de Florianópolis resolveram também protestar para não desmentir todos os outros protestos, proclamados pelos jovens de todo o mundo. E a Cidade ganhou então dias de efervescência e tensão. [...] O motivo da greve é justo e todos [os estudantes] estão cômnicos disso.

Ao descrever a passeata estudantil da quinta-feira, a matéria frisou que os estudantes

compõem uma bizarra procissão liderada por um enterro. Tambores reboam no refrão que recitam em coro: “Mais pão, menos canhão, mais pão, menos canhão, mais pão...”. Súbito, um grito de guerra: “Abaixo o acordo MEC-USAID!”. As duas siglas, unidas, separadas apenas pelo hífen, parecem ser o fantástico chamariz de toda a revolta do mundo. Os estudantes escandiam bem suas sílabas e as pronunciam com raiva incontida. Lá vai a turba contornando a Praça XV “como uma cobra gigantesca coleando pelo chão”. [...] “Lugar de estudante é na escola!” – grita o popular, mas

---

<sup>177</sup> *O Estado*, Florianópolis, 2 jun. 1968. As citações seguintes foram retiradas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

logo se ressabiava ante o olhar belicoso de todos em redor. De repente, não mais que de repente, todo o mundo protesta, todo o mundo é estudante. Paradoxalmente, as Faculdades estão vazias. É a greve que não para. É a greve que continua.

No dia 4 de junho de 1968, o jornal *O Estado* informou num canto em sua primeira página que a “Universidade ainda está em greve geral”, dedicando mais da metade da contracapa dessa edição para noticiar que a “Greve na UFSC só para com exigências atendidas”. A matéria tratou de informar que a paralisação já estava no seu sétimo dia e que os estudantes aguardavam o retorno do reitor Ferreira Lima do Rio de Janeiro, quando então, em audiência a ser marcada com ele, iriam se inteirar das providências tomadas. Em sequência ao seu movimento paredista, deliberaram em Assembleia Geral, entre outros encaminhamentos,

ouvir o Reitor na sede da entidade, “ou em campo neutro”, e não na Reitoria; [...] continuar denunciando os termos do contrato de locação das Casas dos Estudantes até a instalação de inquérito competente [...]; mover uma “Ação Popular” contra o contrato “Daux-Reitoria”; apresentar ao Reitor os problemas específicos de cada Faculdade, reivindicando soluções imediatas; lutar pelo abono das faltas que forem conferidas aos participantes do movimento.<sup>178</sup>

Enquanto aguardavam as respostas às suas reivindicações, davam seguimento ao trabalho de sensibilização da opinião pública pelas ruas e praças centrais da capital. Por outro lado, essa mesma reportagem anunciava: “Reitor chega amanhã com verbas liberadas”. Ferreira Lima, na qualidade de presidente do Conselho de Reitores, havia inteirado o presidente general Costa e Silva da crise da Universidade Brasileira pela insuficiência de verbas.

Costa e Silva [...] determinou a imediata liberação dos recursos [...]. O Ministro Delfim Neto liberou verbas para a Pasta da Educação [...] referentes ao primeiro trimestre do corrente exercício. Já quanto ao corte de verbas no último trimestre do ano passado, não foi pago e tão pouco explicado. De outra parte, o Gabinete do Ministro da Educação informou à imprensa [...] que nas diretrizes setoriais para a educação superior, do Plano Estratégico do Desenvolvimento, está claramente expresso que uma das metas a atingir, na reforma universitária, é a flexibilidade administrativa, através da estrutura funcional mais próxima do tipo de

---

<sup>178</sup> *O Estado*, Florianópolis, 4 jun. 1968. As citações a seguir foram obtidas nessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.



organização de empresa privada. Os recursos financeiros continuarão [...] sendo fornecidos pelo Governo, sem prejuízo de sua maior captação através da participação dos Estados, Municípios e comunidades, de tal forma que as rendas e o patrimônio das fundações universitárias de direito público possam assegurar-lhes progressivamente vida financeira autônoma.

Ou seja, o projeto de Reforma Universitária do regime militar, na contramão da luta estudantil (mas não somente) pela expansão da universidade pública, estava mais próximo “do tipo de organização de empresa privada”. E a “estrutura funcional” da UFSC, criada por Ferreira Lima e seu grupo, como veremos mais detalhadamente ainda neste livro, será considerada “modelar” por Rudolph Atcon, um dos mentores do Acordo MEC-USAID. Logicamente, para que tal projeto seja viabilizado, será necessário calar, a ferro e fogo, as vozes discordantes (ver figura 2.37). O aparato legal da ditadura vai se encarregar de fechar o cerco sobre tais forças, podendo contar com o fiel – e atuante – respaldo do reitor ao longo de todo esse processo.

Figura 2.37 – Presidente do DCE Heitor Bittencourt Filho discursa em praça pública no centro de Florianópolis durante as mobilizações de 1968



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

No dia seguinte, 5 de junho de 1968, o jornal *O Estado* noticiou em sua última página: o “Reitor chega hoje mas greve continua”. Informou que os estudantes continuavam mobilizados e que mantinham o comando da campanha de sensibilização da opinião pública a partir da barraca por eles armada na Praça

Pereira Oliveira, em funcionamento por tempo integral, dia e noite; que entendiam que “o Governo deve reformular os seus métodos e aplicar uma nova política no Ensino”.<sup>179</sup> O DCE esclareceu haver recebido os deputados que compõem a Comissão Especial da Assembleia Legislativa incumbida de investigar os motivos do impasse Reitoria-estudantes, e que os parlamentares

ouviram durante duas horas o arrazoado dos estudantes que apresentaram farto material sobre os problemas de cada Faculdade, suas deficiências, vícios estruturais e muitos dados referentes à “má aplicação das verbas por parte da Reitoria”.

“Volta do Reitor ainda não tem solução para a crise” foi a notícia estampada na contracapa do jornal *O Estado* do dia 6 de junho de 1968. A matéria tratou da reunião do reitor, realizada na tarde do dia anterior, com os diretores das faculdades e o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social, único representante estudantil a marcar presença. Ferreira Lima deu ciência das providências tomadas no Rio de Janeiro, do seu encontro com o Presidente da República, com o ministro da Educação e Cultura e com o ministro da Fazenda; da liberação dos recursos relativos ao primeiro trimestre. Lamentou a ausência dos representantes dos estudantes.

Disse que não vê razão para dialogar com os estudantes fora da Universidade sobre problemas da própria Universidade [...], que em sua vida pública teve oportunidade de ocupar os mais representativos cargos em Santa Catarina [...] sem que nunca se houvesse levantado a menor sombra de dúvida a respeito da sua honradez e integridade moral. “Mas o futuro há de me fazer justiça e provar que são injustas as acusações que me fazem”.<sup>180</sup>

De sua parte, o DCE informou que só teve conhecimento do retorno do reitor às primeiras horas da tarde de ontem e que imediatamente providenciou “a expedição de um ofício solicitando audiência e condicionando-a a ‘um local neutro’, nem no DCE, nem na Reitoria da UFSC”.

O jornal *O Estado* do dia seguinte, 7 de junho de 1968, estampou em sua última página a manchete “Estudantes decidem hoje se mantêm greve”, em Assembleia Geral convocada pelo DCE a ser realizada às 20 horas. No dia anterior,

---

<sup>179</sup> *O Estado*, Florianópolis, 5 jun. 1968. As demais citações a seguir foram retiradas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

<sup>180</sup> *O Estado*, Florianópolis, contracapa, 6 jun. 1968. As citações a seguir foram extraídas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Ferreira Lima havia recebido em seu gabinete os presidentes dos Diretórios Acadêmicos e o do DCE, ocasião em que fez um relato de suas gestões no Rio de Janeiro, que resultaram na liberação das verbas referentes ao primeiro trimestre daquele ano para todas as universidades brasileiras. O reitor afirmou que muitas das reivindicações apresentadas pelas lideranças estudantis, referentes a cada uma das faculdades, “poderiam ser plenamente atendidas, dentro das possibilidades dos recursos liberados”.<sup>181</sup> Com relação ao problema das faltas durante a greve, Ferreira Lima asseverou

que as mesmas não eram passíveis de abono, face ao dispositivo legal que proíbe a medida. Indagado pelos estudantes sobre qual o caminho que estes deveriam tomar, no sentido de que as faltas fossem abonadas, disse-lhes o Reitor que o passo inicial seria a Congregação de cada unidade de ensino da UFSC. A Congregação, por sua vez, levaria o problema ao Conselho Universitário que poderia apresentar uma solução mediadora, visto que somente o Presidente da República poderia conceder o abono.

Em entrevista aos jornalistas também no dia anterior, o reitor havia alertado para a hipótese, caso a greve não fosse interrompida, de que poderia ocorrer a perda do ano para os alunos considerados faltosos, diante da legislação vigente (Decreto nº 60.841, de 9 de junho de 1967). Com respeito ao contrato Reitor-Daux, “declarou nada poder falar no momento, uma vez que a Comissão nomeada pelo Conselho Universitário está examinando o assunto”.

A contracapa do jornal *O Estado* do dia 9 de junho de 1968 noticiou, em manchete, que a “Greve na Universidade termina mas reivindicações ficam de pé”. Em Assembleia Geral na sede do DCE, os estudantes deliberaram pelo retorno às aulas a partir do dia seguinte, ou seja, 10 de junho de 1968, pondo fim a uma greve que se prolongou por onze dias, pois iniciada em 29 de maio de 1968. Ao partir da compreensão de que houve o atendimento de grande parte de suas reivindicações, os estudantes decidiram, entretanto,

levar adiante, através da vigília permanente de comissões estudantis, a campanha pela solução de todos os demais problemas. [...] que a Reitoria [...] “distribua as verbas atualmente disponíveis, segundo os programas de cada Faculdade e defina-se, concretamente, sobre uma fórmula que leve à rescisão do contrato de locação das Casas de Estudantes”. Outra meta dos estudantes é conseguir para os participantes do movimento grevista o abono

---

<sup>181</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 jun. 1968. As citações subsequentes foram obtidas nessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

de todas as faltas. O DCE decidiu organizar uma Comissão Geral composta de três alunos de cada Faculdade, com a incumbência de aprofundar os estudos sobre a política educacional vigente e os problemas de cada unidade da UFSC. [...] as Comissões Gerais se manterão em assembleia, expondo o andamento de suas reivindicações e apresentando as soluções que se tornarem necessárias.<sup>182</sup>

A reportagem foi concluída com a afirmação das lideranças universitárias de que:

Com o encerramento da greve e o retorno das aulas amanhã, fica suspenso apenas o movimento paredista, continuando, no entanto, de uma ou de outra forma, através da Comissão e dos Grupos de Estudo, todas as moções necessárias ao atendimento de todas as reivindicações arroladas durante o período da greve geral.

Diante da firmeza da denúncia do movimento estudantil e de sua ampla repercussão, em 6 de junho de 1968, José Carlos Daux propôs a rescisão do contrato, “objetivando a venda dos imóveis”.

Dias após o final do movimento paredista, o atinado e popular jornalista Adolfo Ziguelli (que diariamente apresentava um concorrido programa chamado “Vanguarda” na rádio Diário da Manhã), dedicou boa parte de sua coluna dominical do jornal *O Estado* do dia 16 de junho de 1968 às implicações dessa luta estudantil no que tange à espinhosa questão da moradia. Com destaque ao título “Estudantes”, Ziguelli registrou o seguinte:

Não que eu seja um sujeito metido a besta, mas durante esses últimos vinte dias uma pergunta trágica vem tirando o meu sono, mergulhando-me num mundo de terríveis apreensões: “- Será possível que numa cidade inteira, cheia de salamaleques e rapapés, onde todo o mundo senta praça como honesto e inteligente, não exista alguém, um homem só, capaz de pôr em pratos limpos essa famigerada história das casas de estudantes?”. Os dias passam, vem deputado vai deputado, comissões são designadas, bate-bocas se sucedem, assembleias, passeatas, discursos, e a história fica cada vez mais confusa, com outros personagens aparecendo no palco, todos eles em comum a marca do interesse. Até agora, perdoem-me a franqueza, não ouvi uma voz, uma só voz solitária, que não tivesse ligações inconfessáveis. Ou eu sou um poeta, vagando pelas nuvens, ou as coisas estão decididamente

---

<sup>182</sup> *O Estado*, Florianópolis, 9 jun. 1968. As citações a seguir foram retiradas dessa mesma fonte. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

mal paradas. Posso ser meio atrasado, mas não acho nada normal um Reitor ser acusado de corrupto, empresários idem, autoridades também, sem que se mova uma só palha para explicar o que acontece. E aí está uma opinião pública perplexa e desorientada, incapaz de um julgamento sereno por absoluta falta de informações. O que escuto, de parte das chamadas “forças vivas” da cidade, é que os estudantes não sabem o que querem. Concordo plenamente. Os estudantes não sabem o que querem justamente porque estão aprendendo a querer. E aprendendo a querer alguma coisa mais honesta, mais certa, mais justa do que se quis até agora sem a sua interferência. Se eles não sabem o que querem, sabem muito bem o que NÃO QUEREM. E entre as coisas que eles “não querem” está essa modorra pachorrenta, essa verdadeira “siesta” onde cada um enterra o chapelão na cabeça e cuida alegremente de sua vidinha alegre. Cargo público não é caminho para a aposentadoria nem trampolim para um “dolce far niente” de cruzeiros pelo mundo, feijoadas amigas e coquetéis no Country Club. Ou, então, eu sou mesmo um poeta irrecuperável.<sup>183</sup>

Cerca de um mês após a sessão de 24 de maio, no dia 28 de junho, o Conselho Universitário reuniu-se para realizar o seu 107º encontro, no qual a comissão constituída para se manifestar sobre as residências estudantis iria apresentar o resultado de seu trabalho. No início da reunião, foi lido o telegrama do professor Ernesto Bruno Cossi, ex-diretor da Escola de Engenharia Industrial (que, em 1964, havia integrado a Comissão de Inquérito do AI-1, na UFSC, sendo, portanto, homem da mais estrita confiança de Ferreira Lima), dirigido ao reitor, “manifestando sua estranheza face aleivasas acusações feitas ao reitor no qual reconhece conduta paradigma virtudes administrativas”. O parecer da comissão foi o seguinte:

- a) compra dos imóveis “Planalto” e “LUSC”, com os móveis e utensílios neles existentes, pelo preço da avaliação; b) rescisão do contrato mantido com o Dr. José Carlos Daux e referente ao prédio sito à rua Bocaiúva, 215; c) pagamento de bolsa de sessenta cruzeiros novos durante todo o ano, reajustável de acordo com os índices legais; d) que os imóveis adquiridos pela Universidade e ocupados pelos estudantes sejam por estes administrados, através de diretoria eleita e sem ônus para a mesma Universidade.

O parecer foi discutido e, após, submetido à votação nominal, tendo o reitor pedido para se abster, tendo em vista que seria apreciado “um ato seu”. Ao final,

---

<sup>183</sup> *O Estado*, Florianópolis, Caderno 2, 16 jun. 1968. Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

o parecer foi aprovado por maioria, com os votos em contrário dos professores Henrique Stodiek e Osvaldo Rodrigues Cabral (este, por ser contrário à aquisição de qualquer imóvel fora do campus da Trindade) e com os votos parcialmente contra dos estudantes Heitor Bittencourt Filho e Célio Hercílio Marcos da Silva (por discordarem da compra do LUSC, haja vista o prédio não oferecer condições para a habitação).<sup>184</sup>

Para o presidente do DCE, acadêmico Heitor Bittencourt Filho, a rescisão do contrato de locação com José Carlos Daux representou “a primeira vitória dos estudantes”, não obstante toda a forte pressão por eles sofrida oriunda da Reitoria.

### **2.2.11 Ferreira Lima intervém nas eleições para o DCE, de modo a garantir a condução de Rodolfo Pinto da Luz à presidência do diretório**

Em 13 de dezembro de 1968, foi assinado o Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5. Por força dessa legislação federal altamente repressora, o Brasil ingressou num período ainda mais sombrio, que ficou conhecido como “os anos de chumbo”, especialmente durante o governo do general Médici. O AI-5, que durou de dezembro de 1968 a dezembro de 1978, definiu o momento mais duro da ditadura, dando poder aos governantes para punir arbitrariamente os indivíduos que fossem considerados inimigos do regime. A gota d’água foi o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, pronunciado no início de setembro, que apelou para que o povo não participasse dos desfiles do dia 7 de setembro. O governo militar solicitou ao Congresso a cassação do deputado. A Câmara recusou. Em seguida, foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional, bem como a intervir nos estados e municípios, a cassar mandatos parlamentares, a suspender, por 10 anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de bens considerados ilícitos e a suspender a garantia de *habeas corpus*. Ao fim de dezembro de 1968, onze deputados federais foram cassados, entre eles, Márcio Moreira Alves. Em janeiro seguinte, mais parlamentares, e até mesmo ministros do Supremo Tribunal Federal, foram cassados.

Ao estrangulamento do movimento estudantil, promovido pela específica legislação até então vigente, somou-se a presença arrasadora do AI-5. Como se não bastasse, em 26 de fevereiro de 1969 foi assinado o Decreto-Lei nº 477,

---

<sup>184</sup> Ata da 107ª sessão do Conselho Universitário, 28 de junho de 1968. *Terceiro livro de atas*, p. 40-42. Acervo do Arquivo Central. Tendo presente o pedido de “vista” do professor Henrique Stodiek, o CUn voltou a reunir-se, em sessão extraordinária, dia 1º de julho, quando fechou essa questão.

destinado especificamente aos jovens estudantes, como resposta ao radicalismo do seu “é proibido proibir”, de sua luta para com a construção de um Brasil mais justo, de um Brasil para os brasileiros. O Decreto nº 477 foi o AI-5 das universidades. Punia, com expulsão, professores, alunos e funcionários acusados de subversão ao regime, mediante processo sumário. Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos; enquanto os estudantes ficavam proibidos de cursar qualquer outra por três anos. Todos eles feitos estrangeiros dentro de seu próprio país.

Em agosto de 1969, na última eleição para a diretoria do DCE da UFSC, antes da Reforma Universitária, convocada para o dia 22 daquele mês, os estudantes tiveram outro duro embate (e agora derradeiro, na gestão Ferreira Lima, dado o furor da nova legislação) com a Reitoria. Pelo Partido Movimento Terceira Força, haviam se candidatado, corajosamente, os estudantes Sérgio Luiz de Castro Bonson, Marcos Cardoso Filho, Gerônimo Wanderley Machado e Celso Wiggers.<sup>185</sup> Mas todos foram, de pronto, declarados inelegíveis pelo reitor Ferreira Lima, por meio da Portaria nº 142/69, publicada exatamente na véspera do dia marcado para a realização do pleito eleitoral estudantil. Tal ação é reveladora, mais uma vez, além do já atávico interesse pessoal em calar a estudantada, da pronta subserviência do reitor às determinações das forças de segurança nacional, estabelecidas em território catarinense. A Portaria nº 142/69, diz o seguinte:

O Professor João David Ferreira Lima, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO que as eleições para o Conselho Executivo do Diretório Central dos Estudantes (DCE) foram convocadas para o dia 22 do corrente mês; CONSIDERANDO que, da chapa apresentada pelo Partido Movimento Terceira Força, constam os nomes dos acadêmicos SÉRGIO LUIZ DE CASTRO BONZON, MARCOS CARDOSO FILHO, GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO e CELSO WIGGERS, todos matriculados em cursos oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina; CONSIDERANDO o disposto no Artigo 12 e seu parágrafo 1º do Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1968; CONSIDERANDO, principalmente, que nesta data os Órgãos de Informação e Segurança do Governo encaminharam a esta Reitoria documentos que impedem a participação dos

---

<sup>185</sup> Sérgio Luiz de Castro Bonson foi professor de História, pintor e cartunista do jornal *O Estado*, já falecido; Marcos Cardoso Filho, também hoje falecido, foi professor do Colégio de Aplicação e do Centro Tecnológico (CTC), ambos da UFSC, e foi preso na “Operação Barriga Verde”; Gerônimo Wanderley Machado, professor do Centro Socioeconômico (CSE) da UFSC, aposentado, escapou de ser preso pela “Operação Barriga Verde” por se encontrar estudando na França; Celso Wiggers é professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

referidos acadêmicos em eleições para Órgãos de representação estudantil; RESOLVE: declarar inelegíveis os acadêmicos SÉRGIO LUIZ DE CASTRO BONZON, MARCOS CARDOSO FILHO, GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO e CELSO WIGGERS, por isso mesmo, nulos de pleno direito os votos a eles outorgados nas eleições a realizar-se amanhã, dia 22 de agosto de 1969. CUMPRA-SE. Florianópolis, 21 de agosto de 1969. (Ass.) Professor João David Ferreira Lima – Reitor.<sup>186</sup>

Em depoimento prestado à CMV/UFSC, Gerônimo Wanderley Machado, um dos então candidatos, afirmou que, nesse processo de eleição indireta por força da legislação vigente, dos cinco votos provenientes de cada um dos Centros Acadêmicos, a ampla maioria iria votar na chapa do Movimento Terceira Força.

Na nossa conta, tínhamos 35 votos. A ditadura, a Reitoria [...] sabiam disso. Emitiram essa nota, cassando nossa chapa e, portanto, inviabilizando nossa eleição. [...] Usaram esse Decreto [o 477] para nos atingir e justificar nossa cassação.<sup>187</sup>

Por sua vez, João Tadeu Soccas, outra liderança estudantil desse período, também em depoimento para a CMV/UFSC, afirmou que foi Volney Millis, na condição de um estafeta do reitor, que articulou a chapa vencedora encabeçada por Rodolfo Pinto da Luz.

Volney Millis... sempre um pé atrás com Volney. Pela articulação, era ele quem fazia, inclusive como Pró-Reitor [de Assistência e Orientação aos Estudantes, na gestão Roberto M. de Lacerda, primeira metade dos anos 1970]. A chapa que ganhou com Rodolfo Pinto da Luz, quem articulou era o Volney. Augusto Zeferino [do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, então amigo do Soccas] era de esquerda, resistência à ditadura. Foi seduzido e comprado. Foi eleito Pinto da Luz.<sup>188</sup>

Uma terceira liderança estudantil desse período, Ronaldo Dias de Andrade, registrou que “Volney Millis, principalmente, era muito repressivo, autoritário.

---

<sup>186</sup> Ata da 119ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 30 de agosto de 1969. *Terceiro livro de atas*, p. 111-114. Acervo do Arquivo Central.

<sup>187</sup> Depoimento de Gerônimo Wanderley Machado, prestado em 30 de abril de 2015 à CMV/UFSC.

<sup>188</sup> Depoimento de João Tadeu Soccas, prestado em 25 de junho de 2015 à CMV/UFSC. Augusto César Zeferino, professor aposentado da UFSC, é o atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



[...] um clima de terror que se criou, após o AI-5<sup>189</sup>. Neste mesmo depoimento, Andrade afirmou que

tudo precisaria passar pelo crivo da universidade, qualquer coisa. Eles tinham um controle absoluto sobre tudo. [...] o Volney era muito difícil, tudo precisava ter licença, tudo era autorizado. [...] O Rodolfo Pinto da Luz foi presidente do DCE duas vezes, inclusive com um processo de votação bem estranho. [...] a Reitoria controlava. [...] a gente não podia fazer nada com o DCE, era impossível. [...] O DCE não apoiava nenhuma manifestação de estudante, nada, teve papel zero na questão da Reforma Universitária [...], era um braço da Reitoria no meio estudantil.

Uma vez posto o encaminhamento da Reitoria (lido pelo próprio vice-reitor, Roberto M. de Lacerda, que compareceu ao auditório da Faculdade de Economia, no próprio dia da eleição, para tal fim), os acadêmicos Nelson Wedekin, Eriberto José Meurer, Humberto Pereira e Eraltton Viviani trataram de, ato contínuo, entrar com recurso contra a validade das eleições do DCE. Tal recurso, que resultou no processo nº 06588, foi examinado pela 119ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 30 de agosto de 1969, tendo essa questão como pauta do dia. Roberto M. de Lacerda foi o relator do processo. Os conselheiros, então, puderam tomar conhecimento do ponto de vista do reitor, zelosamente registrado no processo, que justificava sua tão afiada intervenção nessa campanha eleitoral estudantil. Nesse particular, a ata tratou de consignar o seguinte:

Registradas as chapas dos dois partidos universitários que disputaram as eleições, tendo em vista recomendações de órgãos superiores e o momento que atravessa o país, solicitamos informações, pelo Ofício DAE nº 3/69, de 19 do corrente, cuja cópia anexamos, ao SNI, sobre todos os nomes que compunham as duas chapas. Em data de 20/8, ao final do expediente, recebemos aquelas informações, em documento secreto, que nos cientificou que alguns daqueles acadêmicos estavam impedidos de figurarem na chapa, por motivos claramente expressos nos respectivos prontuários. Nestas condições, restavam-nos duas alternativas: impedir fossem votados ou admitir a possibilidade da sua eleição para depois cassar o mandato e, conseqüentemente, enquadrá-los no decreto-lei nº 477, de

---

<sup>189</sup> Depoimento de Ronaldo Dias de Andrade, prestado em 21 de maio de 2015 à CMV/UFSC. Ronaldo veio a presidir o Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos (DACEB), no início da década de 1970, na gestão Roberto M. de Lacerda. Essas suas considerações, portanto, além de expressarem o clima vivido na parte final do reitorado de Ferreira Lima, avançam pela década seguinte.

26 de fevereiro de 1969, com todas as decorrências graves daí advindas. Preferimos a primeira solução, o que está claro na portaria nº 142/69, de 21 do corrente, pela qual declaramos inelegíveis os acadêmicos Sérgio Luiz de Castro Bonzon, Marcos Cardoso Filho, Gerônimo Wanderley Machado e Celso Wiggers e nulos os votos a eles, porventura, outorgados. Realizada, na data marcada, a eleição decorreu normalmente.<sup>190</sup>

Em seguimento, o relator do processo, Roberto M. de Lacerda, continuou praticamente restrito ao compromisso de expor aos senhores conselheiros as informações que o reitor Ferreira Lima havia julgado como pertinentes. Nesse sentido, consta da ata em pauta:

Dentro do prazo do artigo 108, letra “c” do Estatuto (Resolução nº 20/68), ingressaram os acadêmicos referidos no início desta informação, com o presente recurso, em que alegam: 1) que a nossa portaria nº 142/69 citada, prejudicou a chapa da 3ª Força, tendo em vista a data em que foi baixada e ainda que os dispositivos de lei que citou não procedem; 2) que o Presidente do Diretório Acadêmico “José Boiteux”, da Faculdade de Ciências Econômicas, não constou da Lista dos votantes, contrariando, no seu entender, disposições que regulam as eleições para o DCE. Esta segunda alegação não merece ser examinada por intempestiva, de acordo com o artigo 108, letra “c” do Estatuto (Resolução nº 20/67), que determina: “Será assegurada a apresentação dos recursos que serão decididos pela mesa respectiva, em se tratando de impugnação de votante ou de voto.” Tal não ocorreu na sessão de votação, conforme se verifica da ata dos trabalhos, assinada inclusive pelo acadêmico Walmir [Valmir] Martins, fiscal do Partido 3ª Força. Quanto à outra alegação, a exposição ora feita mostra que a providência tomada pela Portaria nº 142/69, de 21/8/69, não poderia anteceder às informações do SNI, que chegaram às nossas mãos no dia anterior ao findar o expediente. Parece-nos, ainda, que os universitários que assinaram o recurso não têm competência para tanto, uma vez que o Partido 3ª Força é representado pelo acadêmico, coordenador geral, Celso Gregório de Espíndola, que requereu o registro da chapa, sendo, assim, o representante legal do Partido. Estas as informações que devíamos a este Egrégio Conselho. (Ass.) Professor João David Ferreira Lima, Reitor.<sup>191</sup>

---

<sup>190</sup> Ata da 119ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 30 de agosto de 1969. *Terceiro livro de atas*, p. 111-114. Acervo do Arquivo Central.

<sup>191</sup> *Ibidem*. Importa esclarecer que, embora a ata em referência registre como sendo “Celso Gregório de Espíndola” o então estudante Coordenador Geral do Partido da Terceira Força, trata-se, na verdade, de Célio Gregório Espíndola, que veio a ser professor do Centro Socioeconômico da UFSC, já aposentado. O professor Célio Espíndola integrou a CMV/UFSC.

Enfim, diante de um Conselho Universitário pusilânime, mantido sob as rédeas curtas do reitor, o parecer só não foi aprovado por unanimidade porque os dois representantes discentes junto a esse colegiado, Norberto Ferreira e Wladimir Amarante, votaram contra.

Ao contrário de momentos anteriores, de franca reverberação do movimento estudantil pela imprensa local, a partir de então se instalou o silêncio, a paz dos cemitérios, sob os auspícios dos sombrios Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei nº 477, ambos de tão funesta memória. O inquieto, combativo, propositivo e relevante movimento estudantil da UFSC foi emudecido pela brutalidade do golpe civil-militar de 1964. Ao invés da realização de um trote aguerrido, a partir de denúncias públicas consistentes e por isso mesmo consequentes, como já vimos, o DCE, agora sob a presidência do acadêmico Rodolfo Pinto da Luz, ficou circunscrito, por exemplo, à convocação dos jovens ingressantes na universidade para que fossem doadores de sangue,<sup>192</sup> como um “dever cívico-social”. Pinto da Luz, que irá concluir o curso de Direito em 1971, vai galgar, ininterruptamente, posições de destaque na estrutura administrativa da universidade e do próprio Ministério da Educação e Cultura, assim como no âmbito do governo estadual e da prefeitura de Florianópolis. Na história da UFSC, dois reitores estiveram à frente da universidade por três gestões, João David Ferreira Lima (que, consecutivamente, atravessou toda a década de 1960 até o início da seguinte) e Rodolfo Pinto da Luz (na gestão 1984-1988 e, posteriormente, na de 1996-2000, com sua reeleição para a de 2000-2004). Ambos, sem qualquer mérito científico (nenhum dos dois produziu qualquer reflexão reconhecidamente importante sobre o papel da universidade), mas com largo perfil gerencial, de executivos confiáveis às forças promotoras do golpe de 1964.<sup>193</sup> O Conselho Universitário da UFSC, em sessão realizada no dia 23 de setembro de 2003, sob a presidência do reitor Rodolfo Pinto da Luz, aprovou por unanimidade a alteração “da denominação Campus Universitário para Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima”,<sup>194</sup> após

---

<sup>192</sup> Ver depoimento de Rodolfo Pinto da Luz prestado à comissão, em 9 de agosto de 2017, no gabinete da Fundação Catarinense de Cultura. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>193</sup> Ver (especificamente sobre os mecanismos no interior da Universidade, em dados momentos históricos, que possibilitaram as vitórias eleitorais de Rodolfo Pinto da Luz), o ensaio de VIEIRA, Pedro Antônio. A armadilha das urnas: 20 anos de eleições diretas e de continuísmo na UFSC. In: RAMPINELLI, Waldir José (org.). *O preço do voto: os bastidores de uma eleição para reitor*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 41-63.

<sup>194</sup> Ver ata da sessão especial do Conselho Universitário, realizada em 23 de setembro de 2003, p. 2. Acervo do Arquivo Central. Nesse mesmo dia, pela Resolução nº 011/CUn/2003, o reitor Rodolfo Pinto da Luz aprovou a oficialização do nome do campus para “Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima”.

leitura do parecer apresentado pelo professor José Luiz Sobierajski, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ). No depoimento prestado para a CMV/UFSC, em 9 de agosto de 2017, Pinto da Luz registrou que, na verdade, a iniciativa partiu dele próprio, via CCJ. Como justificativa para tão expressiva homenagem, trouxe à tona expressões arraigadas da narrativa oficial (já postas, em resumo, no início deste capítulo, mas bastante desdobradas e com os devidos contrapontos no livro, também aqui já referenciado, *Pensamentos, palavras e obras*, de Henrique Fontes, em edição organizada por Armen Mamigonian e Marli Auras (Editora da UFSC, 2016)), cuja síntese encontra guarida no entendimento de que foi Ferreira Lima, com muito trabalho e determinação, quem criou a UFSC.

### **2.2.12 Ferreira Lima e sua “modelar” gestão, de base empresarial, na Universidade Federal, a caminho do ensino pago, segundo os preceitos da ditadura**

Uma vez quebrada a espinha dorsal do movimento discente, finalmente apaziguado e sob o seu comando, graças à docilidade de suas novas lideranças, agora com o jovem acadêmico Rodolfo Pinto da Luz à frente do DCE, contando com um quadro de professores e servidores técnico-administrativos conformados, salvo honrosas exceções, com uma equipe da administração formada por “talentosos moços”<sup>195</sup> escolhidos a dedo por ele e, obviamente, gozando de sua mais estrita confiança. Podendo dispor da continuidade e do aprofundamento de todo o aparato repressivo da ditadura, João David Ferreira Lima encontrou condições amplamente favoráveis para, orgulhosamente, fazer da Universidade Federal de Santa Catarina um espaço então considerado “modelar”, desenvolvendo, a portas

---

<sup>195</sup> Em seu livro, *UFSC: sonho e realidade*, Ferreira Lima dedica todo o capítulo 15 a essa equipe de administração, deixando “consignados seus nomes, com respeito e amizade, pois a eles devemos, em grande parte, o que fizemos e os sucessos que obtivemos na grande obra realizada: Aluizio Blasi, [...], Emanuel Campos, Teodoro Rogério Vahl, Antonio Niccoló Grillo, Ernany Bayer, David Ferreira Lima, Jair Hamms, Edison Macedo, Volney Millis, Antônio do Amaral e Silva, Murilo Gonzaga Martins da Silva, Luiz Orofino, João Nilo Linhares, Nelson La Porta, Pedro Collaço, Vivaldo [Vivaldi] Garofallis, Lauro Zimmer, Victor Meyer Júnior, Rodolfo Pinto da Luz, Ademar Cirimbelli, Ricardo Hoffmann, Hamilton Martinelli, Tuing Ching Chang, Ademar Cassol, Álvaro Henrique [de] Campos Lobo, Armando Prade, João José Fagundes e João Carlos Tolentino Neves” (p. 135-136). Além desses, para os quais fez rasgados destaques elogiosos individuais, Ferreira Lima ainda tratou de nomear “Fernando Beck, meu Oficial de Gabinete e afinal Chefe de Gabinete, [...] Luiz Henrique Trindade, [...] Antônio Miroski, [...] Luiz Henrique Baptista, [...] Ary Ramos de Castro, [...] Josué Fortkamp, [...] Roldão Rosa, [...] Vilmar Bayerstoff [Bayerstorff], [...] Hélio Campos, [...] e Moacir Pereira, jornalista, que alcançou a Presidência do Sindicato da Classe” (p. 140-141). Ferreira Lima os considerava “um prolongamento da nossa família” (p. 142). Fernando Beck foi o primeiro responsável pela ASI na UFSC.

fechadas e praticamente sem oposição, um processo de reforma universitária amplamente conveniente aos interesses dos promotores e defensores do golpe civil-militar de 1964. Segundo ele, “Com tal equipe e com tal gente não poderíamos fracassar na implantação de uma grande Administração Universitária”.<sup>196</sup> O capítulo 3 tratará mais especificamente da Reforma Universitária na UFSC.

Apesar de sua improbidade no trato do dinheiro público destinado à universidade – fato que era alvo de ferrenhas denúncias do movimento estudantil do período, e problema até mesmo reconhecido por setores das Forças Armadas, como já vimos, que chegaram inclusive a admitir que “evidencia-se a conveniência de seu afastamento do cargo que ocupa de Reitor da U.F.S.C.”,<sup>197</sup> mas que, no entanto, “apesar de algumas falhas [...], não há razão para ser punido pelo AI-5”, uma vez que –, pelo já feito por Ferreira Lima, por sua inabalável e expressa fidelidade ao golpe de 1964, por sua forte determinação, os militares confiavam nele, era visto como “um homem de bem”. O reitor da UFSC, portanto, não obstante suas reconhecidas “falhas”, era uma pessoa que não poderia ser desperdiçada, pois era tido como um importante quadro civil naqueles tempos sombrios, ditatoriais.

O professor Armen Mamigonian, em seu substancioso prefácio do livro de Henrique Fontes *Pensamentos, palavras e obras*, registrou:

Ferreira Lima destacou-se em Florianópolis nos anos 1950 como um dos primeiros “intelectuais-executivos”, uma nova espécie de intelectuais que, copiando o modelo norte-americano, passou a abusar de “marketing”, usando os jornalistas e preparando autoexaltações. [...] Recém-formado no Rio de Janeiro, obteve aos 32 anos de idade, em 1942, a cadeira de Ciências das Finanças, como candidato único, na Faculdade de Direito em Florianópolis. Nereu Ramos era interventor e chefe político em Florianópolis e em todo o estado, nomeando funcionários públicos estaduais e “supervisionando” as nomeações federais. Ferreira Lima percebeu que era interessante se inscrever no PSD e de 1946 a 1950 foi o secretário da Fazenda do governador Aderbal Ramos da Silva e assim começou sua carreira de executivo, que teve sequência em 1950, quando assumiu a gerência da TAC, Transportes Aéreos Catarinenses S.A., na qual Aderbal Ramos da Silva era sócio principal. De maneira típica dos executivos, usou os papéis da TAC para escrever o rascunho do pedido de federalização [da Universidade de Santa

---

<sup>196</sup> LIMA, *UFSC, op cit.*, p. 141.

<sup>197</sup> Ver Ofício nº 262 – SNI/NAFL/69, de 11 de abril de 1969, de Florianópolis, do General Álvaro Veiga Lima, que remete ao Chefe do SNI/ACT, Curitiba, a Ficha Registro de João David Ferreira Lima. ACT/SNI - ACE -3117/82. Acervo da Comissão Memória e Verdade da UFSC. As citações seguintes, deste parágrafo, também estão nessa fonte.

Catarina] endereçado a Juscelino Kubitschek [...], onde não se esqueceu de mencionar o potencial do eleitorado catarinense.<sup>198</sup>

De perfil claramente empresarial, despido de refinamento intelectual, sem qualquer reflexão reconhecidamente consistente sobre o campo da educação, sequer algum escrito que possibilite avaliar, mais detidamente, sua própria visão de país e do papel de uma universidade federal – não obstante ter sido reitor por tanto tempo e, inclusive, presidente do CRUB<sup>199</sup> –, Ferreira Lima limitou-se a matraquear generalidades como expressão de falsa erudição, sobretudo em engalanadas cerimônias oficiais, bem ao seu feitio, dentro ou fora da universidade. Nem poderia ser diferente, pois, pelo seu perfil, o reitor era homem de lidar com números, com balancetes. Seu livro de memórias, *UFSC: sonho e realidade*, dá bem a medida disso. Trata-se também de um panegírico, a exemplo dos boletins informativos semestrais, que cobriram grande parte de seu reitorado. Nessas publicações, oriundas da imprensa da universidade, o que abundam são as referências autoelogiosas, como se Ferreira Lima, à semelhança de um Midas, tivesse o poder de transformar em ouro tudo aquilo em que tocasse.

Assim, não é de se estranhar, pelo seu histórico, que Ferreira Lima também se julgasse nascido de geração espontânea, não devendo nada a nenhum parceiro na criação da UFSC. Afinal, lidando com questões financeiras como ele lidou, talvez concordasse com Nelson Rodrigues de que “o dinheiro compra até o amor verdadeiro”. E por que não compraria a história verdadeira?<sup>200</sup>

O professor Armen Mamigonian encerrou o seu já referido prefácio lembrando que, em resumo, Ferreira Lima “não foi um reitor muito preocupado com a ética”.<sup>201</sup>

---

<sup>198</sup> MAMIGONIAN, Armen. Henrique da Silva Fontes, educador excepcional. In: FONTES, *Pensamentos, palavras e obras*, op. cit., p. 14-15. (Prefácio). Tal rascunho pode ser encontrado, na íntegra, nas primeiras páginas do livro do próprio Ferreira Lima, LIMA, *UFSC*, op. cit., p. 21-26.

<sup>199</sup> Criado em 30 de abril de 1966, pelo governo militar. O até então existente Fórum de Reitores recebeu a proposta do MEC para a criação do CRUB. Os reitores Aluísio Pimenta, da Universidade de Minas Gerais, Laércio de Moura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e João David Ferreira Lima compuseram a comissão responsável pela elaboração do projeto do Estatuto e do Regimento do Conselho de Reitores. Os trabalhos foram realizados no início de 1966 nas dependências do “Palácio da Reitoria” da UFSC, durante três dias. Ver UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 9, p. 42, jan./jun. 1966. Acervo do Arquivo Central.

<sup>200</sup> MAMIGONIAN. In: FONTES, *Pensamentos, palavras e obras*, op. cit., p. 14.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 17.

A ascensão de Ferreira Lima, em junho de 1967, à presidência do CRUB, após a morte de seu primeiro presidente, Miguel Calmon, então reitor da Universidade da Bahia, é clara expressão da confiança nele depositada pelo governo central. Sobretudo se tivermos presente que o regime militar estava empenhado em desenvolver o processo que deveria culminar com a reforma da Universidade Brasileira, na medida dos interesses das forças promotoras do golpe de 1964. Portanto, presidir o CRUB nesse momento significava, indiscutivelmente, ser leal ao regime, ou seja, bater continência aos militares e seus prepostos. Aceitar ser um “reitor General” (ver logo adiante). E Ferreira Lima já havia dado robustas provas de sua fidelidade, era tido por eles como “um homem de bem”, “apesar de algumas falhas”, como registramos em páginas anteriores. Em nenhum momento expressou qualquer dificuldade em agir como correia de transmissão dos interesses golpistas. Mas fez mais que isso, pois transformou a UFSC numa instituição que foi considerada como exemplar pelos mentores da Reforma Universitária, como se poderá constatar mais adiante, no capítulo 3. “A nossa Universidade, pelos seus dirigentes, desde logo se conscientizou da necessidade imperiosa da reforma, e nós, como seu Reitor, tomamos a frente do movimento”,<sup>202</sup> afirmou, lisonjeado. E continuou nesse seu afã de destacar, em suas memórias, sempre com orgulho, sua presença nos salões oficiais, especialmente nos do MEC.

Recém-empossado na presidência do CRUB, Ferreira Lima tratou de encaminhar um documento ao MEC, que o repassou ao general Costa e Silva, mostrando as dificuldades das universidades, “quer financeiras, quer administrativas”, tendo presente que, em março de 1966, numa reunião com os reitores em Brasília, Costa e Silva havia deixado claro que “a educação seria prioritária em seu governo e que os Reitores seriam os Generais na Batalha que ia iniciar” (batalha essa que remetia sobretudo ao vultoso trabalho de reforma das universidades brasileiras).<sup>203</sup> O presidente desafiou os reitores a buscar solução para a questão dos “excedentes” (caso dos estudantes que, mesmo aprovados nos exames vestibulares, não encontravam vagas nos cursos superiores), de grande estridência pública, problema tido pelo governo central como “o de maior importância”<sup>204</sup> no conjunto dos demais.

---

<sup>202</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 195.

<sup>203</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 11, ano 6, jan./jun. 1967, p. 20. Acervo do Arquivo Central.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 41.

Por sugestão de Rudolph Atcon, o ministro Roberto Campos concedeu, no orçamento federal de 1967, uma verba específica em favor da UFSC no valor de Cr\$ 400.000,00, a fim de custear as despesas do Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento em Administração Universitária, a ser por ela oferecido a integrantes de outras universidades brasileiras. Por que o governo golpista deu tal atenção especial à UFSC? Nas palavras do próprio Ferreira Lima:

O grande especialista americano em assuntos universitários, Rudolph Atcon, contratado pelo Ministério da Educação e Cultura, quando titular da pasta o Reitor Raymundo Moniz de Aragão, para visitar todas as nossas Universidades e, afinal, apontar defeitos e qualidades e sugerir soluções, concluiu sua tarefa publicando um trabalho intitulado “Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira”, no qual se leem [...] tópicos sobre nossa Universidade.<sup>205</sup>

Entre tais tópicos, destaca-se o seguinte registro de Atcon, para o incontido gáudio de Ferreira Lima, que jamais se cansou de propagá-lo aos quatro ventos:

O que a transforma num local promissor é, por um lado, a orientação que lhe proporciona o Reitor e os seus colaboradores, e, por outro, a grande novidade que ali encontrei no que diz respeito a um sistema administrativo verdadeiramente modelar. Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras. [...] Tanto o processamento dos documentos como a tramitação financeira de cada caso recebem soluções que, por norma, só se encontra em boas empresas privadas e quase nunca no serviço público. [...] Em outras palavras, já é a base de um sistema, que operaria numa Universidade tipo empresa privada. [...] só posso reiterar encarecidamente a alta conveniência de implantar em todas as universidades brasileiras e privadas, como primeiro passo, o sistema administrativo mecanizado da Universidade de Santa Catarina.<sup>206</sup>

Portanto, partiu do próprio Rudolph Atcon, “um dos maiores conhecedores de Universidade”, segundo Ferreira Lima, a sugestão para que todas as outras universidades do país viessem aprender, aqui na UFSC, a manejar as máquinas e a lidar com os novos procedimentos administrativos, com rapidez, sem emperamentos e com um mínimo de burocracia. Para chegar a tal condição, registra o reitor:

---

<sup>205</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 130.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 131-133. Este e outros trechos do registro de Atcon se encontram na seção 3.1.



desde logo, procuramos formar uma equipe moça e nela inculcir, pelo exemplo e pelos ensinamentos, uma mística, uma paixão e um entusiasmo à obra, necessários a transformá-la numa realidade que viesse a ser o nosso orgulho.<sup>207</sup>

E nisso se resumiu, de fato, a apregoada grande contribuição dada por Ferreira Lima e seu grupo de apoiadores, que tem a ver com o gerenciamento da universidade e com a agilidade de sua máquina administrativa, tudo isso segundo a perspectiva da privatização dessa instituição de ensino, fato que será o mote norteador de toda a Reforma Universitária, de acordo com o ponto de vista das forças civis e militares promotoras do golpe de 1964 (ver figura 2.38).

Figura 2.38 – Por sugestão do consultor Rudolph Atcon, a UFSC recebe do governo federal verba substancial para oferecer cursos de treinamento para gestores de universidades de todo o Brasil, tendo em vista a implantação da Reforma Universitária, segundo o Acordo MEC-USAID. A primeira edição do curso ocorreu no final de 1967 em Florianópolis



Fonte: UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 12, ano 6, jul./dez. 1967. Acervo do Arquivo Central.

Como veremos no capítulo 3, Rudolph Atcon, por meio de sua obra *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira* (disponível na internet), resultado de sua visita a várias das nossas instituições de ensino superior, foi quem acabou por apontar, via Acordo MEC-USAID, as diretrizes desse processo

<sup>207</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 130.

de reestruturação. Isso representou, indiscutivelmente, “perigosa ingerência estrangeira em um assunto de importância nacional”.<sup>208</sup> É claro que o perfil gerencial do reitor Ferreira Lima, típico de um “intelectual executivo”, coube como uma luva a esses tempos de subordinação da universidade a uma lógica de custos e benefícios, apropriada aos interesses empresariais. A universidade deveria funcionar, portanto, nos moldes de uma grande empresa.

Uma análise do plano Atcon de reestruturação da universidade comprova o sentido específico das expressões aí empregadas, tais como: “comunidade”, “reais necessidades da sociedade”, “desenvolvimento econômico”, e permite identificar o sentido privatista, classista, tecnicista, antinacional e anti-democrático que se oculta atrás dessas fórmulas abstratas. [...] Pleiteava ainda a transformação da universidade em fundação, desligada do governo e administrada por um conselho de curadores, pessoas estranhas aos quadros universitários. A intenção dessa manobra era clara: tratava-se de retirar a universidade do controle estatal para submetê-la ao controle direto dos grupos econômicos. A defesa da privatização da universidade pública estava ligada às supostas “incapacidade administrativa do Estado” e “baixa produtividade” das universidades públicas. Na prática, no entanto, verifica-se que no Brasil elas foram e continuam sendo as que produziram os trabalhos de investigação mais importantes e formaram os melhores profissionais. Atcon preconizava também a instituição do ensino pago.<sup>209</sup>

Fortemente comprometido com o processo de reestruturação da universidade brasileira segundo a perspectiva do Acordo MEC-USAID que, na prática, tratava de seguir as diretrizes postas por Rudolph Atcon, “o grande especialista americano em assuntos universitários”, em 6 de novembro de 1967, Ferreira Lima instalou o Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Administrativo das Universidades Brasileiras, tratando de nomear uma equipe para a sua coordenação (é importante esclarecer que Atcon foi secretário do CRUB de 1966 a 1968, portanto, durante a presidência de Ferreira Lima).<sup>210</sup> Entre os presentes,

---

<sup>208</sup> COSTA, Emília Viotti da. Globalização e Reforma Universitária: a sobrevivência do MEC-USAID. In: COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2015, p. 230.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 232-233.

<sup>210</sup> A equipe foi a seguinte: “1) Bacharel Aluizio Blasi, Coordenador de Administração Geral; 2) Bacharel Luiz Henrique Baptista, na área de Orçamento e Contabilidade, sendo que nesta última apenas com a tarefa de proferir cursos; 3) Bacharel Antonio Niccoló Grillo, Coordenador de Administração de Pessoal; 4) Bacharel Teodoro Rogério Vahl, Coordenador de Material; 5) Arquiteto David Ferreira Lima, Coordenador da área de Obras”. LIMA, *UFSC, op. cit.*, p. 148.

o representante do Ministério do Planejamento, jornalistas e membros da cúpula da Reitoria. Qual era o objetivo declarado do Curso? “[...] preparar o pessoal administrativo das Universidades para o exercício de funções especializadas, dentro de um conceito empresarial e integrado” (ver figura 2.39).<sup>211</sup>

Figura 2.39 – Participantes do curso de treinamento observam o serviço de protocolo em funcionamento na UFSC



Fonte: UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 12, ano 6, jul./dez. 1967. Acervo do Arquivo Central.

Para Ferreira Lima, tal evento era o resultado da “sugestão de Rudolf Atcon aceita pelo Governo da República e que nos permitia uma experiência única e admirável”.<sup>212</sup> Na perspectiva de unificar a administração das universidades brasileiras, para cá vieram turmas de diretores, assessores e técnicos de outras universidades, em estadia de estudos de até duas semanas, a fim de conhecerem, nas palavras do reitor, nossa “maravilha”, pois “nunca haviam gozado experiência igual”.<sup>213</sup> Assim, sem modéstia, absolutamente seguro da excelência de seu trabalho,

<sup>211</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 12, ano 6, p. 18, jul./dez. 1967. Acervo do Arquivo Central.

<sup>212</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 143.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 145.

Ferreira Lima – que em 1965 havia visitado várias universidades do continente europeu –, já na presidência do Conselho de Reitores, ao falar para o jornal carioca *Correio da Manhã*, de 26 de agosto de 1967, inclusive afirmou considerar “obsoleta” a estrutura administrativa das universidades europeias.<sup>214</sup> Coube ao CRUB selecionar os componentes da primeira turma, num total de 12 pessoas: duas da Universidade Federal de Santa Maria, uma da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, uma da Universidade Federal Rural de Pernambuco, uma da PUC-RS, uma da PUC-Pelotas, duas da Universidade Federal do Pará, duas da Fundação Universitária do Amazonas e duas da Universidade Federal do Ceará.<sup>215</sup> Houve o oferecimento de um segundo curso, com a “mesma programação do primeiro realizado durante duas semanas no Palácio da Reitoria”,<sup>216</sup> mas sem registro de datas, dos participantes e nem de que tenha havido a oferta de mais algum, para integrantes de universidades brasileiras. Embora o reitor, em seu livro de memórias, busque inflar os dados a seu favor, não há registro capaz de comprovar, de fato, a participação das nossas grandes universidades em seu curso.

Ferreira Lima, aferrado à autopromoção de seu “extraordinário” curso, aproveitou um conclave internacional realizado na Universidade Federal de Santa Maria, ao qual compareceram vários reitores latino-americanos, para propagandear seu produto. Conseguiu então trazer a Florianópolis dois reitores da América Central (Guatemala e El Salvador), mais o secretário geral da Federação de Universidades Privadas da América Central (FUPAC), para conhecerem, *in loco*, a administração da UFSC. “Tão entusiasmados ficaram”, em seu dizer, que o convidaram para comparecer, na condição de assessor, ao Seminário de Administração Universitária, sob a coordenação da FUPAC, a ser realizado na Guatemala. Desse evento resultou a assinatura de um convênio entre a FUPAC e a UFSC, pelo qual esta universidade assumiu o compromisso de ministrar o mesmo curso oferecido às congêneres brasileiras, bem como prestar assessoria à reforma de universidades privadas ligadas àquela federação. Segundo Ferreira Lima, por conta desse convênio internacional foram realizados três cursos de Administração Universitária aqui na UFSC, nos moldes dos já oferecidos anteriormente. “Concluído o terceiro curso, a Universidade Católica ‘Madre Maestri’, da República Dominicana, contratou equipe nossa para elaborar a sua reforma administrativa, o que foi feito, exigindo várias viagens do grupo àquele

---

<sup>214</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 12, ano 6, p. 48, jul./dez.1967. Acervo do Arquivo Central.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 32.

país”.<sup>217</sup> Por fim, pouco antes de encerrar sua gestão à frente da UFSC (fato que ocorreu, precisamente, no dia 25 de outubro de 1971), Ferreira Lima tratou de organizar, como coroamento de seu longo reitorado, o Seminário Internacional de Administração Universitária, que teve “sucesso extraordinário” e ocorreu de 26 de setembro a 2 de outubro de 1971. “Tudo foi estudado e planejado, em minúcias, inclusive a parte social. Foi concluído o prédio da Reitoria, na Trindade, e o auditório inaugurado com o seminário, como aliás está consignado em placa de bronze nele existente”.<sup>218</sup> Na parede à esquerda da entrada principal do auditório da Reitoria, consta a referida placa, na qual estão registrados os seguintes dizeres: “Este auditório foi inaugurado em 26-9-1971 com o Seminário Internacional de Administração Universitária sendo reitor o professor João David Ferreira Lima”. Todas as letras estão postas em caixa alta, mas com ainda maior destaque para o nome do reitor (ver figura 2.40).

Figura 2.40 – Último ato da gestão Ferreira Lima, o seminário internacional em 1971 reuniu dirigentes de instituições de ensino superior privadas latino-americanas, além de representantes da USAID, OEA, FUPAC, CRUB e MEC



Fonte: Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MArquE/UFSC).

<sup>217</sup> LIMA, *UFSC, op. cit.*, p. 151.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 152-153.

Aliás, o auditório da Reitoria, pela sua arquitetura, é clara expressão desses tempos ditatoriais. Trata-se de um ambiente fechado, sombrio, subterrâneo, sem a possibilidade da incidência de uma nesga de luz solar. Um ambiente perfeito para fechar, com chave de ouro, o reitorado de Ferreira Lima, que, nesse seminário, viu-se rodeado por dirigentes de instituições de ensino superior privadas internacionais, latino-americanas, mais algumas organizações como a USAID e a Organização dos Estados Americanos (OEA), além da já citada FUPAC, o CRUB e o MEC. Também muito elucidativo é o fato de que, embora Ferreira Lima houvesse frisado, nos convites, que deveriam comparecer, preferencialmente, “diretores e técnicos da área de administração”, muitos reitores marcaram presença, “obrigando-nos [segundo ele] a, durante o conclave, criar mais uma comissão especial, por nós presidida, para estudar problemas acadêmicos”.<sup>219</sup> Em suas memórias, no entanto, ao contrário da constante reiteração da importância das questões de ordem administrativa, não há qualquer registro do resultado dessa discussão sobre “problemas acadêmicos”, que tem a ver, indubitavelmente, com a mais cara razão de ser da existência histórica da própria universidade. O reitor Ferreira Lima, no final de sua longa gestão (10 anos) à frente da UFSC, em pleno processo de reforma da universidade, tendo passado inclusive pela presidência do CRUB, nada tinha de mais substantivo para dizer, refletir e contribuir acerca de questões mais pertinentes, de fundo acadêmico, que têm a ver com o presente e com o futuro da Universidade Federal, além de sua mais estrita e excludente subordinação às questões da lógica empresarial dos custos e dos benefícios.

Na sessão de encerramento do seminário, em 2 de outubro de 1971, segundo Ferreira Lima,

que presidimos como a solene de instalação, causou espanto o fato de funcionárias da Universidade, uniformizadas, fazerem entrega aos presentes do volumoso relatório dos trabalhos realizados e findos na véspera à noite, mimeografados e com capa impressa e plastificada. Nunca se vira tamanha presteza.<sup>220</sup>

O que chama a atenção nessa fala não é o discurso impregnado de vanglória, pois isso, como já está claro ao longo desta exposição, foi recorrente no comportamento do reitor; o que chama a atenção é o surgimento das mulheres, absolutamente inexistentes até então no círculo de decisão da UFSC, todo ele composto por homens. As mulheres apareceram, sim, mas devidamente “uniformizadas” e no exercício de um trabalho subalterno. Ressalte-se que tal

---

<sup>219</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 153-154.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 154-155.

condição é representativa do que ocorria Brasil afora. Convém lembrar que, em ano anterior, 1965, Ferreira Lima, em comitiva, fizera um longo giro oficial pela Europa; ele e todos os demais viajaram acompanhados de suas respectivas esposas.<sup>221</sup> Nessa ocasião, portanto, as mulheres também apareceram, mas como costelas de seus maridos.

No dia 25 de outubro de 1971, após haver ocupado por 10 anos ininterruptos o mais alto cargo da UFSC, Ferreira Lima, uma vez vencido o período regular de sua última gestão, tratou de passar o bastão, ainda no “Palácio da Reitoria”, para o jovem Ernani Bayer, sub-reitor de Assistência e Orientação ao Estudante, por ele escolhido para ocupar um mandato-tampão (durante o qual a UFSC foi transferida, efetivamente, para a Trindade).<sup>222</sup> O reitor seguinte ainda não havia sido escolhido pelo governo militar, em virtude do surgimento de séria denúncia, levantada por Paulo Henrique Blasi, diretor do Centro Socioeconômico, relativa à irregularidade da constituição da lista sêxtupla, então já devidamente encaminhada a Brasília, com base no que havia decidido o Conselho Universitário (em reunião de 23 de agosto de 1971). O colegiado era praticamente formado por pessoas da inteira confiança de Ferreira Lima (que, assim, ao compor o conselho lançando mão da prerrogativa que lhe conferia o artigo 134 do Estatuto – que lhe outorgava plenos poderes no processo de constituição da Reforma Universitária –, procurava garantir sua influência na escolha do próximo reitor), mas, segundo a denúncia, na contramão da determinação estatutária concernente à composição dos colegiados da universidade, fato que implicaria na recomposição do próprio CUn e, portanto, no próprio resultado eleitoral.<sup>223</sup> Em sua fala de despedida do cargo de reitor, além de enaltecer o jovem Ernani Bayer, “um amigo meu que muito prezo”, Ferreira Lima afirmou:

Quero apenas dizer que saio inteiramente tranquilo, satisfeito deste alto cargo que o Governo me entregou durante 10 anos. [...] Nós levantamos do quase nada uma Universidade que já serve de modelo a outras mais antigas. [...] Deus foi muito bom para comigo. Bom porque me deu essa oportunidade, rara para os homens, de ocupar um cargo através do qual pudemos nós todos realizar a maior obra que existe no Estado de Santa

---

<sup>221</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 7, jan./ago. 1965, há várias fotografias desse giro europeu. Acervo do Arquivo Central.

<sup>222</sup> “[...] fui eu que mudei a Universidade pra lá, pra Trindade”, afirmou Ernani Bayer, em depoimento prestado para a CMV/UFSC, nas dependências da TV/UFSC, em 23 de agosto de 2016.

<sup>223</sup> Para mais informações a respeito do “imbróglio” na escolha do sucessor de Ferreira Lima, ver capítulo 3, referente à Reforma Universitária na UFSC, uma vez que será esse próximo reitor que terá a responsabilidade de implementá-la.

Catarina. Isso é um dom imenso que Deus me deu. Deu-me chefiar uma equipe tão numerosa e tão cheia de qualidades.<sup>224</sup>

E nada mais disse, além de algumas generalidades contábeis. Nenhuma palavra como dirigente-educador. Nenhuma reflexão sobre a universidade.

Interessante que, no final de 2016, decorrido, portanto, quase meio século desse seu mandato-tampão (que durou um semestre, haja vista que o reitor seguinte, Roberto M. de Lacerda, tomou posse em maio de 1972), Ernani Bayer, ao iniciar seu depoimento dado à CMV/UFSC, fez questão de registrar:

O que deve ser ressaltado aqui é que tanto o reitor Ferreira Lima como eu, no exercício de um cargo diretamente ligado aos estudantes, que era a Assistência e Orientação aos Estudantes, naquela época [Bayer se refere ao ano de 1964, logo após o golpe], registramos, em Ofício, à Comissão de Inquérito, Comissão de Sindicância, que nós, na Universidade, não tínhamos absolutamente ninguém para apontar como pessoa que tivesse realizado algum trabalho [...] contra o regime da época, porque simplesmente não se fazia nenhum registro de qualquer atividade, por parte da Universidade, para apontar essas pessoas.<sup>225</sup>

Não surpreende que o então jovem sub-reitor, integrante da cúpula universitária nesse período, na condição, portanto, de um dos prestimosos e badalados moços da equipe da administração de Ferreira Lima, “meu amigo e meu compadre”,<sup>226</sup> todos sob “uma mística, uma paixão e um entusiasmo à obra”, desconhecesse as arbitrariedades que ocorriam, especialmente junto ao estudantado mais combativo da instituição, questão sobejamente abordada ao longo deste capítulo.

No apêndice de seu livro de memórias, Ferreira Lima fez questão de que constassem duas manifestações que têm a ver com sua despedida do cargo de reitor da UFSC. Ambas aparecem transcritas integralmente em seu livro. A primeira é o telegrama que o coronel Jarbas Passarinho, então ministro da Educação e Cultura, havia lhe endereçado, poucos dias após:

---

<sup>224</sup> Discurso proferido pelo professor João David Ferreira Lima em 25 de outubro de 1971, na sala do Conselho Universitário, ainda no “Palácio da Reitoria”, na Rua Bocaiúva, por ocasião da transmissão do cargo de reitor da UFSC para Ernani Bayer. Pasta Histórico UFSC, Acervo do Gabinete da Reitoria. Pesquisa realizada em fevereiro de 2016, com cópia para o acervo da CMV/UFSC.

<sup>225</sup> Depoimento prestado por Ernani Bayer à CMV/UFSC, nas dependências da TV/UFSC, em 23 de agosto de 2016.

<sup>226</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 138.



Nº 1023/R/SEPAR – De 27/10/71 PT – Momento V. Mag. Deixa Reitoria UFSC. Permita-me expressar-lhe em nome do Governo da República e no meu próprio a mais profunda gratidão pelo seu trabalho colocando essa Universidade entre as mais eficientes do Brasil pt CDS. SDS. Jarbas Passarinho, ESB/ME.<sup>227</sup>

E a segunda manifestação é o Ofício nº 044-71/72, datado de 8 de novembro de 1971, no qual o presidente do DCE/UFSC, Álvaro Reinaldo de Souza,<sup>228</sup> fez questão de registrar, bastante comovido, seu eterno agradecimento ao reitor Ferreira Lima:

Durante dez anos V. Magnificência frequentou o Palácio da Reitoria. Durante uma década vossas atitudes e vossa pessoa foram a própria Universidade. Foram dez anos de sua vida ofertados a uma mocidade. E nós não poderemos esquecer nunca disto. Tal como uma sombra que anda junto ao corpo, que prolonga, toda vez que lembrarmos que fomos universitários [...], ou toda a ocasião que agirmos profissionalmente, lembraremos do homem João David Ferreira Lima. [...] Do Reitor se poderá negar tudo, menos o fato da sua infinita personalidade e de haver incutido, naqueles que o circundaram, o dever de ser honesto.<sup>229</sup>

Essas duas manifestações expressam o teor da gestão Ferreira Lima, sua mais irrestrita fidelidade aos ditames do governo militar (im)posto pelo golpe de 1964. Numa ponta, o coronel Passarinho a registrar “a mais profunda gratidão” pelos serviços prestados, em seu próprio nome e em nome da presidência. Na outra ponta, o acadêmico Álvaro Reinaldo de Souza, presidente do DCE, eleito indiretamente, a expressar, pela docilidade e o caráter servil de suas palavras, o quanto o outrora aguerrido, combativo e fundamental movimento estudantil foi, de fato, subjugado, violentado e silenciado, sob o tacão das botas militares e de seus musculosos braços civis. Diante do aqui feito, nada mais justo que o governo

---

<sup>227</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 227.

<sup>228</sup> Álvaro Reinaldo de Souza foi pró-reitor na gestão Ernani Bayer (1980-1984); foi também procurador da UFSC. Segundo ele, em entrevista concedida ao então estudante de Jornalismo da UFSC, Mateus Bandeira Vargas: “Buscar as centenas de páginas de documentos produzidas pela ASI dentro da UFSC é perda de tempo. Ao menos em duas ocasiões, os registros foram incinerados. ‘O material até 80 você não achou porque dei fim nele’, [...] ‘Foi queimado num sábado, atrás da Reitoria. Meu temor era que as informações pudessem ser usadas contra os citados nos relatórios. Comuniquei ao Ernani Bayer, que aprovou a decisão’”. VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 115. Mais detalhes sobre a entrevista podem ser vistos na seção 4.1.6 deste volume.

<sup>229</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 228-229.

golpista tenha tratado de externar seu agradecimento ao trabalho de Ferreira Lima, que, nas palavras do coronel, colocou a UFSC “entre as mais eficientes do Brasil”. É esclarecedor, mesmo autoexplicativo, que o reitor tenha feito questão de fazer constar, em seu livro de memórias, tais manifestações, como expressão comprobatória, incontestada e definitiva de sua boa gestão.

Em 1981, já decorridos, portanto, 10 anos de seu extenso reitorado, Ferreira Lima, na condição de ex-presidente do CRUB, foi um dos seis conferencistas da 32ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizada na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, tendo em vista que o tema central do encontro era “O papel do CRUB: retrospectiva, críticas e perspectivas de atuação”. O Serviço Nacional de Informações, por intermédio da agência de Porto Alegre, acompanhou todo esse conclave, tratando de realizar um substancial relatório, apresentado em dois volumes e que circulou pelos canais subterrâneos de então. A CMV/UFSC teve acesso a esses registros, que integram o volumoso conjunto documental (mantido, longamente, em caráter sigiloso), disponibilizado para esta comissão, em 2015, pelo Arquivo Nacional, como já frisamos neste livro. Entre os presentes a essa Reunião Plenária de 1981, João David Ferreira Lima era, certamente, o mais antigo presidente do CRUB, uma vez que lhe coube suceder Miguel Calmon, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e primeiro a presidir o conselho, em decorrência de seu falecimento.

Em sua fala acima referida, Ferreira Lima fez um rápido histórico do surgimento do CRUB, não deixando de destacar que: “Em 1º de agosto de 1966 foi contratado, como secretário executivo do CRUB, o Professor Rudolfo Atcon”.<sup>230</sup> Como era de se esperar, haja vista o que já vimos sobre o perfil do reitor da UFSC, ele deu amplo realce ao Curso de Administração das Universidades, salientando que: “Através de tal projeto, um número enorme de administradores universitários aperfeiçoou seus conhecimentos no Brasil, e, posteriormente, no estrangeiro (Houston – U.S.A., e Guadalajara – México)”.<sup>231</sup> Prosseguiu com ligeiros apontamentos genéricos sobre o vestibular, o currículo e os programas, detendo-se, com mais vagar, nos tópicos “ensino pago” e “obtenção de recursos”, porque, como é óbvio, são mais pertinentes ao seu já experimentado histórico gerencial, típico de um “intelectual executivo”, antenado com os preceitos da ditadura. Sobre a questão “ensino pago”, qual contribuição Ferreira Lima levou para essa reunião do CRUB? Disse ele:

---

<sup>230</sup> LIMA, João David Ferreira. Papel do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras: retrospectiva, crítica e perspectivas de atuação, APA – ACE – CNF – 2225/81 – I/2, Serviço Nacional de Informações, Informação nº 004/119/APA/81 (Confidencial), p. 46. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 48.

Este tema tem sido apontado causando sempre revolta na massa acadêmica. Não compreendemos a revolta, senão como desconhecimento do problema. [...] O ensino superior gratuito para todos é discriminatório e injusto.<sup>232</sup>

Então, como é necessário haver recursos suficientes para que possa haver bom ensino, o ex-reitor apontou, para a plenária do CRUB, como obter tais recursos:

Para que os estudantes carentes e remediados possam fazer seus cursos sem problemas, [...] é preciso que se adote o ensino pago, pelos que podem e devem pagar. Como está, o ensino gratuito constitui tremenda injustiça social. [...] Fácil seria [...] em parceria com o Imposto de Renda estabelecer tabela para o pagamento de mensalidades.<sup>233</sup>

Com relação ao grave problema da falta de recursos financeiros para a educação, Ferreira Lima apontou a solução:

Pensamos que o problema poderia ser solucionado, senão grandemente minorado, com lei do governo que determinasse a abertura do jogo nos grandes cassinos, em hotéis balneários e estações hidrominerais. Claro que de imediato surgiriam centenas destes estabelecimentos, além dos já existentes, que iriam explorar o jogo para as classes altas (compra mínima de fichas Cr\$ 20.000,00 e ficha mínima Cr\$ 500,00). Lançar-se-ia imposto pesado sobre o jogo em benefício da Educação Brasileira. Além disso, poder-se-ia estabelecer uma sobretaxa sobre os vícios (cigarros e bebidas), também com a mesma destinação. [...] Criar-se-ia, com os altos recursos assim obtidos, o “Fundo Nacional de Educação”, que sanaria, estamos certos, as sérias dificuldades que o Governo enfrenta.<sup>234</sup>

Como se constata, Ferreira Lima não via a educação como prioridade nacional, como dever do Estado, como área, portanto, a ser privilegiada no Orçamento Geral da União. Como gestor eficiente para os padrões empresariais, defendeu o ensino pago e levantou a tese da cobrança (a) de impostos sobre os jogos, mediante a legalização dos cassinos, e (b) de sobretaxa sobre a venda de cigarros e bebidas alcoólicas (cachaça, cerveja, etc.). Ou seja, para João David Ferreira Lima, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e nome oficial do campus da Trindade, os recursos para a manutenção da Educação Brasileira, notadamente de suas universidades federais, deveriam vir da institucionalização do ensino pago e da exploração dos jogos de azar e dos vícios de fumar e de beber.

---

<sup>232</sup> LIMA, *Papel...*, *op. cit.*, p. 52.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 52-53.

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 54-55.

Por fim, importa registrar que há fortes evidências da longa ação da maçonaria no processo de escolha dos dirigentes da UFSC. Chama a atenção, inclusive, a existência de lojas maçônicas nas cercanias da instituição, sendo que a da Serrinha localiza-se exatamente ao lado do campus da Trindade, e a da Beiramar, a curta distância. É notória a movimentação em tais espaços, nos períodos que antecedem a escolha dos reitores da universidade. Eis uma questão a exigir desvelamento. Segundo a professora Zuleika Lenzi, em entrevista prestada ao projeto do livro sobre os 50 anos da UFSC, a “maçonaria é que passa a fazer os futuros reitores. [...] [Ferreira Lima] tinha uma ligação maior com o PSD. A Maçonaria pode ter pesado ali [em sua eleição para reitor], mas não era um grande peso”.<sup>235</sup> Na coluna Visor, de Rafael Martini (nessa ocasião sob a interinidade de Ângela Bastos), do jornal *Diário Catarinense (DC)* de 18 de julho de 2016, em razão das eleições municipais para a prefeitura de Florianópolis, saiu a matéria intitulada “O clima de pré-núpcias pela corrida à prefeitura de Florianópolis”, com uma foto de Gean Loureiro<sup>236</sup> e Rodolfo Pinto da Luz abraçados e sorridentes. O texto, “Camas separadas”, informava que as “lojas maçônicas parecem preparar um divórcio de candidaturas”, dividindo-se entre elas. Dias após, no *DC* de 26 de julho de 2016, na mesma coluna, pela repercussão da matéria, foi publicado outro texto a respeito, com a chamada “A presença nem tão secreta da maçonaria nas eleições em SC”. Nesse, foi entrevistado inclusive o grão-mestre da maçonaria no estado, João Paulo Sventnickas.

---

<sup>235</sup> NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita D. C. (org.). *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 32.

<sup>236</sup> Prefeito de Florianópolis a partir de 2017, à época candidato.

## Capítulo 3

# OS ACORDOS MEC-USAID E A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFSC<sup>1</sup>

Este capítulo tem como objetivo relatar aspectos da maneira como foi conduzida a Reforma Universitária na UFSC, em meio a um período de intensa repressão militar. Utilizamos diversas fontes, como o *Boletim de Pessoal* da universidade, as atas do Conselho Universitário, relatórios da universidade, entrevistas com ex-alunos e professores, entre outras.

Entre os anos de 1964 e 1968, o governo do Brasil firmou um conjunto de acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, em inglês, a United States Agency for International Development (USAID). Por meio dessa parceria, o país receberia apoio técnico e financeiro para a elaboração das reformas em setores considerados pouco estruturados para dar suporte ao seu processo de desenvolvimento econômico e social.

Durante esse período, o governo brasileiro e a agência estadunidense de desenvolvimento internacional firmaram um total de 12 acordos. Entre os

---

<sup>1</sup> Este capítulo foi redigido para o Relatório Final da CMV/UFSC por Juliana Grigoli e Cecília Brancher de Oliveira, com a colaboração de Marli Auras. Ele foi revisado para o livro por Laura Tuyama.

estabelecidos com o Ministério da Educação e Cultura, o de 30 de junho de 1966 referia-se à educação superior: o Acordo MEC-USAID de Assessoria para a Modernização da Administração Universitária. Diante da reação geral do meio acadêmico, de recusa ao modelo norte-americano de ensino superior, o documento foi revisado dez meses depois e substituído por outro objetivando a Assessoria do Planejamento do Ensino Superior, vigente até 30 de junho de 1969.<sup>2</sup>

De acordo com as pesquisas de Otaíza Romanelli sobre esse documento, os acordos visavam ao apoio técnico e financeiro para a implantação das reformas nas instituições brasileiras. Tais reformas eram entendidas como necessárias para um país que desde os ciclos econômicos do período colonial vinha se integrando ao capitalismo internacional, mesmo que de forma subordinada, e paulatinamente desvinculava-se das oligarquias tradicionais inserindo-se no universo desenvolvimentista, no qual os Estados Unidos apresentavam-se como modelo acabado de país, a ser difundido principalmente para o mundo chamado “subdesenvolvido”.

Com base no modelo norte-americano de educação, a legislação que norteou a educação nacional a partir dessa época refletiria a necessidade de preparação de quadros considerados aptos para atuarem junto ao crescente empresariado que vinha assumindo o controle econômico do país e dando suporte ao governo militar instalado com o golpe, em 1964.

Nesse contexto, a chamada Reforma Universitária foi então sugerida pelos documentos elaborados por especialistas contratados, entre os quais se destacava Rudolph Atcon<sup>3</sup> – consultor ligado à USAID, com estudos anteriores sobre universidades da América Latina e que, durante a assinatura dos primeiros acordos com o MEC, orientou os programas de reforma universitária no Brasil, como consta na publicação *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira* (1966),

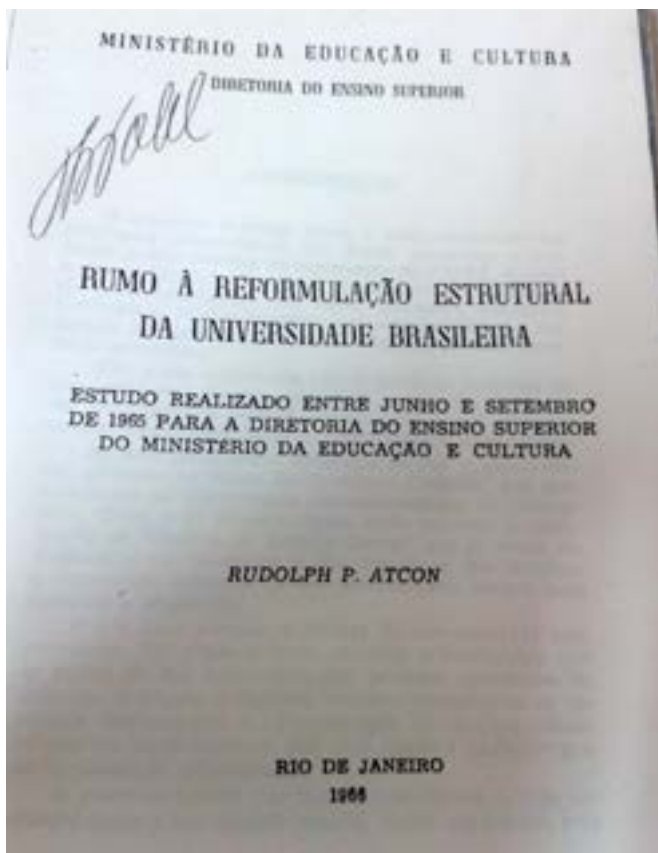
---

<sup>2</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>3</sup> LAUS, Sônia Pereira. As contingências históricas e o ensaio precoce do que se consolidaria como o processo de internacionalização da UFSC. *Revista GUAL*, Florianópolis, edição especial, p. 208-226. De acordo com Laus, Rudolph Atcon iniciou seu vínculo profissional com o Brasil em 1951, antes mesmo da formalização das mudanças educacionais com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, e da Reforma Universitária Brasileira, em 1968. O vínculo do consultor com o Brasil se estreitou, ainda mais, na década de 1960, no governo militar, ao tomar a frente de muitos estudos e trabalhos direcionados para o ensino universitário do país. Sua trajetória profissional esteve ligada a organizações de grande relevância. Trabalhou junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a convite de Anísio S. Teixeira, então secretário-geral, auxiliando na sua reestruturação (1952), e manteve-se no cargo de diretor adjunto (1953-1956); foi membro do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), ao qual se manteve vinculado por dois anos (1966-1968); e, por fim, atuou no âmbito internacional junto à USAID e à Organização dos Estados Americanos (OEA).

também conhecida como Relatório Atcon<sup>4</sup> (Figura 3.1). Promovida pelo MEC, a publicação apresenta as conclusões do estudo contratado a partir do modelo universitário norte-americano, fundamentado “em princípios de economia e produtividade bem próprios da mentalidade empresarial”,<sup>5</sup> propondo a redução de custos pela otimização de recursos humanos e de materiais bem como de espaços físicos.

Figura 3.1 – Capa da publicação *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira*, conhecida como Relatório Atcon



Fonte: Cópia do relatório encontrada no Arquivo do Gabinete da Reitoria da UFSC.

<sup>4</sup> ATCON, Rudolph. *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira*: estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

<sup>5</sup> ROMANELLI, *História da Educação no Brasil*, op. cit., p. 127

Os decretos-lei nº 53, de novembro de 1966, e nº 252, de fevereiro de 1967, determinaram as novas diretrizes para a educação superior brasileira: a extinção das cátedras e das faculdades e a criação do sistema de créditos, do ciclo básico e dos centros, por áreas de conhecimento, divididos em departamentos. Tais ideias já haviam sido antecipadas nas *Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil*, de 1962, publicação da qual participou o professor Raymundo Moniz de Aragão. Tais ideias também eram defendidas no Relatório Atcon, de 1966.

Além das questões estruturais, as diretrizes educacionais para o ensino superior apresentadas pelo Relatório Atcon estavam de acordo com uma educação voltada para um projeto de desenvolvimento econômico com segurança. Nas conclusões, Atcon aponta para duas necessidades: a) criação do CRUB, com a organização de sua secretaria-geral, para controle interno das universidades; b) independência dessa instituição em relação ao Poder Executivo, com vistas a operacionalizar seus processos de acordo com “os moldes empresariais, para criar um local ecologicamente [sic] apropriado para empreender estudos sistemáticos sobre o ensino superior e planejamento ininterrupto”.<sup>6</sup>

O protagonismo da UFSC nesse processo se dá pelo fato de, em meio às visitas técnicas dos consultores norte-americanos às universidades brasileiras, ter recebido a visita de Rudolph Atcon, que teceu elogios quanto à gestão administrativa da instituição.

### 3.1 A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFSC: PRIMEIROS PASSOS

Foi em meio a um ambiente de tensão gerado pela repressão política exercida pelos militares que Rudolph Atcon, consultor norte-americano em questões educacionais, chegou à Universidade Federal de Santa Catarina, em 1966. O objetivo principal de sua visita foi levantar dados para embasar um projeto nacional de reestruturação das universidades brasileiras, a convite da então Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Entre as diversas visitas técnicas dos consultores norte-americanos às universidades brasileiras, a Universidade Federal de Santa Catarina aparece como uma exceção para Rudolph Atcon:

Florianópolis foi para mim a exceção, por ter sido a primeira vez que visitava esta pitoresca capital. Situada no meio de uma natureza exuberante, bem

---

<sup>6</sup> ATCON, *Rumo à reformulação estrutural...*, op. cit., p. 121.



poderia transformar-se num verdadeiro paraíso turístico, as medidas organizadas fossem tomadas para tal fim, que proporcionariam ao Estado uma respeitável fonte de rendas e fomentariam o desenvolvimento de toda uma região. No momento, porém, é a sede administrativa do Estado, relativamente isolada, socioeconomicamente, da área à qual serve como capital. Parte do seu encanto é precisamente seu isolamento, do qual participa também a Universidade Federal de Santa Catarina [...]. Líder deste movimento é o atual Reitor que, desde a criação da universidade, se tem empenhado na transformação de atitudes superadas da comunidade e do corpo docente que dela faz parte integral [...]. Usou e segue usando sua experiência administrativa junto com seus profundos conhecimentos legais, na busca de soluções e não de desculpas para justificar a inação. Cercado por um grupo de jovens e entusiasmados assessores, capazes, eficientes e dinâmicos, também de formação jurídica, e apoiado por certo número de Diretores que se identificam com a tarefa inovadora, ainda quando nem sempre compreendam toda a sua extensão, ele tem transformado sua reitoria no epicentro desta crescente dinâmica [...]. O que a transforma num local promissor é, por um lado, a orientação que lhe proporcionam o Reitor e seus colaboradores, e por outro, a grande novidade que ali encontrei no que diz respeito a um sistema administrativo verdadeiramente modelar. Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras. Já existia um precedente na Universidade Federal do Paraná, ao qual se integrou a experiência própria do Reitor, na época que implantara a mecanização administrativa na Secretaria do Estado que dirigiu. Mas não foi a mera compra de umas tantas novas máquinas, que resolveu o problema administrativo-financeiro do qual sofrem todas as instituições do país. Máquinas compraram também outras universidades, e não encontraram a solução. O que distingue das demais, o sistema da Universidade Federal de Santa Catarina, é a orientação que se deu ao uso dessas máquinas, a simplificação das tramitações vigentes no serviço público e a adaptação das máquinas às necessidades da instituição. A Reitoria delineou os procedimentos que deveriam reger [*sic*] para a instituição e, em seguida, com a cooperação de uma companhia sueca, adaptou as máquinas a tal finalidade. Em consequência, todo processo que entra na universidade ou se origina nela é atendido com rapidez, sem as tão desnecessárias duplicações de trabalho. É um sistema orientado para a tramitação eficiente, com todos os resguardos de controle, mas sem indevida preocupação com meras formalidades que se dizem necessárias para evitar abusos. Tanto o processamento dos documentos como a tramitação financeira de cada caso recebem soluções que, por norma, só se encontram em boas empresas privadas e quase nunca no serviço público. E isso tudo, dentro da realidade vigente de uma administração universitária ainda ligada aos cânones do DASP [Departamento Administrativo do

Serviço Público]. Esse sistema, tal como está montado, funciona bem. No dia em que a universidade assumisse sua efetiva autonomia administrativa e financeira, com mínimas adições ou emendas, funcionaria igualmente bem. Em outras palavras, é a base de um sistema, que operaria numa universidade tipo empresa privada. Por esta razão, estou convencido de que uma grande parte da problemática universitária do país seria resolvida – e o poderia ser dentro de um ano – se o sistema de Florianópolis fosse aplicado, tal qual, nas demais universidades do país.<sup>7</sup>

Desde as primeiras visitas à universidade, Atcon recebeu amplo apoio do corpo administrativo da UFSC, como consta no *Boletim Informativo* da Universidade Federal de Santa Catarina:

O Professor Rudolph Atcon – renomado técnico mundial em planejamento administrativo de Universidade, já deu conhecimento às autoridades brasileiras das conclusões a que chegou do seu trabalho de observação e estudos sobre a estrutura funcional e didática das universidades brasileiras. O professor Rudolph Atcon fora designado pelo Governo Federal para observar o funcionamento das nossas universidades, encaminhando medidas administrativas ou apresentando sugestões com o objetivo de ser realizada uma reformulação geral e precisa nas universidades brasileiras, tanto no setor didático como no administrativo.

Sobre a personalidade do Professor Rudolph Atcon, o atual Ministro da Educação e Cultura, professor Raymundo Augusto Moniz de Aragão, na ocasião exercendo as funções de Diretor da Divisão de Ensino Superior do MEC, fez o seguinte registro: “sua experiência, porém, não se limita ao ambiente latino-americano, eis que assessorou o Conselho de Reitores da República Federal Alemã, para o qual elaborou estudo fundamental sobre a reestruturação universitária”.<sup>8</sup>

As suas ideias sobre integração do ensino universitário, primeiro na forma de “instituições centrais” que prevaleceram na estruturação das universidades de Concepción, Chile e de Brasília, agora estão tomando a modalidade de “centros de estudos gerais”, que já foram introduzidos em Honduras e São Domingos. Ele continua a elaborá-las, buscando formas institucionais sempre mais flexíveis e orgânicas.

É um livre atirador a serviço da reorganização universitária. Por conta própria, servindo a instituições que se valem da sua experiência por períodos contratuais limitados, dedica-se a análises, estudos, formulações de reformas, implantação e administração de serviços educacionais em nível

---

<sup>7</sup> ATCON, *Rumo à reformulação estrutural...*, op. cit., p. 67-71.

<sup>8</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 10, ano 5, jul./dez. 1966, p. 4.

superior. Não está ligado a qualquer país ou organização internacional. O presente estudo sobre as universidades brasileiras reflete, exclusivamente, a sua opinião pessoal. Autor capacitado, pelo seu conhecimento do nosso meio universitário, o seu trabalho é honesto e bem-intencionado, ainda que nem sempre concorde com ele. Divulgando-o, visa a Diretoria do Ensino Superior a colocar sob a luz da crítica autorizada a realidade brasileira.”<sup>9</sup>

Além do corpo administrativo, Atcon também recebeu total apoio do reitor João David Ferreira Lima, como consta em seu livro *UFSC: sonho e realidade*, ao expressar-se sobre a questão levantada por Atcon no que diz respeito à Universidade Federal de Santa Catarina:

Se não nos falha a memória, no orçamento federal de 1967, para surpresa nossa, foi feito um destaque, pelo Ministro Roberto Campos, constante de dotação de 400 mil cruzeiros em favor da Universidade Federal de Santa Catarina, destinado a custear as despesas de Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento em Administração Universitária, que deveria ser feito pelo pessoal das outras universidades brasileiras, na UFSC. Era a sugestão de Rudolf Atcon aceita pelo Governo da República e que nos permitia uma experiência única e admirável. Ela só terminou em 1971, quando deixamos a Reitoria. Foi um período de trabalho intenso e insano, mas de grande sucesso e compensadoras alegrias.<sup>10</sup>

As manifestações públicas de apoio e admiração de Ferreira Lima a Rudolph Atcon eram constantes, como relata Heitor Bittencourt Filho, ex-acadêmico de medicina da UFSC, durante entrevista realizada pela CMV/UFSC:

Ferreira Lima recebia aqui o mentor dos acordos MEC-USAID, Rudolph Atcon. No conselho, elogiava o Atcon como se fosse um deus. Atcon era tão importante, ideias tão boas, que as palavras dele eram como se fossem pérolas que caíam no chão e que a gente devia seguir e recolher.<sup>11</sup>

Mesmo sob forte protesto dos estudantes, os decretos-lei: nº 53 (de 18 de novembro de 1966) e nº 252 (de 28 de fevereiro de 1967) foram aprovados, dando início à implantação do Plano de Reforma Universitária nas instituições de ensino superior do país.

---

<sup>9</sup> UFSC. Reitoria. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 10, ano 5, p. 4, jul./dez. 1966.

<sup>10</sup> LIMA, UFSC, *op. cit.*, p. 137.

<sup>11</sup> Trecho de depoimento do ex-acadêmico de Medicina e Economia da UFSC, Heitor Bittencourt Filho, em 2 de maio de 2016 no Auditório da Reitoria UFSC, Trindade, Florianópolis.

Figura 3.2 – Reunião do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária na USC com a presença de Rudolph Atcon



Fonte: USC. *Boletim Informativo*, Florianópolis, n. 7, jan./ago. 1965.

Sem objeções por parte da Reitoria, a UFSC foi uma das primeiras universidades a aderir à proposta do governo militar com base no Relatório Atcon. Por meio da Portaria nº 392/66, de 5 de dezembro 1966, o reitor João David Ferreira Lima designou os professores Roberto Mündell de Lacerda, Paulo Henrique Blasi, Miguel Espera Em Deus Manganelli Orofino, Ranulpho José de Souza Sobrinho, Ayrton Roberto de Oliveira, Aníbal Nunes Pires, Valmir Dias e Teodoro Rogério Vahl, chefe do Serviço de Imprensa Universitária, para, sob sua presidência, constituírem o grupo de trabalho destinado à adaptação da estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina às normas do Decreto-Lei nº 53/66, como segue abaixo:

- 1) Os membros do Grupo de Trabalho terão todas as facilidades por parte das unidades componentes da UFSC para a coleta de dados e elementos que possibilitem a elaboração do relatório e anteprojeto;
- 2) O Grupo de Trabalho poderá solicitar funcionários – docentes e administrativos, para auxiliar na tarefa de coleta de dados e informações;
- 3) Quando em virtude de ausência do reitor, assumirá a presidência do Grupo de Trabalho o Vice-Reitor;

- 4) O Grupo de Trabalho terá a sua sede no Palácio da Reitoria;
- 5) Para apresentação do relatório preliminar é deferido o prazo de 40 dias e, do Parecer Final e anteprojeto o prazo do Decreto-lei 53/66.<sup>12</sup>

Posteriormente foram inseridos mais membros ao grupo: os professores Nilson Paulo, Luiz Felipe Gama d'Eça e Ernani Bayer, e os técnicos administrativos Luiz Manganeli Orofino Filho, chefe da Seção de Movimentação Direitos e Deveres, e Marcelo Sabino Rupp, escriturário AF-202.8-A, para atuarem como secretários substitutos do grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 392/66.<sup>13</sup>

Inicialmente o presidente do grupo de trabalho foi o próprio reitor e posteriormente assumiu a coordenação o vice-reitor, Roberto Mündell de Lacerda (ver figura 3.2).

Sobre esse período, Gerônimo Wanderley Machado, ex-estudante da UFSC, destaca:

A instituição Universidade Federal, por sua diretoria, aderiu com a maior facilidade do mundo ao sistema de reforma. O reitor Ferreira Lima, o vice, as diretorias [...], sempre aderiam, eram conforme aos ditames da ditadura, de toda a estrutura. Havia uma unanimidade convergente com a ditadura. A reforma era um indicador evidente disso. A reforma era um amalgamento efetivo de agregação, de vinculação aos ditames e às regras da ditadura. A universidade nunca trabalhou democraticamente, nunca foi respeitosa com isso.<sup>14</sup>

Sendo assim, o CUn reuniu-se no dia 9 de agosto de 1967 para uma Sessão Extraordinária (a 98ª), com o objetivo de “apreciar o Plano de Reforma da Universidade elaborado pelo Grupo de Trabalho”. O professor Henrique Stodieck pediu para que fosse esclarecido se “a presente sessão seria somente para apreciação do texto ou se seria discutido e votado”, tendo o reitor respondido que “seria para discussão e votação também”. Surpreso, o professor Henrique Stodieck então sugeriu uma Assembleia Universitária<sup>15</sup> para “que todos da Universidade

---

<sup>12</sup> UFSC. Portaria nº 392/66, de 5 de dezembro 1966, p. 157-158.

<sup>13</sup> UFSC. Portaria nº 418/66, de 29 de dezembro de 1966, p. 167.

<sup>14</sup> Trecho de depoimento do ex-acadêmico da UFSC Gerônimo Wanderley Machado, em 30 de abril de 2016, nas dependências da UFSC, Trindade, Florianópolis.

<sup>15</sup> A Assembleia Universitária, pelo estatuto da UFSC de 1966, era um dos órgãos de administração da universidade. Era constituída de todo o corpo docente e dos representantes dos órgãos estudantis (art. 8º) e podia reunir-se excepcionalmente, dadas certas condições, para deliberar sobre assuntos de alta relevância para a universidade (art. 10).

pudessem conhecê-la (a reforma) e apresentarem sugestões e não somente restringir ao Conselho Universitário”. Diante do impasse colocado por Stodieck, o reitor colocou em votação a proposta do professor. Houve empate. Os dois estudantes conselheiros votaram favoravelmente à Assembleia Universitária, e o reitor votou contra. Nesta sessão votaram favoravelmente à proposta de Stodieck: Henrique Stodieck, Waldemiro Cascaes, Paulo Lago, Edmundo Moreira, Miroslau Wolowski. Contra, votaram, além do reitor, os professores João Makowiecky, Polydoro de São Thiago, Luiz Osvaldo d’Acampora, Walmir Dias, Ayrton Roberto de Oliveira e Caspar Erich Stemmer. O reitor manifestou-se, e o conselho decidiu:

Contra esta decisão falou o Magnífico Reitor, manifestando sua preocupação, por quanto o tempo para dar entrada do Plano no Egrégio Conselho Federal de Educação já estava praticamente esgotado. Depois de discutida a matéria, aprovou o Conselho que se reunissem, conjuntamente, as Comissões de Legislação e Regimentos e Ensino e Recursos para apresentarem Regimento para a realização da Assembleia Universitária. Declarou, após o Magnífico Reitor, suspensos os trabalhos da presente Sessão, marcando seu reinício para o dia 10 de agosto, às 15 horas.<sup>16</sup>

Mediante o descontentamento do reitor com a decisão tomada anteriormente, no dia 10 de agosto, outra proposta foi discutida:

O Magnífico Reitor deu a palavra ao Conselheiro Polydoro Ernani de São Thiago, Presidente da Comissão que leu a seguinte proposta: Senhores Conselheiros: Considerando que o Decreto-Lei nº 252, de 28/02/67, fixou prazo até o dia 26 de agosto para que as Universidades encaminhem os seus planos de Reforma ao Conselho Federal de Educação; Considerando que a Comissão designada pelo Conselho para estudar um Regimento para a Assembleia Universitária considera inexecutável a realização da mesma, nos termos aprovados pelo Conselho Universitário, de vez que o número de integrantes em condições de apresentar emendas e discuti-las se eleva a cerca de 400 (quatrocentos); Considerando que o Conselho Universitário tem atribuições para decidir sobre a matéria; Considerando no entanto que é de todo o interesse que haja uma ampla consulta ao corpo docente e discente da Universidade sobre o Plano de Reforma que foi submetido à apreciação deste Conselho; Propomos, 1<sup>a</sup>) que o Plano de Reforma seja encaminhado com urgência a todo o corpo docente da Universidade, a Unidade agregada

---

<sup>16</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 153.

e aos Presidentes dos Diretórios Acadêmicos; 2º) que seja facultada a apresentação de emendas, por escrito, por qualquer um dos citados no item 1º, pelo prazo de cinco dias (5) a contar de dezenove de agosto; 3º) o Conselho Universitário receberá as emendas e as remeterá ao Grupo de Trabalho para emitir parecer sobre as mesmas; 4º) o Grupo de Trabalho ficará à disposição de qualquer interessado durante o prazo estipulado para apresentação de emendas, na sala do Conselho Universitário, na Reitoria, durante o horário das 14 às 17 horas para quaisquer esclarecimentos sobre o plano de reforma; 5º) o Conselho Universitário manter-se-á em sessão permanente até a apreciação final de todos os pareceres; 6º) o Plano de Reforma que resultar da deliberação final do Conselho Universitário deverá ser impresso e encaminhado a todos os citados no item 1º. Após a leitura colocou o Magnífico Reitor em discussão. Com a palavra o Conselheiro Paulo Lago solicitou que se dilatasse o prazo de 5 para 8 dias. Depois de discutida esta proposição, aprovou o Egrégio Conselho dilatar de 5 para 6 dias o prazo para o recebimento de emendas do Plano de Reforma. Aprovou ainda o Egrégio Conselho que o item 1º da proposta da comissão se estendesse também ao público em geral, por intermédio da imprensa falada e escrita na faculdade de propor emenda ao Plano de Reforma. Depois de discutido o referido parecer, colocou o Magnífico Reitor em votação com as seguintes emendas: no item 1º *in fine* “e ao público em geral”. No item 2º “pelo prazo de 6 dias”. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Essa contraproposta, presidida por um professor designado pelo reitor e contrário à Assembleia Universitária pelos possíveis “tumultos” causados por ela, foi uma manobra estratégica que garantiu liderança à comissão nomeada por Ferreira Lima para o processo de implementação da Reforma, no mesmo tempo em que procurou atender ao exíguo tempo delimitado pelo governo central para a apresentação do Plano de Reforma. Em termos práticos, essa manobra garantiu que o controle da votação permaneceria sob responsabilidade do Conselho Universitário, sem ferir o argumento do professor Henrique Stodieck ao pedir uma Assembleia Universitária para ampliar o debate junto à comunidade universitária.

O coordenador do grupo de trabalho, professor Roberto Mündell de Lacerda, em entrevista dada para a tese desenvolvida por Elizabeth Farias da Silva,<sup>17</sup> interpreta a proposta de Assembleia Universitária de outra forma, ou seja:

P - [...], mas, o professor Stodieck, ele era diretor da faculdade de Direito, propõe no Conselho Universitário uma Assembleia Universitária para discutir a reforma e é voto rejeitado.

---

<sup>17</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade*, op. cit., p. 153.

R - É aquela história, na hora que viram que o negócio era para valer mesmo, o recurso qual é? É o recurso populista. Convocar uma Assembleia, aí no caso eu não acredito que a reforma passasse. E aí nós que lutávamos pela Reforma não podíamos concordar com uma coisa dessa. Tinha que lutar contra. Muitas vezes, a senhora deve se recordar das atas, as decisões foram por um voto, coisas apertadas. Aí é nesse ponto, na hora que a turma descobriu que a reforma ia funcionar mesmo. Bom, a Reforma foi aprovada, mas houve então necessidade nesse período de adaptação para o pessoal poder aceitar, se não [...] havia intenção, inclusive de separar, retirar unidades da universidade e fazer ficar unidades fora, isso só não aconteceu porque nós insistimos que nós criaríamos um curso novo dentro da universidade e que o nosso curso seria gratuito.

P - Quais as faculdades que propuseram isso?

R - Muitas faculdades pensaram isso, cursos de Direito, Medicina [...].

Segundo a mesma autora, a interpretação do professor Roberto Mündell de Lacerda revela outro lado sobre a Reforma Universitária, comum na prática política: a interseção entre a preservação de interesses e ideias, pois, segundo o mesmo entrevistado: “antes da implantação da Reforma, quem determinava tudo era a Congregação”.<sup>18</sup> Por isso, a reação das antigas faculdades foi a de não entregar o poder ao Conselho Universitário, que até então atuava como um órgão regulador do repasse de verbas federais. Ademais, a citação acima ressalta a incorporação das diretrizes traçadas pelo Relatório Atcon – que preconiza que o poder de decisão da Administração Universitária, após a Reforma, emanaria diretamente do Reitor, e não mais das congregações, bem como dos conselhos departamentais ou mesmo dos departamentos.

Ainda de acordo com o professor Roberto Mündell de Lacerda, internamente, na UFSC, conflito “propriamente não houve porque, não esqueça que era uma época revolucionária e no tempo das revoluções os conflitos iam até um determinado ponto, dali para frente era um problema, não era nem mais conosco”.<sup>19</sup> Com este dizer, a questão da imposição da Reforma Universitária de 1970 é evidente, assim como o conluio entre a direção da UFSC e os governantes militares.

---

<sup>18</sup> Congregação é um órgão deliberativo máximo que atua nas instituições de ensino superior. Entre suas funções estão: a aprovação e homologação de decisões de instâncias inferiores, a decisão sobre as regras gerais de funcionamento da unidade, a escolha de bancas de concursos para contratação de novos professores, a avaliação das atividades dos docentes e a deliberação sobre renovações contratuais; a deliberação sobre a aplicação de pena de desligamento a membros do corpo discente e a deliberação sobre a aplicação de pena de demissão a membros do corpo docente.

<sup>19</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade*, op. cit.



Mesmo com discordâncias internas em relação às decisões tomadas pelo CUn durante a sessão de 10 de agosto de 1967, o Plano de Reforma da Comissão foi aprovado. O estudante Luiz Carlos Espíndola (representante dos estudantes) pediu declaração de voto e deixou registrada sua opinião: “Seu temor pela faculdade que dá ao Reitor a escolha de todos os dirigentes dos órgãos previstos no plano [...]”. O professor Paulo Lago também externou sua preocupação com a reestruturação da instituição ao justificar seu voto: “[...] dizendo da sua objeção ao sistema implantado no Plano que centraliza o poder de decisão na esfera administrativa [...]”.<sup>20</sup>

No ano seguinte, em 2 de julho de 1968, foi constituído pelo presidente da República Costa e Silva o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), por meio do Decreto nº 62.937/68, “com a missão de estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”.<sup>21</sup> Com base nos resultados do trabalho do grupo, no dia 28 de novembro do mesmo ano, o governo federal instituiu a Lei nº 5.540/68, que fixava as normas e a organização do Ensino Superior no Brasil, a lei da Reforma Universitária. Devido a essa lei, a Reforma Universitária na UFSC, que já vinha sendo trabalhada desde 1967 por meio do Decreto-Lei nº 53, viu-se obrigada a ser oficialmente implantada. O Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina havia sido aprovado pelo Decreto nº 64.824,<sup>22</sup> em 15 de julho de 1969.

Dois meses depois da aprovação do Decreto nº 64.824, o reitor João David Ferreira Lima nomeou os responsáveis pela execução de implantação dos novos centros de estudos e, em outubro do mesmo ano, publicou a Portaria nº 182/69, na qual resolve:

---

<sup>20</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade*, *op. cit.*, p. 157.

<sup>21</sup> BRASIL. *Reforma universitária*: relatório do grupo de trabalho criado pelo Decreto nº 62.937/68, 1968, p. 9.

<sup>22</sup> Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969. “Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o item II do artigo 83, da Constituição, na forma do disposto no artigo 5, da Lei nº 5.540, de 23 de novembro de 1968 e tendo em vista o que consta do Processo nº CFE 488-69, do Ministério da Educação e Cultura, decreta: Art. 1 – Fica aprovado o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura. Art. 2 – Este Decreto entrará em vigor à data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 15 de julho de 1969. Costa e Silva.

Art. 1 – A Comissão de Implantação da Reforma Universitária será reformulada a fim de serem compostas as três comissões seguintes: Comissão de Ensino e Pesquisa; Comissão de Planejamento e Comissão de Assistência e Orientação ao Estudante.

Art. 2 – Cada uma daquelas comissões será constituída de seis membros.

Parágrafo único – presidirá a Comissão o Executor da área respectiva.

Art. 3 – As comissões terão atribuições normativas e de orientação dentro das áreas respectivas.

Art. 4 – Observadas as normas e orientação das comissões, o Executor tomará as medidas necessárias à Implantação da Reforma na sua área.

Art. 5 – Os integrantes das referidas Comissões exercerão as suas atividades até a constituição definitiva das mesmas, o que ocorrerá quando da nomeação dos titulares na forma estatutária.<sup>23</sup>

O depoimento de um dos membros da Comissão de Implantação da Reforma Universitária (CIRU) é bastante esclarecedor da dinâmica interna do grupo. Destaca-se o contato com o consultor Rudolph Atcon e a articulação da UFSC com outras instituições. A fala é do professor Teodoro Rogério Vahl, que concedeu entrevista para a professora Roselane Neckel e equipe, durante a pesquisa para o livro *UFSC: 50 anos*:

Teodoro Rogério Vahl: A Reforma Universitária aconteceu em dois momentos diferentes. O primeiro momento, o ponto de partida, foi através do decreto-lei 53, de 1966. Ele definiu que a universidade seria formada por centros, faculdades, institutos, etc., através da reunião de departamentos afins, mas não dizia como se deveria fazer isso. Então, o que é que acontecia: nós tínhamos que extinguir as faculdades, mas não sabíamos o que colocar no lugar. Aí a universidade foi pioneira no Brasil e criou a CIRU. A CIRU era a Comissão de Implantação da Reforma Universitária. O presidente era o Professor Roberto Mündell de Lacerda, o Professor Edu [José Edu Rosa, Futuro Diretor do Centro de Estudos Básicos, após a Reforma Universitária] fazia parte, uma série de outros professores... Um representante de cada uma das antigas faculdades, e começaram a se antecipar a como seria essa implantação dessa ideia de se extinguir as faculdades, as antigas unidades. E quando, em 1968, saiu a lei 5.540, que era o passo de consolidação da Reforma Universitária, nós já tínhamos o plano impresso da Reforma Universitária na Universidade Federal de Santa Catarina. Tanto que, quando saiu a Lei 5.540, meses após nós implantamos a reforma. Nós fomos a primeira universidade brasileira a implantar a Lei 5.540, a lei da Reforma Universitária em nosso país.

---

<sup>23</sup> UFSC. Portaria nº 182/69, p. 7-8, de 22 de outubro de 1969. *Boletim pessoal*, ano 3, n. 34, out. 1969.

P: E o professor David Ferreira Lima se antecipou na composição da CIRU porque ele, provavelmente, nas suas viagens ao Rio de Janeiro ele já tinha alguma perspectiva, essas informações...

R: Ele já tinha informações de como estava caminhando esse trabalho da comissão que estudava isso a nível nacional. Já havia um grupo estudando a reforma universitária. Esse grupo era assessorado pelo Professor Rudolph Atcon; era um técnico norte-americano que era especialista em estrutura e organização de universidades. Esse professor passou por Santa Catarina durante a fase de estudo da Reforma Universitária e ficou entusiasmado ao ver o que nós já tínhamos de Reforma Universitária. Nós já tínhamos um passo além do que a lei tinha definido, porque a lei só tinha definido a extensão das universidades e a criação de uma coisa nova que não se sabia muito bem o que é, nem como ia funcionar. Bem, quando o professor Atcon esteve aqui e fez uma palestra, para a CIRU, inclusive, informando como seria, nós mostramos um documento que já estava bem mais adiantado, e ele ficou muito feliz e entusiasmado com isso. Foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em 1966, e o professor Atcon foi convidado para ser o Secretário Executivo desse conselho. Nesse período, o professor Ferreira Lima, que era reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, passou a ser presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Então aí nós tínhamos um canal direto de informação entre o mentor da Reforma Universitária brasileira, que era o professor Atcon, o professor Ferreira Lima que era o Reitor, e nós, que aqui estávamos estudando a Reforma Universitária; eu era o Secretário Executivo da CIRU. P: E vocês recebiam livros, material?

R: A Reforma Universitária Brasileira se apoiou num modelo americano. O chamado *Credit* americano foi traduzido pra “crédito”, brasileiro, né? Nós temos uma série de informações que vieram diretamente das universidades americanas, ou por publicações, ou por visitas de professores nossos, ou por professores americanos que vinham nos visitar e nos traziam as informações, mas na realidade, nós nos baseamos no modelo americano porque a ideia da reforma era essa. E nós saímos na frente; na realidade, a universidade saiu na frente. Vocês vão ver, quando tiverem a oportunidade de ler o trabalho do Professor Ferreira Lima, *UFSC: sonho e realidade*, que na área da administração nós também saímos na frente. Nós fomos pioneiros em implantar a Reforma Universitária e fomos pioneiros em implantar a reforma administrativa. Quando saiu a Reforma Administrativa Brasileira, Santa Catarina já estava enquadrada, e aí nós passamos a fazer a reforma administrativa nas universidades brasileiras mais jovens, inclusive ajudando a implantar as universidades do Norte e Nordeste do país.

No dia 30 de dezembro de 1969, o reitor João David Ferreira Lima aprovou a Portaria nº 219/69, na qual determinava a implantação completa e oficial da Reforma na Universidade Federal de Santa Catarina:

O Reitor da UFSC, no uso de suas atribuições,  
Considerando que o Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969 aprovou o Plano de Reestruturação da UFSC e revogou as disposições em contrário;  
Considerando que o art. 32 do referido Plano estabelece que a implantação da nova estrutura deverá estar concluída a 31 de dezembro do corrente ano;  
Considerando que, pela nova estrutura, desaparecem as Unidades atuais, constituídas em Faculdades e Escola, substituídas pelo regime de Centros e Departamentos;

Considerando que, face a nova estrutura vigente a partir de 1 de janeiro próximo ano vindouro, os colegiados atualmente existentes desaparecerão e serão substituídos por outros com composição nova e diferente;

Considerando que enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Universidade nova, compete ao Reitor suprir as faltas de molde a possibilitar a implantação do novo Plano, *ex vi* do parágrafo único do art. 32 citado e do artigo 134 do Estatuto da Universidade, já aprovado pelo Conselho Federal de Educação;

Considerando que se tornaram imprescindíveis atos do Reitor no sentido de dar à Universidade, a partir de 1 de janeiro próximo, “status” capaz de um funcionamento pleno;

RESOLVE:

Art. 1 – Em face da vigência da nova Estrutura Universitária, aprovada pelo Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969, deixam de existir, a partir de 1 de janeiro, as Faculdades e Escola que integram a UFSC, sendo absorvidas pelas Unidades da nova estrutura (Centros e Departamentos) de acordo com o disposto no art. 30 do novo Plano aprovado pelo citado decreto.

Art. 2 – Em consequência do art. 1 desta portaria, consideram-se extintos os órgãos colegiados existentes, sendo substituídos, temporariamente, a partir de 1 de janeiro próximo [...].

Art. 3 – O Reitor designará os Sub-Reitores, Diretores de Centros e Chefes de Departamentos para responderem pelo exercício das referidas funções, *pro tempore*, até que sejam preenchidos na forma da lei ditos cargos.

Art. 4 – O Instituto de Antropologia passou a constituir o Museu de Antropologia na forma do item seis do art. 48 do Estatuto e os demais Institutos e Órgãos de ensino e pesquisa que funcionavam nas Unidades serão absorvidos pelos Departamentos competentes da nova estrutura.

Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> UFSC. Portaria nº 219/69, 1969, p. 12-13.

Cabe destacar que, nesse modelo, a figura do reitor, com o apoio irrestrito do Conselho Universitário, adquire plenos poderes para conduzir o Plano da Reforma, já que o regimento geral da UFSC ainda não havia sido aprovado.<sup>25</sup>

Dessa forma, foi estabelecida a nova estrutura organizacional da UFSC. Abaixo um trecho da entrevista de Ferreira Lima ao discorrer sobre o processo da implementação da Reforma:

Fizemos uma reforma que ficamos três anos estudando. Essa reforma no Conselho Federal de Educação, para ser aprovada, eu tive que conseguir que fosse o relator um grande professor gaúcho, que era quem mais conhecia ensino naquele tempo. O Conselho levou 6 horas em sessão secreta, discutindo, porque alguns conselheiros não compreendiam o que era centro, departamento [...]. Nós instalamos, com muito medo, quando eu baixei o ato extinguindo todas as faculdades, para que com a reforma fosse começada. Eu quase não dormi a noite inteira. Com medo que desse um fracasso. Mas felizmente nós tínhamos uma administração à qual a reforma acadêmica se acoplava perfeitamente. Daí passamos daquelas cinco faculdades iniciais para 56 cursos de graduação, 13 cursos de pós-graduação e um doutorado, que é uma coisa muito séria, e acredito que nós vamos ter muitos doutorados daqui para adiante.<sup>26</sup>

A partir desse período, a UFSC inicia o processo de reestruturação organizacional, de acordo com as diretrizes da “Nova Universidade”, assim denominada pelo grupo de trabalho na UFSC, registrado em ata de 25 de setembro de 1968 (3ª sessão), como segue:

Com finalidades administrativas didáticas e de pesquisa, o Centro de Estudos Básicos (CEB) congregará áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmo ou em vista de ulteriores aplicações. § 1º – Estas áreas, em número de 4 (quatro) abrangerão os seguintes campos: Ciências Biológicas, Ciências Físicas, Ciências Sociais e Humanas, Artes e Comunicação. § 2º – Além do Coordenador do Centro de Estudos Básicos, que representará a área da qual é originário no Conselho Universitário, cada uma das demais áreas terão um representante nesse órgão, escolhidos na forma prevista aos Estatutos da Universidade. [...] Art. 40 – Para os efeitos do Art. 6º do Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, as atuais faculdades de Filosofia, Ciência e Letras, Direito, Ciências Econômicas, Medicina, Farmácia e Bioquímica e Escola de Engenharia Industrial serão

---

<sup>25</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade*, op. cit., p. 159.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 159.

absorvidas pelas novas unidades da Universidade, sendo os respectivos cargos redistribuídos pelos Centros e respectivos Departamentos.<sup>27</sup>

A citação acima apresenta as áreas de conhecimento do Centro de Estudos Básicos e a reformulação da estrutura universitária feita em meio a esse centro. Entretanto, outra mudança significativa, além da separação por centros e não mais por faculdades, foi a criação dos departamentos. Cada centro possuiria subunidades departamentais.

### 3.2 REFORMA UNIVERSITÁRIA: A IMPLANTAÇÃO DO MODELO ESTRUTURAL NA UFSC

A Reforma Universitária na UFSC começa a ser implantada durante as férias de verão de 1970. A estrutura organizacional anterior é substituída por uma nova configuração institucional, inspirada nas diretrizes definidas no Relatório Atcon, que contemplou propostas de empresariamento da universidade, das quais se desdobraram: propostas de dicotomização das funções de concepção e de execução no âmbito universitário – ou seja, separação das funções dos que produzem conhecimento daqueles que assumem atividades de gestão; implantação de uma administração central nas instituições; criação de um conselho de reitores; e abolição da representatividade estudantil nesses conselhos. O Relatório Atcon defendeu, ainda, a necessidade de intensificação do rigor na disciplina acadêmica e a eliminação das escolas e dos institutos, visando à propalada estrutura americana centro-departamento.

Data desse momento a emergência de resoluções, no plano do ensino superior, que até os dias correntes balizam as posições concorrentes quando discutem sobre as alternativas de reestruturação universitária. São as principais: 1) as propostas de unificação dos vestibulares, isto é, sua transformação em um conjunto homogêneo de testes, a ser aplicado anualmente a todos os candidatos (alcançado atualmente com o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, vinculado ao Sistema de Seleção Unificada – Sisu); 2) a instauração de um regime de créditos; 3) a introdução de critérios de mobilidade e flexibilidade dos cursos, abrindo a possibilidade de o estudante cursar disciplinas em outros departamentos; 4) as iniciativas de mudança dos regimes das universidades federais, de autarquias para fundações; e 5) o pagamento de mensalidades.

---

<sup>27</sup> Ata da sessão do Conselho Universitário realizada em 25 de setembro de 1968. *Terceiro livro de atas*, p. 67. Acervo do Arquivo Central.

As figuras 3.3 a 3.6 retratam a estrutura organizacional da instituição anterior à reforma e pós-reforma.

Figura 3.3 – Estrutura organizacional da UFSC antes da Reforma Universitária de 30 de dezembro de 1969



Fonte: Silva, 2000, p. 161.

Figura 3.4 – Organograma da UFSC em 1970



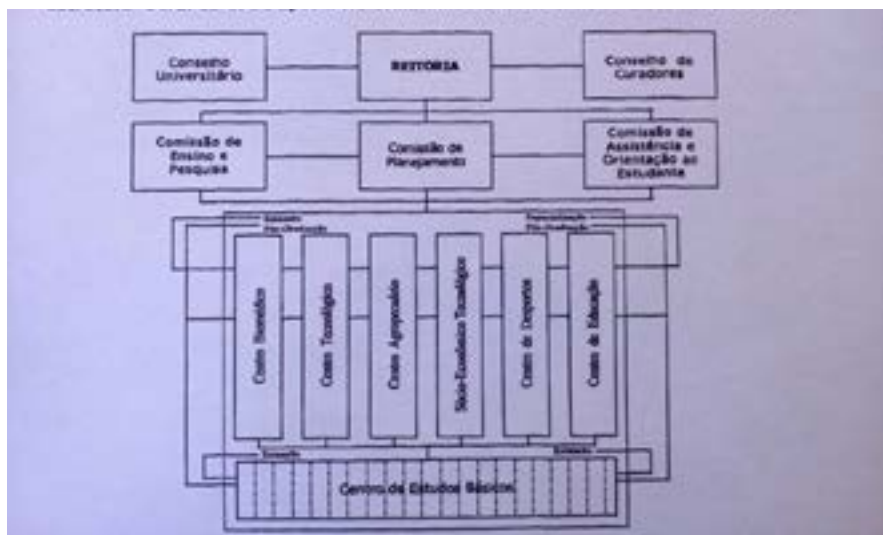
Fonte: Silva, 2000, p. 162.

Figura 3.5 – Faculdades componentes da UFSC antes da Reforma Universitária, em 30 de dezembro de 1969



Fonte: Silva, 2000, p. 163.

Figura 3.6 – Estrutura geral da UFSC após a Reforma Universitária de 30 de dezembro de 1969



Fonte: Silva, 2000, p. 164.



Nas Figuras 3.4 e 3.6, verifica-se a nova composição do Conselho Universitário. Com o desaparecimento das faculdades e das correspondentes congregações, o CUn ficou composto da seguinte forma: reitor e vice-reitor, diretores dos Centros Profissionalizantes (Centro Biomédico, Centro Tecnológico, Centro Agropecuário, Centro Socioeconômico, Centro de Desportos e Centro de Educação), diretor do Centro de Estudos Básicos, sub-reitores, representantes das Unidades (os Centros), um representante da comunidade (concretizada pelas denominadas “classes produtoras” industrial, comercial e agrícola, em sistema de rodízio) e a representação estudantil.

De acordo com a Figura 3.6, após a Reforma, os centros e departamentos se estruturaram da seguinte forma:

- » Centro de Estudos Básicos: 1) Departamento de Biologia; 2) Departamento de Matemática; 3) Departamento de Física; 4) Departamento de Química; 5) Departamento de Geociências; 6) Departamento de Psicologia; 7) Departamento de Sociologia; 8) Departamento de História; 9) Departamento de Filosofia; 10) Departamento de Teologia; 11) Departamento Língua e Literatura Estrangeiras; 12) Departamento de Língua e Literatura Vernáculas; 13) Departamento de Biblioteconomia e Documentação; 14) Departamento de Artes.
- » Centro Biomédico: 1) Departamento de Patologia; 2) Departamento de Enfermagem e Práticas Médicas; 3) Departamento de Maternidade e Infância; 4) Departamento de Entomologia; 5) Departamento de Clínica.
- » Centro Tecnológico: 1) Departamento de Técnicas Fundamentais de Engenharia; 2) Departamento de Materiais de Construção; 3) Departamento de Termotécnica; 4) Departamento de Estruturas; 5) Departamento de Mecânica; 6) Departamento de Eletrotécnica; 7) Departamento de Eletrônica e Telecomunicações; 8) Departamento de Transportes; 9) Departamento de Hidráulica e Saneamento; 10) Departamento de Tecnologia Industrial; 11) Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
- » Centro Socioeconômico: 1) Departamento de Ciências do Estado; 2) Departamento de Economia Geral; 3) Departamento de Direito Privado; 4) Departamento de Direito Processual; 5) Departamento de Direito Social; 6) Departamento de Ciências Penais; 7) Departamento de Administração; 8) Departamento de Contabilidade; 9) Departamento de Análise Econômica.

- » Centro de Educação: 1) Departamento de Didática; 2) Departamento de Pedagogia; 3) Departamento de Pedagogia Diferencial; 4) Departamento de Sistemas de Educação; 5) Departamento de Revisão e Atualização Educacional.<sup>28</sup>

Em relação ao Centro de Desportos (CDS), este também havia sido criado com a reforma, entretanto mantinha-se apenas como projeto não consolidado. Em 1976, com a criação de três departamentos, foi finalmente oficializado o CDS.<sup>29</sup> Já o Centro Agropecuário, instituído também com a reforma, obteve seu primeiro curso em 1975.

Com a reforma, os departamentos passaram a ser subordinados aos centros, e estes – com os cursos, a pós-graduação e os órgãos suplementares – passaram a ser subordinados diretamente à Administração Central, como mostra a figura 3.4.

Os chefes de departamentos e diretores de centros passam a ser figuras diretamente vinculadas ao reitor. O CUn continuava a atuar como um órgão de irrestrita confiança do reitor, e as poucas discordâncias entre professores e Reitoria só apareciam nos espaços que o reitor não alcançava.

Outro destaque da reforma é em relação à forma de ingresso nos cursos superiores: no “novo” acesso à UFSC, realizado a partir de janeiro de 1970, o aluno ou a aluna deveria prestar um exame classificatório e eliminatório, que constava de quatro etapas abrangendo 11 disciplinas (1ª etapa, Biologia e Química; 2ª etapa, Física, Matemática e Desenho; 3ª etapa, Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil (OSPB); 4ª etapa, Português, Inglês e Francês). Diferentemente do modelo anterior, a pessoa, ao se inscrever para o vestibular, optava por áreas, não mais por cursos (áreas de: Ciências Biológicas, Ciências Físicas, Ciências Sociais e Humanas, Artes e Comunicações), e cada uma delas tinha os seus cursos correspondentes. Dependendo da área, o aluno cursava três ou quatro semestres (note-se que, nesse novo modelo, desaparece o ano letivo e emerge o semestre letivo; com a reforma ocorrerão duas entradas para a universidade: março e agosto).

De acordo com o plano de reforma na UFSC, todos os ingressantes ficariam três ou quatro semestres no Centro de Estudos Básicos cursando disciplinas comuns das respectivas áreas previamente escolhidas. O objetivo pedagógico do Centro de Estudos Básicos (CEB) era sanar possíveis falhas que o aluno trouxesse do chamado 2º grau, mais tarde denominado Ensino Médio.

---

<sup>28</sup> Ata da sessão do Conselho Universitário realizada em 25 de setembro de 1968. *Terceiro livro de atas*, p. 68 verso. Acervo do Arquivo Central.

<sup>29</sup> Cf. KUERTEN, Ingrid Lima. Centro de Desportos – CDS e sua história na UFSC. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (org.). *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 45.

Em entrevista concedida ao jornal *Correio da manhã*, em 1967, o reitor João David Ferreira Lima esclarece:

Depois deste estágio inicial, de nivelamento, vem o curso superior propriamente dito, em que o estudante, por meio de testes vocacionais, escolhe sua profissão. As aulas, então, serão ministradas em seis centros especializados: Biomédico, Tecnológico, Agropecuário, Socioeconômico, de Educação e de Desportos.<sup>30</sup>

Entretanto, esse formato de ingresso na UFSC representou a sofisticação do processo de filtragem dos alunos e alunas, de acordo com o desempenho escolar apresentado durante os dois primeiros anos de ingresso na universidade. Além disso, não eliminou um grave problema do período, a questão dos excedentes, fato que levava os estudantes a reivindicarem a ampliação do número de vagas nas universidades públicas (assunto a ser aprofundado na seção 3.3 deste capítulo).

A figura 3.6 apresenta a parcela referente aos aspectos que redirecionaram a entrada e a permanência dos estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina.

Documentos e boletins investigados pela CMV/UFSC permitem sintetizar em quatro pontos as principais mudanças estruturais promovidas pela Reforma Universitária na UFSC:

- a) nova composição do CUn;
- b) centralização e aumento do poder de decisão da Reitoria nos assuntos administrativos da universidade;
- c) novo formato de ingresso nos cursos superiores;
- d) sofisticação do processo de filtragem dos alunos e alunas.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: por que algumas universidades não aderiram, de forma extremada, à Reforma Universitária, tal qual a UFSC? A resposta pode estar no desejo da direção da UFSC de obter vantagens financeiras, isto é, ganhos externos – mais verbas para obras, por exemplo –, e internos, com a possibilidade de permanência de um determinado grupo em posições de poder dentro da instituição.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Elizabeth Farias da Silva (2000), de fato, o coordenador do grupo de trabalho, vice-reitor Roberto Mündell de Lacerda, em sua entrevista, relatou seus contatos constantes com Brasília, inclusive com Newton Sucupira, segundo ele “a cabeça pensante, orientadora de

---

<sup>30</sup> REITOR de Santa Catarina reforma sua universidade. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 26 ago. 1967. Trecho da entrevista concedida pelo reitor João David Ferreira Lima.

todo o processo”. De maneira geral falou da tática dos administradores da UFSC nesse sentido: “Nós sempre procuramos colocar pessoas da Universidade em postos importantes em Brasília para poder mostrar que aquilo que nós vínhamos fazendo era válido e deveria ser feito e juntar recursos para aqui [...]”<sup>31</sup>

Segundo o professor José Edu Rosa, o processo da reforma na UFSC foi organizado para determinadas pessoas de alto prestígio não participarem. As intenções eram cumprir rapidamente as determinações de Brasília bem como possuir um corpo docente pronto para acatar as diretrizes determinadas pelo reitor.

Complementando, o ex-estudante João Soccas lembra em seu depoimento que a implantação da reforma na UFSC também significou:

A retirada do modelo francês de ensino superior, mais baseado na Sorbonne, que era anual, com turmas definidas, na Engenharia, na Medicina, na Farmácia e a implementação de uma mudança que seria baseada em créditos, departamentalização da universidade. Esse relatório era bem explícito. Colocava que o objetivo era evitar essa união que nós tínhamos, essa mobilização que nós tínhamos dentro da universidade. Que a gente conseguia agrupar por turmas, uma articulação muito grande. Porque a gente lutava por interesse único dentro das turmas que a gente compunha.<sup>32</sup>

Foi nesse clima de repressão ao movimento dos estudantes, de censura e prisões por motivações políticas que o país entrou na década de 1970. Na Universidade Federal de Santa Catarina, o início desse período é marcado pelo fim de mandato do reitor João David Ferreira Lima, encerrado no dia 24 de outubro de 1971, após dez anos à frente da instituição.

### **3.2.1 Passando o bastão: os impasses na escolha do sucessor de João David Ferreira Lima**

O processo de seleção para o cargo de reitor e vice-reitor ocorreu de acordo com as diretrizes estabelecidas por um conjunto de leis ditatoriais, que consistia na elaboração de listas sêxtuplas para a escolha dos representantes para os cargos, pelo presidente da República, na época, general Emílio Garrastazu Médici. O CUn reuniu-se em sessão especial no dia 23 de agosto de 1971 para a elaboração dessas listas.

---

<sup>31</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade, op. cit.*, p. 158.

<sup>32</sup> Trecho extraído do depoimento de João Soccas à Comissão Memória e Verdade da UFSC, em 2 de maio de 2016, no auditório da Reitoria, campus Trindade, UFSC.

No entanto, o diretor do Centro Socioeconômico, Paulo Henrique Blasi, atentou para a ilegalidade da formação do conselho. Segundo Blasi, a constituição dos conselhos departamentais não havia sido até então definida de forma fixa, e, por esse motivo, o CUn possuía ainda suas respectivas representações. Além disso, todos os diretores dos centros foram nomeados *pro tempore*. Em sua explanação, Paulo Blasi afirma:

Senhores Membros do Egrégio Conselho Universitário: é com a mesma sinceridade, franqueza e lealdade, com que sempre servi à Universidade Federal de Santa Catarina, que ousou neste instante solicitar a atenção de meus eminentes colegas para algumas considerações que julgo fundamentais. [...] Primeiramente, Egrégio Conselho, tenho dúvidas sobre a legitimidade do pronunciamento deste órgão, que desde a sua composição atual não reflete a determinação estatutária. Sendo a nomeação para os altos cargos de Reitor e Vice-Reitor atos administrativos complexos, que só se tornam perfeitos e acabados pela integração de todos os elementos que o compõem, é natural que a fase em que eles se desdobram venha condicionar-se à legitimidade. Parece-me, à semelhança do que acontece com as atuais Unidades Universitárias, que o Conselho Universitário, tal como os Conselhos Departamentais, somente terão [*sic*] condições plenas de elaborar as listas sêxtuplas para serem encaminhadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República após se comporem nos termos do estatuto da Universidade. A relevância do assunto, parece, está a exigir uma manifestação preliminar e soberana do Egrégio Conselho Universitário, aqui integrada, ora, com elementos ilustres da Egrégia Comissão de Ensino e Pesquisa, para que não restem quaisquer dúvidas sobre a legitimidade ou não das listas a serem apresentadas.<sup>33</sup>

Na continuação, o reitor João David Ferreira Lima afirma a legalidade do conselho, que por ele havia sido nomeado, mas que, no entanto, não era de sua denominação, embora o tivesse feito baseado no artigo 134 do estatuto, que dava plenos poderes ao reitor na constituição da reforma.

Então, isto eu devo submeter ao Conselho, para que o Conselho decida livremente, soberanamente. Certo de que eu, que organizei o Conselho, terei que dizer que acho o Conselho organizado legalmente, porque ele está organizado assim, porque nós estamos num período extraordinário e no Estatuto foi colocado um dispositivo contra o qual eu me manifestei porque

---

<sup>33</sup> Ata da sessão do Conselho Universitário realizada em 23 de agosto de 1971. *Terceiro livro de atas*, p. 219. Acervo do Arquivo Central.

achei que não era muito democrático; um dispositivo que deu poderes ao Reitor para praticar todos os atos necessários para a implantação da reforma. Ora, se deu esses poderes, sem limitação, e se a Universidade para entrar na nova estrutura e na reforma precisava de ter órgãos, em virtude disso eu constitui o Conselho Universitário e o Conselho de Curadores, nomeei os Sub-Reitores, os Diretores de Centro, que não são de nomeação do Reitor, e constituí todo esse organismo que está funcionando, parece-me que há dois anos, sem nunca ninguém ter levantado nada contra ele.<sup>34</sup>

O Conselho Universitário era então formado por membros de confiança de João David Ferreira Lima, sendo as listas sêxtuplas elaboradas entre companheiros e amigos. Na sessão especial do CUn de 23 de agosto de 1971, com os votos contrários de Paulo Blasi e Caspar Erich Stemmer, foram formadas as listas. Os seis nomes para reitor eram: 1º Roberto Mündell de Lacerda (vice-reitor), 2º Samuel Fonseca (sub-reitor de Ensino e Pesquisa), 3º João Makowiecky (sub-reitor de Planejamento), 4º Ernani Bayer (sub-reitor de Assistência e Orientação ao Estudante), 5º José Edu Rosa (diretor do Centro de Estudos Básicos), 6º Edio Chagas (diretor do Centro de Educação).<sup>35</sup>

Contudo, devido à ilegalidade da formação do conselho, as listas sêxtuplas foram devolvidas por parte do presidente da República. Assim o Conselho Universitário novamente se reuniu em sessão especial no dia 9 de janeiro de 1972, com a presença do ex-reitor, João David Ferreira Lima. Na sessão, o ex-reitor deu andamento à ordem do dia, que era a remessa dos pareceres sobre as listas sêxtuplas do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, sendo o documento assinado pelo então diretor Newton Sucupira. Nesses pareceres o MEC afirma a irregularidade da constituição do Conselho Universitário, devido à falta dos representantes dos Conselhos Departamentais. Em relato, o ex-reitor ainda justifica suas atitudes ao conselho:

Em seguida, em ampla exposição, explicou o momento especial que a universidade está atravessando, a partir da Reforma Universitária e, com detalhes, justificou sua situação, explicando que agiu de acordo com o que estabelece o artigo 134 do Estatuto, já aprovado pelo Conselho Federal de Educação, embora, inicialmente, fosse contrário ao citado artigo, por achá-lo pouco arbitrário, mas que hoje, tem certeza de que ele foi altamente sábio porque, sem ele, não haveria condições para instalar uma estrutura completamente nova e revolucionária. [...] Falou também que assim como

---

<sup>34</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade, op. cit.*, p. 189.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 192-193.

designou os diretores e sub-reitores, poderia, sem dúvida, designar o representante do Conselho Departamental, mas assim não agiu porque, na época em que foi assinada a Portaria, não existiam, ainda, os Conselhos Departamentais, com exceção do Centro de Estudos Básicos, que estava com os departamentos organizados. [...] Dessa forma, após todas essas informações, ficou profundamente chocado com os pareceres do professor Newton Sucupira, seu particular amigo, e com todas as decorrências que ele acarreta, pois ele se considera responsável por essa falha, no final de trinta anos de magistério e dez de Reitoria, apesar de que o Conselho Universitário aprovou estas decisões. [...] continuou dizendo que estas eram as explicações que gostaria de dar.<sup>36</sup>

Na fala do ex-reitor, fica clara sua consciência de que a mudança na composição do conselho, tornando-o de acordo com a lei federal, alteraria a decisão final das listas. Sendo assim, no dia 10 de março de 1972, o Conselho Universitário reuniu-se com os sete conselheiros que faltavam, conforme a exigência do parecer do Ministério, e, assim, elaborou as novas listas sêxtuplas, sendo que aquela com os seis nomes para o cargo de vice-reitor havia sido modificada.

As listas foram enviadas para o Ministério da Educação e Cultura e encaminhadas à Presidência da República, que indicou, como sucessor de Reitor João David Ferreira Lima, o professor Roberto Mündell de Lacerda, e, como vice, o professor Hamilton Schaefer (de 1972 a 1976).

Na administração de Roberto Mündell de Lacerda, consolidou-se a Reforma Universitária, iniciada na gestão anterior. É importante lembrar que Roberto de Lacerda foi vice-reitor durante o mandato de Ferreira Lima e presidente do grupo de trabalho para elaboração e implantação da Reforma Universitária.

Foi durante a gestão de Lacerda que os problemas estruturais advindos da reforma ficaram visíveis. É evidente que as dificuldades do novo sistema não foram admitidas nos primeiros anos de vigência do novo modelo e, durante esse tempo, foram tomadas algumas medidas para tentar diminuir os efeitos desastrosos em relação aos termos didático-pedagógicos definidos pelo projeto. Por mais que as gestões posteriores à de Ferreira Lima tenham feito esforços para controlar ou mesmo diminuir os “efeitos colaterais” do plano de Reforma (figura 3.7), os problemas foram inevitáveis, como veremos na sessão a seguir.

---

<sup>36</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade*, op. cit., p. 211.

Figura 3.7 – Reportagem sobre excedentes na UFSC



Fonte: Jornal O Estado, Florianópolis, 27 jul. 1974, p. 12.

### 3.3 A DÉCADA DE 1970: OS DESDOBRAMENTOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFSC

Com o passar dos anos, surgem os primeiros problemas decorrentes da implantação da Reforma Universitária.

Uma das faces mais visíveis começava pelo próprio processo seletivo, em que o estudante, ao se inscrever para o vestibular, optava por áreas, e não mais pelo curso. Os ingressantes cursavam no Centro de Estudos Básicos as disciplinas



comuns de suas áreas. Depois, dependendo do índice de aprovação, escolhiam as carreiras profissionalizantes.

Depoimentos coletados pela CMV/UFSC revelam que o CEB tinha um propósito que operava de forma concomitante à ideia de nivelamento. De acordo com o depoimento do ex-estudante Ronaldo Dias de Andrade, o CEB funcionava como um filtro, selecionando os melhores estudantes para ingressarem nos cursos mais concorridos da universidade:

Eu já entrei no processo da Reforma Universitária quando eu fiz o vestibular para Ciências Sociais. Acho que em setenta. Era aquele processo seletivo, você fazia o vestibular, cursava três fases, na quarta fase você decidia para que curso. Aquilo na verdade era um funil. Não tinha vagas suficientes, principalmente nas áreas Biológicas e nas Engenharias. Agora vocês imaginam o nível de concorrência entre os alunos na sala de aula disputando um índice pra chegar lá na frente. [...] O cara chegava, roubava o livro, arrancava a página. Não era nem para ele usar, era para o outro não pegar. E aí quando chegávamos na biblioteca, faltava página que precisava para estudar para aquela prova.<sup>37</sup>

Nessa mesma direção, a entrevista de João Soccas – ex-estudante de Matemática e Engenharia – também é esclarecedora:

Havia uma luta contra a implantação da Reforma Universitária. Foi imposta em SC como um modelo para o resto do país. Como experiência, bode expiatório de uma experiência. O que deu foi uma disputa violenta pelos cursos. Porque se fazia vestibular, se entrava no Básico e depois aqui é que se definia para que curso você iria. Ciências Humanas, Ciências da Medicina, Ciências Tecnológicas. E aí, foi constituído o grande Básico, aquela disputa violenta para conseguir entrar na Medicina. [...] Teve cenas dos estudantes passarem a noite estudando em cima de cadáveres. Depois acho que foram ficando até meio loucos, estraçalharam cadáveres. Teve aberrações na UFSC à beça. A questão de livros que desapareciam, páginas de livros rasgadas, suprimidas, para culminar nessa disputa que era por vagas. Então se estabeleceu de certa forma desunião nos estudantes bem dirigida, bem a propósito, bem direcionada.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Trecho extraído do depoimento de Ronaldo Dias de Andrade à CMV/UFSC, em 2 de maio de 2016, no Auditório da Reitoria, Campus Trindade, UFSC.

<sup>38</sup> Trecho extraído do depoimento de João Soccas à CMV/UFSC, em 2 de maio de 2016, no Auditório da Reitoria, Campus Trindade, UFSC.

Ou seja, a competição para cursos como Medicina, Direito e Engenharia Civil passou para o âmbito interno da universidade, e, sendo assim, passou a ser um problema que a UFSC precisou incorporar em sua estrutura. Além dessa questão, surgiram outras consequências imediatas após a reforma. Entre elas destacam-se:

- a) o fortalecimento do processo de individualização dos alunos e das alunas;
- b) o enfraquecimento do sentimento de coletividade entre os estudantes.

Sobre esse último ponto, a entrevista com o ex-estudante Ronaldo Dias de Andrade revela que: “inclusive o grupo que nos procurou no diretório acadêmico [...] levantava esse problema. Olha, está insuportável a sala de aula porque as pessoas não se entendem. Não existe cooperação, minou a estrutura de grupo”.<sup>39</sup>

Em um simpósio para avaliação dos processos de implantação da reforma nas universidades brasileiras – ocorrido em Juiz de Fora, entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro de 1971 –, a equipe da UFSC apresentou um trabalho no qual apontava esses problemas. Uma parte deles era creditada às questões estruturais, como por exemplo:

A competição pelas vagas de determinadas carreiras tem, por vezes, exacerbado o individualismo e levado alguns estudantes à prática de atos egoísticos; e outra parte era creditada aos professores e alunos da instituição. [...] E para melhor executar a reforma, seria de capital importância que o professor acreditasse nela.<sup>40</sup>

Segundo os termos do trabalho, faltou “melhor preparação do professor”; não fosse isso, ocorreria “integral implantação do sistema”. O acreditar do professor seria uma aceitação passiva ao papel indicado para ele. No caso dos estudantes, era o egoísmo a raiz de um dos problemas mais cruéis da reforma: a competição.

Para driblar os conflitos advindos da concorrência entre alunos por vagas em alguns cursos, a equipe da Reforma Universitária na UFSC acreditava que, com “métodos didáticos adequados e a ‘elevação do nível cultural’ dos jovens que chegam à Universidade, farão desaparecer os poucos casos de egoísmo exacerbado que têm surgido” (grifo nosso). O diagnóstico foi feito quando o “sistema” estava implantado fazia dois anos.

<sup>39</sup> Trecho extraído do depoimento de Ronaldo Dias de Andrade à CMV/UFSC, em 2 de maio de 2016, no Auditório da Reitoria, Campus Trindade, UFSC.

<sup>40</sup> LACERDA, Roberto Mündell *et al.* *O ciclo básico: 1º ciclo geral de estudos*. Florianópolis: UFSC, 1971. 102 p. *In*: SIMPÓSIO PARA AVALIAÇÃO DA REFORMA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, Juiz de Fora, 29 nov./ 3 dez. 1971. (Apresentação de trabalho), p. 18, 19 e 34 respectivamente.

Figura 3.8 – Cena de vestibular na UFSC no ginásio de desportos



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Mesmo diante desses problemas relacionados à forma de ingresso dos estudantes na universidade, isto é, do clima criado pelas provas de padrão único e pela concorrência acirrada, o vestibular permaneceu inalterado, como consta na publicação do jornal *O Estado*, do dia 19 de outubro de 1972 (p. 8), sobre a realização de uma mesa-redonda, promovida pelo diário, com a participação dos membros da Comissão Central do Concurso Vestibular de 1973. Nesse debate, à primeira pergunta: “Quais as modificações no Sistema do Concurso Vestibular para janeiro?”, a resposta foi: “Não houve modificação. O sistema continuará único e unificado. Há apenas uma alteração, no momento da escolha do curso [...]”. Ou seja, a sistemática de opção aos cursos retornou ao antigo *status quo*, e a resposta foi a de que não havia ocorrido modificação significativa, apenas uma pequena alteração. Abaixo, a explicação de Roberto M. de Lacerda ao jornalista do impresso *O Estado*:

Nós criamos, eu digo o grupo – e talvez eu tenha sido o executor –, pelas condições da época, nós criamos um sistema, o ciclo básico e o ciclo profissionalizante, o aluno fazia o vestibular, e ingressava no ciclo básico, ele já entrava para a área, eram 3 ou 4 áreas, ele ficava 2 semestres, ele optava por uma área, fazia o vestibular, ingressava no ciclo básico, esse ciclo básico para todas as profissões. Ele durante um período de dois semestres apresentava seus conceitos, e era feita toda uma classificação de todo aluno

daquela faixa. E aí acontecia uma coisa que era muito comum, entravam nas áreas de ciências biológicas, mas entravam candidatos que pretendiam inicialmente estudar biologia, mas se ele conseguia bons conceitos, no final ele pensava: por que eu não vou fazer medicina, eu quero ser médico. Por que eu vou ser farmacêutico se eu posso ser médico, [...] as pessoas preferiam ser médicos. Havia aqueles que não tinham uma vocação. Havia uns que só queriam ser médicos, ou eram médicos ou nada feito. Eles tinham a possibilidade, já que eles não conseguiam a classificação para ingressar no curso de medicina, eles podiam continuar, renovando créditos de disciplinas para conseguir novos conceitos. Então criou-se o que se chamou de excedente interno, antes só havia excedente externo. Com o excedente interno dentro da universidade pressionava-se para aumentar o número de vagas. Isso criou um problema político, porque nós sempre notamos que havia uma tendência muito grande das famílias para [...], depois que colocasse o filho na universidade [...], bom, agora o problema não é mais tanto nosso. Vamos apoiar, bater palmas, mas o problema não é nosso, o problema é do governo. E esses rapazes, moças, ficavam dentro da universidade como excedente interno, e era impressionante. Nós criamos na época um sistema de segurança pelo qual, depois de um determinado número de renovação, o excedente interno perdia o direito, deixava a universidade. Aí é que o negócio começou [...] o assunto se tornou de interesse ministerial e fomos obrigados a rever isso. E isso acabou.<sup>41</sup>

Destaca-se que o excedente interno começou a ser foco de tensão dentro da universidade, principalmente na área de Ciências Biológicas, desencadeando ações judiciais e movimentos estudantis protestatórios.

Documentos pesquisados pela equipe CMV/UFSC revelam que, em 23 de maio de 1972, como consta no ofício redigido pelo professor Ademar para o Chefe do Departamento de Biologia, professor Juarez Phillippi, a estudante Marisa Assunta Fantin denunciou a venda da prova de Anatomia (na época, considerada a mais difícil do CEB).<sup>42</sup>

No mesmo processo, há um conjunto de documentos judiciais, da perícia e da universidade, sobre o arrombamento da sala dos professores do Departamento de Biologia, por três estudantes, todos do CEB, da área de Ciências Biológicas, que prestariam o exame de Anatomia no dia seguinte ao arrombamento (10 de dezembro de 1972). Os estudantes foram indiciados, formou-se uma Comissão de Inquérito. Ao final das investigações, a Sub-Reitoria de Assistência e Orientação

---

<sup>41</sup> Coluna de Beto Stodieck de 21 de outubro de 1971, periódico *O Estado*, p. 14.

<sup>42</sup> UFSC. Gabinete do Reitor. Série Processo. Ano 1972-1973. Caixa 5. Doc. 121-159. Acervo do Arquivo Central.

ao Estudante propôs mais trinta dias de suspensão. O parecer nº 693/72 do CUn confirma a culpabilidade dos estudantes e decide pela sua suspensão por um semestre letivo, como segue: “O fato se repete, reclamando da UFSC providências enérgicas. [...] Devemos considerar o processo competitivo em que estão envolvidos com outros acadêmicos com procedimentos corretos e para os quais deve-se evitar injustiça”.

Outros documentos<sup>43</sup> encontrados pela equipe de pesquisadores da CMV/UFSC demonstram que a UFSC foi indiciada em 1972, com um mandado de segurança, de número 3070/72, impetrado por nove estudantes contra atos da Comissão de Ensino e Pesquisa. Os estudantes, após concluírem o CEB, fizeram a opção para o curso de Direito no ciclo profissionalizante. Quando foram matricular-se, obtiveram a informação de que não haviam obtido classificação para o curso de Direito e deveriam aguardar até o ano seguinte.

De acordo com os estudos realizados por Elizabeth Farias da Silva,<sup>44</sup>

a intervenção ministerial foi uma resposta institucional-legal em relação à pressão exercida por agentes envolvidos indiretamente na questão, como: pais, mídia impressa e advogados. Enquanto a questão era roubo de provas, compra de provas, alunos desesperados perdendo o princípio de realidade e urinando em cima dos cadáveres, alunos contra alunos e não alunos com alunos.

Diante dos conflitos desencadeados pelo modelo de ingresso na UFSC proposto pela reforma, o reitor Roberto Mündell de Lacerda, aprova a seguinte portaria:

Considerando a progressiva implantação da Reforma Universitária e suas consequências sobre os Cursos Seriados remanescentes;

Considerando a necessidade de atualização permanente dos currículos da Universidade, mesmo em se tratando de cursos seriados, em vias de extinção;

Considerando o que dispõe o artigo 134 do Estatuto da UFSC;

Considerando o que deliberou a Comissão de Ensino e Pesquisa,

RESOLVE:

Art. 1 – Atribuir à Comissão de Ensino e Pesquisa a faculdade de revisar e estabelecer novos currículos para os cursos seriados remanescentes.

---

<sup>43</sup> UFSC. Gabinete do Reitor. Série Processo. Ano 1971-1972. Caixa 3, Doc 063-100. Acervo do Arquivo Central.

<sup>44</sup> SILVA, *Ontogenia de uma universidade*, op. cit., p. 214.

Parágrafo único – A Comissão de Ensino e Pesquisa decidirá em concreto casos especiais que resultarem da aplicação das alterações referidas no artigo, cabendo recurso da decisão, por parte dos interessados, ao Conselho Universitário.

Art. 2 – Atribuir à Comissão de Ensino e Pesquisa a faculdade de reger, com pareceres normativos, os casos omissos nos Regimentos mantidos em vigor pela Portaria 13/70 do Magnífico Reitor.<sup>45</sup>

No final da década de 1970, a estrutura implantada pela reforma estava parcialmente desmantelada na UFSC. O Centro de Ciências Físicas e Matemáticas desmembrara-se do Centro de Estudos Básicos, assim como o Centro de Ciências Biológicas e o Centro de Ciências Humanas. Consequentemente, o Centro de Estudos Básicos dissolveu-se em 1976 porque não conseguiu atingir suas metas. Em 1973 os alunos já faziam suas opções por curso no ato da matrícula do vestibular. Em termos didático-pedagógicos, as novidades implantadas pela reforma demonstraram-se insuficientes, já que elas não conseguiram sanar uma das maiores necessidades daquele momento, o excedente interno.

Apesar da repressão e da censura dentro do campus da universidade nos primeiros anos da década de 1970, o corpo discente mais engajado nas lutas políticas, contrárias à repressão, conseguiu, pela mudança de tática, reorganizar-se entre 1972 e 1976 e, assim, deixar sua marca. Um desses momentos ocorreu no próprio campus universitário, o chamado, entre os estudantes, de “Repeteco”, e o outro momento foi o movimento pela conclusão do então denominado Hospital das Clínicas, que foi além dos limites da UFSC e tomou as ruas do centro da capital, nas imediações da Praça XV, como será explicado mais adiante na seção 5.1.3.

A Reforma Universitária foi um episódio que marcou a instituição por longos anos – consequência dos 21 anos de governo militar e ditatorial.

Por fim, em 1981, durante os primeiros meses após a distensão, João David Ferreira Lima, na condição de ex-presidente do CRUB, enumerou, sinteticamente, cinco problemas relativos ao Plano de Reforma Universitária, durante a XXXII Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), como segue abaixo:

- 1) Vestibular: considera ter sido uma experiência interessante, vitoriosa e necessária durante os últimos dez anos; porém, que o assunto merece um novo estudo para “modificações profundas”, pois devido ao elevado número de candidatos “faltarão espaço vital para a realização do vestibular”.

---

<sup>45</sup> UFSC. Portaria nº 346/72. *Boletim do Pessoal*, n. 68, ano 6, ago. 1972, p. 5-6.

- 2) Currículo e programas: para o ex-reitor, “os currículos, muito [*sic*] deles desatualizados e distanciados da realidade, são, além disto, em demasia numerosos e exagerados”. Afirma, ainda, que muitos programas contêm matérias repetidas, várias vezes, por professores diferentes, em disciplinas também diferentes.
- 3) Ensino pago: João David Ferreira Lima considera que “o ensino superior gratuito para todos é discriminatório e injusto”. Sugere: “Para que os estudantes carentes e remediados possam fazer seus cursos sem problemas, com direito a alimentação, bolsas de estudo e outras vantagens, é preciso que se adote o ensino pago, pelos que podem e devem pagar”. Segundo o conferencista, assim como está, “o ensino gratuito constitui tremenda injustiça social”, e sugere que, através do Imposto de Renda, se estabeleça uma tabela para o pagamento de mensalidades, fixando o limite de salário acima do qual haveria a obrigação de pagar; e, abaixo dele, seria a gratuidade completa, “ficando os pobres e da classe média baixa beneficiados pela medida”.
- 4) Obtenção de recurso: chamando a atenção para o “grave problema de falta de recursos”, indicou – como planos que poderiam minorar, ou até solucionar, esse problema – a legalização do jogo nos grandes cassinos, em hotéis balneários e estações hidrominerais, lançando-se pesado imposto sobre o jogo, bem como o estabelecimento de uma sobretaxa sobre os vícios (cigarros e bebidas), destinações que viriam em benefício da educação brasileira. Salienta, no entanto, que é contrário ao jogo e ao vício, mas que “os mesmos explorados, clandestinamente, como ocorre atualmente no Brasil, são muito mais perniciosos do que se oficializados, fiscalizados e dando renda para o Governo”.
- 5) Acompanhamento e atualização da Reforma Universitária: o conferencista elogiou de modo significativo a Reforma Universitária. Admitiu alguns defeitos, particularmente relacionados à qualidade do ensino, e sugeriu o estabelecimento de uma “comissão permanente” para o constante acompanhamento e atualização da reforma, evitando, assim, os erros que ocorreram ou que poderão ocorrer.<sup>46</sup>

Mesmo diante dos limites e problemas apontados por Ferreira Lima ao modelo estrutural implantado pela reforma em 1981, parte das diretrizes definidas na década de 1960 permanece vigente nos dias atuais, principalmente no tocante

---

<sup>46</sup> Informação extraída da Ata de reunião de Plenário do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, realizada no dia 30 de janeiro de 1981. Documento Confidencial – SNI. Disponibilizado pela ASI/SNI, 2016. Faz parte do Acervo da CMV/UFSC.

à gestão universitária, que reúne a estrutura acadêmica, a estrutura administrativa e a estrutura política.

Sobre os fios de continuidade que ligam o passado ao presente, o depoimento do professor Fernando Ponte de Sousa é esclarecedor:

O atual modelo de universidade que fechou as faculdades, fechou o sistema seriado, criou o sistema de créditos, criou os departamentos. Interessante isso, o departamento separado do colegiado de curso, que antes não era assim, todos os professores debatiam as questões pedagógicas do curso. Não era aqui o colegiado pedagógico e aqui o colegiado administrativo. Era um colegiado só, né? As faculdades com mais autonomia dos seus programas, dos seus concursos, da sua cátedra, etc., da sua grade, né? Tinha uma coisa que unificava como universidade, mas tinha muita autonomia das faculdades. Por isso que acabaram com as faculdades e criaram esses centros que é um conglomerado de professores de diferentes departamentos, separados do colegiado pedagógico, que são os departamentos que oferecem créditos que fazem aquele curso. E um curso passa a ser um amontoado de disciplinas e não mais um curso, imagina um rio, um curso, né? Então, antigamente no Brasil os “cursos” eram cursos. Hoje é exatamente isso, é um amontoado de créditos e você faz em função da pontuação, visando criar nessas universidades um sistema pago. Por isso que o movimento estudantil se revigorou nos anos 1970 não no ensino médio, e sim nas universidades, contra esse projeto da Reforma Universitária do governo. Então, são dois pontos que ainda nós herdamos da ditadura: o primeiro foi a estrutura militar e repressiva na sociedade; o segundo, a estrutura universitária, é tão grave quanto o primeiro. Nós ainda não temos a legislação que atualiza a eleição direta para reitor, por exemplo, até diretor de Centro. Toda vez que vai ter eleição cria-se aí uma celeuma, etc. A estrutura administrativa ainda é daquela implantada pela Lei 5.540, que foi a Lei imposta através de um Ato Institucional. O regime de ensino ainda é o regime de créditos. A separação entre o Colegiado Pedagógico e o Colegiado Administrativo. A existência dos Centros sem ter autonomia, a sua relativa autonomia no interior das universidades, não são faculdades, ou institutos, como tinha anteriormente, cada faculdade com seu corpo docente próprio. Então, por exemplo lá na física, nas exatas, nas naturais, você quer um professor de sociologia, que seja recrutado lá, selecionado lá, que seja do corpo docente de lá, que debata a relação dos aspectos sociais com a medicina, com a informática, com a física, etc. Que um professor de matemática, de estatística, que veio lecionar na sociologia, que seja também parte do corpo de professores da sociologia, que debata conosco como a estatística pode contribuir com a estatística social para a pesquisa social. Isso não existe hoje. Porque o professor de estatística que dá aula no nosso curso veio lá do Departamento de Estatística, ou de



Matemática, dependendo da Universidade, sem vivenciar a problemática da pesquisa social conosco e vice-versa. Então, é a mesma estrutura, um aluno começa um... vocês já são dessa geração... você sabe com quem você começa um curso de graduação, você não sabe com quem termina, porque as turmas vão se dividindo nos créditos e se descomprometendo como equipe, como grupo de estudo, como grupo de vivência política, cultural, etc., né? Provavelmente você entra com uma turma grande e no dia da formatura é uma turma bem menor, né? Sendo que no dia da formatura, essa turma bem menor são com alunos que vieram... entraram em outro período que não o seu. Anterior ou posterior ao seu. Porque o seu percurso não é o percurso de uma turma. Porque você não faz um curso. É como se fosse um *self-service* nesses restaurantes, né? Porque foi visando um sistema pago. Então, esse é um campo propício para vigorar dentro da universidade a mentalidade individualista, egoísta e privatista. Manteve-se a estrutura para um projeto de universidade que era a universidade da ditadura. Pouquíssimas universidades hoje no Brasil resistiram a isso, porque foi um imperativo da Lei, ou que mudaram ou atualizaram essa estrutura. [...] E, na universidade, o Conselho Universitário ainda hoje é uma composição que reflete a estrutura política de decisão da Reforma Universitária implantada pela ditadura, e não realmente dos que compõem o quadro universitário.<sup>47</sup>

Ainda sobre o passado recente, Fernando Ponte de Sousa destaca que a identificação desses fios de continuidade é essencial para a elucidação da história atual das políticas educacionais adotadas no Brasil, bem como dos embates políticos entre as diversas correntes de movimentos políticos e sociais que atuam nas universidades públicas:

Mas você pode ter na universidade, que são categorias diferentes, uma forma mais universal? Pode, vamos debater como que pode ser isso, que proporções são adequadas a isso. Agora, certamente, a da legislação existente não é. E como mudar para outra? Ainda hoje, dificilmente o Conselho Universitário ousa parar e levar até o fim esse debate. Um exemplo claro: onde essa herança da ditadura, na UFSC, não foi transitada é que a sua estrutura é a mesma da ditadura. Segundo, a tentativa que houve, e eu estava chegando aqui, que foi a da “estatuinte”, praticamente esmoreceu, encerrou, acabou e não avançou, apenas ficou no parágrafo sobre a missão da UFSC. Mais dali em diante não. Então a estrutura acadêmica, a estrutura administrativa, a estrutura política, ou seja, da gestão da universidade é a mesma. Então a censura hoje, no interior da universidade, não é mais a do

---

<sup>47</sup> Trecho extraído do depoimento do professor Dr. Fernando Ponte de Sousa à CMV/UFSC, em 22 de setembro de 2016, na residência do entrevistado, no Campeche, Florianópolis.

policial que está dentro de sala de aula, é do seu colega que tem critérios valorativos suficientes para não reconhecer o seu trabalho, ou do outro que não seja espelho do seu próprio. Isso faz com que a carreira docente, em vez de ser resultado de um patamar de avanço da docência, que implica não só em ser pesquisador, ser produtor de artigos, mas ter bons projetos de extensão, etc., seja vista apenas... em grande parte das universidades, pelo seu aspecto mais quantitativo, né? Então, para resumir essa história, em praticamente grandes áreas da universidade, os debates mais importantes sobre o nosso país não são realizados.<sup>48</sup>

Para Florestan Fernandes,<sup>49</sup> sociólogo brasileiro que debateu os pontos nevrálgicos das tendências erigidas pelas políticas de educação superior no país durante a Reforma Universitária promovida pelo governo militar, a permanência da estrutura de gestão da universidade pública implantada pela reforma é herança orgânica de uma “transição à brasileira”, feita pelo alto e sem ruptura. Por isso, a transição não se efetivou de forma mais ampla, o que abriu precedente para a continuidade de alguns elementos de origem autoritária nas instituições do Estado, como nas universidades e demais instituições de ensino.

Por fim, é importante frisar que a reconstrução da credibilidade na relação entre Estado e sociedade passa pelo restabelecimento da confiança da sociedade nas mais diversas instituições, entre elas as educacionais.

---

<sup>48</sup> Trecho extraído do depoimento do professor Dr. Fernando Ponte de Sousa à CMV/UFSC.

<sup>49</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

## Capítulo 4

# A REPRESSÃO NA UFSC NOS ANOS 1970<sup>1</sup>

A ditadura civil-militar iniciada em abril de 1964 teve vários ciclos repressivos que se distinguiram pela intensidade da repressão, seu nível de organização e de violência, e pela resistência que ela gerou.

O primeiro ciclo ocorreu logo após o golpe e a promulgação do Ato Institucional nº 1 (AI-1). Ele se caracterizou por prisões nos primeiros meses após o golpe e, nas universidades, pela criação de Comissões de Inquérito que visavam investigar e punir professores, servidores e estudantes cujas opiniões divergiam

---

<sup>1</sup> Este capítulo, nas suas quatro primeiras seções, foi escrito por Jean-Marie Farines com a colaboração de Moacir Loth e Marli Auras, todos membros da CMV/UFSC, e a revisão de Tanira Piacentini, apoiadora da comissão. A redação dessas seções fez uso das pesquisas dos membros citados anteriormente e dos bolsistas da comissão Felipe Dutra Demetri, Rachel Tomás dos Santos Abrão, Gabriel Dauer, Jéssica Duarte de Souza, Cecília Brancher de Oliveira, além de utilizar as pesquisas realizadas anteriormente pelo jornalista Mateus Bandeira Vargas, no contexto de seu TCC, e do historiador César Felix (Cesinha), no contexto de seu trabalho sobre movimento docente. As duas últimas seções foram escritas pelas bolsistas da CMV/UFSC, Alina Nunes, graduanda, e Thaís Machado, mestranda, as duas sob a orientação de Janine Gomes da Silva, membro da CMV/UFSC, com a revisão de Tânia Regina Ramos e Marli Auras, também membros da CMV/UFSC.

das do regime que estava se instalando. Eram rotulados como “comunistas” e vistos como tendo ideias subversivas e, mais grave, como propagadores dessas ideias. O capítulo 2 deste livro trata com pormenores dessas Comissões de Inquérito na UFSC e de seus resultados. Merece destaque a Comissão de Inquérito sobre Estudantes Latino-Americanos<sup>2</sup> – o que mostra a desconfiança das autoridades da UFSC em relação a esses estudantes –, que considerava que entre eles podia-se encontrar “subversivos infiltrados”; ao final do inquérito, tal comissão concluiu que todos esses estudantes tinham apenas motivações acadêmicas. Esse primeiro período caracteriza-se, em grande parte das universidades<sup>3</sup> e em particular na UFSC, por uma rápida aceitação da nova ordem instaurada e de seus preceitos pelas administrações, e por sua zelosa adesão a eles. No caso da UFSC, o então reitor João David Ferreira Lima não hesitou em propor, nos primeiros dias após o golpe, antes ainda de o AI-1 ser promulgado, a demissão de toda a diretoria da FEUSC (Diretório Central dos Estudantes da época), em reunião do Conselho Universitário; este decidiu, nesse mesmo dia, pela cassação do presidente da FEUSC, Francisco Mastella, que naquele momento se encontrava preso.<sup>4</sup>

Após esse primeiro momento repressivo, a resistência se organizou novamente no movimento estudantil, em particular em torno de questões da vida universitária (moradia, Reforma Universitária, vagas nas universidades para os excedentes, etc.) e da vida nacional (liberdades democráticas, dependência dos Estados Unidos, etc.). O regime militar considerou que um novo ciclo repressivo, mais autoritário, tornava-se necessário para a sua sobrevivência e sobretudo para a implantação de suas reformas e de seu modelo econômico. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, marcou o início desse ciclo, dando ao presidente poderes quase ilimitados e por tempo indeterminado. Nas universidades, desde o início de 1969, iniciou-se um novo expurgo de docentes e aplicou-se uma mordaza aos movimentos de estudantes por meio do instrumento repressivo que era o Decreto nº 477, que se aplicava não somente aos estudantes, mas também aos servidores e docentes. A Comissão Memória e Verdade da UFSC, nas suas buscas, não encontrou, nos documentos oficiais que consultou nos arquivos da UFSC ou nos depoimentos colhidos, informações claras e

---

<sup>2</sup> O caso dessa Comissão de Inquérito é apresentado no capítulo 6.

<sup>3</sup> “O reitor (Aluísio Pimenta na UFMG) e outros dirigentes universitários assumiram atitude de resistência passiva diante das demandas de repressão por entender que não lhes competia exercer trabalho típico da polícia”. MOTTA, *As universidades e o regime militar, op. cit.*, p. 56. O capítulo 1 deste mesmo livro, intitulado “Operação Limpeza”, (p. 23-64) descreve de forma detalhada a repressão interna ocorrida em várias universidades brasileiras logo após o golpe de 1964.

<sup>4</sup> Este acontecimento é contado com mais detalhes no capítulo 6.

precisas de expulsões de estudantes e de expurgos de servidores e professores da UFSC a partir da utilização direta do Decreto nº 477. Entretanto, diversos testemunhos denunciam que muitos docentes deixaram de ser contratados nesse período e que eventuais “veleidades” do movimento estudantil sofriam a pressão da possível aplicação do decreto. Conforme declara Ronaldo Dias de Andrade, presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos (DACEB) em 1973-1974, em seu depoimento à comissão: “Era um clima de medo... nós não tínhamos greve, não existia”. Ocorreram nesse período várias prisões: dos estudantes Roberto Cascaes e Gil Bráz de Lima, entre outros, em 1969 (este último terá seu caso contado numa das histórias singulares do capítulo 7), de professores, servidores e estudantes na Operação Barriga Verde, em 1975 (Marcos Cardoso Filho, Valci Lacerda, Cirineu Cardoso, Márcio Campos, Elineide Martins, Celso Padilha, etc; além da tentativa de sequestro e prisão (de Vilson Rosalino) dentro da universidade na mesma ocasião. As administrações universitárias na UFSC se omitiam ou eram coniventes: Ronaldo Dias de Andrade, no seu depoimento, afirma que, de parte da Reitoria, “nunca houve manifestação contrária ao regime, em defesa a um aluno... eu nunca vi isso”. Afirma, no caso da tentativa de sequestro: “quem retirou o Vilson Rosalino não foi a reitoria, a reitoria não impediu, nem tentou impedir, me lembro que quem tirou ele de dentro da Engenharia foi Murilo Canto, que era deputado”.<sup>5</sup>

O aparato repressivo nesse período precisou se aprimorar através de uma rede de espionagem e informação implantada nas universidades: as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs), que faziam parte do Serviço Nacional de Informações (SNI), foram os elementos de base da coleta de informações sobre fatos e pessoas que apresentavam um perigo para o regime. Neste capítulo apresentaremos em detalhe as AESIs, sua presença na universidade, sua forma de atuação e o término de sua atuação.

O controle das atividades dos estudantes e a manutenção das AESIs dentro da ordem predefinida recebia ainda um apoio das administrações universitárias. Em particular na UFSC, a Vice-Reitoria de Assistência e Orientação aos Estudantes – que teve como um de seus maiores expoentes nos anos 1970 o professor de Direito Volney da Silva Millis – exercia um controle autoritário e uma pressão constante sobre os estudantes e seus diretórios acadêmicos.

Finalmente, dentro do espírito de controle das mentes estabelecido pelo regime civil-militar, em particular para os jovens, foram criados nas universidades e nas escolas, cursos de Educação Moral e Cívica (EMC), de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), sendo

---

<sup>5</sup> Depoimento de Ronaldo Dias de Andrade à CMV/UFSC em 21 de maio de 2015.

que alguns de seus professores receberam formação da Escola Superior de Guerra (ESG). A UFSC não derrogou, até sua extinção, no início dos anos 1990, a ministração desses ensinamentos para todos os seus estudantes.

À medida que a resistência ao regime militar se organizava dentro e fora das universidades, que toda a comunidade universitária começava a fazer ouvir sua voz por meio do movimento estudantil e do movimento docente e de suas entidades, que a Anistia foi decretada com a readmissão dos professores universitários cassados, entrou-se definitivamente, no final dos anos 1970 e início dos 1980, num terceiro ciclo de repressão de intensidade menor. O aparato repressivo nas universidades – apesar de continuar um amplo trabalho de informação, haja vista a quantidade de documentos do SNI desse período que se encontram em posse da Comissão Memória e Verdade da UFSC – começou a ser desmontado (embora, na UFSC, a AESI tenha durado até 1992 e enviado relatórios até lá). As administrações universitárias passaram a ser mais atentas aos anseios de sua comunidade, por serem eleitas diretamente. Marca desse período é a grande produção em termos de informação das AESIs, na medida da intensa atuação política da época. Tentaremos, neste capítulo, dar uma visão da vigilância que continuou ocorrendo sobre os movimentos estudantil e docente da época e sobre seus atores.

Finalmente, para concluir este capítulo, apresentaremos três casos de demissão ou de negação de contratação de professores que ocorreram na UFSC nos anos 1970 para os quais obtivemos informações mais detalhadas nos arquivos ou em depoimentos, sem desconsiderar a existência dos demais.

## 4.1 A ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO NA UFSC E OUTROS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO<sup>6</sup>

### 4.1.1 O tripé repressivo: vigilância, censura e repressão

O *site* “Memórias da Ditadura”,<sup>7</sup> que contém o maior acervo *on-line* sobre a história da ditadura no Brasil, apresenta, no seu item dedicado à repressão, uma visão resumida de como ela foi organizada pelo regime ditatorial civil-militar. O texto que segue serve para dar o quadro geral do sistema repressivo brasileiro da época e o contexto no qual foi realizado, pela Comissão Memória e Verdade, o levantamento do que ocorreu na UFSC.

---

<sup>6</sup> A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) passou a se chamar Assessoria de Segurança e Informação (ASI) após 1974.

<sup>7</sup> Disponível em: [www.memoriasdaditadura.org.br](http://www.memoriasdaditadura.org.br).

O regime militar montou um tripé repressivo, baseando-se no trinômio vigilância, censura e repressão. Por “vigilância”, o regime entendia a produção de informações e a espionagem sobre pessoas e organizações vistas como subversivas ou opositoras. No final dos anos 1960, esse tripé se integrou de maneira mais eficaz, ancorado numa ampla legislação repressiva, que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os atos institucionais e complementares, a Constituição de 1967 e suas emendas. Não por acaso, era comum a troca de papéis e relatórios entre as várias agências que compunham cada perna do tripé.

O regime militar não inventou a censura, como às vezes se pensa, ela já havia sido utilizada no período do Estado Novo de Getúlio Vargas. Na verdade, os militares a ampliaram. O regime politizou a censura, ainda que tenha mantido o discurso clássico de vigilância da moral e dos bons costumes. Além disso, centralizou gradativamente o serviço, culminando em 1972, com a criação da Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal. Além da censura, a vigilância era uma missão estratégica para o regime. Deveria produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando “surpresas” para o governo. Além disso, fornecia informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados.

A alma desse sistema era o Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado em junho de 1964, o SNI era o informante direto do presidente da República. O serviço tinha ramificações na máquina burocrática: as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), instalada em cada órgão importante da administração pública. Era uma estrutura informativa, mas não operativa, pois não combatia diretamente os grupos opositores armados ou não.

A tarefa do SNI era basicamente vigiar funcionários públicos civis, movimentos sociais, lideranças políticas, intelectuais e artísticas. Mas também dava aval para nomeações nos altos escalões do governo, pois acompanhava casos de corrupção envolvendo civis. Na verdade, o governo queria saber desses casos antes da imprensa, até para abafá-los melhor, se fosse necessário.

O tripé repressivo se completava com a repressão propriamente dita, entendida como uma série de operações de combate direto às ações civis e armadas da oposição ao regime, realizada pelo chamado “sistema DOI-CODI” e completada pelo conjunto de polícias políticas estaduais.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Extraído do *site* do Acervo “Memórias da Ditadura”, na aba “A Repressão”. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>.

#### 4.1.2 A organização dos sistemas de segurança e informação em Santa Catarina

OSNI, criado em junho de 1964, visava colher “informações estratégicas úteis para ações de governo” e sobre os “inimigos (internos) recentemente derrotados, mas não aniquilados, em particular as esquerdas”, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta no seu livro.<sup>9</sup> “O trabalho de repressão aos inimigos do Estado” coube “às polícias estaduais (DOPS) e à Polícia Federal, às quais se uniram mais tarde os DOI-Codis e os serviços de informação ligados às Forças Armadas”.<sup>10</sup> Sistemas Estaduais de Segurança e Informação foram formados em todos os estados para melhor organizar o sistema de vigilância e repressão, a partir de uma diversidade de órgãos repressivos, ligados a vários ministérios federais e secretarias estaduais.

As DSIs nos ministérios civis foram criadas em 1967 e colocadas sob a tutela do SNI. A DSI do Ministério da Educação e Cultura era uma das maiores, contando até “sessenta funcionários em meados dos anos 1970”. A partir de 1970, foram criadas “subdivisões das DSIs nas instituições subordinadas aos ministérios”, as “Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs)”,<sup>11</sup> denominadas ASIs a partir de 1975.

O Sistema Estadual de Segurança e Informações de Santa Catarina foi definido pelo Decreto nº 4600, de 13 de março de 1978, assinado pelo governador indicado pelo governo central, Antônio Carlos Konder Reis, como consta da ficha de distribuição e processamento de documentos da Agência Central do SNI (ACT/SNI), nº 0909/117, de 11 setembro de 1978.<sup>12</sup>

As ligações desta AR<sup>13</sup> processam-se com os órgãos de Informações dos seguintes componentes da Comunidade Regional de Segurança Interna em Santa Catarina: 5º Distrito Naval (5º DN), Base Aérea de Florianópolis, Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Estado de Santa Catarina (ST/DPF/SC), Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina (DCI/SSI/SC), Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PME/SC)

---

<sup>9</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar, op. cit.*, p. 194.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 195.

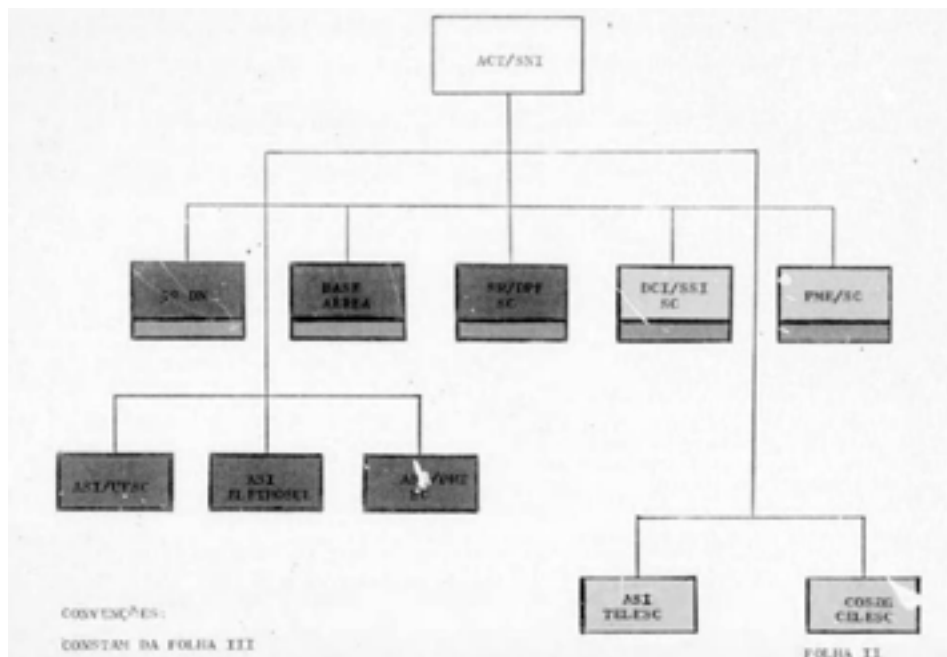
<sup>12</sup> Ficha SNI/ASI AC-ACE\_8751\_80 – Arquivo Nacional Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>13</sup> AR/SNI: Agência Regional do SNI; ACT/SNI: Agência Central do SNI.



e ainda “demais órgãos que integram a Comunidade Regional de Informações: ASI/UFSC, ASI/Eletrosul, ASI/DRT/SC, ASI/TELESC e COSEG/CELESC”.<sup>14</sup> Do documento citado acima constam ainda organogramas – um deles anexado (figura 4.1), que mostra a estrutura do Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina.

Figura 4.1 – Diagrama da Comunidade Regional de Informações do Paraná e Santa Catarina – Parte II



Fonte: Arquivo Nacional de Brasília.

O decreto do governo estadual citado acima visava criar um Sistema Estadual de Segurança e Informações no qual seria possível organizar hierarquicamente os diversos órgãos que o compunham e definir e implementar um “Plano Estadual de Informações em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Informações”.

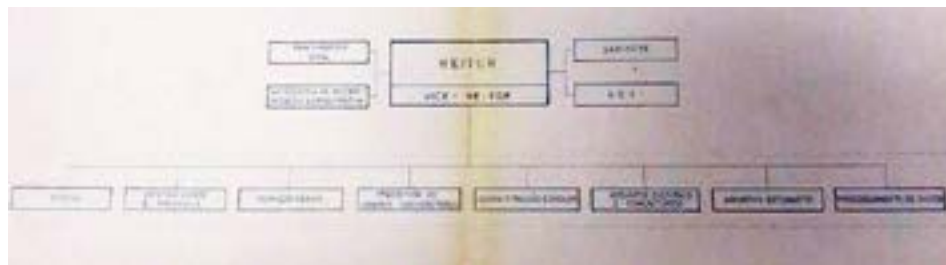
<sup>14</sup> Assessoria de Segurança e Informações da Eletrosul (ASI/ELETRUSUL), Assessoria de Segurança e Informações da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina (ASI/DRT/SC), Assessoria de Segurança e Informações da Telecomunicações de Santa Catarina (ASI/TELESC), Coordenadoria de Segurança das Centrais Elétricas de Santa Catarina (COSEG/CELESC).

Em 1978, no momento em que já despontavam as primeiras contestações de massa – os primeiros movimentos a favor da anistia e de uma constituinte – o regime consolidava seu aparato de controle e repressão, dando-lhe também uma estrutura jurídica estadual para a integração de seus diversos organismos.

### 4.1.3 A Assessoria Especial de Segurança e Informação

Em todos os organismos públicos, as AESIs fizeram parte do organograma oficial. A AESI/UFSC fazia parte do organograma da universidade, conforme documento abaixo, encontrado no acervo do Arquivo Central da UFSC.<sup>15</sup> Consta-se nesse documento que a AESI (posteriormente ASI) estava diretamente ligada ao reitor no organograma, no mesmo nível que o Gabinete da Reitoria, a Procuradoria Geral, a Assessoria de Modernização Administrativa e outros órgãos da universidade. A Resolução nº 15/73, de 17 de junho de 1973, obtida na mesma fonte determina a Estrutura Básica da Reitoria, de acordo com o Plano de Reestruturação da UFSC, arrolando a AESI na terceira posição, logo após o (1) Gabinete do Reitor e a (2) Procuradoria Geral.

Figura 4.2 – Estrutura básica da Reitoria da UFSC nos anos 1970, na qual a AESI está ligada diretamente ao reitor



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Destaca-se na figura a ligação direta da Assessoria com o reitor no mesmo nível dos órgãos citados, tendo se tornado, por conseguinte, de fato mais que de direito, um dos órgãos administrativos centrais da universidade, sobretudo a partir do controle ideológico que podia exercer (e exerceu) sobre as pessoas e a administração.

<sup>15</sup> UFSC. Gabinete do Reitor, Série Processo, Ano 1962-1967, Caixa 1, DOC 001-016. Acervo do Arquivo Central.

Desde o início de sua instalação, a AESI ficou localizada numa sala “discreta, sem placa na porta”,<sup>16</sup> ao lado do Gabinete do Reitor; na década de 1980, passou a ocupar uma sala no térreo do prédio da Reitoria.

A AESI da UFSC foi criada pelo reitor *pro tempore* Ernani Bayer em fevereiro de 1972, como imposição governamental, conforme ele afirma em entrevista: “veio de cima, tivemos que aceitar”.<sup>17</sup> Bayer escolheu Fernando Antônio Medeiros Beck, funcionário da UFSC e Chefe de Gabinete de João David Ferreira Lima, antes de assumir “porque precisava de alguém que não ia [me] criar problemas”.<sup>18</sup>

A AESI/UFSC teve, durante o período em que esteve em atividade, três chefes: Fernando Antônio Medeiros Beck, de 16 de fevereiro de 1972<sup>19</sup> até 23 de julho de 1973,<sup>20</sup> Tertuliano Cardoso Filho, funcionário da UFSC, dessa data até 4 de abril de 1978<sup>21</sup> e José Antônio Ceccato, policial civil cedido pela Secretaria de Segurança (e que acabou sendo admitido oficialmente na UFSC em fevereiro de 1984),<sup>22</sup> de 1981 até 1986. O servidor Flávio Amaral Moritz assumiu em 12 de outubro de 1977 a substituição “do Chefe da Assessoria de Segurança e Informações, enquanto perdurar o afastamento do titular”.<sup>23</sup>

Os chefes da AESI/UFSC tiveram a seguinte carreira posterior ao cargo na UFSC: Tertuliano Cardoso Filho passou a ser diretor da ASI/TELESC; José Antônio Ceccato cuidou do setor de segurança da UFSC até 1992 e depois voltou como representante do MEC no Conselho de Curadores da UFSC em 2003, como consta de ata,<sup>24</sup> tendo sido diretor executivo da UNIESP (2015).

A Comissão Memória e Verdade teve também acesso a uma portaria de 6 de abril de 1977 do Gabinete da Reitoria<sup>25</sup> que indicou a servidora da UFSC

---

<sup>16</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 95.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>19</sup> UFSC. Portaria nº 0075/GR/1972. *Boletim do Pessoal*, n. 62, Ano VI, fevereiro/1972. Acervo do Arquivo Central.

<sup>20</sup> UFSC. Portaria nº 0133/GR/73. *Boletim do Pessoal*. Acervo do Arquivo Central.

<sup>21</sup> UFSC. Portaria nº 0157/GR/78. *Boletim do Pessoal*. Acervo do Arquivo Central.

<sup>22</sup> Segundo informação fornecida pela Secretaria de Gestão de Pessoas da UFSC (SEGESP/UFSC) a partir de consulta à Controladoria-Geral da União (CGU) feita por Mateus Bandeira Vargas no contexto do seu TCC: “o mesmo foi admitido na UFSC em fevereiro de [19]84”.

<sup>23</sup> UFSC. Portaria nº 0738/GR/77. *Boletim do Pessoal*. Acervo do Arquivo Central.

<sup>24</sup> Ata da Sessão Extraordinária do Conselho de Curadores, realizada em 15 de setembro de 2003.

<sup>25</sup> UFSC. Portaria nº 339/GR/1977. *Boletim do Pessoal*. Acervo do Arquivo Central.

Dalva Olga Vieira Cardoso<sup>26</sup> para “prestar serviços à Divisão de Segurança e Informações, do Ministério da Educação e Cultura em Brasília, durante o corrente ano” (1977). Esse fato mostra a relação estreita entre as universidades e o ministério no setor de Segurança e Informações, inclusive com empréstimo de funcionários.

Alguns contracheques obtidos do Departamento de Pessoal da UFSC informam os salários de dois dos chefes da ASI: em janeiro e fevereiro de 1978, Tertuliano recebeu Cr\$ 17.262,80 e 23.782,80 respectivamente (entre 11 e 15 vezes o salário-mínimo de maio do mesmo ano, que era de Cr\$ 1.560,00); em novembro de 1985, Ceccato recebia Cr\$ 6.990.824,00 (11,65 vezes o salário-mínimo, que era de Cr\$ 600.000,00).

Os chefes da AESI faziam “estágio na Escola Nacional de Informações, criada a partir das reformas do SNI. As disciplinas oferecidas poderiam incluir táticas de espionagem, disfarce, interceptação de conversa e interrogatório, conforme a modalidade do curso. Alguns duravam um ano.”<sup>27</sup> O primeiro chefe da AESI, Fernando Antônio Medeiros Beck, teve que fazer, às pressas, curso de formação de duas semanas no início de sua gestão.

#### 4.1.4 A forma de atuação e as atividades da AESI da UFSC

A missão de vigilância servia tanto para o âmbito externo quanto interno. Em entrevista para o trabalho de conclusão de curso de Mateus Bandeira Vargas, o último responsável da ASI/UFSC (1981- 1986), José Antônio Ceccato, afirma:

A nossa missão era de assessoramento ao reitor nas atividades políticas, político-administrativas dentro da universidade. Já era uma época que não havia mais assim um envolvimento político com o regime militar, até porque sou civil, não sou militar.<sup>28</sup>

Na mesma entrevista, declara que “eram informes apenas”, minimizando a importância das informações. De igual modo, o diretor da ASI do final dos anos 1970, Tertuliano Cardoso, afirma em entrevista que os documentos produzidos

---

<sup>26</sup> Interpela o sobrenome da servidora emprestada, mas não houve informações suficientes que permitissem concluir a existência ou não de um grau de parentesco com o chefe da ASI/UFSC da época, Tertuliano Cardoso Filho.

<sup>27</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 98.

<sup>28</sup> *Ibidem, op. cit.*, p. 124.

pela ASI não tinham nada de político, eram “como empresas que buscam o nome dos clientes no SPC [Serviço de Proteção ao Crédito]”.<sup>29</sup>

Os documentos eram produzidos pela ASI a partir de informações obtidas diretamente ou de informantes. Ceccato declara que “a ASI não tinha quadro de funcionários, apenas o responsável indicado pela DSI/MEC”; entretanto uma rede de informantes e delatores, sobretudo entre estudantes, estava em constante relação com o diretor da ASI/UFSC. Segundo o ex-pró-reitor e ex-procurador da universidade,<sup>30</sup> Álvaro Reinaldo de Souza, as informações registradas em documentos da ASI “eram colhidas mediante oitiva do responsável por delações nos meios docente, discente (infiltrados profissionais) e de servidores”.<sup>31</sup> Comentava-se na época que eram remunerados, o que parece plausível, entretanto não foram encontrados declarações ou documentos que permitissem que a Comissão Memória e Verdade da UFSC comprovasse essa hipótese.

A respeito do destino desses “informes”, José Antônio Ceccato afirma, na entrevista citada, numa declaração ambígua e contraditória, que eles eram repassados ao reitor, mas depois alega que eram encaminhados ao DSI/MEC sem o conhecimento do reitor:

As informações em relação às atividades diversas no campus eram repassadas por mim e outros segmentos (departamentos, coordenadorias, pró-reitorias e assessores) ao Reitor. Todos os documentos escritos, denominados Informes, tratavam de respostas às solicitações oriundas da DSI/MEC e/ou órgãos vinculados ao Sistema, as quais eram encaminhadas diretamente sem o conhecimento do Reitor.

A uma pergunta sobre o sigilo acerca da atuação da ASI, Ceccato responde: “Ela tinha um caráter de sigilo até pela denominação, por como eram cobradas [...] não eram informes públicos, como é hoje”.

As informações mais relevantes e a sua síntese eram encaminhadas para o SNI. Parte do acervo do SNI foi preservada e se encontra hoje no Arquivo Nacional em Brasília, podendo ser consultada. A parte de arquivos que referencia a UFSC ou seus membros foi solicitada pela Comissão Memória e Verdade da UFSC e utilizada como fonte primária de informações para seu Relatório Final.

---

<sup>29</sup> Jornal experimental do curso de jornalismo da UFSC, *Zero*. Terceira reportagem de Mateus Bandeira Vargas, intitulada “Memória do regime militar na UFSC foi incinerada” – Entrevista de Tertuliano Cardoso, 2015.

<sup>30</sup> Álvaro Reinaldo de Souza foi Procurador Geral da UFSC de maio de 1980 a fevereiro de 1982 e pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária da UFSC em 1984-1985.

<sup>31</sup> Entrevista com Álvaro Reinaldo de Souza. VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 115-116.

Esse material está disponível para ampla consulta no Acervo Memória e Direitos Humanos da UFSC.<sup>32</sup>

Afirma-se no documento ACT/SNI, nº 0909/117, do SNI, de 11 de setembro de 1978, citado anteriormente, que “o fluxo e volume das solicitações recebidas” da ASI/UFSC entre o início de janeiro de 1978 e 29 de agosto de 1978 é de 53.<sup>33</sup> Durante esse período, existiu uma estreita relação da UFSC com o sistema de informações do regime. Ceccato explica, na entrevista citada, que

existiam, em Florianópolis, e a gente tinha bastante contato, os serviços de informações do Exército, da Marinha e Aeronáutica. Eu era mais procurado por um pessoal do Exército. Tinha na Secretaria de Segurança e Informações, hoje de Segurança Pública, um departamento, a Divisão de Segurança e Informações, que também havia uma procura eventual. Esse pessoal vinha muito para a universidade. E normalmente me procuravam, né, claro. Eles pediam, por exemplo, “você tem conhecimento de assembleias de estudantes?”. Sim, tenho, estava lá ontem. “E que que disseram?”. Disseram essas informações. A gente prestava informações normalmente, né.<sup>34</sup>

Ceccato reconheceu ainda que havia militares à paisana que vinham regularmente e com frequência para a UFSC recolher informações: “Existiam pessoas infiltradas dentro da universidade, que eu sequer conhecia, desses órgãos.”

A depoente Rosângela Koerich de Souza (Lelê), uma das estudantes presas em novembro de 1979 no histórico movimento conhecido como Novembrada, estranhou que informações relacionadas à sua pessoa fossem conhecidas da polícia que a prendeu, levando-a a desconfiar de que informações solicitadas pelos órgãos de repressão foram fornecidas pela própria administração universitária:

É que eles me prenderam lá na casa dos meus pais porque era o endereço aqui [na UFSC]. Pode me informar aonde e como foi encontrado? Aonde está? E a reitoria deu, era o endereço que eu tinha na reitoria, então eu não tinha atualizado, quando eu me inscrevi aqui, dei o endereço da casa dos meus pais, aí nesse meio tempo eu me mudei e eles não sabiam, achavam que eu morava ainda com meus pais. Eles não eram assim nem tão cuidadosos.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> A versão digital do acervo pode ser encontrada em <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/> ou em <https://cmv.ufsc.br>.

<sup>33</sup> Ficha SNI/ASI AC-ACE\_8751\_80 – Arquivo Nacional Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>34</sup> Entrevista de José Antônio Ceccato. VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 125.

<sup>35</sup> Depoimento de Rosângela Koerich de Souza na Audiência Pública sobre movimento estudantil, no dia 31 de agosto de 2016.

#### 4.1.5 A relação da ASI com os reitores da UFSC

O último chefe da ASI na UFSC, Ceccato, afirma na entrevista já citada:

Nem Ernani Bayer nem Rodolfo Pinto da Luz, ou qualquer outro dirigente da UFSC, controlavam qualquer informação que saía da ASI para os órgãos de segurança ligados ao Sistema. Os informes eram recebidos e repassados diretamente pela ASI, sem cópias de arquivo.

Em depoimento à Comissão Memória e Verdade da UFSC,<sup>36</sup> Ronaldo Dias de Andrade, presidente do DACEB em 1973-1974, apresenta sua visão a respeito da atuação da ASI e de sua relação com os reitores:

Só que, como a coisa era mais de espionagem, eles não atuavam diretamente no processo de repressão, eles deixavam para as funções burocráticas de reitor, vice-reitor, diretor de centro, para efetuar esse processo de repressão. Mesmo porque na época a ditadura não se declarava como... oficialmente reprimindo. Eles sequestravam.

Em função do período da ditadura, do interesse político e da personalidade de cada reitor, as relações da ASI com os reitores apresentaram aspectos diferentes. Em seu trabalho de conclusão do curso de Jornalismo, Mateus Bandeira Vargas descreveu detalhadamente essas relações. Essa obra, junto com suas referências, é uma fonte valiosa de consulta<sup>37</sup> sobre esse tema e sobre os temas relacionados com o funcionamento da ASI na UFSC. A seguir são indicados alguns dos seus pontos mais relevantes.

O reitor *pro tempore* Ernani Bayer em 1971 criou, segundo seus dizeres, a AESI da UFSC por imposição e escolheu como seu primeiro chefe um funcionário da UFSC que era chefe de gabinete da Reitoria, Fernando Antônio Medeiros Beck, porque era “alguém que não ia me criar problemas”.<sup>38</sup> O reitor seguinte, Roberto Mündell de Lacerda, usou a AESI como um “instrumento de política”<sup>39</sup> interna em suas disputas com o vice-reitor Hamilton Ramos Schaeffer.<sup>40</sup> Os informes sobre o vice-reitor, encaminhados ao SNI, vinham todos da AESI/UFSC e o apresentavam como causador de “instabilidade na administração central”. Usando uma

---

<sup>36</sup> Depoimento de Ronaldo Dias de Andrade para a CMV/UFSC.

<sup>37</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, 5ª parte.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>39</sup> Título emprestado do TCC do curso de Jornalismo de VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p.102.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 104-105.

comunicação de duas vias, no início de seu mandato, o reitor Lacerda solicitou ao SNI, através da AESI/UFSC, informações sobre Ernani Bayer, causando estranheza aos agentes desse órgão; essa solicitação foi posteriormente esclarecida pela AESI/UFSC pelo “fato de o Magnífico Reitor desejar saber a vida pregressa daqueles professores que constituem a cúpula da UFSC”.<sup>41</sup> O reitor Caspar Erich Stemmer, em entrevista ao *Jornal de Santa Catarina* de 23-24 de agosto de 1987, afirmou que foi “empurrando com a barriga até o final da gestão. [...] Quando terminei o mandato, o problema ainda existia”, e indagou: “Aonde está o arquivo-morto da ASI? Temos o direito de saber [...]”.<sup>42</sup> O biógrafo de Stemmer, professor Arno Blass, afirma que a ASI/UFSC chegou a interferir na formação da equipe do reitor Stemmer: “todas as nomeações passaram pelo SNI”.<sup>43</sup> Durante seu mandato já como reitor, Ernani Bayer, que achava que o trabalho da ASI “era uma papelada, bobajada”,<sup>44</sup> nomeou José Antônio Ceccato, funcionário cedido pela Secretaria de Segurança, “meio parente” dele. A partir de então iniciou-se um período muito produtivo de envio de informações, em razão do crescimento dos movimentos estudantis, docentes e sociais em geral no início dos anos 1980, conforme pode ser constatado numa avaliação do conjunto de documentos do SNI encaminhados pelo Arquivo Nacional.<sup>45</sup> Finalmente, Rodolfo Pinto da Luz, que assumiu em 1984 seu primeiro mandato, afirmou desconhecer o que fazia a ASI/UFSC e negou que tivesse “controle do que saía da assessoria” durante sua gestão, mesmo que dela saíssem, nesse período, sobretudo informações internas da UFSC, de seu dia a dia, de suas disputas. O então chefe da ASI/UFSC, José Antônio Ceccato, em entrevista a Mateus Bandeira Vargas,<sup>46</sup> confirmou a realização dessas atividades com a justificativa de assessorar o reitor nas atividades político-administrativas na universidade. É de se indagar a respeito do desconhecimento, da parte do reitor Rodolfo Pinto da Luz, acerca das atividades da Assessoria de Segurança e Informação na sua universidade, pois, embora esse órgão tivesse sido oficialmente extinto em âmbito nacional em 1985, continuou seu trabalho na UFSC até 1990,<sup>47</sup> dois anos após o fim desse mandato de Rodolfo.

---

<sup>41</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 106.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 114.



Havia, entretanto, uma relação, no mínimo, de temor por parte dos membros da administração em relação à ASI, que exercia um poder coercitivo pelo seu papel de informar o SNI a respeito de tudo o que acontecia na UFSC (do reitor ao estudante) e até pela sua presença na sala contígua ao gabinete do reitor. Em 1977, quando da tentativa de obter, para o professor Marcos Cardoso Filho, do Departamento de Engenharia Elétrica, que se encontrava preso após a Operação Barriga Verde, uma condição de regime semiaberto em prisão-albergue e a possibilidade de ministrar aulas, professores de seu departamento e do Centro Tecnológico se mobilizaram, por um abaixo-assinado, solicitando a intervenção do reitor Caspar Erich Stemmer junto às autoridades militares para obter esse abrandamento na sentença pronunciada contra ele. O abaixo-assinado recebeu um número grande de assinaturas e foi levado até o gabinete do reitor por uma comissão de três professores. A comissão foi recebida de forma cordial pelo reitor Stemmer, que conhecia e apreciava Marcos Cardoso Filho como professor, conforme ele confirmou durante a audiência. A seguir, no isolamento de seu gabinete, Stemmer começou a contar aos membros da comissão, de modo descontraído, que também tinha sido preso por uns dias no início dos anos 1970, a partir de denúncias de malversações de recursos, e entendia o caso, tanto que afirmou que ia entrar em contato com generais que conhecia no Comando do Exército em Curitiba para interceder junto a eles favoravelmente à solicitação feita. A conversa entre o reitor e a comissão prosseguia tranquilamente, quando, sem pedido de autorização nem de desculpas, a porta do gabinete do reitor foi aberta, entrando uma pessoa desconhecida pelos membros da comissão (mas que seria identificada posteriormente por eles como sendo Tertuliano Cardoso, chefe da ASI/UFSC naquele período), que se instalou encostado à janela do gabinete, a dois metros do reitor, olhando para fora, mas obviamente escutando o que era dito. A partir desse instante, Stemmer cortou a conversa, despedindo-se dos membros da comissão, dizendo num tom mais ríspido que podia se considerar o abaixo-assinado como recebido e que analisaria o que fazer.<sup>48</sup> Nada foi feito daquilo que estava solicitado no abaixo-assinado, e essa mudança repentina de atitude ilustra bem o tipo de relação entre a administração universitária e os órgãos de segurança e informação durante os anos 1970.

---

<sup>48</sup> Este “pequeno” acontecimento foi relatado para a CMV/UFSC pelo membro desta, responsável deste capítulo e que, em 1977, fez parte da comissão que levou o referido abaixo-assinado ao reitor Stemmer.

#### 4.1.6 O fim da ASI e de seus documentos

Os informes, relatórios, notas de informantes, enfim tudo o que ajudou os chefes da ASI a gerar os relatórios pormenorizados que iam para a DSI do MEC e o SNI, tudo desapareceu em meio a fumaça. Em duas oportunidades, todos esses registros foram incinerados. O antigo procurador, durante a gestão de Ernani Bayer, Álvaro Reinaldo de Souza,<sup>49</sup> afirmou, em entrevista dada para Mateus Bandeira Vargas, que

o material até 80 você não achou porque dei fim nele. Foi queimado num sábado, atrás da Reitoria. Meu temor era que as informações pudessem ser usadas contra os citados nos relatórios. Comuniquei ao Ernani Bayer, que aprovou a decisão. As informações e notas subjetivas versavam sobre a ideologia dos mencionados, inclusive eu, Ernani e Sílvio Coelho.<sup>50</sup>

O chefe da ASI da época, José Antônio Ceccato, quando perguntado sobre o que aconteceu com os documentos quando a ASI foi extinta por ato do ministro da Educação em 1986, respondeu: “Já não tinha mais documentos. O que tinha eram informes simples para o reitor, que a gente incinerou. Tinha alguma coisa anterior”. E completou: “Na realidade [...] eram meia dúzia de papéis. Colocou fogo e pronto, acabou, acabou e ponto. A gente não trazia nesses documentos dados de pessoas, nada, eram apenas informes.”<sup>51</sup>

Perguntado, na mesma entrevista, se continuou como interlocutor entre a UFSC e o SNI – que continuou existindo até 1990, José Antônio Ceccato afirmou: “Passei a exercer outras atividades e não tive mais qualquer contato com os órgãos de segurança, exceto com a segurança física e patrimonial da UFSC”. Entretanto, os relatórios detalhados de assembleias de docentes, estudantes e servidores, as notícias sobre eventos e reuniões continuaram a chegar ao SNI durante todo esse tempo, como mostra o grande número de arquivos contendo fichas e relatórios do período, fornecidos à Comissão Memória e Verdade da UFSC pelo Arquivo Nacional de Brasília, cujo resumo se encontra no Acervo Digital da Comissão.<sup>52</sup>

Os documentos e registros que serviram para construir os relatórios da ASI/UFSC foram pelo menos em duas oportunidades destruídos,<sup>53</sup> conforme

---

<sup>49</sup> Foi também presidente do DCE e procurador da UFSC.

<sup>50</sup> Entrevista com Álvaro Reinaldo de Souza. VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 115.

<sup>51</sup> Entrevista com José Antônio Ceccato. *Ibidem*, p. 126.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.cmv.ufsc.br>.

<sup>53</sup> Um terceiro incêndio, anterior aos citados, intrigou a CMV/UFSC, que averiguou a respeito sem sucesso. Este, bastante importante, ocorreu na reitoria, mais precisamente numa das pró-reitorias,

exposto anteriormente nas citações oriundas do TCC de Mateus Bandeira Vargas. Entretanto, no mínimo em duas oportunidades, foram reveladas por jornalistas algumas das atividades e das contribuições da ASI/UFSC ao Sistema de Segurança e Informações do estado e do país.

A jornalista Raquel Vieira Wandelli publicou, na edição dos dias 23 e 24 de agosto de 1987 do *Jornal de Santa Catarina*,<sup>54</sup> uma reportagem sob o título “SNI na espreita para dar o bote”, na qual cita alguns casos de perseguição e sobretudo levanta a não extinção das ASIs após o fim do regime militar em 1985. Os arquivos do SNI, fornecidos à comissão pelo Arquivo Nacional, registram que os últimos documentos fornecidos pela ASI/UFSC datam de 1992. Essa reportagem valeu para a jornalista Raquel uma nota enviada ao SNI pela ASI/TELESC, cujo diretor na época era Tertuliano Cardoso Filho, que tinha sido anteriormente diretor da ASI/UFSC. A reportagem foi classificada como “sensacionalista e inoportuna”, caracterizando “a intenção das esquerdas de denegrir o Sistema perante a opinião pública”,<sup>55</sup> e a jornalista, classificada nesse prontuário da ASI/TELESC como “ativista de esquerda”. Qual era o destino dessas informações? Fichas políticas à disposição de eventuais futuros empregadores? A jornalista Raquel Vieira Wandelli comenta em reportagem de Mateus Bandeira Vargas para o jornal experimental do curso de Jornalismo, *Zero*: “Questiono se os empregadores tinham acesso às fichas políticas. Eu tive problemas com demissões e para assumir cargos”.<sup>56</sup>

Do TCC de Mateus Bandeira Vargas resultaram duas contribuições importantes: a quinta parte da monografia, intitulada “ASI/UFSC revela as entranhas da universidade”,<sup>57</sup> e três entrevistas sobre o tema dadas ao jornal *Zero*,<sup>58</sup> a partir sobretudo dos depoimentos de Tertuliano Cardoso, José Ceccato, Álvaro Reinaldo de Souza e das denúncias de casos de perseguição e de informações encaminhadas ao SNI pela ASI.

---

na manhã do dia 9 de junho de 1975, durante o mandato do reitor Roberto Mündell de Lacerda, no auge da disputa com o vice-reitor Hamilton Schaeffer. Inclusive o Corpo de Bombeiros foi chamado para debelar as chamas.

<sup>54</sup> WANDELLI, Raquel Vieira. SNI na espreita para dar o bote. *Jornal de Santa Catarina*, p. 32, 23-24 ago. 1987.

<sup>55</sup> Ficha ACT\_ACE\_7253\_87 do SNI – Arquivo Nacional Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>56</sup> VARGAS, Mateus Bandeira. “Memória do regime militar na UFSC foi incinerada”. *Zero*, Florianópolis, 19 ago. 2015.

<sup>57</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., 5ª parte.

<sup>58</sup> O jornal *Zero* publicou três reportagens de Mateus Bandeira Vargas no número de 19 de agosto de 2015 e em números subsequentes, que apresentam entrevistas com os dirigentes da ASI e denúncias de informações encontradas em arquivos do SNI.

Finalmente, pode-se afirmar que parte da memória desse período na UFSC proveio do lixo da universidade. Uma pasta com documentos sigilosos dos anos 1960, com título “Assuntos Sigilosos – 1965-1966”, foi recuperada por um servidor técnico-administrativo,<sup>59</sup> na década de 1980/90, de um contêiner de coleta de lixo em frente à Reitoria da UFSC, e entregue, não se sabe se total ou parcialmente, à Comissão Memória e Verdade da UFSC em março de 2017. Essa pasta contém uma série de documentos e informações que permitem recompor o clima que predominava nos primeiros anos após o golpe militar de 1964, bem como a organização da repressão no interior da UFSC e sua relação com os órgãos militares.

#### **4.1.7 O que foi encontrado nos documentos encaminhados pelo Arquivo Nacional**

Os documentos encaminhados, a pedido da Comissão Memória e Verdade da UFSC, pelo Arquivo Nacional (Coordenação Regional do Distrito Federal) do Ministério da Justiça dizem respeito sobretudo à UFSC e a membros da comunidade acadêmica, cobrindo o período de 1965 a 1991. Esses documentos fazem parte dos seguintes fundos: Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI); Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE); Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ); Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e Fundo Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal (DI/DPF). O maior número de documentos recebidos foi produzido pelo SNI<sup>60</sup> a partir de investigações e informações recolhidas por diversos órgãos que eram ligados a ele, entre eles a ASI/UFSC.

Foram recebidos 1049 documentos, que correspondem a cópias de fichas e prontuários, contendo de 3 a 99 páginas cada. O número de informações sobre o período da ditadura civil-militar (cobrindo ainda fatos ocorridos na continuação desse período até 1991) é volumoso e detalhado: um grande número de pessoas e organizações são citadas, situações são descritas em detalhe, opiniões e julgamentos dos órgãos de repressão sobre fatos, pessoas, organizações são emitidos; tudo é fartamente registrado. Diante dessa quantidade de material e da sua organização disparatada, a Comissão Memória e Verdade da UFSC não conseguiu realizar uma análise detalhada da totalidade do material disponibilizado,

---

<sup>59</sup> O servidor técnico-administrativo responsável por esta descoberta não quis se identificar.

<sup>60</sup> Na carta de encaminhamento do Ministério da Justiça, em 9 de setembro de 2015, consta como Sistema Nacional de Informações e Contrainformações (SisNI).

por inexperiência de seus membros e bolsistas e por lacunas metodológicas que a levaram a compartimentar as buscas por nomes, fatos, partidos, organizações, deixando de lado muitas vezes a ligação entre eles. O desconhecimento preliminar de alguns fatos ou protagonistas certamente levou a comissão a minimizar a importância de alguns documentos lidos. Seria necessária uma releitura. Preconizou-se então adotar uma metodologia segundo a qual, após uma primeira varredura nos documentos que permitisse chegar a um entendimento do período, seria retomada a pesquisa nesses mesmos documentos para então aprofundá-la, e assim por diante, se necessário. Infelizmente a fase de rever os documentos à luz desse entendimento não ocorreu durante o trabalho da comissão por falta de tempo, de disponibilidade dos participantes e pela duração limitada (dois anos) de suas atividades.<sup>61</sup>

Entretanto, como resultado dos estudos realizados pela CMV/UFSC sobre o material recebido do Arquivo Nacional, deve-se ressaltar que uma grande quantidade de documentos foi fichada pelos bolsistas e será disponibilizada no Arquivo Digital da CMV/UFSC,<sup>62</sup> podendo ser utilizada como base de apoio para futuros pesquisadores. Quantidade significativa de informações sobre fatos, pessoas e organizações está também referenciada nos diversos capítulos deste livro.

Em resumo, o conteúdo desses documentos aborda os seguintes temas relacionados à UFSC e à sua comunidade acadêmica:

- » Relato de assembleias, reuniões e encontros de estudantes, professores e servidores, em particular nos anos 1980, durante as greves dos estudantes (DCE), dos docentes (APUFSC) e dos servidores (ASUFSC). Ressalta-se que a maior parte desses documentos contém detalhes sobre os assuntos e os pontos de pauta abordados e sobre as intervenções de alguns dos presentes, às vezes com citações precisas. Destaca-se novamente que esse trabalho de monitoramento dos movimentos discentes, docentes e de servidores continuou após o período da ditadura até o início dos anos 1990;
- » Relato de eventos, cursos, palestras, seminários, contendo a descrição detalhada do conteúdo tratado e informações sobre os organizadores e participantes. Entre outros encontram-se fichas sobre os seguintes acontecimentos: palestras na Faculdade de Direito em 1978 contrárias ao

---

<sup>61</sup> De fato, o material do Arquivo Nacional foi recebido em setembro de 2015, nove meses após a nomeação da CMV/UFSC.

<sup>62</sup> A lista dos documentos fornecidos pelo Arquivo Nacional com seus resumos está disponível em: <https://www.cmv.ufsc.br>.

- regime;<sup>63</sup> palestra de José Genoíno Neto durante a “Semana do Calouro” de 1979 e em maio de 1983;<sup>64</sup> palestra de Leonel Brizola em agosto de 1980;<sup>65</sup> palestra de Luís Carlos Prestes em março de 1983;<sup>66</sup> palestra de João Amazonas, secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em dezembro de 1983;<sup>67</sup> palestra de Eduardo Galeano em junho de 1987;<sup>68</sup> X Congresso Brasileiro de Comunicação Social em Florianópolis em 1981, com palestra de Derlei Catarina de Luca, (após o exílio)<sup>69</sup> e participação da atriz Ruth Escobar;<sup>70</sup> ciclo de palestras sobre Karl Marx em 1983;<sup>71</sup> ato de solidariedade ao Chile em 1983;<sup>72</sup> encontro de reitores das Universidades Brasileiras com palestra sobre reforma universitária de João David Ferreira Lima em 1981;<sup>73</sup> lançamento de livros: *Lenin: coração e mente*, do professor Adelmo Genro Filho e Tarso Genro, em 1985,<sup>74</sup> *A história secreta da Rede Globo*, do professor Daniel Hertz, em 1987,<sup>75</sup> e *A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis*, de Robert Henry Srou, em 1982,<sup>76</sup> todos com comentários e identificação de presentes.
- » Relato de manifestações, protestos e atos públicos nos anos 1980, e monitoramento da participação de estudantes e professores da UFSC. Entre estes, destacam-se: o evento contra a Lei de Segurança Nacional (“júri simulado dos estudantes e líderes sindicais enquadrados na LSN”) em 1981,<sup>77</sup> os protestos contra a visita do presidente general Figueiredo

---

<sup>63</sup> Ficha ACT-ACE N0021374-1982 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>64</sup> Ficha ACT-ACE N0040307-1983 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>65</sup> Ficha ACT-ACEA0113773-1980 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>66</sup> Ficha ACT-ACEA0341605-1983 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>67</sup> Ficha ACT-ACE N0045858-1983 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>68</sup> Ficha ACT-ACE N0071535-1987 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>69</sup> Ficha ACT-ACE A0204250-1981 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>70</sup> Ficha ACT-ACE E0098206-1981 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>71</sup> Ficha ACT-ACE A0347103-1983 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>72</sup> Ficha ACT-ACE N0043771-1983 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>73</sup> Fichas APA\_ACE\_2225\_81\_001 e APA\_ACE\_2225\_81\_002 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>74</sup> Ficha ACT-ACE N0060331-1985 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>75</sup> Ficha ACT-ACE A0630974-1987 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>76</sup> Ficha ACT-ACE A0279810-1982 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>77</sup> Ficha ACT-ACE N0011228-1981 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

- em 1983,<sup>78</sup> Dia Nacional da Vigília Cívica e Mobilização no dia 10 de maio de 1984 (votação da Emenda Dante de Oliveira – Diretas já!).<sup>79</sup>
- » Relato de congressos e monitoramento de participantes da comunidade acadêmica da UFSC em movimentos de estudantes, servidores e professores.
  - » Monitoramento do movimento docente e de servidores, entre outros relatos de assembleias de greve de professores nos anos 1980; avaliações de movimentos de greve de professores e servidores (por exemplo, em 1982); levantamentos sobre as associações de classe da área de Educação em 1982; relato do congresso de criação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) em Campinas em 1981,<sup>80</sup> com a participação de docentes da UFSC, em particular o professor Osvaldo de Oliveira Maciel, primeiro presidente da ANDES eleito nesse congresso; relatos de congressos nacionais da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (o segundo em Florianópolis, em 1983; o terceiro em Fortaleza, em 1984; e o quarto em Vitória, em 1985) e de seminários nacionais da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), como o de 1987; levantamento de informações sobre a infiltração de professores caracterizados como marxistas nos estabelecimentos de ensino em Santa Catarina em 1986.<sup>81</sup>
  - » Monitoramento do movimento estudantil, sobretudo de 1979 a 1984, com destaque para a rearticulação da UNE, com a identificação dos estudantes participantes da Comissão Pró-UNE e do Congresso da UNE em 1979; I Congresso dos Estudantes da UFSC em 1982; participação em diversos encontros nacionais de estudantes (Enfermagem, Direito); participações em outros congressos da UNE; chapas e diretorias da UNE, UCE e DCE; reuniões de correntes estudantis (PCdoB em 1983); identificação de estudantes pertencentes à tendência Libelu em 1981; levantamentos sobre o movimento estudantil em 1972, 1977; e Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968.

---

<sup>78</sup> Fichas ACT-ACE A0267119-1982 e ACT-ACE N0033224-1982 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>79</sup> Fichas CISA BR\_AN\_BSB\_VAZ\_060\_0081 e CISA BR\_AN\_BSB\_VAZ\_015A\_0069 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>80</sup> Ficha ACT-ACEG0026062-1981 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>81</sup> Ficha ACT-ACE N0065857-1986 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

- » Casos internos à UFSC, incluindo disputas internas e casos de suspeitas de corrupção: o reitor Ernani Bayer e seu passado “esquerdista”, o reitor Ferreira Lima e as denúncias de corrupção contra ele, as irregularidades na Caixa Econômica Estadual<sup>82</sup> da UFSC envolvendo professores, os desentendimentos do vice-reitor Hamilton Schaeffer com o reitor Roberto Mündell de Lacerda em 1974, a briga do pró-reitor Hamilton Savi com seus colegas, no início dos anos 1980 (reitorado Ernani Bayer).
- » Fichas de lideranças estudantis, servidores técnico-administrativos e docentes, e outros membros da comunidade universitária (incluindo dois reitores), contendo informações sobre o posicionamento político e as atividades monitoradas. Destaca-se um documento<sup>83</sup> de 156 páginas, encaminhado a pedido em 20 de março de 1969, pelo general Álvaro Veiga, chefe do Núcleo do SNI de Florianópolis (SNI/NAFL), para o general Waldemar Raul Turola, diretor do DSI do MEC. Esse documento contém “a relação nominal dos funcionários<sup>84</sup> da UFSC que mais se destacaram nas atividades subversivas e nas greves, fichados no SNI/NAFL” e suas respectivas fichas (2). Também consta a relação dos “estudantes”<sup>85</sup> (31) e suas fichas, destacando quais entre eles eram também “professores secundaristas” (5), e “professores”<sup>86</sup> (13). A carta de encaminhamento do

<sup>82</sup> Posteriormente transformado em Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

<sup>83</sup> Fichas ACT-ACE N0032955-1982 – (arquivos 1 e 2) do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>84</sup> Fichas SNI dos funcionários: Murilo Martins da Silva, Emanuel Campos.

<sup>85</sup> Prontuários SNI dos estudantes: Celso Pereira de Souza, Derlei Catarina de Luca, Edson Adrião Andrino de Oliveira, Etny Amaro Lorenzi Filho, Francisco Canola Teixeira, Gerônimo Wanderley Machado, Gilda Laus, Markian Getúlio Kalinoski, Munir Chamone, Paulo Joaquim Alves, Roberto João Motta, Rosemarie Cardoso, Sebastião Hülse, Valmir Martins, Vladimir Salomão de Amarante, Luís Gonzaga Travassos da Rosa (presidente da UNE), Jaime Sprícigo, Frederico de Souza Matos, Norberto dos Anjos Alves Ferreira, Ady Vieira Filho, Heitor Bittencourt Filho, Walter Espezim, Ademar Dias de Oliveira Filho, Roberto Maciel Cascaes, Rômulo Coutinho de Azevedo, Sérgio Luís de Castro Bonson, José Casdali Filho, Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, Gil Bráz de Lima, Edson Murilo Viana, Nelson Wedekin. No capítulo 6 deste livro, serão contadas em detalhe as histórias singulares de Derlei Catarina de Luca, Valmir Martins, Heitor Bittencourt Filho e Gil Bráz de Lima.

<sup>86</sup> Fichas SNI dos professores: Péricles Luiz Medeiros Prade, Osni de Medeiros Régis, Osmar Cunha (consta: “cassado pelo AI-5”), José do Patrocínio Gallotti (consta: “enquadrado na LSN”), Armen Mamigonian (consta: “caso mais importante a ser estudado”), Henrique Stodieck, Dalmo Bastos Silva, Waldemiro Cascaes, Marcio Luiz Guimarães Collaço, Ari Kardec de Melo (consta: “corrupto”), Osny Lisboa, Maria Alice Farias, Holdemar Oliveira de Menezes. No capítulo 6 deste livro, serão contadas em detalhe as histórias singulares de José do Patrocínio Gallotti, Armen Mamigonian e Henrique Stodieck.



general Álvaro Veiga contém, no seu item 3, a informação valiosa da origem de grande parte das informações contidas nesse documento do SNI/NAFL:

3 – Esclareço que há dois ótimos Inquéritos realizados em Florianópolis, logo após a Revolução, dos quais podem ser tirados inúmeros dados. - 3.1 – Inquérito instaurado na Reitoria da UFSC, para apurar subversão de Professores; encarregados Dr. Antônio Moniz de Aragão, Dr. Vitor Lima, Dr. Roberto Lacerda e Dr. Gustavo Zimmermann, todos professores da UFSC; enviado esse Inquérito ao MEC, não conhecemos seu destino atual. - 3.2 – I.P.M., instaurado no 14º B.C. pelo Major Felipe Gama d’Eça,<sup>87</sup> completo sobre estudantes subversivos da época (1963, 1964), consta que se encontra na Auditoria da 5ª R. Militar.

Esses inquéritos são também citados e analisados no capítulo 2 deste livro. Finalmente, essa carta informa ainda que um maior detalhamento dos prontuários solicitados poderia ser obtido na agência de Curitiba. A carta traz indicações de que o objetivo da obtenção dessas informações pelo MEC visava “as necessárias sanções pelo AI-5”.<sup>88</sup> Outro documento<sup>89</sup> do SNI da mesma época, encaminhado (com carimbos de “urgente” e “confidencial”) pelo diretor do DSI/MEC já citado para o chefe da Agência Regional do Rio de Janeiro do SNI (SNI/ARJ), em 17 de dezembro de 1968, contém cópias de duas cartas: a primeira, datada de 30 de outubro de 1968, do DOPS/SC para o general Paulo Vieira da Rosa, secretário dos Negócios de Segurança Pública de Santa Catarina, prestando informações sobre professores e estudantes, considerados “esquerdistas e relacionados nesta Delegacia”; a segunda data de 15 de outubro de 1968, do general secretário de Segurança Pública para o diretor do DSI/MEC sobre os membros dos Diretórios Acadêmicos com antecedentes no DOPS e sobre a chapa eleita no DCE em agosto de 1968. Nesses tempos de decretação do AI-5, os membros de oposição ao governo na comunidade docente e discente da UFSC estavam muito bem repertoriados e monitorados pelos diversos braços

---

<sup>87</sup> [Luiz] Felipe Gama d’Eça foi também professor do curso de Arquitetura da UFSC.

<sup>88</sup> A carta pede, entre outros encaminhamentos, o enquadramento do professor Armen Mamigonian no AI-5. Esse documento considerado “SECRETO” foi anos depois rebaixado para “CONFIDENCIAL”.

<sup>89</sup> Ficha AC-ACE A0230480-1969 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

da Segurança e Informação no país, prontos a intervir imediatamente em caso de tentativas de resistência ou críticas ao Ato Institucional. O monitoramento e o controle das atividades do movimento estudantil aumentaram no início dos anos 1970 com a criação das AESIs nas universidades, ligadas ao DSI/MEC, como mostram documentos sobre os estudantes e suas participações em eleições e atividades (por exemplo, jornais) na UFSC.<sup>90</sup> Encontram-se ainda fichas individuais detalhadas contendo as características e atividades das principais lideranças estudantis do fim dos anos 1960 e início dos anos 1970;<sup>91</sup> dos estudantes presos durante o episódio da Novembrada,<sup>92</sup> Adolfo Dias, Rosângela Koerich de Souza (Lelê), Marize Lippel, Amilton Alexandre (Mosquito), Lígia Giovanella, Geraldo Barbosa; do servidor Luiz Henrique Mendes de Campos, dos professores Armen Mamigonian, Henrique Stodieck, Péricles Medeiros Prade, Anamaria Beck, Fernando Nizo Bainha, José Correa Fletes, João Momm, Victor Otto Schaefer, Hamilton Ramos Schaefer, Marcos Cardoso Filho (com destaque para uma ficha especial sobre sua morte, seu velório e a missa de sétimo dia e seus participantes),<sup>93</sup> Vilson Rosalino da Silveira, Valmir Martins, Raul Guenther, Osvaldo Maciel, da diretoria da APUFSC de 1980, Adelmo Genro Filho (1984 e 1987) e dos reitores João David Ferreira Lima e Ernani Bayer.

- » Fichas sobre movimentos políticos, cívicos e sociais, o acompanhamento desses movimentos e a identificação dos membros da comunidade acadêmica da UFSC participantes: Ação Popular (AP) em 1972, destacando “a agitação no setor estudantil por elementos fichados”,<sup>94</sup> PCB em 1975; Juventude do MDB de Florianópolis em 1977; Movimento Feminino pela Anistia em 1978; Comissão Justiça e Paz de Santa Catarina em 1978 e em 1984; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (32º reunião anual) em 1980; Partido dos Trabalhadores de 1980 a 1984; PCB e PCdoB nos anos 1980; Conferência Nacional da Classe

---

<sup>90</sup> Ficha AC-ACE A0403763-1971 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>91</sup> Fichas individuais do SNI de Derlei Catarina de Luca, Markian Getúlio Kalinoski, Heitor Bittencourt Filho, Rosemarie Cardoso Bittencourt, Roberto Motta, Vladimir Amarante, Roberto Cascaes, Valmir Martins, João Soccas, Gerônimo Wanderley Machado, Edson Andrino e de todos os participantes do Congresso da UNE, presos em Ibiúna em 1968.

<sup>92</sup> Fichas individuais do SNI dos estudantes presos durante a Novembrada.

<sup>93</sup> Ficha ACT-ACE A0397428-1984 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>94</sup> Ficha ACT-ACE A0466920-1972 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

- Trabalhadora (CONCLAT), Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) e Conferência Estadual da Classe Trabalhadora (CECLAT) de 1981 a 1984; Congresso dos Servidores Públicos de Santa Catarina em 1987; Assembleia Nacional Constituinte em 1985; Campanha contra a LSN em 1983; Movimento Popular de Saúde (MOPS, originário do 1º, 2º e 3º Encontro Nacional de Experiências de Medicina Comunitária (ENEMEC)); movimento sindical nos anos 1980; greve geral de agosto de 1987; Organizações de Defesa de Direitos Humanos em 1989; Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983; Centro de Estudos Latino-Americanos em 1982; Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito em 1983.
- » Contratações de professores na UFSC, constando alguns episódios de contratações não efetivadas (Napoleão do Amarante e Pedro José de Castro, este último, formado na União Soviética, tem seu caso relatado na seção 4.3.4).
  - » Qualquer manifestação contrária ao regime militar: peça teatral *Quando as máquinas param*, patrocinada pelos diretórios acadêmicos da UFSC em 1973; peça teatral *Circo de Arena* em junho de 1979; Rádio Universitária Livre em 1989; viagem à Nicarágua dos professores Carlos Müller em 1984 e Aroldo Joaquim Camilo Filho em 1986.
  - » Operações policiais e prisões: Operação Barriga Verde (prisões, greve de fome de Marcos Cardoso Filho, condenações); Novembrada (prisões, protestos posteriores); atuação e enquadramento do professor nicaraguense José Francisco de Guadalupe Correa Fletes na Lei do Estrangeiro em 1980 e 1982; enquadramento do professor Adelmo Genro Filho na LSN.

## 4.2 OUTROS CONTROLES DE ATIVIDADES E MENTES DURANTE A DITADURA

### 4.2.1 Vigilância e repressão

#### “RATOS”, BEDÉIS E INFILTRADOS

Informantes, soldados à paisana, muitos deles ingressantes na UFSC sem vestibular, informavam e controlavam as atividades da comunidade universitária. Os nomes deles, ou a quem prestavam informações – ou seja, a reconstituição de toda a estrutura da rede de informação –, foi objeto de busca por parte da comissão. Registrou-se muito pouco a respeito disso, e muitos desses registros

acabaram destruídos pelos protagonistas principais, conforme comentado anteriormente neste texto. Entre os documentos encontrados destaca-se um ofício de 1º de outubro de 1975, encaminhado pelo diretor do Centro de Estudos Básicos informando do bom desempenho, no seu centro, de um soldado à paisana, do qual cita o nome (figura 4.3).

Vários depoimentos dados para a CMV/UFSC testemunham a existência desses informantes e o clima de medo que se criou na universidade, em particular no período logo após o AI-5. João Soccas, presidente do Diretório Acadêmico do Centro Tecnológico (DACTEC) nos anos 1970, no seu depoimento declara:

Ah, os “ratos”, sempre tinha. Inclusive quando esse jornalzinho foi lançado, que deveria ser em [19]71 ou [19]72, quando o jornalzinho<sup>95</sup> foi lançado e que eu fui preso, [...] um dos policiais era estudante aqui do Básico, eu encontrava ele aqui e encontrei ele lá. Daí era “rato”, e esse pessoal entrava na universidade sem vestibular e entrava direto pelo DAE, sem passar no vestibular. Esses “ratos”, eles eram colocados em salas em que algum professor fosse suspeito, eles eram deslocados e colocados nesses cursos.

Ronaldo Dias de Andrade, presidente do DACEB nesse mesmo período, descreve o clima de desconfiança e medo que imperava na universidade:

E o que é que ocorria dentro de sala de aula? Ao mesmo tempo que tinha o processo de repressão, tinha o processo do medo. Ao mesmo tempo que tinha espião, agentes da repressão, que a gente não conseguia identificar exatamente, o processo do medo criava fantasmas. A gente via policial em tudo quanto é lugar! É verdade, porque a gente sabia que tinha por informações posteriores, mas a gente não sabia quem eram nem se realmente estavam presentes. É, desconfiança... um clima de terror que se criou pós-AI-5.

Na UFSC, existiu ainda a figura oficial do bedel, cujo papel era de fiscalizar cada sala de aula. Durante a ditadura civil-militar, o bedel acabou em muitos casos sendo utilizado para coleta de informações e controle estudantil. Entretanto, generalizações devem ser evitadas.

---

<sup>95</sup> Trata-se do jornal *O Cebiano* do DACEB.

Figura 4.3 – Carta do diretor do Centro de Estudos Básicos (CEB) sobre soldado à paisana trabalhando na UFSC



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Finalmente, encontrava-se ainda a figura do infiltrado nos movimentos estudantis, de professores ou políticos em geral. Pela própria natureza sigilosa dessas atividades é muito difícil encontrar hoje vestígios da identidade desses indivíduos. Numa pesquisa efetuada nos arquivos do DOPS de Santa Catarina, localizados no Arquivo Público de São Paulo, encontrou-se evidência dessa

infiltração. Um prontuário revela, de forma precisa, uma conversa entre dois estudantes da delegação da UFSC para o congresso de reconstrução da UNE,<sup>96</sup> em 1979, Marize Lippel e Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que ocorreu no ônibus de ida ao congresso, com um detalhamento que revela até divergências de ponto de vista entre os dois. Outro caso relevante do qual se teve notícia a partir dos testemunhos dos militantes do PCB, presos durante a operação Barriga Verde, diz respeito a um professor do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, de origem nordestina, que teceu amizades fortes com vários militantes do PCB em Florianópolis nos anos anteriores às prisões, chegando a conviver com o líder clandestino do PCB em Santa Catarina,<sup>97</sup> e que desapareceu (pelo menos por um grande tempo) logo após as prisões da Operação Barriga Verde. No seu depoimento,<sup>98</sup> o Professor Vilson Rosalino da Silveira lembra:

[...] de uma figura, [...] que as pessoas comentavam, o Marcos [Cardoso Filho] comentava “cuidado, acho que fulano...”. Muito que no pé do ouvido, como quem comenta sem ter absoluta certeza. Porque é justo, você não pode dizer “fulano é espião”. Eu não lembro do nome. O tipo físico era de um senhor que usava um bigodinho, baixinho, tipo atarracadinho, [...] Se comentava muito no nosso meio e ele realmente transitava no nosso meio, depois [das prisões da Operação Barriga Verde] ele deu uma sumida.

Sílvio Coelho dos Santos, em entrevista, também comenta sobre esses espões:

Após 1964, havia uma vigilância sobre as atividades dos professores, alunos e funcionários das universidades federais. Frequentemente, a UFSC recebia a transferência de estudantes oriundos de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, outros eram misteriosamente transferidos para outras regiões do país. Os alunos logo percebiam que alguns deles eram espões, pois eles não tinham as características típicas de um estudante universitário e exibiam conduta bastante estranha.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> Esse congresso da UNE foi organizado clandestinamente.

<sup>97</sup> O “Romeno”, Teodoro Ghercov, era o dirigente clandestino do PCB em Santa Catarina.

<sup>98</sup> Depoimento de Vilson Rosalino à CMV/UFSC, em novembro de 2016.

<sup>99</sup> GUERRA, Rogério Ferreira. Um nome a ser lembrado: Sílvio Coelho dos Santos. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, n. 39, p. 9-35, abr. 2006.

## A ADMINISTRAÇÃO DA UFSC E A PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

No início do período da ditadura, a atitude da administração universitária, favorável e conivente com o novo regime, se manifestou imediatamente. Nos primeiros dias, o Conselho Universitário, por encaminhamento do reitor João David Ferreira Lima, cassou o presidente da FEUSC, entidade central dos estudantes da USC em 1964, e abriu várias sindicâncias por meio das Comissões de Inquérito sobre professores e estudantes suspeitos de subversão, de comunismo. No que diz respeito à repressão aos estudantes da FEUSC e às Comissões de Inquérito de 1964, o capítulo 2 desse livro apresenta um estudo detalhado, baseado nas fontes da época (boletins informativos, atas do Conselho Universitário) e em depoimentos de protagonistas da época.

Essa interferência direta da administração – em particular do reitor João David Ferreira Lima, com apoio do Conselho Universitário, sobre o qual tinha controle, e da maioria dos diretores de centro<sup>100</sup> – foi uma marca do período inicial da ditadura na UFSC. Interferências da administração central ou dos centros de ensino nos discursos de formatura eram comuns, como relata, no seu depoimento, Gerônimo Wanderley Machado, orador da turma de Economia<sup>101</sup> em dezembro de 1970:

no dia da formatura, o diretor do Centro Socioeconômico [e] o chefe do departamento, o [Paulo] Blasi e o Zimmerman, foram lá no meu serviço, no BESC, [...] pediram que eu fosse liberado do BESC. Aí pegaram meu discurso e foram riscando, tudo risco preto, “olha, não pode dizer isso aqui” [...] Foram riscando, eu tenho o original do discurso guardado com a censura deles. [...] substituíram por coisas que eles escreveram, que eu deveria dizer e foram lá num cartório, [...] Levaram lá no xerox [...] fizeram a fotocópia, para eles ficarem com a fotocópia, entregaram o meu original censurado, que era o discurso que eu devia fazer. [...] de fato no auditório do teatro estava cheio de policiais federais, de gente lá cuidando, provavelmente conferindo o que eu ia ler, o que eu ia dizer. É claro que havia uma tensão danada. Eu ali na frente. [...] Aí com medo daquilo e tal,

---

<sup>100</sup> Os diretores de centro substituíram os diretores de faculdade após a Reforma Universitária (sobre a Reforma Universitária, ver capítulo 3).

<sup>101</sup> O nome de turma escolhido foi o do professor José do Patrocínio Gallotti (Ficha ACT-ACE A0353802-1971 N0065857-1986 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC).

li, trunqueei o discurso todo, família lá na frente, e cortei, trunqueei, li, dava salto. Onde eles riscaram eu não li. [...] “Esse é o meu discurso”<sup>102</sup>

José Manoel Soar, o Jaraguá, no seu depoimento, conta também o ocorrido com ele em seu discurso de 1969 na formatura do curso de Direito:

eu consegui ser o orador oficial, só que quando eu fiz o discurso, eles mandaram pedir meu discurso... mandaram pegar meu discurso... disseram, não, esse discurso não dá... então você não vai ser o orador. [...] o professor [Norberto] Ungaretti [era o] paraninfo, conversei com ele, ele disse, nós vamos fazer uma coisa mais leve, Jaraguá, e acabei ajeitando o meu discurso que não representava na verdade os sentimentos do momento dos alunos, [...] um discurso forjado, um discurso arrumado, mas foi um discurso.

A partir de 1969, após o AI-5, a interferência e o controle, em particular dos estudantes cuja resistência ao regime militar estava mais organizada, se fizeram mais fortes, e tornava-se necessário para o regime e para a administração da universidade controlar o Diretório Central dos Estudantes e também os outros diretórios acadêmicos (o que nunca conseguiram em totalidade). A eleição no DCE de 1969 é a primeira manifestação do aumento da intensidade desse controle. Em seus depoimentos, dois protagonistas do período relatam a história; Tanira Piacentini conta:

a eleição do DCE não era eleição direta, era eleição indireta, votavam os presidentes dos diretórios acadêmicos e mais quatro pessoas que eles indicavam. Nós tínhamos, como candidatos, o Gerônimo, e na outra chapa o Rodolfo Pinto da Luz, a gente ia apoiar o Gerônimo.

Por sua vez, Gerônimo Wanderley Machado conta:

Em [19]69 eu organizei uma chapa, que era para a sucessão do DCE da UFSC.<sup>103</sup> [...] eu presidente, o Marcos Cardoso [Filho] estava na minha chapa, o [Sérgio] Bonson [...] e o Celso Weigert e mais alguns colegas. [...]

---

<sup>102</sup> A descrição detalhada desse acontecimento e o discurso censurado podem também ser encontrados na Ficha ACT-ACE A0353802-1971 N0065857-1986 do Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>103</sup> Esta eleição era para suceder a diretoria presidida por Roberto Motta e que tinha, como membros, estudantes com militância ligada ao PCB e à Ação Popular (AP). Desta diretoria fazia parte, entre outros, Derlei Catarina de Luca.



Eram cinco votos por Centro Acadêmico, [...] na época 55 votos. [...] tínhamos a certeza de que nós íamos ter 35 votos dos centros acadêmicos que eram alinhados ao nosso grupo. [...] e 20 seriam possivelmente votos da outra chapa. [...] No dia da eleição, o vice-reitor [da época], [...] Roberto Mündell de Lacerda, comparece lá [...] no auditório de Economia, lendo [...] uma nota oficial da universidade declarando, “estão cassados, impedidos de serem candidatos, Gerônimo Wanderley Machado, Marcos Cardoso Filho, Sérgio Bonson e Celso Weigert”. Eu tenho cópia disso; é um documento oficial da universidade e está publicado nos anais, nos livros da universidade de [19]69. [...] Portanto a chapa fica inviabilizada, porque não tinha número suficiente. [...] Aí elegeram assim o Rodolfo presidente.

Gerônimo acrescenta:

Era o [Decreto] 477 e a Lei 228, que atingiam estudantes, professores e funcionários da universidade. A alegação deles, [...] escrita na resolução da UFSC que cassa a nossa chapa em [19]69, se fundamenta [...] no 228 ou no 477, ou nos dois. Eles usaram esses decretos para nos atingir e justificar nossa cassação, por ordem superior. Porque nós contrariávamos o negócio deles.

Outro controle das atividades políticas, principalmente dos estudantes, organizou-se na UFSC a partir de 1969 por parte da Sub-Reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante,<sup>104</sup> para ter o controle sobre verbas estudantis, eventos culturais, restaurante universitário, projeto Rondon e algumas regulamentações sobre representação discente nos órgãos colegiados e regime disciplinar do corpo discente, conforme encontrado nos documentos dos Fundos Abertos do Arquivo Central da UFSC, já referenciados. O professor Volney da Silva Millis foi durante muitos anos uma figura central e quase permanente nessa relação da administração central da UFSC com os estudantes e seus representantes.

Elineide Lícia Martins, estudante presa em novembro de 1975 na Operação Barriga Verde, em depoimento na audiência pública de 31 de agosto de 2016, apresenta Volney da Silva Millis como sendo “a nossa consciência da ditadura, que a ditadura existia, porque ele estava sempre atrás da gente, era da reitoria”. Ela

---

<sup>104</sup> Ver no Arquivo Central da UFSC – Fundo Aberto – Grupo: SRAOE – Sub-Reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante (Abrangência: 1969-1977). Essa sub-reitoria se transformou em Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, com seus documentos conservados no Arquivo Central – Fundo Aberto – Grupo: PRAEE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (Abrangência: 1979-1983).

descreve o estilo de sua atuação, ora vigiando as atividades estudantis – “O mural ficava perfeito, mas logo em seguida aparecia a figura do Volney da Silva Millis, cerceando nosso direito à informação, à comunicação. E ele lia o jornal inteiro, que era imenso, era uma parede muito grande, com recortes do jornal e as charges do Cirineu”<sup>105</sup>–, ora tentando controlá-las:

Por conta daquilo, o presidente do nosso diretório, que era o Edson Poses da Silva, foi chamado na reitoria, e dado o ultimato a ele que ele deveria renunciar ao cargo sob pena de ser expulso da universidade, então eu me tornei presidente, sem entender bem o que estava acontecendo; o primeiro ato depois da formalidade de troca de cargo foi um convite feito pela reitoria, pelo nosso “amigo do peito” Volney da Silva Millis, e fiquei aqui durante praticamente 12 horas, no gabinete, com direito a café, refrigerante, almoço e janta, numa operação de “lavação de cérebro”, em que foi colocado tudo o que eu deveria fazer, como eu deveria me portar, quando que tinha que fazer reunião, como que tinha que fazer reunião, quais as pessoas que eu deveria evitar. [...] Agora, a minha passagem pelo diretório, de não ter atendido as indicações deles de não me meter com muita política, de não andar direitinho, me rendeu a Operação Barriga Verde.

Ronaldo Dias de Andrade também relatou o controle da administração sobre os diretórios acadêmicos:

É o jornal do Diretório Acadêmico (e eu não tenho cópia desse jornal), o *Cebiano*, não sei se existe ainda essa charge [...] E nós fomos chamados e foi exigido que a gente se retratasse. E aí reuni a diretoria do Centro Acadêmico, coloquei a situação e disse: eu não me retrato! Mas foi uma decisão unânime, a gente se negou [...] Eles tentaram várias vezes, o Volney Millis, principalmente, era muito repressivo, autoritário! O Edu Rosa<sup>106</sup> era “pau-mandado”, mas o Volney Millis era muito autoritário, é ele que exigia, ameaçou várias vezes.

A representação do processo repressivo no interior da UFSC centrou-se, de 1969 até o início dos anos 1980, na figura de Volney da Silva Millis, que foi de Diretor do Departamento de Assistência e Orientação ao Estudante<sup>107</sup> até Pró-

---

<sup>105</sup> Cirineu Cardoso, estudante de Economia, preso na Operação Barriga Verde.

<sup>106</sup> Diretor do Centro de Estudos Básicos nos anos 1970.

<sup>107</sup> Na Sub-Reitoria de Assistência e Orientação Estudantil quando o sub-reitor era Ernani Bayer, durante o mandato do reitor João David Ferreira Lima.

Reitor de Assistência e Orientação ao Estudante,<sup>108</sup> exercendo o papel de organizar a monitoração e o controle dos acadêmicos nas suas movimentações políticas.<sup>109</sup>

Figura 4.4 – Assembleia Geral de Estudantes nos anos 1980, na qual aparece o pró-reitor Volney da Silva Millis (segundo à direita, de costas) no palco, próximo do estudante que está falando, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, o Cao, líder estudantil na época



Fonte: Acervo do jornalista Celso Martins.

#### 4.2.2 As relações entre a UFSC e os órgãos de Segurança e Informação

Tanto os documentos encontrados na pasta “Assuntos Sigilosos”<sup>110</sup> recuperada no lixo quanto os do SNI fornecidos pelo Arquivo Nacional são suficientes para mostrar a intensidade da relação estabelecida entre os órgãos de segurança e informação e os militares e a administração central da UFSC durante todo o período da ditadura. Essa relação se deu por meio de comunicados diretos de generais responsáveis pela segurança e informação ou pela Divisão de

<sup>108</sup> No mandato do reitor Caspar Erich Stemmer.

<sup>109</sup> Passado o período da ditadura, no final dos anos 1980, ele foi nomeado e atuou como procurador da UFSC.

<sup>110</sup> Acervo da CMV/UFSC.

Segurança e Informação do MEC, num primeiro tempo, e, a partir de 1972, por meio da AESI. Alguns casos representativos do que foi analisado pela Comissão Memória e Verdade da UFSC são apresentados a seguir.

Em 22 de novembro de 1967, o general Álvaro Veiga Lima, chefe do SNI/NAFL, enviou ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, João David Ferreira Lima, ofício informando que a professora Sarah Rottemberg, admitida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC, era uma “fervorosa adepta de Luís Carlos Prestes”. De acordo com o ofício, ela havia dado entrevista ao jornal *Hoje*, de São Paulo, “criticando processos movidos contra aquele líder político”, e seu nome constava em uma lista, datada de 1964, de pessoas simpatizantes da esquerda.<sup>111</sup> O processo de admissão cessou a partir de um radiograma enviado à Reitoria por Nelson Marcondes do Amaral, secretário do governador de São Paulo, dando conta de que ato publicado no início daquele mês de novembro cessava os efeitos do ato de 11 de julho de 1967, que declarava à disposição a professora Sarah Rottemberg.<sup>112</sup>

Em ofícios<sup>113</sup> mensais, no segundo semestre de 1969, o diretor da Divisão de Assistência aos Estudantes, bacharel Volney da Silva Millis, encaminhou ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, professor Francisco de Salles Bianchini,<sup>114</sup> as relações dos “alunos incursos nas sanções do Decreto-Lei nº 477/69” enviadas pelo diretor da DSI/MEC. Nas nominatas (correspondentes a levantamentos mensais) anexadas aos ofícios, estão relacionados alunos de escolas estaduais, faculdades e universidades federais da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, em áreas como Medicina, Jornalismo, Comunicações, Economia, Administração, Direito, Agronomia, Filosofia, Ciências Sociais, Odontologia, Arquitetura, Letras e Engenharia. Documento similar,<sup>115</sup> trazendo o carimbo “Confidencial”, havia sido enviado em 17 de julho de 1969 pelo secretário-geral da Reitoria, Antonio Nicolló Grillo, ao então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Edmundo Acácio Moreira. Provavelmente ofícios como esses

---

<sup>111</sup> A professora Sarah Rottemberg, junto com outros professores, foi demitida de seu cargo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, em maio de 1964, por causa de suas opiniões políticas.

<sup>112</sup> Acervo da CMV/UFSC.

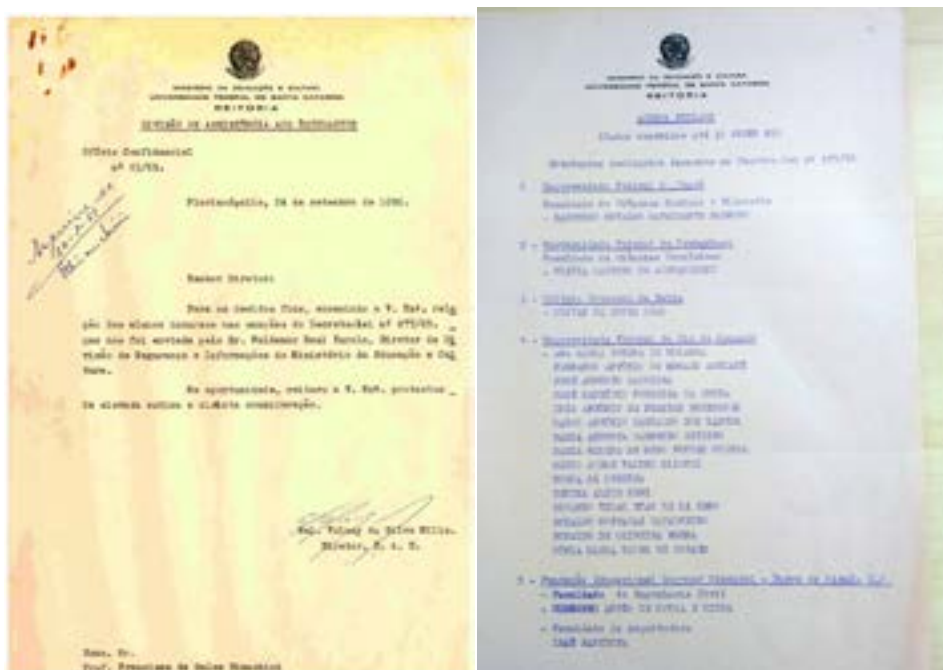
<sup>113</sup> Constam como Ofício Confidencial nº 02/69 (de 19 de agosto de 1969), nº 03/69 (de 24 de setembro de 1969), nº 04/69 (de 23 de outubro de 1969) e nº 05/69 (de 26 de dezembro de 1969), assinados por Volney da Silva Millis, diretor da Divisão de Assistência aos Estudantes.

<sup>114</sup> Conhecido como Padre Bianchini.

<sup>115</sup> UFSC. Reitoria. Ofício nº 017/69, 17 jul. 1969.

foram encaminhados aos outros diretores de faculdades. A caça aos estudantes “subversivos” pós-AI-5 tinha começado. Cabe ressaltar, ironia linguística, que o órgão da universidade que servia de correia de transmissão desses atos repressivos tinha por nome “Divisão de Assistência aos Estudantes”. É de se indagar qual tipo de assistência ao estudante era dada nesses casos. Aparece ainda na denominação desse órgão e do órgão DSI/MEC a palavra “Divisão”, geralmente utilizada no vocabulário da organização militar.

Figura 4.5 – Ofício enviado mensalmente aos diretores pelo diretor do DAE, Volney da Silva Millis a partir de 1969 com lista dos estudantes punidos pelo Decreto nº 477



Fontes: Pasta “Documentos Sigilosos”, recuperada nos anos 1980 em contêiner de lixo.

Um ofício de 5 de novembro do mesmo ano, assinado pelo chefe do SNI/NAFL em Santa Catarina, general Álvaro Veiga Lima, solicita ao diretor Francisco de Salles Bianchini a remessa de uma relação nominal especificando “as séries que cursam alunos [...] suspensos pela direção da Faculdade por não terem tomado parte na eleição do diretório [acadêmico, em 21 de agosto de 1969], informando também qual a punição aplicada”. O general determinava ainda sigilo acerca do documento enviado. Em 13 de novembro, o diretor da faculdade, padre Bianchini,

remeteu ao general a lista dos alunos que não apresentaram justificativa para faltar às eleições do diretório. Ele informa que os referidos estudantes<sup>116</sup> – pertencentes aos cursos de Filosofia, História, Letras, Pedagogia, Geografia e Matemática – haviam sido suspensos pela direção da faculdade com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 228 de 28 de fevereiro de 1967. Relação similar tinha sido enviada ao general Álvaro Veiga Lima pelo diretor anterior da faculdade, Edmundo Acácio Moreira, em 5 de novembro de 1968, junto com o resultado das eleições daquele ano e comentário sobre a chapa vencedora “considerada de corrente moderada”. Além de constatar a existência e recorrência desse tipo de comunicação da UFSC com o SNI por parte não somente da administração central, mas também de alguns diretores de faculdade, destaca-se a presteza no fornecimento de informações e a antecipação nas punições realizadas por alguns administradores da universidade.

A partir de 1972, a organização desse tipo de coleta de informações passou a ser assumida diretamente pelas AESIs, em ligação direta e permanente com a DSI, seu órgão superior no MEC. Pode-se afirmar que, dessa forma, começou a se profissionalizar a coleta de informações e a chamada “segurança” nas universidades, o que não impediu que órgãos internos, como a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, mantivessem esse papel. Diversas entrevistas de reitores ou de chefes da AESI na UFSC tentaram minimizar a influência das AESIs, a amplitude de seu trabalho, a sua organização e ramificações na obtenção de informações e a sua relação com os demais setores da administração universitária. Porém, as pesquisas documentais e os testemunhos obtidos em diversas fontes pela Comissão Memória e Verdade da UFSC mostram a precisão, o detalhamento e a quantidade de informações colhidas e enviadas ao SNI, tanto antes da existência da AESI na UFSC como depois, numa demonstração de continuidade da comunicação de mão dupla existente entre a UFSC e os órgãos de repressão. Em consequência, é seguro considerar que houve um envolvimento, em diversos graus, de um número substancial de estudantes, professores, servidores e membros da administração no esquema de coleta de informações e de segurança na UFSC, durante todo o período da ditadura militar, alguns por convicção, outros por medo, outros por necessidade ou obrigação.

---

<sup>116</sup> Na nominata, encontram-se alguns nomes que se tornaram, mais tarde, respeitados profissionais nas áreas jurídica, artística e do serviço público.

### 4.2.3 Controlando as mentes: censura e EPB

#### CENSURA

Casos de censura ocorreram nesse período. Merece ser destacado o do livro do professor Sílvio Coelho dos Santos, intitulado *A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*, que foi apreendido pela Polícia Federal em dezembro de 1969, quando se encontrava em fase final de edição na Imprensa Universitária da UFSC. Em entrevista, o professor Sílvio Coelho dos Santos comentou: “Parece que houve uma denúncia, embora eu não saiba a origem e nem de onde ela partiu. O livro continha críticas ao modo de funcionamento dos postos indígenas, que eram uma unidade administrativa dentro da administração federal”.<sup>117</sup>

Na avaliação do professor Sílvio Coelho dos Santos, a denúncia pode ter sido “feita por alguém que tinha algum conhecimento do teor do livro” e que teria “interesse de publicar seus [próprios] livros”, gerando “rivalidade e competição desleal”.<sup>118</sup> Quanto à liberação do livro, que ocorreu em 19 de fevereiro de 1970, o professor Sílvio emite a seguinte opinião na mesma entrevista:

Por outro lado, eu tenho a convicção de que o telefonema do Professor Ferreira Lima (ao Ary de Oliveira, tenente-coronel reformado do Exército, diretor da Polícia Federal na época) e o relacionamento de meus familiares (com o mesmo, oriundo de uma família de Florianópolis) permitiram que o livro fosse liberado”. [...] Caso eu fosse professor de uma grande instituição, como a USP, UnB ou UFRJ, eu não teria sucesso na minha carreira acadêmica, pois a apreensão do livro resultaria certamente numa cassação ou algo mais grave.<sup>119</sup>

Durante o período da ditadura, mais particularmente durante os anos 1970, ocorreram outros casos de censura em revistas acadêmicas, jornais de estudantes, murais, eventos, manifestações culturais, ou vindos dos órgãos de repressão ou preventivamente pela própria administração da UFSC, como é mostrado em outras partes deste capítulo.

Destaca-se o caso do 1º Concurso Literário UFSC/1980, cujos poemas foram posteriormente publicados na *Revista Discente da Universidade*. Um deles<sup>120</sup>

---

<sup>117</sup> GUERRA, Um nome a ser lembrado: Sílvio Coelho dos Santos. *Revista de Ciências Humanas*, op. cit.

<sup>118</sup> *Ibidem*.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> Poema “Preconceito”, de autoria de Roberta Costa, classificado em segundo lugar no concurso

foi considerado “atentatório à moral e aos bons costumes” e mereceu o envio ao reitor, professor Ernani Bayer, de uma carta do arcebispo metropolitano de Florianópolis, Dom Afonso Niehues, datada de 22 de abril de 1981, que demonstrava estranheza pelo “tipo de linguagem” utilizado e indagava acerca do assunto. Essa carta do arcebispo tinha sido motivada por uma “carta sem assinaturas, enviada por um Grupo de Professores Católicos da UFSC” (GPCU), que insinuava atitudes laxistas da administração e exigia desta o estabelecimento da censura nas publicações da universidade. O reitor Ernani Bayer, numa carta de resposta ao arcebispo, esclarece o caso e reafirma que não haveria nenhum tipo de censura. Esse caso vai de encontro ao comportamento mais aberto da administração central (que o momento político exigia), mas que deixava inconformados os setores mais radicais da universidade. O episódio foi contado pelo jornal (“nanico”, segundo os termos da época) *Afinal* na edição de 12 de maio de 1981, num artigo intitulado “Direita ameaça abertura de Ernani Bayer” e se encontra relatado em ficha do SNI<sup>121</sup> sobre o referido jornal.

A censura podia ocorrer também a partir do monitoramento nas participações, nos escritos e pronunciamentos que membros da universidade, e especialmente de sua administração, podiam ter na sociedade em geral e em seus movimentos. A questão indígena, por exemplo, no período da ditadura, era um assunto sensível a ser monitorado. Constata-se isso no pedido de informações feito pelo SNI para a ASI da UFSC em 1980 e 1981 sobre a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) e a respeito do Seminário Indigenista ocorrido em Florianópolis de 9 a 11 de outubro de 1980. Na resposta, a ASI/UFSC afirma que “não foi possível levantar os dados solicitados” sobre o seminário, mas destaca a participação do procurador-geral da UFSC, Álvaro Reinaldo de Souza, e do pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, Sílvio Coelho dos Santos. O documento da ASI<sup>122</sup> ressalta que o primeiro “vem desenvolvendo um trabalho para defesa de tese, sobre o índio” e que o segundo “encontra-se envolvido com os problemas do índio, fato claramente visível, nas diversas reportagens que tem feito à imprensa”.

---

cuja comissão julgadora foi composta por três professores de Literatura: Maria Helena Regis, Lauro Junkes e Alcides Buss.

<sup>121</sup> Ficha do SNI ACT\_ ACE\_1057\_81 de maio de 1981 – Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>122</sup> Ficha do SNI – ACT\_ ACE\_1772\_81 de outubro de 1981 – Arquivo Nacional SNI. Acervo da CMV/UFSC.



## ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB)

“Em setembro de 1969, a Junta Militar baixou o Decreto nº 869, que ‘dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica (EMC) como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidade’”.<sup>123</sup> O decreto citado retrata clara e detalhadamente os objetivos visados, que podem ser resumidos, segundo Motta, em disseminar “valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e religiosidade cristãs (incluindo a família)”.<sup>124</sup> Tais valores correspondiam plenamente àqueles defendidos pelos militares e seus grupos de apoio.

Ronaldo Dias de Andrade, estudante no Centro de Estudos Básicos durante os anos 1970 e presidente do DACEB em 1973-74, comenta sua experiência como aluno de EPB e EMC:

Nós tínhamos uma disciplina chamada Estudos de Problemas Brasileiros. Eu tive aula com o professor Jaldyr Faustino da Silva, diplomado pela ESG [Escola Superior de Guerra], e ele era militar.<sup>125</sup> [...] E tinha um outro professor, que é hoje da RBS,<sup>126</sup> o Moacir Pereira. Os dois foram meus professores. Mesmo porque nesse curso que eu fazia, a gente se formava na terceira fase, a gente podia dar aula de Estudos de Problemas Brasileiros e Moral e Cívica no primeiro e segundo graus. A gente tinha um diploma em 1 ano e meio de curso,<sup>127</sup> licenciatura curta que se chamava. E a disciplina que a gente podia ministrar lá era [Educação] Moral e Cívica e EPB. E quem dava aula era o Moacir Pereira, eu tive aula com os dois. Não precisa nem dizer como eram essas aulas: era uma apologia ao regime militar o tempo todo! O Jaldyr Faustino ainda se justificava, que era militar. O Moacir Pereira, que hoje posa de democrata na TV e no jornal, era um terror!”<sup>128</sup>

---

<sup>123</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar, op. cit.*, p. 184.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>125</sup> Jaldyr B. Faustino da Silva era general e professor da UFSC.

<sup>126</sup> RBS – Rede Brasil Sul, empresa de comunicação do Sul do Brasil, atual Nossa Santa Catarina (NSC). Na época da entrevista, Moacir Pereira era um dos principais articulistas do jornal *Diário Catarinense*, de propriedade da RBS.

<sup>127</sup> De fato, licenciaturas curtas (2 anos – 1200 horas) para o ensino primário e licenciatura plena para o secundário.

<sup>128</sup> Depoimento de Ronaldo Dias de Andrade à CMV/UFSC em 21 de maio de 2015.

Vilson Rosalino da Silveira, em seu depoimento,<sup>129</sup> reforça o clima reinante nessas disciplinas:

Nós tínhamos, me lembro até hoje, no curso de Engenharia, uma disciplina que, tinha um nome..., enfim, era um pouco Moral e Cívica, mas tinha um nome um pouco mais civilizado porque era universidade [Estudos de Problemas Brasileiros]. E nessa disciplina eu, Marcos<sup>130</sup> e outros colegas, questionávamos o professor que era na verdade o Moacir Pereira, que ministrava essa disciplina. Questionávamos coisas mínimas, como a liberdade de imprensa, por que que tem o AI-5. E a gente era meio que mandado calar a boca em um tom bastante impositivo. Quer dizer, não havia nem espaço para discussão. Isso numa universidade dá uma ideia do clima que era.

No início da implantação dos cursos de EPB, os professores dessas disciplinas eram escolhidos. Ronaldo Dias de Andrade explica:

As pessoas eram convidadas pelo conhecimento que tinham e entravam. Não existia concurso na época. Mas logicamente para essas funções eram indicados, né? Porque era uma função estratégica para o governo militar. Formar professores dentro dessas disciplinas, principalmente... era estratégico.<sup>131</sup>

Para poder lecionar essas disciplinas na universidade, esses professores recebiam geralmente uma formação que podia ser de algumas semanas ou de até um ano na ESG, sobretudo no início da implantação.

O Decreto nº 869 criou também a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), composta de nove membros de “ilibado caráter e valor cultural” para assessorar o MEC na aprovação dos currículos e do material a ser utilizado. A atuação dessa comissão, presidida por militares reformados, gerou grandes divergências com o MEC – que, por meio do Conselho Federal de Educação, queria definir conteúdos e programas –, e com o próprio Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, também coronel reformado, pelo sectarismo das propostas do CNMC.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> Depoimento de Vilson Rosalino da Silveira à CMV/UFSC em 24 de novembro de 2016.

<sup>130</sup> Marcos Cardoso Filho, futuro professor da UFSC e preso durante a Operação Barriga Verde.

<sup>131</sup> Depoimento de Ronaldo Dias de Andrade à CMV/UFSC em 21 de maio de 2015.

<sup>132</sup> O livro *As universidades e o regime militar* cita uma das divergências do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, com a Comissão Nacional de Moral e Civismo, que considerava Machado de Assis nocivo por ser agnóstico. MOTTA, *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 192.

Figura 4.6 – Livros sobre Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Moral e Cívica, escritos pelos professores da UFSC, general Jaldyr Faustino da Silva e coronel Ayrton Capella



Fonte: <https://abre.ai/cE01>

A Universidade Federal de Santa Catarina, por sua vez, contribuiu para a consolidação dessas disciplinas por meio dos professores Jaldyr B. Faustino da Silva (como vimos, também general) e Ayrton Capella (também coronel),<sup>133</sup> autores de três livros: *Educação Moral e Cívica*, publicado em 1971, *Organização social e política do Brasil: curso de civismo*, em 1971, e *Estudos de problemas brasileiros*, em 1972, os três baseados no programa oficial estabelecido pelo Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Esses livros tiveram várias edições e foram utilizados em várias universidades e escolas em todo o país.

Durante os anos 1970, a área de EPB na UFSC cresceu, atingindo, em 1981, 15 professores<sup>134</sup> (oito em Dedicção Exclusiva, cinco em 40 horas, dois em 20 horas), atendendo 3200 estudantes (80 turmas) em três disciplinas (duas de graduação e uma de pós-graduação). A Coordenadoria de EPB, sob a direção do professor Jaldyr B. Faustino da Silva, tentou criar, em 1982, um Departamento de Estudos de Problemas Brasileiros, independente do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas, no qual estava até o momento inserida.

<sup>133</sup> Ayrton Capella, além de coronel, era professor da UFSC.

<sup>134</sup> No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, essas novas contratações foram feitas por concursos, e não mais por convites, de forma a adequarem-se à legislação em vigor.

Essa era a proposta do CNMC para todas as universidades, apresentada no V Encontro de Educação Moral e Cívica, realizado em Brasília em novembro de 1981. Mas o momento do país era outro, e a proposta do grupo de trabalho designado pelo coordenador de EPB com esse fim não vingou. Artigo<sup>135</sup> publicado na *Revista de Ciências Humanas* da UFSC, em 1984, apresenta na íntegra o parecer do grupo de trabalho, que, após uma defesa ardente da importância dessas disciplinas, propunha a criação do referido departamento.

De fato, avalia-se que o impacto nas universidades das disciplinas de EPB teve “alcance limitado, graças à impopularidade do regime militar e à força de atração dos valores de esquerda”,<sup>136</sup> principalmente a partir da segunda parte dos anos 1970. A Comissão Nacional de Moral e Civismo só foi extinta no governo Sarney, em 1986, e as disciplinas de Educação Moral e Cívica só foram retiradas dos programas escolares em 1993.

### CURSOS NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Com o objetivo de consolidação ideológica, desde o início do período ditatorial, o regime civil-militar abriu a Escola Superior de Guerra para a formação de quadros civis selecionados, sobretudo os que tinham exercido ou poderiam exercer funções importantes na administração. A fim de que essa formação tivesse maior abrangência, principalmente na administração pública, em 1973, através do Decreto nº 72.699/73, o presidente Emílio Garrastazu Médici aprovou um novo regulamento para a Escola Superior de Guerra. Tal regulamento, no seu capítulo 1, artigo 1º, indica a finalidade da escola:

Art. 1º A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei número 785 de 20 de agosto de 1949, é um instituto de altos estudos e pesquisas, subordinada diretamente ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e destinada a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e planejamento da Segurança Nacional.

No Artigo 24 do mesmo decreto são indicados os objetivos do Curso Superior de Guerra (CSG) da ESG:

---

<sup>135</sup> THIAGO, Acácio Garibaldi S.; BORGES FILHO, Nilson; MARTORANO, Dante. A disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na UFSC. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, v. 3, n. 6, 1984. Esse artigo reproduz o parecer do Grupo de Trabalho citado, composto pelos três professores e que apresentou seu parecer em 11 de janeiro de 1982. Outro artigo (MARTORANO, Dante. Estudo de Problemas Brasileiros no ensino do Direito. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, v. 2, 1983) trata de tema similar, mas com o enfoque específico no ensino do Direito.

<sup>136</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 192.

§ 1º O CSG destina-se a: a) Habilitar civis e militares para o exercício de funções de Direção e Assessoria, especialmente dos órgãos responsáveis pela formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento; b) Cooperar no aprimoramento de uma metodologia para a formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento.

O Artigo 29 do decreto define as condições a serem satisfeitas pelos civis pertencentes à Administração Pública para poderem matricular-se; entre elas, destacam-se:

a) Ter experiência e aptidão, comprovadas mediante “curriculum vitae”, no exercício de atividades relacionadas direta ou indiretamente com a Segurança Nacional, e avaliadas segundo padrões de seleção estabelecidos pelo Chefe do EMFA [Estado Maior das Forças Armadas]; b) Exercer ou ter exercido função de relevo na Administração Pública.

Na UFSC, como em outros órgãos públicos, vários professores e servidores realizaram o Curso Superior de Guerra da ESG, o qual visava formar quadros que no exercício de suas funções agiriam em conformidade com a “Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento” definida pelo regime civil-militar. Durante as pesquisas da Comissão Memória e Verdade da UFSC, no acervo do Gabinete da Reitoria, foram encontradas seis portarias, nas quais os respectivos reitores autorizam o afastamento de professores da universidade, durante até um ano, para realizar o curso da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro: em 1974, o professor Oscar Pereira;<sup>137</sup> em 1975, o professor Genovêncio Mattos Neto<sup>138</sup> e o professor Colombo Machado Salles;<sup>139</sup> em 1979, o professor Nilson Paulo;<sup>140</sup> em

---

<sup>137</sup> UFSC. Reitoria. Portaria nº 060/74, de 21 de fevereiro de 1974, do Reitor Roberto Mündell de Lacerda. O professor de Ciências Econômicas Oscar Pereira foi diretor do Centro Socioeconômico de 1972 a 1976.

<sup>138</sup> UFSC. Reitoria. Portaria nº 076/75, de 5 de março de 1975, do Reitor Roberto Mundell de Lacerda. O professor de Odontologia Genovêncio Mattos Neto foi governador do Rotary International, diretor do Departamento de Saúde de Santa Catarina durante o governo Colombo Machado Salles e presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina (CONEN/SC) após sua aposentadoria.

<sup>139</sup> UFSC. Reitoria. Portaria nº 89/75, de 15 de março de 1975, do Reitor Roberto Mündell de Lacerda. O professor de Engenharia Civil Colombo Machado Salles foi governador nomeado do estado de Santa Catarina de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975.

<sup>140</sup> UFSC. Reitoria. Portaria nº 053/79, de 12 de fevereiro de 1979, do reitor Caspar Erich Stemmer. O professor Nilson Paulo foi diretor do Centro de Educação da UFSC nos anos 1970 e vice-reitor da UFSC de 1981 a 1984.

1982, o professor Octacílio Schüler Sobrinho<sup>141</sup> e, em 1983, o professor Nuno de Campos.<sup>142</sup> Os afastamentos foram concedidos sem que houvesse prejuízo nos vencimentos e demais vantagens de emprego.

O regime militar tentava também se fazer presente nas universidades sob a forma de organização de eventos conjuntos, entre órgãos militares e policiais, as administrações universitárias e entidades estudantis. Pode-se citar como exemplos: em 1969, os jogos esportivos organizados pela Polícia Militar de Santa Catarina, tendo a participação ativa do DCE;<sup>143</sup> em 1972, o concurso universitário “O Exército: sua contribuição no campo da Educação”, promovida pelo Ministério do Exército, Instituto Euvaldo Lodi e UFSC.<sup>144</sup>

## 4.3 AS DEMISSÕES E NÃO CONTRATAÇÕES DE PROFESSORES NA UFSC

### 4.3.1 Alguns casos de demissão e de não contratação

Durante o período correspondente à ditadura civil-militar, houve na UFSC demissões e recusas de contratação de professores e servidores técnico-administrativos. Apesar de ter pesquisado nos acervos do SNI, do DEOPS e da UFSC e de ter encontrado e estudado vários casos, é provável que a Comissão Memória e Verdade da UFSC não seja exaustiva nessa questão, uma vez que no caso de recusa de contratação, por exemplo, muitas vezes não conseguimos os depoimentos dos testemunhos diretos daqueles que se sentiram prejudicados nem, em alguns casos, os registros e as provas concretas de perseguição política.

---

<sup>141</sup> UFSC. Reitoria. Portaria nº 022/GR/82, de 15 de janeiro de 1982, do reitor Ernani Bayer. O professor Octacílio Schüler Sobrinho, economista, sociólogo e bacharel em Direito, atuou durante sua vida acadêmica em saúde pública e gestão hospitalar, foi grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina e escreveu livros, entre eles vários sobre a Maçonaria; foi também delegado de polícia e primeiro diretor da Escola de Polícia Civil, hoje Academia de Polícia Civil. Foi também secretário de Segurança Pública e de Educação em Santa Catarina e presidente de diversas instituições: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), BESC e BrasilTelecom.

<sup>142</sup> UFSC. Reitoria. Portaria nº 39/GR/83, de 31 de janeiro de 1983, do reitor Ernani Bayer. O professor de Direito Nuno de Campos foi Procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, com atuação na vara da Infância e Juventude.

<sup>143</sup> Na ocasião, Rodolfo Pinto da Luz era o presidente do DCE.

<sup>144</sup> UFSC. Reitoria. Portaria nº 297/72, de 7 de junho de 1972, do reitor Roberto Mündell de Lacerda, indica a comissão julgadora integrada pelo professor general Jaldyr Bhering Faustino da Silva, professor Aníbal Nunes Pires e um oficial do Exército, designado pela guarnição militar de Florianópolis.

Por essa razão só serão citados os casos estudados de forma mais aprofundada pela CMV/UFSC. Para as demissões, destacam-se os casos dos professores Aldo Ávila da Luz, em 1964;<sup>145</sup> Eugênio Doin Vieira<sup>146</sup> e Osmar Cunha,<sup>147</sup> após o AI-5; do professor Gerônimo Wanderley Machado, em 1972; do servidor Valci Lacerda e do professor Vilson Rosalino da Silveira, após a Operação Barriga Verde; do professor João Soccas, em 1978; para as não contratações, os casos de Eglê Malheiros, em 1979; de Gerônimo Wanderley Machado, em 1972 e em 1979; de Pedro de Castro, em 1978 e de Valmir Martins, em 1976. Os casos de João Soccas e Gerônimo Wanderley Machado serão tratados com mais detalhes a seguir, neste capítulo.

Em depoimento,<sup>148</sup> o professor Vilson Rosalino da Silveira conta a demissão dele após ter se exilado por causa da Operação Barriga Verde:

Acho que é bom relatar essa história, porque isso revela como nas internas funcionava a UFSC. E é a demonstração clara, portanto, de que havia pessoas na universidade que tinham posições claramente de direita e que desempenhavam algum papel que fosse assim de fiscalização. Porque como eu tive que sair às pressas, evidentemente eu não pedi demissão da UFSC e nem pedi afastamento. Mas havia no Departamento onde eu trabalhava<sup>149</sup> pessoas que sabiam claramente por que eu tinha saído, por que eu estava na iminência de ser preso; colega meu como o Marcos e outras pessoas foram presas, enfim, pessoas das minhas relações. Então a reitoria na verdade cria uma comissão para avaliar – para dar um parecer sobre as razões de eu não estar comparecendo ao serviço. E essa comissão deu um parecer onde se lê claramente que eu simplesmente abandonei, sem motivação aparente, sem justificativa, deixei de aparecer no serviço quando evidentemente tinha justificativa... Eu tenho lá o parecer da comissão que diz que abandonei por justa causa, de modo que, portanto, tinha que simplesmente ser tirado das relações, dos quadros da UFSC. Isso foi em [19]75, em [19]76, para justificar a demissão por justa causa. O reitor, quando eu saí, era o [...] professor Stemmer. Quando eu voltei, não foi difícil provar que na verdade

---

<sup>145</sup> Habeas *corpus* em abril de 1967 e reintegração em 1979 pela Lei de Anistia.

<sup>146</sup> Reintegração em 1979 pela Lei de Anistia.

<sup>147</sup> Reintegração em 1979 pela Lei de Anistia.

<sup>148</sup> Depoimento de Vilson Rosalino da Silveira à CMV/UFSC em 24 de novembro de 2016.

<sup>149</sup> Departamento de Engenharia Elétrica da UFSC.

eu não abandonei o trabalho. Tive que sair para preservar, me preservar fisicamente. E que foi uma saída bastante compulsória [...].<sup>150</sup>

Sem subestimar outras demissões que podem ter ocorrido nesse período, as pesquisas da CMV/UFSC permitiram ainda detectar demissões de outros servidores após o golpe de 1964, como a de Emanuel Medeiros Vieira e Sylvio Eduardo Pirajá Martins.

Também foram indeferidas contratações durante os anos 1970. O caráter dessas ocorrências, muitas vezes ocultado pela administração, permitiu revelar apenas alguns casos: Valmir Martins em 1976, Pedro de Castro em 1978, Gerônimo Wanderley Machado em 1979.

Em 1979, Eglê Malheiros<sup>151</sup> candidatou-se ao concurso de professora do curso de Jornalismo, recém-criado. O jornalista Laudelino José Sardá, assessor de comunicação da UFSC na gestão do reitor Ernani Bayer, de 1980 até 1984, conta:

Ela fez concurso para o curso de Jornalismo. Estou dizendo isso porque ela, chorando, me disse, de raiva. E foi classificada em primeiro lugar. E o nome dela foi vetado pelos militares. Mas isso aí foi anterior ao Ernani. Foi no Stemmer, quando já estava se formando, se estruturando o curso para começar a funcionar em 80. O concurso foi feito no final do ano de [19]79. Aí, Eglê, eu disse: “Mas você não vai recorrer dessa...?”. “Recorrer como, se a própria justiça atua de acordo com o interesse da ditadura?” Ela lamentou muito e obviamente claro que o curso...

E sobre a banca:

Ah! Não me lembro da banca. Acho que... foi o pessoal do curso, claro, não tenho dúvida. Não sei quem estava. Mas houve realmente o corte, uma rejeição ao nome da Eglê, porque era uma figura atuante do Partido Comunista, na clandestinidade, é claro. Isso aí houve.<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> Durante a Operação Barriga Verde, em novembro de 1975, o professor Vilson Rosalino da Silveira conseguiu escapar da operação policial visando a prisão dos membros do PCB em Santa Catarina e fugir para o exílio na França. Ver a Ficha ACT-ACEA095707-1976 do Arquivo Nacional SNI, acervo da CMV/UFSC.

<sup>151</sup> Eglê Malheiros, professora, poetisa e escritora, militante do PCB, esposa de Salim Miguel – com quem liderou, de 1947 a 1958, o Grupo Sul (Círculo de Arte Moderna de Santa Catarina).

<sup>152</sup> Depoimento de Laudelino José Sardá à CMV/UFSC em 22 de agosto de 2017.



### 4.3.2 Atestado ideológico

As contratações de professores, de servidores das universidades e dos funcionários públicos em geral exigiam a apresentação de um atestado de antecedentes políticos, verdadeiro controle ideológico de quem poderia trabalhar para o Estado. No setor privado, em muitas empresas se faziam as mesmas exigências no momento da contratação de seus profissionais. As Secretarias de Segurança dos estados geralmente eram as responsáveis pela entrega desses atestados. Para ilustrar essa situação, mostramos dois casos ocorridos na UFSC.

João Soccas conta o que ocorreu na sua contratação na UFSC:

Foi em 1977, final de 1977 [...]. Negaram o atestado, aí falaram: se você quiser, vai no Secretário de Segurança, e eu fui no Secretário de Segurança, não tinha nada a perder. Sem esse atestado eu não conseguiria ingressar na universidade; eu fui até o Secretário, aí ele me atendeu e fez um interrogatório. O que me chocou foi quando ele começou a dizer o quê, aonde, o que eu tinha feito durante o meu período de estudante. Ele tinha documentação na mão de todo o registro, de todos os eventos de que eu tinha participado e as outras pessoas que comigo tinham lutado. Bom, quando ele começou a dizer sobre as reuniões que eu tinha participado e o que eu tinha dito, aí eu, pá! Caiu o queixo, porque eu não esperava! Só para concluir essa coisa, ele disse assim: “o senhor veio à procura do atestado de antecedentes políticos ideológicos, pois eu não vou lhe dar, mas você vai para a universidade que eu vou telefonar para o reitor que o senhor não vai precisar desse documento. Mas tem uma coisa! Se você tiver qualquer manifestação e qualquer participação política, você vai ser retirado da universidade.” Eu sou um que entrou sem atestado, porque eu não tive atestado. Foi um telefonema do Secretário de Segurança Pública para o [Stemmer] dizendo: “oh, ele entra, mas se fizer alguma coisa está fora”<sup>153</sup>

Valmir Martins, em entrevista<sup>154</sup> dada em 2012 ao Memorial de Direitos Humanos (MDH), explica como conseguiu contornar a exigência de atestado de antecedentes para ser professor de História, em 1976:

---

<sup>153</sup> Depoimento de João Soccas à CMV/UFSC em 25 de junho de 2015.

<sup>154</sup> Depoimento de Valmir Martins para o Memorial de Direitos Humanos da UFSC, incluído em PONTE, Fernando; MENDONÇA, José Carlos; CORRÊA, Valcionir (org.). *Memória viva: Relatório I*. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012.

Fiz o concurso no começo do ano. [...] Passei em primeiro lugar entre oito e havia mais de uma vaga no Departamento de História, mas ninguém podia entrar porque não entrava eu [...]. O reitor, que era o professor Lacerda, dizia que eu era um comunista, portanto eu não podia entrar. Mas naquele ano ele saiu e entrou outro reitor, que foi o Stemmer. Então, com o Stemmer, eu fui contratado. O detalhe interessante é que para eu fazer o concurso na universidade eu tinha que ter o chamado atestado ideológico, um atestado que comprovava bons antecedentes políticos. [...] Então eu custei muito para conseguir um atestado, mas no fim eles me deram um atestado acusando que constava antecedente político. Então, eu peguei o atestado e fraudei o atestado. Colei com fita adesiva uma fitinha de papel por cima onde estava escrito consta [antecedente político], tirei xerox e ainda tenho as cópias do original e da fraude guardados. Aí eu passei pelo crivo de bons antecedentes porque eu entreguei a cópia fraudada e autenticada, aí não constava nada. Com um exame mais detalhado no documento dá pra perceber a fraude porque dá pra perceber a marca da fita adesiva, pois a beirada ficou marcada de preto, dá pra perceber que tem alguma coisa errada. Entrei na universidade em agosto de 1976.

#### 4.3.3 A anistia e as reintegrações de professores

Em junho de 1980, foram reintegrados os professores demitidos Aldo Ávila da Luz,<sup>155</sup> Eugênio Doin Vieira,<sup>156</sup> Osmar Cunha,<sup>157</sup> Vilson Rosalino da Silveira,<sup>158</sup> nos termos da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia), regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. O professor Vilson Rosalino conta no seu depoimento:<sup>159</sup>

A reintegração [...] encaminhei para o MEC, com base na Lei da Anistia, onde se argumenta que eu teria saído por conta das prisões que houve [...], a minha condenação, à revelia, a quatro anos de prisão [no processo da Operação Barriga Verde], era a própria prova incontestada de que eu não saí porque quis. [...] A reintegração aconteceu em [19]80 [...]. No segundo

---

<sup>155</sup> Demitido em 1964. UFSC. Portaria nº 0225/GR/80 de 2 de junho de 1980.

<sup>156</sup> Demitido em 1968. UFSC. Portaria nº 0246/GR/80 de 4 de junho de 1980.

<sup>157</sup> Demitido em 1968. UFSC. Portaria nº 0224/GR/80 de 2 de junho de 1980.

<sup>158</sup> Demitido em 1976. UFSC. Portaria nº 0223/GR/80 de 2 de junho de 1980.

<sup>159</sup> Depoimento de Vilson Rosalino à CMV/UFSC em 14 de novembro de 2016.

semestre de [19]80, eu já comecei a dar aulas. Eu saí em [19]75 e nós estávamos agora em [19]80. [No retorno] eu não senti nenhuma hostilidade por parte dos professores, pelo contrário.

O professor Marcos Cardoso Filho, por sua vez, foi automaticamente reintegrado, no final de sua prisão, ao Departamento de Engenharia Elétrica pelo reitor da época, Caspar Erich Stemmer. No seu depoimento, o professor Vilson Rosalino comenta ainda a reintegração de Marcos Cardoso Filho, seu colega de departamento, preso e condenado na Operação Barriga Verde:

[...] Marcos, primeiro, era um excelente profissional, era um grande engenheiro e um bom cientista. Talvez ele tivesse uma relação com o Stemmer ou ele fosse visto pelo professor Stemmer apenas como esse técnico. Até porque também as prisões que foram feitas em Santa Catarina eram absolutamente descabidas. Nós éramos apenas um grupo de pessoas que militavam no MDB, por mais que tivéssemos uma relação com o PCB, mas não tinha nenhum projeto, digamos assim, de luta armada. [...] Eram democratas por excelência, na verdade. Nada mais que isto. Talvez por isso o professor Stemmer, como via no Marcos, que era do CTC [Centro Tecnológico] e houvesse notícias sobre o Marcos de ser um bom profissional, talvez tivesse com ele uma relação bastante civilizada. Eu pressuponho, pelo menos. Porque senão o Marcos teria dito “não, é um sacana!”. E o Marcos não: “O Stemmer era um cara durão, mas ele não foi rancoroso comigo...”<sup>160</sup>

Quanto ao professor Gerônimo Wanderley Machado, cujo caso será detalhado a seguir, a reintegração ocorreu em 1982 como professor assistente I na UFSC, após recomendação do procurador-geral da UFSC, Álvaro Reinaldo de Souza, com base na Lei de Anistia, sendo que em 4 de abril de 1983 teve reconhecido seu tempo de serviço anterior como professor no período de abril a agosto de 1972, data em que foi demitido sem justa causa.

Por sua vez, o professor João Soccas, cujo caso será contado detalhadamente a seguir, não foi reintegrado como professor após sua demissão em 1978.

---

<sup>160</sup> Essa versão da reintegração do professor Marcos Cardoso Filho é corroborada por Arno Blass, professor aposentado de Engenharia Mecânica e Pró-Reitor de Pós-Graduação na gestão do professor Stemmer, em entrevista registrada no Laboratório de História Oral da UFSC.

#### 4.3.4 Três casos singulares de não contratação e de demissão na UFSC

##### CASO PEDRO JOSÉ DE CASTRO<sup>161</sup>

Pedro José de Castro estudou Radiofísica, a partir de setembro de 1971, na Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL). Conta Pedro de Castro, no seu depoimento à CMV/UFSC, que “apareceu a oportunidade de estudar na União Soviética através de uma organização afilosófica e apolítica, vide que o Brasil tinha relações diplomáticas com a União Soviética, que era a União Cultural Brasil-URSS de São Paulo”,<sup>162</sup> tendo sido selecionado num “tipo de vestibular”<sup>163</sup> ocorrido em janeiro de 1971.

Voltou de seu curso no final de 1978 e tentou ser professor da Universidade Federal de Santa Catarina, no Departamento de Física. Nesse mesmo depoimento registra:

Fui recebido pelo professor Joel Muzart. Fui muito bem recebido, e também pelo chefe do Departamento de Física [...] acharam interessante a minha formação, já que eu tinha trabalhado com *laser*, e era interesse do professor Joel Muzart construir um *laser* [...] houve interesse e foi pedida a minha contratação.<sup>164</sup>

Passou algum tempo e recebeu a notícia de que a sua contratação tinha sido vetada. Quando a sua ficha chegou ao reitor do período, Caspar Erich Stemmer, este, constatando que Pedro de Castro era formado na Rússia, teve a seguinte reação, no dizer de Pedro: “segundo me disseram, ele se expressou dessa maneira: tantos países para se formar, foi escolher exatamente a Rússia”.<sup>165</sup> Após o indeferimento de sua contratação, Pedro de Castro não insistiu, vendo que a situação na UFSC “era muito adversa”. A situação dos estudantes da UAPPL, segundo Pedro de Castro, foi diversificada, havendo contratados em outras universidades. Ele próprio conseguiu, em 1980, ingressar na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como auxiliar de ensino e pesquisa, antes de fazer toda a sua carreira (30 anos) como pesquisador no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

---

<sup>161</sup> Esse caso foi inicialmente abordado no TCC de VARGAS, 2016, p. 116.

<sup>162</sup> Depoimento de Pedro José de Castro à CMV/UFSC em 13 de julho de 2016.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

<sup>165</sup> *Ibidem*.

Durante sua pesquisa, o então estudante Mateus Bandeira Vargas encontrou a ficha da Polícia Federal de Pedro de Castro. Nesse prontuário, “tinha o item: correspondência interceptada. E estava o conteúdo das cartas”. O prontuário apresenta a história de como Pedro tinha sido monitorado durante todo esse tempo até a sua tentativa de ingresso na UFSC. Nele também consta que, na sua volta de Moscou para Florianópolis, recebeu a visita em casa de uma pessoa que se dizia vendedor de livros, afirmando que queria estudar, mas não teve oportunidade, e perguntando como foi sua ida para Moscou. No prontuário constava que “este era um agente da Polícia Federal”, tentando obter alguma informação, descobrir se estava ligado a algum grupo político.

Concluiu Pedro no seu depoimento: “nesse prontuário aí da Polícia Federal, realmente me surpreendeu como eles monitoravam, desde que você, no caso eu, fui para a Rússia, e toda a trajetória até o período imediatamente posterior à minha vinda ao Brasil. [...] Minha sorte talvez foi que não tive um passado [...], se eu fui para Moscou foi uma opção. Isso tem um certo significado ideológico e político. Mas eu era uma pessoa que não era ligada a nenhuma entidade política, não tive um passado político.”<sup>166</sup>

Finalmente, no seu prontuário constava ainda a tentativa de ingressar como professor na Universidade Federal de Santa Catarina e dizia de forma explícita que a polícia não tinha dado informações favoráveis para permitir que a universidade pudesse aceitar sua contratação.

Quando de sua tentativa de ingressar na UFSC, essas informações foram encaminhadas para a Reitoria, e Pedro de Castro interpreta que não teve nenhuma ordem, mas que a decisão negativa partiu do próprio reitor: “não, ele estudou em Moscou”, “um indivíduo digamos assim suspeito, não interessa, pode ser um ativista”.

Essa história mostra que, nesse período, era comum a perseguição a profissionais competentes por causa de opiniões políticas ou, como nesse caso, apenas por ter vivido e estudado num país com um regime comunista. Constatase, mais uma vez, que existia uma rica comunicação entre as administrações universitárias, o sistema de informação da ditadura, representado pelo SNI, e os órgãos locais que colaboravam na busca de informações.<sup>167</sup> E que a obediência dessas administrações aos desejos dos órgãos de repressão era diversa, dependendo muitas vezes do grau de concordância política, de conivência ou mesmo do medo de seus dirigentes.

---

<sup>166</sup> Depoimento de Pedro José de Castro à CMV/UFSC em 13 de julho de 2016.

<sup>167</sup> No prontuário de Pedro de Castro, já citado, consta que o SNI informou a UFSC de “restrições quanto ao aproveitamento do referido professor para o cargo cogitado”.

## CASO JOÃO SOCCAS<sup>168</sup>

O professor João Soccas foi admitido na UFSC em 29 de dezembro de 1977, na qualidade de auxiliar de ensino<sup>169</sup> – cargo previsto, na época, na Lei do Magistério Superior e no Estatuto da UFSC.<sup>170</sup> Cumpre salientar que se trata de um cargo de docência, como deixa claro o contrato de trabalho do professor e os referidos marcos legais. Logo, tais profissionais eram contratados de acordo com a legislação trabalhista; isto é, embora pertencessem ao quadro geral de servidores federais da União, estavam submetidos ao regime celetista.

João Soccas, entretanto, realizava atividades diferentes da docência, o que caracteriza claramente um desvio de função. O artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)<sup>171</sup> veda a alteração unilateral do contrato de trabalho a partir do empregador. Soccas, em março de 1978, começa também a lecionar, fazendo jus ao seu contrato de trabalho. Tal situação parece ter trazido embaraço para o Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação (CEC), vinculado ao Centro Tecnológico, no qual estava alocado. Isso fica claro no ofício<sup>172</sup> de Márcio Nei Ferrari, chefe do Departamento de Processamento de Dados (DPD), vinculado diretamente à Reitoria desde 1976, aludindo ao fato de que Soccas

---

<sup>168</sup> O aspecto jurídico desse caso foi analisado pelo bacharel em Direito, Felipe Dutra Demetri, bolsista da CMV/UFSC em 2015.

<sup>169</sup> UFSC. Portaria nº 822/77, atribuindo ao auxiliar de ensino João Soccas o regime de dedicação exclusiva, a partir de 1978.

<sup>170</sup> Lei do Magistério Superior: “Art. 6º – Para iniciação nas atividades do ensino superior, serão admitidos auxiliares em caráter probatório, sujeitos à legislação trabalhista, atendidas as condições prescritas nos estatutos e regimentos”. Constam os mesmos termos da lei anterior no Estatuto da UFSC.

<sup>171</sup> “Art. 468 – Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, em prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.”

<sup>172</sup> Ofício enviado em 21 de agosto de 1978, por Márcio Nei Ferrari, chefe do DPD, ao professor Alceu Ribeiro Alves, chefe do Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação sobre o caso. O ofício salienta que ao professor João Soccas foi concedida a oportunidade de frequentar o curso de Análise de Sistemas promovido pela IBM Brasil para que pudesse exercer as atividades de Analista de Sistemas do DPD. Dá a entender que sua contratação na categoria de professor se deu por motivos salariais. Desde sua contratação, argumenta Ferrari, exerce as funções de Analista de Sistemas, e a partir de março de 1978, começou a lecionar a disciplina de Linguagens Comerciais I, iniciando também um curso de treinamento para Auxiliar de Ensino. Nesse ofício, o professor Márcio Ferrari faz referência ao fato de que Soccas reclamou da carência de apoio institucional; que tirou férias e abandonou a aplicação do Sistema Acadêmico de Matrícula, pelo qual seria responsável; teria sido, também, irredutível na sua decisão. Por fim, Ferrari manifesta o desinteresse e sugere o afastamento da sua função na UFSC.

teria sido contratado como auxiliar de ensino por “motivos salariais”, mas que sua verdadeira função seria a de analista de sistemas. Portanto, para além do desvio de função, deu-se uma sobreposição de funções, o que resultou em condições precárias de trabalho.

João Soccas fez referência expressa a essa precariedade em ofício<sup>173</sup> enviado ao chefe do DPD. Entre outros assuntos, deixa claro que o excesso de trabalho provocado pela sobreposição dos cargos de docência e de analista de sistemas estaria afetando sua saúde. Em sua entrevista para a CMV/UFSC, o professor explicou que era obrigado a realizar o trabalho de analista pela madrugada, pois durante o dia os equipamentos do Sistema de Matrículas do DPD,<sup>174</sup> onde prestava serviços, era utilizado para fundações de apoio e outras entidades:

Então eu comecei a fazer análise da matrícula e eu fiz um relatório dizendo que não era possível, porque várias entidades como CREA [Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura], como... eu não me lembro [de] outras entidades... usavam horas de computador e essas horas de computador, esse dinheiro, era passado para os professores, eu não tinha nada a ver com isso, só que as horas dadas para o CREA, para essas outras entidades era durante o dia e que eu processava matrícula para a universidade, o controle acadêmico universitário, tinha que vir de madrugada, trabalhar de madrugada, porque as horas do computador eram usadas para essas entidades.

---

<sup>173</sup> Ofício enviado em 8 de agosto de 1978 por João Soccas ao chefe do DPD, no qual requer o afastamento do Sistema Acadêmico de Matrícula, aludindo à falta de condições para solucionar problemas de matrícula e controle acadêmico; a problemas de saúde resultantes de excesso de trabalho e falta de pessoal. O relatório de quatro páginas, anexado ao ofício, trata do Sistema Acadêmico de Matrícula. A primeira página está faltando, o que prejudica o entendimento completo da argumentação. No relatório estão contidas diversas asserções de natureza técnica e administrativa: “excesso de alterações no cadastro de turmas”, “falta de pessoal para revezamento”, “falta de equipe de análise para discutir e tomar resoluções durante o processamento”, “falta gritante de pessoal e envolvimento do único analista no ensino de graduação”.

<sup>174</sup> No atual *site* da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), disponível em: <https://setic.ufsc.br/apresentacao/>, onde se descreve o histórico do Departamento de Processamento de Dados (DPD) – afirma-se que o Departamento estava “obedecendo a regimentos próprios e com atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, mas com prioridade para aplicações na própria administração universitária. As atribuições do Departamento de Processamento de Dados eram as seguintes: 1. Análise, programação e operação de sistemas para a universidade; 2. Atendimento aos usuários do computador; 3. Processamento de programas de alunos, professores e pesquisadores da UFSC; 4. Manutenção e desenvolvimento de sistemas operacionais”.

Junto ao ofício dirigido ao chefe do DPD, João Soccas anexa um relatório de quatro páginas denunciando tais práticas e explicitando, ponto por ponto, os problemas vividos no sistema de matrículas, recomendando que outros profissionais fossem contratados, conforme declarou no seu depoimento à CMV/UFSC:<sup>175</sup> “Nesse relatório coloquei o absurdo que era a universidade, os trabalhos da universidade serem preteridos pela venda de horas para entidades alheias”. Entretanto, o relatório foi muito mal recebido pelo chefe do DPD e pelos dirigentes do Centro Tecnológico:

Mas aquele relatório que eu fiz, sobre a fundação e a utilização da fundação, primeiro que ele não quis receber o relatório, ele pegou depois de ler o relatório, ele: me nego a receber o relatório, negou-se a receber. Após esse procedimento, aquele negócio todo, eu passei a ser inimigo lá dessa fundação, do trabalho da fundação, porque estava denunciando processo de desvio de dinheiro da universidade.

O chefe do DPD, Márcio Ferrari, encaminhou ofício ao reitor,<sup>176</sup> distorcendo os fatos narrados no relatório pelo professor Soccas e sugerindo sua consequente demissão. No depoimento à CMV/UFSC, Soccas afirmou que, antes de a demissão acontecer, recebia ameaças e intimidações dentro do seu ambiente de trabalho; decidiu, então, procurar diretamente o reitor, Caspar Erich Stemmer, para quem fez as mesmas denúncias de malversações de recursos públicos pela utilização de equipamentos alocados no sistema de matrículas por entidades privadas. Stemmer se prontificou a tranquilizá-lo, afirmando que cuidaria do caso. Soccas não sabia, entretanto, que “cuidar do caso” significaria demiti-lo, pois ao receber o ofício, o reitor encaminhou a solicitação para o Departamento de Pessoal (DP) da UFSC para que a demissão fosse efetuada.<sup>177</sup> Verifica-se, neste caso, rigor excessivo praticado pelos superiores hierárquicos com leniência da administração central da UFSC, o que caracteriza a prática de assédio moral. As condutas praticadas pela gestão da UFSC atentaram contra a dignidade do trabalho do professor Soccas, causando problemas de saúde e um mau ambiente de trabalho.

---

<sup>175</sup> Depoimento de João Soccas à CMV/UFSC em 25 de junho de 2015.

<sup>176</sup> Ofício ao reitor Stemmer, enviado em 30 de agosto de 1978 pelo professor Alceu Ribeiro Alves (chefe do Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação), que reencaminha o ofício de Márcio Ferrari (diretor do DPD) sugerindo o afastamento de Soccas. Alceu Alves assevera que não se encontra em condições de tomar uma decisão nesse caso. Pontua que Soccas está lotado como auxiliar de ensino do CEC e que foi contratado com a finalidade de prestar serviços ao DPD.

<sup>177</sup> O despacho do reitor para o Departamento de Pessoal é datado de 1º de setembro de 1978.



Após ser informado de sua demissão,<sup>178</sup> João Soccas tentou encaminhar ofícios reclamando da situação para os órgãos colegiados, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário. Os ofícios não eram recebidos, eram arquivados, numa clara tentativa de evitar confrontos desses órgãos com o reitor. Por outro lado, o departamento ao qual era vinculado (Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação) não aceitou a decisão da demissão diretamente pela administração central, “porque tinha que passar pelo Departamento a demissão do professor, depois pelo CEPE e pelo CUn, para depois ser excluído, então o Departamento pediu para reconsiderar”.<sup>179</sup> O pedido não foi levado em consideração. Posteriormente, quando Soccas tentou incluir na sua defesa jurídica a ata “em que o Departamento pede para que o Stemmer reconsidere a [sua] demissão”,<sup>180</sup> essa ata tinha sumido. A Comissão Memória e Verdade da UFSC, após esse depoimento em 2015, reencontrou no Arquivo Central cópia dessa ata, mas sintomaticamente sem a última página, a que esclarecia sobre a decisão do departamento. Apesar das dificuldades em achar um profissional que aceitasse defendê-lo contra a universidade, conseguiu um advogado, Paulo Stodieck, filho de Henrique Stodieck, que tinha sido um eminente professor de Direito na UFSC. Entretanto, o mandado de segurança foi encaminhado por ele um dia após o fim do prazo, mas o advogado não informou a Soccas sobre o fato, do qual só tomou conhecimento dois anos depois. Algumas questões e ocorrências estranhas ficaram até o momento sem respostas: os arquivamentos nos órgãos colegiados, o sumiço da ata do departamento, a coincidência de uma especialização no exterior do advogado Paulo Stodieck exatamente nesse período e seu financiamento:

Ele não era professor da universidade, não era funcionário da universidade e ganhou uma especialização nos Estados Unidos por conta da UFSC. Um advogado consegue uma especialização nos Estados Unidos com dinheiro da UFSC? Se isso é verdade? Eu também não sei se isso é verdade, porque essa informação me chegou.<sup>181</sup>

---

<sup>178</sup> O Departamento de Pessoal emitiu, em 6 de setembro de 1978, documento tratando sobre o salário e proventos devidos ao professor Soccas por ocasião da solicitação de rescisão do contrato pedido pelo diretor do DPD. O diretor do Departamento de Pessoal em ofício de 14 de setembro de 1978 comunicou ao chefe do Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação que, a partir do dia 18 de setembro, o professor Soccas estaria cumprindo aviso-prévio, fato comunicado ao interessado no mesmo dia. Em 15 de setembro de 1978, João Soccas requereu o processo que resultou na sua demissão e iniciou recursos internos à UFSC e pelas vias judiciais.

<sup>179</sup> Depoimento de João Soccas à CMV/UFSC em 25 de junho de 2015.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

<sup>181</sup> *Ibidem*.

A demissão do professor João Soccas, portanto, tinha apenas “ares de legalidade”, isto é, sendo seu contrato de trabalho regido pela CLT, a demissão sem justa causa era possível e resultaria em encargos ao empregador, que ficaria obrigado a pagar as devidas verbas rescisórias. Entretanto, constata-se que essa demissão fundamentou-se num ilícito, acobertou o desvio de finalidades de recursos a partir do uso indevido dos equipamentos do Sistema de Matrículas (caso de que o próprio reitor tinha conhecimento), além de encerrar um contrato de trabalho ilegal, uma vez que, contratado como professor, além dessa função, desempenhava a de analista de sistemas, função da carreira técnico-administrativa. Pontua-se que uma adequada verba rescisória teria que necessariamente vir acrescida de uma indenização por danos morais e desvio de função.

A partir da análise dos fatos ocorridos, é possível tecer alguns comentários finais sobre esse caso. O contrato de trabalho de João Soccas deixava claro que ele era professor, mas executava também a função de analista de sistemas, sem que isso representasse uma contrapartida salarial, o que resultava num contrato precário de trabalho e caracterizava, ao mesmo tempo, desvio de função e assédio moral pela pressão sofrida. Os motivos de sua demissão tiveram a sua origem em ilícitudes que ele denunciou, no decorrer de sua atividade profissional. A demissão que se seguiu foi um ato ilícito da administração da UFSC, que não levou em conta o rito devido para tal e negou a Soccas qualquer possibilidade de defesa ou de recurso à decisão, num claro ato de arbitrariedade. A Reitoria tinha conhecimento do mau uso do dinheiro público nessa situação, demonstrando claramente um caso de omissão. Além disso, a demissão também apresenta elementos de perseguição político-ideológica, pois João Soccas era, quando professor, sindicalizado na APUFSC e tinha sido uma liderança estudantil muito conhecida na universidade e entre os estudantes de Engenharia. Sua demissão contribuía para silenciar um professor propenso a denunciar práticas autoritárias e corruptas. Por fim, argumenta-se que a ditadura civil-militar e seu modelo de universidade foram responsáveis por criar condições nas quais tais atos de malversação do dinheiro público e de silenciamento de denunciante poderiam ser executados na UFSC sem maiores embaraços. A denúncia e a demissão de João Soccas descortinam uma estrutura de poder que se montou por causa e em função do governo autoritário. Esse caso merece ser reaberto pela Universidade Federal de Santa Catarina para que uma nova análise permita restabelecer a verdade dos fatos e reconhecer a necessidade de justiça.

## CASO GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO<sup>182</sup>

Na segunda metade do ano de 1979, entre as greves estudantis e de docentes e a luta pela democratização do país, um fato se destaca:<sup>183</sup> a recusa da Reitoria em admitir a contratação de Gerônimo Wanderley Machado. A recém-mobilizada APUFSC atuou diretamente nesse caso. Esta história foi reconstituída a partir de documentos presentes no arquivo da APUFSC, jornais da época e dois depoimentos do professor Gerônimo.<sup>184</sup>

Em 1972, o professor Gerônimo fez concurso para professor auxiliar no Departamento de Economia da UFSC e foi aprovado em primeiro lugar, começando a trabalhar em abril do mesmo ano. Em agosto recebeu o comunicado de que, por motivo de ordem superior, estava demitido sem justa causa.

No ano seguinte, participou de um segundo concurso, passando novamente em primeiro lugar (média nove). Dessa vez a portaria do concurso não permitia contestar o critério para nomeação, que era a ordem de classificação. Em consequência, como o professor Gerônimo não foi contratado, nenhum outro candidato foi chamado para o cargo.

No ano de 1979, mais uma vez o professor prestou concurso, agora para professor colaborador. Foi aprovado novamente em primeiro lugar, assumiu suas funções em abril e repetiu-se em agosto a ordem para sua demissão.

O conflito estava estabelecido. Por unanimidade o concurso havia sido homologado pelo Colegiado do Departamento de Economia, pelo Conselho Departamental do Centro e pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSC. O reitor Caspar Erich Stemmer, porém, não admitia homologar o concurso porque não concordava com os critérios utilizados pela banca examinadora. Em 30 de junho de 1979, Stemmer divulgou uma nota, reproduzida pelo jornal *O Estado*, explicando sua posição sobre o caso, na qual afirmava:

O processo de seleção de professor colaborador do Departamento de Economia não está devidamente instruído, existindo dúvidas sobre a valorização

---

<sup>182</sup> A exposição desse caso utilizou como base, em grande medida, um texto escrito e cedido à CMV/UFSC pelo historiador César Felix (Cesinha) no contexto de uma pesquisa sobre a história da APUFSC. Os depoimentos de Gerônimo Wanderley Machado, feitos no âmbito da pesquisa citada, e os da CMV/UFSC, em 30 de abril de 2015, também foram utilizados neste livro.

<sup>183</sup> O jornal *O Estado* de 19 de agosto de 1979 comentava: “Desde 1970, quando se formou em economia pela UFSC, Gerônimo Wanderley Machado tem sido perseguido sistematicamente em função de suas posições políticas e impedido de exercer seu direito constitucional ao trabalho em seu próprio país”.

<sup>184</sup> Depoimento de Gerônimo Wanderley Machado à CMV/UFSC em 30 de abril de 2015.

dos títulos dos candidatos classificados. O processo retornará à banca examinadora para reexame dos títulos e juntada dos documentos comprobatórios, indispensáveis ao enquadramento e contratação.<sup>185</sup>

Um mês e meio após a nota do reitor, em 19 de agosto de 1979, no entanto, o mesmo jornal<sup>186</sup> publicou uma matéria informando que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFSC decidiu não homologar a contratação de Gerônimo como professor colaborador do curso de Economia. Isso aconteceu ainda que a banca examinadora do concurso tenha ratificado por três vezes que ele havia sido aprovado em primeiro lugar. O jornal informou ainda que, nessa reunião do conselho, o professor Jaimor Collaço, relator do primeiro processo, ao dar seu voto favorável à homologação, afirmou: “os órgãos de segurança informaram ao CEPE que o candidato era subversivo e por isso ele não foi contratado naquela época”.

Ainda no segundo semestre de 1979, com base na Lei de Anistia, o professor Gerônimo requereu a reintegração ao corpo docente da UFSC, alegando que fora demitido por motivos políticos em 1972. Porém, seu processo, devidamente protocolado, foi dado como “não localizado” ou desaparecido.<sup>187</sup>

Somente em 1982, após restauração dos autos na UFSC, o então procurador-geral, Álvaro Reinaldo de Souza, formulou um parecer concluindo pela recomendação do enquadramento do professor Gerônimo, com base na Lei de Anistia, como professor assistente I. Não obstante, em 1983, o reitor da UFSC, Ernani Bayer, exarou seu parecer no qual, estranhamente, declarou não existir qualquer registro do professor Gerônimo no Departamento de Pessoal relativo a 1972, justamente o ano em que ele havia sido aprovado no primeiro concurso para professor auxiliar de ensino, tendo trabalhado e recebido remuneração pela UFSC.

Em 11 de abril de 1983, a APUFSC, em ofício enviado à Ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, e assinado pelo seu presidente, o professor Raul Guenther, afirmava:

O professor Gerônimo foi vítima de mesquinha discriminação política e ideológica, de natureza informal, portanto mais sutil e camuflada do que a punição porventura sofrida por alguém com base em atos institucionais. Portanto, não se pode esperar da Sra. Ministra outro procedimento que não

---

<sup>185</sup> *O Estado*, Florianópolis 28 jun. 1979, 30 jun. 1979 e 1 jul. 1979.

<sup>186</sup> *O Estado*, Florianópolis, 19 ago. 1979.

<sup>187</sup> *Boletim da Apufsc*, Florianópolis, n. 7, set. 1979.

o de determinar que se faça justiça, cessando os prejuízos até aqui causados ao interessado e reintegrando o professor Gerônimo Wanderley Machado ao posto do qual foi demitido sem justa causa em 1972.<sup>188</sup>

Em 17 de março do mesmo ano, o então deputado federal por Santa Catarina Nelson Wedekin enviou, de Brasília, uma carta ao então reitor da UFSC, professor Ernani Bayer, na qual fez o seguinte pedido:

Caro professor Ernani: peço que o senhor tome a decisão histórica de recolocar o professor Gerônimo Wanderley Machado na Universidade [...] uma outra forma de (não) resolver o caso seria remeter de novo o processo/dossiê para o MEC, o que protelará indefinidamente uma situação de flagrante discriminação e injustiça. Me permito dizer que tenho toda a convicção de que o professor Gerônimo foi vítima de uma mesquinha discriminação política.

No dia 4 de abril de 1983, o chefe de gabinete da UFSC enviou telegrama ao MEC comunicando que o período de atividade do professor foi, na verdade, de 13 de abril a 4 de agosto de 1972.

Nenhum documento oficial comprova uma perseguição política ao professor. Até hoje os reais motivos não foram assumidos ou esclarecidos. Mas por que o professor Gerônimo sofreu tal discriminação? Uma possível resposta a essa pergunta nos remete ao outro fato histórico, sua trajetória política, pois em plena ditadura militar ele (formado em Economia em 1970 e em Direito em 1971) era militante do movimento estudantil e pertencente ao PCB. Gerônimo foi preso no famoso Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna, no ano de 1968, e isso teve várias consequências para sua trajetória na universidade. No dia de sua formatura, escolhido como orador oficial da turma, teve seu discurso censurado e sua cópia enviada ao SNI pelo então diretor do Centro Socioeconômico.<sup>189</sup> Em 1969, quando candidatou-se à presidência do DCE da UFSC, também teve sua candidatura cassada pelo reitor de então, João David Ferreira Lima, o que facilitou a eleição de Rodolfo Pinto da Luz, o candidato preferido pela administração.<sup>190</sup> Foi citado como membro do PCB no processo na Justiça Militar que deu seguimento à Operação Barriga Verde, não sendo preso na época por se encontrar no exterior realizando doutorado.

---

<sup>188</sup> Ofício da Apufsc de 11 de abril de 1983.

<sup>189</sup> Esse episódio foi contado detalhadamente na seção 4.2.1, na subseção “Ratos, bedéis e infiltrados”.

<sup>190</sup> Esse fato referente à eleição do DCE de 1969 é contado no capítulo 2.

## 4.4 A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE NA UFSC<sup>191</sup>

A perseguição aos comunistas esteve presente em todo o período da ditadura civil-militar; todavia, em Santa Catarina, intensificou-se a partir do final de 1975. Nesse ano iniciou-se a chamada Operação Barriga Verde, “comandada pelo Exército e com o apoio da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar”.<sup>192</sup> Embora o PCB estivesse na clandestinidade, seus militantes continuavam atuando, especialmente junto ao MDB, sindicatos e movimento estudantil. Com o aumento da repressão, notadamente a partir do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, a caça aos comunistas se acirrou e, “a partir de 1973 o governo desencadeou dois tipos de operações militares: a Operação Radar, responsável pela destruição do comando central do PCB; e operações em menor escala, nos estados da federação onde o partido estivesse melhor organizado”.<sup>193</sup> Durante o mês de março de 1975, um extenso documento foi elaborado por agentes do Destacamento de Operações de Informação (DOI) de São Paulo, no qual era feita uma complexa análise de toda a estrutura do PCB, inclusive relacionando o partido com o MDB. Para a expedição desse documento, foram retirados dados do jornal *Voz Operária*, órgão de imprensa do PCB. Ao traçar ligações diretas ou indiretas do PCB com membros do MDB de vários estados, esse documento funcionou como base para as operações que objetivavam o desmantelamento do Partido.<sup>194</sup>

### A Operação Barriga Verde

foi a principal intervenção militar no estado de Santa Catarina durante o regime civil-militar. Nela, vários catarinenses, considerados um perigo à estabilidade do governo, foram sequestrados, interrogados e torturados. [...] Posta em prática no final de 1975, a operação, que durou até 1977, teve 42 presos.<sup>195</sup>

---

<sup>191</sup> O texto desta seção foi escrito pela bolsista da CMV/UFSC Alina Nunes e pela professora Janine Gomes da Silva, membro da CMV/UFSC.

<sup>192</sup> LOHN, Reinaldo L. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Histórias na ditadura*: Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17- 61.

<sup>193</sup> SOUZA, Eliton Felipe de. Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. *Perseu*, ano 7, n. 11, 2016, p. 114. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/96>. Acesso em: 8 nov. 2016.

<sup>194</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, 1969-1975. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 88-90.

<sup>195</sup> SOUZA, Eliton Felipe de. Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. *Perseu*, op. cit., p. 116.

O processo judicial foi longo, e o julgamento no Tribunal Militar, baseado na Lei de Segurança Nacional, “que resultou na condenação de 17 acusados, só seria extinto com a decretação da Lei da Anistia, em 1979”.<sup>196</sup>

Nas últimas décadas, vários trabalhos vêm tematizando a Operação Barriga Verde e trazendo à tona detalhes da perseguição e da tortura vivenciadas por muitos catarinenses nessa operação que prendeu 42 militantes do PCB no estado – nas cidades de Florianópolis, Joinville, Itajaí e Criciúma. No caso da cidade de Florianópolis, a Operação Barriga Verde atingiu também a UFSC. Segundo Celso Martins: “O movimento estudantil na UFSC foi retomado a partir de 1975 e cresceu com as reivindicações específicas das universidades, o envolvimento na campanha pela anistia e os estímulos das manifestações operárias no ABC paulista”.<sup>197</sup>

É possível perceber que havia forte resistência à ditadura civil-militar na UFSC, e que, conseqüentemente, a militância de alunos e professores da universidade estava sob a mira da ditadura: entre os presos da Operação Barriga Verde, em novembro de 1975, encontravam-se vários membros da comunidade acadêmica da UFSC. Desde o dia 15 de julho de 1975, com a deflagração da primeira fase da operação, os órgãos repressivos da ditadura civil-militar observavam professores e estudantes da UFSC. Nessa fase, a qual consistiu em uma “coleta de dados”, durante quatro meses foi feita “ampla pesquisa [...] junto às ASIs e Órgãos de Segurança e Informações [...] objetivando o levantamento preliminar de elementos suspeitos de ligações com o PCB”. A segunda fase da operação durou do dia 28 de outubro ao dia 3 de novembro, e os suspeitos foram localizados, sendo feito o “acompanhamento cerrado de suas atividades”. A partir do dia 4 de novembro de 1975, iniciaram-se a terceira e quarta fases da Operação Barriga Verde.<sup>198</sup>

No dia 4 de novembro de 1975 se iniciaram os sequestros daqueles investigados pela Operação Barriga Verde. As prisões foram feitas com base no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, que considerava crime

---

<sup>196</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER; LOHN, *Histórias na ditadura, op. cit.*, p. 40.

<sup>197</sup> MARTINS, Celso. A gente quer ter voz ativa: estudantes contra a ditadura (1975-1979). In: BRANCHER; LOHN, *Histórias na ditadura, op. cit.*, p. 279.

<sup>198</sup> Fichado SNI/ASI ACT/-CE\_1137\_81, (p. 6) do Arquivo Nacional de Brasília, acervo da CMV/UFSC.

reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.

No dia seguinte, o movimento estudantil da UFSC elaborou uma nota denunciando o que tinha acontecido, documento intitulado “Carta Aberta dos Diretórios da Universidade Federal de Santa Catarina aos colegas e professores, ao Ministério da Educação e Cultura, ao Ministério da Justiça, às autoridades em geral e à comunidade”.<sup>199</sup> Essa nota, que circulou no dia 5 de novembro de 1975, relacionava os nomes dos primeiros presos pela operação:

Marcos Cardoso Filho (professor do Departamento de Engenharia Elétrica e aluno de pós-graduação da UFSC), Cirineu Martins Cardoso (acadêmico de economia), José Carlos da Silveira (estudante de direito, logo liberado) e Celso Padilha (aluno de engenharia). Além deles, foram citados o livreiro Alécio Verzola e o advogado e ex-presidente do DCE Roberto Motta; estavam desaparecidos Vilson Rosalino da Silveira (professor de engenharia elétrica) e Valdir Alves (jornalista).<sup>200</sup>

Além desses nomes, muitos outros surgiram durante todo o mês de novembro. As prisões cessaram somente no dia 5 de dezembro de 1975.<sup>201</sup> A maioria dos que foram presos eram operários (mineiros do carvão no sul do estado, operários das indústrias de Joinville e portuários de Itajaí), e muitos dos estudantes eram filhos de mineiros (Roberto Motta) ou de camponeses (os irmãos Marcos Cardoso Filho e Rosemarie Cardoso). Alguns eram trabalhadores (Alécio Verzola, Cirineu Martins, Celso Padilha, conhecido como “Pinduca”, Márcio Campos), outros eram professores da universidade (como Marcos Cardoso Filho e Vilson Rosalino); todos eles foram militantes em anos anteriores ou nos anos da operação.

Outros indiciados pela operação já eram formados pela UFSC: Roberto Motta, advogado, ex-presidente do DCE; Vladimir Amarante, advogado, ex-diretor do DCE; Sérgio Giovanella, aluno e depois profissional de odontologia; Rosemarie Cardoso, ex-membro do DCE e depois assistente social da prefeitura de Joinville, onde foi presa. Dois outros se exilaram: Gerônimo Wanderley

---

<sup>199</sup> MARTINS, A gente quer ter voz ativa. In: BRANCHER; LOHN, *Histórias na ditadura*, op. cit., p. 279.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 279-280.

<sup>201</sup> Documento do SNI ACT/ACE/1137/81, p. 8-9.



Machado, por antecipação, antes da Operação, e Wilson Rosalino, professor de Engenharia, durante a operação.<sup>202</sup> Nos depoimentos e descrições das torturas, existem relatos de tentativas de suicídio e da longa vida degradada que tiveram nas prisões.<sup>203</sup> Sendo assim, as histórias sobre os abusos cometidos contra professores e estudantes da UFSC são várias. Exemplo disso é o caso de Wilson Rosalino, que

teve grande repercussão no campus Trindade: cercado por agentes da repressão no antigo bar e boate do Diretório Acadêmico da Engenharia, dentro da UFSC, o professor teve que ser resgatado por parlamentares do MDB, como Walmir Wagner, e encaminhado para o exílio, só retornando com a anistia de 1979.<sup>204</sup>

Outro caso que causou grande repercussão foi o de Marcos Cardoso Filho. Em carta aberta (figura 4.8) escrita por ele, datada do dia 21 de dezembro, o jovem professor da UFSC relata como foi sequestrado pelos órgãos da ditadura civil-militar:

Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares. Fui levado para as dependências do Exército local (63<sup>a</sup> BI) onde mais tarde ouvi vozes de outros amigos. Fiquei mais de três horas incomunicável numa cela.<sup>205</sup>

Após a prisão no 63<sup>a</sup> Batalhão de Infantaria, em Florianópolis, Marcos foi levado para Curitiba, para o DOI-CODI da 5<sup>a</sup> Região Militar (RM), que funcionava com a fachada de “Clínica Marumbi”. Nos dias 21 e 22 de setembro do ano seguinte, ocorreu uma audiência para julgar os pedidos de relaxamento de 26 prisões da Operação Barriga Verde. A Justiça Militar escolheu como local a Escola Técnica de Santa Catarina, onde Marcos Cardoso Filho lecionava.<sup>206</sup>

---

<sup>202</sup> Depoimento de Wilson Rosalino concedido à CMV em 24 de novembro de 2016.

<sup>203</sup> Conforme depoimentos concedidos à CMV.

<sup>204</sup> MARTINS, A gente quer ter voz ativa. In: BRANCHER; LOHN, *Histórias na ditadura*, op. cit., p. 280.

<sup>205</sup> Carta aberta de Marcos Cardoso Filho, 21 de dezembro de 1975. A carta manuscrita foi reproduzida na íntegra no final deste capítulo.

<sup>206</sup> O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), como hoje é chamada a Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), criou, em 2014, uma comissão interna que estudou o caso do professor Marcos Cardoso Filho no IFSC. Destacou no seu Relatório Final, entre outros, o julgamento da Justiça Militar nas dependências da ETF-SC, em claro ato de intimidação, e a demissão do professor

O pedido de Marcos foi negado e ele continuou preso, aguardando julgamento. O julgamento ocorreu em 9 e 10 de fevereiro de 1978, em Curitiba. Ficou preso até 19 abril de 1978, quando saiu em liberdade condicional.<sup>207</sup> Marcos, após ser libertado, em abril daquele mesmo ano, “não voltou a dar aulas na ETF-SC – foi exonerado pelo diretor Frederico Guilherme Büendgens” por motivação política. O professor morreu em dezembro de 1983, aos 33 anos, em acidente de barco na Lagoa da Conceição,<sup>208</sup> e nem mesmo sua morte deixou de ser acompanhada de perto pelos órgãos repressores da ditadura militar, que notaram a presença de comunistas no velório do professor.

Cerca de 200 pessoas (entre elas o dirigente comunista HÉRCULES CORREIA) compareceram no dia 29 dez 83 para a missa de 7ª dia, celebrada num misto de tensão, revolta, músicas, orações de protestos e lembrança de textos redigidos pelos mortos, entre eles um escrito por MARCOS CARDOSO FILHO, em 21 dez 75, época em que foi preso por atividades subversivas na Operação Barriga Verde: “Torturas, desaparecimentos e suicídios. Sequestros, mutilações e mortes. Porém quando isso acontece com nossos amigos ou conosco mesmo é muito mais duro [...]”<sup>209</sup>

Foi em Curitiba que a maior parte dos presos pela Operação Barriga Verde sofreu diversos tipos de torturas, fossem elas físicas ou psicológicas. Segundo Vargas, a 5ª Região Militar era “uma masmorra disfarçada de ‘Clínica Marumbi’, onde alguns torturadores exigiam ser chamados de ‘Doutor’”.<sup>210</sup> Somente no dia 14 de dezembro de 1975 vieram a público os 42 nomes dos indiciados pela Operação Barriga Verde. Os nomes e respectivos crimes apareceram no longo

---

Marcos da ETF-SC. Além desse relatório, o IFSC produziu o documentário *História recontada: professor Marcos Cardoso Filho e a ditadura na Escola Técnica*, que foi apresentado em sessão de homenagem no dia 22 de setembro de 2014. Disponível em: <https://abre.ai/csiK>. Esse relatório e o filme podem ser encontrados no site do Acervo da Comissão Memória e Verdade da UFSC. Disponível em: [www.cmv.ufsc.br](http://www.cmv.ufsc.br).

<sup>207</sup> *História recontada: professor Marcos Cardoso Filho e a ditadura na Escola Técnica*. Produção: IFSC TV. Florianópolis, 2014. 24 min. Disponível em: <https://abre.ai/csiH>. Acesso em: 27 nov. de 2016.

<sup>208</sup> IFSC homenageia professor Marcos Cardoso Filho na segunda-feira com exibição de documentário. *Notícias UFSC*: online. 22 de setembro de 2014. Disponível em: <https://abre.ai/csiK>. Acesso em: 8 nov. 2016.

<sup>209</sup> Ficha SNI/ASI AC-ACE\_39742/84(p. 4) – Arquivo Nacional Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>210</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 133.

documento assinado pelo general Samuel Augusto Alves Corrêa, comandante da 5ª Região Militar de Curitiba, e esse documento foi divulgado pelo jornal *O Estado*.<sup>211</sup> Daqueles 42 nomes, pelo menos 32 afirmaram, posteriormente, ter sofrido tortura.

Apesar dos trabalhos já realizados nos quais se destaca o livro *Os quatro cantos do Sol* já citado, existem ainda muitas histórias dos presos na Operação Barriga Verde a serem contadas – além daquelas que ficaram mais conhecidas e das vivências de tantos outros estudantes, professores e servidores. Quem eram os funcionários da universidade que colaboravam com a repressão? Quem internamente apoiou a Operação Barriga Verde? Infelizmente a Comissão Memória e Verdade da UFSC não conseguiu aprofundar tantas histórias. Entretanto, a partir do que foi localizado, a seção a seguir apresenta uma breve cronologia comentada, com destaque para a operação e para a UFSC, com o objetivo de ajudar em novas pesquisas.

#### 4.4.1 Cronologia comentada: a Operação Barriga Verde e a UFSC

Alguns anos antes de deflagrada a Operação Barriga Verde, os membros do PCB em Santa Catarina já estavam sendo vigiados e perseguidos. Conforme o inquérito da Polícia Federal sobre a Operação Barriga Verde, numa reunião que ocorreu em Piçarras, na chácara de Ury Coutinho de Azevedo, teria sido eleito o Comitê Estadual do PCB.<sup>212</sup> No ano seguinte, foi criada a Juventude MDB (JMDB), composta majoritariamente por membros do ilegal PCB.<sup>213</sup> Os militantes se dividiam entre as reuniões legais da JMDB e encontros clandestinos do PCB. A primeira reunião do Comitê Municipal do PCB em Florianópolis ocorreu no início de agosto de 1974, com a presença de militantes ligados à UFSC.<sup>214</sup> Em novembro desse mesmo ano, o ex-estudante e professor aposentado da UFSC, Gerônimo Wanderley Machado, importante membro do PCB em Santa Catarina, foi para a França continuar seus estudos; por estar fora do país, conseguiria escapar das prisões da Operação Barriga Verde. Segundo Gerônimo:

Em 1975 fui indiciado na operação Barriga Verde. Para fazer inquérito na minha vida, que resultou na demissão formal no BESC. Tenho indícios de cópia, tentei acessar o dossiê, documento do BESC. Cancelaram contrato

---

<sup>211</sup> Órgãos de segurança divulgam os nomes dos implicados na subversão. *O Estado*, Florianópolis, p. 35, 14 dez. 1975.

<sup>212</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1161/81, p. 11.

<sup>213</sup> Documento do SNI: ACT/ACE/1137/81, p. 13.

<sup>214</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1161/81, p. 12-13.

com o BESC, demitiram. Procuraram para ser preso, não me encontraram; no julgamento os companheiros salvaram a barra; fui absolvido, desclassificado o processo. [...] Minha sorte foi porque saí um ano antes. Estava fazendo doutorado, e exigiram que o BESC me demitisse formalmente.<sup>215</sup>

O ano de 1974 foi de muita relevância para que a repressão se articulasse de maneira tão violenta no ano seguinte, pois as eleições de 1974 atribuíram 161 cadeiras na Câmara dos Deputados para membros do MDB.<sup>216</sup> Cabe ressaltar que muitos dos militantes do PCB se articulavam nas fileiras do MDB. Segundo Mateus Torres,

com a derrota nas urnas, a ditadura militar tratou de tentar reforçar suas bases de legitimação social, apelando mais uma vez para a suposta ameaça que a esquerda poderia representar para o país. Como as organizações armadas haviam sido derrotadas, restava então enfocar um velho inimigo: o Partido Comunista.<sup>217</sup>

Evidenciadas diversas vezes em relatórios do SNI encontravam-se as composições dos Comitês Estaduais e Municipais do PCB. As fichas do SNI frisam diversas vezes os cargos dos indiciados pela Operação Barriga Verde.<sup>218</sup>

Cerca de três meses antes das prisões de militantes do PCB, a Operação Barriga Verde foi deflagrada. A primeira fase foi de “coleta de dados”, iniciada em 15 de julho de 1975.<sup>219</sup> Em setembro de 1975, no estado do Paraná, dezenas de militantes do PCB foram presos durante a Operação Marumbi, realizada em moldes similares ao que depois foi a Operação Barriga Verde.

---

<sup>215</sup> Depoimento de Gerônimo Wanderlei Machado à CMV/UFSC em 30 de abril de 2015.

<sup>216</sup> Em Santa Catarina, elegeram-se Evelásio Vieira para senador, Walmor Paulo de Luca e Murilo Sampaio Canto para deputados estaduais.

<sup>217</sup> TORRES, Mateus Gamba. *“A justiça nem ao diabo se há de negar”*: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UDESC, Florianópolis, 2012, p. 19.

<sup>218</sup> Na ficha do SNI ACT-ACE\_1137\_81 (p. 14) consta que, em maio de 1975, o professor de Engenharia da UFSC, Marcos Cardoso Filho, foi eleito 2º vice-presidente da JMDB, durante 3ª Convenção Regional da entidade.

<sup>219</sup> Ficha do SNI – ACT-ACE\_1137\_81, (p. 6) do Arquivo Nacional de Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

Foi realizada ampla pesquisa – sob a coordenação da 2ª Sec/Comdo 5ª BM/DE – junto às AI e órgãos de Segurança e Informações sediados em SANTA CATARINA e outras áreas, objetivando o levantamento preliminar de elementos suspeitos de ligações com o PCB. Interrogatório de militantes presos no PARANÁ. Nos interrogatórios a que foram submetidos os elementos capturados no decorrer da OPERAÇÃO MARUMBI, realizados pelo DOI/5ª RM/DE, buscou-se obter dados sobre o PCB de SANTA CATARINA, notadamente com os presos que já tinham militado ou estabelecido ligações com membros do “PARTIDO” daquele Estado. Os resultados alcançados foram altamente positivos.<sup>220</sup>

Ex-presidente do DCE da UFSC, o advogado Vladimir do Amarante foi preso “pelo DOI-CODI às 17 horas do dia 15 de outubro de 1975, ‘sem oferecer resistência’, por ‘envolvimento com o PCB e por ter sido citado nas declarações de Newton Cândido’” durante a Operação Marumbi, realizada no Paraná; “em seguida foi conduzido a Curitiba”. Vladimir foi duramente torturado, pois “foram arrancados fio por fio da barba do Vladimir entre Guarapuava e Curitiba. A cara dele ficou inchada como se tivesse sido mordido por um enxame de abelhas”.<sup>221</sup> Segundo Alécio Verzola: “Quando soubemos da prisão do Vladimir [do] Amarante, no Paraná, fizemos contato com o irmão dele aqui. Ele nos garantiu que estava tudo bem legal com o Vladimir, que ele estava bem, não estava sendo torturado”.<sup>222</sup>

No dia 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI/CODI/II Exército, em São Paulo.<sup>223</sup> Em Santa Catarina, três dias mais tarde, iniciou-se a segunda fase da Operação Barriga Verde: os suspeitos foram localizados e foi feito o “acompanhamento cerrado de suas atividades”.<sup>224</sup> Wilson Rosalino, um dos presos pela operação, relatou:

---

<sup>220</sup> Ficha do SNI – ACT-/ACE\_/1137\_81, (p. 11) do Arquivo Nacional de Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>221</sup> MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Boiteux, 2006, p. 114-115.

<sup>222</sup> SANTOS *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 41-42. Entrevista de Alécio Verzola a Patrícia Santos, em 20 de agosto de 1986.

<sup>223</sup> “II Exército anuncia suicídio de jornalista”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 27 out. 1975. Disponível em: <https://abre.ai/cshH>. Acesso em: 22 out. 2016.

<sup>224</sup> Ficha do SNI: ACT-/ACE\_/1137\_81, (p. 6-7) do Arquivo Nacional de Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

O clima de preocupação já existia comigo e com os companheiros que foram presos [no Paraná]. [...] Foi preso na ocasião um companheiro nosso com quem tínhamos um relacionamento muito íntimo, de trabalho político. [...] o clima de tensão e insegurança chegou um pouco no ápice. [...] início da espionagem das pessoas que depois seriam presas [...] alguns companheiros começaram a ser seguidos e alertados [...]. Eu percebia ao sair de casa pela manhã, tinha um carro estacionado a alguma distância de minha casa com algumas pessoas dentro [...], e esse carro partia imediatamente atrás de mim e para onde eu ia. Estacionava, e ele parava a certa distância. Isso acontecia quando vinha para a Universidade ou a Assembleia. [...] Ficou muito fácil perceber que estava sendo seguido. Me acompanhavam desde a manhã, todo o dia, me deixavam em casa, digamos assim, e se mandavam.<sup>225</sup>

Ronaldo Dias de Andrade relata o clima de medo que já existia na iminência da Operação Barriga Verde:

[...] foi criando um sistema de medo. Até que ponto era um fantasma para nós, ou elemento da repressão? A gente não consegue discernir as coisas. Por outro lado, dentro da sala de aula existiam militares estudando com a gente, que podiam não ter nada a ver com a repressão e eram tratados como elementos da repressão. [...] Esse era o clima que a gente vivia na época.<sup>226</sup>

No dia 4 de novembro, os primeiros militantes do PCB seriam presos durante a Operação Barriga Verde. O romeno Teodoro Ghercov, profissional do partido, Alécio Verzola, Marcos Cardoso Filho, Roberto João Motta, Celso Padilha, Valci Lacerda e Cirineu Martins Cardoso foram as primeiras vítimas. No dia seguinte, Elineide Lícia Martins, Márcio Campos e Sérgio Giovanella também foram presos.<sup>227</sup>

Segundo Alécio Verzola, um dos primeiros a serem sequestrados pela Operação Barriga Verde:

No dia 4, eu me acordei próximo das oito horas, tomei café rapidamente e fui pegar o ônibus. [...] Havia três carros naquele dia, e, quando me aproximei da esquina, para descer o morro, os três pularam em cima de mim; um me bateu

---

<sup>225</sup> GIACOMELLI *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 41-42. Depoimento gravado de Wilson Rosalino a Ivan Giacomelli. Florianópolis [29/07/1995].

<sup>226</sup> Depoimento de Ronaldo Dias de Andrade à CMV/UFSC em 21 de maio de 2015.

<sup>227</sup> Ficha do SNI: ACT-/ACE\_/1137\_81, (p. 7-9) do Arquivo Nacional de Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

com um revólver, o outro já colocou um óculos, me algemaram rapidamente e me jogaram dentro do carro. [...] Não me disseram nada. Só disseram que eu estava preso e no caminho não falaram nada. [...] Fiquei algemado, sem os óculos... Logo em seguida começou a chegar mais, mais carro, mais carro, mais carro. Era como se fosse uma casa, mas tudo aberto, só tinha um banheiro assim num canto e algumas camas de campanha jogada. Cobertor do Exército, colchão no chão... aí comecei a ouvir essa movimentação, entra carro, sai carro. Fulano de tal vamos ter que buscar, não está.... Sai essa equipe. [...]. Depois foi feita outra acareação, eu com Teodoro e o Marcos, o Vladimir, o Newton. Ficamos umas quatro horas mais ou menos com o pessoal que era encarregado da operação, e junto estava o major Souto, do Grupamento do Leste Catarinense. Ele assessorava. Pergunta aqui e dali. Esse interrogatório foi só para confirmar as relações entre as pessoas. O primeiro cara que me interrogou eu dizia sempre não, não. Ele dizia: olha, é bom tu falar senão daqui a pouco eu te quebro a cara e tal, te dou uma porrada [...]. Num camburão botaram eu, o Motta, o Vladimir, Cirineu, Teodoro e Newton. Paramos no meio do caminho, fizeram uma porção de encenação. Abre a porta, vamos fuzilar e tal.<sup>228</sup>

Sequestrado no segundo dia de prisões, Márcio Campos relata:

Eu estava trabalhando normalmente quando apareceu um sujeito alto, forte, convidando-me para que comparecesse lá embaixo, porque tinha um cidadão que havia sido preso por motivos de tóxicos. E esse cidadão dizia ser meu amigo. Eu era estudante de Direito, e me senti na obrigação e ir lá embaixo para saber o que era. Quando estou no elevador, duas pessoas me seguram pelo braço direito e outra pelo braço esquerdo, dizendo que era um sério prejuízo à estabilidade política do país, e por isso, eu estava sendo preso. [...] O cidadão abriu o paletó, mostrando uma metralhadora a tiracolo. Obrigaram-me a entrar dentro de um carro, e, logo em seguida, me colocaram uns óculos pretos de soldador e deram voltas infundáveis pela cidade. Depois fui conduzido ao quartel do Exército, como pude verificar posteriormente. [...] Eu fui interrogado com um cara escutando música clássica, fumando um tremendo charuto, e sentado com os pés em cima da mesa... eu não sofri nenhuma agressão física. A gente era interrogado dez, vinte vezes sobre a mesma coisa. Saía um, entrava outro. Eles diziam: tá, você pode ir embora. Então, de repente, te chamavam novamente.<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup> GIACOMELLI *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 20-24. Depoimento gravado de Alécio Verzola a Ivan Giacomelli. Florianópolis [199-].

<sup>229</sup> SANTOS *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 19-25. Entrevista de Márcio Campos a Patrícia Santos em 13 de agosto de 1986.

## Segundo Mateus Bandeira Vargas:

Os depoimentos das vítimas da Operação Barriga Verde revelam um roteiro parecido: os presos saíram em furgões e caminhonetes Veraneio em direção a Curitiba. Alguns tiveram os braços algemados e atados a um cano por baixo do assento. Iam sentados, com o tórax e a cabeça para baixo. O carro manobrava com força para os lados e freava de repente. Se encostasse com a cabeça no banco do motorista, o preso levaria porrada, ameaçavam. Vocês estão a caminho do DOI-CODI de São Paulo, é barra pesada, vão morrer lá, ameaçavam.<sup>230</sup>

O deputado estadual Murilo Sampaio Canto (MDB) faria pronunciamento na Assembleia Legislativa denunciando o desaparecimento e prisões dos militantes em Santa Catarina.<sup>231</sup> A mobilização contra as prisões arbitrárias também ocorreu na UFSC. Estudantes se reuniram para divulgar uma carta aberta citando os nomes de alguns dos presos que faziam parte da comunidade acadêmica, como Cirineu Martins Cardoso, estudante de Economia, José Carlos Silveira, estudante de Direito, Celso Padilha, estudante de Engenharia, Vilson Rosalino, professor da Engenharia Elétrica, Valdir Alves, estudante. Também pediram apoio de outras universidades, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a UFBA, para difundir o documento por todo o país.<sup>232</sup>

O exército divulgou a sua versão sobre as prisões no dia 8 de novembro, no “Comunicado do Comando da 5ª RM/DE”, publicado no jornal *O Estado*.<sup>233</sup> Ex-estudante da UFSC e irmã do professor Marcos Cardoso Filho, Rosemarie Cardoso Bittencourt foi presa pela Operação Barriga Verde dias mais tarde, em 13 de novembro.<sup>234</sup> Segundo Rosemarie, sua arbitrária prisão se deu da seguinte forma:

Então, eu estava em Joinville trabalhando como assistente social, sabia que esse pessoal tinha sido preso. [...] Uma semana antes, eu morava sozinha com os meus filhos, meus dois filhos mais velhos, e chega esse fulano de olhos azuis, o negócio dos olhos azuis é que marcou bem, ele chega na

---

<sup>230</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 139-140.

<sup>231</sup> Ficha do SNI: ACT-/ACE/CN/88535\_75, (p. 1) do Arquivo Nacional de Brasília. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>232</sup> *Ibidem*.

<sup>233</sup> Comunicado do Comando da 5ª RM/DE. *O Estado*, Florianópolis, 8 nov. 1975.

<sup>234</sup> Ficha do SNI: ACT-/ACE\_/1137\_81, (p. 8) do Arquivo Nacional de Brasília. Acervo da CMV/UFSC.



minha casa de noite, um domingo à noite e pergunta: “é aqui que mora a fulana?”. Eu bem inocente, também, eu pensei... Não vou dizer, o cara chega na minha casa, dizer “eu moro aqui”, não, né, não mora. Ele foi embora e disse: “tô procurando a fulana”. E deu o meu nome. [...]. No outro dia fomos para o trabalho [...]. Quando eu chego lá tinham três senhores me esperando, um deles [o d]os olhos azuis. Aí me levaram para a delegacia, [...] depois me levaram para o batalhão; lá encontrei um outro rapaz que eu não conhecia, que também entrou no processo do PCB. Me deixaram até 9 horas da noite, 9 horas da noite veio a tal da condução, que trazia o pai do Rômulo que tinham prendido aqui em Florianópolis, e nos levaram para Curitiba, com o “bizoclão”, os tais dos óculos. E lá em Curitiba, quando eu cheguei, então me levaram para uma sala e me deram tortura com o telefone, que eles botavam os fios e perguntavam. Fiquei lá em Curitiba uns 10 dias, e cada dia a gente fazia dois ou três interrogatórios com as equipes diferentes. Aí a gente voltou para Florianópolis, na Polícia Federal tinha que assinar o depoimento com o Lúcio, era o cara da Polícia Federal com revólver. Fiquei presa de 12 ou 13 de novembro de 1975. [...] Me pegaram no trabalho, estavam três caras me esperando, um que eu conhecia já, que era o tal fulano aquele, que ficou lá o chefe do gabinete, e me levaram para a delegacia.<sup>235</sup>

Ex-estudante da UFSC e ex-presidente do DCE, preso e submetido a tortura nas dependências do Exército em Curitiba, Roberto Motta tentou se suicidar pela primeira vez no dia 5 de dezembro. Foi transferido para o Manicômio Judiciário. Enquanto isso, o professor de Engenharia da UFSC Vilson Rosalino, que conseguiu fugir das prisões em Santa Catarina, chegava a Paris no dia 12 de dezembro de 1975, foragido da Operação Barriga Verde.<sup>236</sup>

No dia 14 desse mesmo mês, o comandante da 5ª RM/DE, de Curitiba, general Samuel Augusto Alves Corrêa, divulgou, no jornal *O Estado*, a relação de todos os nomes e crimes cometidos pelos indiciados na Operação Barriga Verde. O texto ocuparia uma página inteira do jornal.<sup>237</sup>

O inspetor da PF em Santa Catarina, Lúcio Jaimes Acosta, concluiu o Inquérito Policial nº 049/SR/DPF/SC, referente à Operação Barriga Verde, no dia 2 de janeiro de 1976. Foi solicitada pelo inspetor a prisão preventiva de Cirineu

---

<sup>235</sup> Depoimento de Rosemarie Cardoso à Comissão Estadual da Verdade.

<sup>236</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 241.

<sup>237</sup> ÓRGÃOS de segurança divulgam os nomes dos implicados na subversão. *O Estado*, Florianópolis, p. 35, 14 dez. 1975.

Martins Cardoso e Marcos Cardoso Filho.<sup>238</sup> Dos 44 indiciados pelo inquérito, 38 já tinham sido presos pelo DOI/5º RM/DE.<sup>239</sup>

No dia 6 de janeiro, a então estudante de Direito da UFSC Elineide Lícia Martins saiu da prisão para responder ao processo em liberdade,<sup>240</sup> notícia também divulgada na imprensa local.<sup>241</sup> E, em 23 de janeiro, o advogado Roberto Motta voltou para a Colônia Penal. No início de março, ele seria transferido novamente para o Manicômio Judiciário.<sup>242</sup>

O Conselho Permanente de Justiça Militar acolheu, em 19 de fevereiro de 1976, os pedidos de prisão reiterados pelo Ministério Público, oficializando a prisão preventiva dos acusados, apesar de já estarem presos desde novembro do ano anterior. Foram presos 33 acusados, inclusive um dos que já haviam sido soltos após os inquéritos do início do ano.<sup>243</sup> Entre os que estavam oficialmente presos estavam Alcício Verzola, Marcos Cardoso Filho, Valci Lacerda e Roberto João Motta.<sup>244</sup>

As prisões, torturas e todo tipo de autoritarismo marcaram as vivências de várias pessoas perseguidas pela Operação Barriga Verde. Roberto Motta tentou novamente o suicídio em meados de abril. Em seguida, o advogado Djalma Garbelotto pediu o relaxamento da prisão preventiva de Motta. No dia 7 de junho, ele foi internado no Instituto São José, tendo a família de arcar com todos os custos, inclusive dos policiais que ficassem junto a ele.<sup>245</sup> Segundo Margaret Grando, estudante da UFSC de 1975 a 1980:

---

<sup>238</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 1/3, p. 52

<sup>239</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1161/81, p. 1.

<sup>240</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 1/3, p. 64.

<sup>241</sup> PRESOS por subversão foram liberados pelas autoridades. *O Estado*, Florianópolis, 6 jan. 1976, p. 11.

<sup>242</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 261-263.

<sup>243</sup> TORRES, “*A justiça nem ao diabo se há de negar*”, *op. cit.*, p. 150-151.

<sup>244</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 1/3, p. 52 e ACT ACE CNF 1200/81 2/3, p. 101. Especialmente sobre Valci Lacerda, localizamos alguns documentos da universidade que indicam que este pediu demissão em 1976 e, em 1990, tentou reintegrar-se, alegando que recebera menos do que o previsto em edital e citando o contexto político em que se demitira. Infelizmente a documentação localizada é esparsa, indicando apenas que, em 2003, Valci Lacerda tentou anistia pela UFSC, não apresentando o desfecho do processo.

<sup>245</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 265-271.

Em 1977, do professor Marcos Cardoso Filho recebi uma informação que ele solicitava muito, que eu conversava com a Marise Maravalhas,<sup>246</sup> com a Maria Rita,<sup>247</sup> com outras esposas e familiares, para a gente trazer o movimento feminino pela anistia aqui para Santa Catarina, numa sessão. [...] e aí acabamos indo para São Paulo e conversamos com a Therezinha Zerbini,<sup>248</sup> que nos recebeu, e aí comentou até da ida da Maria Rita na USP, que foi quem fez uma denúncia muito grande das torturas que o Roberto Motta havia sofrido aqui e em Curitiba, não sei exatamente os detalhes desse sofrimento. E aí em 1977, esse núcleo foi instalado em SC, a Marise e a Maria Rita assumiram inicialmente. Esse movimento feminino pela anistia teve apoio importante da Cúria Metropolitana aqui de Florianópolis, e depois do centro brasileiro pela anistia, e foi criada também uma sessão aqui em SC. [...] e isso depois vai se desdobrar com movimentos do país todo pela Lei da Anistia.<sup>249</sup>

Em 29 de julho de 1976 os presos políticos foram transferidos da Colônia Penal para a Penitenciária de Florianópolis.<sup>250</sup> Documento do SNI revela que o órgão conseguiu acessar uma cópia de um documento enviado ao reitor da UFSC pela Seção Francesa da Anistia Internacional, por meio do qual essa entidade demonstra sua preocupação com o professor Marcos Cardoso Filho: “A DCI/SSI/SC, encaminhou à ACT/SNI, cópia da carta vinda da FRANÇA e endereçada ao nominado na qual o remetente VIALLE solidariza-se com MARCOS, pela atual situação em que se encontra no BRASIL.”<sup>251</sup> Um dos

---

<sup>246</sup> Esposa de Marcos Cardoso Filho.

<sup>247</sup> Esposa de Roberto Motta.

<sup>248</sup> Fundadora do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) na cidade de São Paulo. O núcleo catarinense teve sua oficialização em 27 de novembro de 1977, em Florianópolis. A principal bandeira desse movimento era a luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos os presos e exilados políticos pelo regime civil-militar, instaurado no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. SILVA, Mariane da. *O Movimento Feminino pela Anistia: a participação e o engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979*. 2015. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

<sup>249</sup> Depoimento de Margaret Grando, farmacêutica, estudante da UFSC de 1975 a 1980. Sessão pública de depoimentos sobre Movimento Estudantil e Resistência à Ditadura na UFSC – anos 1970/1980 para a CMV/UFSC, em 31 de agosto de 2016, UFSC.

<sup>250</sup> CARDOSO FILHO *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 254-273. (Cartas e Bilhetes de Marcos Cardoso Filho. Florianópolis, 1975-77).

<sup>251</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 2/3, p. 144.

documentos localizados registrou uma tentativa de motim entre os presos, no início de setembro de 1976.<sup>252,253</sup>

No dia 22 de setembro de 1976, no auditório da ETF-SC, foi realizada a audiência para o julgamento de relaxamento das prisões executadas pela Operação Barriga Verde. O Conselho da Justiça Militar da 5ª Região optou por transferir-se para Florianópolis no lugar de levar os indiciados até Curitiba.<sup>254</sup> A Justiça Militar avaliou os pedidos de relaxamento de prisão de 26 presos, conferindo a 19 deles o direito de responder ao processo em liberdade, entre eles Cirineu Martins e Valci Lacerda, que tiveram a prisão relaxada no dia 22 desse mesmo mês.<sup>255</sup> Marcos Cardoso Filho, Alécio Verzola, Roberto Cologni e Teodoro Ghercov não tiveram o mesmo direito concedido. Na audiência, destacaram-se vários falsos testemunhos. Segundo Elineide Lícia Martins, uma das indiciadas pela operação:

No dia do julgamento armaram um circo no auditório da Escola Técnica Federal para impressionar Florianópolis, se deram mal. Foi um vexame. Começou assim, como se todos negassem que disseram o que estava nos depoimentos colhidos à força e de acordo com a imaginação do Lúcio, plantaram uma testemunha que teria assistido o interrogatório do Professor Marcos Cardoso e que este dissera o que estava escrito no processo. Quando pediram para a testemunha apontar quem era o Marcos (alto, magro, quase loiro, óculos, bigode) ela apontou para Márcio Campos (bem mais baixo, mais gordo, cabelos pretos, sem óculos, sem bigode). A risada foi geral e perderam a credibilidade.<sup>256</sup>

No dia 4 de novembro de 1976, um documento intitulado “Esclarecimento aos estudantes e ao povo em geral” – assinado pelo DCE da UFSC, pelos diretórios acadêmicos dos Centros de Educação, de Estudos Básicos e Tecnológico e pelo diretório do Instituto Teológico de Santa Catarina – foi lançado, na tentativa de sistematizar o que ocorreu na Operação Barriga Verde.<sup>257</sup>

---

<sup>252</sup> CARDOSO FILHO *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.* p. 292. (Cartas e Bilhetes de Marcos Cardoso Filho. Florianópolis, 1975-77).

<sup>253</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 1/3, p. 82.

<sup>254</sup> Relatório do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

<sup>255</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 1/3, p. 82.

<sup>256</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 148. Entrevista de Elineide Lícia Martins.

<sup>257</sup> BRANCHER; LOHN, *Histórias na ditadura*, *op. cit.*, p. 280.

Figura 4.7 – Relato da sessão do julgamento no auditório da Escola Técnica Federal em 22 de setembro de 1976



Fonte: O Estado, 22 set. 1976.

Em 18 de abril de 1977, Marcos Cardoso Filho, Alécio Verzola e Roberto Cologni iniciariam uma greve de fome.<sup>258</sup> Em carta, os presos reclamavam do fato de estarem sendo mantidos sob prisão preventiva sem culpa, denunciando o sequestro de 1975, as torturas que sofreram e a ilegalidade do inquérito.<sup>259</sup>

Começamos hoje a deixar de comer até que seja dada uma solução para os nossos problemas. [...] Vamos elaborar um documento relatando as arbitrariedades que sofremos por parte da Justiça e enviaremos a vocês. [...] Esperem a divulgação até que tenhamos pronto o documento para que possa dar mais força. [...] O sentido de ficarmos sem comer (e não de greve de fome, como poderia parecer) [...] é de que é uma atitude de apavoramento, de que não existe outra saída. Na realidade, é uma forma

<sup>258</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 102822/77 1/11, p. 6.

<sup>259</sup> *Ibidem*.

de suicídio, porém duradouro. [...] Pedimos para que seja dada a maior divulgação tanto interna como internacionalmente [...] envolver a Igreja, o MDB, a OAB, seria ótimo.<sup>260</sup>

Em 25 de abril de 1977 a Assembleia Legislativa aprovou, por 17 votos a favor e 12 contra, “o envio de mensagem ao Superior Tribunal Militar e à Auditoria da 5ª CJM [Circunscrição Judiciária Militar], para que seja acelerado o processo de julgamento” de Marcos, Alécio e Roberto, os únicos que continuavam presos em Florianópolis.<sup>261</sup> No dia seguinte, os três foram internados no Hospital da Polícia Militar por causa da greve de fome.

O jornal *O Estado* de 26 de abril de 1977 publicou o artigo intitulado “AL pede pressa: processo contra presos políticos”, no qual afirma:

A Assembleia Legislativa vai encaminhar mensagem telegráfica ao Superior Tribunal Militar e à 5ª Auditoria Militar apelando àquelas autoridades para que seja acelerado o processo de julgamento dos presos políticos catarinenses Marcos Cardoso Filho, Alécio Verzola e Roberto Cologni, indiciados e presos em novembro de 1975. O envio dos telegramas foi requerido pelo deputado Martinho Herculano Ghizzo, tendo sido aprovado pelo plenário por 17 votos a favor e 12 contra, no seguinte teor: “Tendo em vista dúvidas sobre o comportamento processual dos órgãos responsáveis sobre três cidadãos catarinenses [...] bem como dúvidas do paradeiro e desdobramento processual de onze outros cidadãos, vimos apelar espírito de justiça e humanidade vossas excelências no sentido de que sejam feitos esclarecimentos e justiça não só a estes cidadãos como às suas famílias que sofrem por tais fatos momentos de angústia e sofrimento e que não solicitam outra conduta de V. Excas. senão que se cumpra respeito às pessoas ora em questão e que se faça justiça.”<sup>262</sup>

Os parlamentares Acácio Pereira, Francisco de Assis Küster, Lauro André da Silva e Murilo Sampaio Canto, do MDB, visitaram os presos políticos Marcos, Alécio e Roberto no hospital<sup>263</sup> bem como os deputados Walmor Paulo de Luca, Miraci Deretti e novamente Francisco de Assis Küster, todos do MDB, dias mais tarde. No dia 1º de maio de 1977, acabou a greve de fome dos três presos

---

<sup>260</sup> CARDOSO FILHO *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 277. (Bilhete de Marcos Cardoso Filho à família. Florianópolis, 18 de abril de 1977).

<sup>261</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 102822/77 1/11, p. 19.

<sup>262</sup> AL pede pressa: processo contra presos políticos. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 26 abr. 1977.

<sup>263</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 102822/77 1/11, p. 19.

políticos,<sup>264</sup> que tiveram alta do Hospital da Polícia Militar e retornaram à prisão do 4º Batalhão da Polícia Militar.

Em 30 de agosto de 1977, Alécio Verzola foi “acometido por uma crise nervosa seguida de estado depressivo” e ateou fogo na própria cama, pedindo que fosse transferido ao Hospital da Polícia Militar.<sup>265</sup> Apenas no dia 10 de novembro de 1977, mais de dois anos após serem capturados pela polícia, a prisão preventiva de Alécio Verzola, Roberto Cologni e Marcos Cardoso Filho seria relaxada. Um documento do SNI relata o relaxamento das prisões: “Encaminhou à ACT/SNI cópia de documentos relativos a revogação de sua prisão preventiva, determinada pelo Superior Tribunal Militar, tendo o mesmo sido posto em liberdade no dia 10/11/77, em perfeita condições físicas”.<sup>266</sup>

Finalmente, nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1978, ocorreu o julgamento dos acusados pela Justiça Militar com o seguinte veredito: relaxamento provisório de 20 indiciados pela Operação Barriga Verde, absolvição de 25 réus e condenação de 17 deles pelo “Conselho Permanente da Justiça Militar, pelo crime do artigo 43 do Decreto-Lei nº 898/69, ou seja, por tentar reestruturar partido já declarado ilegal e de proibido funcionamento”.<sup>267</sup> Entre os réus relacionados à UFSC, os condenados por unanimidade dos votos foram: Alécio Verzola foi condenado a três anos de reclusão, Marcos Cardoso Filho, a três anos de reclusão, Vladimir do Amarante, também a três anos, Cirineu Martins Cardoso, dois anos, Roberto Motta, também dois anos. Condenados por maioria dos votos, Wilson Rosalino (julgado à revelia, pois estava na França),<sup>268</sup> três anos de reclusão. Celso Padilha foi absolvido por unanimidade dos votos, assim como Rosemarie Cardoso Bittencourt e Elineide Lícia Martins.<sup>269</sup> Alécio Verzola não compareceu ao julgamento, pois não admitia “ser julgado por um tribunal de exceção, uma inquisição, porque, além de tudo, não cometi nenhum crime”.<sup>270</sup>

No dia 3 de março, Marcos Cardoso Filho e Alécio Verzola foram transferidos novamente para a Colônia Penal. Alécio Verzola e Cirineu Martins Cardoso teriam suas liberdades condicionais acatadas em 12 de abril de 1978,<sup>271</sup> sendo que

---

<sup>264</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 102822/77 1/11, p. 20.

<sup>265</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 283-284.

<sup>266</sup> Documento SNI: ACT/ACE/1200/81, p. 145.

<sup>267</sup> TORRES, “*A justiça nem ao diabo se há de negar*”, *op. cit.*, p. 76-77.

<sup>268</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 255-261.

<sup>269</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 113784/78, p. 12-13

<sup>270</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 289-290.

<sup>271</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 113784/78, p. 25.

as de Marcos Cardoso Filho, Roberto Motta e Valci Lacerda o foram alguns dias depois. Receberam todos o alvará de soltura em 19 de abril, sendo colocados em liberdade condicional, ficando ainda alguns presos, entre eles Teodoro Ghercov. No primeiro dia de junho de 1979, o romeno Teodoro Ghercov teve sua liberdade condicional acatada.<sup>272</sup> Finalmente, em 1979 a Lei de Anistia extinguiu o processo de todos os indiciados pela Operação Barriga Verde.

Pelo visto da violência da Operação Barriga Verde e de seu efeito na vida daqueles que foram presos políticos, é importante destacar o que ocorreu posteriormente com os presos, em particular aqueles relacionados à Universidade Federal de Santa Catarina.

Marcos Cardoso Filho voltou a lecionar no departamento de Engenharia Elétrica da UFSC a partir de 1978, mas, como condição para ser recontratado, foi “aconselhado” a não falar sobre os momentos em que esteve preso pela Operação Barriga Verde. Marcos não ficou calado, e, além de dar “entrevistas bombásticas”, o professor voltou a militar pelo PCB, sendo preso junto a 86 pessoas em 13 de dezembro de 1982 durante o VII Congresso do PCB.<sup>273</sup> Em 1983, com apenas 33 anos, a vida do professor chegou ao fim por causa de um acidente na Lagoa da Conceição, no qual ele e outros familiares faleceram durante um passeio de barco que acabou por bater em um fio de alta tensão instalado irregularmente e às pressas em período eleitoral.

Cirineu Martins Cardoso, que foi preso em seu local de trabalho, a Caixa Econômica Federal, concluiu o curso de Economia na UFSC no final da década de 1970. Também ao fim da década de 1970, ilustrava o jornal *Unidade*, órgão de comunicação do PCB. Continuou trabalhando, escrevendo e publicando suas poesias até 1990, quando, com 41 anos, faleceu prematuramente. Seu irmão Ailton Martins Cardoso acredita que o câncer de Cirineu tenha sido proveniente das torturas sofridas durante a Operação Barriga Verde.<sup>274</sup>

Vilson Rosalino retornou do exílio na França em 1979 graças à Lei da Anistia, que extinguiu o processo contra ele e todos os outros indiciados pela Operação Barriga Verde. O retorno à UFSC foi complicado: por ter ido às pressas ao exílio na França, Vilson não pediu demissão nem afastamento, o que a UFSC considerou como abandono de emprego. Segundo o professor, seu processo de reintegração à universidade foi encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura e, com base na Lei da Anistia, foi levado em frente. O decreto de prisão de quatro anos à revelia, anexado ao processo, era prova suficiente de que o

---

<sup>272</sup> TORRES, “*A justiça nem ao diabo se há de negar*”, *op. cit.*, p. 167-170.

<sup>273</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 355-359.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 160-163.



afastamento de Wilson da UFSC se dera por questões independentes de sua vontade. A reintegração do professor aconteceu em 1980, e ele voltou a lecionar no departamento de Engenharia Elétrica.<sup>275</sup>

Roberto Motta, que foi torturado e sofreu problemas psicológicos durante a Operação Barriga Verde, elegeu-se deputado estadual após a anistia. Exerceu a função de juiz do trabalho da 12ª Região até 1998, quando se aposentou. Continuou a sofrer traumas psicológicos e faleceu em 1999, com 52 anos. Após a anistia, Alécio Verzola foi trabalhar na Assembleia Legislativa de Santa Catarina como assessor do deputado Francisco Küster, falecendo em 2010. Márcio Campos tornou-se professor da UFSC. Rosemarie Cardoso Bittencourt seguiu trabalhando na prefeitura de Joinville.

Elineide Lícia Martins terminou a graduação em Direito e tornou-se advogada em Canelinha, interior de Santa Catarina. Entrevistada por Mateus Vargas, declarou:

Penosamente, concluí o nono e décimo períodos, sem ninguém falar comigo, as pessoas sempre me evitando na faculdade, inclusive nas ruas, porque a cidade era muito menor que hoje, e nossas fotos foram primeira página de jornal por várias vezes. Emprego? Nem pensar. Amigos? Só os muito amigos.<sup>276</sup>

Elineide ainda participou de um momento muito importante para o movimento estudantil da UFSC, a Novembrada, mas dessa vez como advogada. Durante a sessão de depoimentos públicos promovida pela CMV/UFSC, ela contou:

[...] lembrei de que eu tinha uma amiga chamada Lelê [Rosângela Koerich de Souza], que levaram também [na Novembrada]. Daí vim com a carteira de estagiária da OAB, me apresentei na Polícia Federal, e eles, muito inteligentes, e eu ainda não tinha carteirinha definitiva porque não tinha dinheiro pra fazer, mas com a minha carteira de estagiária me apresentei e fui recebida e franqueada a entrada como representante oficial da OAB. Me senti ótima! E foi assim que eu pude conversar com as meninas, porque aí eu fui visitar as meninas, e tinha outro advogado visitando as meninas.<sup>277</sup>

---

<sup>275</sup> Depoimento de Wilson Rosalino da Silveira à CMV/UFSC em 24 de novembro de 2016.

<sup>276</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 149.

<sup>277</sup> Depoimento de Elineide Lícia Martins. Sessão pública de depoimentos sobre Movimento Estudantil e Resistência à Ditadura na UFSC – Anos 1970 – 1980, para a CMV/UFSC, em 31 de agosto de 2016.

Figura 4.8 – Carta aberta de Marcos Cardoso Filho, 21 de dezembro de 1975

se exigirmos pelo direitos humanos,  
pelas liberdades e por um futuro  
melhor para o povo brasileiro.

1  
10/12/75

"A justiça sem ao diabo se vai de negro"

Por Antônio Vieira.

"Por que gado a gente mata  
tange ferro engorda e mata  
nós com gente diferente"

de uma Música Popular.

Há anos que vivemos sob um clima de medo e insegurança. Torturas, desaparecimentos e suicídios. Sequestros, mutilações e mortes. Ficam quando isto acontece com nossos amigos ou conosco mesmo e é muito mais duro. Não somos capazes de imaginar o que acontece aos que, na mão da repressão policial-militar, através do seu braço clandestino, são obrigados a tomar uma atitude extrema.

A violação dos direitos humanos tem sido uma constante que faz com que a população fique cada vez mais insatisfeita. A insensibilidade de elementos que usam de um aparato gigantesco para manter o terror não pode continuar. É hora de dar um basta e não permitir que isto continue.

Sob o pretexto de manter a ordem, são praticadas as maiores atrocidades. Qualquer pessoa que ouse contestar o nível de injustiça social em que vivemos é uma vítima. Nem sua vida tem garantida.

O custo de vida, o desemprego que começa a aumentar, a falta de liberdades, os salários irrisórios, a falta de

maiores oportunidades faz com que se torne necessária este aparelho repressivo. Progresso para os que estão em cima, <sup>1977</sup> para os que estão em baixo. Aparelho repressivo necessário para manter os privilégios para uma pequena minoria ou quando não, torna-la ainda mais privilegiada.

Ultimamente vinha-se vislumbrando uma luz nesta longa noite. Prometera-se distensões: queda do AI-5, 277, liberdade de imprensa e outras liberdades democráticas. Porém certos setores não estando contentes com estas possíveis medidas, tudo fizeram para esvaziá-las e criar uma situação que permitisse um endurecimento do regime.

Para isso era necessário mostrar uma escala de da "subversão", que tenta criar "instabilidade política, acabar com a ordem e destruir a família brasileira".

Nada mais curioso e abjeto, quem são os que tiram do povo brasileiro os seus direitos, conquistados com tantos sacrifícios? Quem invade as casas, quem seqüestra e tortura? Quem não permite a livre manifestação do pensamento? E a censura? Quem é o responsável pelo desaparecimento e morte de centenas de jovens, pais e mães? Não é nem preciso responder.

O que narrarei adiante foi o que sofremos que é a prova cabal das arbitrariedades que se cometem com os que estão na oposição, os que se não contentam com esta situação. Não será uma pedida de misericórdia para nós, mas a denúncia daquilo que é inumano. Não para que sintam pena mas para evitar que isto aconteça com outras pessoas, porque o passado apenas acaba de começar.

3

É preciso dizer que continuamos firmes na busca das liberdades e de melhores condições para todos os brasileiros e que resistimos a todas as torturas sem negar os nossos princípios democráticos e cristãos.

O que passo a narrar é um relato dos últimos acontecimentos.

Iniciei minha vida política quando estudante. Mais tarde passei a participar do MDB, através do setor Jovem, sendo presidente da Executiva Regional no período 73-75. Recebemos várias ameaças da segurança com relação às nossas atividades. Porém todas elas estavam contidas no programa do nosso partido o MDB, permissão pelo STE. Particularmente recebi ameaças de prisão, fui intimado a comparecer na Polícia Federal, tive nos jornais censurados e outros tipos de pressão.

Nessa época conheci Teodoro Ghercov. Suas convicções políticas, suas capacidades e humildade e sua coragem são uma prova de amor pelo povo brasileiro. Tornamo-nos grandes amigos. Além, todos que o conhecem são seus amigos. Teodoro nunca fez qualquer discriminação ou desrespeitou alguém. Sua vida particular foi sempre sem mácula. Jamais deixou de prestar qualquer favor, mesmo quando lhe custava sacrifícios.

As prisões iniciaram-se dia 4 de novembro pela manhã. Antes disso alguns estávamos sendo seguidos por elementos estranhos. Faltou prisão, mas na realidade fomos sequestrados. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos militares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retiradas sem ordem livros, objetos de uso pessoal, não só das casas estúdios mas também da repressão mas também das famílias.

Fui levado para as dependências do Exército local (Cidade) onde mais tarde cuvi vezes de outros amigos. Fiquei ~~na~~ <sup>por</sup> 3 horas incommunicável numa cela. Apareceram então um tal de "Coronel Rui" e outro "Major Souto" que me interrogaram porque estava preso. Inônia. Alguém me prende e me pergunta porque estou preso! Foram-se. Mais tarde fui levado à presença de Teodoro, que estava alojado num beliche. Pelo que pude notar era um teste, que não deu, pelo visto, o resultado que esperavam. Foi colocado no lugar de Teodoro, alojado e ele retirado da sala. Trouxeram então Vladimir Amarante. Estava completamente fora de si. Parecia que tinha perdido a razão e que estava dopado. Falei com dificuldade, pausadamente. Quem não "adiantava mais o que devia contar tudo." Trouxeram então outra pessoa (Newton Cândido, como souba mais tarde) que não lembro ter-lo conhecido antes, com estado físico e mental pior que o anterior e falei as mesmas palavras.

Depois de retirados da sala, "Coronel Rui" atacou-me moralmente com injúrias. Aconselhou-me do portenhismo extinto Partido Comunista Brasileiro, PCB, sendo membro do Comitê Estadual e Comitê Municipal, responsável do setor de Agitação e Propaganda. Quería que desistisse de outras pessoas que pertencessem ao mesmo organismo. Como confirmasse a minha participação no Movimento Democrático Brasileiro e negasse qualquer participação análoga fui ameaçado fisicamente e mandado para a cela junto com Vladimir Amarante e Newton Cândido, que a contaram por que espécies de torturas tinham passado. O outro Cândido mostrou-me a perna com várias queimaduras.

5  
duas de cigarro e a glândula inflamada devido a choques  
elétricos. Contou que foi torturado em S. Paulo na presença <sup>10113</sup>  
familiares (esposa, filhos e cunhado) e que depois torturaram sua  
esposa e filhos dando-lhes choques elétricos nos órgãos sexuais e  
outros ferros de tortura. Que o colocaram na "Cadeia do Diabo"  
onde recebeu eletrochoques, telefonos, socos e pontapios. Falaram-  
me que tinham sido colocados no pau-de-arara. Aconselharam-me  
então a aceitar a acusação porque era humanamente impossível  
suportar estas torturas e que no final seria obrigado, pois eles  
levaram-me inclusive ao "suicídio".

Fui chamado várias vezes para ser interrogado, mas  
tudo sempre a mesma coisa. À noite recebi ameaças mais  
res. Foi-me dado 5 minutos para falar; caso não falasse seria  
colocado num carro e levado para um lugar onde me fariam dizer  
o que quizessem.

Cobriram-me então um capuz e o prenderam no  
pescoço até que a respiração cessando, ameaçando-me de morte  
e dando socos e tapas na cabeça.

Fui então colocado num carro, "O coronel Rui" ou  
"Major Souto", não pude distinguir a voz, deu ordem a seus  
elementos para que "fizessem o serviço", numa clara alusão  
que iriam matar-me.

Mais pessoas foram colocadas no carro e fomos  
levados, algemados e encapuzados, para local ignorado, que soube  
depois ser Curitiba.

Ao chegar em Curitiba fomos colocados em ou-  
tro carro e levados para as dependências do exército (COI-  
COI). Foi imediatamente levado ao interrogador que me dis-  
se "estar na garras da polícia de ditadura militar fascista".

e que eram "melhores que a Gestapo". Como mantive a mesma posição fui levado para a sala de torturas, o "Pau-de-Arana" como a chamavam. A tortura ficou a cargo de "Jorge". Fez-me tirar as roupas. Era uma noite terrivelmente fria. Mandou então ficar sobre uma lata de uma destampada (estava descalço), ficando genuflexo, com os braços horizontais e as palmas das mãos para cima. Recobi várias saquetas (um pedaço de tecido) na mão para "experiência". Se caísse ou mudasse de posição receberia duas delas em cada mão. Deram-me então vários eletrochoques. Como perdesse o equilíbrio, levei várias saquetas novamente. Fiquei dessa situação mais de 30 minutos. Como continuasse negando as acusações fui colocado no "Pau-de-Arana". Deram-me então várias saquetas nas nádegas e na sola dos pés. Depois derramaram inúmeros copos de café fervente sobre os órgãos sexuais. Como permitisse calado, ameaçaram e levaram a efeito afogamento no pau-de-arana. Como estava oco picado, molharam o café que passou a aderir ao nariz e à boca, tornando a respiração praticamente impossível. Derramaram então água sobre a cabeça e então era obrigado a inspirar água, que causava o afogamento. Fizeram em torno de uma dezena de afogamentos quando então desmaiei. Quando recobrei os sentidos estava ainda no pau de arana e recobria eletrochoques. Permaneci ainda bastante tempo neste estado até que me retiraram, sendo atendido por um enfermeiro que fez um exame físico. Fui então obrigado a mover as camas, poltronas e mesas do recinto para recobrir as condições físicas.





to, com injúrias, ameaça de trazer os familiares para q serem torturados na minha frente.

Fiquei nesta situação 3 dias. Fui interrogado <sup>10x</sup> vezes. Não permitiam comer ou beber. Só podia ir no mictório ou na privada, quando aproveitava para beber água.

No quarto dia trouxeram para a cela Roberto Notta, que me deu um de seus cobotores para me cobrir. Contou-me que tinha sido torturado, da mesma forma que eu. Ao meio dia retiraram-no para almoçar. A minha primeira refeição foi um copo de leite à noite.

Neste dia, depois de ter sido barbaramente torturado, Teodoro, fora de si, tentou suicidar-se:

Fui suavemente interrogado e fiz um relato de toda a minha atividade política. Além a acusações era sempre a mesma: "É militante do Partido Comunista Brasileiro, PCB; fez várias reuniões para estruturar a referida organização clandestina; ... Quais os nomes de outros membros do PCB?" etc etc

Colocaram-me então na minha cela com outros colegas (Cirineu Martins, Márcio Campos, Celso Padilha e Sérgio Giannella)

À noite ouviamos gritos de crianças e mulheres sendo torturadas. Várias vezes dramas acordados para depois criando assim um clima de terror inquisitorial.

Contaram-nos que Teodoro havia tentado suicídio, enfiando a sua cabeça contra a parede. Ninguém acreditou e fizemos a suposição que havia sido torturado de violentamente, causando-lhe danos físicos.

Quando, passando rapidamente pela sala do in-

9  
congelado, o Teodoro estava incoerente. Com os olhos totalmente inchados e com parte da cabeça enfiada.

Quando estava na cela, sozinho, ouvi várias ameaças a Teodoro que era Rumono e poderiam matá-lo, como já tinham feito com tantos outros e que ninguém iria reclamar, que iam entregá-lo ao esqueleto da morte; etc.

Disseram então trazer a esposa e a filha de Teodoro, para que ele dissesse o que sabia. Em vista dessa ameaça Teodoro que já ouvira de Newton Cândido o que sua família havia sofrido, ficou abalado e caiu em profunda depressão. Pediram-nos para passar a noite com ele e Newton Cândido. Teodoro achava que a única maneira de evitar que sua família fosse torturada era a sua morte. Felizmente a tentativa não foi fatal e está vivo ainda até hoje, embora tenhamos certeza de que sua vida corre perigo, pois sabemos que quando não interessar mais aos órgãos de segurança eles o matarão. Já fizeram inclusive várias propostas de fuga para encontrar um pretexto de assassiná-lo. É preciso que todos se mantenham vigilantes.

Fomos então trazidos para Florianópolis e alojados no quartel da Polícia Militar. Pela primeira vez encontramos, depois de tantos dias, Homens, que falavam e recebiam.

Mas o pesadelo não tinha ainda terminado. Sabemos que prenderam minha irmã, que há muito deixara de ter qualquer participação política. Todo dia alguém era levado para depor na Polícia Federal, onde a mando do presidente do inquérito, Lúcio e do Major Souto, mes-

los receberam eletrochoques e foram torturados por um elemento que se dizia carioca e que participava do esquadrão da morte.

Fiquei indignado quando recebi um recorte do "Estado de São Paulo" de 22 de novembro, onde o comandante do Grupamento Leste garantiu a Dom Afonso Niehues "sob palavra de honra que os presos seriam tratados humana e cristãmente".

Se de como fomos tratados é "humana e cristãmente", então Deus que os perdoe.

Somos 30 presos. Alguns no manicômio porque não suportaram as torturas físicas mentais e outros no Hospital. Todos somos vítima de injustiças. É comum, existe milhares de brasileiros presos por crimes que nunca praticaram. Muitos que foram mortos. E haverá muito mais se algo não for feito. Este algo é a volta ao estado de direito, à democracia, às liberdades.

A História não marcha para trás. Por mais que as minorias tentem imprimir ao povo brasileiro o temor, ele se levantará e mostrará que somos amantes da solidão e da liberdade.

As vítimas de agora serão livres no futuro. Os torturadores de hoje serão os réus de amanhã. Nos tribunais da História não adianta a força. Ninguém tem privilégios. Cada um é julgado pelos seus atos.

Optei pela denúncia pública, como o fez Afonso Celso, como contribuição para que isto não ocorra com outras pessoas, mesmo sabendo o que irá acontecer comigo: as torturas que novamente sofrerei e mes-

no, se não me fôrão negar publicamente ou tomar  
qualquer atitude extrema.

Mas não existe outra forma de lutar contra a  
opressão.

Estamos em vésperas de Natal. Este dia de con-  
fiantização em que todo o mundo dá a sua solidariedade,  
é para muitos, um dia de dor.

Florinópolis, 21 de dezembro de 1975  
Marcos Cardoso Filho

A Operação Barriga Verde foi a principal intervenção militar no Estado de Santa Catarina durante o regime civil-militar e inegavelmente marcou a história de muitos catarinenses, como dos estudantes da UFSC, naquele momento de repressão política.

## Capítulo 5

# CONSTRUINDO A RESISTÊNCIA ALGUNS DEPOIMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS ESTUDANTIL E DOCENTE NA UFSC<sup>1</sup>

Este capítulo trata da resistência na Universidade Federal de Santa Catarina por meio de seus movimentos mais destacados: movimento estudantil e movimento docente. Devido à riqueza e à quantidade de material recolhido e às limitações de tempo e de pessoas, este livro, seguindo a decisão da Comissão Memória e Verdade da UFSC no seu Relatório Final, apresenta o movimento estudantil e o movimento docente a partir de um recorte dos diversos depoimentos efetuados pela comissão e da organização cronológica deles.

---

<sup>1</sup> Este capítulo foi organizado por Jean-Marie Farines, membro da CMV/UFSC, a partir de depoimentos de ex-estudantes e ex-docentes da UFSC no período da ditadura, colhidos pela comissão. Trechos de alguns depoimentos já foram mencionados em outros capítulos e podem ser lidos aqui dentro de seu contexto original.

## 5.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFSC ATRAVÉS DOS DEPOIMENTOS

A história do movimento estudantil (ME) na UFSC durante a ditadura militar requer ser contada, com suas doses de repressão e de resistência. O que apresentamos a seguir, entretanto, não pretende ser um estudo aprofundado e estruturado do que o movimento estudantil foi na UFSC no período em pauta. Longe disso. O tempo que os participantes da Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina efetivamente tiveram para se dedicar ao levantamento dessas lutas estudantis (além de outras questões, como a pouca disponibilidade de alguns dos seus integrantes), levando em conta sua abrangência, sua força e resistência, a abundância de informações ocultadas ou mesmo esquecidas, acabou por limitar, sobremaneira, a contribuição da comissão neste estudo em particular. Conscientes desses limites, nada melhor do que deixarmos que alguns dos jovens militantes do período deem seu próprio testemunho, ou seja, contem um pouco do que foi esse movimento a partir de suas histórias, de suas vivências pessoais.<sup>2</sup>

Diante disso, intitulamos esta seção de “O movimento estudantil na UFSC através dos depoimentos” e então tratamos de dividi-lo em cinco partes, de acordo com o período de militância dos depoentes: (1) Antes do golpe; (2) Do golpe ao AI-5; (3) Os anos imediatamente pós-AI-5; (4) Os anos finais da década de 1970; (5) Os anos pós-1980. Em cada uma dessas partes apresentamos depoimentos que ex-estudantes fizeram para a CMV/UFSC. Em cada um desses testemunhos foram destacados os tópicos que nos pareceram mais relevantes, tendo em vista a compreensão da história do movimento estudantil em nossa universidade. Assim, foram utilizados depoimentos de 15 ex-estudantes; certamente, muitos outros, também protagonistas desse período, teriam declarações a prestar e poderiam, sem dúvida, enriquecer mais ainda o conhecimento e a compreensão desse momento aqui na UFSC. No entanto, fazendo nossa a declaração de um dos depoentes, citada a seguir, pensamos que o conjunto de todas essas memórias aqui postas irá possibilitar, por ora, termos uma perspectiva mais clara e realista do que foi a história do movimento estudantil na UFSC durante a ditadura civil-militar, iniciada em 1º de abril de 1964. E, quem sabe, o que está aqui registrado possa servir como desafio aos pesquisadores desta universidade no sentido de

---

<sup>2</sup> Nota do editor: Os depoimentos reproduzem os registros do Relatório Final da CMV/UFSC. As correções feitas nesta edição se restringiram à ortografia e à pontuação, uma vez que a correção gramatical poderia involuntariamente modificar o conteúdo dos depoimentos e alterar características próprias do discurso oral.

realizarem investigações capazes de promover o avançar do esclarecimento acerca da temática aqui posta.

[...] a história humana se faz com pessoas. [...] se nós não aproveitamos as memórias e as histórias dessas pessoas e, nos coletivos, [não] tentamos somar e articular para corrigir erros e colocar o melhor resultado, a gente acaba perdendo a história. E tendo apenas uma história contada por suposições. E, muitas vezes, [...] uma história que não existiu.<sup>3</sup>

### 5.1.1 Antes do golpe

#### **ROGÉRIO DUARTE DE QUEIROZ**

Estudante, presidente da UCE de 1963 a 1964  
Depoimento prestado em 7 de maio de 2015

#### A UCE e sua participação social

A UCE foi criada faz 60 anos com esse objetivo dos estudantes e universidade. Participou muito da parte social. Então quando eu assumi a presidência, foi em julho ou junho de 1963, não cheguei a terminar o mandato, que foi o golpe militar em abril, então eu não concluí. Foi um movimento grande, um movimento intenso político. A UCE se metia em tudo. Em passe de ônibus, aumento de preço da carne. A UCE estava participando. Foi criada também a Frente Operária Estudantil. Deu impulso na participação da UCE no movimento social. E a UCE tinha o restaurante que reunia todos os estudantes da universidade e que naquele tempo era minúscula. Não chegava a mil alunos. [...] Sucedi a Francisco Mastella, que foi presidente de 1962 a 1963, [...] fui eleito presidente, sempre com ideia de fazer alguma coisa pelo Brasil. Jovem, 23, 24 anos de idade. Nós participávamos muito intensamente desse movimento. Eram convidados pessoas para fazer palestras [...].

Na minha gestão, quem era presidente da UNE era José Serra. Fui a Brasília porque tinha um projeto do método Paulo Freire para alfabetização de adultos. Encontrei com o Serra e fomos ao Ministério de Educação [...]. Conseguimos 7 milhões e meio de cruzeiros para implementar o projeto de alfabetização de adultos [...], o método Paulo Freire, que era tido como atividade subversiva. Ele pegava a linguagem social [...]. Junto com isso foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) e veio também a Univolantes [...]. Foi comprado também uma Kombi para fazer as idas e vindas [...].

---

<sup>3</sup> Depoimento de Gerônimo Wanderley Machado, ex-estudante e professor aposentado da UFSC, para a CMV/UFSC em 30 abr. 2015.

Nós mandamos pintar a Kombi com o nome de “carro de libertação do povo”. Uma Kombi que durou pouco. Essa Kombi fazia os contatos, tinha o núcleo no Pântano do Sul [...] esse carro fazia esse elo. [...] Descobri uma carta recente que mandei para a UCE para a retomada da Kombi que foi confiscada pelo golpe militar, pelo 5º Distrito Naval [...] até hoje não devolveram. A Kombi de 1964 foi confiscada, foi roubada [...].

## O restaurante da UCE

Havia muita participação, o restaurante era aberto para fazer assembleias nele [...] a UCE dava o apoio logístico. [...] Paulo Wright participava ativamente da UCE quando tinha reuniões. Federação das Cooperativas de Pescadores (FECOPESCA), foi muito importante no litoral para prestigiar e valorizar o pescador que vendiam peixes no mercado público. [...] Teve uma revolta de posseiros em Papanduva. A UCE levava apoio até lá, na fronteira do Paraná. [...] Para ver como a UCE se metia na parte social.

Vinha ajuda do governo da República para a Reitoria para manter o restaurante, empregados e tudo. Quem geria esse dinheiro era a própria UCE. Havia às vezes um embate, tinha mandado “x” e faltava dinheiro. Mas quem administrava mesmo era a UCE, com dinheiro da Reitoria. Eu consegui, quando fui presidente, em tese, um milhão de cruzeiros que seria passado em lei para o ano seguinte para o restaurante. Até lá funcionava com dinheiro da Reitoria. Prefeitura e estado não contribuía, acho que não. Essas contendas que tinha era onde era aplicado o dinheiro.

## O golpe

A UCE foi invadida no dia seguinte do golpe militar. Alguém trouxe cinco sacos de rolha para os cavalos caírem [...]. Cavalos em cima dos estudantes. Já houve prisões e tudo. Não concluí [o mandato]. Fui preso. O presidente da UCE não tinha mais. Quem assumiu foi Carlos Boabaid [e] Volney Millis. Foram nomeados pelo 5º Distrito Naval, pela Reitoria, para tomar conta ali. Tinha o restaurante, tinha tudo. Teve a continuação sob as ordens do Volney e Carlos Boabaid.

## A Cidade Universitária

Sempre quando entro na universidade fico emocionado. Quando vejo a universidade implantada no campus da Trindade, me recordo que nosso movimento foi grande para que fosse criada a cidade universitária. O reitor Ferreira Lima era contra. Está nos jornais. “Era perigoso para as



meninas. Poderia ter problemas de assalto”<sup>4</sup>. Tinha que ter alguém de visão, o Henrique da Silva Fontes.

### O jornal *Reforma*

Jornal não poderia ter um título melhor do que *Reforma*. Primeira atividade minha, primeiro projeto meu na UCE foi fazer comunicação. [...] O jornal teve muita importância. Era quinzenal, impresso na gráfica da *Gazeta*, distribuído gratuitamente, e abordava todos os assuntos. Era muito importante. Quando deixamos o cargo de presidente, saiu mais um jornal com o nome de *Reforma*, completamente diferente. Falando de mais nada, flores, qualquer coisa assim. Perdendo todo o aspecto político. Começou em junho ou julho de 1963.

### As prisões após o golpe

Eu fui preso no dia seguinte, acho que no dia 2 de abril. Levaram primeiramente para o Batalhão da Polícia Militar, onde tinham quarenta, cinquenta juntos. Depois nós saímos, eu, o Mastella, e [...] acho que é [...] Adir Vieira Filho. Nós três ficamos no salão da Polícia Militar dia e noite com a luz acesa. Em maio eu saí e dia oito foram lá em casa perguntar, me convocando para tomar depoimento na DOPS; na Secretaria de Segurança Pública era o Jader Magalhães. Depois junho e julho fui preso novamente. Quando dei o relatório estava repetindo as mesmas perguntas, fui à penitenciária. Tinha mais ou menos 100, 120 pessoas presas. Advogados, médicos, operários.

## ANAMARIA BECK

Estudante de 1961 a 1965 e professora aposentada de Antropologia na UFSC  
Depoimento público de 2 de maio de 2016

### As atividades do movimento estudantil

Nós vivíamos, naquela época, a eleição de Jânio Quadros, a renúncia de Jânio Quadros, [...] a questão da posse do Jango, assume ou não assume [...]. O país vivia uma situação de tensão extremamente grande [...]. O movimento estudantil, na época, era [...] além dessa crítica à universidade, a necessidade de mudarmos a universidade. O ativismo ia muito no sentido de... contra o aumento das passagens dos ônibus, contra o aumento das entradas do cinema e isso era o que aglutinava os estudantes. [...] A questão

---

<sup>4</sup> Dizeres de Ferreira Lima e apoiadores, segundo depoimento de Rogerio Queiroz.

da instituição do parlamentarismo pelo Congresso Nacional para garantir a posse do Jango Goulart na presidência da República, pelo menos para mim, foi um divisor de águas [...].

[...] na minha participação na UCE [União Catarinense dos Estudantes], [...] [pude] perceber que havia uma possibilidade de ampliarmos a nossa ação, de estendermos à população uma série de privilégios que nós tínhamos. [...] A UCE instalou uma escola para meninos engraxates e jornalheiros. Então vários alunos da [Faculdade de] Filosofia<sup>5</sup> [participaram]. Esses meninos jantavam na UCE, e depois eles tinham aula até as dez horas da noite.

O ano de [19]63 foi realmente um ano fantástico, [...] tínhamos um grupo grande na Juventude Universitária Católica [...]. [Os estudantes] começaram a se integrar em muitas atividades, não só em atividades estudantis, mas em atividades que iam além. [...] A organização de um seminário que trouxe a Florianópolis o professor Paulo Freire para nos explicar e nos contar o que é o seu método de alfabetização em 40 horas. [...]. Isso acabou desembocando em um projeto de alfabetização [...].<sup>6</sup> Então os estudantes organizaram esse projeto, solicitaram verba ao MEC e foi concedida, e conseguimos então [...]. Então, foi um momento bastante [...] não só emocionante, mas politicamente importante para nós que participávamos daquele grupo.<sup>7</sup>

## O golpe

No dia 13 de março, como todo mundo sabe, de 1964, foi o grande comício da Central do Brasil. [...] Jango vai à rua e fala: Reforma agrária, reforma bancária, revisão da lei de remessa de lucros e por aí vai. [...] A coisa pegou fogo. [...] Em Florianópolis nesse mesmo período houve um aumento nas passagens de ônibus, e o povo foi para a rua, foi sindicato, foi estudante, foi trabalhador, e aquilo virou um conflito, era toda noite estudante para cá, polícia para lá, trabalhador para o outro lado. [...] E aquela semana até o dia

---

<sup>5</sup> A professora Aurora Goulart, secretária da Faculdade de Filosofia, coordenava esse curso.

<sup>6</sup> “Em parte por solicitação do deputado Paulo [Wright] que organizava a federação dos pescadores, FECOPESCA e tinha dificuldades sérias no sul da ilha.”

<sup>7</sup> Em entrevista no *Jornal da Semana* de 30 de junho a 7 de julho de 1979, Márcilio Ramos Krieger, presidente da UCE em 1963, conta: “Estávamos empenhados no início de [19]64 num trabalho junto aos pescadores do litoral-sul, participando da vida no seu dia a dia e aplicando os princípios da alfabetização sistematizados por Paulo Freire. Guardo dessa época algumas recordações inolvidáveis. Certa noite, uns trinta homens e mulheres entre os 15 e os 60 e muitos anos exercitavam-se com as sílabas das palavras-chave (tijolo, janela, sapato, cozido), quando em meio ao silêncio, uma voz grave, cheia de sol e sal, gritou: ‘M...! Já sei escrever o meu nome!’ Foi uma noite cheia de ternura aquela, em que o pescador descobriu não apenas o nome, mas toda a realidade que o cercava”.

31 de março era um tumulto nessa cidade. Todo dia no fim da tarde tinha manifestação, tinha comício, tinha discurso, tinha passeata, e a polícia em cima, e nós correndo da polícia [...].

Aí começou toda aquela movimentação nacional de golpe. [...] Dia 31 de março, quando começa a movimentação, é claro que os estudantes todos se organizaram. Na tarde do dia 31 de março estávamos todos na UCE, e como haviam várias faculdades que tinham cursos à noite, como Direito, Economia, as lideranças saíram, mais ou menos às cinco, cinco e meia, para as várias assembleias nos vários cursos, e o que aconteceu foi que às seis horas da tarde [...] vinha o Secretário de Segurança, os delegados do DOPS e atrás a Polícia Militar, [...] chegaram invadindo! Eles invadiram o restaurante, que já estavam servindo as refeições, fizeram todos os estudantes saírem, refazerem a fila, se servirem de novo [...]. A Polícia Militar ocupou os andares do restaurante, e os delegados ficaram conosco lá embaixo, e foi uma situação muito tensa, [...] tentando, inclusive, avisar para o pessoal que estava nas assembleias que a UCE estava sendo invadida, que eles não voltassem para a UCE, que era o Rogério, o [Mastella], enfim, todo esse pessoal. Acabou o jantar, a Polícia Militar se retirou, e ficamos nós e os delegados, mas naquela noite o deputado Paulo [Wright], usando sua imunidade parlamentar, dizendo “eu vim pegar as moças, as seis”, nos colocou num táxi com um aviso, “cuidem-se [...] não estão brincando, isso é muito sério, vocês correm riscos”. Não sabia ele que ele que corria o risco maior.

## GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO

Estudante secundarista em 1964

Depoimento prestado em 30 de abril de 2015

### A queima dos livros em 1964

O fato mais destacado que eu vi naqueles dias, possivelmente no dia 3 ou 4 de abril, ou 2, foi os livros da Livraria Anita Garibaldi, [...] que era a livraria comunista aqui da cidade, que ficava [...] na esquina da Conselheiro Mafra com a Praça XV. [...] O que eu vi foi um monte de livros no meio da rua, na praça, queimados, fizeram uma fogueira. A direita foi, invadiu a livraria do partido. O livreiro era o marido da professora Eglê Malheiros, que era o Salim Miguel. [...] a livraria era do Partido Comunista [...]. Queimaram a livraria do Partido Comunista, e muita liderança aqui, professores da universidade, professores do Instituto de Educação, do Catarinense e do Colégio Coração de Jesus, que foram lá, invadiram a livraria, se não me engano pela liderança do Nereu do Vale, que era professor, que era um direitão bem conhecido, e [...] o professor Busch, da matemática. Eles lideraram esse processo,

invadiram a livraria, botaram os livros na rua, amontoaram no meio da praça e tocaram fogo. [...] Isso nunca saiu da minha memória, uma coisa que me impressionou, nunca me esqueci. Sempre gostei muito de livro, visitava ocasionalmente aquela livraria ali, mas não tinha vínculo, na época nenhum vínculo, com os militantes comunistas.

## CÉLIO ESPÍNDOLA

Estudante secundarista em 1963-1964

Depoimento prestado em 28 de setembro de 2016

### Morar em república

Eu vim estudar contabilidade na Escola Técnica Santa Catarina. [...] Era uma república reconhecida de utilidade pública, era uma república onde moravam os principais líderes estudantis, que não eram daqui, que eram do interior, moravam ali. [...] Eu conheci ali o Krieger, o Marcílio Krieger. [...] E ele já estava se formando ali por volta de 62, 63. Ele era um líder estudantil, da UCE, foi do CAXIF, um grande... junto com o Rogério de Queiroz, mas antes até com o Mastella. [...] O Mastella era o grande líder. Foi na transição para a universidade, entrei na universidade em [19]65, mas esse período de viver na república de estudantes nos deu alguns conhecimentos e algumas relações. Algumas relações extraordinariamente importantes, de luta, porque ali vivia gente que trabalhava, estudava e que militava no movimento. E tinha gente de todas as células de partido, ou seja, de movimentos ligados com o movimento operário não só daqui da cidade, mas movimento em Itajaí, Blumenau, outros. E era um pessoal que também viajava, mas que tinha uma certa clandestinidade na relação com as pessoas dali. E existia também um outro tipo. Que é o tipo do policial, que está ali morando, dormindo na cama ao teu lado. E mais tarde ele é o policial que vai te... Ou seja, eu tava morando do lado de um cara [...] que foi diretor da POLINTER [Serviço de Polícia Interestadual], depois, da Polícia Internacional, Francisco de Assis não sei de quê; ele, estudante de Direito naquela época, comigo. Eu, ainda secundarista. E ali eu convivi com esse cara.

### Comer no Restaurante Universitário da UCE

E ali mesmo como secundarista eu consegui comer no Restaurante Universitário. Os estudantes secundaristas que tinham uma certa dificuldade de vida, os que não ganhavam muito dinheiro para comer fora [...] então conseguiam comer no Restaurante Universitário, que era administrado pelos estudantes. Tinha uma diretoria do restaurante, e tinha uma diretoria

da UCE. [...] O restaurante era embaixo, e em cima tinha salão que era para assembleias, para conferência [...]. E então ali a gente almoçava e jantava. E até quem ficava na cidade almoçava também sábado e domingo. [...] naquele momento, [...] era uma estratégia da UNE, no movimento estudantil nacional, de fazer uma aliança estudantil e operária. Quando havia movimentos sociais, [...] dos trabalhadores da água, dos trabalhadores do transporte, de várias... da construção civil, o movimento estudantil estava junto. E a liderança de Mastella e de outros era muito clara nos comícios que faziam na frente da Prefeitura, na frente do Departamento de Obras, no centro da cidade [...]. Durante o tempo de greve, eles<sup>8</sup> comiam no Restaurante Universitário, de graça. Que era uma relação [...] mais de abraçar [o movimento grevista] até na hora da comida.

### 5.1.2 Do golpe ao AI-5

#### HEITOR BITTENCOURT FILHO

Estudante, presidente do DCE de 1967 a 1968  
Depoimento prestado em 19 de março de 2015

#### O apoio da população aos estudantes

Eu nunca observei nenhuma atitude de hostilidade da população de Florianópolis, nem de Santa Catarina, contra a movimentação dos estudantes. E, embora eu não me lembre de um apoio explícito da população, sempre houve um apoio, eu acho que silencioso, à movimentação dos estudantes; mesmo porque nós éramos, na época, aqueles que tinham mais liberdade para poder fazer alguma coisa com relação aos anseios da volta da democracia. Nós não tínhamos emprego a perder, nós tínhamos informação e mais disponibilidade de energia por ser jovem; e a população em geral nos apoiava.

A imprensa – jornais, rádios – sempre estava atenta às nossas movimentações, e nós éramos mesmo procurados por repórteres. Eu particularmente não tinha muita simpatia porque muitas vezes eles deturpavam ou também queriam informações que a gente não queria dar porque escondia.

#### A repressão

A repressão e a perseguição era feita pela Polícia Civil e pela Polícia Militar. Além disso os órgãos de informação do governo federal funcionavam em conjunto com os órgãos de informação do estado, naquela época

---

<sup>8</sup> Os trabalhadores em greve.

institucionalizado no Departamento de Ordem Política e Social, com a sigla DOPS. Uns anos atrás tive a informação de onde funcionava o DOPS, eu não sabia na época, ele funcionava na esquina da Avenida Mauro Ramos com a Rua Crispim Mira, uma casinha de dois andares, e ali tinha uma porção de arquivos com fichas de cada um de nós. E a Secretaria de Segurança da época da minha gestão no Diretório e do meu engajamento tinha como cabeça um homem que se chamava Fogaça, coronel Fogaça, e o próprio secretário que se chamava general “Rosinha”,<sup>9</sup> mais tarde também o coronel Ary Oliveira [...].

Ah, eu acho que foi antes de [19]68, [19]67, porque [19]67 eu já participava também. E além de todo esse aparato que era o federal, estadual, e, por incrível que pareça, dentro da Secretaria de Segurança de Santa Catarina havia um gabinete com um norte-americano [que se] chamava Dan Mitrone. Não sei se todos conhecem a história dele, ele era um agente americano que percorria a América Latina e fazia parte das equipes que tramaram os golpes nos países latino-americanos, e eu não sei se ele não era torturador também, mas o que sei é que ele teve um castigo merecido, foi assassinado pelos Tupamaros, no Uruguai. E da história dele foi feito um filme,<sup>10</sup> se não me engano pelo Costa-Gravas [...].

O coronel Fogaça tinha a seguinte estratégia: ele procurava nos cooptar e dialogar com os estudantes mostrando-se amigo [...]. Eu comentava com os meus colegas que ele era o mais perigoso porque justamente ele queria dar uma de amigo e no fundo queria era informações, reprimir e neutralizar o nosso movimento. O general “Rosinha” era um senhor já de idade e bem rígido nas suas convicções. E ele nos perseguia mesmo, inclusive dava declarações para nos impedir de circular. Se nós viajávamos para Brasília, ou Rio de Janeiro, ou São Paulo, ele colocava policiais nos postos e prendia, e não deixava ir.

Aqui em Florianópolis os estudantes eram detidos e presos, não só os universitários como os secundaristas que também vinham a nosso reboque e apoiavam nosso movimento. A pessoa que fazia essa ligação era a Derlei; a Derlei era a responsável pelos secundaristas. Eu fui detido, que me lembro mesmo, de cadeia, uma vez, na cadeia de Biguaçu. Nessa ocasião foram vários colegas, que me lembro: o Roberto Motta, o Rômulo Azevedo, eu, e não sei se o Jarbas, sei que passamos só uma noite lá. Parece que [...] nós fomos detidos preventivamente porque um ditador vinha aqui, não sei se era o Castelo Branco ou Costa e Silva.

---

<sup>9</sup> Chefe da Secretaria de Segurança do Estado de Santa Catarina, general Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa.

<sup>10</sup> Filme *Estado de sítio*, de Costa Gravas.

## O movimento estudantil em Santa Catarina em 1968:

[...] nós éramos os cabeças da luta contra o regime. Nós é quem encabeçávamos, acho que não só aqui, acho que no Brasil todo [...]. As manifestações mais expressivas e mais fortes, mais significativas, eram dos estudantes. Com relação à descoberta das pessoas que participavam é porque nós estávamos sempre na rua, sempre, sempre, nas manifestações públicas. Até me esqueci de falar aqui, e as repressões eram feitas tanto por tropas como por cavalaria, na Praça XV, até às vezes nós juntamos rolhas de garrafa para jogar para os cavalos tropeçarem, coitados [risos].

E a Polícia Civil monitorava estudantes. Eu mesmo tinha um policial civil que me perseguia sistematicamente, ele se plantava até na frente da minha casa, que eu morava na Rua Anita Garibaldi, no fim nós até já nos cumprimentávamos [risos], porque era conhecido; ele que me levou detido, inclusive, uma vez.

O nosso movimento estudantil, aqui em Santa Catarina, estava engajado na luta contra a ditadura, e a reivindicação principal era a volta ao regime democrático. Nessa relação do movimento estudantil daqui com o Brasil, nós tínhamos permanente contato com os demais estudantes brasileiros. Nós participávamos ativamente dos conselhos e congressos da UNE, e recebíamos regularmente visitas de estudantes de outros estados e da diretoria da UNE, e também recebíamos cada um que participava de uma organização clandestina. [...] Eu pertencia a uma organização clandestina, recebia companheiros daquela organização. Eu pertencia a uma organização que se chamava Ação Popular. Aqui no estado, as mais expressivas eram o Partido Comunista, que estava clandestino, e a AP, que era a Ação Popular. Nós também mantínhamos contatos [...] com outros setores que lutavam contra a ditadura, como escritores, poetas e políticos. Entre escritores cito Millôr Fernandes, que veio aqui, eu trouxe ele aqui; o Otto Maria Carpeaux; [...] o escritor [...] Ferreira Gullar, poeta muito legal ele; mas tinha um outro, o Carlos Heitor Cony.

Além dos escritores e poetas, nós tínhamos os artistas de teatro, e, que eu me lembre, o mais expressivo na época era o José Celso Martinez Corrêa, e nós trouxemos a peça Galileu Galilei.<sup>11</sup> Tinha os políticos, como o Leonel Brizola; e, daqui de Santa Catarina, o doutor Eugênio Doin Vieira, que era deputado federal. Aliás é uma pessoa totalmente esquecida, e eu achava que a memória, o papel dele contra a ditadura deveria ser resgatado em Santa Catarina. Eu trabalhei com ele.

---

<sup>11</sup> Peça de teatro de Bertolt Brecht.

## O movimento estudantil no Brasil

[...] eu tenho aqui três episódios [...]: o primeiro, um Congresso da UNE no Rio de Janeiro, [...] e nós éramos muito organizados; e, com essa comunicação que nós tínhamos, de idas e vindas de estudante, nós tínhamos uns códigos para nos encontrarmos, em determinada cidade, com senhas, tinha uma determinada vestimenta, porque a repressão era forte mesmo. Nesse congresso do Rio de Janeiro, eu tinha que encontrar com uma moça que tinha uns óculos assim, tinha uma revista tal, entende? No ponto de vista mesmo do movimento, não me lembro do que se tratou naquele congresso, mas sei que isso me chamou a atenção.

Em Brasília foi um encontro feito no mato, também estou frisando isso para mostrar como a gente tinha que burlar repressão e criar o mecanismo para poder se reunir. Além disso [...] também para a história é interessante frisar que as organizações clandestinas participavam dos movimentos e observavam estudantes que depois de saírem da universidade poderiam fazer parte das organizações e particularmente [...] nos movimentos guerrilheiros. Em Brasília, fomos obrigados a comer galinha crua, porque a repressão era tanta que a gente não tinha estrutura.

Com relação ao Congresso da UNE em Belo Horizonte, [...] nós saímos daqui em um grupo de onze. O general “Rosinha” avisou que nós não íamos passar, só que nós passamos e fomos a Belo Horizonte; e quando chegamos na estrada Rio-São Paulo o nosso ônibus foi parado por uma tropa de policiais armados e fardados. Eu tenho impressão que daqui avisaram lá que nós estávamos indo, e eles pegaram todos os estudantes que estavam no ônibus, foram direto os dez, só que eles não me pegaram, porque eu era muito com cara de guri pequeno, tinha só 18 anos ou 19, e tinha uma senhora (também acho interessante mostrar o apoio da população brasileira aos estudantes) que sabia que estava com eles; [...] ela disse: encosta a cabeça no meu ombro que vou fingir que tu és meu filho; eu até fico emocionado... O nome dela era Alda, e ela me levou para casa dela, em Belo Horizonte, para eu dormir [...] e não pude participar do congresso porque a cidade inteira estava sitiada pela polícia, eles não deixaram os estudantes fazer [...] naquela vez. Meus amigos não foram presos, mas foram jogados na estrada para se virar e ir embora, aí tem várias histórias.

## O movimento estudantil e o mundo

[...] naquela época o mundo vive uma divisão, Leste e Oeste; os governantes dos países anticomunistas eram encabeçados pelos Estados Unidos. A intervenção americana era ampla, seja influenciando politicamente, seja por intervenção militar direta, a mais expressiva intervenção foi no Vietnã.



A movimentação popular contra a Guerra do Vietnã era mundial, então nesse sentido a nossa relação com o mundo era essa, porque em todas as nossas passeatas nós lutávamos contra a Guerra do Vietnã, contra o imperialismo americano, queimávamos bandeiras americanas, e 1968 foi marcado por essa luta. [...] A gente respirava isso, era nossa vida, não era simplesmente um engajamento numa luta, era nossa vida, era lutar pelas reivindicações aqui na luta política contra o regime e na luta contra a Guerra do Vietnã.

#### A invasão do DCE em dezembro de 1968

[...] eles entraram e baixaram o pau, né! [...] Quando eles fizeram isso, os estudantes não tinham pra onde correr, e muitos se jogaram no muro que tem entre o DCE e o banco Santander, ali agora. Era alto aquele muro, muitos se jogaram dali para baixo, e nós tínhamos também uma passagem secreta do DCE para a Biblioteca Pública do Estado, que funcionava na Rua Jerônimo Coelho, muitos passaram por ali [...] naquele túnel também para ir embora. Era a repressão, é o máximo que eu posso falar.

#### Relações internas do movimento estudantil dentro da UFSC

Havia uma grande união dos estudantes dentro da universidade, eram poucos os estudantes que não participavam do movimento estudantil. Na diretoria do DCE, que eu era o presidente, havia representante de todas as faculdades, e também haviam representantes das organizações clandestinas que participavam dos diretórios. Então, nós não tínhamos muita necessidade de estar convocando, [...] porque era espontâneo, os estudantes se uniam, era estudante pra lá, era estudante pra cá, nas ruas; a gente se reunia em frente ao DCE, ali na Álvaro de Carvalho e saía dali para a Praça XV, eram enormes as manifestações dos estudantes, eram grandes mesmo. [...] estávamos sempre atentos, sempre.

Agora as relações com os poderes da universidade. A nossa relação era de constante antagonismo. E tanto Florianópolis como a universidade sempre foram um centro de apoio à direita, sempre. O reitor da época se chamava [João] David Ferreira Lima, ele foi o criador da universidade, tem esse mérito, mas era muito reacionário. Tudo que se relacionava aos estudantes ele não queria saber, queria ver, como se diz, a gente pelas costas, não havia diálogo. Como eu participava do Diretório Central dos Estudantes, era o presidente, tinha direito de participar do Conselho Universitário, e participei [...] e lutava contra, discutia.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Em consulta às atas, o depoente afirma: “pegando as atas do Conselho Universitário, eu não vi

Nós tínhamos vários professores que eram os símbolos da direita também, dois que me lembre eram o [Caspar Erich] Stemmer, da Engenharia, e o Gaiotto, Luiz Carlos Gaiotto, da Medicina. O Stemmer participava comigo [no CUn], era o diretor da Engenharia [...]. Eu lembro que discuti com ele no conselho, porque ele me chamou de xenófobo, porque, dentro dessa política do [João] David Ferreira Lima, de ser de direita, de apoio ao golpe e de cooptação com os americanos, o [João] David Ferreira Lima fez aqui na universidade o centro da Reforma Universitária da ditadura. Ele recebia o mentor dos acordos MEC-USAID, o Rudolph Atcon; no conselho ele elogiava o Atcon como se fosse um deus. Até me lembro de uma frase que ele usou, que o Atcon era tão importante, as ideias dele eram tão boas, que as palavras dele eram como pérola que caíam no chão e a gente deveria seguir e recolher.

Nós tínhamos três tipos de luta em choque com a universidade: uma era reivindicatória, a outra era política, e também junto com isso a ideológica. A reivindicatória, assim que me lembro [como] mais expressiva, era a questão da reivindicação das casas estudantis, casas de apoio para estudantes que vêm do interior. Nós estávamos sempre lutando por novas casas e por vagas, tudo isso era nossa reivindicação principal junto à universidade.

### Sobre participação no movimento estudantil

[...]eu considero que esse período da minha vida foi fundamental para a minha formação pessoal e para o meu entendimento do mundo, dessas lutas todas, políticas, que existem. Mesmo porque, junto com a participação no movimento, nós tínhamos um aprofundamento teórico, com textos, livros. Com o Armen [Mamigonian] eu participei, foi maravilhoso, de um grupo [de estudos]; ele é uma pessoa bem competente e gosta de estudo.

## GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO

Estudante de 1967 a 1970 e professor aposentado de Economia da UFSC  
Depoimento prestado em 30 de abril de 2015

### O Congresso de Ibiúna em 1968

[...] participamos do Congresso de Ibiúna, em outubro, novembro de [19]68.<sup>13</sup> [...] E fomos em 11 [de fato 14] daqui da Universidade Federal.<sup>14</sup>

---

nada de expressivo da nossa participação, porque nós participamos, da minha participação, porque eu falava e lutava contra, discutia”.

<sup>13</sup> As prisões em Ibiúna ocorreram de fato no dia 12 de outubro de 1968.

<sup>14</sup> Celso Pereira dos Santos, Derlei Catarina de Luca, Edson Adrião Andrino de Oliveira, Etny

[...] Quando nós fomos presos em Ibiúna, nós fomos levados para o presídio Tiradentes, em São Paulo. E lá nós tivemos que responder a processo, éramos fotografados, digitalizados, aquele negócio todo. [...]

Eles cercaram tudo, de madrugada, às oito horas, ou sete horas, eu fui acordado praticamente com um tiro de mosquetão no meu ouvido, dentro do compartimento onde estava dormindo ainda. Era um galpão assim, [...] onde dormíamos acho que 30, 60, 90 pessoas. [...] Aí reuniram a gente lá, botaram numa fila, para arrumar as coisas, pegar as coisas e vir embora. [...] E eles levantando nossa papelada lá, manifestos e tal, e organizar a fila e tal, pra ser recambiado. Pessoal com fuzis de um lado, cachorro, aqueles cachorros deles lá, brabo e tal. Era a gente em fila indiana, organizado nas caçambas, para botar 30, 40 em cada caçamba daquela, para vir para [...] a sedezinha de Ibiúna. E de lá fomos recambiados por esses veículos, de ônibus até o presídio Tiradentes em São Paulo. [...] Depois, dentro da prisão, nós tentamos, fizemos reunião, [...] 30, 40 estudantes presos em cada cubículo daquele, em condições absolutamente nojentas.

A gente via lá da janela do presídio os jornais, era *Manchete*, *Cruzeiro*, *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, lá longe na prisão fazendo fotografia, na expectativa, porque, entre aspas, era a “elite jovem nacional” que estava na cadeia, no presídio Tiradentes. Mil e duzentos universitários brasileiros presos. Quem era o estudante universitário brasileiro daquela época? Era a elite intelectual do Brasil, que tava na cadeia em São Paulo e junto com os presos comuns.

[...] Não podia dizer nada. [...] As manifestações das mães lá em São Paulo, [...] as mães da Associação Brasileira Contra a Ditadura e Contra a Violência. E a Dra. [Therezinha] Zerbini, [...] de saudosa memória, fazia parte disso.<sup>15</sup> Mas enfim, nesse aspecto o nosso grupo, além dessas condições específicas, de uma prisão péssima, não houve, não percebi nenhum ato de violência, de tortura, nada de físico, a não ser a questão mais psicológica, a questão da comida, que a gente rejeitava [...].

#### As consequências da prisão em Ibiúna:

[...] uma semana depois, [...] depois do período de responder aos inquéritos no DOPS, ser fotografado, identificado, aquele negócio todo, aí o general “Rosinha” mandou três ou quatro caminhonetes nos recambiar, [...] sob a guarda dos policiais dele, presos. [...] Aí, quando chegou aqui, o general “Rosinha” teria dado ordens para os subordinados dele, que deveriam deixar cada um nas suas casas e com ordem de que não podia se afastar da cidade,

---

Amaro Lorenzi Filho, Francisco Canola Teixeira, Gerônimo Wanderley Machado, Gilda Laus, Markian Getúlio Kalinoski, Munir Chamone, Paulo Joaquim Alves, Roberto João Motta, Rosemarie Cardoso, Sebastião Hülse, Valmir Martins, Vladimir Salomão do Amarante.

<sup>15</sup> Therezinha Zerbini criou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em 1975.

não podia... qualquer movimento teria que ser comunicado à delegacia do DOPS, etc. etc. [...] Todos foram fichados, identificados. Eu já tinha ficha, já era fichado e trabalhava no BESC, que era meu emprego na época [...], era funcionário do BESC. [...] Aí depois daquilo, o que aconteceu foi o seguinte: a cada vez que havia qualquer evento na cidade, iam dois policiais me recolher lá no BESC. Aí chegavam lá, isso depois dali de [19]68, quase toda semana ocorria isso.

Na verdade, a violência, com relação a mim, [...] era me recolher, [...] levava para a delegacia. [...] Ficava lá sob os cuidados deles, tomando chá de cadeira. [...] Nós éramos uma ameaça ao Estado Nacional. [...] Então era tirar a gente do circuito. Como eu tinha trabalho certo e endereço, eles iam lá, me pegavam e me levavam lá para uma delegacia daquelas. [...] Não tinha nada formal, não tinha nenhuma ordem, não tinha nenhum papel, não tinha que assinar nada. Aí me liberavam, começava o trabalho normal. Depois, mais alguns dias à frente, uma semana depois ou duas, novamente ocorreria esse tipo de evento. [...] Isso vai até [19]71, 72, 73.

### A eleição do DCE de 1969

[...] eu organizei uma chapa, [...] que era para a sucessão [...] do DCE da UFSC. [...] No dia da eleição, [...] o vice-reitor, nosso ex-professor Roberto Mündell de Lacerda, comparece lá [...] no auditório durante a eleição, que era indireta. Eram cinco votos por Centro Acadêmico, nós tínhamos na época 55 votos. Nós já tínhamos a certeza de que íamos ter 35 votos dos Centros Acadêmicos que eram alinhados a nós, ao nosso grupo. Trinta e cinco com certeza nós tínhamos, e 20 seriam possivelmente votos da outra chapa. Aí era a minha chapa, eu [como] presidente, o Marcos Cardoso estava na minha chapa, o Bonson estava na minha chapa, e o Celso Wiggers. E mais alguns colegas [...]. Aí chegou o Lacerda lá, com uma nota oficial da universidade, declarando: “considerando 1, esses caras subversivos...” [...]; é um documento oficial aqui da universidade e está publicado nos anais [...] da universidade de [19]69; aí ele lê durante a assembleia: “estão cassados, impedidos de serem candidatos, os estudantes, acadêmicos, Gerônimo Wanderley Machado, Marcos Cardoso Filho, Bonson e Celso Wiggers”. Portanto, a chapa fica inviabilizada, porque não tinha número suficiente. E vai ficar eleita com os votos então a chapa comandada pelo Rodolfo Pinto da Luz, [...] que era o presidente da chapa dele. Aí elegeram assim o Rodolfo presidente e me cassaram, [...] portanto inviabilizando a nossa eleição. [...] Mas o destaque [...] é a emissão dessa resolução, dessa nota oficial da Reitoria, cassando a nossa chapa de estudante em 1969. É um documento público, um documento oficial, está publicado aí na universidade.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> A seção 2.2.11 descreve em detalhe esse episódio.

## Discurso de formatura em 1970

Quando eu me formo, em [19]70, [...] em Economia, [...] fui orador da minha turma. [...] naquela época ser orador da turma era uma coisa especial. E eu, pela esquerda, conhecido, ex-presos. A turma toda sabia. [...] No dia da formatura, o diretor do Centro Socioeconômico, o chefe do Departamento era o Blasi; [ele] e Zimmerman foram lá no meu serviço, no BESC, [...] pediram que eu fosse liberado do BESC. Pegaram meu discurso [...] e foram riscando, tudo risco preto, assim, “olha, não pode dizer isso aqui”, o Blasi. [...] Foram riscando, [...] eles censuraram o que eu tinha escrito, substituíram por coisas que eles escreveram, que eu deveria dizer e foram lá num cartório, [...] tinha um xerox, naquela época [...] era uma espécie de fotografia do documento, [...] fizeram a fotocópia, para eles ficarem com a fotocópia, entregaram o meu original censurado, que era o discurso que eu devia fazer. [...] Quando cheguei, a turma já estava reunida, acho que era no teatro. Aí eu: “olha pessoal, eu não vou fazer discurso, não. Me pegaram lá, censuraram meu discurso, o Blasi, o Zimmerman [...]”. O discurso que vou fazer é o seguinte: vou chegar lá no púlpito, vou pegar o discurso, rasgar ele todo e dizer, “olha, pessoal, meu discurso é esse”. [...] Aí vem a turma do deixa disso [...]: “não faz isso não, cara, lê o que tu puder”; [...] “está bom, [...] eu vou trincar o discurso todo, mas só vou ler o que eu escrevi. O que eles escreveram eu não vou ler”. E fui pra lá, e de fato no auditório do teatro estava cheio de policiais federais [...]. É claro que isso havia uma tensão danada. [...] Li, trunquei o discurso todo, família lá na frente, e cortei, trunquei, li, dava salto. Onde eles riscaram eu não li. Saltei. “Esse é o meu discurso.” Enfim, [...] se quiserem, tenho cópia disso, posso passar para vocês também.

## Sobre o papel de liderança da UFSC na Reforma Universitária

[...] Eles tentaram fazer isso. Usaram essa universidade e com a aquiescência das autoridades locais. É claro que eles usaram tudo que podiam, trouxeram o Atcon aqui. E a nossa universidade aderiu 100% [...] sem nenhuma resistência. Eu creio que eles não conseguiriam fazer isso em Porto Alegre, não fariam isso em Belo Horizonte, não conseguiriam isso na UFRJ, não conseguiriam isso na USP. Mas essa nossa universidade, entre aspas, “imaturo, inexperiente”, com esses aderentes fáceis assim, ela foi um prato feito para se servir a esse aspecto. [...] Ela não tinha capacidade intelectual, prestígio político para tanto. Ela era uma universidade pequena, de periferia. [...] Mas o que não é possível é se admitir que uma universidade como essa, naquela época, pudesse concorrer com o *staff* intelectual, científico e político da USP, da UFRJ, da Universidade de

Minas, de Belo Horizonte, da de Porto Alegre, que é uma universidade histórica, de prestígio, mais antiga que a nossa, com gente com muito mais destaque na ciência e na intelectualidade nacional. Quer dizer, foi uma forção de barra. Tentaram usar.

## CÉLIO ESPÍNDOLA

Estudante de 1965 a 1969 e professor aposentado de Economia da UFSC  
Depoimento prestado em 28 de setembro de 2016

### As lutas do movimento estudantil

A nossa reação era contra o acordo MEC-USAID. [...] Mas de lembrança de que ele [Atcon] estava no Brasil, que ele era o centro da formulação da proposta de reforma, que o Acordo MEC-USAID era o centro da reforma, nós tínhamos isso. Vinha da UNE, vinha para todos os estados. E nós incorporamos isso na luta. [...] e sair às ruas naquela época era sair às ruas de lotar o centro, a frente da catedral, toda aquela área da catedral e parte de ruas laterais ali. Com o Heitor Bittencourt [Filho], com o Motta. O Heitor Bittencourt [Filho] tinha uma liderança extraordinária e uma capacidade de fala. E outros líderes que tinham muita voz, muita capacidade de falar, e tudo mais. O Andrino era um cara militante importante nesse momento, de luta, de subir nos postes. [...] E tinha também [...], naquelas concentrações, tinha muita poesia. Tinha um poeta que era de Blumenau, parece que ele era o centro disso, mas tinha outros colegas que também recitavam poesias naqueles momentos. Tudo poesia engajada, evidentemente. E tinha momento cultural, momento da música: [...] “Caminhando e cantando e seguindo a lição”. E esse era o nosso hino fundamental.

A luta contra a reforma deles era a luta pela nossa reforma, que a UNE fazia. A UNE não fazia uma luta simplesmente contra. Ela [a UNE] se contrapunha [à reforma] com um projeto de reforma que a UNE tinha, que a UnB estava implantando, ou que tinha implantado.

As grandes bandeiras eram as bandeiras contra o imperialismo, contra o acordo MEC-USAID, contra a ditadura militar. Essas foram as grandes bandeiras. Tinha dentro disso a questão das vagas, a abertura de mais vagas nas universidades e tudo mais, teve essa coisa da moradia estudantil. A moradia estudantil, aqui pelo menos.

### 5.1.3 Os anos imediatamente pós-AI-5

#### VILSON ROSALINO DA SILVEIRA

Estudante de 1969 a 1973 e professor aposentado da Engenharia Elétrica e da Engenharia de Produção. Depoimento prestado em novembro de 2016

As dificuldades do movimento estudantil no início dos anos [19]70

Por mais que a gente fizesse esforço, era muito complicado fazer política, primeiro por conta dos riscos. Mas havia um fato, que não quero deixar passar em branco, que é o seguinte: havia uma cultura disseminada, pelo menos na classe média, [...] e que era dominante aqui em Florianópolis e [...] na maioria dos centros urbanos de médio e grande porte no Brasil; uma cultura disseminada de que a ditadura militar não era um monstro todo, na verdade. Como havia um certo progresso econômico no chamado “milagre econômico” – que a ditadura [...], porque tinha recursos disponíveis com alguma facilidade no exterior, fez alguns investimentos grandes no Brasil, como a Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, algumas coisas grandiosas – havia na classe média brasileira, ainda mais com a vitória na copa de [19]70, havia uma cultura de que a ditadura não era lá uma grande tragédia. Na verdade, eram uns comunistas e meia dúzia... Isso havia muito e dificultava mais ainda a ação política. Porque na verdade você convocar uma reunião de oposição ao regime na época às vezes reunia meia dúzia de pessoas. Na verdade, para reunir muita gente o movimento só ganhou dimensões de movimento de massa já bem mais tarde, já no final dos anos [19]70... eu diria que no início dos anos [19]80 mesmo. Então era muito difícil de fazer política, porque você difundir um discurso que a gente achava que era um discurso justo, de democratização, de eleições diretas, até mesmo de mudança... mudanças econômicas na sociedade, que permitisse melhor distribuição de renda. Porque o modelo na época era, mesmo que ele fosse visivelmente desenvolvimentista, [...] mas era muito concentrador de renda. Tanto que o Delfim Netto dizia que primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois dividir. Era um pouco a máxima do regime em termos econômicos. E a gente se opunha a tudo isso como estudante que era, como gente que tinha um perfil, pelo menos um ideário de Brasil que fosse mais inclusivo, que incluísse mais as pessoas no projeto econômico, onde houvesse mais distribuição de renda, onde os benefícios do progresso técnico-científico fossem mais acessíveis à grande maioria. Era esse mais

ou menos o ideário que nos mobilizava. Independentemente que se achasse “é comunista” ou “apenas socialista” ou “progressista”. Na verdade, o ideário que unia a gente era esse, de um país onde houvesse liberdade, onde houvesse eleições diretas, onde as pessoas pudessem ter acesso aos frutos do progresso econômico de forma mais abrangente possível. Esse era o nosso ideário.

### O clima repressivo da época na UFSC

Além de a gente estar num ambiente que era ameaçador, e portanto naturalmente a gente se continha, se tinha notícias de que na administração superior da universidade tinha funcionários destacados para observar o que acontecia no campus. Se havia reunião e qual era o tema. Na verdade, muito pouca reunião de caráter político acontecia. Nós tínhamos, me lembro até hoje, no curso de Engenharia, uma disciplina que tinha um nome... era um pouco Moral e Cívica, mas tinha um nome um pouco mais civilizado<sup>17</sup> porque era universidade. E nessa disciplina, eu, Marcos [Cardoso Filho]<sup>18</sup> e outros colegas questionávamos o professor que era, na verdade, o Moacir Pereira, que ministrava essa disciplina. Questionávamos coisas mínimas, como a liberdade de imprensa, por que que tem o AI-5. E a gente era meio que mandado calar a boca em um tom bastante impositivo. Quer dizer, não havia nem espaço para discussão. Isso numa universidade, dá uma ideia do clima que era.

### Os espaços restritos da luta política na universidade

Eu lembro que não havia grandes reuniões para discussão política. Tudo era feito com muita discrição, muito cuidado. Tudo muito discreto. Lembro até que às vezes o Marcos falava, ou até ia a umas festas da Engenharia, porque era um local de encontro, para bater papo, poder eventualmente trocar uma ideia com um ou outro. A gente não tinha, na verdade, um círculo muito amplo, não. Nós não transitávamos no meio de muita gente por conta disso. Havia a cultura de que o regime não era tão ruim, o medo generalizado por parte de quem conhecia a situação. Então nós não tínhamos muita audiência. Essa é que era a verdade, pelo menos no começo. Era um pouco quixotesca a luta, mas tinha que ser feita.

---

<sup>17</sup> A disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros.

<sup>18</sup> Também, na época, estudante do curso de Engenharia Elétrica.



## RONALDO DIAS DE ANDRADE

Estudante e presidente do DACEB<sup>19</sup> de 1973 a 1974  
Depoimento prestado em 21 de maio de 2015

### O movimento estudantil pós-AI-5

Praticamente, nesse período pós-AI-5, não existia um movimento estudantil de massa, que eu me lembre... sabe? Político. O que tinha eram alguns elementos de reivindicação... de RU [...]. Mas assim, com fundamento político mais profundo, de massa, não existia. Existiam organizações que tinham propostas de política, mas eram no campo clandestino... tipo PCB, tipo a Ação Popular [...]; as pessoas não se identificavam abertamente como elementos de grupo assim, num plano estratégico, eram esses grupos que traçavam. Agora, no movimento estudantil pós-AI-5, arrefeceu o movimento.

### Reforma Universitária

[...] já entrei no processo da Reforma Universitária quando fiz o vestibular para Ciências Sociais, acho que em [19]70, já era aquele processo seletivo: você fazia o vestibular, cursava três fases, e na quarta você decidia para que curso [...]. Tinha a área de Ciências Biológicas, tinha a área de Ciências Humanas. Então você tava nas Ciências Biológicas, podia ir pra Odontologia, Medicina, Enfermagem... se você tava nas Ciências Humanas, podia fazer História, Ciências Sociais, assim por diante. Mas isso na verdade era um funil. Você chegava ali, não tinha número de vaga suficientes para você continuar o curso. Principalmente na área de Ciências Biológicas e de Ciências Físicas que era Engenharia. [...] Ele [o estudante] fazia essas três fases, tinha um índice... e os alunos de maior índice podiam escolher o curso. Como o grande sonho da maioria dos estudantes de Ciências Biológicas era Medicina, era um problema sério. E foi uma das áreas onde houve maior resistência, na época. Então eu entrei nesse processo da Reforma Universitária.

Em 1973, eu me elegi presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos. O CEB era o centro que congregava esses alunos na Reforma Universitária, ele abarcava todos os alunos. Então era um Diretório Acadêmico muito grande, o número de alunos bastante grande... e eu fui presidente. E foi uma época muito difícil, [19]73 e [19]74, porque, se o movimento estudantil já tinha arrefecido em [19]68, em [19]73 foi pior ainda. Por onde o sistema repressivo atuava violentamente. Pelo que eu

---

<sup>19</sup> Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos

soube, houve uma decisão da liderança nacional de movimentos políticos de esquerda de recuar no processo de luta. Dar um tempo, porque tava caindo muita gente, morrendo muita gente, então foi uma decisão. Nós entramos no Diretório Acadêmico assim: com a minha experiência, que não era muita, [...] e uma turma de gurizada nova na direção do diretório, então foi um problema. Nesse momento... uma das bandeiras da luta era se contrapor contra a Reforma Universitária [...]. E esse grupo nos procurou no diretório para encabeçar uma luta. Partiu dos alunos... para resolver esse problema da Reforma Universitária. Nós tivemos que constituir advogado, com processo jurídico para se contrapor, e ao mesmo tempo alguma forma de luta de caráter mais político para tentar reverter esse processo. Então o pessoal da área de biológicas foi o mais atuante nesse momento aí.

[...] Reivindicando o direito a continuar na universidade, esse era o princípio da coisa. Porque você fez o vestibular e entrou. Um ano e meio depois você é excluído porque não teve índice para continuar... ou não entrava no curso que queria... excedente dentro da universidade. [...] agora imagina o nível de concorrência dentre os alunos na sala de aula disputando um índice para chegar lá na frente. Inclusive o grupo que nos procurou no Diretório Acadêmico na época [...] levantava esse tipo de problema, porque era insuportável dentro da sala de aula, as pessoas não se entendem! Não existe cooperação... minou a estrutura de grupo... então era uma preocupação. E esse foi um dos motivos que levou alguns dos alunos a se manifestarem, que tinham um pouco mais de consciência.

[...] Esse foi um dos motivos. Além disso, [houve] manifestações também dos alunos na Reitoria, contra isso... então a coisa foi tomando dimensão, né? E isso foi levando à derrocada... e eu não sei se outra universidade no país começou a implantar esse tipo de Reforma... foram poucas que tentaram produzir. Porque na hora que o barco começou a fazer água, ninguém mais entrou [...] mas aqui era seletivo mesmo... você entrava, tinha o número X de vagas. Os melhores escolhiam os cursos preferidos... mas não tinha vaga para todos que entraram.

[...] o cara chegava, roubava o livro, arrancava página, não era nem para ele usar! Era para outro não pegar! Isso é verdade, isso era comum aqui... Havia muita reclamação... o cara vinha na biblioteca, faltava a página que ele precisava para estudar para aquela prova. Aquele conteúdo. E aí foi-se descobrir que o pessoal rasgava pro outro não pegar. [...] Esse tipo de clima que foi criado.

## O jornal sobre a disputa entre reitor e vice-reitor

Ao mesmo tempo, nessa época [...] tínhamos um problema de disputa dentro da Reitoria [...]. Tinha como reitor o professor Roberto Lacerda e

como vice-reitor Hamilton Schaeffer, que era da Engenharia, e a informação que a gente tinha de dentro da Reitoria é que eles não se davam [...]. Na época era diretor do CEB o professor Edu Rosa, e era vice-reitor de Assistência e Orientação aos Estudantes o professor Volney Millis, era do Direito [...] e nós lançamos um jornal... a gente tinha um periódico do DACEB<sup>20</sup> onde a gente tocou nesse assunto da luta interna pelo poder dentro da Reitoria. Lembro que foi feita uma charge, que era uma redoma, e dentro tinha o Lacerda e o Hamilton Schaeffer se digladiando com uma luva de boxe... é o que me vem na memória. E nós fomos chamados... e foi exigido que a gente se retratasse. E aí reuni a diretoria do Centro Acadêmico... coloquei a situação e disse: eu não me retrato! Mas foi uma decisão unânime, a gente se negou... eles tentaram várias vezes, o Volney Millis, principalmente, era muito repressivo, autoritário. O Edu Rosa era mais mandado, mas o Volney Millis era muito autoritário, e ele que exigia, ameaçou várias vezes. E eu sei que a coisa foi diluindo e ficou, não chegou a ir às vias de fato, mas ninguém se retratou na época, não.

[...] Agora, quem controlava de dentro, não sei, porque nosso caminho era sempre através da Vice-Reitoria de Orientação ao Estudante. Era o Volney Millis. [...] Mas o Volney era muito difícil, tudo precisava ter licença, tudo ser autorizado...

## Estudos de Problemas Brasileiros

Nós tínhamos uma disciplina chamada Estudos de Problemas Brasileiros, aqui na universidade, eu tive aula com o professor Jaldyr Faustino da Silva, diplomado pela ESG, e ele era militar.<sup>21</sup> [...] E tinha um outro professor, que é hoje da RBS [atual NSC], o Moacir Pereira. Os dois foram meus professores. Mesmo porque nesse curso que eu fazia, a gente se formava na terceira fase, a gente podia dar aula de Estudos de Problemas Brasileiros e Moral e Cívica no primeiro e segundo grau. A gente tinha um diploma em um ano e meio de curso, licenciatura curta que era chamado. [...] Não precisa nem dizer que eram essas aulas: era uma apologia ao regime militar o tempo todo! O Jaldyr Faustino ainda se justificava, que era militar. O Moacir Pereira, que hoje posa de democrata na TV e no jornal, era um terror...

Não existia concurso na época. Mas logicamente para essas funções eram indicados, né? Porque era uma função estratégica para o governo militar. Formar professores dentro dessas disciplinas, principalmente... eram estratégicos.

---

<sup>20</sup> Jornal *O Cebiano*.

<sup>21</sup> Patente de general.

## O clima na sala de aula

O que é que ocorria dentro de sala de aula... ao mesmo tempo que tinha o processo de repressão, tinha o processo do medo. Ao mesmo tempo que tinha espião, agentes da repressão, que a gente não conseguia identificar exatamente, o processo do medo criava fantasmas. A gente via policial em tudo quanto é lugar! É verdade... porque a gente sabia que tinha por informações posteriores, mas a gente não sabia quem eram nem se realmente estavam presentes.... É desconfiança... um clima de terror que se criou, pós-AI-5.

## A manifestação no RU

[...] as manifestações de massa, um pouco mais amplas, que houve, foram questões localizadas, por exemplo, o batuque na bandeja do RU por alunos. [...] Foram feitas por direito a repetir a comida, que foi uma época cortada. E a realização desse movimento que resultou num batuque forte no RU e bandejas jogadas no chão... a ponto do Jarbas Passarinho, ministro da Educação na época, que estava visitando a UFSC, ouvir do gabinete do reitor... foi impossível não ouvir! O que é isso? Eram os estudantes fazendo uma batucada infernal pedindo pelo repeteco, mas aí era o repeteco... e eram essas coisas também [...] do desconforto com a Reforma, e a existência de estudantes sobrando no interior... [...]; agora a Reforma trouxe o excesso para dentro da universidade.

Ele [o movimento estudantil] não tinha um caráter político mais amplo, mas, claro, a política tá envolvida nisso, foi um processo reivindicativo... lógico que tem efeito do sistema repressivo que leva a isso, da forma que era organizada a educação, da postura autoritária da Reitoria impondo essas coisas. Quando eu falo que não tinha uma proposta política mais ampla é de transformação social, mas tinha do ponto de vista de organização da universidade, das questões das liberdades [...].

### **JOÃO SOCCAS**

Estudante, presidente do DACTEC de 1973 a 1974 e professor da UFSC em 1979. Depoimento prestado em 25 de junho de 2015

## A prisão de Gil Bráz de Lima e Cascaes

Nesse período nós fazíamos várias panfletagens, em vários centros, e o presidente do Diretório Acadêmico da Engenharia, em que eu era o segundo-secretário, foi preso, que era o Gil, foi preso junto com o Cascaes,

[...] que na época era secundarista. Eles foram presos na Faculdade de Economia. Foi uma das primeiras repressões dentro da universidade com prisão de estudante. [...] Ficaram inicialmente presos em Biguaçu, na cadeia de Biguaçu, dois estudantes e um presidente da nossa organização. [Gil] ficou preso em Biguaçu, eu acho que cinco ou seis meses, em seguida foi levado para Curitiba, e ele passou mais um ou dois anos preso em Curitiba. Ele não voltou mais para a faculdade, foi uma eliminação de certa forma, porque [estava] preso, e aí ele perdeu essa sequência toda.

## **MARIA BERNADETE DE LIMA**

Viúva de Gil Bráz de Lima, estudante da UFSC preso em 1969  
Depoimento prestado em 16 de setembro de 2016

### **A prisão de Gil Bráz de Lima e Cascaes**

[...] no começo de [19]69 ele foi fazer uma panfletagem na Faculdade de Direito, ele e o Roberto Cascaes, que era filho de um juiz aqui de Florianópolis, muito conhecido, por sinal. Daí ele e Roberto Cascaes foram fazer essa panfletagem, pedindo algumas melhorias na faculdade, só que como estava em cima do AI-5 eles foram presos. Teve muitos que estavam junto também, mas fugiram, e só eles dois foram presos. Aí ficaram aqui na delegacia de Biguaçu, uns 15 ou 20 dias sofrendo tortura. [...] Eles botavam em cima de uma lata de leite Ninho, em pé, chegava a cortar a sola do pé, quando um já tava sangrando botava o outro pé, e ficava trocando pra não..., porque se você não aguentasse a dor. Aí ele ficou aí uns 15 dias sofrendo tortura. Como a comarca de Florianópolis pertence a Curitiba, eles mandaram pra Curitiba, que ele foi pra penitenciária do Ahú. Aí lá ele ficou seis meses. Tinha ele e tinha mais uns 30 estudantes, de Laguna, de Tubarão, de diversas localidades de Santa Catarina. [...] Então lá eles não sofreram tortura. Domingo a gente ia lá, levava comida, almoçava com todos os estudantes, cada um levava um prato, mãe, irmão, vinham de longe até, e a gente passava o dia junto. Aí 6 meses depois ele foi solto porque não tinha sido [ainda] julgado. Então ele era obrigado a soltar.

### **A omissão da UFSC**

O Gil foi preso dentro da faculdade, e a faculdade não deu nenhum apoio. Pelo contrário, a faculdade queria era tirar o dela da reta. Não deram nenhum apoio, nem pra família, nem pros estudantes. Porque na verdade teriam que fazer um manifesto, alguma coisa nesse sentido. Mas não, não fizeram nada.

## Depois do julgamento

[...] eles não expulsaram, ele só ficou fora, só desistiu, porque, como ele estava julgado e não podia voltar pra Florianópolis, ele não tinha como voltar pra faculdade. E como é que ele ia voltar pra Florianópolis, que ele ia ser preso?

### **ELINEIDE LÍCIA MARTINS**

Estudante de 1972 a 1976 e presidente do DACEB em 1974-75  
Depoimento público de 31 de agosto de 2016

#### A consciência da ditadura

O Volney Millis era nossa consciência da ditadura, que a ditadura existia, porque ele estava sempre atrás da gente, era da Reitoria [...]. Eu comecei a militar na política estudantil logo no primeiro semestre do ano de 1972. [...] E aquela coisa assim de chegar ali na sala e dizer que ninguém conhecia ninguém, todo mundo de fora, e tinha alguém oferecendo a possibilidade de participar da chapa para compor o diretório, minha mão levantou na hora [...], foi automático, e foi ali que tudo começou, [...] fui eleita vice-presidente. [...] Nós resolvemos fazer uma manifestação porque havíamos cortado a repetição do Restaurante Universitário, nós fechamos a saída de um, nos concentramos no outro, e começamos um movimento suave, de bater aquele copo antigo [...] na bandeja, e aquilo foi um barulho horrível; e por coincidência, [...] na Reitoria estava o ministro Jarbas Passarinho, que era o ministro da Educação. Como nós inocentemente não sabíamos de nada, estávamos fazendo aquilo justamente para chamar a atenção de uma coisa que para nós era fundamental, [...] porque às vezes comíamos uma vez por dia, [...] às vezes a refeição do almoço era única, alguns mais privilegiados conseguiam comprar um passe a mais para também jantar, mas era uma questão de sobrevivência. Por conta daquilo, o presidente do nosso diretório, [...] Edson Poses da Silva, foi chamado na Reitoria, e [foi] dado o ultimato a ele – [de] que ele deveria renunciar ao cargo sob pena de ser expulso da universidade –, então, foi aí que eu me tornei presidente, sem entender bem o que estava acontecendo. O primeiro ato depois da formalidade de troca de cargo foi um convite feito pela Reitoria, pelo nosso “amigo do peito” Volney da Silva Millis, e fiquei aqui durante praticamente 12 horas, no gabinete, com direito a café, refrigerante, almoço e janta, numa operação de “lavação de cérebro”, onde foi colocado tudo o que eu deveria fazer, como eu deveria me portar, quando que tinha que fazer reunião, como que tinha que fazer reunião, quais as pessoas que eu deveria evitar.

## O DACEB

Nós tínhamos conseguido naquele período, até aquela manifestação, arrecadamos dinheiro e conseguimos comprar um *offset*, no diretório, e fizemos um jornal chamado *Cebiano*, e ele era distribuído sem censura, e nesse jornal colocávamos toda a matéria censurada na *Folha de São Paulo*, em jornais de grande circulação em Rio, São Paulo – *Estadão* não muito, porque era parcial –; então quando apareciam aquelas poesias imensas, páginas e páginas de Camões, eram as matérias que haviam sido censuradas, e não vou dizer como, porque nunca entendi, elas chegavam em nossas mãos e nós fazíamos a publicação no *Cebiano*. Então, logo em seguida, apareceu ali o Cirineu,<sup>22</sup> um desenhista de charge de mão-cheia, ele fazia as charges no jornal e também no mural que nós tínhamos ali no bar, ficava na frente do DACEB; ali apareceu o diretório, aquela casa de madeira, e na frente dele tinha o bloco que era do Centro Básico, que aí já era de alvenaria, e embaixo tinha o bar, e nós passávamos sábado e domingo montando o mural, que era a sobra daquela matéria do *Cebiano* com as últimas notícias que nós recebíamos clandestinamente e colocávamos às 6 horas da manhã. O mural ficava perfeito, mas logo em seguida aparecia a figura do Volney da Silva Millis, [...] que estava sempre ali, cerceando nosso direito à informação, à comunicação. E ele lia o jornal inteiro, que era imenso, era uma parede muito grande, com recortes do jornal e as charges do Cirineu, então nós ficamos naquele período nessa movimentação. E era um diretório que tinha muito movimento, nós tínhamos conseguido formar uma biblioteca muito boa, e uma discoteca, não para dançar, uma coleção de discos de vinil que era uma preciosidade, nós fazíamos arrecadações, vendíamos apostilas que fazíamos nos mimeógrafos, fazíamos dinheiro, e com o dinheiro nós conseguíamos essas coisas, que era ter uma boa sala de música, que as pessoas iam lá nos intervalos, uma biblioteca muito boa, e também o setor de comunicação.

## O Partido Universitário de Ação (PUA)

Com aquela forma de se comunicar, um diretório diferente, que oferecia alguma coisa, nós conseguimos, através da comunicação com os outros diretórios, formar um movimento estudantil através de um único partido, chamava o Partido Universitário de Ação, [...] o PUA. [...] Então o PUA foi se enraizando e se estendendo pra Medicina, pra Engenharia, e quando chegou no DCE quase foi, mas nos cortaram, e o movimento foi sendo mais bem controlado por eles. Daí eu saí do Básico e fui pro Direito, e cheguei

---

<sup>22</sup> Cirineu Martins Cardoso, estudante de Economia, preso na Operação Barriga Verde.

lá, onde eu pensava que os pensamentos eram avançados, era a coisa mais horrível do mundo. A Faculdade de Direito, nunca vi gente tão reacionária. Um pessoal que, olha, já passava no vestibular de gravata, já era doutor [...]. Era fazer prova, olhar pro livro, não tinha aquilo que nós tínhamos no Básico. Aqui no Básico estava tudo misturado, então era uma coisa muito rica. E lá, quando a gente ia pro curso que escolhia já era na quarta fase, encontramos aquela coisa... E, lá, o nosso PUA não prosperou, porque lá quem mandava eram outras pessoas. E na minha sala tinha 50 pessoas, devia ter 30 policiais civis, militar do Exército, mais uns 10 “nerds” [...]. E os 10 “porra louca” que éramos nós, mas não tínhamos público para aquilo, então, com o tempo, isso foi passando.

### O Diretório Central dos Estudantes (DCE)

O DCE era uma efervescência, se fazia muita coisa no DCE, tanto a parte cultural, música, coisa que nós íamos tomando o espaço e mantendo, com o objetivo de que as pessoas ficassem juntas naquelas rodas de samba.

### As reivindicações

[...] sempre foi uma briga muito grande sobre a forma como o Restaurante Universitário funcionava. [...] Naquela época também tinha a questão da moradia. Ela era muito precária. [...] na Esteves Júnior, era uma casa assim caindo aos pedaços. Moravam quatro, cinco estudantes. Só para mulheres. Instalações horríveis, banheiro nem falar. E era uma loucura. E aquilo não conseguiu evoluir, não. Quanto a isso, o que não se queria naquela época era junção de pessoas. Imagina se eles criassem um espaço [em] que coubessem 200 estudantes. A universidade ia pegar fogo. Então para isso eles não tinham nenhum tipo de atitude. [...] A luta pelo término do Hospital Universitário, que nós trabalhamos muito durante muito tempo. A questão da biblioteca [...] a gente tinha um empenho muito grande. Esses espaços que foram suprimidos depois a gente fazia questão de mantê-los. Melhoria de ensino, a qualidade dos professores. [...]. Realmente a gente vivia a universidade. Nós vivíamos a universidade 24 horas por dia, apesar de termos que trabalhar para poder nos manter. Mas a gente vivia a universidade como se o mundo fosse acabar quando a gente saísse daqui. Então acho que isso foi uma coisa muito positiva. Faz com que a vida da gente continue no mesmo sentido. Se a gente sai da universidade, está na militância da universidade, quando sai vai fazer alguma coisa.



## A Operação Barriga Verde

Agora, a minha passagem pelo diretório, de não ter atendido as indicações deles, não se meter com muita política, de não andar direitinho, me rendeu a Operação Barriga Verde. [...] Lembraram que eu estava lá no Direito, com um monte de gente que não fazia nada, mas ainda assim lembraram... Lá fui eu, fui na Operação Barriga Verde, fui dar uma voltinha ali em Curitiba, fiquei lá acho que nove dias, eu não sei, a gente não tinha noção de onde estava, e depois voltamos. Eu estava no último ano do Direito, consegui fazer prova, porque foi em novembro de 1975, só me soltaram em janeiro de 1976, eu vim fazer provas e depois fui cuidar da minha vida. Eles soltaram alguns “menos perigosos”, talvez, e dentre eles estava eu, e fui cuidar da minha vida com a recomendação expressa: não se meta em política.

### 5.1.4 Os anos finais da década de 1970

#### **ROSÂNGELA KOERICH DE SOUZA**

Estudante da UFSC de 1975 a 1981

Depoimento público de 31 de agosto de 2016

#### O bar do Básico e o jornal-mural

A primeira coisa que me chamou a atenção, quando eu entrei na universidade, [...] eu não sabia que a gente vivia numa ditadura militar, não fazia a mínima ideia, eu sabia que vivia uma vida que achava muito ruim, era muito braba e muito revoltada já, achava tudo muito difícil... Aquele diretor... Eu estudava no Instituto [Estadual de Educação], muita repressão, mas eu achava que era um problema pessoal, um problema das pessoas, e não entendia bem que mundo que era aquele, não sabia que era algo que tinha a ver com política. Quando eu entrei aqui na universidade, vi aqueles jornais-murais fantásticos, na minha lembrança, [...] com as charges, os desenhos – porque na época não tínhamos nada, a gente não tinha telefone, não tinha internet, cinema era muito, tinha muito, tinha bastante cinema, mas era tudo pra maiores de dezoito anos, então a gente podia frequentar, tinha muito pouca opção pra conhecer revistas, livros. Eu amava, adorava aquele jornal-mural. Então a primeira coisa que fazia quando chegava de manhã – que eu estudava de manhã, fazia Letras de manhã e era professora de português e inglês à tarde, [...] lá em Colônia Santana, então saía correndo daqui; [...] e eu amava esses jornais, mas nunca me envolvi [em] nada mesmo, porque estudava e trabalhava, então não tinha muito tempo pra... nem pra conhecer muito as pessoas, fora aquelas horinhas ali no Básico.

## O Movimento Feminino pela Anistia

Depois começou o Movimento Feminino pela Anistia, e dentro desse movimento começou uma campanha pela libertação da Flávia Schilling [...] uma jovem estudante brasileira que morava no Uruguai, filha do Paulo Schilling<sup>23</sup>[...]. Ela tinha 17 anos quando foi presa, e nós começamos uma campanha para trazê-la de volta pro Brasil; aí o governo do Uruguai nos disse que só [...] mediante pagamento de uma indenização, e a indenização que o governo uruguaio estava cobrando era [que] cada dia que ela tinha ficado na prisão valia um dia em um hotel cinco estrelas no Uruguai, e nós começamos a fazer uma arrecadação no Brasil inteiro pra pagar essa indenização, e eu me envolvi nesse movimento; [...] passei um mês ali no ARS [Centro Comercial Aderbal Ramos da Silva] nas horas de folga, [...] com uma caixinha de papelão, um monte de fotos da Flávia Schilling, perdendo os cabelos, sem dente... Ela, na hora da prisão deram um tiro nela aqui na garganta, ela com a cicatriz imensa, e nós conversamos com as pessoas e eles iam nos dando, colocando o dinheirinho na caixinha; e um senhor chegou [...] a nos doar um terreno pra gente colocar à venda e conseguir o dinheiro, e nós fomos vitoriosos, nós trouxemos a Flávia Schilling de volta. Então me senti muito poderosa, primeira campanha que participei, de luta tal [...].

## Eleições no Socioeconômico

Entre em [19]76 no Direito, [...] fiquei mais um ano no Básico, fui lá pro Direito, lá na Esteves Júnior, filme de horror. [...] Eu fui pra aquele Direito, aquilo é o caos... Aí o Adolfo<sup>24</sup> me salvou lá. [...] O Adolfo fazia Direito também, um pouquinho mais velho do que eu, então a gente ali começou a se unir e a organizar chapas, pra tentar vencer aquela direita que tava no diretório do Centro Socioeconômico. [...] o bom era que o Socioeconômico não era só o Direito naquela época, tinha Economia, Ciências Contábeis e Administração, então eu fui [...] fazer chapa com o pessoal lá da Administração e da Economia, e ganhamos o diretório, fizemos uma chapa chamada “Transformando” e ganhamos o Diretório do Centro Socioeconômico. O Mosquito, [que] foi preso comigo, estava na chapa, só que eu não estava na chapa, primeiro porque trabalhava o dia inteiro, [...] brigava com todo mundo, eles diziam que eu tirava voto [...]. Então podia ajudar, militar e distribuir material, menos sair na chapa, então na Novembrada fui a única presa que não estava em chapa nenhuma, todo mundo era dirigente, eu não era dirigente, eu era de base.

---

<sup>23</sup> Paulo Schilling, economista, exilado do Brasil.

<sup>24</sup> Adolfo Dias, futuro presidente do DCE e da UCE.

## A prisão na Novembrada

[...] quando fui presa, cheguei lá na Polícia Federal, os meus carcereiros eram meus companheiros de sala de aula, todos assim [...] Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Civil, porque eles uniram as três polícias porque eram sete presos. [...] O cara estudava do meu lado, eles iam me buscar de metralhadora. [...] Eles me prenderam lá na casa dos meus pais porque era o endereço que a Reitoria deu, era o endereço que eu tinha na Reitoria, então eu não tinha atualizado, quando eu me inscrevi aqui, dei o endereço da casa dos meus pais, aí nesse meio tempo me mudei e eles não sabiam, achavam que morava ainda com meus pais. Eles não eram assim nem tão cuidadosos. [...] Quando eu estava na prisão, fizeram o maior ato público que essa cidade já viu. Dez mil pessoas na rua. E não pude ir, eu não estava lá.

### **MARIZE LIPPEL**

Estudante da UFSC de 1976 a 1980 e vice-presidente do DCE em 1979  
Depoimento público de 31 de agosto de 2016

## Militância no movimento estudantil

Eu entrei em [19]76 na universidade, tinha dezesseis anos, [...] houve uma fraude no vestibular e houve um movimento espontâneo em que aqueles que se sentiram prejudicados vieram pra frente da Reitoria e começaram a reivindicar uma nova prova de vestibular exatamente por essa fraude; nesse momento [...] eles [os companheiros] começaram a perceber algumas pessoas que eram lideranças; e, no caso, ali, as lideranças eram espontâneas. [...] E foram trazendo para a militância no movimento estudantil. [...] A partir dali eu comecei a me relacionar com pessoas que eram da militância estudantil e participei das eleições, ganhamos as eleições também, dentro do Diretório Acadêmico de Ciências Biológicas [...] E depois eu fui pro DCE como vice-presidente de imprensa, junto com o Adolfo Luiz Dias e os demais companheiros também. Então toda a minha época de universidade foi de militância. [...] A universidade foi uma das épocas mais bonitas que a gente pôde vivenciar, exatamente por isso, porque era uma cultura de militância, existia como, era um ser integrado em toda uma sociedade onde a gente fazia da militância estudantil uma atividade [...] [a mais] do nosso estudo; [...] e assim foi feito, e recebemos apoio de muitos professores.

## As lutas do movimento estudantil

Durante todo o tempo do movimento estudantil, era um tempo pós-prisões [...] em [19]75 [...], então pós-Operação Barriga Verde; aqui, nós tínhamos muitos conhecidos, amigos que foram presos na época também, isso fez com que a gente se aproximasse bastante do Partido Comunista na época. [...] Em prol também da libertação dessas pessoas que estavam presas na época, que foram torturadas, sequestradas na Operação Barriga Verde. [...] Também tirar a UNE da clandestinidade, a gente participou também ativamente das reuniões clandestinas e também do movimento feminino; eu era representante estudantil, pela anistia, isso fez com [que] a gente participasse de algumas reuniões nacionais pra que a gente pudesse trazer todo o legado nacional pelos direitos humanos pra nossa região. [...] Também era representante de Centro no colegiado na Reitoria,<sup>25</sup> representando os estudantes, [...] então isso também fazia com que a gente se sentisse mais ativa ainda nessa militância que tinha.

### A Novembrada

[...] a manifestação com a vinda do presidente Figueiredo [...] foi dia [...] 30 de novembro. Eu me lembro que nós tínhamos preparado uma manifestação, [...] nós organizamos para lançar uma “Carta aberta para a população”, onde nós colocávamos exatamente a situação que nós estávamos vivendo naquele momento; e, considerando o pouco número de pessoas, a gente fez umas faixas, uns panfletos que seriam a carta aberta que seria distribuída, e [...] nos encontramos na Praça XV pra essa atividade. Só que nós éramos poucos, ou distribuíamos ou segurávamos as faixas, não tínhamos muitas mãos naquele momento. [...] No momento em que nós fomos distribuir as cartas, teve uma adesão muito espontânea da população. Então durante todo o tempo da manifestação a gente viu que a população estava do nosso lado; aquela não era uma manifestação estudantil, aquela era uma manifestação da população de Florianópolis, que também teve algumas peculiaridades, porque os funcionários públicos foram obrigados a estar lá presentes, as escolas foram obrigadas a levar os alunos, então tinha uma série de pessoas que não estavam gostando de estar ali, e [...] teve a adesão em si ao repúdio, à vinda do presidente naquele momento. Então eu sempre digo que o tumulto que houve, o episódio que houve, ele foi muito mais construído pela total incompetência do gestor na época, que era o interventor [Jorge] Bornhausen.

---

<sup>25</sup> Conselho Universitário.

## A prisão na Novembrada

O combinado seria que a qualquer momento que tivesse alguma diferença daquilo que a gente tinha planejado nós iríamos nos encontrar depois da manifestação no DCE, e a gente foi pro DCE, discutimos o que podia acontecer, a gente já sabia que teria uma possibilidade grande de nós sermos presos. A palavra de ordem era que todos ficassem em casa, porque a possibilidade de sair da Ilha e ser sequestrado era muito grande [...].

No outro dia de madrugada, eu recebi um telefonema [...] cinco horas da manhã de um dos colegas que estava sendo preso; [...] em seguida eles estiveram na minha casa, fizeram meu pai assinar o ato em si, de que estavam me levando. [...] Me levaram com uma metralhadora, me jogaram no fundo de um fusca e, com a metralhadora sempre no meu pescoço, começaram a rodar em Florianópolis e a fazer torturas psicológicas também, que era o que eles queriam naquele momento para [me] deixar desorientada; eu fui presa depois no Hospital da Polícia Militar. Mais tarde chegou a minha companheira de cela.<sup>26</sup> [...] Achando assim que nós éramos umas subversivas, [...] era um quarto junto com o banheiro, e a gente tinha que ficar tudo sempre aberto e elas [policiais] sempre armadas junto com a gente.

Durante esse tempo inteiro, teve uma pressão muito grande de alguns advogados, de algumas outras pessoas, porque a população estava se organizando pra um ato no qual pediria nossa liberdade, e nós não sabíamos nada do que estava acontecendo lá fora porque nós ficamos incomunicáveis por quinze dias. Eles nos levavam durante aquele período pra um interrogatório, [...] na Polícia Federal, o delegado federal era José Benedito de Oliveira e Souza [...], e a primeira coisa que a gente via era uma parede cheia de fotografia que mostrava o histórico de toda a nossa vida estudantil em todos os movimentos, eles estavam presentes porque as fotos estavam ali.

[...] Não houve tortura física, houve tortura psicológica de grande força, isso fez com que [...] na vida inteira da gente houvesse repercussão. Eu, as memórias disso tudo a partir de agora que comecei a lembrar para [...] a Comissão da Verdade, porque simplesmente esqueci, esqueci, um apagão, realmente não lembrava. [...] O que eles fizeram com a cabeça da gente, o resultado disso, ninguém passa impune. Era uma época em que o aparato militar ainda não tinha sido removido, nós tínhamos recém saído da questão da anistia, mas tudo tava lá e toda a forma de interrogatório era a mesma, então aquilo tudo foi muito pesado.

---

<sup>26</sup> Rosângela Koerich de Souza, Lelé.

## MARGARET GRANDO

Estudante da UFSC de 1975 a 1980  
Depoimento público de 31 de agosto de 2016

### Movimento estudantil

Primeiro é importante dizer que o movimento estudantil não é um movimento desconexo da realidade, não é hoje e nem na nossa época foi, e ele era influenciado pelos movimentos fora da universidade, e a gente também fazia o caminho pra fora da universidade. Então era sempre um caminho de mão dupla. Os movimentos que ocorriam então fora da universidade, nos grupos jovens de igreja, nos partidos políticos, notadamente no MDB, repercutiam bastante aqui dentro da universidade. E essa efervescência e nossa avidez por informação, eu lembro que, um dia, tô na fila do RU e me chega uma carta aberta denunciando as prisões da Operação Barriga Verde, isso devia ser dia 5; eu peguei minha pasta branca da farmácia cheia de panfleto e já saí distribuindo panfletos ali na fila do RU. E aí já fui correndo depois para casa porque lembrei que tinha um livro do Ulysses Guimarães, o único livro que tinha, [...] e fui correndo para casa para dar fim no livro do Ulysses Guimarães. [...] O movimento estudantil, foi inato, do fundo da alma.

Em 1976 [...] entrei pro Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos como voluntária, e aquela música, aqueles [...] discos de vinil. Tinham muitos discos, a biblioteca era muito legal! E aí eu ficava ali no CEB, terminava a aula, saía correndo para colocar música... E eu que nunca tinha tido acesso àquilo... Nossa! Ter a possibilidade de escutar música, de ter a biblioteca ali, de poder pegar um livro diferente e ler. Aí, eu não consegui estudar [...] A minha sorte é que no final de 1976 eu encontrei a Marize Lippel, que me botava de novo no caminho do estudo...

### O movimento estudantil no final dos anos 1970

E o que movia o movimento estudantil, sem dúvida, era a melhoria do ensino, porque nós tínhamos um ensino muito descolado da realidade. Não tínhamos hospital-escola, não tínhamos laboratórios suficientes, era luta por alimentação no RU, por melhoria, por moradia estudantil, por reorganização das entidades estaduais e nacionais, pela finalização pelas obras do HU [Hospital Universitário], que estavam há quase 15 anos paralisadas, e engrossávamos aí o movimento na área da saúde, movimento de medicina comunitária.

## A União Catarinense dos Estudantes

Mas em [19]79, em 4 de agosto de [19]79, se reuniram mais de 20 diretórios acadêmicos aqui em Florianópolis, na sede do DCE, no dia 4 de agosto. Tinha três diretórios acadêmicos de Lages, dois de Joaçaba, um de Mafra, um de Caçador, dois de Blumenau, mais o DCE da FURB [Fundação Universidade Regional de Blumenau], um de Joinville, um de Brusque e cinco de Florianópolis. Mais um Centro Acadêmico, mais o DCE da UFSC, mais o Diretório Acadêmico do Centro Teológico aqui do ITESC [Instituto Teológico de Santa Catarina]. Isso em 4 de agosto de [19]79, dessa reunião resultou inclusive a marcação da data do primeiro encontro catarinense, que vai daí discutir a pauta e marcar data do primeiro congresso, que é onde vai eleger a diretoria em 1980. Então, assim, em [19]79 mesmo, todo mês tinha coisa. [...] Foi um movimento de muita efervescência política o ano inteiro.

## Os estudantes no Movimento Feminino pela Anistia

Em 1977, [...] recebi uma informação [de] que ele [o professor Marcos Cardoso Filho]<sup>27</sup> solicitava que eu conversasse com a Marise Maravalhas,<sup>28</sup> com a Maria Rita,<sup>29</sup> com outras esposas e familiares, para a gente trazer o Movimento Feminino pela Anistia aqui para Santa Catarina; [...] eu me achava muito menina, e aquele movimento era importante, mas era de senhoras da sociedade... e eu andava de chinelo de dedo, de camisetinha, de calça *jeans*... como é que ia para São Paulo falar com a Therezinha Zerbini? Mas [...] eles lá presos, fazendo greve de fome... e aí acabamos indo para São Paulo, e conversamos com a Therezinha Zerbini, que nos recebeu, e aí [...] a ida da Maria Rita na USP, que foi quem fez uma denúncia muito grande das torturas que o Roberto Motta havia sofrido aqui e em Curitiba. [...] Esse Movimento Feminino pela Anistia teve apoio importante da Cúria Metropolitana, aqui de Florianópolis, e depois do Comitê Brasileiro pela Anistia [...]. O Nelson Wedekin, que era o presidente da Comissão de Justiça e Paz aqui no estado, apoiou bastante o movimento feminino, e isso depois vai se desdobrar com movimentos do país todo pela Lei da Anistia...

---

<sup>27</sup> Na época, preso (Operação Barriga Verde).

<sup>28</sup> Esposa de Marcos Cardoso Filho, preso.

<sup>29</sup> Esposa de Roberto Motta, preso.

## Os estudantes e os outros movimentos da sociedade

Os estudantes também participavam dos movimentos políticos aí na cidade. [...] A participação dos estudantes também se dava nos locais onde morávamos, [...] apoiava movimentos locais, comunitários, no sentido de se criar uma associação de moradores, de lutar por um espaço público.

### 5.1.5 Os anos pós-1980

#### **LUIZ CARLOS CANCELLIER DE OLIVO**

Estudante e líder estudantil

Depoimento público de 5 de outubro de 2016

Mas foi um período riquíssimo. Não é à toa que a Novembrada ficou naquele período. Momento em que se fez o congresso de reconstrução da União Nacional [dos Estudantes], nós fomos todos para a Bahia. Período de reconstrução da União Catarinense dos Estudantes, período da primeira eleição direta para o diretório central, período em que nos conhecemos e [fizemos] amizades [que] se prolongaram a vida toda, até a morte do Adolfo [Dias]. Período que nós tivemos a oportunidade de conhecer e conviver e nos familiarizar via juventude do MDB, com todos aqueles camaradas que depois ficaram reféns da Operação Barriga Verde, e ali [se] criou um tipo de consciência, um tipo de entendimento e um tipo de leitura da realidade que me perseguiu, que me acompanhou a vida toda. E eu não tenho nenhum problema em admitir isso e, ao contrário, eu tenho é orgulho desse tipo de formação que tive aqui dentro da universidade, lá com meus 18 anos, que mais ou menos formou minha concepção sobre movimento popular, movimento social, partidos políticos, resistência e luta democrática...

Mas quero dizer que tenho muito orgulho desse período que eu vivi, e isso me ajuda muito hoje a compreender o próprio momento em que o Brasil vive, e é uma coisa que para mim é importante, porque as amizades daquela época, as pessoas que a gente fez amizade naquela época, permanecem até hoje. De amizade fraterna mesmo, mesmo com divergência ideológica, mas nunca foi rompida a relação.



## MARCOS NEVES

Estudante e presidente do DCE em 1983  
Depoimento público de 31 de agosto de 2016

### A UNE

A primeira diretoria pós-[19]80 que foi eleita em Congresso da UNE elegeu um presidente chamado Javier.<sup>30</sup> E aí nós tivemos uma primeira ação da ditadura, que foi a expulsão do Javier, que era presidente da UNE. Na época, em nome da lei dos estrangeiros, nós tivemos toda uma campanha dentro da universidade pela não expulsão do Javier, que era o presidente eleito dentro do Congresso da UNE.

### O movimento estudantil na UFSC

A gestão do Adolfo [Luiz Dias] foi a gestão [19]79-80. Tem a chapa Unidade aqui, com Adolfo, e tudo, que foi a chapa vencedora. Mas em [19]80 a gente teve um revés, que na época a gente chamava da direita, que foi quando o Lédio Rosa ganhou o DCE com a chapa Luta Democrática. O Lédio Rosa hoje [...] é desembargador.<sup>31</sup> Pois é, as coisas no mundo viram, né? Quer dizer, hoje o Lédio Rosa atua acho que muito mais progressivamente do que muitos militantes da esquerda da minha época. Então, essas coisas a gente... [...] foi no primeiro semestre de [19]80, tivemos uma semana de calouro que veio [José] Genoíno Neto. Na época Genoíno Neto era uma referência da luta do Araguaia. Ou seja, da resistência armada que teve de maior expressão para a ditadura. [...] Trazer o Genoíno Neto numa semana do calouro foi um impacto na universidade. Porque ele inclusive estava no movimento pró-PT, mas era vinculado a uma corrente interna ultraesquerdista, o PRC [Partido Revolucionário Comunista].

Foi um período em que teve efetivamente movimento dentro da universidade. Primeira greve estudantil grande em [19]81 [...]. E eu lembro que nossas assembleias eram ali no ginásio de esporte, enormes. O primeiro Centro Acadêmico livre que começa a surgir, as estruturas de diretórios vão se fragmentando, porque não podia existir organização por curso. Era só por centro. Então nesse nosso período vão surgir os Centros Acadêmicos. O primeiro Centro Acadêmico livre é da Arquitetura [...]. Na minha gestão em [19]83 foi quando a gente fez um congresso estudantil, porque não existia isso no estatuto da entidade estudantil. Existiam só [...] diretoria,

<sup>30</sup> Javier Alfaya, nascido na Espanha.

<sup>31</sup> Lédio Rosa de Andrade, desembargador aposentado, veio a falecer em 29 de janeiro de 2019.

conselho de entidade e assembleia. Nós resolvemos fazer um congresso do DCE, e foi nesse congresso [...] que a gente nominou o DCE [...] Luís Travassos.

O grosso das representações estudantis eram masculinas, mas tinha uma participação ativa de todas as militantes mulheres, só que essa pauta da questão das mulheres, assim como a pauta de gênero, [...] não existia no movimento. A pauta ambientalista no movimento não existia. Isso não quer dizer que a esquerda não tinha as questões ambientais como reflexão. Mas elas não apareciam porque a questão era a democracia. O fim da ditadura, essa é que era a pauta. Era a anistia em [19]79. Era depois a reconstrução da UNE [...]. E também foi um período de crise econômica, em que as mensalidades estudantis começaram a aumentar. Tanto que isso favoreceu [...] o [re]surgimento da UCE, porque as pautas das privadas na época eram consideradas, [...] as fundações... a FEJ [Faculdade de Engenharia de Joinville], a FURJ [Fundação Educacional da Região de Joinville], a FURB, a Uniplac [Universidade do Planalto Catarinense], a Unochapecó [Universidade Comunitária da Região de Chapecó] e tudo o mais.

A gente não fazia só política. A gente fazia muito forró no RU. O Engenho era muito bom, eram impressionantes os forrós no RU, e era basicamente pessoal do movimento. E o Grupo Engenho foi importante nisso. Tinha a boate da Engenharia, que eram grandes noitadas. Em relação ao movimento estudantil, para mim foi fundamental na [minha] formação.

## 5.2 O MOVIMENTO DOCENTE NA UFSC DE 1975 A 1984 ATRAVÉS DOS DEPOIMENTOS

A história do movimento docente na UFSC durante a ditadura militar se confunde com a história da APUFSC, criada em 1975, mas fortemente atuante a partir de 1978, já no período final da ditadura. A APUFSC, de 1978 a 1984, teve um papel importante na UFSC e no movimento docente nacional, tanto em termos de reivindicações salariais, de carreira, de defesa da universidade pública e gratuita e de democratização no interior da UFSC. Durante esse período, esteve presente, ao lado de outros movimentos sociais, na luta pelo retorno ao Estado Democrático no país (Diretas já!) e na construção de uma universidade e de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Esse momento do movimento docente precisa ainda ser devidamente pesquisado e contado, pela riqueza de seus ensinamentos. Como no caso do movimento estudantil, a Comissão Memória e Verdade da UFSC não teve tempo, nem disponibilidade suficiente de seus integrantes, para aprofundar o estudo do movimento docente na UFSC e, assim, poder levantar suas contribuições nas lutas pela redemocratização da universidade e do país. Para

deslançar a discussão sobre o movimento docente nesse período, a comissão realizou uma audiência pública no dia 5 de outubro de 2016, contando com a participação dos professores aposentados (todos militantes do movimento docente no período focado) Hamilton Nazareno Ramos Schaeffer (Departamento de Física), Célio Espíndola (Departamento de Ciências Econômicas), Tanira Piacentini (Colégio de Aplicação) e Marli Auras (Departamento de Metodologia de Ensino); durante essa audiência, entrevistaram ainda, entre outros, a professora aposentada Irmgard Maciel (Departamento de Bioquímica) e o professor Paulo Rizzo (Departamento de Arquitetura).

A CMV/UFSC procurou então extrair trechos bastante representativos dos depoimentos prestados por esses professores na ocasião, no intuito de apresentar pelo menos alguns elementos característicos do movimento docente na UFSC de 1975 a 1984. Essas falas foram a seguir organizadas na forma de cinco seções, intituladas: (1) A APUFSC nos anos 1970; (2) A APUFSC nas greves de 1980 a 1984; (3) A APUFSC na democratização da UFSC; (4) A APUFSC e o movimento docente nacional; e (5) A relação da APUFSC com a sociedade.

Convém esclarecer que, no capítulo 7, no decorrer dos relatos concernentes aos professores Osvaldo de Oliveira Maciel e Raul Guenther, mais informações são apresentadas sobre o movimento docente na UFSC, uma vez que a forte liderança de ambos se deu com o avançar da organização e da ampliação da luta dos docentes no âmbito da universidade, via fortalecimento da APUFSC.

### 5.2.1 A APUFSC nos anos 1970

#### A CRIAÇÃO DA APUFSC

A APUFSC surgiu do quê? Da necessidade de convocar professores, reunir professores para tomar alguma providência. [...] Ah, a APUFSC fazia festinha. Fizemos festa. Se você quer reunir pessoas, é melhor reunir numa mesa de chope, às vezes numa comemoração, do que só estar na parada lá brigando. Quer dizer, tem hora de reunir, pra conversar, tem que entender

*Hamilton Nazareno Ramos Schaeffer*

Essa era a forma [...] como a Associação dos Professores se reunia naquela época. Ou seja, [...] era mais recreativa, [...] era mais social, mais de conversas entre amigos, [...] do que uma associação combativa. Aliás, [...] me parece, antes da recriação, ou da tomada da APUFSC pelo movimento docente, [...] a APUFSC não teve nenhuma ação de chamar professores de toda a universidade para discutir a necessidade de fazer eleições ou [...] de fazer reivindicações maiores.

*Célio Espíndola*

A APUFSC nesse período realmente foi mais um espaço de confraternização, de festas, de encontros, de ações culturais também, de jogos, mas não tinha esse cunho político definido. Então teve sua vantagem porque ela começou a juntar professores aqui dentro da universidade também.

*Tanira Piacentini*

## A CONSTRUÇÃO DA APUFSC NO FINAL DOS ANOS 1970

A Associação Catarinense de Estudos e Pesquisas (ACEP)<sup>32</sup>

O nosso movimento que construiu a APUFSC [...] começou quando [...] em [19]76 fundamos a ACEP. Era uma associação muito mais para reorganizar as pessoas que não tinham sido presas, para ajudar os que estavam presos com a operação Barriga Verde e [...] continuar com os movimentos sociais na cidade e na universidade. Num certo momento nós dissemos: “é necessário ganhar a APUFSC”, e então cinco pessoas [...] da ACEP vieram fazer uma reunião aqui [numa] sala de aula: eu, a Vera [Bazzo], Jorge Lorenzetti, Valmir Martins e tem uma outra pessoa que eu não me lembro quem foi [...]. Era o Soccas? [...] Fizemos uma reunião, ou duas ou três, e [...] cada um vai ser multiplicador, vai convidar no seu Centro mais professores pra vir à reunião. E começam então as reuniões a crescer e aumentar e a discutir os problemas da universidade, os problemas nacionais, e [...] começam a surgir lideranças dentro daquelas grandes reuniões, que chegavam [...] a cinquenta pessoas ou mais [...]. E daí surgiu um primeiro nome, que foi o nome que se tornou uma das lideranças mais importantes nossas durante todo o período em que ele atuou, que foi o Maciel, e depois o desdobramento do movimento político, surgiram mais outros grandes nomes: Guenther e outras pessoas aí que atuaram de forma aguerrida no movimento, [...] ou na criação da nova APUFSC, [...] ou na tomada por eleição entre os professores, uma eleição bem concorrida, uma eleição... que então vencemos; [...] e começou a primeira diretoria em [...] final de [19]78. Agora [...] os professores começam a atuar de forma diferente, uma atuação mais incisiva dentro da universidade.

*Célio Espíndola*

---

<sup>32</sup> Associação Catarinense de Estudos e Pesquisas (ACEP), criada em 1976 com o intuito de congrega professores, estudantes e profissionais em geral para promover debates críticos às políticas da ditadura civil-militar. O primeiro evento organizado foi um debate sobre o Programa Nuclear Brasil-Alemanha com as palestras e a participação de Mario Schenberg, Luiz Pinguelli Rosa, José Zats e José Antônio Lutzenberger, que teve uma grande participação de público. Outros debates e filmes seguiram nos anos seguintes.

A Associação Catarinense de Estudos e Pesquisa, que reunia não só professores da universidade, [...] também pessoas da cidade, pessoas ligadas a partidos políticos, a movimentos sociais, foi um embrião, e eu acho que é uma outra coisa também: o movimento docente e a chapa Luta e Independência [de fato, o nome era: Independência e Luta], que elegeu o professor Maciel, ela nasce, também, ela surge desse envolvimento, dessa vitalidade que havia, não era a universidade isolada.

*Tanira Piacentini*

### A Greve da USP em 1977

Surge o movimento dentro da USP e [...] a primeira greve dos professores em universidade brasileira, [...] do período de [19]64 em diante. Essa greve acontece em [19]77, e já tinha um movimento anterior que começa [...] em [19]75/[19]76; essa greve foi uma greve muito forte, e isso causou um impacto [...] muito positivo no nosso movimento e nos encheu de coragem para entrar também dentro de nossas universidades, na criação de associações de professores combativas e [...] para um processo de luta dentro da universidade e fora da universidade, com perspectivas mais amplas, nacionais, e até internacionais do ponto de vista das bandeiras de lutas. E foi assim que começou então a história da APUFSC.

*Célio Espíndola*

## O INÍCIO DO MOVIMENTO DOCENTE NA UFSC

### A chapa Independência e Luta

A eleição do Maciel, é importante lembrar, foi a primeira eleição direta, em que todos os professores votaram, que as chapas se inscreveram, [...] mas antes as eleições eram por aclamação. Por ocasião da primeira eleição direta para a diretoria da APUFSC, várias chapas tentaram se inscrever. De uma delas constavam os nomes do reitor Caspar Erich Stemmer e de seu chefe de gabinete, mas, no momento da composição da mesma, alguns professores constantes da lista, que não haviam sido consultados previamente, se recusaram a participar. [...] Estou lendo um trechinho do jornal *O Estado de Florianópolis*, 13 de outubro de [19]78, página 16. Então, a diretoria do Maciel veio exatamente com esse objetivo de, dentro da universidade, politizar as discussões, lutar por carreira, carreira única.

*Tanira Piacentini*

## O Professor Osvaldo Maciel

O Osvaldo teve realmente uma capacidade de sentir as coisas [...] com independência e vontade de luta, portanto, quando concorreu pela primeira eleição da APUFSC, realmente Independência e Luta era o que mais combinava com a pessoa que ele era e que ele foi com certeza a vida toda, até o final. Eu sempre digo que, se houve uma pessoa coerente na vida, essa pessoa foi Maciel, desde que o conheci até o momento que ele partiu.

*Irmgard Maciel*

## A repressão velada às lideranças

O sistema de pessoas que se colocavam como espíões era intenso. Nós chegamos a ter um colega que era assíduo frequentador da nossa casa e, num determinado momento, falou pro Maciel o seguinte: “Ô, Maciel, tenha cuidado com tudo que você diz na minha frente, porque eu vou ter que fazer relatório”. Quando Maciel colocou isso eu realmente fiquei estarecida, porque a pessoa realmente era íntima de todos nós em casa. Era um dia sim e o outro também. Aí a gente viu que a coisa tava mais preta do que parecia. Consequentemente, nós passamos a ter extremos cuidados com o que dissemos no telefone, e, quando Maciel estava nas greves em Brasília durante esse período da ditadura, nós não nos falávamos pelo nosso telefone. [...] Tanto nós quanto Adolfo Dias recebíamos ameaças por escrito na nossa casa, e não era do Exército, era do Comando de Caça aos Comunistas. Eu devo dizer que naquela época eu nem devia saber o que era ser comunista, mas fiquei com um verdadeiro pavor. Então nós tínhamos o pavor do que poderia nos acontecer por alguma ação do Exército, tínhamos pavor do que poderia nos acontecer pelo [citado] professor da universidade, que poderíamos ser expulsos a qualquer momento, e tinha ainda o Comando de Caça aos Comunistas. Uma carta dessas eu devo ter na minha casa, mas infelizmente não consigo encontrar, não sei onde que ela está guardada, mas se eu encontrar eu repasso. Então essas coisas eu acho que a maior parte das pessoas não sabiam. Pensa o seguinte, naquela época, o pavor que nós tínhamos de ficar sem emprego, porque os dois eram professores da universidade, e tínhamos uma filha e dois filhos. [...] E tínhamos três pessoas idosas que moravam conosco, que eram nossas dependentes. Eu dizia pro Maciel: “Fica calmo, se nós formos pra rua, felizmente nós compramos durante esses anos uma máquina de lavar roupa (nessa época as pessoas mandavam lavar roupa fora), então eu e as nossas velhinhas vamos dar conta do recado, eu lavo a roupa e elas me ajudam a passar a roupa, portanto, até a gente conseguir outro emprego, a gente vai viver dessa forma”. Chegamos a pensar nisso, por incrível que pareça.

*Irmgard Maciel*

## O primeiro movimento na UFSC

Essa organização nossa vai redundar, também, em [19]79, no primeiro movimento forte [...], o boicote ao vestibular. Foi tirado na assembleia dos professores que os professores não deveriam participar na fiscalização obrigatória [...] do vestibular. Eram chamados, eram convocados, e era gratuito também. Eu me lembro que [...] tinha me inscrito para corrigir redação. A assembleia decidiu, eu mandei uma cartinha para a comissão [do Vestibular] dizendo que eu e uma outra professora do Colégio [de Aplicação] [...] não iríamos participar da correção em função da decisão da assembleia, que nós acatávamos [...] e portanto não íamos fazer. Isso foi em novembro, dezembro houve o vestibular, eu era vice-diretora do Colégio de Aplicação, não havia eleição direta. Início de janeiro, no dia que o reitor [...] Caspar Erich Stemmer abre a divulgação dos primeiros classificados do vestibular, o pessoal [jornalista Celso Martins] fica sabendo que ele também [...] tinha me demitido do cargo. Aí perguntaram pra ele por que [...] tinha feito aquilo, e ele disse: perdi a confiança. Até aí tudo bem, perdeu a confiança, era um cargo de confiança, não havia eleição, mas o castigo foi que o regime de trabalho meu, que era de 40h, passou pra 20h. A APUFSC depois entrou com um pedido de correção no outro exercício, no outro reitor [Ernani Bayer]. Era assim que as coisas funcionavam.

*Tanira Piacentini*

### 5.2.2 A APUSC nas greves de 1980 a 1984

#### AS GREVES NO INÍCIO DOS ANOS 1980

##### A primeira greve

A primeira greve ocorre tão logo essa chapa [Independência e Luta] vence, uma greve organizada [quando] as greves de servidores públicos eram ilegais. O AI-5 havia acabado em [19]79, mas continuava todo o clima, tanto que, quando ocorre a greve (como membro da diretoria, eu integrava o Comando Local de Greve), em todos os momentos que o Comando Local de Greve se reunia, ele era orientado a se encontrar em lugares distintos, [...] num laboratório, num outro local. Havia um clima de [insegurança], que isso era ilegal. O professor Guenther era orientado a não dormir na sua própria residência, a procurar ir para outros espaços. A Assessoria de Segurança e Informação funcionava a todo vapor, ao lado do gabinete do reitor. É impressionante como eles acompanhavam, como o Estado ditatorial acompanha o que você está fazendo!

*Marli Auras*

## A organização e o clima da primeira greve

Agora eu quero falar um pouquinho sobre como que os professores saíam pelas ruas, [...] e havia uma grande receptividade pela nossa luta. Nós tínhamos na época um grupo de professores jornalistas, da mais alta expressão (Daniel Hertz, Ayrton Kanitz), que produziam um folheto, que era sob a forma de história em quadrinhos, em que era escrito “Professores, aprendendo e ensinando uma nova lição”, e a gente tinha uma pilha desse material. E na greve de [19]80, várias comissões foram organizadas, Comissão de Adesão e Participação, Comissão de Imprensa, Comissão de Ética, Comissão de Finanças, Comissão Jurídica, Comissão de Atividades. Havia uma participação tão intensa! Por que essa participação era intensa? Porque se quebrou o muro dos departamentos, as paredes que impediam de conhecermos uns aos outros, que impediam de percebermos que tínhamos causas em comum. Que o professor do outro lado do rio<sup>33</sup> tem a mesma causa que a minha. E se ele tiver uma perspectiva social mais ampla – que deveríamos todos ter, pois somos todos de uma universidade pública – [abre-se um horizonte comum de lutas coletivas]. Essa primeira greve foi uma festa, [...] que festa linda que nós fazíamos! Era uma festa, porque [também] a gente se encontrava.

*Marli Auras*

## A Universidade na Praça

Nós fazíamos a Universidade na Praça. Não ficávamos dentro da universidade fazendo a greve. Por isso a gente tinha muito apoio da comunidade. [...] Os jornais estavam aqui querendo saber tudo e iam lá nos entrevistar. O pessoal do CDS, o Centro de Desportos, fazia atividades, o pessoal da Biologia levava [experimentos], ou seja, o conhecimento, nós fazíamos recitais de poesia, feira. Enfim, o conhecimento que é gerado aqui dentro da universidade era levado para a população, ou seja, “é isso que a gente faz”, “é isso que a gente produz”, “é isso o que nós estamos fazendo pra devolver para vocês também”. E havia então essa relação [...] muito forte, uma relação muito próxima mesmo da universidade, do movimento docente com a cidade. E eu acho que isso também era um fator importantíssimo para receber o apoio às greves que nós fizemos, que não foram poucas.

*Tanira Piacentini*

---

<sup>33</sup> Alusão, *grosso modo*, à separação existente entre o pessoal das engenharias de um lado e o das humanas do outro.



Da nossa atuação nas praças para conversar com as pessoas, eu lembro dos pesquisadores que montaram suas pesquisas para explicar para as pessoas [...], que ficavam encantadas, porque realmente a universidade, de um modo geral, estava afastada da sociedade, enclausurada. E as pessoas não têm ideia do que é feito dentro da universidade!

*Irmgard Maciel*

### Discurso na missa

A história da missa, [...] não foi depois da missa, foi durante a missa. O Jean-Marie [Farines] estava junto, nós estávamos na Comissão de Propaganda durante a greve, domingo, em Palhoça. O professor [Raul] Guenther também estava, o professor Ayrton Kanitz também. Nós estávamos panfletando: “Professores, aprendendo e ensinando uma nova lição”; estávamos ensinando o porquê da greve – porque a greve tinha a ver com elas também –, [então] estávamos defendendo um patrimônio que era delas também. E aí fomos lá na lateral da igreja, tinha uma porta, o padre estava lá na missa, alguém junto ao padre veio ver o que queríamos, aí explicamos. A pessoa foi falar com o padre e o padre chamou alguém, que foi o Guenther; aí o Guenther foi, durante a missa, e explicou para um público atento.

*Marli Auras*

### O civismo e a festa

No Paraná, os professores cantavam o Hino Nacional antes da assembleia. No Rio de Janeiro, os professores, na passeata, mostravam o contracheque, dizendo: “Não há infiltração, nós somos todos professores”. São coisas características da época, daquele momento. Primeiro, que se assumiu uma postura da greve como algo quase que patriótico, “nós estamos defendendo nosso país contra esses que usurparam o poder”. Tinha esse sentimento e tinha o sentimento também de enfrentar a repressão. [...] Mas tinha algo de civismo na greve, na luta da greve, e a luta era pelas reivindicações, pela carreira etc., mas era uma luta pela democracia. Tinha muita festa, a greve era uma festa. Me lembro dos bares no RU, os bingos, cada assembleia era um Centro que fazia o bar da greve, pra fazer finanças para a greve [...]. Me lembro de um professor que em toda assembleia fazia pipoca.

*Paulo Rizzo*

## O movimento sindical na construção de uma universidade pública

As fundações, durante um bom tempo, tiveram salários, carreira e salários maiores que os dos professores das autarquias. [...] na primeira greve unificada [...] das fundações e autarquias, o Raul Guenther contava que teve que negociar com o pessoal das fundações, que tiveram que recuar nos seus ganhos salariais para que [...] os professores das autarquias os alcançassem. Não foi fácil, mas vejam o que que era realmente o movimento sindical autônomo, que pensava na construção da universidade para a população brasileira. Então eles chegaram a abrir mão, ficaram com seus salários parados até a gente alcançar. Isso é muito importante também registrar.

*Tanira Piacentini*

### 5.2.3 A APUFSC na democratização da UFSC

#### AS ELEIÇÕES NA UFSC

A eleição dentro da universidade para reitor, para diretor de centro, nunca foi uma eleição democrática, [...] porque a manipulação de determinados setores [...] pelas forças que estão no poder sempre levavam [...] à votação nos candidatos eleitos; sempre [...] gente ligada à direita.

*Célio Espíndola*

Em [19]83, nós lançamos uma lista sêxtupla para reitor da universidade, fizemos uma grande assembleia e [...] uma nominata de seis professores; o professor [Osvaldo] Maciel encabeçava a lista, tinha a professora Anamaria Beck, Flávio Valente, Marco Da Ros, Alzira Hessmann, [Arno] Bollmann e eu. [...] Quem ganhou foi o professor Rodolfo Pinto da Luz, foi minha segunda derrota contra ele, a primeira tinha sido no DCE. E o Maciel ficou em segundo lugar. Como era de praxe, nós defendíamos o primeiro nome eleito, óbvio, todos nós defendemos o nome do professor Rodolfo Pinto da Luz para reitor naquele momento.

*Tanira Piacentini*

### 5.2.4 A APUFSC e o movimento docente nacional

#### FUNDAÇÃO DA ANDES

Em [19]81 [houve] o congresso de fundação da ANDES-SN, em que a APUFSC teve uma participação fundamental, tanto que o professor Maciel,

que era o nosso presidente, foi eleito o presidente. Havia duas possibilidades: era o Luiz Pinguelli, da Física do Rio [de Janeiro], e o Maciel. Ganhou o Maciel, e o Pinguelli foi eleito na gestão seguinte como presidente.

*Tanira Piacentini*

## **AS CONTRIBUIÇÕES DA APUFSC NO MOVIMENTO DOCENTE NACIONAL**

Tivemos ações importantes no movimento aqui dentro da universidade, que é a luta pela eleição direta para reitor, para diretores de centro, e uma luta que tinha uma inserção, [...] um relacionamento com a sociedade local e com os movimentos sociais e os movimentos sindicais muito forte também. [...] A APUFSC cresceu, teve um papel importante no movimento nacional, movimento dos professores, movimento docente nacional, e, nesse movimento – quer dizer, em [19]79 –, quando se cria o primeiro embrião da [futura] ANDES, se deu através de um texto escrito por nós, [...] levado para esse congresso [...] na Bahia [...], o Maciel levou, discutiu e apresentou [...] os primeiros dados para uma grande luta [...] pela recomposição dos nossos salários e [...] por mais verbas para a educação, contra os cortes de verbas sociais [...]. Era também, claramente, uma luta contra a ditadura, uma luta [...] pela eleição direta e por outras bandeiras que vão sendo incorporadas no caminho. A APUFSC também teve uma participação extraordinária quando o congresso da ANDES foi feito aqui em Florianópolis, aqui na universidade, e também [...] um texto do coletivo da APUFSC foi apresentado como texto norteador das discussões para a fundação da ANDES. E durante os anos 1980 a APUFSC esteve no centro desse movimento nacional, não só do movimento docente, mas teve uma participação também [na] criação da CUT.

*Célio Espíndola*

### **5.2.5 A relação da APUFSC com a sociedade**

#### **AS LUTAS NACIONAIS**

No período que nós estamos comentando hoje, de [19]74/75 a [19]84, o que caracterizou [...] esse movimento docente foi exatamente a junção, a mais perfeita ligação das lutas da universidade com as lutas nacionais.

Os professores aprovaram nessa reunião [que precedeu o congresso na Bahia] um engajamento nas lutas contra a ditadura militar, defendendo a democracia na universidade e na sociedade brasileira, mais verbas para a educação, ensino público e gratuito, liberdade e autonomia de organização sindical. Depois, em Salvador (eu acho que foi esse que o Célio comentou,

que o Maciel levou um documento), aprovou-se lá a intensificação das lutas com o Dia Nacional de Paralisação das Atividades. E, em João Pessoa, fevereiro de [19]80 e setembro de [19]80, interessante: nacionalmente, os docentes promoveram uma Semana Nacional de Luta e Mobilização, em setembro de [19]80, e, em novembro de [19]80, em plena ditadura militar, o movimento docente, sem uma entidade nacional ainda, realiza a primeira greve nacional em novembro de 1980.

*Tanira Piacentini*

## OS DEBATES SOBRE A UNIVERSIDADE

Um debate realizado em [19]81 [coordenado pelo *Jornal de Santa Catarina* e nele publicado em mais de uma edição]: “pagar ou não pagar [pelo ensino superior], esta é a questão”. Havia uma ressonância das nossas lutas no espaço da cidade, mas não apenas da cidade, no espaço do estado, no espaço do país, que tem a ver bastante com o clima daquele período.

*Marli Auras*

## O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Eu queria só falar [sobre] a amplitude da participação. Havia uma articulação com os professores do estado, a ALISC<sup>34</sup>[...]. Fizemos trabalhos comuns porque a APUFSC tinha essa generosidade política, porque tinha essa clareza política de que tinha que participar desse processo de construção, de ampliação do espaço de democracia. Além das nossas lutas salariais, das nossas lutas trabalhistas, nós também tínhamos uma clareza, o coletivo ia conquistando essa clareza à medida que promovia o embate. E daí a articulação com a ALISC. A ALISC fez uma greve nos anos [19]82 ou [19]83, e uma das demandas foi pela construção, pela participação do sindicato [não era sindicato ainda] no Plano Estadual de Educação. E os professores do estado conseguiram do [Esperidião] Amim, candidato [ao governo estadual] em [19]82, com um programa que poderia se sintetizar, segundo ele, na “opção pelos pequenos”; trabalhando essa contradição, a ALISC consegue que o Plano de Educação seja discutido a partir dos professores. A partir de uma comissão em que ela está presente; esta comissão tinha um prazo de 120 dias para apresentar a proposta do Plano. Quem compunha a comissão? Compunham várias entidades, que não têm nenhuma representatividade nas lutas sociais. Mas a ALISC está lá e consegue fazer com que a APUFSC seja convidada a participar, a UCE

---

<sup>34</sup> Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), precursora do Sindicato dos Educadores (SINTE).

seja convidada a participar, [as associações dos orientadores educacionais e dos supervisores educacionais sejam também convidadas a participar]. Ela implode essa proposta de apresentar [um Plano por] uma comissão. Da parte da APUFSC, o professor Guenther foi como titular, e eu, como suplente. A partir do momento em que se consegue, lá dentro, criar uma proposta de que “não dá para fazer aqui dentro, entre nós, um Plano Estadual de Educação, porque não é democrático”, [...] eles [os representantes das entidades] estavam lá discutindo [...], mas nós chegamos à conclusão de que elaborar um Plano de Educação não seria possível ali. Então se conseguiu ampliar essa discussão por via da [questão da] democratização: “o que é isso, democratização?”. No ano de [19]84, em toda Santa Catarina, houve um espaço [um desafio], que mobilizou mais de um milhão de pessoas, para discutir os problemas da educação catarinense. O Congresso Estadual de Educação, em Lages, contou com mais de quinhentos delegados saídos de suas bases [as escolas de todas as regiões catarinenses] e foi um processo muito bonito. Para finalizar, a imprensa, na época, dava uma grande abertura para as discussões do movimento docente.

*Marli Auras*

O texto que segue reflete o espírito e a esperança do movimento docente durante os anos 1980 e foi escrito por Tanira Piacentini como carta de princípios de uma chapa concorrendo na eleição da APUFSC.

A Universidade que queremos

A Universidade que queremos viver tem muito a ver com a vida que rola dentro e fora. Quatro paredes que não nos limitem, que nos sugiram e inspirem à grande aventura de conhecer. Tem tudo a ver com o que este ser chamado bicho-homem (saudades do Drummond!) criou, inventou, descobriu, fez e que tem por fazer. Com aprender a ver, olhando fundo, desvendando os mistérios que nossa ignorância ainda teme, desfazendo os mitos que nos paralisam.

Uma universidade que nos indique caminhos, e que nos ajude a aprender a ser livres, a usufruir da liberdade de saber escolher entre as tantas veredas. Uma universidade que nos desafie a construir escolhas, a desenhar saídas, a buscar soluções que contemplem não só o nosso sonho, mas o sonho de todos os seres vivos: o de viver completo, em relação bonita com toda a vida que pulsa no planeta. E para além dele.

Uma universidade que discuta todos os problemas da sociedade. Que seja, ela mesma, a sociedade. Que tenha em seu programa, como centro, o ser humano, seu pão e sua poesia, sua saúde e sua fantasia, o mundo e sua alegria, tudo isso compartilhado – jamais compartimentado.

Uma universidade que valorize nosso olhar eternamente jovem, curioso e indagador, que desperte continuamente nossa vontade de produzir, criar, avançar, vencer nossos limites e os do conhecimento. E, assim, nos faça compreender que nosso trabalho se realiza na mesma medida da realização de outros trabalhos, que nosso caminho não se faz só, que cada passo é soma, é sempre junto.

A universidade que queremos viver tem tudo a ver com ciência, música, novas tecnologias, literatura, filosofia, cinema, poesia. Todo conhecimento: arte, ciência, vida. Onde as únicas coisas proibidas sejam o não pensar, o não sentir, o não fazer.

Uma universidade que nos faça médicos, economistas, físicos, engenheiros, professores, dentistas, historiadores, biólogos, jornalistas, psicólogos, enfermeiros, advogados, agrônomos, químicos, assistentes sociais. Mas que nos faça poetas diante da vida e dos outros homens: profissionais da mais alta competência técnica, e seres humanos mais inteiros, mais solidários, mais felizes.

Figura 5.1 – Reunião de Diretório Acadêmico no início dos anos 1970. Ao fundo, falando, o estudante João Soccas



Fonte: Acervo de João Soccas.

Figura 5.2 – Reunião de estudantes no primeiro seminário de Engenharia da Região Sul em 1971, com a presença do professor Volney Millis. Em primeiro plano, os estudantes João Soccas e Vera Linhares



Fonte: Acervo de João Soccas.

Figura 5.3 – Prisões em massa de estudantes reunidos no congresso clandestino da UNE em outubro de 1968, em Ibiúna/SP



Fonte: Acervo da *Folha de São Paulo*.

Figura 5.4 – Cena das prisões de estudantes no congresso clandestino da UNE em outubro de 1968, em Ibiúna/SP. Em destaque a estudante da UFSC Rosemarie Cardoso



Fonte: Acervo da *Folha de São Paulo*.



Figura 5.5 – Assembleia dos estudantes no *hall* da Reitoria da UFSC ocupada em 1980



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 5.6 – Primeiro Encontro Catarinense de Estudantes (1º ECE), no início dos anos 1980



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 5.7 – Assembleia na UFSC de reconstrução da União Estadual dos Estudantes, no início dos anos 1980



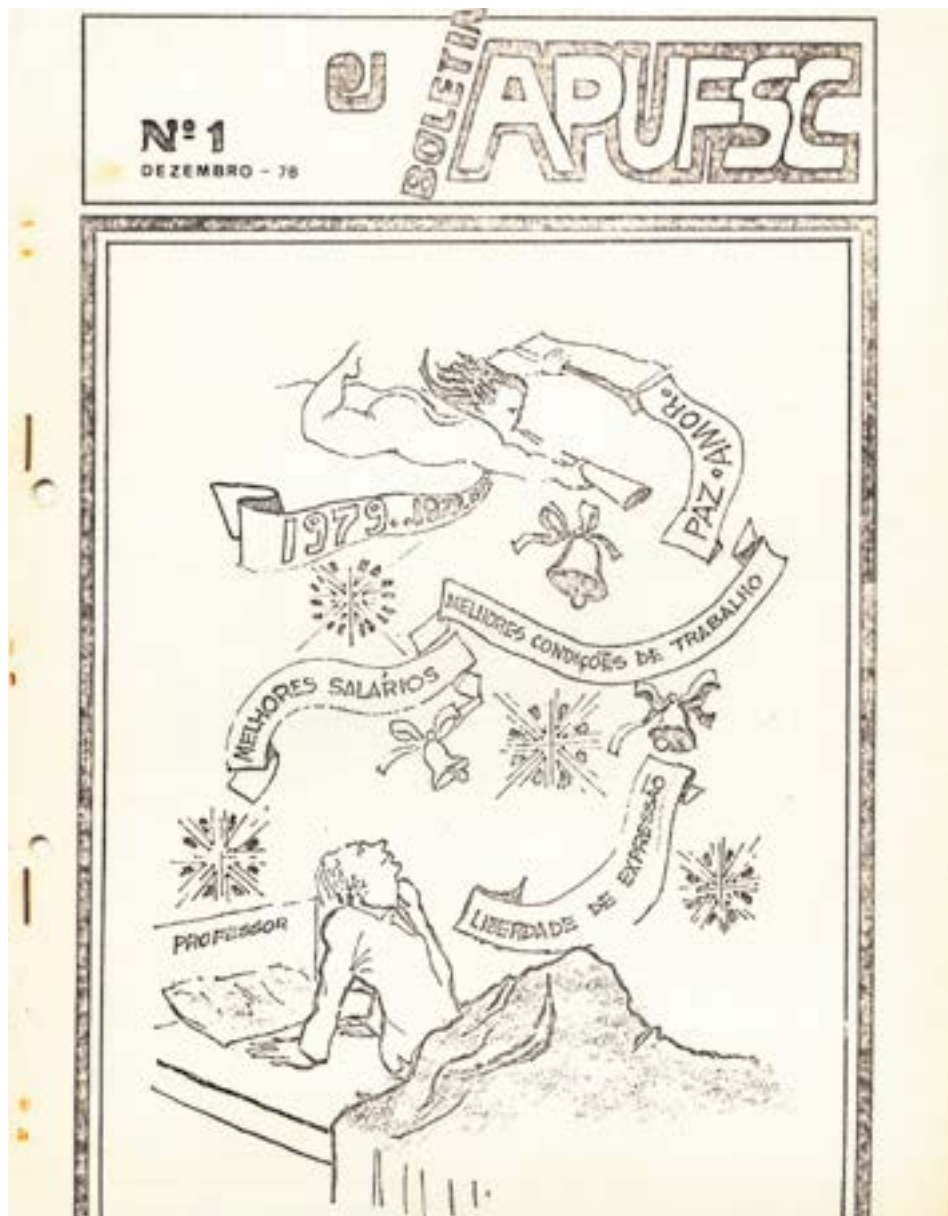
Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 5.8 – Assembleia de professores e estudantes da UFSC, em 27 de agosto de 1981, no ginásio do Centro de Desportos



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 5.9 – Capa do *Boletim da APUFSC* nº 1, de dezembro de 1978: Professor sonhando com suas reivindicações



Fonte: Acervo da APUFSC.

Figura 5.10 – Capa do *Boletim da APUFSC* nº 7, de setembro de 1979, com as reivindicações dos professores e o apelo à LUTA



Fonte: Acervo da APUFSC.

Figura 5.11 – Assembleia de Professores da UFSC em 27 de agosto de 1981 no Auditório da Reitoria



Fonte: Acervo da AGECOM/UFSC.

Figura 5.12 – Assembleia durante o congresso de criação da ANDES em fevereiro de 1981 em Campinas. O professor Osvaldo Maciel, primeiro presidente da ANDES, está presidindo a mesa



Fonte: Acervo da ANDES.





Figura 5.14 – Mesa de Assembleia Geral de Professores com membros da Diretoria da APUFSC (Raul Güenther, Marli Auras) e o reitor da época, Ernani Bayer, prestando esclarecimentos



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 5.15 – Assembleia de tomada de decisão de greve



Fonte: Acervo da APUFSC.

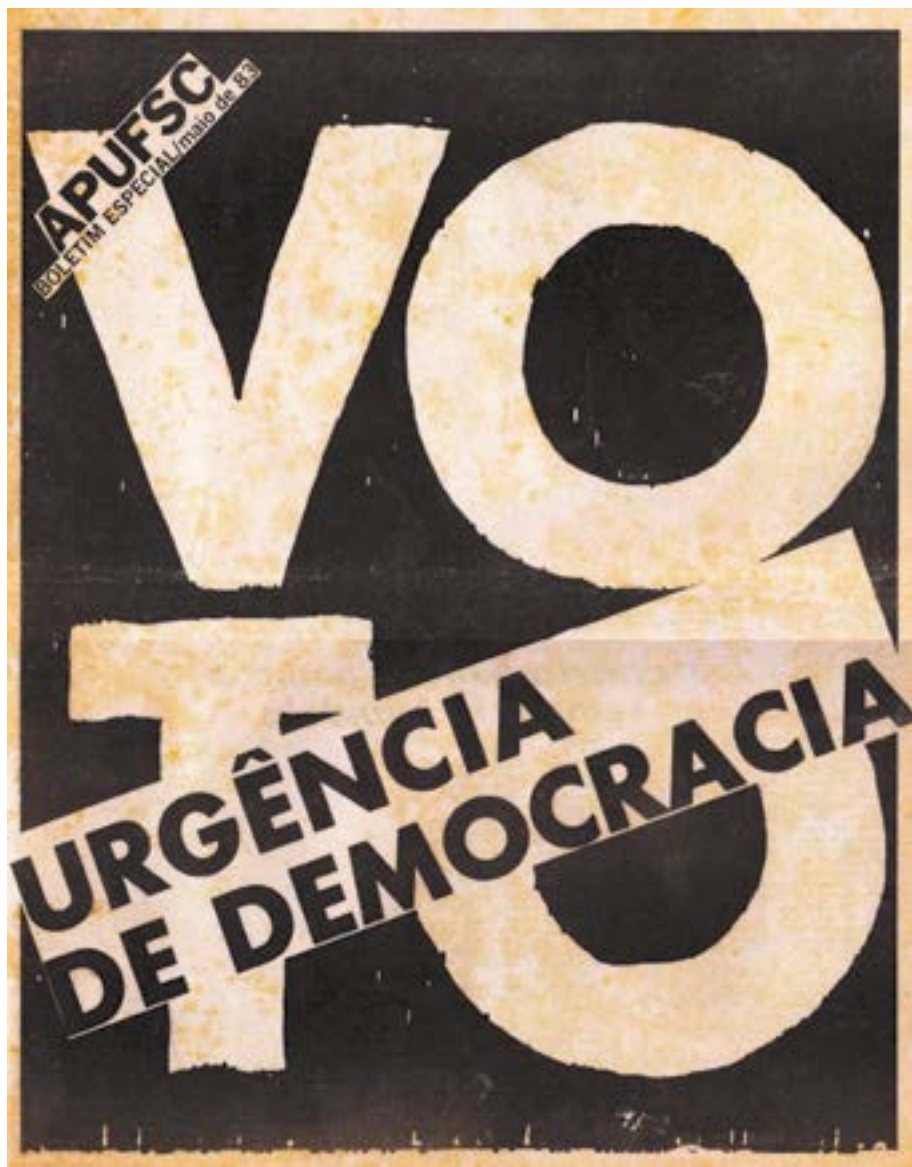
Figura 5.16 – Jornal mostra um piquete de greve no Centro Socioeconômico da UFSC



Fonte: Acervo da APUFSC.



Figura 5.17 – *Boletim especial da APUFSC*, de maio de 1983, iniciando a campanha para o voto direto para reitor



Fonte: Acervo da APUFSC.

Figura 5.18 – Capa do *Jornal da APUFSC* de setembro de 1983, anunciando as eleições diretas para reitor naquele ano



Fonte: Acervo da APUFSC.

## Capítulo 6

# FATOS ESPECÍFICOS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA UFSC<sup>1</sup>

Este capítulo apresenta cinco fatos específicos que ocorreram na UFSC durante o período da ditadura civil-militar e que são elementos importantes para reconstruir a história da universidade nesse período. Alguns desses fatos foram citados, ou parcialmente tratados, em outros capítulos deste livro, no contexto no qual ocorreram. Entretanto, agora os apresentamos de forma mais completa, levantando para cada um deles perguntas esquecidas ou não esclarecidas. Inicialmente, o capítulo apresenta quatro casos correspondendo a situações redescobertas pela Comissão Memória e Verdade da UFSC: o caso do prédio da Reitoria na Rua Bocaiúva; o caso do inquérito sobre os estudantes latino-americanos; o caso dos trabalhos escolares do Colégio de Aplicação; e o caso das terras de marinha pertencentes à UFSC. Este capítulo é finalizado por um fato

---

<sup>1</sup> Organizado por Jean-Marie Farines, a partir do trabalho de pesquisa e levantamento de informações realizado pelos bolsistas da CMV/UFSC, em particular Cecília Brancher de Oliveira para a seção 6.2 e Victor Cunha para a seção 6.3. A seção 6.5 foi escrita pela estudante de mestrado em História Thaís Machado e pela professora Janine Gomes da Silva, membro da CMV/UFSC.

muito conhecido e imprescindível para o conhecimento da história da UFSC nesse período: a Novembrada.

## 6.1 O CASO DO PRÉDIO DA REITORIA NA RUA BOCAIÚVA

Relata-se aqui a história do primeiro prédio da Reitoria da UFSC, situado na Rua Bocaiúva (ver figura 6.1), adquirido em 1962 pelo então Reitor João David Ferreira Lima. Foi utilizado pela administração da universidade até a mudança para o campus da Trindade em 1972, oferecido para o Ministério do Exército pelo reitor Roberto Mündell de Lacerda, no decorrer dos anos 1970, e vendido em 1977, durante o mandato do reitor Caspar Erich Stemmer.

Figura 6.1 – Prédio da Reitoria na Rua Bocaiúva nos anos 1960



Fonte: Acervo de André Freyesleben Ferreira.

Esta história se inicia em 1962, nos primórdios da universidade (oficialmente fundada em 18 de dezembro de 1960) na continuidade da disputa entre o professor Henrique Fontes, diretor da Faculdade de Filosofia, e o professor João David Ferreira Lima, reitor da UFSC desde 1962, sobre a localização da universidade. O professor Fontes tinha a visão de um campus universitário instalado na Trindade e iniciado através de sua inauguração em 30 de janeiro de 1961 pelo então governador da época, Heriberto Hülse, e da construção do prédio

da Faculdade de Filosofia, do qual o professor Fontes era diretor. O professor Ferreira Lima tinha, por sua vez, a concepção de uma universidade situada no centro da cidade, o que explicaria a compra do terreno da Rua Bocaiúva para sediar a Reitoria.

Em 14 de fevereiro de 1962, foi assinado pelo arquiteto Valmy Bittencourt o laudo de avaliação<sup>2</sup> do terreno, “atendendo solicitação do Magnífico Reitor da UFSC”.<sup>3</sup> Em 20 de fevereiro de 1962, foi registrada<sup>4</sup> a compra pela “UFSC, representada neste ato por seu Magnífico Reitor João David Ferreira Lima” da “área de 18.691,89 m<sup>2</sup>”<sup>5</sup> da Chácara Molenda pelo valor de Cr\$ 25.000.000. A área adquirida estava situada na parte central da cidade, na Rua Bocaiúva, nº 60, e iria sediar a Reitoria da UFSC – posteriormente chamada pelo próprio reitor de “Palácio da Reitoria”, dessa data até 1972, data da mudança da Reitoria para o Campus Universitário da Trindade, onde já estava instalada parte das unidades da universidade. A sua compra foi contestada junto ao ministro da Educação e Cultura em telegrama enviado em 4 de março de 1962 pelo Engenheiro Otto H. Endres,<sup>6</sup>

vereador e ex-diretor de obras públicas do estado, que teve a seu cargo a execução do Plano Piloto da Cidade Universitária, [...] devidamente aprovado, [...] [que vem] denunciar ato do Conselho Universitário, deturpador do mesmo plano consistindo na aquisição de imóvel para a instalação da reitoria [...] quando a Universidade é dona de área desimpedida destinada a este mesmo fim na cidade universitária, [...] área doada e superior a 750.000 m<sup>2</sup> [...] [sendo de] Cr\$ 25.000.000, a quantia gasta desnecessariamente.

Em 18 de abril de 1973, em reunião do Conselho de Curadores da UFSC,<sup>7</sup> o reitor, professor Roberto Mündell de Lacerda,

---

<sup>2</sup> Laudo de avaliação do arquiteto Valmy Bittencourt de 14 de fevereiro de 1962.

<sup>3</sup> *Ibidem.*

<sup>4</sup> Registro de Imóvel no Cartório de Primeiro Ofício de Registro de Imóveis (Matrícula nº 20.233 no Livro 3-V, folha 208) em 20 de fevereiro de 1962.

<sup>5</sup> *Ibidem.*

<sup>6</sup> Telegrama do engenheiro Otto H. Endres em 8 de janeiro de 1964 reiterando dizeres de telegrama de 4 de março de 1962.

<sup>7</sup> Ata da 56ª sessão do Egrégio Conselho de Curadores, realizada no dia 18 de abril de 1973. As citações a seguir são excertos da referida ata.

disse mais da importância da instalação de um comando do Exército, em nível de Oficial General em nossa Capital e que, atendendo os altos poderes do Estado, o Reitor estudou a possibilidade de abrigar em próprio da universidade este Comando, tendo em vista a necessidade de sua urgente instalação.

Ressalta-se a preocupação e a disposição da administração universitária em ajudar na instalação de um Comando do Exército. “Estudos e contatos com o Comando do Grupamento do Leste Catarinense” foram feitos e resultaram “em correspondência do General Florimar Campello, solicitando a cessão de parte do imóvel da Rua Bocaiúva, 60, de propriedade da Universidade, para instalação do Quartel General daquele Comando”. Nessas alturas, só estava faltando para a administração universitária, “a manifestação quanto [a] esta cessão” do Ministério da Educação e Cultura. Na mesma sessão do Conselho de Curadores, “o Reitor esclareceu ainda, que em contato telefônico mantido com o Senhor Ministro da Educação, este havia autorizado a cessão do imóvel, em forma de comodato e por um período máximo de 2 anos”. Após discussão, e

prestados uma série de esclarecimentos posteriores, os membros do Conselho de Curadores resolveram, por unanimidade, autorizar a cessão gratuita de parte do imóvel da Universidade situado à rua Bocaiúva, 60, especificamente a parte da frente do imóvel, ou seja, a construção principal onde funcionou a Reitoria [...] [tendo como cláusula que] o prazo de cessão seria de um ano, podendo ser prorrogado e que no fim deste prazo aquele Comando devolveria o imóvel à Universidade ou o adquiriria, pelo preço da avaliação, se viesse a ser do interesse da Universidade sua alienação.

No decorrer do reitorado do professor Roberto Mündell de Lacerda, entre 1973 e 1976, a cessão do imóvel da Rua Bocaiúva foi renovada em várias oportunidades. Da ata da 70ª sessão do Conselho de Curadores de 19 de maio de 1975, consta o item 6 correspondendo ao Processo 000109/75,<sup>8</sup> que trata da aprovação da “prorrogação da cessão por mais um ano do prédio da Rua Bocaiúva, 60, enquanto se processam os entendimentos para a alienação” e “posterior venda para o Ministério do Exército”, com um voto contrário do estudante Leodegar Tiscoski, presidente do DCE, que “manifestou o seu pesar pela perda por parte desta Universidade, do antigo prédio da Reitoria”. Durante esse período, foram feitas tratativas da administração da UFSC para a venda do imóvel para o

---

<sup>8</sup> Ata da 70ª sessão do Conselho de Curadores, realizada em 19 de maio de 1975 (item 6: Processo 000109/75).

Ministério do Exército, conforme o depoimento do vice-reitor da época, Hamilton Nazareno Ramos Schaeffer, que relata em entrevista<sup>9</sup> que “ele (Lacerda) ofereceu, foi ele que ofereceu. Eu não vi, mas sei que ele ofereceu. Eles aceitaram, o exército aceitou. Pagaram pra ele, o dinheiro que ele usou foi para fazer o Convivência da universidade, que hoje está uma porcaria... o prédio decompõe, fica velho. Você vê aquele terreno no centro hoje...”. Em 9 de junho de 1976, uma última “prorrogação do prazo de cessão do imóvel por mais seis meses” foi concedida pelo Conselho de Curadores.<sup>10</sup> Nessa mesma sessão, consta que “o Reitor prestou alguns esclarecimentos sobre a tramitação do processo de aquisição do Imóvel por parte do Ministério do Exército e com referência à aplicação dos recursos provenientes da alienação do imóvel”.

Em 26 de agosto de 1976, no início do reitorado do professor Caspar Erich Stemmer, o Conselho Universitário<sup>11</sup> aprovou, por maioria, a “alienação do imóvel situado à Rua Bocaiúva, 60, de propriedade da UFSC, para o Ministério do Exército [...] para um valor da avaliação fixada em Cr\$ 12.444.338,19” (avaliação concluída em fevereiro de 1976). Dessa aprovação constou o voto contrário da representação estudantil, “em virtude do valor fixado ser um terço do real valor do imóvel, entendendo que dessa forma haverá prejuízo para a Universidade”, conforme declaração de voto dessa representação por meio de Antônio Joaquim Ferreira de Andrade. Do debate anterior constou ainda o posicionamento do representante estudantil Léo Rosa de Andrade que exercia “a profissão de corretor de imóveis” e que contestou o preço bem abaixo do que se praticava no “mercado imobiliário de Florianópolis naquela área”. Constou ainda da decisão do Conselho Universitário “o apelo ao Comando do Grupamento do Leste Catarinense para a preservação e conservação do parque e suas árvores centenárias” e a exclusão da alienação do “prédio da Imprensa Universitária” a ser transferido.

Dando prosseguimento à decisão do Conselho Universitário, o reitor Caspar Erich Stemmer assinou no mesmo dia a Resolução<sup>12</sup> que resolveu: (I) “aprovar a alienação do imóvel, sito à rua Bocaiúva, 60, para o Comando do Grupamento do Leste Catarinense”, (II) “confirmar o valor da avaliação em Cr\$ 12.444.338,19, ficando certo que Comando de Grupamento do Leste Catarinense terá pleno

---

<sup>9</sup> Entrevista de Hamilton Nazareno Ramos Schaeffer. VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*

<sup>10</sup> Ata da 75ª sessão do Conselho de Curadores, realizada em 9 de junho de 1976 (item 2: Processo nº 000109/75).

<sup>11</sup> Ata da 166ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 26 de agosto de 1976 (Processo nº 007200/76).

<sup>12</sup> Resolução nº38/76 de 26 de agosto de 1976.

direito à área de 2.609,95 m<sup>2</sup>, de que trata o Processo nº 08143/73, de 13 de março de 1973,<sup>13</sup> caso seja a mesma liberada pelo Governo do Estado de Santa Catarina”, (III) “apelar pela preservação e conservação do Parque e suas árvores centenárias”, (IV) “excluir da alienação o prédio da Imprensa Universitária”, (V) “fixar a data máxima de 22 de novembro de 1976 para a efetivação da operação de Compra e Venda, com recebimento do preço por parte da Universidade”, sendo que caso “não efetivada deverá o Comando do Grupamento do Leste Catarinense pagar à Universidade aluguel mensal a ser fixado pelo Conselho de Curadores” (na forma da Lei nº 6.120/74 e da Portaria MEC nº 356/75). Constatou-se uma diferença de 16.081,94 m<sup>2</sup> nas áreas citadas na ata do Conselho Universitário e na resolução do reitor assinada no mesmo dia.

Decreto do Senado Federal de 15 de dezembro de 1976 “autoriza a Universidade Federal de Santa Catarina a alienar bem imóvel de sua propriedade, situada na rua Bocaiúva, 60”, “com área total aproximada de 18.691,89 m<sup>2</sup>”<sup>14</sup> e beneficiado com duas casas de 797 m<sup>2</sup> e 125 m<sup>2</sup>. A escritura de compra e venda foi assinada pelas partes em 10 de janeiro de 1977.<sup>15</sup> Em 6 de abril de 1978 foi registrado,<sup>16</sup> no Cartório de Primeiro Ofício de Registro de Imóveis, a venda pela UFSC de um terreno de 18.691,89 m<sup>2</sup> para a “UNIÃO FEDERAL, representada neste ato por Elci Irene Marçal Boabaid, procuradora da Fazenda Nacional, em SC [...] pelo preço de Cr\$ 12.444.338,19, pagos pelo Ministério do Exército”, segundo o valor acertado e aprovado pelo Conselho Universitário, sendo que “a presente venda se realiza tendo em vista os termos do Decreto nº 78.947”. Finalmente em 16 de novembro de 1993 ficou registrado<sup>17</sup> nesse mesmo cartório o levantamento topográfico,<sup>18</sup> com uma área de 17.723,91 m<sup>2</sup> para o imóvel da Rua Bocaiúva nº 60.

Em consequência dessa venda, em 16 de fevereiro de 1977, o reitor em exercício, Roldão Consoni, assina resolução,<sup>19</sup> seguindo deliberação do Conselho

---

<sup>13</sup> Processo nº 08143/73, de 13 de março de 1973 (que a Comissão Memória e Verdade da UFSC não conseguiu encontrar nos arquivos da instituição).

<sup>14</sup> Decreto nº 78.947 do Senado Federal em 15 de dezembro de 1976, assinado pelo Presidente da República, Ernesto Geisel, e pelo ministro da Educação e Cultura, Ney Braga.

<sup>15</sup> Citado no Registro de Imóvel nº 5940 de 6 de abril de 1978 (escritura lavrada em 10 de janeiro de 1977).

<sup>16</sup> Registro de Imóvel (Matrícula nº 5940 – folha 1) do Cartório de Primeiro Ofício de Registro de Imóveis.

<sup>17</sup> AV.2/5.940 de 16 de novembro de 1993 do Cartório de Primeiro Ofício de Registro de Imóveis.

<sup>18</sup> Certidão 15/93 da Delegacia de Patrimônio da União, a partir de levantamento efetuado em 26 de abril de 1993 e constando do Processo nº 10983.001288/88-37.

<sup>19</sup> Resolução nº 004/77 de 16 de fevereiro de 1977.



de Curadores,<sup>20</sup> abrindo “crédito especial no valor de Cr\$ 12.444.338,19, destinado a incorporar o Orçamento corrente”, originário de “recurso próprio desta Universidade, provindo da alienação do imóvel sito à rua Bocaiúva nº 60, autorizado pelo Decreto nº 78.947” e “concretizado com o Grupamento do Leste Catarinense de acordo com o estabelecido no Processo nº 007200/76”. A título de comparação, em 27 de dezembro de 1976, por meio de Resolução,<sup>21</sup> “tendo em vistas o que deliberou o Egrégio Conselho de Curadores”, o reitor, professor Caspar Erich Stemmer, apresenta “o orçamento da UFSC para o exercício financeiro de 1977, estima a receita geral em Cr\$ 168.642.200,00”, não aparecendo explicitamente a receita da venda do imóvel. A julgar por essa estimativa, o valor da venda corresponde a 7,38 % do orçamento do ano de 1977.

### Reflexões e interrogações

Destacam-se desse histórico sobre o terreno da Rua Bocaiúva algumas reflexões e interrogações para os dois momentos importantes da compra e da cessão. A respeito da compra da Chácara Molenda, cabe-nos perguntar:

- » Por que ter comprado esse imóvel da Rua Bocaiúva enquanto a universidade tinha uma área muito grande à disposição, já doada pelo governo de Estado, e para a qual tinha sido elaborado por técnicos da Universidade de São Paulo um plano piloto da Cidade Universitária, devidamente aprovado pelo Conselho Universitário? O telegrama enviado ao ministro da Educação e Cultura pelo engenheiro Otto H. Endres, coordenador do plano piloto, já indagava isso em 1962.
- » Haveria uma questão imobiliária, de política universitária (a confrontação de propostas entre os projetos de universidade dos professores Fontes e Ferreira Lima) ou de política (UDN e PSD, etc.) por trás dessa compra? (Ver o mesmo telegrama.)

Para a cessão ao Ministério do Exército, as perguntas que surgem são:

- » Por que a urgência da cessão para instalar o Exército em 1973 e a ordem superior pedindo para atendê-la, conforme consta da ata da 56ª sessão do Conselho de Curadores em 18 de abril de 1973 durante o mandato de Médici? Por que a administração universitária assume como dela essa necessidade?

---

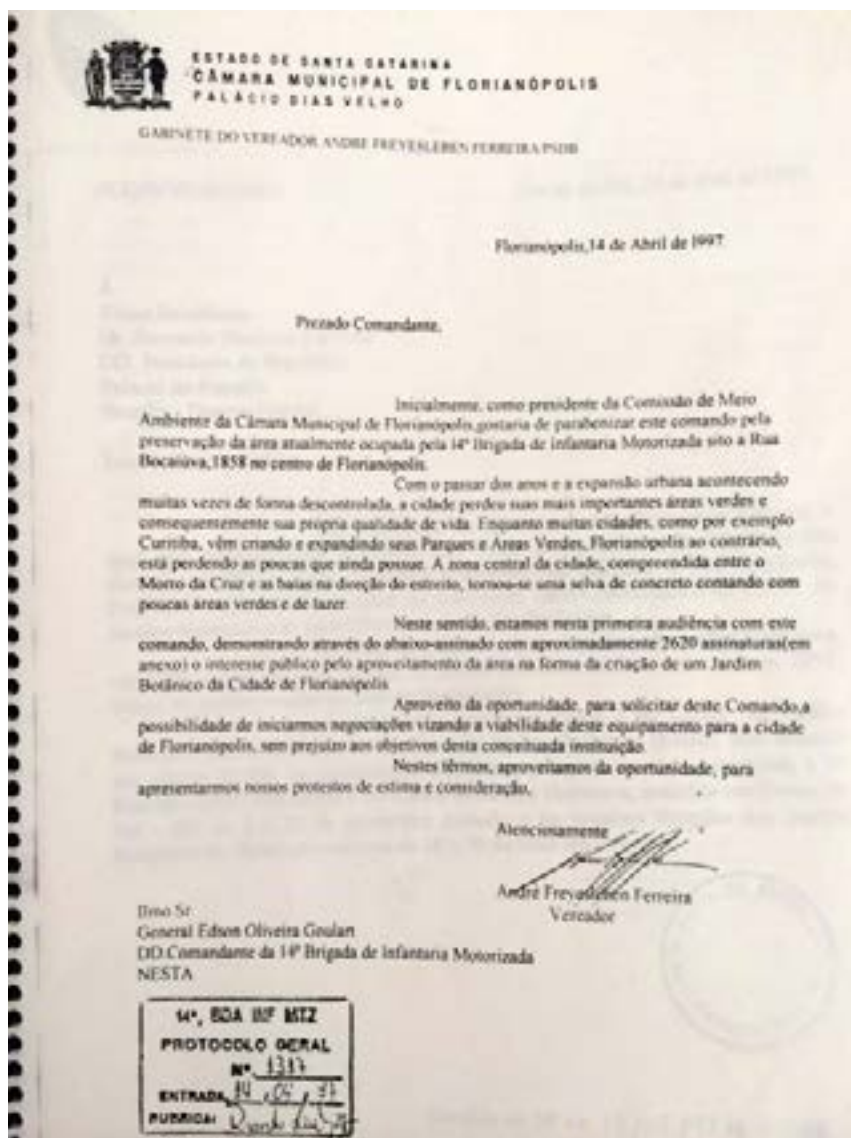
<sup>20</sup> Ata da 85ª sessão do Conselho de Curadores, realizada em 16 de fevereiro de 1977 (Processo nº 018.829/77).

<sup>21</sup> Resolução nº 40/76 de 27 de dezembro de 1976.

- » Por que a cessão gratuita, enquanto no mesmo tempo (1973-1974) a universidade alugava com pagamento mensal o prédio da Cúria na Avenida Mauro Ramos?
- » Por que a discrepância, para uma mesma quantia a ser paga, entre áreas citadas em documentos do mesmo dia, 26 de agosto de 1976: a ata da 166ª sessão do Conselho Universitário, indicando uma área de 18.691,89 m<sup>2</sup>, a mesma referida no Decreto do Senado Federal de doação de 15 de dezembro de 1976, e a Resolução nº 38/76 assinada pelo reitor, que indicava o valor de venda para uma área de 2.609,95m<sup>2</sup>, em conformidade com o Processo nº 08143/73, de 13 de março de 1973?
- » Por que o Processo nº 08143/73 de 13 de março de 1973, referenciado na Resolução nº 38/76 e que trataria de uma área menor dentro da Chácara Molenda, não foi encontrado?
- » Por que um preço de venda tão baixo em relação ao mercado para a área, segundo depoimento de representante estudantil, Léo da Rosa, e declaração de voto dos estudantes que consta da ata da 166ª sessão do Conselho Universitário?
- » Por que os reitores João David Ferreira Lima e Caspar Erich Stemmer em depoimentos posteriores lamentam essa venda negociada pelo reitor Roberto Mündell de Lacerda, seu baixo preço e a perda desse espaço pertencente à universidade?

Finalmente o prédio e o terreno da Rua Bocaiúva continuaram a ser crônica em Florianópolis com a tentativa fracassada, no final dos anos 1990, do vereador André Freyesleben (ver figura 6.2) de transformá-lo em Parque Municipal e Jardim Botânico, uma vez que o Ministério do Exército se opôs à solicitação. Mais recentemente o terreno de posse do Exército voltou às notícias, sendo objeto de tratativas em relação à venda/troca para um grupo empresarial (ver figura 6.3).

Figura 6.2 – Carta do vereador André Freyesleben Ferreira ao Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, instalada na Rua Bocaiúva no antigo local pertencente à UFSC



Fonte: Acervo de André Freyesleben Ferreira.

Figura 6.3 – Nota na coluna do jornalista Carlos Damião. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 19 ago. 2015



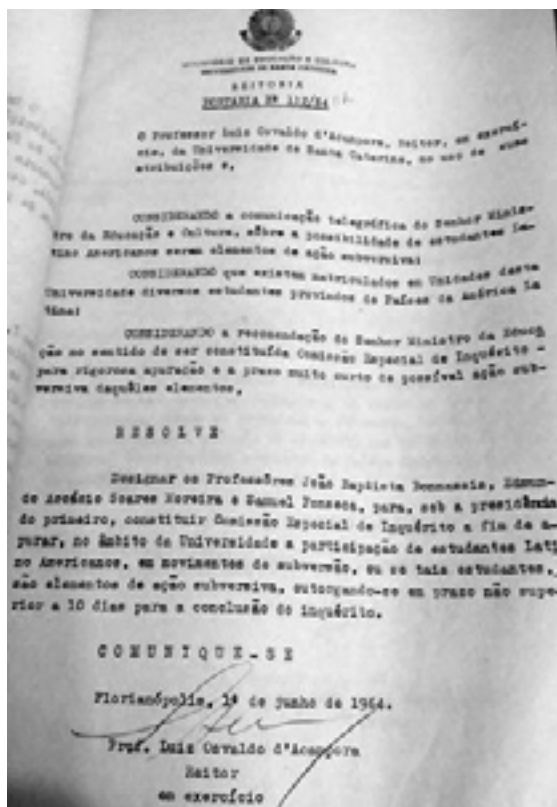
Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

## 6.2 O CASO DO INQUÉRITO SOBRE OS ESTUDANTES LATINO-AMERICANOS

Em junho de 1964, a Portaria nº 112/64<sup>22</sup> constitui “Comissão Especial de Inquérito a fim de apurar, no âmbito da Universidade, participação de estudantes latino-americanos em movimentos de subversão [...], outorgando-se em prazo não superior a 10 dias para a conclusão do inquérito”.

<sup>22</sup> Portaria baixada pelo reitor professor Luiz Osvaldo d’Acampora designando os professores João Baptista Bonnassis, Edmundo Soares Moreira e Samuel Fonseca para constituir Comissão Especial de Inquérito a fim de apurar, no âmbito da universidade, participação de estudantes latino-americanos em movimentos de subversão.

Figura 6.4 – Imagem da Portaria nº 112/64



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

A seguir, o ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, é informado da constituição e formação da comissão que tinha pedido.<sup>23</sup> Foram investigados 16 estudantes bolivianos, um paraguaio, um nicaraguense e um peruano, sendo que três deles estudavam na Faculdade de Odontologia, treze na de Medicina e outros três na Escola de Engenharia Industrial.

Em 9 de junho de 1964, foram ouvidos os diretores das unidades nas quais os estudantes latino-americanos estavam matriculados. Estes afirmaram que os estudantes vieram com todos os documentos legais em dia, sempre se portaram corretamente e jamais se manifestaram contra a ordem vigente, “primando pelo

<sup>23</sup> Telegrama despachado em 4 de junho de 1964, fichado como “CIELA Telegrama 02”.

silêncio e respeito a qualquer medida ou iniciativa emanada da Direção da Escola”,<sup>24</sup> “acatadores das instruções emanadas da direção”,<sup>25</sup> “dedicados e assíduos nas atividades escolares mostrando-se respeitosos, cumpridores das determinações emanadas da direção e humildes no trato”.<sup>26</sup>

No mesmo dia, 9 de junho de 1964, a comissão enviou um documento<sup>27</sup> com a relação dos alunos a serem investigados à Secretaria de Segurança Pública, secretariada pelo coronel Danilo Klaes, a fim de consulta no DOPS a seu respeito. Este documento solicitava especial brevidade.

Em 10 de junho de 1964, foram convocados e ouvidos pela comissão três acadêmicos brasileiros, colegas dos estudantes latino-americanos, e os presidentes dos Centros Acadêmicos de cada curso. As perguntas mais frequentes direcionadas aos professores e estudantes brasileiros envolviam: tempo convivido com os estudantes estrangeiros; nível de conhecimento destes; atividades frequentadas pelos estudantes dentro e fora da faculdade; gestos ou atitudes subversivas notadas pelo professor; cumprimento por esses estudantes das normas estabelecidas pela universidade e pela legislação vigente.

Em 12 de junho, foram convocados individualmente os estudantes latino-americanos para responder a perguntas sobre: bolsa do governo de seu país; ideologia política; participação em atividades estudantis dentro e/ou fora da faculdade; observação de atividades de cunho subversivo ou contrárias à ordem vigente; eventual visita a outros países antes do Brasil; conhecimento de outros estudantes estrangeiros matriculados na faculdade que visitaram outros países antes; custeio de sua permanência.

No mesmo dia, o secretário de Segurança Pública, Alinor José Ruthes, enviou documento<sup>28</sup> a João Baptista Bonnassis, presidente da comissão, que transcreveu o Ofício nº 360, enviado pela Delegacia de Ordem Política e Social. Nesse ofício, o delegado afirma que, “examinando a relação nominal apresentada, em número de 19 alunos estrangeiros, constatamos que nenhum deles registra antecedentes nesta Delegacia”.

---

<sup>24</sup> Documento fichado como “CIELA Inquérito nº 01” (ll. 35-36).

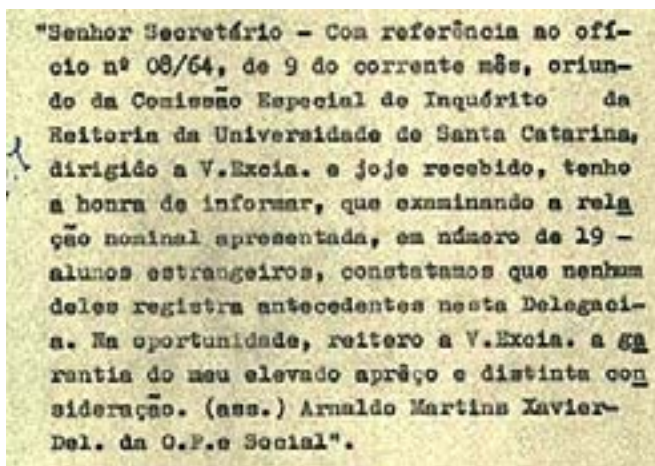
<sup>25</sup> Documento fichado como “CIELA Inquérito nº 02” (ll. 19-22).

<sup>26</sup> Documento fichado como “CIELA Inquérito nº 03” (ll. 16-18).

<sup>27</sup> Documento fichado como “CIELA Ofício nº 08/64”.

<sup>28</sup> Documento fichado como “CIELA Ofício DOPS 360.6”.

Figura 6.5 – Ofício nº 360 enviado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)



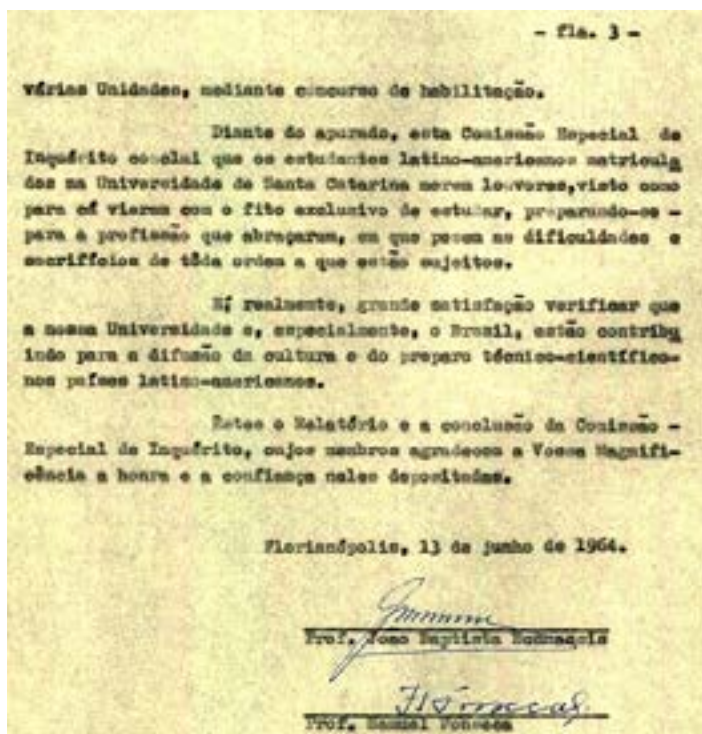
"Senhor Secretário - Com referência ao ofício nº 08/64, de 9 do corrente mês, oriundo da Comissão Especial de Inquérito da Reitoria da Universidade de Santa Catarina, dirigido a V.Excia. e hoje recebido, tenho a honra de informar, que examinando a relação nominal apresentada, em número de 19 - alunos estrangeiros, constatamos que nenhum deles registra antecedentes nesta Delegacia. Na oportunidade, reitero a V.Excia. a garantia do meu elevado apreço e distinta consideração. (ass.) Arnaldo Martins Xavier - Del. da O.P.e Social".

Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Em 13 de junho de 1964, a Comissão Especial de Inquérito enviou seu Relatório Final, no qual destacou que nenhum dos estudantes participou de nenhuma atividade subversiva e que todos frequentavam cursos que lhes absorviam o tempo de forma integral, ressaltando entretanto a falta de preparo básico destes; e finalmente, “diante do apurado, [...] conclui que os estudantes latino-americanos matriculados na Universidade de Santa Catarina merecem louvores, visto como vieram para cá com o fito exclusivo de estudar”.

Nesse caso, pode-se depreender novamente a preocupação com um controle ideológico rígido da universidade e dos estudantes, já nos primórdios do pós-golpe. Nesse contexto, e seguindo padrões preestabelecidos durante todos os governos da ditadura civil-militar de luta contra a subversão (cubana!), para atender solicitação expressa do ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, do governo Castello Branco, foi aberta pela administração uma Comissão Especial de Inquérito para averiguar possíveis atividades subversivas de 19 estudantes latino-americanos matriculados nas faculdades da Universidade de Santa Catarina. Mobilizaram-se rapidamente professores, diretores de faculdades, estudantes, presidentes de Centros Acadêmicos e os próprios estudantes para concluir que não havia nenhum desses estudantes envolvido em atividade política de subversão.

Figura 6.6 – Relatório final da Comissão de Inquérito destinada a investigar a situação de estudantes latino-americanos



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Nota-se nesse caso:

- » o envolvimento desejado pelo governo e correspondido pela administração universitária no controle ideológico;
- » a paranoia que se instalou no poder (por que latino-americanos seriam subversivos potenciais?);
- » a tentativa de envolvimento do cidadão comum no processo de repressão e controle: professores e estudantes perguntados a respeito de atividades políticas de seus estudantes e colegas, numa clara tentativa de envolvimento no processo de controle e denúncia (do outro).



## 6.3 O CASO DOS TRABALHOS ESCOLARES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

O fato ocorreu no início dos anos 1970, na disciplina de História Geral do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, e caracteriza bem o clima de vigilância soturna que prevalecia na época. Este caso é relatado a seguir a partir de documentos encontrados no Arquivo Central da UFSC.<sup>29</sup>

O professor Filomeno Neto, que ministrava essa disciplina, solicitou aos estudantes do Científico<sup>30</sup> um trabalho cujo tema era “Características do subdesenvolvimento”. Entre os 19 trabalhos de grupo, um deles chamou a atenção do secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública de Santa Catarina, general Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa.

Em 12 de março de 1970, o general enviou uma carta ao reitor da UFSC,<sup>31</sup> João David Ferreira Lima, para que este prestasse informação, averiguando as responsabilidades no trabalho de aula “sobre o assunto CAUSAS DO SUBDESENVOLVIMENTO” no qual “numa das chaves apontava-se PROBLEMAS POLÍTICOS (Realidade Brasileira) com a anotação DEMOCRACIA DISFARÇADA – MILITARIZADA – CORRUPÇÃO”. Cópia dessa carta foi também encaminhada para informação aos seguintes órgãos: 5º Distrito Naval, SNI/NAFL, Guarnição Militar de Florianópolis, DPF/SC, Destacamento de Base Aérea (DEBAER/Florianópolis) e Polícia Militar de Santa Catarina.

A pedido do reitor em exercício, Roberto Mündell de Lacerda, foi solicitado, em 16 de março de 1970, ao chefe de gabinete, Jair Francisco Hamms, que fosse aberta “a sindicância preliminar necessária à abertura de inquérito”. A pedido deste, o diretor do Centro de Educação, Nilson Paulo, encaminhou, em 19 de março, cópia dos 19 trabalhos. O chefe de gabinete informou a seguir ao reitor, em documento não datado, “que somente um deles aludia à “Democracia Disfarçada – Militarizada – Corrupção”. Ele informou ainda que o professor Antônio Filomeno Neto disse que

jamais falara a respeito de “Democracia Disfarçada – Militarizada – Corrupção” a nenhum aluno. Pedira, tão somente, que eles apresentassem um trabalho sobre as “Causas do Subdesenvolvimento” e que as bases que dera

---

<sup>29</sup> Caixa 135 do Arquivo Central – Fundo: UFSC, Grupo: Gabinete do Reitor, Subgrupo: Procuradoria Geral – Registrado como Sindicância: Ano 1970.

<sup>30</sup> “Científico”, assim como “clássico” e “normal”, eram, na época, as modalidades do que hoje seria o Ensino Médio.

<sup>31</sup> Ofício nº 168/GS/70 da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de Santa Catarina.

para a elaboração não aludiam, absolutamente, ao Governo da Revolução. Disse mais, que muito pelo contrário, dissera aos alunos do grupo que apresentou trabalho fazendo referência à “Democracia Disfarçada...etc.” que eles estavam integralmente equivocados. Que o quadro era inverso, isto é, que o Governo Revolucionário estava combatendo as causas do subdesenvolvimento em nosso país.

O último documento relativo ao caso que consta dos documentos encontrados no Arquivo Central da UFSC tem data de 9 de abril de 1970 e é assinado pelo reitor em exercício, Roberto Mündell de Lacerda. Neste documento ele conclui que “nos termos da sindicância feita, e constante no Relatório em anexo, não há procedência na informação que foi encaminhada ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública no que diz respeito à atuação do Professor Filomeno Neto”, determina “o arquivamento do presente processo ressaltando que os alunos estão sendo orientados devidamente pelos professores” e solicita o encaminhamento de “cópias deste despacho e do relatório da sindicância ao Senhor Secretário da Segurança Pública” e às “autoridades que receberam cópias do ofício que originou o presente processo”.

Esse caso é uma clara demonstração da tentativa de monitoramento e controle da sociedade, em particular em locais nos quais se constroem e discutem ideias, tais como universidades e escolas, pelo regime instaurado após o golpe de 1964, por meio de seus órgãos de segurança. Essas atividades repressivas aumentaram a intensidade e a abrangência a partir do Ato Institucional nº 5, organizando-se posteriormente com a presença das AESIs em órgãos públicos e sobretudo nas universidades a partir de 1971 e 1972.

Constata-se, em torno desse caso singelo, a submissão completa e subservente das administrações universitárias aos desejos dos órgãos de repressão, mesmo quando, como nesse caso, estas poderiam avaliar o grau de relevância e de absurdo dos fatos e tomar posição em decorrência. Mas, ao contrário, essas lideranças prontamente obedecem sem pestanejar, colaborando com os órgãos de segurança para vigiar seus professores e as atividades deles na sala de aula.

Constata-se ainda o medo das pessoas, cercadas por esse clima e sem apoio de seus superiores hierárquicos, prontos a aceitar fazer declarações para se livrar de investigações maiores.

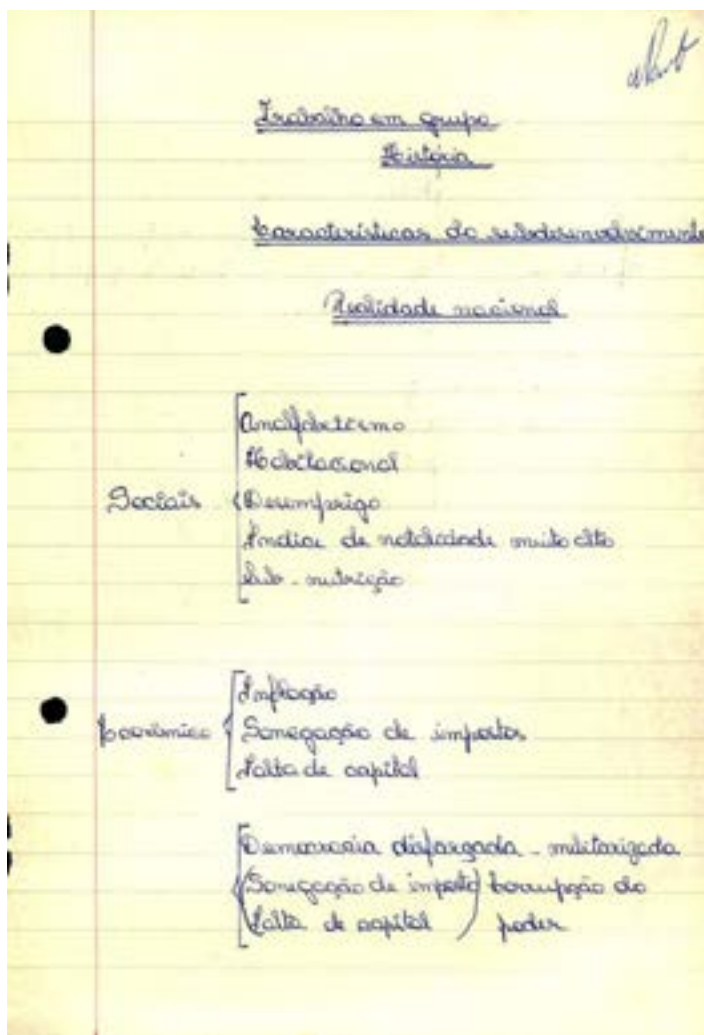
Finalmente, deve-se comentar que a preocupação do general secretário de Segurança que motivou a carta ao reitor teve como origem uma denúncia, fato comum na época. De quem? Releva-se simplesmente uma coincidência que entretanto não permite tirar conclusões: a estudante, Jeanine Pinheiro, coordenadora do grupo que escreveu o trabalho, objeto da sindicância, é a filha do assessor do secretário de Segurança na época da denúncia.

Figura 6.7 – Ofício do general secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública de Santa Catarina ao reitor



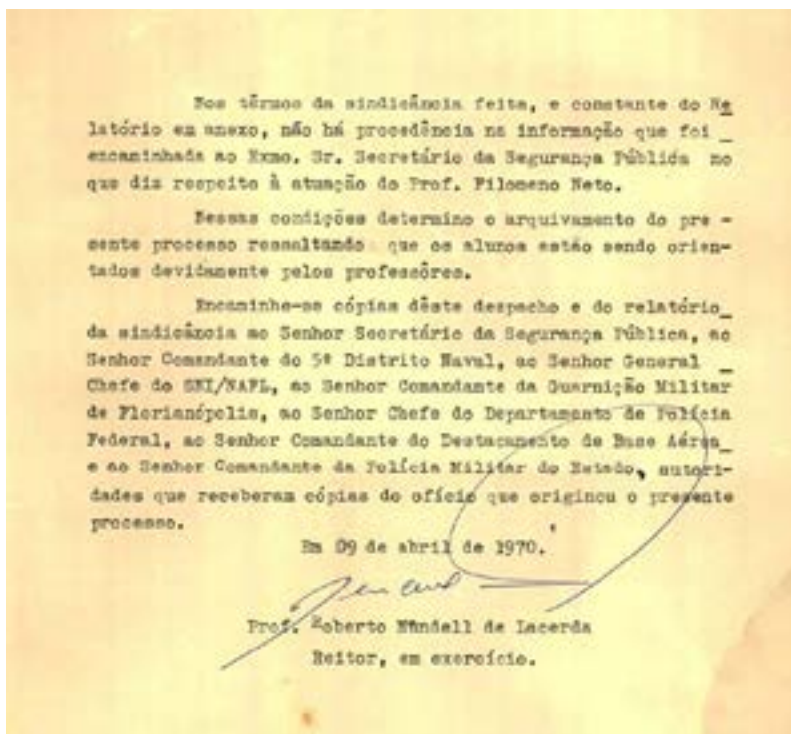
Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Figura 6.8 – Cópia do trabalho do grupo de estudantes do Colégio de Aplicação



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Figura 6.9 – Resposta do reitor em exercício da UFSC ao secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública após sindicância



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

## 6.4 O CASO DAS TERRAS DE MARINHA PERTENCENTES À UFSC

A Comissão Memória e Verdade encontrou, no Arquivo Central da UFSC, alguns documentos importantes que dizem respeito às terras de marinha e acrescidos de marinha cedidos para a UFSC pelo Decreto nº 64.340 de 10 de abril de 1969, assinado pelo presidente da República, e que merecem maiores investigações, pois muitos desses terrenos foram vendidos ou cedidos para particulares e obras, enquanto outros estão ainda em discussão para sua alienação conforme constou recentemente na imprensa local.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> UNIÃO coloca imóveis à venda. *Notícias do Dia*, p. 5, 1º set. 2015 (Caderno Cidade).

O Decreto nº 64.340,<sup>33</sup> em seu artigo 1º,

autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, à Universidade Federal de Santa Catarina, dos terrenos de marinha e acrescidos de marinha, com a área de 2.312.664,02 m<sup>2</sup>, situados nas bacias dos Rios Itacorubi e do Meio, no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 125.092-68.

O artigo 2º do referido decreto determina a destinação desses terrenos para “abrigar os Centros de Ensino e Pesquisa e outros órgãos previstos, em decorrência dos novos conceitos da Reforma Universitária” e o comprometimento da “cessionária a promover o saneamento da região e indenizar os ocupantes da área”. Finalmente, o Artigo 4º fixa “o prazo de dois anos, a constar da data da assinatura do contrato de cessão, para que se efetuem as obras e instalação dos órgãos indicados no Artigo 2º”.

A carta protocolada do arquiteto Luiz Felipe da Gama Lobo d’Eça,<sup>34</sup> dirigida ao sub-reitor de Planejamento, de 5 de março de 1974, informa que “vem, com insistência, solicitando diversas providências relacionadas com o tratamento e a manutenção da posse” das terras de marinha cedidas à UFSC pelo referido decreto, assinado quase cinco anos antes, que tem dado ciência “de constantes e crescentes invasões de parte dessa imensa área, por particulares” e que tem “solicitado e empreendido várias e infrutíferas tentativas para a demarcação das terras”.

Na continuidade, a carta destaca as atividades empreendidas pela Área de Planejamento Regional e Urbano – subordinada à UFSC –, da qual o arquiteto Luiz Felipe da Gama Lobo d’Eça participa. Em termos de projetos para saneamento, salienta as “peregrinações” em ministérios e órgãos federais, “em busca de recursos” e da execução de obras (drenagem e canais).

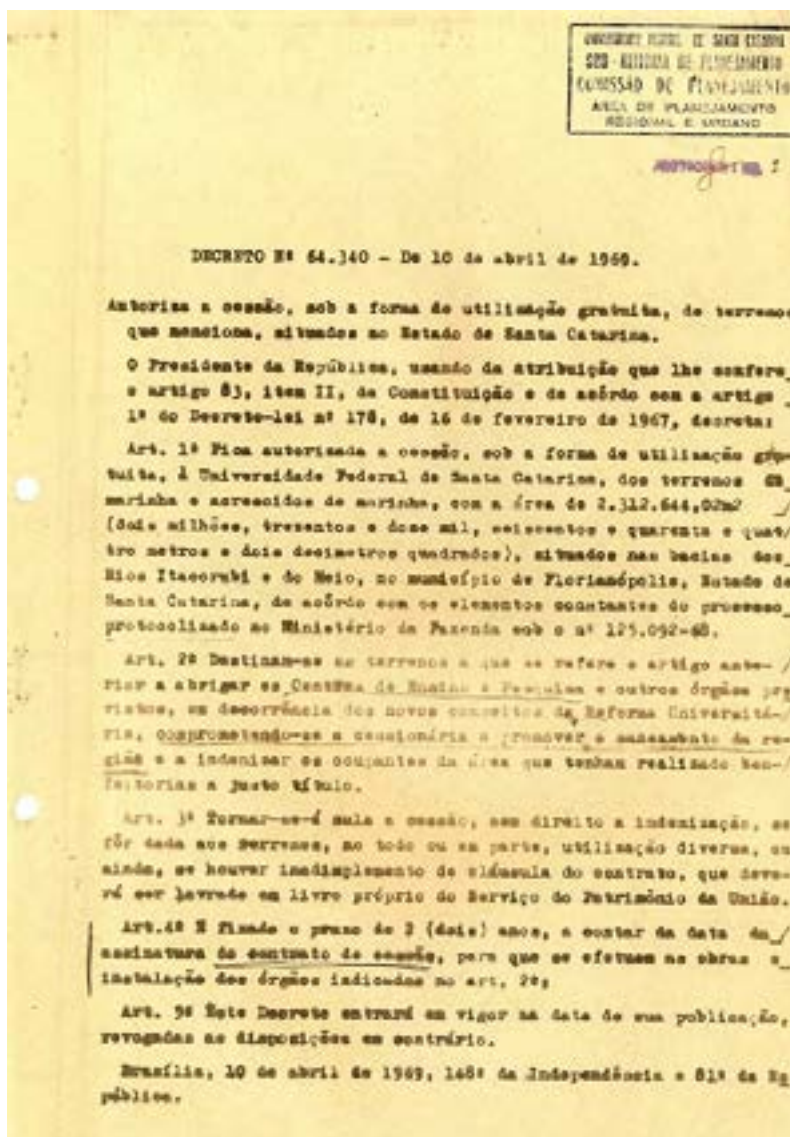
Lamenta que “a Universidade ainda não quis perceber que os terrenos de marinha, em questão, constituem o seu maior e mais valioso patrimônio”, que avalia em “aproximadamente 1 trilhão de cruzeiros!”, quantia elevada em moeda da época, e considera ainda “a única possibilidade do Campus”.

---

<sup>33</sup> Decreto nº 64.340 assinado pelo presidente Artur da Costa e Silva em 10 de abril de 1969 (constando da página 7 do processo nº 016577 protocolado em 2 de abril de 1974).

<sup>34</sup> Carta incluída como parte do processo nº 016577, protocolado em 2 de abril de 1974, tendo como requerente Luiz Felipe da Gama Lobo d’Eça.

Figura 6.10 – Decreto nº 64.340 de 10 de abril de 1969



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

A seguir a carta afirma veementemente que, “fato inédito em todo o país, a Universidade não empreendeu o mínimo esforço no sentido de aprovação da citada legislação, o que nos parece imperdoável, para não dizer atitude negligente”;

e informa que “a Rádio e TV Cultura está requerendo à Delegacia do Patrimônio da União a ocupação da ponta do Lessa, um dos pontos de maior valor dos terrenos cedidos à Universidade”.

A carta solicita então, no mínimo, “a imediata demarcação, com a construção de cercas”, a realização do “saneamento” e das “obras da raia olímpica” e a “imediata posse da ligação entre o atual Campus e sua área de expansão, que nada mais é que os terrenos de marinha devidamente saneados” e os terrenos “cedidos pelo Governo de Estado para a implantação do Centro Agro-Aqua-Pecuário”.

Essa carta, com aval da Comissão de Planejamento, é encaminhada à Assessoria Jurídica da UFSC para que esta se pronuncie. Ela acata as recomendações da carta. Em particular, em 23 de abril de 1974, o Departamento de Engenharia e Arquitetura da UFSC autoriza a firma Nilton de Oliveira Cunha a iniciar “os serviços de demarcação dos limites do terreno desta Universidade” com data de entrega dos resultados em 8 de junho de 1974.<sup>35</sup>

Da análise desse processo constata-se a falta completa de empenho da universidade para demarcar a área doada pela União, o que levou mais de cinco anos, enquanto o prazo exigido era de apenas dois. A que atribuir esse fato? Desinteresse da administração universitária? Incompetência? Conflitos de interesse público e privado? Esse tema dos terrenos de marinha cedidos e hoje pertencentes à UFSC merece um estudo aprofundado sob diferentes aspectos, histórico, fundiário, ambiental e financeiro. O processo encontrado pela Comissão Memória e Verdade e brevemente exposto no seu relatório ressalta a importância desse estudo. Carta nesse sentido foi encaminhada pela Comissão Memória e Verdade para a Reitoria em 22 de setembro de 2015, sugerindo investigações mais aprofundadas e/ou outros encaminhamentos pertinentes.

## 6.5 A NOVENBRADA

O ano de 1979 foi importante na história da ditadura civil-militar brasileira:<sup>36</sup> intensificou-se o processo de redemocratização no país, como a volta de eleições diretas para os Centros Acadêmicos das universidades e para a União Nacional

---

<sup>35</sup> Carta incluída como parte do processo nº 016577, protocolado em 2 de abril de 1974, tendo como requerente Luiz Felipe da Gama Lobo d’Eça.

<sup>36</sup> Quando fazemos referência a uma ditadura civil-militar, concordamos com pesquisadores brasileiros que argumentam que fica “cada vez mais evidenciada uma responsabilidade ampliada pela existência do regime ditatorial, abrangendo, além dos militares, numa posição inegável de protagonismo, diferenciados segmentos civis”. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre memória e história. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 240.



dos Estudantes. O presidente naquele momento era o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, conhecido como “o presidente da reconciliação”, pois seria este que, de forma gradual, faria a conciliação com a democracia,<sup>37</sup> cujo processo de transição iniciou-se com o presidente general Geisel. Desses “novos tempos” destaca-se a da Lei da Anistia, promulgada por Figueiredo.<sup>38</sup> Mas, apesar da anistia aos presos políticos e da recente lei promulgada, o regime ditatorial continuava prendendo aqueles que se opunham ao governo. Segundo Rosângela Koerich de Souza, uma das estudantes da UFSC presas na Novembrada, a Lei da Anistia era:

[...] uma lei que a gente não queria daquela forma, inclusive, quando a lei da anistia foi aprovada, houve uma coincidência, eu estava em Brasília, participei das manifestações, porque tinham umas emendas na lei da anistia que não foram aprovadas e uma das emendas era para que ela fosse ampla geral e restrita do ponto de vista dos perseguidos políticos. É bom sempre deixar muito claro porque que nós queríamos uma anistia ampla, geral e irrestrita. Naquela época não existia sequer a possibilidade de nós anistiar-mos os torturados e os que usurparam de forma ilegal o poder em 1964.<sup>39</sup>

Com um discurso nacionalista e desenvolvimentista, essa ditadura teve uma importante popularidade na década de 1970, com o chamado “Milagre Econômico”. Mas, nesse momento, o país vivia uma grande crise econômica, e o sistema ditatorial já estava ruindo. Podemos dizer que o Brasil inteiro sentia o peso econômico da ditadura, e em Florianópolis não foi diferente. Conforme recordou Marize Lippel, estudante presa no episódio da Novembrada:

Além de toda a situação em que vivia a população naquele momento, era um período de grande inflação, era um período de grande descontentamento, com os aumentos abusivos, principalmente naquele período era dos combustíveis, onde naquele momento do ato público estavam presentes os taxistas, que se consideravam bastante prejudicados.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> MIGUEL, Luis Felipe. *Revolta em Florianópolis: a Novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995, p. 15.

<sup>38</sup> Lei nº 6.683, de 28/08/1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm). Acesso em: 15 dez. 2016.

<sup>39</sup> SOUZA, Rosângela de. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright. In: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT. *Relatório Final*. Florianópolis, nov. 2014, p. 127.

<sup>40</sup> LIPPEL, Marize. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright. In: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT. *Relatório Final*. Florianópolis, nov. 2014, p. 127.

O episódio que ficou conhecido como Novembrada tem como marco o dia 30 de novembro de 1979. Nessa data, o presidente Figueiredo fez uma visita à capital de Santa Catarina, para anunciar a construção de uma usina da Siderúrgica Sul Catarinense S.A. (SIDERSUL)<sup>41</sup> no sul do Estado e para inaugurar a placa, doada por ele mesmo, que homenageava o presidente Floriano Peixoto. Para tal evento, o governador nomeado do estado de Santa Catarina na época, Jorge Bornhausen, gastou muito dinheiro público para transformar esse dia em um “acontecimento histórico”. Enquanto o governo estadual cuidava dos preparativos oficiais para receber o presidente, outros grupos da sociedade, especialmente estudantes, também se organizavam para um protesto no dia da visita do general.<sup>42</sup>

Nos dias anteriores ao evento, circulou entre agências do SNI o alerta de que o presidente Figueiredo seria recebido com protestos na capital catarinense. Em telex de 28 de novembro, o SNI informou que: “Estaria sendo articulada manifestação frente ao palácio do governo com mais ou menos dez casais/ homens se apresentarão com bolsos para fora e as mulheres com panelas vazias/ [ilegível] faixas, em protesto elevação custo vida”<sup>43</sup>

Apesar da aparente preocupação do SNI, o evento foi mantido. Para a recepção de Figueiredo havia balão de ar, “Samba da conciliação”<sup>44</sup> e a presença de servidores públicos e estudantes que foram dispensados para participar do evento.<sup>45</sup> Também algumas cidades do estado enviaram ônibus com servidores públicos estaduais, especialmente professores, para prestigiar o presidente. Ao mesmo tempo, os estudantes e suas reivindicações se fizeram presentes. De acordo com Rosângela Koerich de Souza, “éramos em 150 pessoas mais ou menos, e tinham uns 4.000 servidores públicos, tinha muita gente e muitos servidores públicos. O executivo obrigou os servidores a irem recepcionar”<sup>46</sup> Assim, no

---

<sup>41</sup> CAPITAL recebe Figueiredo e espera SIDERSUL. *O Estado*, Florianópolis, 30 nov. 1979.

<sup>42</sup> MIGUEL, *Revolta em Florianópolis*, op. cit., p. 19.

<sup>43</sup> VARGAS, Mateus Bandeira. Documentos do SNI revelam visão da ditadura sobre a Novembrada, que completou 37 anos. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 3 dez. 2016. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/documentos-do-sni-revelam-visao-da-ditadura-sobre-a-novembrada-que-completou-37-anos>.

<sup>44</sup> “Presidente João/O povo do Brasil nesta canção/Vem lhe pedir humildemente/Um minuto de atenção/O coração brasileiro não se cansa/De ter sempre uma esperança/Para a vida melhorar/Pode contar com a gente Presidente/A decisão está na sua mão/Santa Catarina saúda João/O presidente da conciliação”. Samba da Conciliação, composto por Luiz Henrique. In: VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 155.

<sup>45</sup> MIGUEL, *Revolta em Florianópolis*, op. cit., p. 16.

<sup>46</sup> SOUZA, R. de. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, op. cit., p. 128.

dia 30 de novembro de 1979, o governador Jorge Bornhausen, acompanhado pelo reitor da UFSC, Caspar Erich Stemmer, e pelo arcebispo metropolitano de Florianópolis, Dom Afonso Niehues, foram receber o presidente no Aeroporto Hercílio Luz.<sup>47</sup>

A proposta dos organizadores era de uma recepção calorosa no antigo Palácio do Governo, o Palácio Cruz e Sousa – atualmente Museu Histórico de Santa Catarina, localizado na Praça XV de Novembro, no centro da cidade. O protocolo também incluía um café no tradicional “Café Ponto Chic”, onde Figueiredo ganharia o título de “senador”<sup>48</sup> e depois partiria para uma churrascada em Palhoça, na Grande Florianópolis.<sup>49</sup> Mas a visita não ocorreu como planejada pelo governo do estado. Estudantes da UFSC se organizaram para um protesto, contra os gastos com a visita, contra a crise financeira e contra a ditadura.<sup>50</sup> Segundo Rosângela Koerich de Souza, ao conceder entrevista à Comissão Estadual da Verdade (CEV),<sup>51</sup> “quando nós fomos chamados para fazer uma manifestação, para o encontro do General Figueiredo, a gente se organizou no DCE à noite, foi uma reunião que a gente fez de forma clandestina”.<sup>52</sup> Ainda, segundo Rosângela, organizaram-se de maneira clandestina, sem fazer uma convocação ampla, pois, tinham medo da repressão. Assim, o ato era “[...] contra o general Figueiredo e contra o hoje golpista novamente, Jorge Bornhausen, que naquela época era interventor no Estado, então o ato que nós fizemos foi contra o interventor, o Jorge Bornhausen, e contra o general Figueiredo e contra a ditadura civil-militar.”<sup>53</sup>

Antes mesmo da chegada de Figueiredo, no Palácio Cruz e Sousa, os estudantes já entregavam panfletos contra o arrocho salarial e o gasto exorbitante

---

<sup>47</sup> VARGAS. *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 155.

<sup>48</sup> Uma espécie de honraria atribuída aos mais importantes frequentadores do estabelecimento tradicional da cidade.

<sup>49</sup> MIGUEL, *Revolta em Florianópolis*, *op. cit.*, p. 47.

<sup>50</sup> Documento do SNI: DOC SNI ACT ACE 324/79 CNF 1/1.

<sup>51</sup> A Comissão Estadual da Verdade (CEV) Paulo Stuart Wright foi criada em 2013 por meio da Lei nº 16.183, a fim de “examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 e auxiliar a Comissão Nacional da Verdade (CNV)”. O Relatório Final está disponível em: [http://www.scc.sc.gov.br/images/Relat%C3%B3rio\\_Final\\_-\\_Novembro\\_-\\_20-11-14\\_1\\_2.pdf](http://www.scc.sc.gov.br/images/Relat%C3%B3rio_Final_-_Novembro_-_20-11-14_1_2.pdf).

<sup>52</sup> SOUZA, R. de. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, *op. cit.*, p. 128.

<sup>53</sup> SOUZA, R. de. Depoimento. Sessão pública de depoimentos sobre Movimento Estudantil e Resistência à Ditadura na UFSC – Anos 1970-1980, para a CMV/UFSC em 31 ago. 2016.

com a recepção do presidente, e populares que passavam aceitaram rapidamente os panfletos.<sup>54</sup> Segundo Marize Lippel,

[...] nós nos organizamos para lançar uma carta aberta para a população onde nós colocávamos exatamente a situação que nós estávamos vivendo naquele momento e considerando o pouco número de pessoas, a gente fez umas faixas, uns panfletos que seria a “carta aberta” distribuída e nos reservamos então a nos encontrarmos na Praça XV, para essa atividade. Só que nós éramos poucos, ou distribuíamos ou segurávamos as faixas, não tínhamos muitas mãos naquele momento. [...] No momento em que nós fomos distribuir as cartas, teve uma adesão muito espontânea da população.<sup>55</sup>

Quando o presidente chegou à sacada do palácio para dizer algumas palavras, o som de sua voz foi abafado por gritos de protesto como “Abaixo Figueiredo”, “Mais arroz e mais feijão”, “Chega de sofrer, o povo quer comer”.<sup>56</sup> Nesse momento, Figueiredo aproximou o dedo indicador do polegar, gesto que foi interpretado pela população como um insulto, e iniciou-se um tumulto. Figueiredo, ao ouvir injúrias à sua mãe, desceu as escadas do palácio e colocou-se frente aos manifestantes,<sup>57</sup> iniciando-se, assim, o que a imprensa passou a chamar de “campo de batalha na Praça XV”, e a placa doada por Figueiredo em homenagem a Floriano Peixoto foi quebrada.<sup>58</sup>

O envolvimento dos presentes na manifestação foi grande, embora documentos oficiais registrassem de outra maneira. Segundo o relatório do SNI de 4 de dezembro de 1979, “a massa de 10.000 pessoas manteve-se inerte, sem se manifestar, limitando-se a aplaudir o presidente. Muitas pessoas pediam aos policiais para prender agitadores, outras pessoas envergonhadas pedem desculpas ao presidente”.<sup>59</sup> Evidentemente essa era a versão oficial. Mas várias memórias atestam o grande apoio popular à manifestação. Marize Lippel, por exemplo, ao ser entrevistada, relembra com entusiasmo o envolvimento de muitas pessoas presentes:

---

<sup>54</sup> MIGUEL, *Revolta em Florianópolis*, op. cit., p. 28.

<sup>55</sup> LIPPEL, M. Depoimento. Sessão pública de depoimentos sobre Movimento Estudantil e Resistência à Ditadura na UFSC – anos 1970/1980 para a CMV/UFSC, em 31 ago. 2016, UFSC. Parte do depoimento está transcrita no capítulo 5, seção 5.1.4.

<sup>56</sup> MIGUEL, *Revolta em Florianópolis*, op. cit., p. 29.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>58</sup> PRAÇA XV virou campo de batalha. *O Estado*. Florianópolis, 1º dez. 1979.

<sup>59</sup> Documento do SNI: ACT ACE 324/79 CNF 1/1.

[...] quando nós os militantes chegamos à Praça XV, eu me mantive surpresa pela adesão imediata das pessoas que estavam ali, a ponto de que eu fiquei muito contente, eu lembro na época que eu achava que não ia conseguir distribuir panfleto e ficar carregando a faixa ao mesmo tempo, isso não vai dar certo. No primeiro momento que as pessoas começaram a buscar os panfletos na nossa mão, eles tinham adesão tão voluntária que eles mesmos pegavam os panfletos e começavam a distribuir. Dessa forma sobrou mão para poder carregar as faixas que era o que a gente queria, para poder marcar presença, marcar o território como a gente dizia na época.<sup>60</sup>

Apesar do tumulto, a solenidade continuou, e, quando a comitiva se dirigia ao café Ponto Chic, ocorreu um novo conflito entre militares e manifestantes. Após sair do Ponto Chic com o título de “senador”, Figueiredo seguiu até a cidade de Palhoça, para a churrascada.<sup>61</sup>

Destaca-se que, apesar da presença de várias pessoas, os órgãos oficiais insistiram em relatar os fatos como ação apenas de estudantes, como aponta o relatório do órgão de SNI de 4 de dezembro de 1979. Nele, concluem que “as manifestações contrárias ao Presidente não foram espontâneas da população presente como quiseram fazer crer alguns estudantes através da imprensa”.<sup>62</sup>

Dias após a Novembrada, a agência de Curitiba do SNI enviou para a central um relatório de 27 páginas sobre a visita de Figueiredo a Florianópolis, que relata o episódio e analisa as falhas da equipe de segurança.<sup>63</sup> Conforme os agentes, a situação saiu do controle quando o presidente estava no Ponto Chic:

Nesse momento [...] começam os empurrões, e o deslocamento do presidente até o carro e a partida do comboio foi difícil. [...] Com a confusão, algumas pessoas, em particular senhoras, caíram e houve escoriações leves de joelhos e cotovelos – registrou o SNI.

---

<sup>60</sup> LIPPEL, M. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, *op. cit.*, p. 135.

<sup>61</sup> MIGUEL, *Revolta em Florianópolis, op. cit.*, p. 47.

<sup>62</sup> Documento do SNI: ACT/ SNI 2617/82.

<sup>63</sup> Documento do SNI: ACT/ SNI, de 4 de dezembro de 1979.

Figura 6.11 – O general presidente, João Figueiredo, e o governador nomeado, Jorge Bornhausen, no Palácio do Governo na Praça XV



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 6.12 – Protestos populares na Praça XV contra os gastos com a visita, contra a crise financeira e contra a ditadura



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 6.13 – O protesto ganhou a adesão de diversos setores da população



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Figura 6.14 – Manifestantes seguram a placa com a homenagem de Figueiredo a Floriano Peixoto. A placa, que nunca chegou a ser afixada na Praça XV de Novembro, faz parte do acervo da Casa da Memória de Florianópolis



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Os agentes minimizaram os atos dos estudantes. Conforme o documento, haveria mais de dez mil pessoas na praça, sendo que “os agitadores, inclusive os colegas de 10 a 12 anos, não chegavam a 40”. O informe também listou possíveis motivos para a manifestação popular e criticou falhas na segurança do presidente. Para os agentes, o correto seria realizar uma “operação arrastão” nos dias anteriores, prendendo os possíveis líderes das manifestações que estavam previstas. Por outro lado, consideraram que o cenário de crise e insatisfação popular teria motivado protestos.<sup>64</sup>

Figueiredo foi embora de Florianópolis, e iniciou-se uma investigação para averiguar quem seriam os estudantes que teriam começado o movimento contra o presidente. As investigações levaram à prisão de vários estudantes no dia 2 de dezembro de 1979. Desse modo, quando estava na casa de seus pais, no bairro Colônia Santana, na cidade de São José, Rosângela Koerich de Souza<sup>65</sup> foi presa, e, segundo ela, o endereço foi fornecido pela UFSC.

Ainda sobre essa rede de colaboração da UFSC com as forças da repressão, destaca-se o depoimento do professor da UFSC Luiz Carlos Cancellier de Olivo,<sup>66</sup> que era estudante de Direito à época. Ele atuava dentro do movimento estudantil como membro do PCB: entre a clandestinidade e a legalidade, infiltrado na juventude do MDB. Em relação à Novembrada, lembrou que “era madrugada quando terminamos os panfletos e cartazes”. Para o ex-reitor, era latente a sensação de ser vigiado em reuniões do movimento estudantil. Ainda assim, ele e a maioria dos estudantes da época desconheciam que dentro da própria universidade havia uma espécie de filial do SNI – a ASI/UFSC – que alimentava as fichas políticas daqueles considerados subversivos para a ditadura.<sup>67</sup>

Sobre as prisões decorrentes da Novembrada, destaca-se que com Rosângela Koerich de Souza também foram presos os estudantes Marize Lippel, Geraldo Barbosa, Newton Vasconcelos Júnior e Amilton Alexandre.<sup>68</sup> Em todo o período da ditadura civil-militar vários estudantes catarinenses foram presos. Especialmente sobre a prisão deflagrada pelo episódio da Novembrada, Rosângela Koerich de Souza destaca que não houve torturas físicas, mas psicológicas:

---

<sup>64</sup> VARGAS, M. B. Documentos do SNI..., *op. cit.*

<sup>65</sup> Estudante, ligada ao movimento estudantil, presa em São José por ter participado da Novembrada. Na época trabalhava no Tribunal de Justiça.

<sup>66</sup> Reitor da UFSC de maio de 2016 até setembro de 2017.

<sup>67</sup> VARGAS, Documentos do SNI..., *op. cit.*

<sup>68</sup> Adolfo Luiz Dias, diretor do Diretório Central de Estudantes, foi o último a ser preso após a Novembrada, pois fugiu junto com Lígia Giovanella, estudante da UFSC. Ela e Adolfo se renderam no dia 5 de dezembro.



Eu fui levada para o hospital da Polícia Militar atrás da Escola Técnica, eu e a Marize, eu fiquei num quarto e ela em outro. Estávamos incomunicáveis, ficamos durante 8 dias incomunicável, não podíamos falar com ninguém, só interrogatório, e a gente cantava [...], ficava cantando, berrando, recitando poesias.... Não podia ter livros, revistas, nenhum trabalho manual, e aí nós pedíamos para um senhor que cuidava de nós para ele trazer material de sabão, esponja, e escova, para gente ficar lavando banheiro, ficava o dia inteiro esfregando as frestinhas do banheiro, lavando o chão, lavando o quarto, que era uma forma da gente se distrair, e cantávamos muito.<sup>69</sup>

Perante as arbitrariedades, diversos estudantes da UFSC colheram assinaturas no centro da capital para uma manifestação contra o ocorrido.<sup>70</sup> Ainda sobre sua prisão, salienta o fato de não ser uma das lideranças do movimento: “No- vembrada, eu fui a única presa que não estava em chapa nenhuma, todo mundo era dirigente, eu não era dirigente, eu era de base”.<sup>71</sup>

Figura 6.15 – Manifestação de apoio aos sete estudantes presos



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

<sup>69</sup> SOUZA, R. de. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, *op. cit.*, p. 131.

<sup>70</sup> CINCO estudantes presos. *A Gazeta*. Florianópolis, 4 dez. 1979.

<sup>71</sup> SOUZA, R. de. Depoimento. Sessão pública de depoimentos sobre Movimento Estudantil e Resistência à Ditadura na UFSC..., *op. cit.*

A manifestação planejada para repudiar a prisão dos estudantes na Novembrada contou com mais de 5 mil pessoas. No local, a polícia estava armada de fuzis e baionetas para conter qualquer ato que fosse mal visto pela prefeitura.<sup>72</sup> No ato, estava presente o representante da UNE e líder da bancada do MDB, Francisco Küster. A manifestação seguia pacificamente, até o momento em que o público foi cercado pelos policiais, o que dispersou os manifestantes, que corriam e gritavam. A manifestação acabou, mas ainda contou com mais de 500 pessoas que protestaram por outros quinze minutos em frente à Assembleia Legislativa.<sup>73</sup>

Segundo Marize Lippel, em depoimento à Comissão Memória e Verdade, havia olheiros de todos os lados, uma vez que dentro da universidade estavam as pessoas do movimento estudantil em que percebiam quem era “apto” ou não para fazer parte do movimento; estavam também estudantes e servidores infiltrados que não raras vezes compartilhavam informações da vida universitária com os serviços de segurança.<sup>74</sup> Muitas vezes, as personagens da universidade e da repressão eram as mesmas. Segundo Rosângela Koerich de Souza, eram também carcereiros: “quando eu fui presa, cheguei lá na Polícia Federal, os meus carcereiros eram meus companheiros de sala de aula, todos assim”.<sup>75</sup>

Também sobre as prisões decorrentes da Novembrada, Marize Lippel, compartilhou suas lembranças:

Me jogaram no fundo do banco de trás, no chão do carro, e os dois, eu me lembro que eram muito altos, grandes, esses dois agentes da polícia federal, eles com uma metralhadora no meu pescoço, eu deitada de bruços, dizendo a todo momento que eu ficasse quieta porque aquilo era para minha própria segurança, e eu me lembro deles darem muitas, muitas voltas eu não sabia para onde eles estavam me levando. O que até então parecia que era um ato legal, com mandato de prisão, a partir daquele momento eu não sabia o que estava acontecendo comigo. Nós fomos levados para a Polícia Federal, [...]. Na Polícia Federal eu lembro de chegar, sempre sozinha, sempre incomunicável.<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> DISPERSADA a concentração pacífica dos estudantes. *A Gazeta*. Florianópolis, 5 dez. 1979.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> Documento da SNI: ACT ACE 2617/82 CNF 1/1.

<sup>75</sup> SOUZA, R. de. Depoimento. Sessão pública de depoimentos sobre Movimento Estudantil e Resistência à Ditadura na UFSC..., *op. cit.*

<sup>76</sup> LIPPEL, M. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, *op. cit.*

Figura 6.16 – Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, os sete estudantes da UFSC foram julgados no dia 17 de fevereiro de 1981 pela Justiça Militar em Curitiba



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

A Novembrada tornou-se um evento político importante para a história de Florianópolis, pois houve uma grande repercussão do episódio em todo o território nacional. Protestos contra a prisão dos estudantes aconteceram em outras regiões do país, como em Alagoas, pois, de acordo com um telex ao SNI, registrou-se que: “o DCE e a UNE lançaram uma nota na imprensa local pedindo o fim de enquadramento da Lei de Segurança Nacional”.<sup>77</sup>

No dia 17 de fevereiro de 1981, houve o julgamento dos estudantes em Curitiba: “[...] a Justiça Militar, em Curitiba, absolveu os sete estudantes da UFSC enquadrados na Lei de Segurança Nacional como lideranças dos protestos contra o presidente Figueiredo. [...] O placar favorável aos jovens foi de 3 votos a 2”.<sup>78</sup> Destaca-se que, entre o episódio da Novembrada e o julgamento, passou-se um ano. Foi um ano muito difícil, especialmente para os estudantes presos. Sobre esse processo, Rosângela Koerich de Souza relembra as inúmeras viagens para prestar depoimentos:

<sup>77</sup> Documento da SNI: AC ACE CNF 5327/8.

<sup>78</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 160.

Depois fomos julgados, nós fomos enquadrados, como se eles tivessem alguma moral ética, nós fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por ofender a honra das autoridades constituídas. Pena mínima eu acho que era de dois anos de prisão, pena máxima cinco anos. Fomos enquadrados, houve um grande movimento pelo não enquadramento na Lei de Segurança Nacional, fomos enquadrados na LSN, julgados por Tribunal Militar um ano depois em Curitiba, a gente foi julgada em 1981, fomos presos dia 30 de novembro, a gente se deslocava cada mês durante o ano inteiro para ir a Curitiba, responder os interrogatórios, ouvir as testemunhas.<sup>79</sup>

Os presos da Novembrada foram absolvidos por falta de provas: “uma denúncia como essa, somada à apelação, por enquadrar estudantes na LSN sem que haja provas suficientes, fortalece a campanha contra a referida lei, além de motivar grupos interessados em tumultuar a vida nacional”, conforme consta em documento do SNI.<sup>80</sup> Como lembrou Rosângela Koerich de Souza:

Fomos absolvidos por 3 a 2, dois militares nos condenaram, 2 militares nos absolveram e o juiz togado nos absolveu. O promotor de justiça não concordou com a sentença em relação a mim e a Ligia, fez um recurso ao STM [Superior Tribunal Militar], e depois de dois ou três anos fui julgada e fui definitivamente absolvida.<sup>81</sup>

Destaca-se que, mesmo antes da absolvição, os presos da Novembrada contaram com várias manifestações de apoio. Segundo Mateus Bandeira Vargas:

Um dos protestos pela absolvição dos estudantes foi impedido com violência pela Secretaria de Segurança. No dia 13 de fevereiro de 1981, semanas antes do real julgamento, haveria um grande ato, coordenado com outras manifestações no restante do país, contra a Lei de Segurança Nacional. Durante o mesmo evento, em frente à catedral metropolitana, seria realizado um júri simulado dos sete estudantes, do então líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, futuro presidente da república, e da própria Lei de Segurança Nacional. Um telex enviado da agência de Curitiba para a central do SNI detalhou a intervenção da polícia – batizada Operação Arco-Íris – para impedir a manifestação.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> SOUZA, R. de. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, *op. cit.*

<sup>80</sup> Documento da SNI: AC ACE CNF 15309/81.

<sup>81</sup> SOUZA, R. de. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, *op. cit.*

<sup>82</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 161.

Na confusão, tiros foram disparados e turistas argentinos ficaram feridos. Segundo a mensagem, 29 foram detidos e liberados na mesma noite após interrogatório.<sup>83</sup> Ainda de acordo com Mateus Bandeira Vargas:

A professora do Colégio de Aplicação da UFSC, Ana Lize Brancher, era estudante à época e foi presa no dia do julgamento simulado. “Foi uma grande manifestação, a Praça XV de Novembro e as ruas ao redor dela, bem como o largo da Catedral estavam tomadas de gente. Veio cavalaria e tudo pra cima da gente”, afirmou. No final da tarde, dois policiais federais à paisana capturaram Brancher na rua João Pinto. “Passei quase a noite toda detida, prestando depoimento na PF do Estreito. Nelson Wedekin foi o advogado que estava lá para liberar a gente e os demais detidos. Claro que no meu depoimento neguei tudo, eles acreditaram, me deixaram em paz.”<sup>84</sup>

Por mais que a manifestação, posteriormente denominada Novembrada, tivesse sido organizada, inicialmente, apenas por estudantes, ela deve ser lembrada como um ato de toda a sociedade, uma vez que rapidamente boa parte das pessoas que estavam presentes sentiu-se representada pelo ato. De acordo com Marize Lippel:

Durante todo o tempo da manifestação a gente viu que a população estava do nosso lado, aquela não era uma manifestação estudantil, aquela era uma manifestação da população de Florianópolis, que também teve algumas peculiaridades, porque os funcionários públicos foram obrigados a estarem presentes, as escolas foram obrigadas a levar os alunos, então tinha uma série de pessoas que não estavam gostando de estar ali e estavam naquele momento, e exatamente por isso teve a adesão em si ao repúdio à vinda do presidente naquele momento.<sup>85</sup>

Apesar da simpatia da população, alguns dias após a Novembrada, a imprensa local, em consonância com o governo ditatorial, apressou-se em criticar a democracia. O jornal *O Estado*, por exemplo, no dia 1º de dezembro de 1979, publicou reportagem mencionando que o Palácio do Planalto classificou o incidente como sendo “causa do excesso da democracia”<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 161.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 162.

<sup>85</sup> LIPPEL, M. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, op. cit.

<sup>86</sup> OS INCIDENTES da visita presidencial. *O Estado*. Florianópolis, s/p., 1º dez. 1979.

A experiência de ter participado da Novembrada, de diferentes maneiras, marcou a vida dos envolvidos. Rosângela foi absolvida e se formou em Direito no ano de 1981. Muitos estudantes seguiram suas trajetórias, envolveram-se com outros movimentos, concluíram seus cursos. Mas, possivelmente, todos carregaram o peso de terem participado daquele episódio. Segundo Marize, o envolvimento com a Novembrada e a prisão dificultaram a vida profissional:

Todos nós tivemos grandes dificuldades em conseguir emprego, praticamente ninguém conseguiu emprego, a Rosângela e o Amilton ainda estavam aqui dentro, e tiveram a sorte de ter o Borba.<sup>87</sup> Fora isso, todos nós fomos violentamente perseguidos, e recebemos informações do próprio governador do estado que nós não conseguiríamos aqui em SC, que desistíssemos de procurar, e eu fui para Blumenau e consegui, através do Deputado Jaison Barreto, um estágio e fui ali fazendo a minha vida profissional.<sup>88</sup>

Mesmo após o fim do processo e da ditadura civil-militar, a Novembrada e muitas das histórias desses estudantes da UFSC foram lembradas em livros, artigos, teses e filmes.

A central do SNI elaborou análise sobre o processo, com críticas ao inquérito policial “repleto de falhas” e à denúncia apresentada pelo procurador Bertino Ramos, “sem que houvesse provas suficientes para condenação”. O mesmo procurador entrou no caminho de presos políticos catarinenses anos antes, ao pedir a condenação de 19 envolvidos na Operação Barriga Verde (1975), episódio mais violento da história da ditadura no estado. Anos mais tarde, ao final do julgamento sobre a Novembrada, o procurador Ramos protestaria: “Dizendo-se inconformado com a sentença absolutória, recorreu ao Superior Tribunal Militar”,<sup>89</sup> registrou documento do SNI com críticas ao inquérito e à denúncia. Para o serviço de informações, a insistência do procurador traria prejuízos para a própria ditadura.

Para o julgamento da Novembrada, um improvável personagem foi chamado como testemunha de defesa dos estudantes. Em seu próprio automóvel Corcel, cujo para-brisa se quebrou no caminho, Esperidião Amin seguiu para Curitiba, onde defenderia que o protesto teria motivações históricas: a placa da discórdia em homenagem ao ex-presidente Floriano Peixoto. Durante batalhas para

---

<sup>87</sup> Borba, a quem Marize Lippel faz referência, é o Desembargador João de Borba, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entre 1978 e 1980, lugar onde Rosângela Koerich de Souza e Amilton Alexandre trabalhavam na época.

<sup>88</sup> LIPPEL, M. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, *op. cit.*

<sup>89</sup> VARGAS, Documentos do SNI..., *Notícias do Dia*, *op. cit.*

confirmar a república pretendida por Peixoto, centenas foram fuzilados em fortalezas de Florianópolis, quando ainda se chamava Nossa Senhora do Desterro.<sup>90</sup>

Após a Novembrada, o presidente Figueiredo voltaria a Santa Catarina em outras três ocasiões antes de encerrar seu mandato, em visitas sem grandes cerimônias de bajulação ou protestos. O ex-governador Jorge Bornhausen, mais de três décadas após a Novembrada, prefere não falar, pois, segundo ele, ao ser contatado por Mateus Bandeira Vargas, “[...] O que tinha de ser dito sobre o assunto está escrito em minha biografia. Não tenho o menor interesse em falar sobre”<sup>91</sup>

Se o silêncio faz parte de algumas memórias, para outros envolvidos, rememorar é fundamental, como mencionou Marize Lippel:

[...] a gente que participa ativamente da militância sempre acaba encontrando alguns colegas [...]. E a gente entende que a missão de combatividade ela é eterna [...]. Em todos esses anos, eu comecei com dezesseis anos, [...] eu me sinto uma eterna militante [...]. E é por isso que hoje ainda a gente continua, eu não tenho partido político, não milito num partido político específico, mas a gente está junto com outras pessoas que no caso hoje é o Comitê da Memória, Verdade e Justiça [Comissão Estadual da Memória] procurando justamente resgatar essa memória [...] [p]ra que as pessoas possam mesmo lembrar, alguns quiseram até reservar ao esquecimento, mas pra que a gente possa recordar e possa lutar para que tudo que houve no passado não ocorra novamente.<sup>92</sup>

Não deixar cair no esquecimento! As palavras de Marize exemplificam a importância dos registros feitos pelas Comissões de Verdade constituídas em diferentes espaços da sociedade brasileira. Versões emergem, dando novos contornos às histórias vivenciadas no período da ditadura civil-militar. Diferentes versões, pois, de acordo com Alistair Thomson, escolhemos coisas para lembrar e dar significado no presente.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> VARGAS, Documentos do SNI..., *Notícias do Dia*, *op. cit.*

<sup>91</sup> *Ibidem*. Referência à obra *Quem é Jorge Bornhausen: uma biografia*, de autoria de Luiz Gutemberg.

<sup>92</sup> LIPPEL, M. Depoimento. Sessão pública de depoimentos sobre Movimento Estudantil e Resistência à Ditadura na UFSC, *op. cit.*

<sup>93</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias, *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 57, abr. 1997.

## Capítulo 7

# HISTÓRIAS SINGULARES

*A História é feita de muitas e pequenas histórias,  
que são as que nos interessam*

MIA COUTO<sup>1</sup>

Durante esse período, vários estudantes, professores e servidores técnico-administrativos se distinguiram pela resistência que opuseram ao regime de exceção, à falta de liberdade, de justiça e de democracia, não apenas no âmbito da universidade, mas na sociedade como um todo. Por tal atitude, foram impedidos de ser contratados, sofreram perseguições, prisões, torturas, expulsões. Para cada um deles, sem dúvida, existe uma história singular a ser revelada e contada.

A partir dos limites e das possibilidades do seu trabalho, a Comissão Memória e Verdade da UFSC pôde trazer à tona algumas dessas histórias, o que resultou num conjunto bastante expressivo e representativo da força da resistência evidenciada por membros da comunidade universitária às práticas repressivas

---

<sup>1</sup> A frase “A História é feita de muitas e pequenas histórias, que são as que nos interessam a nós, escritores, e julgo que a todas as pessoas também” foi retirada de uma entrevista de Mia Couto, escritor moçambicano, publicada no *Jornal das Letras* em 21 de outubro de 2015 e cuja integralidade pode ser encontrada em: <http://visao.sapo.pt/jornaldeletras/letras/2015-10-21-Mia-Couto-novo-romance-novos-desafios>.



postas pela ditadura militar e por seus braços civis no interior da própria universidade. A CMV/UFSC tem plena consciência de que, entre nós, há mais casos a serem pesquisados e, assim, devidamente revelados. A comissão espera que os casos aqui expostos instiguem a continuidade das investigações no interior de grupos de pesquisa existentes nessa instituição.

As histórias seguintes foram levantadas e contadas por diferentes autores, daí inclusive uma certa assimetria entre os diversos textos, embora todos estejam enraizados em fontes seguras, conforme se poderá verificar nas indicações das correspondentes referências. Vários bolsistas, graduandos e mestrandos se dedicaram a esse trabalho, num instigante exercício de quase simbiose e empatia entre os estudantes-atores do passado, aqui expostos, e eles próprios, os estudantes-autores de hoje.

Eis a relação dos personagens das 14 histórias singulares, 13 delas individuais e uma coletiva, trabalhadas caso a caso nas páginas que se seguem:

## 7.1 Processo 1/64: Professor José do Patrocínio Gallotti<sup>2</sup>

José do Patrocínio Gallotti nasceu em Nova Trento, Santa Catarina, em 14 de abril de 1908, e faleceu na cidade de Florianópolis em 15 de junho de 1985, aos 77 anos. Gallotti recebeu o título de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no ano de 1932. Posteriormente, foi juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Florianópolis, juiz do Tribunal Eleitoral de Santa Catarina e desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em sucinto *curriculum vitae* apresentado em 4 de julho de 1961, com visto do diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da USC, Gallotti afirma possuir dois trabalhos publicados: *O Estado e a cultura*<sup>3</sup> e *A soberania nacional e as liberdades*.<sup>4</sup> Esse currículo, encaminhado ao diretor do Ensino Superior do MEC, Jurandyr Lodi, integrou a documentação necessária ao processo de sua nomeação para o quadro docente da recém-criada USC. Finalmente, seu ato de nomeação foi expedido pela Presidência da República em 24 de agosto de 1961. Em 20 de outubro do mesmo ano, seu termo de posse na USC foi assinado pelo secretário-geral Aluizio Blasi.

---

<sup>2</sup> A história de José do Patrocínio Gallotti foi pesquisada e escrita pela bolsista da CMV/UFSC, Cecília Brancher de Oliveira, com a supervisão da professora Marli Auras.

<sup>3</sup> GALLOTTI, José do Patrocínio. *O Estado e a cultura*. Revista jurídica, legislação, jurisprudência. Porto Alegre: Sulina, 1953.

<sup>4</sup> GALLOTTI, José do Patrocínio. *A soberania nacional e as liberdades*. Tese. (Concurso de Professor Catedrático de Teoria Geral do Estado) – Faculdade de Direito de Santa Catarina, Florianópolis, 1955.

Figura 7.1 – José do Patrocínio Gallotti



Fonte: Acervo familiar.

O professor José do Patrocínio Gallotti, um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina como Entidade Autônoma, exerceu a cátedra de História das Doutrinas Econômicas desde o ano de 1950. Em 22 de junho de 1961, assinou uma “Declaração de Opção” pelo cargo de professor dessa mesma disciplina na Faculdade de Ciências Econômicas da USC, tendo antes atuado como catedrático interino de Direito Comercial na Faculdade de Direito de Santa Catarina. Segundo Vargas, Gallotti era considerado um professor “folclórico” e inteligente, como consta em um trecho da entrevista com o arquiteto David Ferreira Lima, filho do então reitor da USC, João David Ferreira Lima: “Esse era doido. Além de tudo era muito inteligente. Subia no ônibus ali na figueira da Rua Trompowsky e ia até o fim fazendo discurso comunista. De esquerda, mas de esquerda radical. Aos berros”<sup>5</sup>

No dia 9 de abril de 1964, foi editado pelo Comando Supremo Revolucionário o Ato Institucional nº 1, ou simplesmente AI-1, marco inicial da institucionalização do golpe civil-militar. O Comando era composto pelo general Artur da Costa e Silva, pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, nomeados como ministros militares pelo substituto de João Goulart, o presidente da Câmara

<sup>5</sup> VARGAS. *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 37.

dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Em seu preâmbulo, com o intuito de justificar juridicamente o golpe de Estado e buscar sua legitimidade junto à opinião pública, o AI-1 traz os seguintes dizeres:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.<sup>6</sup>

Entre as determinações presentes no AI-1, como as formalidades exigidas na eleição para a Presidência da República, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, encontram-se também a suspensão das garantias constitucionais de estabilidade e vitaliciedade e a instauração da investigação sumária de servidores públicos que tivessem atentado contra a Segurança Nacional e a probidade da administração pública.

Figura 7.2 – José do Patrocínio Gallotti



Fonte: Acervo familiar.

<sup>6</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

Na esteira do AI-1, são criadas as Comissões de Inquérito nas universidades federais brasileiras para a investigação de professores, funcionários e estudantes. Posteriormente, já no início da década de 1970, o sistema de investigação interna e de coleta de informações nas universidades se complexifica e é estruturado a partir da criação das ASIs, órgão ligado tanto ao Gabinete da Reitoria quanto ao SNI. Entretanto, as comissões de inquérito criadas em 1964 já possibilitaram a realização de Inquéritos Policial-Militares dentro das universidades.

A Comissão de Inquérito designada para, na Universidade de Santa Catarina, tomar as providências determinadas pelo Ato Institucional, foi constituída, no sábado, dia dois de maio do mês passado, pela Portaria 79/64, da Reitoria, e se instalou em salas da mesma Reitoria, no dia quatro do mesmo mês, segunda-feira imediata [...]<sup>7</sup>

Integravam a Comissão de Inquérito os professores Vítor Lima (presidente), da Faculdade de Ciências Econômicas, Ernesto Bruno Cossi, da Escola de Engenharia Industrial, posteriormente substituído pelo professor Roberto Mündell de Lacerda, vice-reitor, e Antônio Moniz de Aragão, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Serviço Social. Algumas semanas depois, foram designados como suplentes os professores Antônio Santaella, Sérgio Uchôa Rezende, substituído posteriormente por João Makowiecky, e Gustavo Zimmer. Também faziam parte do pessoal à disposição da Comissão de Inquérito: bel. João Carlos Tolentino Neves, secretário; Marilsa Carvalho, datilógrafa; Roselí, datilógrafa; Baltazar Carioni, datilógrafo; Justino Avelino, porteiro; Ycarotí Martins, motorista; Aldo Pereira Nascimento, motorista; Ademar Cardoso, motorista.<sup>8</sup> Em relação ao início dos trabalhos da comissão,

sua primeira sessão ordinária realizou-se pela manhã do dia cinco [...], quando se aprovou a redação dos ofícios a serem encaminhados à Reitoria e às Direções [...], solicitando-lhes informações indispensáveis aos objetivos daquele Ato.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> UFSC. *Relatório Geral da Comissão de Inquérito*. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

<sup>8</sup> UFSC. *Pessoal à disposição da Comissão de Inquérito*. Sala das sessões. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

<sup>9</sup> UFSC. *Relatório Geral da Comissão de Inquérito*, *op. cit.*

No dia 6 de maio, o presidente da Comissão de Inquérito, professor Vitor Lima, enviou o Ofício nº 12/64 ao professor Nicolau Severiano de Oliveira, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas – bem como aos diretores das outras unidades –, requisitando informações sobre os estudantes, funcionários e professores da respectiva faculdade, como indica o seguinte trecho do documento supracitado:

Solicito a V. Exa. Queira encaminhar, em registro individual, à Comissão de Inquérito, todos os elementos que, relacionados aos objetivos do art. 7º, §1º e art. 8º do indicado Ato, disponha por qualquer de seus órgãos e relativamente a cada professor, funcionário e aluno, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade. Esclarecendo a V. Exa. que a Comissão de Inquérito, para as indispensáveis investigações, aceita igualmente denúncias autenticadas. [...] Peço-lhe, ainda, sejam esses elementos completados com informações relativas a qualquer atitude de pregação subversiva ou contrária ao regime democrático, porventura ocorrida durante as atividades escolares ou no curso de solenidades ou reuniões levadas a efeito em dependência dessa Faculdade ou em que esta se haja feito representar.<sup>10</sup>

No dia 7 de maio, a comissão enviou ofícios ao comandante do 5º Distrito Naval, contra-almirante Murilo Vasco do Vale e Silva, ao comandante do 14º Batalhão de Caçadores, coronel Argens de Monte Lima, e ao secretário do Estado dos Negócios da Segurança Pública, Jade Saturnino Vieira Magalhães, também pedindo informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do Ato Institucional.

As atas, cujas cópias acompanham o presente relatório e cujo livro as completa, historiam, com absoluta fidelidade, os trabalhos desde então realizados e que, em sua generalidade, se circunscreviam à coleta das provas necessárias, tanto de natureza pessoal como documental ou de ordem pericial.<sup>11</sup>

Segundo consta no *Relatório Geral da Comissão de Inquérito*, foram realizadas cem sessões ordinárias em aproximadamente 45 dias. Nelas, foram indicados, a partir das investigações realizadas, seis professores, dois funcionários, quatro estudantes e um ex-assistente voluntário; ouvidas 98 testemunhas; recebidos

---

<sup>10</sup> UFSC. Ofício nº 12/64 da Comissão de Inquérito. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

<sup>11</sup> UFSC. *Relatório Geral da Comissão de Inquérito*, *op cit.*

80 ofícios; e enviados outros 138.<sup>12</sup> Ainda nesse relatório, a comissão aponta que “as atividades estudantis, em que, não raro, se destaca o caráter de aberto desrespeito, devem ser objeto de investigações mais aprofundadas, não só pelo aspecto de ordem subversiva de que elas se possam revestir [...]”<sup>13</sup> Além disso, é destacada a “ausência de noção do espírito de autoridade”, por parte de “muitos” dos depoentes e pela própria essência dos depoimentos. A comissão conclui, também, que muitas das ocorrências se deram pelo abandono das prerrogativas por parte de quem teria a função de zelar pela disciplina na universidade e sugere que cabe às direções garantir a não ocorrência de atividades subversivas. Por fim, os membros da comissão fazem menção à colaboração dos Comandos Militares de Santa Catarina,

De toda justiça é consignar-se neste relatório a integral colaboração, em mútua confiança, permutada entre esta Comissão e os Comandos Militares aqui sediados, o que permitiu o fornecimento e o recebimento de informações de valor, obtidas no decurso das investigações; frequentes vezes, a Comissão recebeu a visita de ilustres oficiais das Forças Armadas que compareciam não apenas para fins de cortesia, senão, para, tomando conhecimento dos trabalhos realizados, visarem a obter, como obtiveram, subsídios para os inquéritos militares, sob suas responsabilidades.<sup>14</sup>

À medida que as informações foram recebidas pela Comissão de Inquérito, os processos foram organizados em ordem numérica. O Processo nº 1/64, primeiro da lista, portanto, leva o nome de “Professor Patrocínio Gallotti”. Os processos seguintes, possuem títulos mais amplos, como: “Faculdade de Farmácia”, “Faculdade de Direito”, “Faculdade de Medicina”, etc. Ou seja, no *Relatório Geral da Comissão de Inquérito* da Universidade de Santa Catarina, o único processo cujo nome era o do próprio investigado foi o do desembargador José do Patrocínio Gallotti.

Segundo a Portaria nº 3/64, que abriu o processo de investigação do professor Gallotti,

O professor Antônio Moniz de Aragão, vice-presidente, no exercício da presidência, da Comissão de Inquérito [...], considerando o expediente constante do ofício nº 61/64, de hoje, da direção da Faculdade de Ciências

---

<sup>12</sup> UFSC. *Relatório Geral da Comissão de Inquérito*. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

Econômicas da Universidade de Santa Catarina [...], DETERMINA a instauração do processo de investigações relativas aos objetivos daquele Ato, contra o Sr. Professor JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI, da indicada Faculdade. [...] Sala das Sessões, em 15 de maio de 1964.<sup>15</sup>

O Relatório e Conclusões do Processo 1/64 da Comissão de Inquérito, referente ao professor José do Patrocínio Gallotti, é um documento que resume os principais pontos da investigação da comissão, bem como os principais argumentos da defesa. O relatório contém informações advindas dos Comandos Militares de Santa Catarina, da universidade (Departamento de Ciências Econômicas e Reitoria), depoimentos individuais e trechos da ficha de Gallotti na Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina (DOPS/SC). Dos autos do DOPS, alguns trechos são bastante significativos:

“Descrever todas a atividade [*sic*] do prontuário seria coisa impossível”, eis como começa a ficha da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, [...] ao referir-se às atividades do mencionado professor ligadas às teses e posições esquerdistas ou como membro de um daqueles muitos disfarces do Partido Comunista. [...] A fls. 23 pode-se ler o ofício nº 21/ IPM, do Cel. Comandante do 14º Batalhão de Caçadores, onde está escrito “maior dirigente comunista de Santa Catarina”.<sup>16</sup>

Em relação à documentação enviada pelo coronel comandante do 14º Batalhão de Caçadores, constam ainda informações sobre o Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba, pela autodeterminação e não intervenção no país, cuja Comissão Provisória de Organização teria sido presidida por Gallotti; e também sobre o “convite ao povo e às autoridades para ato público contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”, publicado por Gallotti no jornal *A Gazeta* no dia 11 de setembro de 1963.<sup>17</sup> Em junho de 1964, segundo os autos, Gallotti tornou-se membro do Diretório Estadual Provisório da Liga de Emancipação Nacional. No texto, o relator cita a seguinte frase de Lênin: “o nacionalismo é a fase inicial de penetração do comunismo”.<sup>18</sup> Além disso, é mencionada uma conferência proferida pelo professor Gallotti na Faculdade de Direito, no dia 20 de novembro de 1951, sobre “materialismo histórico”, bem como a fala de Gallotti em concurso

---

<sup>15</sup> UFSC, *Relatório Geral da Comissão de Inquérito*, op. cit.

<sup>16</sup> UFSC, *Relatório e Conclusões do Processo 1/64 da Comissão de Inquérito*. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

para catedrático da Faculdade de Direito em 29 de junho de 1957, em que o professor declarou-se “socialista-marxista”. Por fim, o processo refere-se à visita de Gallotti ao Palácio do Governo de Santa Catarina em companhia de Valério Konder, como “atitude mais objetiva de apoio ao partido comunista”. De acordo com o relatório, a visita teve o intuito de “pedir auxílio” ao governo do estado para um congresso internacional. Segundo informações repassadas à Comissão pelo 5º Distrito Naval:

Homem de formação marxista, presente a longos anos, em todos os movimentos comunista [sic]. Presentes [sic] em todos os movimentos estudantis e reuniões de caráter ideológico comunista, frequentador das reuniões políticas da UCE, como, por exemplo, UNE volante, conferência do Pe. Alípio, Conselho da UNE, etc... Um dos assinantes da lista de eleitores pela legalização do Partido Comunista Brasileiro apreendida na livraria Anita Garibaldi, nesta cidade. Estava de viagem marcada para a URSS, onde deveria assistir às comemorações do dia 1º de maio. Nas aulas da Faculdade de Ciências Econômicas, faz abertamente pregações marxistas-comunistas.<sup>19</sup>

Consta no relatório que foram realizadas perícias grafotécnicas para identificar a assinatura do professor Gallotti em documentos como o do Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba, o de Defesa do Princípio de Autodeterminação dos Povos e a lista de eleitores favoráveis à legalização do Partido Comunista Brasileiro. Em seguida, o relatório apresenta trechos de delações apresentadas para a Comissão de Inquérito da universidade e também para a Comissão de Inquérito do 13º Batalhão de Caçadores, que continham informações sobre Gallotti; entre os delatores estão: capitão de corveta Haroldo Nicolau Paranhos Pederneiras, Carlos Adauto Vieira, professor João Baptista Luft, professor Nereu do Vale Pereira e professor Paulo de Tarso da Luz Fontes. Os depoimentos tratam, em sua maioria, de suspeitas sobre o fato de o professor Gallotti ser comunista, “professar ideias extremistas e trabalhar pela queda do regime democrático”,<sup>20</sup> e trata também de referências de sua presença em reuniões da Frente de Mobilização Popular, na UCE.

Sobre Carlos Adauto Vieira:

[...] pode-se ler a informação do capitão de corveta Haroldo Nicolau Paranhos Pederneiras, referente ao fato de ter o professor Gallotti presenteado a Carlos Adauto Vieira um livro de Frederico Engels, da coleção Marxismo, com a seguinte dedicatória: “Para o amigo Adauto de cuja inteligência,

---

<sup>19</sup> UFSC. *Relatório e Conclusões do Processo 1/64 da Comissão de Inquérito*, op. cit.

<sup>20</sup> *Ibidem*.



caráter e capacidade de luta, muito espera o nosso grande povo, com um abraço de José do Patrocínio Gallotti”, na mesma informação figura um resumo do depoimento de Carlos Adauto Vieira, prestado perante a Comissão de Inquérito do 13º BC, dizendo ao referir-se ao Professor Gallotti: “conhece o referido cidadão, porém não recebeu nenhuma orientação do referido senhor, limitando-se a discussões de informes e outros documentos políticos do partido comunista e de modo específico da Juventude Comunista”.<sup>21</sup>

A partir desse momento, o relatório traz trechos da defesa de Gallotti em relação às acusações apresentadas tanto pelos comandos militares quanto pelos depoentes. Gallotti confirma sua presença na reunião da Frente de Mobilização Popular, como acusou o professor Nereu do Vale Pereira, entretanto alega que foi a um encontro apertadário, “não comunista”. Em todo o decorrer do texto com os argumentos de defesa de Gallotti, o relator busca invalidar os apontamentos por meio de argumentos infundados, insinuações e suposições, como fica visível no seguinte trecho:

Fraca é esta argumentação, já que a presença dos referidos senhores [deputado da União Democrática, Reneau Cubas e delegado fiscal do estado, Natalício Barcellos na reunião da Frente de Mobilização Popular] não constitui atestado de ideologia e talvez pudesse incluí-los entre os que [se] deixaram iludir pelo disfarce dos verdadeiros fins da referida reunião ou até mesmo como conscientes no apoio ao que então se colimava.<sup>22</sup>

Em um dos trechos mais significativos da defesa de Gallotti, após alegar que o fato de ter se declarado “socialista-marxista” em seu concurso de cátedra não infringiu nenhum preceito legal, Gallotti acusa a nulidade das informações dos comandos militares por serem estas de origem anônima e proibidas pelo Art. 151, parágrafo 5º da Constituição da República. Utilizando-se mais uma vez da estratégia de deslegitimação do discurso de Gallotti, o relator afirma: “Capcioso é o argumento, já que os comandos se baseiam em depoimentos e investigações de seus agentes, não se podendo considerar como anonimato pesquisas realizadas por agentes da autoridade pública”.<sup>23</sup> Em sua trajetória de militância, Gallotti atuou intensamente na campanha “O petróleo é nosso” (1947–1953), liderada pelo Partido Comunista Brasileiro, que defendeu o monopólio da exploração do petróleo por uma companhia estatal brasileira. No entanto, sobre esse episódio

---

<sup>21</sup> UFSC, *Relatório e Conclusões do Processo 1/64 da Comissão de Inquérito*, op. cit.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

da militância política de Gallotti, constam os seguintes dizeres: “a questão do Monopólio Estatal do Petróleo [...] não constitui, a nosso ver, parte de interesse nas acusações que ora lhe são feitas”<sup>24</sup>

Figura 7.3 – José do Patrocínio Gallotti em Congresso Catedrático de Defesa do Petróleo



Fonte: Acervo familiar.

Em relação à sua ida ao Palácio do Governo do Estado na companhia de Valério Konder, Gallotti afirma que, de fato, esteve lá para pedir passagens de Florianópolis a Goiânia, onde seria realizado o primeiro Congresso de Intelectuais. Ainda, Gallotti declara

[...] estar orgulhoso de ter sido um dos signatários do chamado Apelo de Estocolmo contra experiências atômicas, como orgulhoso se sente de ter lutado contra a aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e que, também, tem muita honra em ter sido um dos fundadores da Liga de Emancipação Nacional e presidente do seu diretório estadual. [...] Como professor de História das Doutrinas Econômicas, profere suas aulas “também à luz do marxismo” e diz ainda que, realmente, ia à URSS para conhecer a realidade socialista. [...] Diz não ter certeza de ter assinado o pedido de registro do Partido Comunista Brasileiro, mas acredita tê-lo feito, entendendo que era e é um direito dos comunistas brasileiros poder participarem [sic] da vida político-partidária do país. [...] Afirma

<sup>24</sup> UFSC, *Relatório e Conclusões do Processo 1/64 da Comissão de Inquérito*, op. cit.

ter sido presidente da Comissão de organização do Encontro Estadual de Solidariedade à Cuba e outras atitudes anteriores, como, por exemplo, na reunião da Frente Operária Estudantil esteve presente [...].<sup>25</sup>

O trecho seguinte também valeu ser copiado na íntegra, pois expressa com clareza o desprezo e o receio dos militares em relação aos intelectuais brasileiros:

Penetrando mais fundo no terreno das negativas, nega qualquer atividade subversiva, mas a realidade é que, assim afirmando, esquece que as atividades intelectuais são a arma com que o homem de cultura procura os seus objetivos e ignora, ou finge ignorar o que Vysinsky [Andrey Vyshinsky] disse em 1954, na tribuna da ONU: “Não venceremos o Ocidente por meio da bomba atômica, venceremos com qualquer coisa que o Ocidente não compreende, nossas cabeças, nossas ideias, nossas doutrinas”. Também ignora o que disse [Dmitri] Manuilski, citado pelo general Pery [Peri] Bevilacqua, em sua tão comentada nota de instrução: “Um catedrático de Universidade que mesmo sem ser membro do partido presta-se a servir à causa da revolução internacional, vale mais que cem comunistas que colocam cartazes. Um escritor de renome, um general reformado, um professor universitário valem mais que quinhentos pobres diabos que não sabem mais que receber pancadaria da polícia”.<sup>26</sup>

No último trecho de sua defesa, Gallotti nega ter sido membro do Partido Comunista Brasileiro, bem como nega reuniões em sua residência. O professor afirma que não houve pedido de auxílio ao Governo do Estado para um Congresso Internacional Comunista. “Faz menção às suas atividades como juiz, dizendo-as acima de acusações; nega o caráter comunista das organizações [de] que faz parte; nega ter frequentado reuniões políticas na UCE, salvo na crise político-militar de 1961 [...]”.<sup>27</sup> Vale ressaltar, novamente, a deslegitimação do discurso de Gallotti no seguinte trecho: “Já agora usando de dialética, argumentando sobre o que seja ou não seja comunista, citando a encíclica *Pacem in terris* e atribuindo ao sr. [John] Foster Dulles declarações, mas não faz prova delas”. O relator informa haver adicionado à sua defesa os documentos enviados por Gallotti, mas deixa posto que “em nada influem nas acusações que lhe são feitas de professar e propagar ideias marxistas”.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> UFSC, *Relatório e Conclusões do Processo 1/64 da Comissão de Inquérito*, op. cit.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

Por fim, na conclusão do Relatório da Comissão de Inquérito nº 1/64, sobre José do Patrocínio Gallotti, o relator do processo, Moniz de Aragão, pede a exoneração do professor da universidade:

ISTO POSTO, considerando que o professor JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI é socialista-marxista confesso, considerando que pronunciou conferências políticas na sede da União Catarinense de Estudantes, considerando que em duas teses de concurso defendeu doutrinas marxistas, considerando que profere suas aulas “também à luz do marxismo”, considerando que assinou pedido para a volta à legalidade do Partido Comunista Brasileiro, considerando sua intimidade com comunistas confessos em manifestações públicas, considerando o seu comparecimento à reunião da Frente de Mobilização Popular, na UCE, onde compareceram estudantes e indivíduos provavelmente comunistas, considerando tudo quanto mais consta destes autos e que se relaciona com a intensa atividade marxista do professor Gallotti, seja ostensiva, seja disfarçada,  
CONCLUÍMOS,

1º) que o professor JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI não pode continuar no exercício da cátedra, já que [...] feriu os princípios do Ato Institucional. Considera essa Comissão seu dever esclarecer que deixa de propor com exatidão a penalidade, por entender não se tratar de funcionário vitalício. [...]

2º) que, por suas atividades, incorreu nos atos e sanções previstos na Lei de Segurança Nacional. Tendo em vista o que se conclui no item 2º, deve ser encaminhada cópia dos presentes autos ao sr. Cel. Comandante do 14º BC, que, com o seu alto critério, determinará as providências cabíveis.

Florianópolis, 9 de junho de 1964.

Antonio Moniz de Aragão, Presidente e Relator.

João Makowiecky [...]

Gustavo Zimmer [...].<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> UFSC. Ofício nº 56/64 da Comissão de Inquérito. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

É importante salientar que, durante a investigação da Comissão de Inquérito, mais especificamente no dia 29 de abril de 1964, Gallotti foi detido à ordem do 14º Batalhão de Caçadores, como consta no Ofício nº 56/64, datado de 16 de maio de 1964. Nele, o relator da Comissão, Antônio Moniz de Aragão, solicita ao comandante do Batalhão, Coronel Argens de Monte Lima, “a fineza de remeter, com a possível urgência, quaisquer dados referentes ao professor em apreço e que possam ter relação com os artigos 7º e 8º do Ato Institucional”.<sup>30</sup> No mesmo dia, Antônio Moniz de Aragão enviou um outro ofício ao professor Luiz Osvaldo D’Acampora, vice-reitor da Universidade de Santa Catarina:

Em face do contido em seu ofício nº 794/64, de 7 do corrente, e sobretudo no período em que se lê: “Após a eclosão do movimento revolucionário que iniciou a fase de depuração do regime, somente dos casos públicos e notórios tive conhecimento, como sejam as prisões de alguns estudantes e a de um professor da Faculdade de Ciências Econômicas, os quais, segundo se afirma, exerciam atividades subversivas”, solicito a Vossa Magnificência se digne esclarecer os nomes do professor e alunos a que faz referência o referido período. A título de colaboração com os altos ideais da Revolução, solicito que a informação pedida seja dada no mais curto prazo.<sup>31</sup>

No dia 26 de maio de 1964, o relator da Comissão de Inquérito, professor Antônio Moniz de Aragão, enviou um ofício ao coronel Elvídio Peters, comandante da Polícia Militar do estado, solicitando a permissão para que o professor José do Patrocínio Gallotti, detido no Comando da Polícia Militar, comparecesse perante a Comissão de Inquérito a fim de ter vistas no processo, uma vez que não poderia deixar o prédio da Reitoria, devido ao caráter sigiloso dos trabalhos da comissão.<sup>32</sup> O seguinte documento, assinado por Gallotti, foi redigido enquanto ele ainda estava preso e indica a preocupação dos militares de investigar e continuar levantando as ações do próprio professor, através da busca de informações sobre o seu entorno na universidade (“em que data foi nomeado e por quem”, “quantos votos obteve”, “se proferiu aula inaugural e por designação de quem”, etc.), com o objetivo de alimentar o Inquérito Policial Militar com maior número de informações:

---

<sup>30</sup> UFSC. Ofício nº 56/64 da Comissão de Inquérito. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, 1964..

<sup>31</sup> *Ibidem.*

<sup>32</sup> *Ibidem.*

Ilmo. Sr. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas. JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Professor nessa Faculdade, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Av. Trompowsky, 24, nesta Capital, requer a V.Sa., se digne mandar fornecer-lhe Certidão sobre: a) Que cadeira ocupa na Faculdade o interessado e desde quando; b) Criada a Universidade, em que data foi nomeado, e por quem, para a referida cadeira e em que data prestou o referido compromisso; c) Se foi eleito Chefe de Departamento e, no caso afirmativo, em que data, para que Departamento, e quantos votos obteve; d) De quantos membros se compõe o referido Departamento e quantos deles estiveram presentes à sessão em que ocorreu a eleição mencionada no item anterior; e) Se proferiu na Faculdade aula inaugural e, no caso afirmativo, por designação de quem e em que data; f) Se como professor sofreu qualquer penalidade; e g) Se depois de integrada a Faculdade na Universidade de Santa Catarina, o interessado tem sido assíduo às aulas. N. Termos Pede Deferimento. Florianópolis, 26 de maio de 1.964 (as.) José do Patrocínio Gallotti.<sup>33</sup>

José do Patrocínio Gallotti, entretanto, não foi exonerado da universidade, apesar de sua exoneração ter sido demandada pelo relator e presidente da Comissão de Inquérito, Antônio Moniz de Aragão, “porém, os termos utilizados no inquérito engordaram a ficha do professor, que respondeu a IPM junto de seu filho, Paulo Fragoso Gallotti, preso nas primeiras horas do golpe.”<sup>34</sup> Ainda segundo Vargas, “a denúncia foi oferecida na 5ª Auditoria Militar, em Curitiba. ‘A acusação contra ele era de professar a teoria marxista. A acusação que era feita contra mim era de sofrer a influência dele. [...]’, disse Paulo Fragoso, o filho.”<sup>35</sup> Posteriormente, em Ofício nº 110/64, de 1º de julho de 1964, da Divisão de Serviços Gerais da Reitoria da USC, informa ao diretor da Divisão do Pessoal que, em 26 de junho de 1964, o professor José do Patrocínio Gallotti reassumiu o exercício da cátedra de História das Doutrinas Econômicas, que, pelo novo currículo, passou a ser designada História do Pensamento Econômico.

O Ofício nº DA-134/64, de 14 de julho de 1964, assinado pelo diretor Nicolau Severiano de Oliveira e encaminhado ao Coronel Argens de Monte Lima, comandante do 14º Batalhão de Caçadores, solicita:

---

<sup>33</sup> Assentamento individual do servidor (dossiê de documentos funcionais). Acervo do Arquivo Central.

<sup>34</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 37.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 37.

Seja determinado o fornecimento, por certidão ou outro qualquer meio hábil, de informação necessária a respeito do tempo em que esteve, o Professor JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI, catedrático de História das Doutrinas Econômicas deste Estabelecimento de Ensino, à disposição desse Comando Militar, para responder a inquérito competente, e como tal, detido no Quartel da Polícia Militar, de 29 de abril a 3 de junho, ou na própria residência, de 3 a 25 de junho do corrente ano, impedido assim de ministrar aulas normais nesta Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Catarina, segundo informações colhidas do interessado.<sup>36</sup>

Em resposta a sua prisão, o Ofício nº 601-S/2, de 16 de julho de 1964, assinado por Argens de Monte Lima, informa:

DECLARAÇÃO – Declaro que o cidadão JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI foi preso em trinta de abril de mil novecentos e sessenta e quatro de acordo com o Ato Institucional, à disposição do Encarregado do Inquérito Policial Militar da Guarnição Militar de Florianópolis, no Quartel da Polícia Militar do Estado, até o dia dois de junho de mil novecentos e sessenta e quatro, sendo, em data de três de junho de mil novecentos e sessenta e quatro, transferido para sua residência, onde ficou detido até o dia vinte e cinco de junho de mil novecentos e sessenta e quatro.<sup>37</sup>

Posteriormente, em Ofício nº G-204/64, de 15 de dezembro de 1964, assinado pelo diretor João Makowiecky e encaminhado ao coronel Argens de Monte Lima, é solicitado o resultado do IPM a que foi submetido o professor Gallotti, pelo seguinte motivo: “em virtude de haver sido detido, deixou de receber 1/3 dos seus vencimentos relativos ao mês de junho do corrente ano”.<sup>38</sup>

No IPM de Gallotti, disponível no acervo digital do projeto “Brasil: nunca mais”, consta uma linha do tempo, redigida em 3 de setembro de 1965, pelo primeiro-tenente Ronaldo Américo Schmidt, delegado adjunto do DOPS, com as atividades do professor consideradas subversivas, entre elas: a fundação de um Centro Catarinense de Estudo e Defesa do Petróleo, em 1948; o convite para os membros do Sindicato dos Gráficos assistirem à conferência sobre Cuba, em Curitiba; a presidência do Instituto Cultural Brasil-Cuba; e outras já relatadas no inquérito da universidade. Outro documento de importante destaque no IPM é a

---

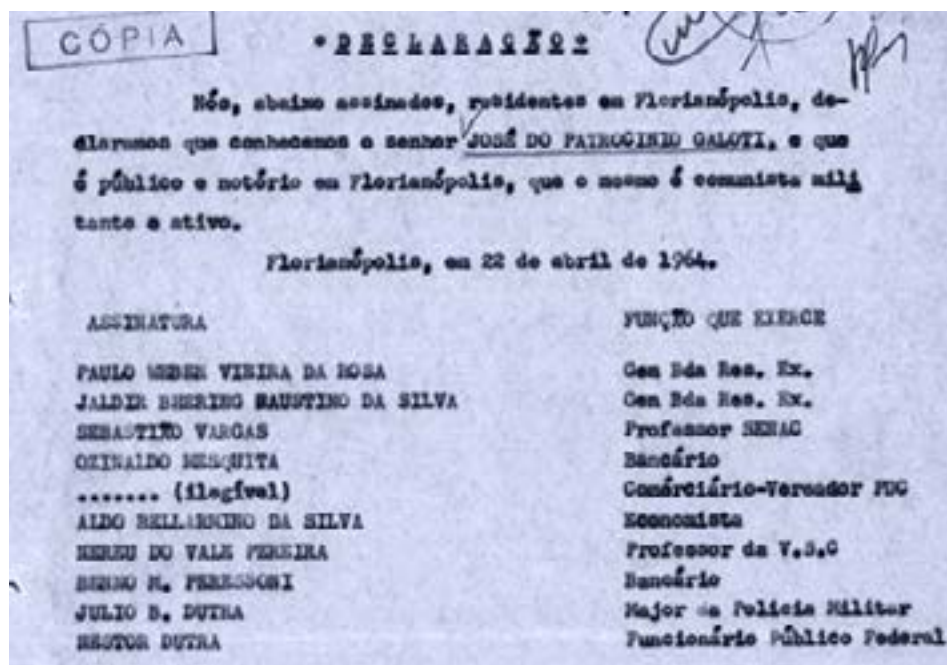
<sup>36</sup> Assentamento individual do servidor (dossiê de documentos funcionais). Acervo do Arquivo Central.

<sup>37</sup> *Ibidem.*

<sup>38</sup> *Ibidem.*

declaração de Edson Carlos Teixeira, em 22 de abril de 1964 (ex-aluno de Gallotti na Faculdade de Ciências Econômicas), afirmando que Gallotti “é público e notoriamente conhecido em Florianópolis como comunista militante e que em suas aulas fazia propaganda da doutrina comunista, o que era objeto de reclamações dos alunos e assuntos de conversas na sala dos professores”. Uma declaração idêntica é também assinada por Nereu do Vale Pereira e Valmor Bion. Além disso, consta no IPM um abaixo-assinado de 22 de abril de 1964, realizado por “residentes de Florianópolis”, declarando que Gallotti é “comunista militante e ativo”.

Figura 7.4 – Declaração assinada por moradores de Florianópolis de que o professor Gallotti era “comunista militante”



Fonte: “Brasil: nunca mais” digital. Pasta: PROJETO BRASIL NUNCA MAIS 201 A 300 – BNM\_279 (2) página 16.281.

A sentença expedida pela Justiça Militar de Curitiba (Auditoria da 5ª Região Militar, 5º Distrito Naval e 5ª Zona Aérea) diz respeito a uma grande quantidade de acusados, entre eles o professor José do Patrocínio Gallotti, então com 56 anos, e o seu filho Paulo Fragozo Gallotti, com 29 anos. Patrocínio Gallotti respondeu ao processo em liberdade, e, em 30 de maio de 1967, os ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, Evandro Lins, Adalício Nogueira e Aliomar



Baleeiro, em sessão ordinária, por unanimidade, concederam “a ordem” de aprovação da petição de *habeas corpus*.<sup>39</sup> Assim como no relatório da Comissão de Inquérito da Universidade, Gallotti sofreu denúncias por ser “marxista confesso”, no trabalho de Vargas consta um trecho bastante elucidativo de uma discussão entre os ministros do Supremo Tribunal Federal durante a sessão, registrado na petição do *habeas corpus* de Gallotti:

— Eu já ensinei essa cadeira em minha vida, algumas vezes, por falta de professor – disse o Ministro Aliomar Baleeiro.

— História do Pensamento Econômico. É uma cadeira perigosa – respondeu Hahnemann Guimarães.

— O professor não pode deixar de tratar Marx [...] Naturalmente dando a Marx o que é de Marx, o que merece, criticando a parte em que ele, do ponto de vista puramente ontológico, era considerado um escritor ultrapassado e errado. Eu estaria na cadeia por isso também, e como eu, não sei quanto professores – concluiu Aliomar.<sup>40</sup>

No IPM, Maurício Renê de Ferrante, o encarregado do inquérito, perguntou a Gallotti qual era sua opinião sobre a ordem econômica, política e social, Constituição e governo vigentes até a “Revolução” – ou seja, o golpe. O professor respondeu que considerava a ordem econômica e política brasileira profundamente desumana e injusta, na qual uma minoria de nacionais e estrangeiros oprimia e explorava uma maioria de brasileiros e que, por isso, tal ordem deveria ser modificada por meio das reformas fundamentais, realizadas a partir de consultas amplas estendidas a todos os brasileiros maiores de 18 anos, inclusive aos analfabetos; e que 31 de março de 1964 poderia ser considerado tão somente um golpe militar.

Em Ofício nº 5/67, de 31 de maio de 1967, o professor Gallotti, então chefe do Departamento de Geografia e Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas, solicitou ao diretor, que, por sua vez, foi solicitar ao reitor Ferreira Lima, “providências necessárias no sentido de que seja convidado o Professor Alceu Amoroso Lima [...] para [...] proferir, nesta Faculdade, um curso sobre: ‘A *Populorum Progressio* e o Mundo Moderno’”,<sup>41</sup> no segundo semestre. Em 16 de

---

<sup>39</sup> *Diário de Justiça*, 1º jun. 1967, p. 1628.

<sup>40</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 39.

<sup>41</sup> Assentamento individual do servidor (dossiê de documentos funcionais). Acervo do Arquivo Central.

novembro de 1967, seis meses depois, o diretor do Departamento de Educação e Cultura comunicou que “em virtude do corte de verbas [...] o Departamento [...] vê-se impossibilitado de atender à solicitação”.<sup>42</sup> Afirmou, no entanto, que Alceu Amoroso Lima poderia vir no ano seguinte, “em se tratando de personalidade de invulgar destaque na vida brasileira”.<sup>43</sup>

Em seus últimos anos enquanto docente na universidade, já sob a nova estruturação, fruto da Reforma Universitária, o professor Gallotti, em 1970, é lotado no Departamento de História do Centro de Estudos Básicos, que, em 1976, passou a ser o Departamento de História do Centro de Ciências Humanas. Em 12 de dezembro de 1977, o professor Gallotti encaminhou ao reitor seu pedido de aposentadoria por motivo de saúde, e, em 30 de dezembro de 1977, o reitor Caspar Erich Stemmer, pela Portaria nº 824/77 oficializou a aposentadoria de José do Patrocínio Gallotti, ocupante do cargo de professor titular do quadro permanente da UFSC.

Figura 7.5 – José do Patrocínio Gallotti (14/04/1908 – 15/06/1985)



Fonte: Acervo familiar.

---

<sup>42</sup> Assentamento individual do servidor (dossiê de documentos funcionais). Acervo do Arquivo Central.

<sup>43</sup> *Ibidem.*

José do Patrocínio Gallotti foi o processo número 1 da Comissão de Inquérito da Universidade de Santa Catarina. O professor que entrava no ônibus no início da Rua Trompowsky e seguia discursando até o ponto final. Para os militares, “o mais antigo comunista de Florianópolis”. Militante que, já detido, referiu-se com coragem e orgulho sobre suas atividades políticas e profissionais perante os relatores de seu IPM. Uma trajetória a ser registrada. Um nome que não pode ser esquecido. Um militante de causas que continuam forte e teimosamente atuais.

## 7.2 O diretor da Faculdade de Direito da UFSC disse não ao golpe: notas biográficas sobre Henrique Stodieck<sup>44</sup>

### 7.2.1 Precisamos falar sobre Henrique Stodieck

Hoje, quem caminha pelo Centro de Florianópolis e passa pela Rua Esteves Júnior dificilmente não perceberá a existência de uma escola estadual cujo nome do patrono está estampado em letras garrafais na fachada do prédio: trata-se de Henrique Stodieck. O jurista não empresta seu nome à escola por acaso ou por alguma homenagem politqueira arranjada. Não, o nome do professor Stodieck lá está porque aquele mesmo prédio abrigou a antiga Faculdade de Direito de Santa Catarina entre os anos de 1934 e 1980, transformada em Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina em 1960. Nessa faculdade, em 1940, Henrique Stodieck foi aprovado em concurso público para ocupar a cátedra de Direito do Trabalho<sup>45</sup> e, em 1962, foi eleito diretor pela Congregação da Faculdade de Direito,<sup>46</sup> ficando no cargo até 1968.

Entretanto, hoje, quem acessa o *site* oficial da Faculdade de Direito da UFSC – atualmente Centro de Ciências Jurídicas – e clica na opção “Histórico” não encontra o nome de Henrique Stodieck no rol de ex-diretores.<sup>47</sup> Entre os anos de 1962 e 1977 há um hiato na lista dos nomes daqueles que dirigiram a Faculdade de Direito. À primeira vista, pode parecer um mero descuido histórico; no entanto, ao observar a importância acadêmica de Stodieck e, principalmente, os fatos políticos

---

<sup>44</sup> Este texto foi escrito por Rodrigo Alessandro Sartoti, com base na sua dissertação defendida em 17 de fevereiro de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Jeanine Nicolazzi Philippi.

<sup>45</sup> PASOLD, Cesar Luiz (org.). *O pensamento de Henrique Stodieck*. Joaçaba: UNOESC, 2016, p. 22.

<sup>46</sup> Livro de atas da Congregação. Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://ccj.ufsc.br/historico/>. Acesso em: 21 dez. 2017.

que marcaram a Faculdade entre os anos de 1963 e 1968, compreende-se por que o seu nome foi apagado. É justamente da centralidade de Henrique Stodieck nesses fatos políticos da década de 1960 que este breve texto tratará.

Henrique Stodieck nasceu em Florianópolis em 27 de agosto de 1912 e faleceu na mesma cidade em 28 de agosto de 1973. Era filho de Lucy Moellmann e Ernesto Stodieck. Iniciou seus estudos em Blumenau e completou o ginásio na capital catarinense. Após, em 1931, mudou-se para Minas Gerais, onde estudou por dois anos na Faculdade de Engenharia de Itajubá. Desistiu dos cálculos e rumou à cidade de São Paulo, onde iniciou os estudos jurídicos na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Tornou-se bacharel em Direito em 1937, em Niterói, então capital fluminense. Retornou a Florianópolis e passou a lecionar Sociologia no Instituto Estadual de Educação em 1938, do qual também foi diretor.<sup>48</sup>

Figura 7.6 – Professor Henrique Stodieck



Fonte: Acervo de Rodrigo Sartoti.

---

<sup>48</sup> PASOLD, *O pensamento de Henrique Stodieck, op. cit.*, p. 21-22.

Além de professor, Stodieck foi juiz do trabalho e presidente da antiga Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Florianópolis.<sup>49</sup> No final de sua carreira profissional, presidiu o Instituto dos Advogados de Santa Catarina, de 1970 até seu falecimento, em 1973.<sup>50</sup>

Em razão de sua reconhecida produção intelectual, Stodieck foi membro de várias agremiações científicas e literárias no Brasil e fora do país, destacando-se a Academia Americana de Ciência Política, a Associação Americana de Antropologia, a Associação Americana para o Desenvolvimento da Ciência, o Instituto de Direito Social de São Paulo, a Sociedade Internacional de Direito do Trabalho e Legislação Social, o Instituto Latino-Americano de Direito do Trabalho e Seguridade Social, o Instituto Brasileiro de Sociologia e a Academia Catarinense de Letras.<sup>51</sup>

Entre seus escritos, destaca-se o livro *Bergson e outros temas*, publicado em 1966, no qual Stodieck discute o pensamento do filósofo francês Henri Bergson, bem como outros temas relacionados à Filosofia do Direito, à Sociologia Jurídica e à História do Direito. Outro livro importante do professor Henrique Stodieck é *Convenção Coletiva de Trabalho e outros ensaios*, de 1974, dedicado à área do Direito do Trabalho, cadeira que ocupou durante sua carreira como docente na Faculdade de Direito. Apesar de ser focado no Direito do Trabalho, uma de suas paixões, este último livro, publicado postumamente, resume um pouco da obra e do pensamento de Stodieck, uma vez que reúne textos sobre os mais variados temas do Direito, da Filosofia e da Sociologia.<sup>52</sup>

Henrique Stodieck, no entanto, não deixou sua marca apenas como um intelectual de brilhantismo reconhecido. Sua passagem pela Faculdade de Direito da UFSC foi igualmente marcante e ainda permanece na memória de seus antigos alunos da Rua Esteves Júnior nº 11. Ao abrir os jornais estudantis da época, não é raro se deparar com elogios e deferências dos estudantes ao professor Stodieck, seja por ter apoiado iniciativas discentes, seja por alguma conferência proferida a convite do CAXIF, órgão representativo dos estudantes da Faculdade de Direito.

---

<sup>49</sup> BARBOSA, Renato. *Cofre aberto... reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1982, p. 133.

<sup>50</sup> SANTHIAS, Paulo Roberto. *IASC 85 anos: memórias, fatos e relatos da História*. Joaçaba: UNOESC, 2016, p. 69.

<sup>51</sup> PASOLD, *O pensamento de Henrique Stodieck, op. cit.*, p. 22.

<sup>52</sup> O professor Cesar Luiz Pasold, ex-aluno de Stodieck, reuniu as duas obras citadas no recente livro *O Pensamento de Henrique Stodieck*, publicado pela editora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) com apoio da Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

O professor Stodieck mantinha uma relação muito cordial com os estudantes, que se averigua pelas recorrentes homenagens que recebia nas solenidades de formatura, fosse discursando como paraninfo das turmas, fosse como patrono. As atas da Congregação da Faculdade e do Conselho Universitário também demonstram uma constante defesa, por parte de Stodieck, das pautas estudantis, entre elas a representação de 1/3 nos colegiados, bandeira defendida nacionalmente pela UNE. Naquele período, a Faculdade de Direito foi a única da UFSC a permitir que 1/3 da sua congregação fosse composta por estudantes.<sup>53</sup> O apreço dos estudantes pelo professor e diretor Stodieck fez com que o CAXIE, em 1964, batizasse sua novel biblioteca, na antiga sede da Faculdade de Direito, com o nome “Henrique Stodieck”.<sup>54</sup>

Foi na década de 1960, especialmente às vésperas e no pós-golpe de 1964, já no ápice de sua carreira como docente, que Stodieck deixou sua marca mais profunda na Faculdade de Direito. Para compreender a importância e a centralidade do professor Stodieck nessa década turbulenta, é necessário mergulhar na conjuntura política de Florianópolis e do Brasil nesse período.

### 7.2.2 Antes do golpe: Stodieck diante da conjuntura política na Faculdade de Direito

No início dos anos de 1960, o quadro docente da faculdade era formado basicamente por advogados, promotores e juizes de carreira, sendo praticamente inexistente a figura do professor de dedicação exclusiva à academia. Nesse contexto, também era comum o envolvimento de professores da faculdade na política institucional e partidária, tanto no âmbito da incipiente universidade quanto na política municipal e estadual, fazendo com que a faculdade vivesse diretamente as disputas políticas dos principais partidos daquele contexto pré-golpe. Figuravam, no corpo docente, professores filiados à UDN, ao PSD e ao PTB. Entre os discentes não era diferente, o envolvimento destes nas questões políticas locais era constante e, em certa medida, refletia as disputas políticas daquele conturbado início de década.

Entre os estudantes de Direito, havia um forte protagonismo nas movimentações políticas de Florianópolis, e isso se dava pelo fato de que, no início dos anos 1960, a recém-criada USC possuía apenas cinco faculdades, sendo a Faculdade de Direito a mais antiga e com participação dos seus estudantes no

---

<sup>53</sup> Livro de atas da Congregação da Faculdade de Direito, 1961-1963. Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas.

<sup>54</sup> *Folha Acadêmica*. Jornal do CAXIE, 22 out. 1964, n. 2, p. 1.

movimento estudantil desde meados da década de 1930. Além disso, o clima na faculdade, muito embora refletisse o embate entre esquerda e direita do período do governo Jango, era bastante propício aos debates políticos, tamanha a liberdade que o então diretor Henrique Stodieck propiciava aos discentes.

Nos primeiros anos da década de 1960, com a escolha de João David Ferreira Lima para ocupar o cargo de reitor da UFSC, a Congregação da Faculdade de Direito<sup>55</sup> elegeu o professor Henrique Stodieck como novo diretor da faculdade, sucedendo Ferreira Lima. Stodieck era catedrático de Direito do Trabalho e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, partido de Jango e Brizola, sendo sua gestão marcada pelas agitações do movimento estudantil na recém-criada Universidade de Santa Catarina.

Como o CAXIF possuía ligação com a UNE, e esta, por sua vez, defendia as reformas de base do PTB e de João Goulart, o apoio do diretor Stodieck ao CAXIF foi quase inevitável.

Nessa altura, Ferreira Lima – filiado ao PSD – já era o reitor da universidade. Refletindo uma disputa política estadual, encontrou oposição no novo diretor da Faculdade e seu sucessor, Henrique Stodieck.

Reinaldo Lindolfo Lohn lembra que, no início da década de 1960, PSD e PTB dividiam o governo do Estado, com os pessedistas representados pelo governador Celso Ramos, e os petebistas, pelo vice-governador Armindo Doutel de Andrade. No entanto, as tensões políticas durante o governo de João Goulart acabaram se refletindo no estado, de modo que PSD e PTB romperam. O fim da aliança representou também o fim da possível candidatura ao Senado de Doutel de Andrade, que dividiria chapa com Atilio Fontana. Os pessedistas, na eleição de 1962, uniram-se à UDN e colocaram o nome do udenista Antônio Carlos Konder Reis ao lado de Fontana na chapa para o Senado.<sup>56</sup> Doutel de Andrade, então, elegeu-se deputado federal em 1962. Seria cassado em 13 de outubro de 1966, sob acusação de envolvimento direto na articulação da Frente Ampla, grupo liderado por João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda contra a ditadura militar e visando ao restabelecimento da democracia e das eleições diretas no Brasil.<sup>57</sup>

No âmbito da Faculdade de Direito, a tensão entre PSD e PTB a partir de 1962 estava materializada, principalmente, entre os professores Stodieck e Ferreira

---

<sup>55</sup> A Congregação era o órgão deliberativo máximo da Faculdade de Direito. Com a reestruturação feita pela ditadura civil-militar, esse órgão se transformou no Conselho da Unidade.

<sup>56</sup> Para mais detalhes sobre o cenário político do Estado de Santa Catarina na conjuntura do golpe de 1964, ver LOHN, R. L. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER.; LOHN, *op. cit.*, p. 20-23.

<sup>57</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13-14 out. 1966.

Lima. Essa disputa teve um de seus momentos mais tensos no ano de 1963, quando o CAXIF e a UCE editaram um dossiê sobre supostas irregularidades e ilegalidades da gestão Ferreira Lima na Reitoria da USC, com o propósito de pedir uma intervenção federal na universidade.

O dossiê dos estudantes, subscrito pelo CAXIF e pela UCE nominalmente, elencava 11 pontos resumidos no parecer do Conselho Federal de Educação.<sup>58</sup> O primeiro deles dizia respeito ao não cumprimento, por parte do reitor Ferreira Lima, da deliberação do Conselho Universitário acerca da construção da Cidade Universitária na Trindade. Além disso, os estudantes acusavam Ferreira Lima de contratar servidores para a Reitoria sem concurso público e de não constituir o Conselho de Curadores da universidade com a devida representação discente. A peça estudantil também afirmava que o reitor mantinha tratamento desigual na distribuição de bolsas de estudos e nas verbas destinadas às faculdades, tendo pedido a exoneração de dois diretores, entre eles o próprio professor Henrique Stodieck, que se afastou temporariamente do cargo em 1963, assumindo interinamente o professor Waldemiro Cascaes como diretor da Faculdade de Direito. Cascaes possuía ligação com o grupo político liderado pelo professor Stodieck, bem como com o próprio PTB.

O dossiê foi enviado ao MEC, e o então ministro Paulo de Tarso Santos determinou a investigação das denúncias apresentadas pelos estudantes. Uma comitiva do MEC veio à universidade em outubro de 1963 para apurar os fatos, ocasião na qual foi designada uma comissão que elaborou relatório com explicações sobre as acusações, remetido a Brasília no início de 1964.<sup>59</sup>

O CAXIF chegou a afixar na entrada da Faculdade de Direito uma faixa com os dizeres “Queremos intervenção na USC”. A afixação da faixa gerou conflito com os professores de Direito favoráveis ao reitor, bem como com os estudantes opositoristas do CAXIF. Inclusive um estudante de Direito, Volney da Silva Millis, chegou a protestar junto à Direção da Faculdade pela retirada da faixa.<sup>60</sup> Após o golpe e com a sucessiva prisão do presidente Rogério Duarte de Queiroz, Millis foi nomeado presidente da UCE.<sup>61</sup> Em fevereiro de 1967, foi contratado por Ferreira Lima como assessor-chefe do Gabinete do Reitor.<sup>62</sup>

---

<sup>58</sup> Parecer nº 44/1964 referente aos Processos nº 709/1963 e 719/1963 do CFE. Arquivo Central da UFSC, Fundo Fechado Reitoria.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> Arquivo Central da UFSC, Fundo Fechado Reitoria, pasta Sindicância.

<sup>61</sup> *Reforma*. Jornal da UCE, n. 12, p. 2. 3, out. 1964. Sobre esse episódio, confira a seção 2.2.1.

<sup>62</sup> UFSC. Gabinete do Reitor. Portaria nº 47 e UFSC. Gabinete do Reitor. Portaria nº 304, 1967.



No final de 1963, após a vinda da comitiva do MEC para diligências na USC, o reitor Ferreira Lima teve que enviar ao Conselho Federal de Educação (CFE) uma longa defesa instruída com uma série de documentos. A defesa foi redigida pelo próprio reitor, cujos manuscritos ainda se encontram no Arquivo da UFSC. O processo voltou à pauta do CFE no início de 1964, tendo o relator opinado pelo arquivamento da denúncia estudantil, bem como do pedido de intervenção na universidade. O mérito da questão acabou sendo decidido pelo CFE apenas após o golpe de 1º de abril de 1964.

Mesmo que não tenha gerado o efeito desejado pelos estudantes, o fato causou um grande incômodo ao reitor, que se viu obrigado a abrir as portas da Reitoria à comitiva investigadora do MEC e a redigir uma longa defesa para dar explicações dos seus atos como administrador universitário. Além do incômodo, o fato acirrou a tensão entre Ferreira Lima e Henrique Stodiek, uma vez que o reitor acusava o diretor da Faculdade de Direito de ter participação direta na intervenção federal. A rivalidade entre os dois tomara novas e maiores proporções após o golpe civil-militar.

### **7.2.3 Depois do golpe: Henrique Stodiek se manifesta contrariamente**

Com a deflagração do golpe entre 31 de março e 1º de abril de 1964, logo de início, os militares se preocuparam com um rápido controle do movimento estudantil. Os fatos mais marcantes dessa empreitada foram o incêndio da sede da UNE no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, e a primeira invasão do Exército ao campus da Universidade de Brasília em 9 de abril de 1964, universidade na qual vinha sendo implantado o projeto-piloto de reforma universitária concebido por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, este último reitor da UnB quando do golpe.<sup>63</sup>

Em Florianópolis, pelo rádio, os estudantes acompanharam apreensivos as movimentações das tropas do Exército que saíram de Minas Gerais, além das tropas que marchavam da cidade de Resende, no Rio de Janeiro, para depor o presidente. De acordo com Cesar Luiz Pasold,<sup>64</sup> estudante de direito da UFSC e membro do CAXIF na época, uma parte dos estudantes da Faculdade de Direito, juntamente com estudantes de outras faculdades, ouvia as notícias na sede da UCE.

---

<sup>63</sup> Sobre esse assunto, ver: Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade. Brasília: UnB, 2015, p. 59-60.

<sup>64</sup> Entrevista concedida ao autor em 9 de março de 2016.

Receosos de alguma intervenção violenta por parte dos militares,<sup>65</sup> durante a madrugada, os estudantes partiram para a sede do CAXIF, que ficava no porão da Faculdade de Direito. A motivação era dupla. Na Faculdade de Direito, lugar onde estudava uma parte dos filhos da elite catarinense, e onde juristas importantes do Estado lecionavam, estariam os estudantes seguros de qualquer intervenção das forças militares, além de terem o apoio que já vinha sendo hipotecado pelo diretor Henrique Stodieck aos estudantes de esquerda. Ademais, alguns membros do CAXIF, desconfiados da segurança da sua sede estudantil, sentiram a urgência de para lá correr no intuito de esconder e incinerar documentos. Pasold lembra que alguns de seus colegas, pouco antes do amanhecer, estacionaram um fusca branco na frente da faculdade, encheram o veículo com documentos do CAXIF e rumaram ao Morro das Pedras, no sul da ilha, onde os esconderiam.

Na Faculdade de Direito, nos primeiros dias após o golpe, o diretor Stodieck ordenou a suspensão das aulas por tempo indeterminado, permanecendo a faculdade fechada por uma semana. Foi a única unidade da universidade a fechar as portas em protesto ao golpe de Estado<sup>66</sup> e, de acordo com os organismos de segurança, foi a única a resistir ao expurgo da “revolução”, expurgo este que consistiu em delatar estudantes e professores de esquerda.<sup>67</sup>

Entre os estudantes, o golpe foi recebido com certo apoio, por um lado, e resistência por outro. No mesmo dia da deflagração do golpe, o CAXIF redigiu duas notas de repúdio,<sup>68</sup> nas quais classificava a movimentação dos militares como um “golpe de direita” e defendia o projeto das reformas de base de João Goulart. Nesses dois documentos constam os nomes dos então presidente e secretário do CAXIF, respectivamente Eduardo Luiz Mussi e Luiz Alexandre Müller. A bordo da Kombi da UCE, os textos do CAXIF foram espalhados pela cidade entre 31 de março e 1º de abril.<sup>69</sup>

Ambos os documentos deixam claro o apoio que era prestado pelo CAXIF e por parte dos acadêmicos de Direito ao governo Jango e a suas reformas de base,

---

<sup>65</sup> Nos primeiros meses de 1964, os confrontos entre os estudantes e a Polícia Militar eram constantes na capital, chamando a atenção dos diplomatas estadunidenses, que produziram uma série de documentos sobre os conflitos políticos locais no pré-golpe. VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*

<sup>66</sup> Arquivo Nacional. Fundo SNI, referência AC ACE SEC 17199-69.

<sup>67</sup> Arquivo Nacional. Fundo SNI, referência ARJ ACE 18001-68.

<sup>68</sup> No Arquivo Central da UFSC, há dois documentos mimeografados: uma *Nota Oficial* e um texto intitulado *Brasil, sempre. Democracia também*, ambos datados de 31 de março de 1964. No Arquivo Nacional (Fundo SNI), há informações sobre a distribuição das notas (referência ACT ACE 3268-82).

<sup>69</sup> Arquivo Nacional. Fundo SNI, referência ACT ACE 2256 82-001.

entendidas pelos estudantes como necessárias para o desenvolvimento do país e para a diminuição da desigualdade social. Observa-se, também, que o conceito de “democracia” era para os estudantes de Direito um valor indispensável e universal.<sup>70</sup>

Por causa dessas manifestações, Eduardo Mussi e Luiz Alexandre Müller foram presos em 1º de abril, acusados de subversão da ordem, e, dias mais tarde, passaram a responder a Inquérito Policial Militar.<sup>71</sup> Além deles, foi preso o presidente da UCE e acadêmico de Direito, Rogério Duarte de Queiroz. José Manoel Soar, líder dos estudantes secundaristas e futuro calouro da Faculdade de Direito, também foi preso pelos militares na mesma ocasião.

Ao passo que os subversivos eram caçados e presos, os apoiadores do golpe saíram às ruas da capital comemorando a deposição do presidente João Goulart.<sup>72</sup> Cesar Pasold recorda, sem citar nomes, que a comemoração se estendeu por entre os professores da Faculdade de Direito, inclusive com discursos de comemoração em sala de aula. Lembra, ainda, que antes do golpe eram recorrentes as exortações anticomunistas de professores na Faculdade de Direito.<sup>73</sup>

Fazendo coro aos apoiadores do golpe de Estado, 120 estudantes da Faculdade de Direito da UFSC lançaram um documento intitulado “Manifesto à Juventude da Universidade de Santa Catarina e ao Povo Catarinense”, publicado com destaque no jornal *O Estado* em 10 de abril de 1964. No texto, os estudantes de Direito comemoravam o golpe “salvador” do país e manifestavam total apoio às Forças Armadas.<sup>74</sup>

Nas fontes consultadas não foram localizados os nomes dos 120 estudantes de Direito que subscreveram o manifesto. No entanto, pelo teor conservador do texto, é possível ter uma noção bastante clara do embate político-ideológico na Faculdade de Direito entre os discentes, bem como entre os professores. Os estudantes de Direito da USC de 1964, poucos anos depois, passariam a ocupar importantes postos no Judiciário, no Executivo e no Legislativo, além de se tornarem docentes na própria faculdade. Outros, ainda, integrariam quadros importantes da administração da UFSC, inclusive na agência do SNI, que seria criada junto à Reitoria no início dos anos 1970.

---

<sup>70</sup> A ideia de democracia como um valor universal e caminho para o socialismo era defendida por parte da esquerda já nos anos 1960 e ficou teorizada num ensaio do marxista Carlos Nelson Coutinho, no final dos anos 1970. Ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

<sup>71</sup> Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência ACT ACE 2256 82-001.

<sup>72</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 17-18.

<sup>73</sup> Entrevista concedida ao autor em 9 de março de 2016.

<sup>74</sup> *O Estado*. Florianópolis, 10 abr. 1964, p. 8.

Com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em Florianópolis em 19 de março de 1964 e organizada por lideranças políticas locais, o golpe teve apoio político, popular e eclesial na capital de Santa Catarina.<sup>75</sup> Um ano depois, no primeiro aniversário da “revolução”, o reitor Ferreira Lima faria uma palestra durante as comemorações.<sup>76</sup>

#### **7.2.4 Operação de limpeza na Faculdade de Direito: Stodieck é um dos alvos da caça aos comunistas**

Em maio de 1964, por força do AI-1, foram instaladas comissões de investigação sumária em todas as universidades e órgãos do Poder Executivo, cujo objetivo era identificar os considerados “subversivos” para eventuais exonerações e monitoramentos. Era o início do “expurgo” da “revolução”. As investigações estavam previstas no artigo 7º daquele Ato Institucional:

Art. 7º Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado [*sic*] contra a segurança do País [*sic*], o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.<sup>77</sup>

Os trabalhos das comissões de investigação nas universidades foram regulamentados pela Portaria nº 259, baixada pelo ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, em 19 de abril de 1964, apenas quatro dias depois de sua posse no MEC. A Portaria nº 259 determinava às universidades a instauração de inquéritos administrativos, de modo que os reitores foram comunicados via telegrama em 22 de abril, devendo estes concluir os trabalhos em 30 dias.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> O Estado. Florianópolis, 19 abr. 1964.

<sup>76</sup> O Estado. Florianópolis, 31 mar. 1965.

<sup>77</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm).

<sup>78</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 51

Os alvos das comissões nas universidades eram as pessoas com alguma vinculação às organizações de esquerda, em especial o PCB, o PTB e a Ação Popular. O objetivo era afastar das universidades principalmente os professores que partilhassem de algum valor da esquerda ou mesmo de uma ideologia mais progressista.<sup>79</sup> Para Rodrigo Patto Sá Motta, instaurou-se um verdadeiro clima de “caça às bruxas” e de exceção à medida que os procedimentos iam sendo conduzidos nas universidades.<sup>80</sup>

Na USC, após a “sugestão” do ministro Suplicy de Lacerda, a comissão foi instalada em 2 de maio de 1964 pelo reitor em exercício Luiz Osvaldo D’Acampora. Foi nomeado como presidente o desembargador e professor Vitor Lima, que era da Faculdade de Economia e da Faculdade de Direito, juntamente com os professores Ernesto Bruno Cossi, da Escola de Engenharia Industrial, e Antônio Moniz de Aragão, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Serviço Social.<sup>81</sup> Ficou designada como “Comissão de Inquérito”.

De acordo com Vargas, os nomes dos professores para a composição da Comissão de Inquérito da USC foram escolhidos pelo Almirante Murilo Vasco do Vale e Silva, do 5º Distrito Naval, na época detentor da maior patente militar em Santa Catarina.<sup>82</sup>

A Comissão de Inquérito do Ato Institucional iniciou os trabalhos no dia 5 de maio de 1964, em uma sala do antigo Palácio da Reitoria, que ficava localizado na Rua Bocaiúva, no centro de Florianópolis. De início, a comissão expediu uma série de ofícios aos diretores das faculdades e às autoridades militares da cidade, solicitando a remessa de informações acerca de atividades subversivas.

A Faculdade de Direito e seus dois últimos diretores – Henrique Stodieck e Waldemiro Cascaes – estiveram no centro das atenções da Comissão de Inquérito da USC. Para alguns professores, incluindo o reitor Ferreira Lima, e para as autoridades militares, a Faculdade de Direito era a “mais contaminada pelo esquerdismo reformista revolucionário”, sendo a causa de tal fato atribuída principalmente à liderança do professor Henrique Stodieck, que, segundo documentos secretos dos militares, estaria resistindo ao expurgo da “revolução” e acobertando estudantes subversivos. Para os militares, sob a batuta de Stodieck, a ordem dominante na Faculdade de Direito era “agitação e mais agitação”.<sup>83</sup>

---

<sup>79</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 56.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>81</sup> Essa comissão foi instaurada pela Portaria nº 0079/64, do Gabinete do Reitor.

<sup>82</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 32.

<sup>83</sup> Informações presentes na ficha-conceito de Henrique Stodieck, documento confidencial. Arquivo

A ficha-conceito<sup>84</sup> de Stodieck o classificava como “esquerdista” e estimulador de ações subversivas dos estudantes mesmo antes da “revolução”, possuindo grande influência sobre os estudantes e professores progressistas, tendo sido o responsável direto por incitar o CAXIF e a UCE a pedirem intervenção do MEC na USC em 1963. Segundo os organismos de segurança, Stodieck havia transformado a Faculdade num verdadeiro “palco de conferências de agentes da subversão”:

Houve até incidentes em determinada solenidade, da qual fez parte da mesa, que presidiu os trabalhos, o Sr. VIDALVINO DA ROSA, comunista e líder sindical, como integrante da Frente Operário-Estudantil. Nessa ocasião um dos professores retirou-se em sinal de protesto. Comandaram greves contra o que pudesse dar motivo a essa medida extrema ou contra o que a UNE determinasse. É bem verdade que houve resistência a algumas determinações da UNE, mas, simultaneamente, isso pouco acontecia. Promoveram comícios, passeatas e conferências de líderes esquerdistas, quase sempre no Salão Nobre da Faculdade de Direito, sob a complacência dos Diretores e Vice-Diretores, Professores HENRIQUE STODIECK e WALDEMIRO CASCAES (fls. 18). A Faculdade de Direito era, entre as demais, a mais contaminada pelo esquerdismo reformista revolucionário, Aliás, em grande parte, cabe a responsabilidade à atual direção, que, até agora, resistiu ao expurgo da Revolução.<sup>85</sup>

O clima “subversivo” da faculdade e o consentimento de seu diretor Henrique Stodieck não passariam em branco pela comissão presidida pelo desembargador Vitor Lima. Além do diretor da Faculdade de Direito, o professor José do Patrocínio Gallotti seria um dos alvos principais da comissão (ver seção 7.1).

Para viabilizar o trabalho da comissão no pouco tempo dado pelo MEC, os membros resolveram dividir os trabalhos por faculdade, e casos mais graves tinham, cada um, um processo individual e um relator específico. Desse modo, o professor Gallotti foi investigado por meio do Processo nº 01/1964, cujo relator era o professor Antônio Moniz de Aragão, e a Faculdade de Direito seria investigada no Processo nº 02/1964, de relatoria do professor Ernesto Bruno Cossi.<sup>86</sup>

---

Nacional, Fundo SNI, referência ARJ ACE 18001-68. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>84</sup> Uma espécie de resumo individual feito pelas autoridades policiais militares sobre as atividades políticas de alguma pessoa.

<sup>85</sup> Ficha-conceito de Henrique Stodieck, *op. cit.*

<sup>86</sup> Arquivo Central da UFSC. Fundo Procuradoria, pasta Sindicância.

De acordo com os documentos da Comissão de Inquérito, outros professores e estudantes da Faculdade de Direito foram investigados. Entre os professores, estavam Aldo Ávila da Luz, que lecionava Direito Civil, o assistente dessa mesma cadeira, professor Dalmo Bastos Silva, além do professor Telmo Ribeiro, que lecionava Direito Constitucional.

Além dos estudantes presos, também foram investigados na Faculdade de Direito os estudantes Ivo Eckert e Orestes Vidal Guerreiro. O professor Aldo já havia passado alguns dias na prisão após o golpe por causa de sua atuação como juiz, conforme recorda seu genro Ernani Bayer,<sup>87</sup> ex-aluno da Faculdade de Direito e posteriormente reitor da UFSC.

A Comissão de Inquérito contou com o apoio do reitor João David Ferreira Lima, que prestou informações sobre o professor Henrique Stodieck, seu desafeto, conforme apresentado no capítulo 2. Em 15 de maio de 1964, o reitor enviou à comissão o Ofício nº 863/1964, no qual relatava as atividades subversivas das quais tinha conhecimento. Em sua explanação sobre o professor Stodieck, Ferreira Lima começava afirmando que o diretor da Faculdade de Direito teria faltado com a verdade em um ofício enviado à comissão, no qual dava explicações acerca de uma solenidade de formatura:

Afirma o Diretor que na solenidade de colação de grau da turma de Bacharelados de 1963, “no discurso então promovido nada encontrei que poderia ser denominado subversivo”.

Não é, absolutamente, verdadeira a afirmação. O discurso do acadêmico orador da turma foi de caráter subversivo, tanto que a Professora Cecília Colombina Moniz de Aragão, que tinha assento no Doutoral, retirou-se do recinto e, segundo fomos informados, por não concordar com os termos do discurso.

O reitor continuava com a delação do professor Stodieck, frisando a complacência deste com a subversão entre os estudantes da faculdade:

É público e notório que os órgãos estudantis FEUSC, UCE e Diretório da Faculdade de Direito [CAXIF], cujos presidentes foram ou ainda estão presos pelas autoridades militares, mantinham íntima ligação com a UNE, acompanhando e aprovando a política subversiva daquele órgão estudantil. E tanto foi assim que, em Florianópolis, foi realizado um Congresso da UNE, e aqui estiveram, proferindo conferências os Srs. Leonel Brizola e Pe. Alípio, sendo que o citado congresso, conforme confirmou o próprio Diretor, foi

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida ao jornalista Mateus Bandeira Vargas. VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 57.

realizado na Faculdade de Direito. Parece-nos de toda conveniência que essa Comissão solicite ou consiga o temário de tal congresso.

Mencionava, também, a posição favorável de Stodieck à representação estudantil na proporção de 1/3 nos colegiados, pauta que vinha sendo defendida pela UNE:

Na campanha nacional de participação de 1/3 dos estudantes em todos os órgãos de deliberação coletiva, quer da Universidade, quer das Faculdades, o Diretor colocava-se imediatamente ao lado dos estudantes. Assim, a Faculdade de Direito deu logo aquela participação aos estudantes na sua Congregação.

Ferreira Lima também usou do ofício para “relembrar” o episódio da tentativa de intervenção na universidade, no qual os acadêmicos da UCE e do CAXIF acionaram o MEC com denúncias contra a Reitoria no ano anterior, 1963. Para Ferreira Lima, era clara a ingerência direta do professor Stodieck com a participação dos acadêmicos Francisco Mastella e Otávio Ferrari Filho.

Relatava no ofício:

[...] os mesmos acadêmicos da UCE e do Diretório da Faculdade de Direito e, em seguida, da UNE, enviaram denúncia contra a Reitoria ao Presidente da República, Ministro da Educação e Cultura e Conselho Federal de Educação, pedindo intervenção na Universidade e nomeação de Reitor pro tempore. Estes pedidos foram feitos subrepticamente e deles só tivemos conhecimento quando baixados em diligência para informações e quando aqui estive, a mando do então Ministro Júlio Sambaquy, o Consultor Jurídico do MEC, Sr. Álvaro Alvarez Campos. Este permaneceu vários dias nesta capital, sempre em contato com os estudantes daqui e os do Congresso da UNE que se realizava, e, não mantendo nenhum entendimento oficial conosco a quem apenas encaminhou um ofício, repetindo os mesmos tópicos e mais um da denúncia formulada pelos estudantes.

Para o professor Ferreira Lima, o pedido de intervenção estava dentro de um esquema maior de subversão da ordem, “quebra de autoridade e inversão dos princípios dominantes”. Do relatório constou, ainda, a permissão de Henrique Stodieck para que fosse pendurada na fachada da Faculdade de Direito a faixa com os dizeres “Queremos intervenção na USC”, além da suspensão das aulas na faculdade, por ordem de Stodieck, logo após o “movimento revolucionário”.



O ofício também mencionava um fato curioso: “Finalmente, é de estranhar que o Diretor não saiba que o acadêmico Luiz Carlos Mussi foi preso por ordem das autoridades em plena aula, na Faculdade de Direito”. Muito provavelmente, o reitor se referia ao presidente do CAXIF, Eduardo Luiz Mussi, ou ao secretário da entidade, Luiz Alexandre Müller, ambos presos depois do golpe.

Ao se referir aos demais professores da Faculdade de Direito, Ferreira Lima citava o professor José do Patrocínio Gallotti, que estava preso, e os professores Aldo Ávila da Luz e seu assistente Dalmo Bastos Silva. Sobre os estudantes, o reitor apenas reiterava as atividades do CAXIF consideradas subversivas, sugerindo que a comissão investigasse tais atividades mais a fundo por meio dos jornais estudantis.

Em que pesem as denúncias listadas pelo reitor e a sucessiva investigação aos professores da Faculdade de Direito, nada ocorreu após a comissão lavrar parecer conclusivo sobre as atividades subversivas da faculdade, sob relatoria do professor Ernesto Bruno Cossi. Foram feitas apenas sugestões à Reitoria, visto que a comissão entendeu não ser sua competência a aplicação de qualquer tipo de sanção aos investigados, sugerindo tão somente que a Reitoria e o MEC avaliassem o que deveria ser feito a partir do parecer conclusivo.

No Arquivo Central da UFSC não consta cópia do Relatório Final do Processo nº 03/1964, referente à Faculdade de Direito. Há tão somente o Relatório Geral da Comissão e o Relatório Final do Processo nº 01/1964, que investigou o professor Gallotti.

O relatório geral da Comissão de Investigação da UFSC foi lavrado no dia 18 de junho de 1964, na Sala das Sessões da Reitoria. Foram indiciados seis professores<sup>88</sup> e dois funcionários depois de ouvidas 98 testemunhas, entre as quais colaborou a maioria dos diretores das faculdades, o Reitor e as autoridades militares.

Faziam os membros da comissão, no relatório geral, um “apelo” ao reitor Ferreira Lima:

Fica, no entretanto, o apelo ao Magnífico Reitor, para que conhecendo, pelos mencionados relatórios parciais, a exata da vida Universitária Catarinense, possa determinar providências que facultam à nossa Universidade sua integração no verdadeiro espírito universitário, qual o voltado, exclusivamente, a assuntos de natureza técnico-científica.

---

<sup>88</sup> Não há no Arquivo Central da UFSC os nomes de todos os indiciados.

A comissão encerrava suas atividades na UFSC e concluía a primeira etapa da “operação limpeza”, que tomou conta da maioria das universidades públicas do país, garantindo um dos primeiros intentos dos militares: neutralizar um dos locais de maior incidência das ideias de esquerda.<sup>89</sup> As comissões espalhadas pelo país indiciaram, perseguiram e cassaram professores e estudantes, garantindo o “expurgo da revolução”.

Mas o fim da comissão não significaria o fim do embate entre Ferreira Lima e Stodieck, muito menos que a Faculdade de Direito – seus alunos e professores – deixaria de ter atenções especiais das autoridades militares. Muito pelo contrário. Alguns anos mais tarde, em 1968, Ferreira Lima levaria com mão de ferro a sua reforma universitária, transformando a UFSC no “laboratório” para a implantação do projeto de universidade dos militares.

### 7.2.5 O marechal disse “não”: intervenção na Faculdade de Direito

Em 1966, a Congregação se reuniu para escolher o sucessor do professor Henrique Stodieck. O colegiado deliberou pela escolha do professor Waldemiro Cascaes, ligado politicamente ao professor Stodieck e então vice-diretor da faculdade. A lista tríplice também contava com os nomes do próprio professor Stodieck e do professor Aldo Ávila da Luz, justamente os três professores alvos da Comissão de Inquérito de 1964 e do reitor Ferreira Lima.<sup>90</sup>

A lista foi remetida ao ministro da Educação e Cultura, Pedro Aleixo, e ao presidente marechal Castello Branco, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases<sup>91</sup> e o Estatuto do Magistério Superior<sup>92</sup> vigentes à época determinavam que a nomeação de diretor de unidade federal de ensino caberia ao presidente da República após parecer do ministro da Educação e Cultura.

O ministro da Educação e Cultura, recebendo a lista tríplice, remeteu-a ao marechal Humberto de Alencar Castello Branco:

---

<sup>89</sup> MOTTA, *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 61.

<sup>90</sup> Livro de Atas da Congregação. Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas.

<sup>91</sup> BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. “Art. 76. Nos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior, os diretores serão nomeados pelo Presidente da República dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, eleitos em lista tríplice pela congregação respectiva, em escrutínios secretos, podendo os mesmos ser reconduzidos duas vezes.”

<sup>92</sup> BRASIL. Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965. “Art. 43. Os Diretores dos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os Professores Catedráticos eleitos em lista tríplice pela Congregação ou colegiado equivalente respectivo, podendo ser reconduzidos até duas vezes.”

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a lista tríplice elaborada pela Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de que, na forma do artigo 52, do Estatuto da mesma Universidade, aprovado pelo Decreto 50.580, de 12 de maio de 1961, combinado com o artigo 43, da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, e, de acordo com o artigo 3º, do Decreto nº 56.410, de 3 de julho de 1965, seja escolhido e nomeado o respectivo Diretor.

A lista tríplice em referência constituiu-se dos seguintes nomes:

1º escrutínio – WALDEMIRO CASCAES, Professor Catedrático, vitalício, de Direito Judiciário Civil (1ª cadeira), com 10 (dez) votos;

2º escrutínio – HENRIQUE STODIECK, Professor Catedrático, vitalício, de Direito do Trabalho, com 6 (seis) votos;

3º escrutínio – ALDO ÁVILA DA LUZ, Professor Catedrático, vitalício, de Direito Civil (3ª cadeira), com 9 (nove) votos.

O presidente marechal Castello Branco, após analisar a lista, de próprio punho, despachou no ofício o seguinte: “Nas circunstâncias atuais, julgo inaceitáveis os nomes constantes da lista apresentada. Em 22 julho 66”.<sup>93</sup> O arquivo no qual se encontra tal despacho de Castello Branco é um ofício confidencial, de número 37, enviado pelo reitor João David Ferreira Lima ao general Carlos Alberto da Fontoura, então chefe do SNI, datado de 27 de outubro de 1969. No ofício, Ferreira Lima requer ao SNI as fichas individuais dos professores Stodieck e Cascaes, afirmando que, possivelmente, seriam tomadas “providências drásticas”, principalmente em relação a Stodieck, uma vez que este se posicionava contra o projeto de reforma universitária que era implantando pioneiramente na UFSC pelas mãos do próprio Ferreira Lima.

No arquivo remetido pelo SNI ao reitor Ferreira Lima, além do “não” do marechal, há as fichas dos professores Henrique Stodieck e Waldemiro Cascaes, resumindo algumas das atividades tidas como subversivas de ambos à frente da direção da Faculdade de Direito da UFSC – provavelmente o que motivou o “não” do marechal Castello Branco na lista tríplice –, todas produzidas pelos órgãos de segurança e de informações.

Sobre Cascaes, constavam os seguintes antecedentes:

Reconhecido comunista e incitador de estudantes. Considerado elemento corrupto. Relacionado como um dos 50 comunistas mais atuantes em Santa Catarina. Em 1965, juntamente com HENRIQUE STODIECK e ALDO ÁVILA DA LUZ, constou de uma lista tríplice como candidatos à

---

<sup>93</sup> ARQUIVO NACIONAL. Fundo SNI, referência AC-ACE-SEC 17199-69.

Direção da Faculdade de Direito da UFSC. Os professores em causa são contrarrevolucionários e eram incitadores nos meios estudantis antes de 31 de Março de 1964. [...] Muito ligado a HENRIQUE STODIECK. Está como Diretor da Faculdade de Direito em virtude de uma manobra da própria congregação representada apenas por 4 professores e seis alunos, que decidiram por maioria absoluta que o marginado [Waldemiro Cascaes] permaneceria na Direção da referida Faculdade, até nomeação de outro pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Lidera um grupo que monopoliza todo o corpo docente da Faculdade de Direito e que tem entre seus membros os Srs. ALDO ÁVILA DA LUZ, HENRIQUE STODIECK e MÁRCIO COLLAÇO. Este grupo é que idealiza e planeja todas as nomeações, indicações, listas tríplexes e discussões em reunião da congregação.

Sobre Stodieck, constava o seguinte:

Como Diretor da Faculdade de Direito da UFSC, aliciava e orientava os estudantes para a subversão, propiciando meios e dando condições para que na Faculdade, sob sua direção, ocorressem reuniões da “Liga Operária-Estudantil”, como também conferências do Padre ALÍPIO, LEONEL BRIZOLA e outros. Sua atuação, no entanto, nunca foi ostensiva, mas acobertada de maneira permanente e ativa, através de líderes que o orientavam para este fim, tais como os acadêmicos ROGÉRIO QUEIROZ, FRANCISCO MASTELLA, MARCÍLIA KRIEGER<sup>94</sup> e outros, que ocupavam cargos de destaque na composição do Diretório da Faculdade de Direito. Sua atuação deletéria não se resumia em aliciar os estudantes em favor dos ideais comunistas, também, procurava seguidores no corpo docente, inclusive o Vice-Diretor WALDEMIRO CASCAES, seu colaborador e amigo de longa data. [...] Exerce influência e interferência nas eleições dos Diretórios Acadêmicos, tanto assim que quase todos os Presidentes dos Diretórios Acadêmicos, a partir da gestão STODIECK/CASCAES, na Faculdade de Direito, são comunistas ou com tendências bem acentuadas. [...] Continua atuando no sentido do comunismo dentro da Faculdade de Direito da UFSC. Seu nome figurou no convite dos formandos da Faculdade de Direito, turma 1966.

A ficha de Stodieck mencionava, ainda, o episódio da tentativa de intervenção na USC feita pelos estudantes do CAXIF e da UCE. Stodieck era novamente apontado pelos órgãos de segurança como um dos responsáveis pela ação dos estudantes.

---

<sup>94</sup> Tratava-se dos acadêmicos Francisco Mastella e Marcílio Krieger, da Faculdade de Direito.

A Congregação da Faculdade de Direito tentou desafiar o “não” do marechal, deliberando que o professor Cascaes ficaria na direção, interinamente, até a elaboração de uma nova lista tríplice. Enquanto não era possível contornar o “não”, a congregação resolveu nomear interinamente como diretor o professor e desembargador Eugênio Trompowsky Taulois Filho, que lecionava Direito Comercial. O professor Eugênio, lembra Pasold, era um sujeito de confiança do grupo político que dirigia a faculdade, além de ser um nome considerado neutro entre o corpo docente.<sup>95</sup> Posteriormente, Stodieck voltaria à direção da faculdade.

No final de 1969, o professor Henrique Stodieck, respondendo pela direção da Faculdade de Direito, logo reagiu à investida do reitor Ferreira Lima, que passaria a ter plenos poderes para finalizar a sua reforma. Em 25 de outubro de 1969, então, Stodieck encaminhou ao reitor o Ofício nº 861, no qual questionava uma série de dispositivos do estatuto da universidade. Stodieck, no ofício, afirmava literalmente que o projeto de estatuto revelava uma “tendência acentuada para implantar-se uma ditadura oligárquica” na UFSC. Stodieck questionava, ainda, a legalidade de outros dispositivos do projeto com relação à nomeação dos pró-reitores, bem como a designação de uma comissão formada por cinco professores, à qual caberia a função de fixar os currículos de todos os cursos da universidade.<sup>96</sup>

A oposição de Stodieck também foi travada dentro do CUn, mas sem sucesso para barrar a reforma de Ferreira Lima, a qual vinha sendo implantada sob protestos dos estudantes.<sup>97</sup> Tal investida de Stodieck, entretanto, não foi recebida com tranquilidade pelo reitor. Ferreira Lima passava por uma crise com os estudantes da universidade, que vinham promovendo protestos e greves, atraindo as atenções, inclusive do governo federal e do Congresso Nacional. Os estudantes contavam com o apoio de Stodieck. O reitor, então, valendo-se do AI-5 e do Decreto-Lei nº 477<sup>98</sup> – decreto este alcunhado de “AI-5 das Universidades” –, dois dias após receber o Ofício nº 861 do professor Stodieck, enviou o Ofício Confidencial nº 37/1969 ao general Carlos Alberto da Fontoura, então chefe do SNI, solicitando as fichas de Stodieck e do professor Cascaes. No ofício, Ferreira Lima afirma que o pedido se devia ao fato de que Stodieck vinha apresentando

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida ao autor em 9 de março de 2016.

<sup>96</sup> Arquivo Central da UFSC, Fundo Fechado Reitoria.

<sup>97</sup> Arquivo Central da UFSC, Livro de atas do CUn, 1969.

<sup>98</sup> O Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi uma reação do marechal Costa e Silva às manifestações estudantis de 1968. Previa a punição de professores, estudantes e funcionários que fossem considerados culpados por ato de subversão ao regime no âmbito das universidades. O processo era sumário. A penalidade para professores e demais funcionários era a demissão; já para os estudantes, cabia a pena de expulsão.

uma “ação destrutiva [...] há vários anos, impedindo o crescimento desta Universidade”, além de apresentar “campanha tendenciosa contra a implantação da Reforma Universitária, que a tanto interessa a todos nós e Governo da República”. O chefe do SNI, por sua vez, encaminhou ao reitor os prontuários completos de Stodieck e Cascaes. Entretanto, nada aconteceu.<sup>99</sup>

### 7.2.6 Para não concluir: uma memória que deve ser preservada

Os fatos aqui narrados movimentaram a antiga sede da Faculdade de Direito da UFSC na primeira fase da ditadura civil-militar. O prédio ainda continua lá, abrigando uma escola estadual que leva o nome de Henrique Stodieck, o professor de Direito do Trabalho que resistiu ao golpe de 1964 e, dentro de suas possibilidades e no seu campo de batalha – a universidade –, resistiu aos primeiros anos da ditadura civil-militar que se estendeu até o final dos anos de 1980.

Não há dúvidas de que Henrique Stodieck foi um homem à frente de seu tempo, um professor aclamado por seus alunos e um intelectual reconhecido por seus pares. Os fatos da década de 1960 também não deixam dúvidas da coragem do jurista Stodieck, que, do seu modo, desafiou os militares e seus prepostos dentro da incipiente UFSC, sempre em defesa da autonomia dos estudantes e do Estado democrático de direito. Como diretor da Faculdade de Direito da UFSC, o professor, oficialmente, disse *não* ao golpe.

Mas tudo isso não foi o suficiente para que Stodieck pudesse figurar num local que lhe é de direito: um simples rol dos ex-diretores da Faculdade de Direito da UFSC no *site* institucional. Ou talvez tudo isso tenha sido exatamente o motivo da ausência dessa homenagem. A memória de Stodieck foi apagada de tal modo que seu nome foi relegado à poeira dos arquivos. Já os seus delatores e aqueles que apoiaram efusivamente o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar ganharam bustos com suas imagens e placas de tributos em locais de destaque no campus da UFSC, mantendo suas memórias vivas – com exceção do mencionado apoio aos golpistas de 1964, “pequeno detalhe” que, quando muito, fica nas notas de rodapé de suas biografias. O professor João David Ferreira Lima, hoje, dá nome à Cidade Universitária da UFSC – a cuja construção ele próprio se opôs –, já o professor Henrique Stodieck, ainda hoje, tem sua memória viva apenas fora da UFSC.

---

<sup>99</sup> Arquivo Nacional. Fundo SNI, referência nº AC ACE SEC 17199-69.

### 7.3 ARMEN MAMIGONIAN<sup>100</sup>

Nasceu na capital paulista, em 1935, oriundo de família armênia. Graduiu-se pela Universidade de São Paulo em Geografia e História, em 1956, e se especializou em Geografia Humana, em 1959, na mesma universidade. Fez doutorado em Geografia Industrial, em 1962, na Université de Strasbourg, na França, e pós-doutorado, em 1984, na Université de Paris (Panthéon-Sorbonne). Foi um dos primeiros professores do curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, chegando a Florianópolis em agosto de 1958. Manteve relacionamento bastante próximo com o professor Henrique da Silva Fontes, o fundador da faculdade. Compôs o quadro docente dos primeiros tempos da USC, criada por lei federal em dezembro de 1960 com a incorporação dessa faculdade e das demais já existentes, em Florianópolis. No final da década de 1960, teve seu pedido de afastamento da UFSC aprovado, sem ônus para a instituição, transferindo-se então para São Paulo e indo trabalhar na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Presidente Prudente.<sup>101</sup> Lá atuou como professor e pesquisador do início de 1969 aos anos 1970,<sup>102</sup> sem perder, no entanto, o vínculo institucional com a UFSC, para a qual retornou no início de 1980 e onde se aposentou, em 4 de fevereiro de 1987, por tempo de serviço.<sup>103</sup> Então veio a compor o quadro docente do Departamento de Geografia da USP, em São Paulo, onde, em 2005, obteve a livre-docência. Mesmo aposentado, colaborou com o Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geociências da UFSC. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nível 1A, Mamigonian é reconhecido no campo da Geografia, sendo autor de várias contribuições científicas relevantes (sob a forma de livros, artigos, orientações de mestrado e doutorado, etc.), podendo-se destacar seus livros *China: um bilhão de habitantes* (Ática, 1990) e *O pensamento de Ignacio Rangel* (Editora 34, 1998).

Armen Mamigonian participou da organização do livro *Pensamentos, palavras e obras*, de autoria de Henrique da Silva Fontes, lançado em 2016, ano do

---

<sup>100</sup> A história do professor Armen Mamigonian foi pesquisada pela professora Marli Auras e pela bolsista da CMV/UFSC Jéssica Duarte de Souza. A versão final foi escrita por Marli Auras.

<sup>101</sup> Em depoimento prestado à Comissão Memória e Verdade da UFSC, em 12 de março de 2015, no LASTRO, do CFH/UFSC, Mamigonian afirmou que foi para São Paulo por não conseguir tempo integral na UFSC, tendo seu pedido sempre negado pela administração central, ao contrário do que ocorreu com vários outros professores.

<sup>102</sup> Seu pedido de afastamento foi sucessivamente renovado pela UFSC, conforme consta nos registros de sua ficha funcional. Acervo do Arquivo Central.

<sup>103</sup> Ficha funcional do professor Armen Mamigonian. Acervo do Arquivo Central.

cinquentenário da morte do professor Fontes. Essa obra visa resgatar a importância do protagonismo deste ao longo do processo de criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Mamigonian assinou o prefácio do livro, um texto primoroso e denso, intitulado “Henrique da Silva Fontes, educador excepcional”<sup>104</sup>

Armen Mamigonian é um dos raros professores da universidade que foram reconhecidamente atuantes e influentes no combativo movimento estudantil antes do golpe de 1964, a exemplo de José do Patrocínio Gallotti. Em seu depoimento prestado para a Comissão Memória e Verdade da UFSC em 12 de março de 2015, e que compõe o acervo da comissão, fica patente seu intenso trabalho de formação pedagógica a partir do seu campo de trabalho intelectual, o da Geografia Humana; fica evidente, também, seu compromisso com a construção e a socialização de conhecimentos capazes de levar à compreensão da formação de nossa realidade atravessada pela desigualdade, com vistas aos enormes e inadiáveis desafios históricos postos pela necessidade de sua superação. Mamigonian é um mestre respeitado pelo movimento estudantil, uma forte referência intelectual até hoje lembrada por líderes discentes dos anos 1960, vários deles entrevistados pela comissão, como foi o caso de Heitor Bittencourt Filho e de Gerônimo Wanderley Machado. Coube a ele, em 1963, a convite do movimento estudantil, fazer a saudação ao educador Paulo Freire por ocasião de sua vinda a Florianópolis para o lançamento da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (uma das ações integrantes do Movimento Popular de Cultura e amplamente apoiada pelo governo federal por meio do MEC), sob a organização da própria UNE, da UCE e demais entidades discentes dos estados sulinos. Ter participado de evento como esse, nas palavras do próprio Armen Mamigonian,<sup>105</sup> foi suficiente para que fosse perseguido pelas forças militares e civis promotoras do golpe de 1964; o mesmo ocorreu por sua participação na campanha “O petróleo é nosso”, na qual professores e alunos da Faculdade de Direito também se mobilizaram, com destaque para os professores Henrique Stodieck e José do Patrocínio Gallotti (embora este estivesse mais ligado, na ocasião, à Faculdade de Ciências Econômicas).

Nesse depoimento, Mamigonian afirma, com relação ao golpe de 1964, que houve

truculência naquele momento sobretudo em cima dos estudantes, muito mais em cima dos estudantes do que em cima dos professores. [...] eles

---

<sup>104</sup> FONTES, *op. cit.*, p. 7-17.

<sup>105</sup> Depoimento prestado em 12 de março de 2015, no LASTRO, CFH/UFSC. Acervo da CMV/UFSC.



sofreram mais do que os professores. No final, vésperas do AI-5, movimentação estudantil muito forte. Agressiva! Enquanto havia acovardamento dos professores.

Registra que, após o golpe,

prevaleceu a direita raivosa dentro da Universidade, [...] muito dedo-duro; padre Bianchini, o filho do Fontes [Paulo Fontes], “tem que prender [os dois]!” [...], Nereu do Vale Pereira, [que] se encarregou de invadir a tal da livraria [Anita Garibaldi, então conhecida como a livraria do Salim], jogar os livros na Praça e tocar fogo. Havia esses dedos-duros [...] da UDN bem fanáticos, muito mais perigosos do que os militares da época.

Com o passar do tempo, graças ao avanço da ditadura, foi ficando claro que “quem mandava era a reitoria [...], que ficou reacionária com o tempo”, sob o comando de João David Ferreira Lima. Este, segundo Armen, era “menos dotado intelectual e politicamente” em comparação ao professor Henrique Fontes. “Ferreira Lima era medíocre”, afirma Armen, peremptório, não obstante seus “sucessores” terem batizado o campus da UFSC com o seu nome, sequer levando em consideração o fato de que Ferreira Lima, inclusive, “foi absolutamente contrário à instalação do campus aqui”, na Trindade.

O clima [de debates, da emergência do contraditório] foi diminuindo, mas não só por conta do golpe. O pessoal se tornou menos intelectual e mais burocrata. Burocratização do pensamento intelectual. Se o intelectual vai se acovardar [diante da possibilidade] de ser preso, ele não é um intelectual. É um ser normal.

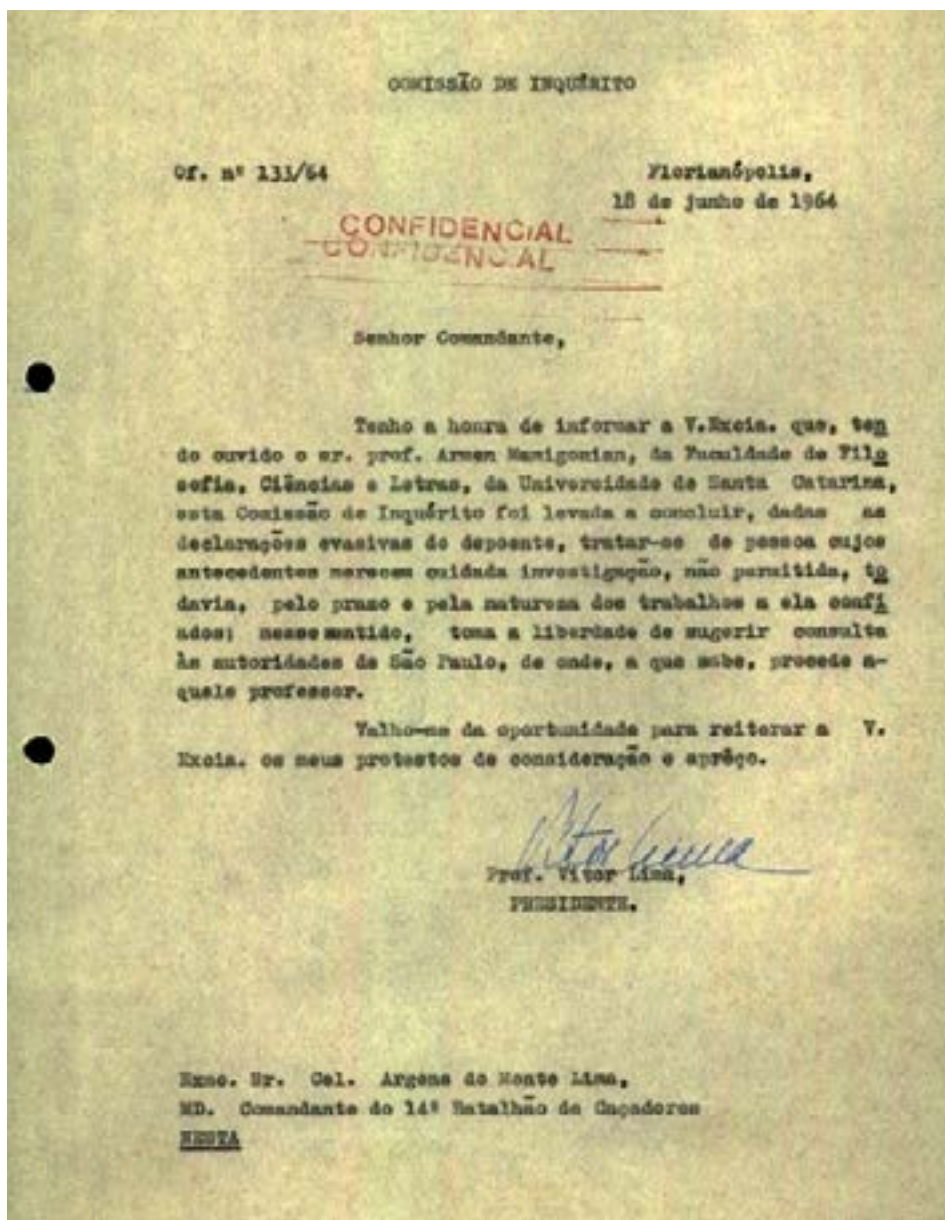
No que se refere à Comissão de Inquérito criada após o Ato Institucional nº 1, o professor Armen Mamigonian foi obviamente um dos alvos preferenciais da “caça aos subversivos” dentro da universidade.

Tive que prestar depoimento. [...] [Antônio Moniz de] Aragão estava bem irritadão. [Roberto Mündell de] Lacerda tinha sido contactado pelo irmão do [José do Patrocínio] Gallotti. Lacerda intercedeu a meu favor. Fui para o capitão médico-militar, prestar outro depoimento. [...] A miliciada da época era moderada. [...] O pessoal civil era mais enjoadinho, porque era da UDN.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Depoimento do professor Armen Mamigonian, colhido em 12 de março de 2015, no LASTRO, CFH/UFSC.

Figura 7.7 – Ofício da Comissão de Inquérito da UFSC para o 14º Batalhão de Caçadores, sugerindo a continuação da investigação sobre o professor Armen Mamigonian



Fonte: Acervo do Arquivo Central.

Ainda nesse ponto de sua entrevista prestada para a CMV/UFSC, Mamigonian enfatiza que, no decorrer desse seu depoimento, “Lacerda entra para me defender porque eu ‘tinha doutorado na França’”, mas sublinha que “Aragão [estava] irritado na banca”. No dia 18 de junho de 1964, portanto, ao findar dos trabalhos da comissão, o professor Vitor Lima, seu presidente, encaminha o Ofício nº 133/64 ao comandante do 14º Batalhão de Caçadores, coronel Argens de Monte Lima, informando que, pelos seus antecedentes, o professor Armen Mamigonian foi tido pelos integrantes da comissão como merecedor de “cuidada investigação”, sugerindo a continuidade dessa investigação a respeito dele mediante consulta às autoridades de seu estado de proveniência, ou seja, São Paulo.

Tal encaminhamento foi, sem dúvida, levado a sério, como se pode constatar na análise do material “confidencial” do SNI pertinente ao professor Mamigonian, disponibilizado pelo Arquivo Nacional de Brasília para os trabalhos da Comissão Memória e Verdade da UFSC.

É volumosa a documentação com o carimbo “confidencial”, e até mesmo “secreto”, relativa ao professor Armen Mamigonian, a comprovar ter sido alvo, por longos anos, de uma “cuidada investigação” do Serviço Nacional de Informações do governo militar. Há uma “Ficha Individual”, datada de 26 de fevereiro de 1969, com o registro “Da Relação Preparatória do NAFL”,<sup>107</sup> tendo como anexo o Informe nº 42, de 30 de junho de 1966, dirigido ao general Golbery do Couto e Silva. Tal prontuário remonta ao ano de 1956, ao registrar que ele fazia “parte do Círculo da União da Juventude Comunista da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo”<sup>108</sup> (p. 4), sendo posteriormente “Secretário Geral do Grêmio da Faculdade de Filosofia da U.S.P.” (p. 4). Dessa militância estudantil universitária, na segunda metade dos anos 1950, o histórico de atividades pula para 1964, quando Armen já era professor da UFSC, havendo o seguinte registro:

Reunia-se com alunos e lhes fazia conferências sobre reforma universitária, sendo que na noite da revolução de 31.03.64 estava na UCE fazendo companhia a estudantes. Prestou depoimento perante a Comissão de Inquérito da U.F.S.C. Liderou e acompanhou grupo de estudantes até a residência do Prefeito de Florianópolis para tratar de problemas [...] de ônibus. Esteve presente às manifestações estudantis em frente à Prefeitura de Florianópolis/SC. Participou ativamente do movimento “O Petróleo é nosso”. (p. 4).

---

<sup>107</sup> NAFL era o núcleo de Florianópolis do SNI, sob a chefia do general Álvaro Veiga Lima.

<sup>108</sup> Esta e todas as demais transcrições, aqui postas, sobre a Ficha Individual de Armen Mamigonian, foram obtidas na mesma fonte: ACT ACE 3289/82 – SEC I/I – SNI, Arquivo Nacional de Brasília (as páginas de onde foram extraídas são informadas ao final de cada uma dessas transcrições). Acervo da CMV/UFSC.

É interessante destacar como tais registros condizem com a intensa atuação do movimento estudantil florianopolitano na década de 1960, verificada antes do golpe de 1964 e mesmo após ele, até a promulgação do Ato Institucional nº 5, que se deu em dezembro de 1968 (com seu correspondente Decreto nº 477, no início de 1969, conhecido como o AI-5 das universidades). O capítulo 2, sobre a UFSC nos anos 1960, traz mais detalhes sobre essa forte participação discente. Como se pode constatar pelos documentos confidenciais do SNI, em meio a essas manifestações era possível encontrar o professor Armen Mamigonian, considerado pelos militares como “mentor intelectual de estudantes”, “elemento de cúpula dos comunistas catarinenses” (p. 4). Nessa “Ficha Individual” há informações detalhadas, praticamente mensais, relativas aos anos 1966, 1967 e 1968, pré-AI-5, portanto. Consta, por exemplo, que em 1966 o professor “liderou movimento de agitação na Faculdade [de Filosofia, Ciências e Letras] visando o afastamento do então Diretor” (p. 4), contando com a participação do Diretório Acadêmico. Ao explorar “habilmente” essa situação que, para os militares, “é parte de um plano liderado pelo nominado” (p. 4), Mamigonian visava à tomada da Reitoria em articulação com a Faculdade de Direito (grupo do professor Henrique Stodieck). “Perigoso e terrível maquinador valendo-se dos pontos frágeis de certas personalidades incentiva outros setores da faculdade contra o diretor NELSON [Nilson] PAULO” (p. 4). Consta que, da Congregação da Faculdade de Filosofia, “o nominado conseguiu trazer para o seu lado inclusive a Srta. Carolina Galote [Maria Carolina Gallotti Kehrig] e três padres”<sup>109</sup> (p. 5). Um destes era o padre “[Evaldo] PAULI – bom, honesto, porém fora da realidade – seria um inocente útil”, para o qual Armen acenou com a “possibilidade da Direção da Faculdade” (p. 6).<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> A professora Maria Carolina Gallotti Kehrig foi presidente da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), em Santa Catarina, que foi responsável pela realização de uma grande “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no centro de Florianópolis, em abril de 1964, logo após o golpe militar. O reitor João David Ferreira Lima era uma das autoridades presentes no pelotão de frente dessa manifestação. Para mais informações, ver o capítulo 2.

<sup>110</sup> Na ficha funcional do professor Armen Mamigonian consta documentação capaz de esclarecer essa estranha articulação. Ele organizou um movimento contra o então diretor Nilson Paulo, acusando-o da prática de “irregularidade”, de “corrupção administrativa”, como diretor e como professor. Naquele semestre, Paulo havia tirado 60 dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 26 de abril de 1965, reassumindo suas atividades em junho; em pleno período letivo, portanto. Suas aulas de Estatística Geral, no curso de Pedagogia, porém, não foram interrompidas, pois consta que se revezava com seu auxiliar de ensino. Ambos receberam “proventos integrais”.

Figura 7.8 – Ofício do reitor da UFSC para o chefe do SNI em Santa Catarina, general Álvaro Veiga Lima

**CABINETE DO REITOR**

**CONFIDENCIAL**

Of. Confidenciais 12/68

Florianópolis, 14 de junho de 1968.

Senhor General:

Acusamos o recebimento de seu ofício confidencial nº 451/58, que passamos a responder.

Respeito as pessoas referidas em seu ofício podemos informar o seguinte:

Padre Afonso José Braga

Por solicitação pessoal do Senhor Arcebispo Metz politano, depois confirmada em correio-confidiais, permitimos que o referido sacerdote, não oficialmente, prestasse os seus serviços no meio estudantil, o que tem feito, quer ministrando palestras de - como religioso para os alunos, quer aconselhando-os e convivendo com eles diariamente, mantendo também contato periódico com esta Reitoria.

Na oportunidade das manifestações subversivas e - desrespeitosas mencionadas em seu ofício, de fato, o sacerdote esteve com os estudantes, mas a sua ação não foi absolutamente aque - la, mas justamente a inversa, ou seja, de apaziguar e conciliar, tentando evitar a ação dos ativistas de esquerda presentes, o que infelizmente não conseguiu.

Professor Arnan Namigonian

É professor catedrático, agora estável em face do art. 177 da Constituição do Brasil, exerce suas funções na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desta Universidade.

Estava presente e tomou parte ativa nas manifesta - ções aludidas em seu ofício.

É quasi desnecessário repetirmos aqui a ideologia esquerdista deste Professor e a sua permanente e persistente atua - ção subversiva e desagregadora no meio universitário, desde antes da revolução de 1964, por ser elemento bastante conhecido das au - toridades policiais e militares onde está fichado.

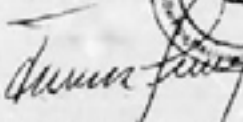
Segue

Na Faculdade onde trabalha está sempre em permanente oposição e combate à Direção, já havendo sido motivador da exoneração de dois diretores de alto gabarito intelectual, - os Professores Osvaldo Rodrigues Cabral e Wilson Paulo. Gentil - nos a sua atenção contra o atual Diretor, em constante oposição, sistemática e desmoralizadora, havendo inclusive, dada as suas atitudes, chegado às vias de fato com o Professor Paulo Fernando de Araújo Lago, dentro da Escola, do que, infelizmente, não tive conhecimento oficial.

Cumpro-me esclarecer que, além do citado Professor lideram o movimento adversivo, os estudantes Heitor Bittencourt Filho, da Faculdade de Ciências Exatas e Roberto Ferreira, da Faculdade de Medicina.

Estas as informações que temos possibilidade de dar.

Na oportunidade, reitero a V. Exa. protestos e legado aprêgo e distinta consideração.

  
Prof. João David Ferreira Lima  
Reitor



Exmo. Sr.  
General Álvaro Velga Lima  
DD, Chefe do SNI-MAFL-SC  
Rua Monsenhor Topp, 3 - 1º andar  
U.S.S.I.S

*Protocolado*  
PROTÓCOLA Nº. 54/68  
EM 18/06/68

Integra esse prontuário do SNI relativo ao professor Armen Mamigonian o “Of. Confidencial nº 12/68”, de 14 de junho de 1968, do Gabinete do Reitor da UFSC,<sup>111</sup> encaminhado ao general Álvaro Veiga Lima, chefe do SNI-NAFL/SC, assinado pelo reitor João David Ferreira Lima, passando informações solicitadas pelo general. Como se pode verificar na leitura do próprio ofício, o então reitor da UFSC não se privou da oportunidade de delatar aos militares os membros da comunidade universitária, sustentando a ponte entre a ditadura e a universidade. Para Ferreira Lima, o professor Armen exerce “permanente e persistente atuação subversiva e desagregadora no meio universitário, desde antes da Revolução de 1964, por ser elemento bastante conhecido das autoridades policiais e militares onde está fichado” (p. 8-9). Nesse mesmo ofício, o reitor, sem peias, aproveita para cumprir a tarefa de ainda “esclarecer” aos militares sobre a presença, na liderança do “movimento subversivo”, de alguns estudantes, então prontamente nomeados por ele.

Enfim, diante dessa leitura do trabalho do professor Armen Mamigonian, o Serviço Nacional de Informações (pelo “Encaminhamento nº 50/SNI/ACT/69”, datado de 4 de março de 1969, em um documento carimbado como “SECRETO” – e tempos depois rebaixado para “CONFIDENCIAL”), à luz dos dados de “qualificação” do professor levantados pelos militares, em estreita ligação com a cúpula da UFSC, sugere:

Por sua sistemática atuação desagregadora e subversiva no meio universitário, o Professor ARMEN MAMIGONIAN torna-se passível de demissão do cargo de Professor de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.F.S.C., com fundamento no parágrafo 1º do artigo 6º do Ato Institucional nº 5. (p. 1).

Não obstante esse empenho do general Veiga Lima e do reitor Ferreira Lima em banir o professor Armen Mamigonian da vida universitária, por sua considerada “oposição sistemática e desmoralizadora”, o professor não sofreu o enquadramento no AI-5. Como já vimos no parágrafo inicial deste texto, manteve suas atividades como docente e como pesquisador pelas décadas que se seguiram, em seu excepcional e inarredável compromisso para com a formação crítica dos nossos jovens estudantes universitários.

---

<sup>111</sup> Como se trata do “Of. Confidencial nº 12/68” pode-se avaliar que houve pelo menos mais 11 expedientes desse naipe partidos do Gabinete do Reitor para os comandos militares.

Figura 7.9 – Ofício do SNI para a UFSC informando que o professor Armen torna-se passível de demissão com base no AI-5



Fonte: Acervo do Arquivo Central.



Figura 7.10 – Em abril de 1984, quando fazia pós-doutorado na França, o professor Armen Mamigonian participa, nas cercanias da embaixada brasileira em Paris, de uma manifestação pelas Diretas Já



Fonte: Acervo familiar.

Figura 7.11 – Armen Mamigonian discursa durante manifestação em Paris



Fonte: Acervo familiar.

Figura 7.12 – Polícia francesa impede acesso dos manifestantes à embaixada brasileira



Fonte: Acervo familiar.

## 7.4 ROGÉRIO DUARTE DE QUEIROZ<sup>112</sup>

Rogério Duarte de Queiroz, natural de Jaraguá do Sul/SC, nasceu em 1941. Sua vida foi marcada pela atuação assídua na política desde jovem, quando participante dos movimentos estudantis secundarista e universitário e, após, em seu mandato como vereador de Florianópolis entre 1983 e 1988.

Figura 7.13 – Rogério Duarte de Queiroz



Fonte: Jornal *Reforma*. Acervo da ALESC.

### 7.4.1 O envolvimento na política enquanto estudante secundarista e universitário

Em 1959 e 1960, Rogério Duarte de Queiroz foi presidente da União Catarinense de Estudantes Secundaristas. Em 1960, ingressou no curso de Direito da UFSC. Sua ação política continua quando assume em 1962 a presidência do CAXIF, do curso de Direito. Foi também diretor-geral do jornal da UCE, *Reforma*, em 1963 e 1964.

---

<sup>112</sup> A história de Rogério Duarte de Queiroz foi pesquisada e escrita por Gabriel Dauer, bolsista da CMV/UFSC.

Em 1963 foi presidente da União Catarinense dos Estudantes,<sup>113</sup> com destaque ao caráter de luta social da participação da UCE em movimentos sociais em prol da comunidade.

Em entrevista à Comissão Memória e Verdade da UFSC, no dia 7 de maio de 2015, Rogério Duarte de Queiroz fala sobre a importância do movimento político encabeçado pela UCE:

Foi um movimento grande, um movimento intenso político. Se metia em tudo a UCE. Em passe de ônibus, aumento de preço da carne, a UCE estava participando. Foi criada também a Frente Operária Estudantil. Deu impulso na participação da UCE no movimento social. E a UCE que tinha o restaurante, que reunia todos os estudantes da universidade, que naquele tempo era minúscula. Não chegava a mil alunos. [...] A participação era muito intensa usando o restaurante. Sempre com ideia de fazer alguma coisa pelo Brasil. Nós participávamos muito intensamente desse movimento.<sup>114</sup>

Dois policiais [...], um preto e outro que não vem o nome, eles iam às reuniões da UCE. [...] Estavam no canto, e não podia expulsá-los. Estavam ali, eram ouvintes, levavam as coisas prontinhas pro Jade Magalhães [Secretário da Segurança Pública de Santa Catarina].<sup>115</sup>

#### 7.4.2 Brasília, o método Paulo Freire e a alfabetização de adultos: “Kombi da Libertação do Povo”

Enquanto presidente da UCE, visitou Brasília e assinou convênio, em 31 de outubro de 1963, com o Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de “realizar cursos de alfabetização de adultos pelo sistema Paulo Freire”.<sup>116</sup> Conseguiu 7,5 milhões de cruzeiros, ainda que o método Paulo Freire fosse considerado uma “atividade subversiva”.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> INTACTA desde a década de 1960, a sede da UCE está localizada no prédio da Rua Álvaro de Carvalho, no Centro de Florianópolis. *A Notícia*, Florianópolis, p. 6, 3 jul. 2005.

<sup>114</sup> Depoimento de Rogério Duarte de Queiroz concedido à Comissão Memória e Verdade UFSC. Florianópolis, 7 de maio de 2015.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

<sup>116</sup> MARTINS, Celso. Ditadura apreendeu veículo da UCE: lideranças da época ignoram destino da Kombi colorida. *A Notícia*, Florianópolis, p. 7, 3 jul. 2005.

<sup>117</sup> *Ibidem*.

O cabeçalho do documento é enfático ao afirmar seu propósito:

Termo de Convênio Especial celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a União Catarinense dos Estudantes – UCE –, para execução de um programa de educação de adultos no Estado de Santa Catarina através de seu Centro Popular de Cultura.<sup>118</sup>

Para realizar as atividades propostas pelo método Paulo Freire de alfabetização de adultos, utilizava-se uma Kombi. A “Kombi da Libertação do Povo”<sup>119</sup> foi adquirida com recursos do convênio estabelecido entre o MEC e a UCE.

Além da inscrição “Kombi da Libertação do Povo” em grandes letras vermelhas, possuía um sistema de som com alto-falantes e microfone, usado com frequência pelo falecido radialista e jornalista Jorge Salum. Era empregado principalmente num programa de alfabetização de adultos com o [...] método desenvolvido pelo educador Paulo Freire e nas atividades do Centro Popular de Cultura (CPC).

A UCE naquele tempo tinha Rogério Queiroz na presidência, com três vices – Luiz Gonzaga de Bem (relações com a imprensa), Anita Pires (educação) e Ayrton Oliveira (responsável pelo restaurante universitário), além do professor Luiz Carlos Halfpap como secretário, entre outros integrantes. O advogado Luiz Gonzaga de Bem dirigia o jornal Reforma, editado pela UCE, cujos exemplares que restaram se encontram no Centro de Documentação e Memória da Assembleia Legislativa, doados por Queiroz.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> MARTINS, Celso. Ditadura apreendeu veículo da UCE. *A Notícia*, *op. cit.*, p. 7. A cláusula dois do convênio deixa a UCE como responsável pela execução do programa, incluindo elaboração e direção do projeto de educação de adultos, atuação “junto ao povo, visando a congregação de esforços para a melhor concretização do referido programa” e a aplicação da “totalidade dos recursos deste convênio para a alfabetização”. A “aplicação financeira” dos 7,5 milhões de cruzeiros deveria ser regulamentada pelo CPC, responsável também por sua fiscalização, que deveria “de lá prestar contas à UCE, para encaminhamento à Comissão Nacional de Cultura Popular para aprovação”. Os recursos foram liberados em duas parcelas, sendo a primeira de 4 milhões de cruzeiros e a segunda “após a prestação de contas relativa à parcela anterior”. Diz a cláusula número cinco: “A Comissão Nacional de Cultura Popular poderá, a qualquer tempo, designar um representante autorizado a coordenar, orientar, assistir e fiscalizar o convênio tendo em vista a fiel e oportuna aplicação dos recursos que ora são liberados para o presente programa de educação de adultos naquele Estado”.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> *Ibidem*.

A Kombi, como vimos, por seu propósito emancipador educacional, circulava pela cidade de Florianópolis com o objetivo de realizar diversas e amplas atividades com a comunidade. “Usávamos a Kombi em nossas atividades de educação de adultos em bairros de Florianópolis, como o Estreito e Armação”, recorda Anita Pires. “Eram realizadas apresentações culturais e debates sobre questões políticas, diretos humanos e educação”.<sup>121</sup>

A Kombi foi tomada pela ditadura após o golpe de 1964. A ação foi especificamente organizada pelos militares da Marinha, que, ao invadirem o prédio da UCE, prenderam os presentes e vasculharam os arquivos locais.<sup>122</sup> Algumas fontes dizem que foi levada pelo Exército, outras, pelo 5º Distrito Naval, sendo posteriormente utilizada pela UFSC. “Estávamos passando em frente ao quartel-general da Polícia Militar quando tudo aconteceu: havia um esquema pronto para nos prender e tomar a Kombi”, lembra Ady Vieira Filho, um dos que estavam no veículo, além de Anita Pires e do ex-secretário de Turismo da capital Ayrton Oliveira (Peteleco). “Ali mesmo fomos todos presos, com exceção do Peteleco”, recorda Ady.<sup>123</sup> “Depois disso não sabemos mais o destino dela”, afirma Rogério, presidente da UCE quando foi assinado o convênio com o MEC.<sup>124</sup>

“Quando ocorreu o golpe, o Exército tomou conta do prédio da UCE”, recorda Luiz Gonzaga. “Na noite do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964, permanecemos todos na sede da UCE em vigília, até que a situação se tornou insustentável, com a prisão de muitos e a debandada dos demais”.<sup>125</sup>

### 7.4.3 A resistência na prisão

Rogério Duarte de Queiroz foi preso em 2 de abril de 1964, permanecendo 25 dias na penitenciária estadual,<sup>126</sup> o que o impediu de concluir o mandato da UCE.<sup>127</sup> Na ocasião, a presidência foi assumida por Volney Millis.

---

<sup>121</sup> MARTINS, Celso. Ditadura apreendeu veículo da UCE. *A Notícia*, *op. cit.*, p. 7.

<sup>122</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 7.

<sup>123</sup> MARTINS, Ditadura apreendeu veículo da UCE..., *A Notícia*, *op. cit.*, p. 7.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

<sup>125</sup> *Ibidem*.

<sup>126</sup> Comissão Estadual da Verdade ouve o ex-vereador Rogério Queiroz. *AGÊNCIA A – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 20 ago. 2013. Disponível em: <https://abre.ai/csh7>.

<sup>127</sup> “Foi acusado de subversão e enquadrado na Lei de Segurança Nacional”. *De olho na capital*. Disponível em: <https://abre.ai/csic>.

Tal fato pode ser observado nos relatos de sua entrevista dada à CMV/UFSC:

Fui preso. O presidente da UCE não tinha mais. Quem assumiu foi Carlos Boabaid [e] Volney Millis. Foram nomeados pelo 5º Distrito Naval, pela Reitoria, para tomar conta ali. Tinha o restaurante, tinha tudo. Teve a continuação sob as ordens do Volney e Carlos Boabaid.<sup>128</sup>

Rogério Duarte de Queiroz, nessa mesma entrevista, afirma:

Fui preso no dia seguinte, no dia 2 de abril. [...] ficamos presos dia e noite com a luz acesa. Em maio eu saí e dia 8 foram lá em casa perguntar, me convocando para tomar depoimento no DOPS. O tempo foi passando até que fui pra penitenciária. No dia seguinte era meu aniversário, 9 de junho. [...] Não houve da minha parte, creio que da maioria, [...] tortura. Mas na verdade a tortura mental é diferente. Nós que estávamos com 23, 24 anos de idade talvez fosse mais fácil de aguentar todo aquele horror. Na hora que você perde a liberdade você vai valorizar. Mesmo.<sup>129</sup>

Sua segunda prisão ocorreu em junho de 1964, quando ficou detido entre seis e sete horas para depor no DOPS. Após sua soltura, continuou como acadêmico na Faculdade de Direito da UFSC e graduou-se em 1966. Sobre a existência de espões no ambiente estudantil, Queiroz relata: “Havia desconfiança. Eu me recordo, na Faculdade de Direito nós sabíamos que tinha uns três ou quatro que não chegaram nem a prestar o vestibular. Estavam lá para espionar.”<sup>130</sup>

A tomada do prédio da UCE pelo Exército, após o golpe de 1964, afetou também o acervo da entidade. Não apenas a Kombi foi tomada, mas também diversos materiais: “Através do CPC, a UCE também mantinha antes do golpe de [19]64 um banco de livros didáticos, visando os estudantes carentes”.<sup>131</sup>

Uma das propostas de Rogério Duarte de Queiroz em 2005 foi o lançamento de uma campanha para a “recuperação” da Kombi, mediante pedido da UCE:

que envidem todos os esforços visando conseguir a doação, da parte do governo federal, de uma nova “Kombi – Volkswagen”, tendo em vista que o mesmo modelo de veículo que pertencia à UCE foi confiscado e entregue à UFSC logo após o Golpe Militar de 1964, nunca mais tendo sido devolvido a essa entidade.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> Depoimento de Rogério Duarte de Queiroz concedido à CMV/UFSC em 7 de maio de 2015.

<sup>129</sup> *Ibidem.*

<sup>130</sup> *Ibidem.*

<sup>131</sup> MARTINS, Ditadura apreendeu veículo da UCE..., *A Notícia*, *op. cit.*, p. 7.

<sup>132</sup> *Ibidem.*

Figura 7.14 – Rogério Duarte de Queiroz em um registro do ano de 1969



Fonte: Acervo familiar.

#### 7.4.4 A volta da democracia e a retomada de Rogério Duarte de Queiroz na política catarinense

Na década de 1980, Rogério Duarte de Queiroz assume o cargo de vereador na Câmara Municipal de Florianópolis, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), exercendo função também na Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte da capital.<sup>133</sup>

Das suas atividades como vereador destaca-se a defesa da expansão do município para a região do Campeche, para construir uma nova cidade moderna e que preservasse de maneira adequada o paisagismo da região. Entre outros trabalhos, reivindicou a implantação do serviço de Taxi Tur em Florianópolis e uma comissão para o tratamento de lixo hospitalar na capital. Além do mais, lutava pela modificação do nome de Florianópolis, dado o significado controverso ligado à história de Floriano Peixoto.

---

<sup>133</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Vereadores da Décima Legislatura 1983-1988. Disponível em: <https://abre.ai/csig>.



Entre 1989 e 1995 morou em Nice, na França. Quando retornou a Florianópolis começou a trabalhar como tradutor e intérprete de português-francês. Em 2009, foi anistiado pela Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright de Santa Catarina, para a qual prestou depoimento. Rogério Duarte de Queiroz veio a falecer em 12 de janeiro de 2016, aos 75 anos.<sup>134</sup>

Como integrante do Comitê de Ex-Presos Políticos da UCE e da UCES, fez parte da comissão que realizou diversos atos e eventos que marcaram os 40 anos do golpe civil-militar em 2004.<sup>135</sup>

Em 8 de março 2005, Rogério doou ao acervo histórico da Divisão de Documentação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina sua coleção pessoal do jornal *Reforma*. A coleção data de 15 de setembro de 1963 a 20 de março de 1965.<sup>136</sup>

## 7.5 LIDERANÇA ESTUDANTIL E REPRESSÃO: HEITOR BITTENCOURT FILHO<sup>137</sup>

Heitor Bittencourt Filho nasceu em 28 de novembro de 1946, na cidade de Florianópolis. Em 1965, ingressou na UFSC, no curso de Medicina; e, assim como outros jovens do sistema universitário brasileiro, encontrou o ambiente da universidade e lugares de sociabilidade cerceados, em suas diversas formas de expressão, pela repressão do regime civil-militar brasileiro.<sup>138</sup>

Trancou sua matrícula na faculdade de Medicina em 1967 e iniciou, em 1968, o curso de Ciências Econômicas – um ano depois de sua eleição como presidente do DCE. Nesse período, seu engajamento político foi mais intenso. A partir desse momento, seu nome começou a aparecer nas fichas da ASI/SNI com frequência.

---

<sup>134</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Nota de pesar. Disponível em: <https://abre.ai/csik>.

<sup>135</sup> ATOS para marcar os 40 anos do golpe militar. *AL Notícias*, Florianópolis, 19 mar. 2004, p. 3.

<sup>136</sup> DOAÇÃO de acervo. *AL Comunidade*, Florianópolis, 11 mar. 2005, p. 8.

<sup>137</sup> A história de Heitor Bittencourt Filho foi pesquisada e escrita por Jéssica Duarte de Souza, bolsista da CMV/UFSC.

<sup>138</sup> Ficha individual SNI: Heitor Bittencourt Filho. N° 45-St. 19. 5 fev. 1969.

Figura 7.15 – Heitor Bittencourt Filho, presidente do DCE, discursa no centro de Florianópolis durante as mobilizações de 1968



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

A vida pessoal de Heitor Bittencourt Filho esteve atrelada à militância no movimento estudantil. Segundo seu relato, os estudantes “respiravam isso, era nossa vida, não era simplesmente um engajamento numa luta, era nossa vida”. Além disso, “uma das coisas que o movimento estudantil me marcou, foi meu casamento com uma universitária, a Rose [Rosemarie Cardoso], que participava do movimento estudantil, que fazia Serviço Social, e ela era membro no PC, do Partido Comunista”. Bittencourt Filho foi um importante líder estudantil da década de 1960 não apenas em Florianópolis, mas em Santa Catarina.<sup>139</sup>

Em entrevista realizada para a CMV/UFSC, relata como era o período em que esteve à frente do DCE e a luta contra a repressão que realizou junto com outros estudantes da UFSC:

Havia uma grande união dos estudantes dentro da universidade, eram poucos os estudantes que não participavam do movimento estudantil. Na diretoria do DCE, que eu era o presidente, havia representante de todas as faculdades, e também havia representantes das organizações clandestinas que participavam dos diretórios. Então, nós não tínhamos muita necessidade de estar, assim, convocando, uma ameaça, ou medo...

<sup>139</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho concedido à CMV/UFSC em 19 de março de 2015.

porque era espontâneo, os estudantes se uniam, era estudante pra lá, era estudante pra cá, nas ruas, a gente se reunia em frente ao DCE, ali na Álvaro de Carvalho e saía ali para a Praça XV, eram enormes as manifestações dos estudantes, eram grandes mesmo. Então era isso que eu tinha pra falar, dos estudantes dentro da UFSC, estávamos sempre atentos, sempre.<sup>140</sup>

É interessante perceber a ênfase que é dada à espontaneidade das reivindicações estudantis dentro da UFSC. Bittencourt Filho também destaca a relação do movimento estudantil com os poderes da universidade, pois, segundo ele, tanto Florianópolis como a UFSC

sempre foram um centro de apoio à direita. O reitor na época chamava [João] David Ferreira Lima, foi o criador da universidade, tem esse mérito, mas era muito reacionário. Tudo que relacionava com o estudante ele não queria saber, queria ver a gente pelas costas.<sup>141</sup>

O diálogo entre os estudantes e os poderes da UFSC era inexistente, segundo ele; a luta do movimento era por mais moradia estudantil, pelo preço do restaurante universitário, pela liberdade política e de expressão e pelo fim do Acordo MEC-USAID. Esse acordo fazia parte da Reforma Universitária que era implantada nas universidades brasileiras nesse período. Para Bittencourt Filho, a estrutura interna da universidade estava alinhada com o regime militar, e o apoio ao sistema MEC-USAID exemplificava isso.<sup>142</sup>

As atas do CUn datadas da década de 1960, quando fazem referência a Atcon, corroboram a visão de Heitor Bittencourt Filho a respeito da UFSC como um dos centros da Reforma Universitária brasileira. A ata de número 97, do dia 28 de junho de 1967, traz informações a respeito da aprovação de um curso de aperfeiçoamento dos funcionários dos cargos administrativos das universidades brasileiras. Esse curso foi realizado na UFSC e financiado pelo CRUB, que era presidido pelo reitor Ferreira Lima.<sup>143</sup>

A atuação do movimento estudantil não se restringia às demandas internas da universidade. No contexto nacional, os estudantes lutavam categoricamente pela redemocratização política e por mudanças nos modelos de estrutura econômica e social no Brasil. No âmbito mundial, tinham pautas contra o imperialismo estadunidense e contra a guerra do Vietnã.

---

<sup>140</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho concedido à CMV/UFSC em 19 de março de 2015.

<sup>141</sup> *Ibidem*.

<sup>142</sup> Cf. trecho do depoimento de Heitor Bittencourt Filho, na seção 5.1.2.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

Em Santa Catarina, Bittecourt Filho afirma que não havia hostilidade entre a população e o movimento dos estudantes. Embora não existisse um apoio explícito, a população auxiliava de diferentes formas a movimentação discente contra o regime militar. Bittencourt conta como era a relação do movimento estudantil catarinense com o restante do país:

Em Santa Catarina, nós mantínhamos contato permanente com os demais estudantes brasileiros, seja participando ativamente dos conselhos e congressos da UNE, seja recebendo regularmente visitas de estudantes de outros estados e da diretoria da UNE, seja dos participantes de organizações clandestinas [nesse caso quem delas participava no nosso estado]. Também mantínhamos contato com os outros setores que lutavam contra o regime: intelectuais, artistas e políticos.<sup>144</sup>

A participação em congressos estudantis vinha acompanhada da intensa repressão policial desse momento como mostra o depoimento de Heitor Bittencourt Filho na seção 5.1.2. Mas as perseguições não ocorriam apenas nos congressos estudantis, davam-se cotidianamente. Bittencourt Filho narrou como ocorria a repressão estudantil em solo catarinense:

A repressão e perseguição aos estudantes era feita tanto pela Polícia Civil como pela Polícia Militar. Além disso, os órgãos de informação do governo federal funcionavam em conjunto com os órgãos de informação do estado de Santa Catarina. Nesse caso, o DOPS. A secretaria de “segurança” do estado de Santa Catarina, que me lembro, tinha como cabeças mais expressivos o coronel Fogaça e o próprio Secretário, general “Rosinha”. Mais tarde também teve o coronel Ari Oliveira. [...] O coronel Fogaça procurava sempre cooptar os estudantes, mostrando-se amigo e com “disposição para o diálogo”. O general “Rosinha” sempre tentando impedir a circulação dos estudantes, que me lembro, particularmente para outros estados, encontros estudantis nacionais.

As manifestações também eram alvo de represálias executadas por tropas da Polícia Militar e da cavalaria. Em sua memória, Heitor Bittencourt Filho relembra o episódio em que a cavalaria atacou a sede da UCE, na Rua Álvaro de Carvalho, esquina com a Felipe Schmidt:

[E]les entraram e baixaram o pau, né! Baixaram o pau, entraram lá dentro! [...] Quando eles fizeram isso os estudantes não tinham pra onde correr e

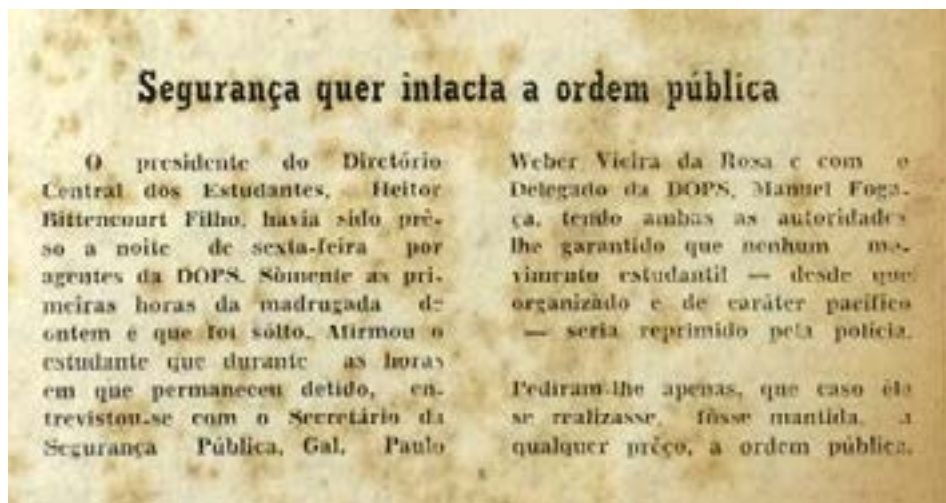
---

<sup>144</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho concedido à CMV/UFSC em 19 de março de 2015.

muitos se jogaram do muro que tem entre o DCE e o banco Santander, ali agora. Era alto aquele muro, muitos se jogaram dali para baixo, e nós tínhamos também uma passagem secreta do DCE para a Biblioteca Pública do Estado, que funcionava na rua Jerônimo Coelho. Muitos passaram por ali naquele túnel também para ir embora.<sup>145</sup>

Segundo Bittencourt Filho, a coibição no dia a dia funcionava principalmente pelo monitoramento da Polícia Civil aos estudantes que exerciam liderança ou cargos em diretórios. Por exercer a presidência do DCE entre os anos de 1967 e 1968 e pela participação efetiva na militância contra o regime, Heitor Bittencourt Filho sofria com a perseguição, conforme ele mesmo descreve em seu depoimento para a CMV/UFSC (seção 5.1.2).

Figura 7.16 – Nota sobre a prisão de Heitor Bittencourt Filho



Fonte: Jornal *O Estado*, Florianópolis, 31 mar. 1968. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Assim como diversos estudantes do período, ele foi detido pela polícia em um momento de manifestação. A prisão ocorreu em 1968, em um ato contra a morte do estudante secundarista Edson Souto, assassinado por policiais militares no centro do Rio de Janeiro. Nesse dia, outros estudantes foram detidos com ele. Em sua entrevista, Heitor Bittencourt Filho declara ter sido preso na cadeia de Biguaçu, porém, nas fichas do SNI, consta que a detenção foi em Brusque. Na prisão, Bittencourt Filho disse ter se recusado a assinar uma declaração forjada

<sup>145</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho concedido à CMV/UFSC em 19 de março de 2015.

que o incriminava.<sup>146</sup> Outro caso de prisão que ele acompanhou de perto foi o de sua esposa, Rosemarie Cardoso, que foi detida em outubro de 1968, no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna/SP.

Segundo o relato de Bittencourt Filho, após o decreto do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, ele se afastou do movimento estudantil. Em 1969, foi para Lages e lá não teve contato com a militância, porém, a perseguição continuou acontecendo, mesmo afastado da movimentação política.

Em Lages, trabalhou em uma empresa de papel e celulose (Grupo Klabin) e foi demitido em 1970 por perseguição política, conforme demonstra seu depoimento: “fui chamado pela Comissão de Segurança da fábrica de que eu era terrorista, que eles tinham recebido uma denúncia e me demitiram”.<sup>147</sup> No período em que viveram em Lages, Bittencourt Filho e sua esposa, Rosemarie, foram constantemente fichados pelo SNI; isso indica como eles eram constantemente vigiados pela repressão. Nos relatórios do SNI, a denúncia de engajamento político do casal durante a estadia em Lages era bastante confusa: nos documentos, às vezes constava a acusação de que ambos participavam de movimentos subversivos em Lages; em outros momentos, relatavam não ter notícias de nenhum dos dois em atividade política.<sup>148</sup> Essa questão demonstra a confusão entre os próprios delatores do SNI, já que Heitor Bittencourt Filho, em seu depoimento, declara não ter participado de movimentação política em Lages no período em que esteve no local.

A pesquisa nas fichas da ASI/SNI demonstrou o nível de monitoramento na vida das pessoas na década de 1960, devido ao regime militar. Eram alvos dessa vigilância principalmente os estudantes. Em Santa Catarina, os discentes da UFSC eram as principais vítimas dessa repressão. A inspeção na vida das pessoas era cotidiana, nem sempre estava relacionada à atividade política e a organizações clandestinas, mas a questões corriqueiras, como a entrega de um panfleto ou a simples presença em determinados locais.

Como líder estudantil de influência no período, Bittencourt Filho tem suas próprias convicções a respeito do regime ditatorial brasileiro. Para ele, a igreja católica ocupou papel importante no golpe e, posteriormente, no próprio regime. Essa visão bem particular foi bastante frisada em suas memórias.

Outro aspecto marcante na vivência dele como militante estudantil da UFSC, na década de 1960, foram os laços de solidariedade que encontrou entre

---

<sup>146</sup> SNI. *Relatório*: Heitor Bittencourt Filho. Nº 2, Prontuário: 267. Sem data.

<sup>147</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho concedido à CMV/UFSC em 19 de março de 2015.

<sup>148</sup> SNI. *Relatório*: Rosemarie Cardoso Bittencourt. SNI/AC – CIE – SISA/RJ – 5º DN. 19 maio 1970.

as lutas nesse difícil período. O apoio de suas irmãs, que queimavam papéis que lhe pertenciam, e de seus primos, que o transportavam camuflado dentro de seus carros para locais de esconderijo. Outro exemplo de solidariedade foi quando o Dr. Eugênio Doin Vieira lhe deu emprego em seu escritório após a demissão na Klabin. Porém, o caso que mais emociona Heitor Bittencourt Filho entre as suas memórias é o episódio em que obteve ajuda de uma senhora no ônibus, quando ele e mais estudantes estavam indo para o Congresso da UNE em Belo Horizonte, em 1966. Policiais armados entraram no transporte para retirar os estudantes:

Eles pegaram todos os estudantes que estavam no ônibus, foram direto no dez, só que eles não me pegaram, porque eu era muito, com cara de guri pequeno, eu tinha só 18 anos ou 19, e tinha uma senhora, também acho interessante mostrar o apoio da população brasileira aos estudantes. Ela sabia que eu estava com eles durante a viagem, ela disse: encosta a cabeça no meu ombro que eu vou fingir que tu és meu filho... eu até fico emocionado... O nome dela era Alda, ela me levou para a casa dela, em Belo Horizonte, eu dormi na casa dela e eu não pude participar do congresso, porque a cidade inteira estava sitiada pela polícia, eles não deixaram os estudantes fazer esse congresso naquela vez. E meus amigos não foram presos, mas foram jogados na estrada para se virar, e ir embora.<sup>149</sup>

O carinho com que Heitor lembra essa solidariedade que lhe foi oferecida no contexto da ditadura civil-militar brasileira nos indica um apoio, mesmo que silencioso, de uma parte da população à luta dos estudantes. Isso não significa que não houve discordâncias e muitas denúncias da população em geral à ação do movimento estudantil contra o regime.

O estudo realizado a partir da história singular de Heitor Bittencourt Filho evidenciou o caráter da repressão catarinense na ditadura civil-militar como algo que fez parte do dia a dia das pessoas. O monitoramento se dava em diferentes espaços de convívio, não se limitando ao espaço de luta política. Essa questão, que pode ser percebida em pesquisa às fichas da ASI/SNI, denuncia a intensa vigilância ocorrida no período, em que não eram necessariamente apenas os líderes e integrantes de organizações clandestinas que estavam na mira de fiscalização, mas qualquer pessoa que estivesse em local público.

---

<sup>149</sup> Depoimento de Heitor Bittencourt Filho concedido à CMV/UFSC em 19 de março de 2015.

## 7.6 DERLEI CATARINA DE LUCA: AS MARCAS DA CLANDESTINIDADE NO CORPO, NA ALMA<sup>150</sup>

Derlei Catarina de Luca nasceu em Içara, interior de Santa Catarina, em 17 de setembro de 1946. Já antes de 1966, ano de sua mudança para Florianópolis, atuava como militante na Juventude Estudantil Católica. Iniciou seus estudos na UFSC cursando Pedagogia e participando ativamente do movimento estudantil. Derlei militava principalmente na Juventude Universitária Católica. Entre 1967 e 1972, foi militante da Ação Popular.<sup>151</sup>

Figura 7.17 – Derlei Catarina de Luca é presa pelos órgãos de repressão de São Paulo após o Congresso de Ibiúna, em 1968



Fonte: Documentos revelados. Disponível em: <https://abre.ai/csil>.

<sup>150</sup> Esse texto é resultado da pesquisa de Alina Nunes, bolsista da CMV/UFSC.

<sup>151</sup> SCHLATTER JÚNIOR, Sérgio L. Ação Popular em Santa Catarina: uma história entre afetividades e militância. *Santa Catarina em História*. Florianópolis, UFSC, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2011. p. 47-48.



A chegada de Derlei à UFSC coincidiu com a implementação de um aparato legal muito marcante na desarticulação do movimento estudantil brasileiro, que foi a Lei Suplicy, de 1964. Essa lei substituiu a UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes, as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais dos Estudantes, os Centros Acadêmicos pelos Diretórios Acadêmicos, criando o Diretório Central dos Estudantes. Esses órgãos, tutelados pelo regime, eram proibidos de manifestar-se a favor de greves ou de promover propaganda político-partidária.<sup>152</sup> Apesar de diversas mobilizações e articulações dos estudantes pela permanência da UNE, em 1967 foi instituído o Decreto-Lei nº 228,<sup>153</sup> extinguindo o Diretório Nacional dos Estudantes, onde a antiga UNE estava centralizada. A partir de então, a UNE foi legalmente extinta e passou a atuar de maneira clandestina. Foi nesse contexto que, em 1966, Derlei e seus colegas de militância tentaram reorganizar o movimento estudantil da UFSC. Aceitando a nova denominação instituída pelo regime militar, os estudantes elegeram o primeiro grupo para liderar o Diretório Acadêmico 8 de Setembro,<sup>154</sup> no qual Derlei atuou como secretária.<sup>155</sup>

Em 1968, no contexto de clandestinidade da entidade, o 30º Congresso da UNE foi organizado nos arredores da cidade de Ibiúna, no sítio Murundu. O congresso foi organizado sem uma infraestrutura adequada; os estudantes dormiam em locais sujos e enlameados. Gerônimo Machado, estudante da UFSC no período, conta que a polícia chegou cedo na manhã do congresso e que se ouvia falar de órgãos do regime infiltrados na delegação de estudantes vinda da Bahia.<sup>156</sup> O processo do DOPS de São Paulo revela que 723 estudantes foram fichados após o fechamento do Congresso da UNE. Quinze eram catarinenses, e Derlei Catarina de Luca estava entre eles. As fichas das delegações presas foram enviadas pelo DOPS/SP para todos os estados, para que assim os órgãos de repressão pudessem controlar as movimentações desses estudantes. Segundo Maria Paula Araujo,<sup>157</sup> já que “toda a direção política do movimento estudantil brasileiro foi identificada, fichada e presa [...] quando o regime procurava militantes das organizações armadas, essas fotografias foram muito úteis”.

---

<sup>152</sup> MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1984, p. 88

<sup>153</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967: Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 28 fev. 1964.

<sup>154</sup> Diretório acadêmico da Faculdade de Filosofia.

<sup>155</sup> Depoimento concedido por Derlei Catarina de Luca para o programa *Eu faço parte dessa história*, da TV UFSC, em 2010.

<sup>156</sup> MARTINS, Celso. Aprendiz da revolução. In: MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 106.

<sup>157</sup> ARAUJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, p. 186.

Um dos motivos que antecipou a entrada de Derlei Catarina de Luca na clandestinidade foi justamente ter sido fichada quando presa no 30º Congresso da UNE em outubro de 1968. Em seu livro, *No corpo e na alma*, Derlei relata as prisões que ocorreram em Ibiúna e completa: “Estava definitivamente acabado para mim o período de estudante. Partia para outra vida”.<sup>158</sup> Poucos meses depois do ocorrido, o regime militar não parecia recuar; no dia 7 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva realizou uma visita a Florianópolis, e os estudantes reagiram na tentativa de organizar uma manifestação. Entretanto, foram presos antes de qualquer reunião. A ditadura civil-militar recrudescia, e, no dia 13 de dezembro de 1968, o AI-5 foi instaurado. Derlei já sabia: “Apesar das prisões anteriores não terem tido maiores consequências, sabemos que desta vez é pra valer. Não haverá *habeas corpus*. Não sabemos exatamente como será”.<sup>159</sup>

Amparada pela política de integração na produção<sup>160</sup> da AP, Derlei mudou-se para Curitiba e foi operária em uma fábrica, trabalhando na produção têxtil. “Fazer o aprendizado da vida operária, aprender a ser como eles, usar as máquinas, ter registro na minha carteira profissional novinha, com o nome de Deise Campos”, conta Derlei.<sup>161</sup> Em maio de 1969, mudou-se para São Paulo, onde se localizava a central da AP. Lá, passou a fazer o trabalho interno da organização. No dia 23 de novembro de 1969, quando a jovem Derlei se reunia com seu companheiro de militância “Zé Carlos”, em uma lanchonete perto do Largo Ana Rosa, a polícia chegou. Foi dito que sua identidade era falsa e que era ela quem estava nos cartazes de procurados. A partir daí Derlei foi levada para a Operação Bandeirante (OBAN) pelo capitão Maurício Lopes Lima. Foi intensamente torturada, sendo um de seus torturadores o capitão de artilharia do Exército Homero César Machado.<sup>162</sup> Derlei continuou presa na OBAN por quase dois meses. Em 7 de janeiro de 1970, foi transferida para o DOPS, onde foi fichada e passou a constar como presa. Durante todo o período em que Derlei ficou presa na OBAN, não houve qualquer registro de sua prisão ou qualquer contato com sua família e companheiros.<sup>163</sup> Após um

---

<sup>158</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: edição da autora, 2002, p. 32.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>160</sup> De caráter maoista, a AP implantou a chamada política de integração na produção, que levava os militantes a se aproximarem e conscientizarem as populações que trabalhavam nas fábricas e na zona rural, o que era considerado essencial para a revolução.

<sup>161</sup> DE LUCA, *No corpo e na alma*, *op. cit.*, p. 37.

<sup>162</sup> Depoimento de Derlei Catarina de Luca à Comissão Nacional da Verdade em São Paulo em 1º de setembro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FzPgVNsSXE>. Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

período de prisão no DOPS, onde foi interrogada, foi solta “sem documentos, sem alvará de soltura”,<sup>164</sup> e seguiu para Florianópolis.

Após uma breve estadia em Santa Catarina, no fim do mês de março de 1970, Derlei partiu para Salvador, continuando seu trabalho para a AP. Em seu período na Bahia, ela abandonara seu verdadeiro nome. Era Isinha ou Guida. Sua nova certidão de nascimento a apresentava como Maria Luísa Vitalli.<sup>165</sup> Na clandestinidade, “Maria Luísa” se casou com César, um jovem cearense, também militante da AP, que Derlei conheceu no primeiro hotel onde se hospedou em Salvador.<sup>166</sup> Descobriu que estava grávida. Derlei e César mudaram-se para Feira de Santana, onde ela colaborou nas pesquisas do Centro de Estudos do Menor da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e se voluntariou como professora no Serviço Social do Comércio (SESC).<sup>167</sup> Contudo, Derlei e seu marido precisaram sair de Feira de Santana quando os órgãos da repressão descobriram ligações entre César e os dirigentes regionais da AP. Foram para Fortaleza; depois, para São Paulo; e estabeleceram-se em Londrina, no Paraná. Não era uma cidade totalmente segura para Derlei: a jovem tinha sido condenada à revelia pela Justiça Militar por causa de “propaganda subversiva” e era considerada foragida pelos órgãos do regime do Paraná e de Santa Catarina.<sup>168</sup>

No dia 11 de janeiro de 1972, nasceu o filho de Derlei, José Paulo de Luca. Cerca de três meses depois, em abril, César foi preso. Derlei tomou a decisão de deixar seu filho com uma conhecida da família, Joana D’Arc Bizzotto Lopes, pois tinha medo do que a repressão poderia fazer se capturasse a ambos, mãe e filho. A conhecida ajudou Derlei, passando o endereço de um médico na cidade de Cambé, que a ajudou a partir para o Rio de Janeiro, onde ninguém a conhecia.<sup>169</sup> Isolada de seus amigos e sem notícias de seu filho e de seu marido, Derlei voltou para Florianópolis com a ajuda dos velhos amigos do movimento estudantil, como João e Marlene Soccas e Valmir Martins. Em Santa Catarina, Derlei viveu escondida entre novembro de 1972 e março de 1973.<sup>170</sup>

---

<sup>164</sup> DE LUCA, *No corpo e na alma, op. cit.*, p. 137.

<sup>165</sup> REIS, Débora Ataíde. *Memória(s) militante(s): narrativas autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFBA, Salvador, 2015, p. 41.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>167</sup> DE LUCA, *No corpo e na alma, op. cit.*, p. 212.

<sup>168</sup> REIS, *Memória(s) militante(s), op. cit.*, p. 80.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>170</sup> DE LUCA, *No corpo e na alma, op. cit.*, p. 259-269.

O período de clandestinidade foi de extrema dificuldade para Derlei: “Derlei, Deisy, Maria, Leila, Margarida, Maria Luísa. Quando acordo não sei o nome que estou usando. Quero ir embora. Os companheiros são amigos e cruéis ao mesmo tempo”.<sup>171</sup> O primeiro destino do exílio de Derlei foi Santiago, no Chile. Lá vivenciou o golpe sofrido por Salvador Allende em 11 de setembro de 1973. Segundo Derlei,<sup>172</sup> “o embaixador do Brasil nega qualquer auxílio aos brasileiros. Mesmo para aqueles que não eram perseguidos políticos. Os assassinatos acontecem à luz do dia, o golpe é de uma violência inesperada e as pessoas estão apavoradas”, e isso fez com que Derlei fosse procurar auxílio na Embaixada do Panamá, partindo para este país depois de 46 dias em um refúgio em Santiago. No dia 20 de novembro de 1973, Derlei finalmente partiu para Cuba. Lá, graças a um movimento de amigos e familiares, reencontrou seu filho, e juntos reconstruíram uma nova vida. Derlei estudou na Universidad de Oriente, em Santiago de Cuba, e formou-se professora.

Com a Lei da Anistia de 1979, Derlei conseguiu retornar de seu exílio, mas não foi o retorno ao Brasil que terminou com sua militância. A partir de 1980, Derlei dedicou-se intensamente ao Comitê Catarinense Pró-Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos do Estado de Santa Catarina, lutando contra a impunidade dos torturadores e contra o esquecimento daqueles que desapareceram.<sup>173</sup> Derlei também teve importante papel no Coletivo Catarinense pela Memória, Verdade e Justiça, e ainda fez parte da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright. As memórias de Derlei, eternizadas tanto em sua autobiografia, *No corpo e na alma*, quanto em seus diversos depoimentos públicos, são fundamentais para a reconstrução e rememoração da história da ditadura civil-militar. Derlei foi mulher, militante, mãe, presa e exilada política, e por isso é essencial manter viva sua memória.

O texto abaixo, de Marcílio Krieger – advogado, presidente da UCE em 1962, militante da Ação Popular –, escrito em agosto de 2002, é um resumo sucinto e preciso da vida de Derlei de Luca durante a ditadura civil-militar:

Durante a ditadura militar, Derlei palmilhou experiências que poucas pessoas tiveram ocasião de vivenciar. Estudou, preparou comícios, organizou manifestações, amou, lutou, foi presa, torturada, sobreviveu física, moral e politicamente. Exilou-se em Cuba e sentiu o imenso carinho dos cubanos pelo Che, criou seu filho, voltou ao Brasil e aí está, de corpo inteiro, por dentro e por fora.

---

<sup>171</sup> DE LUCA, *No corpo e na alma*, op. cit., p. 278.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 289.

<sup>173</sup> REIS, *Memória(s) militante(s)*, op. cit., p. 85.

Aos 70 anos, no dia 18 de novembro de 2017, Derlei Catarina de Luca faleceu após uma difícil luta contra um câncer. Ainda carregava em seu corpo as marcas da tortura, ainda carregava em sua alma as duras lembranças da vida na clandestinidade. Derlei Catarina de Luca, presente!

## 7.7 GIL BRÁZ DE LIMA: LINHA DO TEMPO<sup>174</sup>

Este trabalho se propôs a resgatar a memória do ex-estudante de Engenharia Mecânica Gil Bráz de Lima, preso em 1969, dentro da UFSC, enquanto distribuía panfletos para turmas de calouros na Faculdade de Direito. Foi torturado e perseguido nos anos seguintes e tornou-se um dos casos analisados com mais atenção pela CMV/UFSC por sua peculiaridade no que diz respeito ao tratamento que o estudante recebeu: mesmo sendo preso nas mesmas circunstâncias que outros estudantes, Gil Bráz de Lima recebeu uma pena muito maior que a de seus colegas. Passou os anos seguintes sofrendo sucessivas perdas de emprego, mudando de cidade, passando por novas prisões e até por um sequestro na saída para o trabalho, em razão do qual ficou desaparecido por mais de seis semanas. Gil Bráz de Lima foi um dos poucos, ou até mesmo o único, estudante negro a fazer parte do movimento estudantil a partir da metade da década de 1960. Este livro propõe-se a documentar parte de sua história, como estudante, militante, pai de família e vítima da ditadura militar dentro da UFSC, e em sua trajetória posterior à expulsão da universidade por motivos políticos.

### 7.7.1 Raízes, militância da família e a primeira prisão

Nascido em 29 de março de 1947, em Itajaí, Santa Catarina, Gil Bráz de Lima era filho de José Adil de Lima e Teodora de Lima. Seu pai, José Adil, era membro do Partido Comunista Brasileiro, no qual ingressou em 1946. Foi presidente do Sindicato dos Estivadores de Itajaí, participou do Movimento Negro de Itajaí e, antecedendo o futuro do filho, que seria preso anos mais tarde, teve sua própria prisão decretada quando, em 1964, o golpe militar impôs a ditadura no país e criminalizou o Partido Comunista Brasileiro. Já antes disso, em 19 de abril de 1961, José Adil de Lima foi, pela primeira vez, preso com Vidalvino Francisco da Rosa e seu irmão, quando pichavam um muro com as palavras “Pró-Cuba, isto é Estreito”

---

<sup>174</sup> A história de Gil Bráz de Lima foi pesquisada e escrita por Karina Ferreira, bolsista da CMV/UFSC, e pelo bolsista voluntário Matheus Thibes de Mattos, sob a orientação da professora da UFSC de História Cristina Scheibe Wolff, apoiadora da CMV/UFSC.

em Florianópolis,<sup>175</sup> e foi solto depois da intercessão dos deputados Paulo Stuart Wright, Agostinho Mignoni e Manoel Ribeiro, também membros do PCB. Quando esteve presente no Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, realizado no Rio de Janeiro em 1963, enviou ofício à delegação soviética que se encontrava no evento, bem como à Embaixada Soviética no Brasil, requisitando a impressão de folhetos sobre organizações sociais ou previdência social. Em resposta, foi convidado a viajar para a União Soviética. Esteve lá entre 6 de julho e 10 de agosto de 1963.<sup>176</sup> Dessa forma, certamente Gil Bráz de Lima teve, em sua infância e juventude, uma formação de cunho político ligada aos ideais da esquerda.

Figura 7.18 – Gil Bráz de Lima em um registro de 1963



Fonte: Acervo familiar.

<sup>175</sup> Documento número 34.1, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Depoimento de José Adil de Lima ao DOPS em 26 de junho de 1964.

<sup>176</sup> Documento número 5, obtido no acervo “Brasil: nunca mais”. Declaração de José Adil de Lima, Florianópolis, 26 de junho de 1964.

Maria Bernadete de Lima, viúva de Gil Bráz de Lima, hoje com 69 anos, concedeu uma entrevista a membros da CMV/UFSC contando suas memórias sobre a época em que o então namorado foi preso:

Vivi em Florianópolis até os 16 anos. Aí fui morar em Curitiba, meu marido também estudava aqui, ali no Instituto, no Dias Velho. Aí ele foi para Curitiba e lá nos encontramos novamente, a gente já era amigos daqui, acabamos namorando. Só que nesse meio tempo ele passou em Engenharia aqui em Florianópolis, e veio morar aqui. Aí ficou em Florianópolis o primeiro ano, o segundo ano, quando chegou no terceiro ano ele foi no começo do ano, em [19]69, porque o AI-5 foi em [19]68, aí no começo de [19]69 ele foi fazer uma panfletagem na Faculdade de Direito, ele e o Roberto Cascaes, que era filho de um juiz aqui de Florianópolis, muito conhecido por sinal. Daí ele e Roberto Cascaes foram fazer essa panfletagem, pedindo algumas melhorias na Faculdade, só que como tava em cima do AI-5 eles foram presos. Teve muitos que estavam juntos também, mas fugiram, e só eles dois foram presos.<sup>177</sup>

Segundo arquivos do DOPS, resgatados no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”, Gil Bráz de Lima foi preso em 11 de fevereiro de 1969, dentro da UFSC, com outro estudante, seu companheiro Roberto Cascaes, enquanto distribuíam panfletos. Quem teria dado ordem de prisão seriam agentes da Polícia Federal que não estavam em serviço, e sim em busca do resultado do vestibular que teriam prestado. A prisão dos dois teria sido a primeira em Santa Catarina a diferenciarse das passadas, cujo roteiro era sempre levar os presos até a penitenciária de Biguaçu e depois soltar. Maria Bernadete de Lima contou o que o marido passou na ocasião:

Aí ficaram aqui na delegacia de Biguaçu, uns 15 ou 20 dias sofrendo tortura. Eu cheguei a vir aqui pra ver. Eles botavam em cima de uma lata de leite Ninho, em pé, chegava a cortar a sola do pé, quando um já tava sangrando botava o outro pé, e ficava trocando pra não... porque se você não aguentasse a dor, né.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> Depoimento de Maria Bernadete de Lima concedido à CMV/UFSC em 16 de setembro de 2016.

<sup>178</sup> *Ibidem*.

Figura 7.19 – Casamento de Gil Bráz de Lima e Maria Bernadete de Lima



Fonte: Acervo familiar.

Maria Bernadete de Lima conta que o marido sofreu sessões de tortura por quinze dias antes de ser transferido para o presídio do Ahú, em Curitiba, que integrava a 5ª Comarca de Justiça Militar, onde permaneceu por mais seis meses, tendo entrado em 1º de abril de 1969.<sup>179</sup> Ainda em Biguaçu, ela e a irmã mais velha de Gil Bráz de Lima, Dora Lúcia de Lima, foram à prisão a fim de visitá-lo, mas não obtiveram êxito. No acervo do Arquivo Público do Paraná, em um documento<sup>180</sup> com a ficha de Dora Lúcia, também consta outra visita ao irmão, um pouco mais tarde, em 30 de janeiro de 1972.

O *Diário do Paraná* de fevereiro de 1969 traz em primeira página o título “Justiça Militar dá preventiva para dois de Santa Catarina”, em que se relata a prisão de Gil Bráz de Lima e Roberto Cascaes pelo delegado do DOPS catarinense, Harney Avaí de Lima, e sua transferência ao presídio do Ahú. No mês seguinte, em 14 de março de 1969, o *Diário do Paraná* comunica a decisão da prisão preventiva

<sup>179</sup> Documento 40, obtido no Arquivo Público do Paraná. Ficha individual do DOPS de Curitiba, 14 de março de 1969.

<sup>180</sup> Documento número 42, obtido no Arquivo Público do Estado do Paraná. Ficha de Dora Lúcia de Lima.



de Gil Bráz de Lima e Cascaes pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército por maioria de votos, depois de terem sido levados de Florianópolis para o início da ação penal da Justiça Militar.

O juiz-auditor da Segunda Comarca da Justiça Militar, deferindo um mandado de citação ao oficial de justiça da 1ª Auditoria, qualifica Gil Bráz de Lima como “antigo membro da Ação Popular (AP) e militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”, e afirma que teria participado de ações políticas e reuniões para implantação do Movimento de Resistência Popular, cuja função seria a de penetrar na massa operária por meio de cursos escolares e manifestações populares.<sup>181</sup> Apesar de esse documento afirmar o vínculo de Gil Bráz de Lima com a AP e com o PCdoB, os depoimentos que obtivemos nos levam a pensar que seu envolvimento inicial era com o PCB e depois com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Com Gil Bráz de Lima detido em Curitiba, Maria Bernadete de Lima ia frequentemente para a casa dos pais, que ficava na mesma rua do presídio, pois assim podia acompanhar o marido durante esse período em visitas semanais, sempre aos domingos.

### 7.7.2 Liberdade, mudança para São Paulo e tortura

Passados cerca de seis meses de detenção sem julgamento e, consequentemente, sem sentença, Gil Bráz de Lima foi posto em liberdade. Nos documentos do DOPS, nada consta sobre essa saída, uma vez que ele não havia sido sentenciado.<sup>182</sup> Isso o complicaria mais adiante, quando, depois de julgado e tendo recebido a pena de um ano de prisão, constava como “foragido” nos arquivos dos militares, faltando-lhe cumprir metade da pena.<sup>183</sup>

Mudou-se para São Paulo com Maria Bernadete, com a qual se casou numa pequena cerimônia em Mogi das Cruzes, interior do estado (figura 7.19). Na sua situação, não poderia chamar a atenção nem ter o nome exposto, por isso foram para uma cidade onde não conheciam ninguém. Era comum na época manter o nome dos noivos por trinta dias nos proclames do mural da igreja. Tiveram a primeira filha quatro meses depois do casamento, em 1970.

---

<sup>181</sup> Documento número 17, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”.

<sup>182</sup> Documento 40, obtido no Arquivo Público do Estado do Paraná. Ficha Individual de Gil Bráz de Lima do DOPS de Curitiba.

<sup>183</sup> Documento 2, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Solicitação de fotografia ao DOPS de Curitiba pela 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 28 de junho de 1973.

Após cinco meses do nascimento de sua filha Helga, Maria Bernadete conta que, em uma tarde de sábado, três homens, um deles um amigo conhecido da família, Paulo Zimmermman, chegaram à casa da família perguntando por Gil Bráz de Lima. Os outros dois, como soube depois, eram policiais federais. Gil Bráz de Lima foi levado sem poder dar explicações, só disse à esposa que ia viajar, juntou algumas roupas em uma mala e partiu na companhia dos outros três. Na saída conseguiu sussurrar para a esposa sobre os homens serem agentes.

Maria Bernadete e a mãe do amigo preso, Nina Zimmermman, fizeram vigília em frente ao prédio do DOPS, localizado na Rua Turiassú, no bairro Perdizes, em São Paulo. Depois de insistentes questionamentos sobre seu paradeiro às autoridades e da contínua negação da permanência de Gil Bráz de Lima na delegacia, um preso político foi solto e afirmou que ele se encontrava lá.

Após um período de 15 dias de tortura, seguidos de outros 15 dias de recuperação para esconder os hematomas e obliterar a violência, Gil Bráz de Lima persistiu e não revelou o nome de seus companheiros e conhecidos aos torturadores, que procuravam guerrilheiros e grandes figuras da esquerda. Maria Bernadete relata lembranças sobre a época:

E aí eu lembro que nós fomos lá, ficamos o dia inteiro, levei a menina pequena, fiquei lá na porta até eles resolverem dizer que ele tava lá. Mas por que ele ficou tanto tempo? Porque os primeiros 15 dias foi só tortura, só tortura. Pau de arara, queimou ele todo, queimou os dedos, queimou as pernas, queimou tudo. Depois desses 15 dias era a recuperação, porque ele não podia mostrar que ele tava todo machucado. Então ficou 15 dias lá curando as feridas, tal tal tal. Curando não, porque curando sozinho. Curar eles não curavam. Aí quando ele tava bem melhor, que eu tava lá na porta, aí eles falaram que tava. Eles queriam que ele dissesse que ele era um guerrilheiro, só que ele não era um guerrilheiro. Ele conhecia muita gente da guerrilha.<sup>184</sup>

Em ficha individual do DOPS<sup>185</sup> consta que, em março de 1971, Gil Bráz de Lima foi condenado a um ano de prisão e conduzido à penitenciária do Ahú, em Curitiba. Permaneceu preso por seis meses porque em 1969 já havia cumprido metade da sentença.

Lá, o clima era mais ameno, as famílias dos cerca de trinta presos políticos (a maioria estudantes) de diversas cidades catarinenses, como Laguna e Tubarão, se reuniam em almoços aos domingos em que cada um levava um prato e

---

<sup>184</sup> Depoimento de Maria Bernadete de Lima concedido à CMV/UFSC em 16 de setembro de 2016.

<sup>185</sup> Documento número 40, obtido no Arquivo Público do Estado do Paraná.

compartilhava com os demais. Maria Bernadete de Lima contou que sua filha mais velha, Helga, deu os primeiros passos em uma visita ao pai, dentro da prisão:

Um dia eu levei ela lá, porque levava a criança lá pra ele ver, né, e passava na mão de um, na mão de outro. Aí de repente eu botei ela no chão e ela foi andando, aí todo mundo “ah” [comemoração]. Aí eu chateio ela “você foi andar dentro da prisão, hein!”. Lá, no Ahú mesmo. Mas foi o único lugar que, pelo menos assim, a gente convivia todo mundo junto, a família de todos os presos. Todo domingo a gente tava junto. Passava por aquele constrangimento de revista, e revista, e revista. Aquilo lá é pavoroso, né. Ter que passar por aquelas revistas. Mas pelo menos a gente tava ali junto com as outras pessoas, com pai, com mãe, com mulher, com filhos. Foi uma época que amenizou um pouco o sofrimento e pelo menos tu tá vendo ali que a pessoa não tava sofrendo agressões, não tava sofrendo nada. Diferente das outras prisões que eles sofreram muitas agressões, além das verbais.

### 7.7.3 De volta a São Paulo, de volta à prisão

Depois de cumprida toda a pena, Gil Bráz de Lima é solto em 22 de maio de 1972 e muda-se com Maria Bernadete de Lima para São Paulo novamente, para tentar recomeçar a vida após os terríveis anos de repressão e tortura. Consegue um emprego na loja Sears<sup>186</sup> como tradutor de inglês. Uma das filhas dele, Flávia Helena de Lima Dias, em entrevista concedida à comissão, conta sobre histórias da época:

E aí ele foi em busca de emprego, assim só pra ilustrar por exemplo, um dos empregos que meu pai teve após esse período foi na Sears que existia na época, e era um emprego de tradutor. Mas o meu pai, o inglês que ele conhecia era o inglês do colégio, aquele que todos nós aprendemos. Mas ele pegou esse emprego, era o que tinha, sabe Deus também por que deram esse emprego pra ele, talvez ele tenha se dado muito bem na entrevista, e ele fazia tradução por escrito.<sup>187</sup>

Segundo a filha, Gil Bráz de Lima era um autodidata quanto a línguas – além do inglês ele também sabia francês – e teria estudado sozinho, apenas com livros e dicionários. Era uma pessoa que lia muito, e que estudava muito.

---

<sup>186</sup> Documento número 40, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Declaração de renda da empresa em que Gil Bráz de Lima trabalhava como tradutor, para aquisição de imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação emitido pela Rocbuck S.A.

<sup>187</sup> Depoimento de Flávia Helena de Lima Dias concedido à CMV/UFSC em 20 de julho de 2016.

Durante esse tempo, um mandado de prisão é emitido em seu nome, mas por ter mudado de endereço, o oficial de justiça encarregado de entregar a intimação não o encontra por duas vezes, em 28 de junho de 1973 e em 2 de julho de 1973.<sup>188</sup> Pouco mais de um mês depois, em 20 de agosto do mesmo ano, Gil Bráz de Lima apresenta-se à Justiça Militar, junto de seu advogado Joaquim Martins da Silva Filho, e presta depoimento<sup>189</sup> acerca das acusações que foram remetidas a ele no depoimento<sup>190</sup> de outro acusado, Francisco Marsiglia. No relato de Marsiglia foi citado, sob o suposto codinome de Gregório, como dono da casa em que houve uma reunião sobre o Movimento de Resistência Popular. Gil Bráz de Lima responde que não faz parte da organização e que desconhece o apelido. Junto ao depoimento, seu advogado apresenta certidão de casamento,<sup>191</sup> certidão de nascimento da filha,<sup>192</sup> uma certidão comprovando que cumpriu toda a sua pena em Curitiba entre 1969 e 1972,<sup>193</sup> entre outros documentos que o ajudavam a alegar que ele estava seguindo a vida, com família formada e emprego fixo, e pagando a casa própria.

No mesmo dia, Gil Bráz de Lima tem sua prisão relaxada<sup>194</sup> e recebe um termo de compromisso, o qual impõe que ele compareça a todos os atos do processo e não mude de endereço sem avisar previamente ao Conselho Permanente de Justiça do Exército.

Entre o final de 1973 e 1974, Gil Bráz de Lima consegue um novo emprego, na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), empresa estatal, que na época solicitou informações sobre os novos empregados ao DOPS de São Paulo. Após cerca de oito meses nessa ocupação, quando voltava do trabalho, foi abordado, encapuzado e levado ao DOPS, onde foi torturado pelos militares, que tinham o

---

<sup>188</sup> Arquivo número 19, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Certidão Oficial de Justiça.

<sup>189</sup> Documento número 20, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Interrogatório de Gil Bráz de Lima na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar.

<sup>190</sup> Documento número 14, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

<sup>191</sup> Documento número 22, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Certidão de casamento de Gil Bráz de Lima e Maria Bernadete.

<sup>192</sup> Documento número 21, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Certidão de nascimento da primeira filha, Helga.

<sup>193</sup> Documento número 23, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Alega que Gil Bráz de Lima cumpriu toda a sua pena.

<sup>194</sup> Documento número 27, obtido no acervo do projeto “Brasil: nunca mais”. Termos de compromisso da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar sobre a revogação da acusação de Gil Bráz de Lima.

objetivo de obter confissões a respeito da localização de outros membros e colegas da resistência de esquerda. O mandado de prisão foi deferido no dia 12 de julho de 1974. Entretanto, no dia 17 do mesmo mês, um telegrama da 5ª Circunscrição Judiciária Militar de Curitiba chegou, alegando que Gil Bráz de Lima havia cumprido toda a sua pena de um ano no presídio do Ahú. Assim, foi solto em 23 de julho de 1974. Seu processo, que termina em 23 de março de 1975, com todas as queixas retiradas e com as novas prisões indeferidas, foi julgado, e Gil foi absolvido pela Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar.<sup>195</sup>

#### 7.7.4 Marcas para o resto da vida

Depois desse período de prisões, torturas e instabilidade, Gil Bráz de Lima deixa de lado a atividade partidária e recolhe-se ao núcleo familiar e à atividade laboral. Começa – e dessa vez, sem perseguições, consegue terminar – a faculdade de Economia, nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), e gradua-se em quatro anos. Ao mesmo tempo, trabalha na empresa Neva, fabricante de tornos e peças de metal, composta por membros e funcionários estrangeiros. Nesse tempo, Gil Bráz de Lima entra em contato com colaboradores de outros países e conhece um americano com quem monta a empresa Intertec, que importava e vendia máquinas industriais, na qual trabalha até praticamente o fim de sua vida.

Em 7 de julho de 2007, Gil Bráz de Lima faleceu devido a um câncer de pulmão fulminante, deixando os três filhos – Helga Cristina de Lima, Flávia Helena de Lima Dias e Rafael Yuri de Lima – e a esposa, Maria Bernadete de Lima.<sup>196</sup>

Em 3 de abril de 2013, a sessão plenária da Comissão de Anistia declara Gil Bráz de Lima anistiado político *post mortem*, garantindo “reparação econômica” de caráter indenizatório a Maria Bernadete de Lima, no valor de R\$ 2.285,00 mensais.

Apesar de ter sido preso outras vezes, é possível perceber, na trajetória de Gil Bráz de Lima, a importância daquela sua primeira prisão, por um motivo que hoje seria considerado banal: distribuição de panfletos expressando opinião contrária ao governo. Após essa prisão, percebe-se que a cada vez a polícia política recupera esse evento como evidência da periculosidade e possível caráter subversivo de Gil Bráz de Lima.

---

<sup>195</sup> Documento número 37, obtido no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ficha do DOPS.

<sup>196</sup> Depoimento de Flávia Helena de Lima Dias concedido à CMV/UFSC em 20 julho 2016. Informações sobre os negócios da família.

## 7.8 RONDÓ DA LIBERDADE: MARCOS CARDOSO FILHO, RESISTÊNCIA E REPRESSÃO<sup>197</sup>

Segunda-feira, 27 de outubro de 1975. A manchete “II Exército anuncia suicídio de jornalista” estampava a terceira página de um dos maiores jornais do Brasil, a *Folha de S. Paulo*.<sup>198</sup> Entretanto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos analisou o caso em 24 de maio de 2017 e condenou o Brasil pela falta de investigação e julgamento dos responsáveis pelo assassinato do jornalista. Vladimir Herzog não havia se suicidado, mas fora assassinado pela ditadura civil-militar, nos porões do DOI-CODI/II Exército, em São Paulo. A primeira metade da década de 1970 foi marcante na história da ditadura civil-militar brasileira: enquanto a resistência ao regime se reestruturava com força, a repressão se tornava cada vez mais violenta. Houve uma nova dinâmica da repressão no país a partir de 1969, que foi exatamente o que culminou no assassinato de Vladimir Herzog, no dia 25 de outubro de 1975. Essa mesma ofensiva anticomunista foi o que desencadeou operações de desmantelamento do PCB e perseguição de seus membros em todo o país, como foi o caso da Operação Marumbi, no Paraná, e da Operação Barriga Verde, em Santa Catarina.

Figura 7.20 – Marcos Cardoso Filho nos anos 1970



Fonte: Foto de Lourival Bento, acervo pessoal.

<sup>197</sup> Esse texto é resultado da pesquisa de Alina Nunes, bolsista da CMV/UFSC.

<sup>198</sup> II Exército anuncia suicídio de jornalista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 27 out. 1975. Disponível em: <https://abre.ai/crRj>.

Intimamente ligados à articulação da intensa repressão que o país enfrentou nos anos 1970 estão os resultados das eleições de 1974, que levaram o MDB a ocupar 161 cadeiras na Câmara dos Deputados. É importante frisar que muitos dos militantes do ilegal PCB se articulavam por meio do MDB. Portanto, frente a esses resultados, o regime militar tentou sua consolidação por meio de bases de legitimação social, objetivando justificar a permanência do aparelho repressivo ao acentuar a suposta ameaça que a esquerda representava.<sup>199</sup> Consequentemente, em março de 1975, agentes do DOI de São Paulo elaboraram um longo documento em que era feita a análise de toda a estrutura do PCB em relação à aliança com o MDB. Todos os dados foram retirados do jornal *Voz Operária*, órgão de imprensa do PCB. Esse documento traçava ligações diretas ou indiretas do PCB com membros do MDB de vários estados, e foi o que serviu como base para as operações em nível nacional que objetivavam o total desmantelamento do Partido.<sup>200</sup> Já que a guerrilha urbana havia sido praticamente derrotada em 1969, com a morte de Marighella, justificar a ditadura por meio do Perigo Vermelho vinha a calhar. A partir de então, a perseguição ao PCB, que anteriormente era episódica e pontual, tornou-se uma perseguição sistemática.<sup>201</sup>

Longe de São Paulo, no mesmo ano de 1975, em maio, o catarinense Marcos Cardoso Filho era eleito 2º vice-presidente da Juventude do MDB, durante a 3ª Convenção Regional da JMDB, em Florianópolis. De acordo com um documento do SNI, fora eleito porque “exercia extraordinária influência no Órgão devido, por um lado, a ter sido seu primeiro presidente, e, por outro, por possuir acentuadas qualidades de liderança”.<sup>202</sup> A JMDB fora criada dois anos antes, em maio de 1973, tendo no início de novembro daquele ano a realização de sua 1ª Convenção Regional, que elegeu Marcos Cardoso Filho como presidente. Além de ocupar esse cargo, desde 1973, Marcos era responsável pelo setor de Agitação e Propaganda (AgitProp) da direção estadual do PCB.<sup>203</sup>

Antes da década de 1970, longe de São Paulo, em Tubarão, sul de Santa Catarina, no dia 12 de maio de 1950, nascia Marcos Cardoso Filho. Sua família era grande: contava com o rígido pai, Marcos Cardoso, a mãe, Belmira Zandomenico Cardoso, as irmãs, Tereza, Janete, Regina e Rosemeri, além da primogênita irmã, Rosemarie Cardoso Bittencourt, que seria sua companheira de luta algumas décadas

---

<sup>199</sup> TORRES, “*A justiça nem ao diabo se há de negar*”, *op. cit.*, p. 19.

<sup>200</sup> JOFFILY, *No centro da engrenagem*, *op. cit.*, p. 88-90.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 88-90.

<sup>202</sup> Documento do SNI ACT/ACE/1137/81, p. 23.

<sup>203</sup> Documento do SNI ACT/ACE/1137/81, p. 13.

mais tarde. A família Cardoso não passou muito tempo em Tubarão, mudando-se, ainda na infância de Marcos, para Jaraguá do Sul e depois para Joinville.<sup>204</sup>

Foi em Joinville que começou a se interessar pela leitura de romances, poesias, política e história, além de gostar muito da revista *Sputnik*, publicada na União Soviética, que tratava de diversas temáticas, desde artigos sobre acontecimentos históricos, atualidades até socialismo e internacionalismo.<sup>205</sup> Ainda morando em Joinville, com 17 anos, teve contato pela primeira vez com o PCB por intermédio de João Jorge Machado de Souza, que, por sua vez, era amigo de Teodoro Ghercov, “o romeno”, figura central na articulação do Partido em Santa Catarina. A militância de Marcos Cardoso Filho, nessa época, se deu por meio do grêmio estudantil da escola onde estudava. No ano seguinte, com 18 anos, foi recrutado para o PCB pelo próprio Ghercov.<sup>206</sup>

Em 1969, Marcos Cardoso Filho passou no vestibular para Engenharia Elétrica na UFSC, e, assim, mudou-se para Florianópolis no mesmo ano, indo morar na casa de estudantes conhecida por Planalto, no centro de Florianópolis. No primeiro ano morando na capital do estado, já havia comprovado as “acentuadas qualidades de liderança” que anos mais tarde o SNI lhe conferiria. Na casa Planalto, era visto como o líder, e já se engajava no movimento estudantil na UFSC desde o primeiro ano de graduação.<sup>207</sup> Com 20 anos, era encarregado de distribuir o *Voz Operária*, tarefa muito arriscada naquele contexto político, já que o jornal era um dos órgãos oficiais do PCB, que passava por longo período de ilegalidade. No mesmo ano em que foi criada a Juventude do MDB, em 1973, ainda estudante de Engenharia Elétrica, Marcos Cardoso Filho foi contratado, em abril, como professor na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC, atual IFSC) para lecionar as disciplinas de Eletrotécnica e Eletrônica.<sup>208</sup> No início dos anos 1970, também atuou como professor do Colégio de Aplicação da UFSC. Finalmente, em 1975, foi contratado como professor do Departamento de Engenharia Elétrica da UFSC, continuando ainda sua atividade como professor no ETF-SC.

---

<sup>204</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 137-138.

<sup>205</sup> Entrevista de Janete Cardoso. Florianópolis, 23 abr. 2005. In: MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 137-151.

<sup>206</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 141.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>208</sup> INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. *De professor a réu*: Marcos Cardoso Filho e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Relatório institucional elaborado por solicitação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright para elucidar fatos relacionados ao professor Marcos Cardoso Filho. Florianópolis: IFSC, set. 2014.



Marcos Cardoso Filho militou intensamente durante o ano de 1974, apoiando, enquanto membro do PCB, as candidaturas de Walmor Paulo de Luca e Murilo Sampaio Canto, ambos candidatos pelo MDB. Sua intensa dedicação à campanha para os dois valeu a pena: tanto Murilo Sampaio Canto quanto Walmor Paulo de Luca tornaram-se deputados naquele ano. Animado com o resultado das eleições de 1974, o ano de 1975 foi de vigorosa militância política para Marcos Cardoso Filho, que coordenou diversas atividades no campus da UFSC, onde era professor. A introdução do PCB dentro da universidade se deu majoritariamente por meio de atividades culturais, como as rodas de samba organizadas por Marcos Cardoso Filho, as quais contavam com muitas músicas de cunho político e emblemáticas daquele momento, como “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, e “Roda Viva”, de Chico Buarque.<sup>209</sup> Marcos Cardoso Filho chamava a atenção dos estudantes e professores por ser extremamente inteligente e ter uma excelente didática. Ele era muito benquisto por seus estudantes.

No mesmo ano de 1975, na terça-feira 15 de julho, a primeira fase da Operação Barriga Verde iniciava-se. Desse 15 de julho até 27 de outubro durou a fase da coleta de dados sobre o PCB em Santa Catarina, obtidos a partir de “ampla pesquisa [...] junto às AI e Órgãos de Segurança e Informações [...] objetivando o levantamento preliminar de elementos suspeitos de ligações com o PCB”.<sup>210</sup> A partir do dia 12 de setembro, com a deflagração da Operação Marumbi, no Paraná, outra fonte para essa coleta de dados surgiria: os interrogatórios aos quais foram submetidos os militantes do PCB daquele estado. Do dia 28 de outubro ao dia 3 de novembro, a segunda fase da Operação Barriga Verde foi deflagrada, durante a qual os suspeitos foram localizados e foi feito o “acompanhamento cerrado de suas atividades”.<sup>211</sup> A partir do dia 4 de novembro de 1975, iniciaram-se a terceira e a quarta fase da Operação Barriga Verde, ambas repletas de arbitrariedades e inconstitucionalidades.

Os dias anteriores ao 4 de novembro de 1975 não foram fáceis para os militantes do PCB de Santa Catarina, principalmente por causa de dois Vladimires. O primeiro, Vladimir Amarante, militante do PCB, fora preso e torturado pelo DOI-CODI no dia 15 de outubro.<sup>212</sup> O segundo, Vladimir Herzog, fora brutalmente assassinado pelo DOI-CODI no dia 25 de outubro. O impacto da prisão de Amarante e do assassinato de Herzog coincide com o início da segunda fase da

---

<sup>209</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 149-150.

<sup>210</sup> Documento do SNI ACT/ACE/1137/81, p. 6.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>212</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 114-115.

Operação Barriga Verde, a da localização e espionagem dos suspeitos. Pouco a pouco, alguns dos militantes começaram a perceber que eram acompanhados de perto, com direito a fotografias, por pessoas estranhas. Mesmo com toda a tensão pairando, os membros do PCB realmente acreditavam que, se houvesse prisões, seriam poucas, sem qualquer tortura, até porque iniciava-se o processo de distensão lenta, gradual e segura da ditadura civil-militar brasileira. Apesar do que tudo indicava, “o que ocorreu em 1975 foi a maior onda de repressão vivida pelo PCB desde sua fundação em 1922”.<sup>213</sup>

Assim, foi na manhã do dia 4 de novembro que se iniciaram os sequestros dos suspeitos investigados pela Operação Barriga Verde. As prisões foram feitas com base no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, que previa ser crime

reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.

Além de Marcos Cardoso Filho, são presos, no dia 4, Teodoro Ghercov, Alécio Verzola, Roberto João Motta, Celso Padilha, Valci Lacerda e Cirineu Martins Cardoso. Em carta aberta escrita por Marcos Cardoso Filho na prisão, datada ao dia 21 de dezembro de 1975, o jovem professor relata detalhadamente como foi levado cruelmente pelos órgãos da ditadura civil-militar:

Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares. Fui levado para as dependências do Exército local (63º BI) onde mais tarde ouvi vozes de outros amigos. Fiquei mais de três horas incomunicável numa cela.<sup>214</sup>

O 63º Batalhão de Infantaria, situado no bairro Estreito, foi o primeiro local dos muitos aos quais Marcos Cardoso Filho ainda seria levado pela Operação Barriga Verde. Encontrou-se ali com Teodoro Ghercov, Newton Cândido e Vladimir Amarante, que “estava completamente fora de si. Parecia que tinha perdido a razão”. Os dois últimos, muito machucados pelas torturas físicas e psicológicas, aconselharam Marcos Cardoso Filho “a aceitar a acusação porque era humanamente impossível suportar estas torturas”. Marcos Cardoso Filho

---

<sup>213</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 42-43.

<sup>214</sup> Carta aberta de Marcos Cardoso Filho, 21 de dezembro de 1975.

relatou que durante a noite foi chamado para ser interrogado inúmeras vezes, mas que conseguiu manter sua posição de recusa das acusações. Mais tarde, foi quase asfxiado por um capuz, levando socos e tapas na cabeça, além de ter sido ameaçado de morte. Após isso, ainda encapuzado, juntamente com outros presos, foi colocado em um carro e levado para o DOI-CODI de Curitiba. Segundo Marcos Cardoso Filho, o interrogador do DOI-CODI lhe disse que ele estava “nas mãos da polícia da ditadura militar-fascista” e que eram “melhores que a Gestapo”. Então, foi levado para a sala de torturas, conhecida como “purgatório” – a madrugada do dia 5 de novembro não foi fácil para ele. Marcos passou frio, sede, fome, levou choques elétricos, raquetadas, foi queimado com café quente, afogado, até que desmaiou. Após recobrar os sentidos, a tortura continuou. Das 23 horas do dia 4 de novembro de 1975 até a manhã do dia 5, Marcos Cardoso Filho viveu o inferno.<sup>215</sup>

A estranha ausência de Marcos Cardoso Filho, Teodoro Ghercov, Alécio Verzola, Roberto João Motta, Celso Padilha, Valci Lacerda e Cirineu Martins Cardoso salientava a tensão que pairava por Florianópolis naquela quarta-feira, 5 de novembro de 1975. Nesse mesmo dia, o deputado do MDB, Murilo Sampaio Canto, fez um pronunciamento na Assembleia Legislativa no qual divulgou o nome dos presos sobre os quais ainda não existia notícia nenhuma. Não bastasse isso, alguns estudantes da UFSC reuniram-se e divulgaram uma carta aberta, citando os nomes dos presos que faziam parte da comunidade acadêmica, pedindo apoio da UFMG e da UFBA, prometendo difundir o documento por todo o país.<sup>216</sup> Nesse dia, seguiram-se ainda outras prisões: foi a vez da estudante de Direito Elineide Lícia Martins e dos estudantes Márcio Campos e Sérgio Giovanella serem sequestrados pela Operação Barriga Verde.<sup>217</sup>

Sem saber dos companheiros que seguiam sendo sequestrados a mais de 300 quilômetros dali, Marcos Cardoso Filho permaneceu isolado, algemado, molhado, com frio, fome e sede por outros dois dias, até que foi colocado na mesma cela que Cirineu Martins Cardoso, Celso Padilha e Roberto Motta. Depois de quatro dias infernais, a primeira refeição de Marcos Cardoso Filho foi um copo de leite.<sup>218</sup> As ilegalidades não eram circunscritas apenas às torturas físicas, mas também diziam respeito à assinatura dos relatórios do Inquérito Policial que,

---

<sup>215</sup> Todas as citações deste parágrafo são excertos da Carta aberta de Marcos Cardoso Filho, de 21 de dezembro de 1975, que pode ser lida na íntegra no fim do capítulo 4.

<sup>216</sup> Documento do SNI: AC ACE/CN/ 88535/75, p. 1.

<sup>217</sup> Documento do SNI: ACT/ACE/1137/81, p. 8.

<sup>218</sup> Carta aberta de Marcos Cardoso Filho, 21 de dezembro de 1975.

supostamente, revelariam informações muito importantes do PCB, mas que não passavam de histórias pré-fabricadas pela mente fértil dos torturadores, os quais visavam criar uma rede de conexões entre parlamentares, políticos e eclesiásticos e o comunismo. Até o presidente Geisel era citado.<sup>219</sup>

Através de fértil mente, os torturadores criavam uma estória e gradativamente, durante os dez dias, iam sugestionando o preso, até que a admitisse. A estória deveria ser repetida ao torturador, sempre que havia interrogatórios. Tendenciosamente, os interrogadores adaptavam a fantasia criada ao real, com fatos da vida dos presos, no sentido de “fechar” os depoimentos. Negociavam a aceitação da estória, dizendo que por aquela, poderia ser absolvido ou condenado a apenas seis meses e que nada adiantaria, pois, “a sentença é de encomenda e não são necessárias provas”.<sup>220</sup>

Somente no dia 8 de novembro de 1975 foi levado a público o que estava, de fato, acontecendo com os militantes desaparecidos, com a publicação do Comunicado do Comando da 5ª RM/DE nos principais jornais da cidade. Ironicamente, esse comunicado garantia à população catarinense que as “ações em curso [...] vêm sendo – e continuarão a ser – conduzidas respeitando-se a pessoa humana”.<sup>221</sup> Mesmo assim, os nomes dos presos não foram divulgados. Segundo Celso Martins, “somente no dia 16 [de novembro] o comando do Grupamento Leste Catarinense na época deu uma coletiva para os jornais informando da prisão, detalhando o nome de cada um. Ali é que a gente ficou sabendo.”<sup>222</sup> Alguns dias depois, chegavam os presos políticos ao Quartel da Polícia Militar de Florianópolis, e as ações que seguiram indubitavelmente não respeitaram “a pessoa humana”: Marcos Cardoso Filho, além de descobrir que sua irmã, Rosemarie Cardoso Bittencourt, havia sido presa pela Operação Barriga Verde em 13 de novembro, relatou que “muitos receberam eletrochoques e foram torturados por um elemento que se dizia carioca e que participava do esquadrão da morte” ao serem levados para depor na Polícia Federal.<sup>223</sup>

Em Florianópolis, no Departamento de PF, o encarregado do inquérito,

---

<sup>219</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 138.

<sup>220</sup> Sinopse das declarações dos presos políticos da Operação Barriga Verde, 23 de fevereiro de 1976.

<sup>221</sup> Comunicado do Comando da 5ª RM/DE. *O Estado*, Florianópolis, 8 nov. 1975.

<sup>222</sup> Entrevista concedida pelo jornalista e historiador Celso Martins da Silveira Júnior, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014. In: INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, *op. cit.*, p. 17.

<sup>223</sup> Carta aberta de Marcos Cardoso Filho, 21 de dezembro de 1975.

Bel. Lúcio, através da repetição de métodos utilizados em Curitiba e com o aproveitamento do estado físico-psicológico de tumulto mental em que estávamos, iniciou o interrogatório policial, transcrevendo os relatórios vindos de Curitiba, nos obrigando a assiná-los.<sup>224</sup>

Na manhã do dia 14 de dezembro de 1975, eram 42 os indiciados pela Operação Barriga Verde. Seus nomes e crimes estavam estampados no extenso documento divulgado pelo jornal *O Estado*, assinado pelo general Samuel Augusto Alves Corrêa, comandante da 5ª RM/DE, de Curitiba.<sup>225</sup> Entre aqueles 42, pelo menos 32 afirmaram, posteriormente, ter sofrido tortura. Muitos, portanto, naquela manhã de 14 de dezembro, enquanto seus nomes estampavam o maior jornal de Santa Catarina, estavam internados no hospital. Ainda, alguns estavam internados no “manicômio”<sup>226</sup>. Mantendo as “qualidades de liderança” já denunciadas pelo SNI, no dia 21 de dezembro Marcos Cardoso Filho arriscou-se ao escrever a importante carta aberta que denuncia as torturas às quais ele e seus companheiros foram submetidos.

A violação dos direitos humanos tem sido uma constante que faz com que a população fique cada vez mais temerosa. A insanidade de elementos que usam de um aparato gigantesco para manter o terror não pode continuar. É hora de dar um basta e não permitir que isto continue. Sob o pretexto de manter a ordem são praticadas as maiores atrocidades. Qualquer pessoa que ouse contestar o *status* da injustiça social em que vivemos é uma vítima. Nem mais sua vida tem garantia. [...]. O que narrarei adiante foi o que sofremos que é a prova cabal das arbitrariedades que se cometem com os que estão na oposição, os que não concordam com esta situação. Não será uma pedida de misericórdia para nós, mas a denúncia daquilo que é inumano. Não para que sintam pena mas para evitar que isto aconteça com outras pessoas, porque o pesadelo apenas acaba de começar. [...]. Optei pela denúncia pública, como o fez Afonso Celso, como contribuição para que isto não ocorra com outras pessoas, mesmo sabendo o que irá acontecer comigo: as torturas que novamente sofrerei e mesmo, se não me farão negar publicamente ou tomarão qualquer atitude extrema. Mas não existe outra forma de lutar contra a opressão.<sup>227</sup>

<sup>224</sup> Sinopse das declarações dos presos políticos da Operação Barriga Verde, 23 de fevereiro de 1976.

<sup>225</sup> ÓRGÃOS de segurança divulgam os nomes dos implicados na subversão. *O Estado*, Florianópolis, p. 35, 14 dez. 1975.

<sup>226</sup> Expressão usual na época.

<sup>227</sup> Carta aberta de Marcos Cardoso Filho, 21 de dezembro de 1975.

De importantíssimo valor histórico, o documento foi entregue pela família Cardoso ao jornalista Celso Martins, que o levou para Porto Alegre. Em 1977,<sup>228</sup> a carta de Marcos foi publicada no *Luta Contínua*, jornal do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre.<sup>229</sup> A carta gerou comoção internacional, resultando numa petição pública que pedia o relaxamento da prisão de Marcos Cardoso Filho. Essa petição contou com 772 assinaturas e foi organizada entre maio e julho de 1976 pelo grupo 17 da Anistia Internacional, com sede em Lyon, na França.<sup>230</sup>

No dia 2 de janeiro de 1976, foi concluído o Inquérito Policial nº 49/75, sendo solicitada pelo bacharel Lúcio Jaime Acosta a prisão preventiva de Marcos Cardoso Filho, que, assim como 38 dos 42 indiciados, já estava preso no 4º Batalhão da Polícia Militar, no centro de Florianópolis.<sup>231</sup> Marcos e outros companheiros, como Alécio Verzola e Roberto Motta, são levados para a Colônia Penal Agrícola, em Canasvieiras. No mês seguinte, no dia 19 de fevereiro, foi decretada pelo procurador de Justiça Militar a prisão preventiva de Marcos Cardoso Filho.<sup>232</sup> Segundo Torres:

Para a decretação da prisão preventiva são necessários indícios de autoria (quem teria praticado o crime) e indícios da materialidade (como foi praticado tal crime). De acordo com o Procurador tais indícios já estariam comprovados pelas confissões dos acusados.<sup>233</sup>

Considerando que as confissões dos acusados foram extraídas sob tortura, além de falsificadas pelos interrogadores do 63º Batalhão de Infantaria, definitivamente foi de total inconstitucionalidade o pedido da prisão preventiva de Marcos Cardoso Filho.

Durante o ano de 1976, encarcerado pela ditadura civil-militar, Marcos escreveu muitos bilhetes e cartas para sua família, inclusive os encarregando de encaminhamentos políticos da sua situação enquanto preso político: “Tira várias fotocópias da carta que mando junto e mandem para os deputados da ARENA,

---

<sup>228</sup> Segundo o relatório do IFSC, a publicação foi anterior a 1977, mas segundo Celso Martins foi em maio de 1977.

<sup>229</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 385.

<sup>230</sup> *Ibidem*.

<sup>231</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 1/3, p. 52 e ACT ACE CNF 1161/81, p. 1.

<sup>232</sup> Documento do SNI: ACT ACE CNF 1200/81 1/3, p. 52 e ACT ACE CNF 1200/81 2/3, p. 101.

<sup>233</sup> TORRES, “A justiça nem ao diabo se há de negar”, *op. cit.*, p. 128-129.

diretórios acadêmicos, Associação de Professores da UFSC [...]”.<sup>234</sup> Marcos Cardoso Filho também dedicou seu tempo na prisão para ler a legislação penal militar, tentando articular uma estratégia para pedir sua liberdade condicional, nem que fosse para dar continuidade a suas aulas na UFSC, já que “a UFSC não ofereceu a cadeira que eu daria por não ter professor.”<sup>235</sup> No dia 29 de julho, Marcos Cardoso Filho e outros companheiros foram transferidos da Colônia Penal para a Penitenciária de Florianópolis.

Assim como em 4 de novembro de 1975, era terça-feira quando Marcos Cardoso Filho chegava ao auditório da ETF-SC. Naquele 21 de setembro de 1976, entretanto, o professor não estava lá para lecionar: o auditório da ETF-SC foi o local de audiência da Operação Barriga Verde. Durante os dois dias que marcam o início da primavera de 1976, o Conselho da Justiça Militar da 5ª Região optou por transferir-se para Florianópolis em vez de levar todos os indiciados até Curitiba.<sup>236</sup> A Justiça Militar avaliou os pedidos de relaxamento de prisão de 26 presos, conferindo a 19 deles o direito a responder ao processo em liberdade. Marcos Cardoso Filho não estava entre eles. Algo muito interessante que ocorreu durante as audiências foi o fato de que claramente havia falsas testemunhas. Segundo Elineide Lícia Martins, uma das indiciadas pela operação:

No dia do julgamento armaram um circo no auditório da Escola Técnica Federal para impressionar Florianópolis, se deram mal. Foi um vexame. Começou assim, como se todos negassem que disseram o que estava nos depoimentos colhidos à força e de acordo com a imaginação do Lúcio, plantaram uma testemunha que teria assistido o interrogatório do Professor Marcos Cardoso e que este dissera o que estava escrito no processo. Quando pediram para a testemunha apontar quem era o Marcos (alto, magro, quase loiro, óculos, bigode) ela apontou para Márcio Campos (bem mais baixo, mais gordo, cabelos pretos, sem óculos, sem bigode). A risada foi geral e perderam a credibilidade.<sup>237</sup>

No dia 4 de novembro de 1976, exatamente um ano depois dos primeiros sequestros realizados pela Operação Barriga Verde, um documento intitulado “Esclarecimento aos estudantes e ao povo em geral”, assinado pelo DCE da UFSC, pelos diretórios acadêmicos dos centros de Educação, de Estudos Básicos

---

<sup>234</sup> CARDOSO FILHO *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 254-273. (Cartas e bilhetes de Marcos Cardoso Filho. Florianópolis, 1975-77).

<sup>235</sup> *Ibidem.*

<sup>236</sup> INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, *op. cit.*

<sup>237</sup> Entrevista de Elineide Lícia Martins. VARGAS, *Dossiê UFSC, op. cit.*, p. 148.

e Tecnológico e pelo diretório do Instituto Tecnológico de Santa Catarina, foi lançado, na tentativa de sistematizar o que ocorreu na Operação Barriga Verde. O documento trata especificamente da prisão de Marcos Cardoso Filho.<sup>238</sup>

Figura 7.21 – Autorretrato de Marcos Cardoso Filho na prisão



Fonte: Acervo familiar.

No ano de 1977, no dia 18 de abril, Marcos e os companheiros Alécio Verzola e Roberto Cologni articulam-se e mobilizam-se perante suas condições de presos políticos. Assim deram início à greve de fome que teria duração de 18 dias. A greve é marcada pela publicação de uma carta assinada pelos presos na qual reclamam de ser mantidos sob prisão preventiva sem culpa, denunciam o sequestro de 1975 e as torturas que sofreram, além de denunciar a ilegalidade do inquérito.<sup>239</sup>

Começamos hoje a deixar de comer até que seja dada uma solução para os nossos problemas. [...]. Vamos elaborar um documento relatando as arbitrariedades que sofremos por parte da Justiça e enviaremos a vocês. [...]. Esperem a divulgação até que tenhamos pronto o documento para que possa dar mais força. [...]. O sentido de ficarmos sem comer (e não

<sup>238</sup> BRANCHER; LOHN, *Histórias na ditadura, op. cit.*, p. 280.

<sup>239</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 102822/77 1/11, p. 6.



de greve de fome, como poderia parecer) [...] é de que é uma atitude de apavoramento, de que não existe outra saída. Na realidade, é uma forma de suicídio, porém duradouro. [...]. Pedimos para que seja dada a maior divulgação tanto interna como internacionalmente [...] envolver a Igreja, o MDB, a OAB, seria ótimo.<sup>240</sup>

Sendo assim, no dia 25 de abril, a Assembleia Legislativa aprova, por 17 votos a favor e 12 contra, “o envio de mensagem ao Superior Tribunal Militar e à Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, para que seja acelerado o processo de julgamento” de Marcos Cardoso Filho, Alécio Verzola e Roberto Cologni, os únicos que seguiam presos em Florianópolis.<sup>241</sup> A greve de fome, entretanto, prossegue, e no dia 26 de abril, Marcos, Alécio e Roberto são internados no Hospital da Polícia Militar.<sup>242</sup> No dia seguinte, Acácio Pereira, Francisco de Assis Küster, Lauro André da Silva e Murilo Sampaio Canto, todos parlamentares do MDB-SC, visitam os presos políticos no hospital, estimulando-os a continuar a greve de fome. No dia 1º de maio de 1977, os presos decidem pôr fim à greve de fome. Assim, Marcos, Verzola e Cologni têm alta do Hospital da Política Militar, retornando à prisão do 4º Batalhão da Polícia Militar.<sup>243</sup>

Finalmente, no dia 10 de novembro de 1977, pouco mais de dois anos após seu sequestro pela Operação Barriga Verde, a prisão preventiva de Marcos Cardoso Filho foi relaxada. Assim, o fim de 1977 serviu para Marcos reorganizar sua vida, arrasada por mais de dois anos pela ditadura civil-militar. O professor finalmente voltou a dar aulas na UFSC.<sup>244</sup> A satisfação de Marcos não durou muito tempo, já que nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1978 foi pronunciada, finalmente, a sentença dos indiciados pela Operação Barriga Verde. Com mais 16 companheiros, Marcos foi condenado por unanimidade dos votos pelo “Conselho Permanente da Justiça Militar, pelo crime do artigo 43 do Decreto Lei nº 898/69, ou seja, por tentar reestruturar partido já declarado ilegal e de proibido funcionamento”,<sup>245</sup> a três anos de reclusão.<sup>246</sup>

---

<sup>240</sup> CARDOSO FILHO *apud* MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 277. Bilhete de Marcos Cardoso Filho à família. Florianópolis, 18 abr. 1977.

<sup>241</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 102822/77 1/11, p. 10.

<sup>242</sup> AL pede pressa: processo contra presos políticos. *O Estado*, Florianópolis, 26 abr. 1977, p. 3.

<sup>243</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 102822/77 1/11, p. 18-19.

<sup>244</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 297.

<sup>245</sup> TORRES, “*A justiça nem ao diabo se há de negar*”, *op. cit.*, p. 166.

<sup>246</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 113784/78, p. 12-13.

Frustrado, Marcos Cardoso Filho retornou, dessa vez, à Penitenciária de Florianópolis, localizada no bairro Agrônômica. Segundo Celso Martins,

Marcos ajeitou o seu canto e depois espaços para um abajur, blusa, duas camisas, calça, duas cuecas, um par de sapatos e um relógio de pulso Casio. No dia seguinte, [os carcereiros] entrega[m]-lhe mais pertences deixados por familiares – uma colcha, dois pares de meia, duas calças, “shorte”, dois pijamas, três “zorbas” e quatro camisas.<sup>247</sup>

O pedido de livramento condicional de Marcos Cardoso Filho é acatado no dia 14 de abril de 1978, e seu alvará de soltura finalmente é expedido no dia 19 de abril de 1978. A pena de Marcos, prevista até 4 de fevereiro de 1979, foi extinta em 8 de fevereiro de 1979.<sup>248</sup> Marcos voltou, definitivamente, a lecionar apenas na UFSC, onde seu contrato esteve temporariamente suspenso. Havia sido demitido da ETF-SC por questões políticas, conforme constatou o relatório institucional elaborado por solicitação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright em 2014.

A demissão de Marcos Cardoso Filho da Escola Técnica Federal de Santa Catarina foi um ato político. O viés político da decisão fica evidente já na anotação feita no documento enviado pelo professor Marcos à direção da instituição, três meses após a prisão, solicitando a retomada de suas atividades após a conclusão do inquérito: o diretor registra a decisão de aguardar a conclusão do inquérito “para posterior deliberação sobre a conveniência de manter o servidor no estabelecimento”.<sup>249</sup>

Sendo assim, Marcos Cardoso Filho voltou a fazer parte do Departamento de Engenharia Elétrica da UFSC, com uma condição: o “combinado” era que ficasse calado.<sup>250</sup> Mas, opondo-se a isso, não cessou de articular-se politicamente. Além de dar “entrevistas bombásticas” toda semana sobre os ocorridos da Operação Barriga Verde, o professor voltou a militar pelo PCB. Em 1982, o ainda clandestino PCB realizou uma conferência estadual em Santa Catarina na sua casa. O anfitrião foi escolhido como delegado de Santa Catarina ao VII Congresso do PCB.<sup>251</sup>

---

<sup>247</sup> MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 297.

<sup>248</sup> Documento do SNI: AC ACE CNF 113784/78, p. 22.

<sup>249</sup> INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, *op. cit.*, p. 29-30.

<sup>250</sup> Entrevista de Arno Blass. In: VARGAS, *Dossiê UFSC*, *op. cit.*, p. 149.

<sup>251</sup> MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol*, *op. cit.*, p. 355-359.

Infelizmente, Marcos Cardoso Filho não pôde presenciar a volta da democracia, ideal pelo qual tanto lutou. Também não pôde vivenciar o processo de legalização de seu tão querido Partido, que ocorreu em 1985. Em 23 de dezembro de 1983, a *Folha de São Paulo* noticiava: “Seis dos oito ocupantes de um veleiro morreram eletrocutados ontem, quando o mastro da embarcação bateu em um fio de alta tensão na Lagoa da Conceição”.<sup>252</sup> Além de Marcos Cardoso Filho, faleceram também Eliane João Motta,<sup>253</sup> 21 anos, Daniel Maravalhas Cardoso,<sup>254</sup> 4 anos, André Cardoso Bittencourt,<sup>255</sup> 12 anos, Manoela Cardoso Garcia,<sup>256</sup> 5 anos, e Regina Cardoso,<sup>257</sup> 20 anos. Até na sua morte, o tipo de política contra a qual lutava teve seu dramático papel, pois o cabo de alta tensão que causou o acidente tinha sido instalado às pressas pela CELESC<sup>258</sup> no meio de uma baía da Lagoa,<sup>259</sup> na véspera das eleições para governador de estado de 1982 – uma promessa de campanha do candidato a governador Esperidião Amin Helou Filho<sup>260</sup> para a comunidade da Costa da Lagoa, que na época não contava com esse serviço. O acidente motivou um processo da família contra a CELESC.<sup>261</sup>

---

<sup>252</sup> SEIS morrem eletrocutados em um veleiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 23 dez. 1983. Disponível em: <https://abre.ai/csit>. Acesso em: 21 nov. 2016.

<sup>253</sup> Eliane João Motta, companheira de Marcos, era irmã de Roberto Motta, presidente do DCE da UFSC em 1969, preso durante a Operação Barriga Verde e deputado estadual na época do acidente.

<sup>254</sup> Daniel Maravalhas Cardoso era filho de Marcos e de sua primeira esposa Marise Maravalhas, militante do Movimento Feminino pela Anistia em Santa Catarina.

<sup>255</sup> André Cardoso Bittencourt, sobrinho de Marcos, era filho de Heitor Bittencourt Filho, presidente do DCE da UFSC em 1968, e de Rosemarie Cardoso, estudante presa no congresso da UNE em Ibiúna e presa novamente durante a Operação Barriga Verde.

<sup>256</sup> Manoela Cardoso Garcia, sobrinha de Marcos.

<sup>257</sup> Regina Cardoso, irmã de Marcos, era estudante do curso de Engenharia Elétrica da UFSC.

<sup>258</sup> Em 1982, as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) eram a estatal responsável pela distribuição de energia no Estado e dependiam da Secretaria de Transportes e Obras do Governo do Estado, chefiada na época por Esperidião Amin Helou Filho, candidato a governador.

<sup>259</sup> O cabo de energia instalado sobre uma baía, a apenas 3,5 metros de altura, era pouco visível, conforme registrou o jornal *Folha de São Paulo*, citado por MARTINS, *Os quatro cantos do Sol*, op. cit., p. 137.

<sup>260</sup> Esperidião Amin Helou Filho, candidato do Partido Democrático Social (PDS), foi eleito governador em 15 de novembro de 1982 com uma diferença de apenas 12.650 votos sobre Jaison Barreto, do PMDB, correspondendo a 0,76% dos votos.

<sup>261</sup> Onze meses após o acidente, quatro funcionários da CELESC foram condenados por homicídio culposo e lesões corporais. Na sentença, o juiz Wilson Eder Graf afirma haver provas de imperícia e negligência por parte dos acusados, que não seguiram o projeto original da obra nem os padrões de segurança. “A causa preponderante, isolada, única, foi a pequena altura do fio energizado sobre

O velório de Marcos Cardoso Filho contou com a presença de diversas personalidades importantes da resistência à ditadura civil-militar, desde parlamentares do MDB até seus companheiros de militância dentro do PCB, além da presença de alunos.

Professor universitário e dirigente comunista, Marcos dedicou sua curta e valiosa vida à luta pela construção de um Brasil democrático e independente, aberto à transição socialista. [...]. Pela coerência de sua trajetória, Marcos foi enterrado com a bandeira do Partido Comunista Brasileiro sobre seu caixão, [restando a] todos nós lembrar seu exemplo e fazer de sua memória um instrumento a mais no combate ao qual ele nunca negou sua melhor contribuição.<sup>262</sup>

Nem mesmo o velório e a missa de sétimo dia de Marcos Cardoso Filho foram respeitados pelos órgãos de segurança da ditadura civil-militar. As cerimônias foram acompanhadas por agentes do regime, que destacaram, em documentação, a presença de comunistas:<sup>263</sup>

Aos funerais compareceram cerca de 300 pessoas, entre amigos, parentes, políticos e militantes do PCB. O caixão, contendo o corpo de MARCOS, foi coberto com a bandeira do PCB.

A trajetória de vida de Marcos Cardoso Filho, dedicada quase inteiramente à luta contra a ditadura civil-militar, não pode ser esquecida. É preciso que as violentas estruturas do regime sejam compreendidas, denunciadas, lastimadas. É preciso que Marcos Cardoso Filho não seja esquecido. “É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer.”<sup>264</sup>

---

a água, em local onde as embarcações normalmente passeiam”, escreveu o magistrado (conforme citação de MARTINS, *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 364).

<sup>262</sup> *Voz da Unidade*, São Paulo, n. 184, 1 jan. 1984. In: MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol, op. cit.*, p. 365.

<sup>263</sup> Documento do SNI (carimbado “Confidencial”): ACT-ACE A039742/84, p. 4. Acervo da CMV/UFSC

<sup>264</sup> Trecho do poema “Rondó da Liberdade”, de Carlos Marighella, escrito em 1939.

## 7.9 JOÃO SOCCAS<sup>265</sup>

João Soccas foi estudante e professor na UFSC durante o regime civil-militar brasileiro. A história desse homem retrata diversas cenas de repressão e de impunidade às ações de corrupção do regime. Soccas entrou para a UFSC em 1967, no curso de Engenharia. Segundo seu relato destinado à CMV/UFSC, quando entrou na universidade, já havia uma perspectiva de defesa da democracia e de combate ao regime civil-militar.

Figura 7.22 – João Soccas no início dos anos 1970



Fonte: Acervo pessoal.

No curso de Engenharia, logo no seu primeiro ano, João Soccas foi segundo-secretário do Diretório Acadêmico de Engenharia e participou das lutas e reivindicações estudantis, como a ampliação e o melhoramento do Restaurante Universitário e da moradia estudantil da época. Além disso, fazia parte do núcleo estudantil que discutia e combatia as reformas implantadas pelo relatório Atcon, como por exemplo a departamentalização da universidade, com uma proposta de mudança na grade curricular baseada em crédito e não mais num modelo anual. Segundo Soccas, o objetivo dessa mudança era a desarticulação estudantil, pois

---

<sup>265</sup> A história de João Soccas é contada por Jéssica Duarte de Souza, bolsista da CMV/UFSC, com base na pesquisa que realizou e no estudo de Felipe Dutra Demetri.

“o modelo americano baseado em créditos, desvinculava praticamente as turmas”, a capacidade de organização.<sup>266</sup>

Como estudante, Soccas se movimentou muito na universidade, com desistências e transferências, passando pelo curso de Matemática, além do de Engenharia. Diante dessa situação, presenciou tanto a luta contra a Reforma Universitária (1967/1968) como a própria implantação da reforma, em 1970. Sobre o combate à reforma, a repressão aos estudantes nesse momento era árdua. Soccas contou à CMV/UFSC sobre a prisão de seus colegas e sobre como ele conseguiu escapar por pouco. Em um primeiro momento, relatou a prisão do presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia, Gil Bráz de Lima, e de Roberto Cascaes. O episódio aconteceu em 1969, durante uma panfletagem na Rua Visconde de Ouro Preto, no centro de Florianópolis. O objetivo da ação era protestar contra a Reforma Universitária no campus universitário. João Soccas estava atrasado para essa panfletagem e, quando chegou ao local, seus dois colegas já estavam presos. É importante perceber que esses dois estudantes foram detidos dentro da universidade, e a reitoria não se manifestou sobre o assunto, sendo que Gil Bráz de Lima, depois de alguns meses preso em Biguaçu, foi transferido para uma prisão em Curitiba, onde ficou mais um ano. Nas palavras de Soccas:

Ele [Gil] não voltou mais para a faculdade, foi uma eliminação de certa forma, porque foi preso, e aí ele perdeu essa sequência toda. [...] Esse menino, na época era menino, devia ter 19 ou 20 anos, ele foi tolhido. Não voltou mais a estudar, porque o período que ele ficou preso em Biguaçu, somado o que ele ficou preso em Curitiba, simplesmente desvinculou ele da universidade.<sup>267</sup>

A segunda prisão presenciada por Soccas na universidade foi no dia em que o AI-5 foi divulgado:

[...] eu estava com o carro do pai, eu liguei o rádio e começou a leitura do AI-5. Eu disse: Pô, eu vou pro DCE tentar salvar qualquer documentação ou tirar quem tivesse lá ou tirar alguma coisa... eu morava na praça Getúlio Vargas na época, na casa do meu pai, e eu fui em direção ao DCE. Quando eu subi a Tenente Silveira eu vi vários carros já parados lá em cima da calçada, na frente da Secretaria de Segurança, e eu toquei embora, eu subi, quando eu descí a Álvaro de Carvalho os carros que estavam estacionados na frente da Secretaria passaram na minha frente e já bloquearam o DCE, e

---

<sup>266</sup> Depoimento de João Tadeu Soccas concedido à CMV/UFSC em 25 de junho de 2015.

<sup>267</sup> *Ibidem*.

eu passei direto. Foi outra escapada do destino, por questão de minutos, se eu tivesse estacionado o carro, descido e eles viessem, eu teria ido junto com o Cascaes e esse outro menino que era enfermeiro, que era secundarista, os dois eram secundaristas. Não! Quem foi preso, o Cascaes não estava no DCE, quem foi preso foi o [Sérgio] Grandó.<sup>268</sup>

Na sua volta para a universidade, no início da década de 1970, João Soccas encontrou um ambiente bastante hostil entre os estudantes devido à Reforma Universitária, que promovia a disputa pelos cursos mais concorridos e dissipava qualquer tipo de organização e união entre os discentes. Nesse período de sua volta, após 1970, Soccas contou como foi detido por um dia, em virtude de um jornal chamado *Universitários à procura de Universidade* (UPU) que teve apenas uma publicação. Esse jornal denunciava os males causados pela Reforma Universitária entre os estudantes. João Soccas foi o encarregado da impressão e distribuição do jornal. Por isso foi detido como organizador, e relatou que sofreu ameaças de tortura para confessar que de fato era ele quem organizava o jornal. Essa detenção trouxe à tona outro problema da universidade naquele momento, o caso de policiais que frequentavam a UFSC como estudantes. Segundo Soccas, o policial que o prendeu era estudante da UFSC, a quem encontrava cotidianamente na universidade: “esse pessoal entrava na universidade [...] pelo DAE, sem passar no vestibular”<sup>269</sup>.

A repressão aos estudantes passava por diferentes esferas. No depoimento de João Soccas fica claro o seu pesar com a situação de que vários colegas seus, do movimento estudantil, foram mortos e torturados pelo regime civil-militar, em especial, Honestino Guimarães, líder estudantil brasileiro:

Então nós condenamos à morte crianças que seriam grandes homens, talvez grandes lideranças nacionais, foram mortos sob circunstâncias ainda que a gente nem sabe. O Honestino Guimarães não se tem nem o corpo dele ainda, como é que foi morto, ainda não se sabe. Ele foi para a história pela inteligência dele, pela articulação dele.<sup>270</sup>

João Soccas nunca se distanciou do movimento estudantil, nem na época em que esteve longe da universidade como discente nem quando entrou para a UFSC como professor.

---

<sup>268</sup> Depoimento de João Tadeu Soccas concedido à CMV/UFSC em 25 de junho de 2015.

<sup>269</sup> *Ibidem*.

<sup>270</sup> *Ibidem*.

Figura 7.23 –João Soccas no fim dos anos 1970



Fonte: Acervo pessoal.

Soccas foi admitido na UFSC, em 1978, na qualidade de auxiliar de ensino.<sup>271</sup> O contrato de trabalho de Soccas deixava claro que era professor, mas ele executava também a função de analista de sistemas, sem que isso tivesse uma contrapartida salarial, o que resultava num contrato precário de trabalho. Logo, Soccas informou, em ofício, o chefe do Departamento de Processamentos de Dados (DPD), Márcio Ferrari, a respeito da precariedade de seu trabalho, devida à sobreposição de funções, e denunciou, no mesmo ofício, que era obrigado a realizar, de madrugada, o trabalho de analista, já que durante o dia o sistema de processamento de dados prestava serviços para projetos externos à universidade, gerenciados pela Fundação para o Ensino da Engenharia em Santa Catarina (FEESC). O reitor da época, Caspar Erich Stemmer, ao receber o ofício de Márcio Ferrari – no qual este distorce os fatos narrados por Soccas e sugere sua consequente demissão – encaminhou o pedido do chefe do DPD para o Departamento de Pessoal, para que a demissão fosse efetuada. A demissão do professor Soccas, portanto, apesar de apresentar “ares de legalidade”, já que seu contrato de trabalho era regido pela CLT, foi sobretudo motivada pela denúncia feita de desvio de finalidades. A perseguição político-ideológica foi provavelmente também um componente importante dessa demissão, haja vista que Soccas era

---

<sup>271</sup> Cargo previsto, à época, na Lei do Magistério Superior e no primeiro Estatuto da UFSC.



uma liderança estudantil muito conhecida na UFSC, nomeadamente entre os estudantes de Engenharia, além do que ele tinha se sindicalizado quando passou a ocupar o cargo de professor. Dessa forma, silenciava-se um professor propenso a denunciar práticas autoritárias e ilegais.<sup>272</sup>

## 7.10 VALMIR MARTINS<sup>273</sup>

Valmir Martins nasceu em Florianópolis, no dia 22 de outubro de 1943. Começou a estudar Odontologia na UFSC, mas depois se transferiu para a graduação em História. Obteve seu diploma de licenciatura em 22 de setembro de 1974 e de mestrado em 1979. Sua vida é marcada por seu ativismo político, ora como universitário pelo movimento estudantil, ora como político.

### 7.10.1 A atividade política enquanto estudante e professor

#### A PARTICIPAÇÃO ENQUANTO ESTUDANTE

Valmir Martins compôs o grupo de estudantes militantes da UFSC que participaram ativamente na luta contra os governos ditatoriais. Conforme documentos da ASI/SNI, Valmir Martins fazia parte do grupo “Olheiros”, o qual “observava todos os passos de estudantes militantes”.<sup>274</sup> Foi vice-presidente do DACEB em 1972 e fundador do partido estudantil PUA.

Além disso, fez parte da luta do movimento estudantil pelo RU. No dia 12 de março de 1973, participou de uma reunião para debater o aumento do preço da refeição; no dia 14 do mesmo mês, participou da Comissão de Estudantes que avaliava esse aumento. O documento da ASI transcreve as palavras de Valmir durante a discussão na comissão, o qual critica a posição do reitor da UFSC:

O reitor deixou transparecer que estava nos enrolando, chegando até a gracejar de nós; então vamos fazer outras assembleias, porque esta é a nossa arma de luta, 15 dias, conforme prazo do Reitor era muito, tendo em vista a chegada do Ministro da Educação e Cultura no dia 27 de março, então deveríamos diminuir o prazo para 13 dias, pois no dia 27 poderíamos fazer nova assembleia convidando o Exm.º Sr. Ministro a participar da mesma, oportunidade de apresentar-lhe tudo o que está ocorrendo e não sendo

---

<sup>272</sup> Este episódio da demissão do professor João Soccas é apresentado e analisado em detalhes no capítulo 4.

<sup>273</sup> A história de Valmir Martins foi pesquisada e escrita pelo bolsista da CMV/UFSC Gabriel Dauer.

<sup>274</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1981\_82\_001, p. 43. Acervo da CMV/UFSC.

possível a presença do mesmo, criaremos um outro sistema para que o Senhor Ministro tome conhecimento.<sup>275</sup>

Ainda estudante de Odontologia, fez parte de diversas insurgências políticas e agremiações para combater o Regime Militar, entre elas, o 30º Congresso da UNE, ocasião em que foi preso.

Somos um pequeno grupo. Os dirigentes do Movimento Estudantil dos anos 67 e 68 na UFSC. Valmir Martins, estudante de odontologia, Etny Amaro Lorenzi Filho – Economia, Paulo Joaquim Alves – Medicina, Roberto Maciel Cascaes, secundarista, Rosemeire Cardoso – Serviço Social, Heitor Bittencourt Filho – Medicina, Wladimir Salomão Amarante – Direito. Vários outros [...] <sup>276</sup>

Foi a maior prisão coletiva de que se tem notícia no Brasil. Mais de 700 jovens universitários foram detidos. A região de Ibiúna foi cercada durante 3 dias e, cedinho, soldados armados invadiram o local onde nos encontrávamos. Implantaram um clima de terror com tiros, rajadas de metralhadoras, empurrões, ameaças e gritos. Caminhamos nos arrastando no chão. Parecia cenário de guerra, na chuva. <sup>277</sup>

Figura 7.24 – Valmir Martins (centro) durante a greve dos professores em 1987



Fonte: Acervo da APUFSC.

<sup>275</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1981\_82\_001, p. 44. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>276</sup> DE LUCA, *No corpo e na alma, op. cit.*, p. 27.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 32.

## A PARTICIPAÇÃO NA UFSC ENQUANTO DOCENTE

Em 1976, na tentativa de ingressar na UFSC como professor, foi barrado durante a gestão do reitor Roberto Mündell de Lacerda. Valmir Martins já era carta marcada na instituição, “Passei em primeiro lugar entre oito e havia mais de uma vaga no departamento de História. [...] Lacerda [reitor] dizia que eu era um comunista e tal, portanto eu não podia entrar.”<sup>278</sup>

Após um período de clandestinidade no Paraná, voltou para Florianópolis e conseguiu ingressar no quadro de professores da UFSC, já na gestão do reitor Caspar Erich Stemmer. Entretanto, para que pudesse ser aceito na universidade, teve de apresentar um atestado ideológico para que constasse isenção de ações subversivas em sua ficha política. “Eles me deram um atestado acusando que constava antecedente. Então, eu peguei o atestado e fraudei!”<sup>279</sup>

Enquanto professor de História, lecionou na Fundação Educacional de Santa Catarina, em Tubarão, como professor assistente entre 1º de março de 1975 e 1º de agosto de 1976. Em Tubarão, conforme a ASI/SNI, lecionava matérias como Formação Econômica do Brasil e História Geral.

No documento, Valmir Martins é visto como “pregador de ideias socialistas: ‘dotado de artimanhas e malícias no sentido de influenciar seus alunos com ideias contrárias ao regime político vigente [...] bem como criar simpatia pelos regimes comunistas’”. Tais atitudes eram vistas como subversivas, até mesmo o uso de livros, já que lia Caio Prado Júnior em suas aulas de economia.<sup>280</sup> Determinados alunos afirmavam que caso fossem contrários à sua linha de pensamento marxista, seriam reprovados.<sup>281</sup> Até mesmo o modo de vestimenta das pessoas era motivo de perseguição, como consta nos documentos da ASI.<sup>282</sup> “Em 02 Fev 76, foi visto em FLORIANÓPOLIS/SC, com a roupa surrada, cabelos em desalinho, muito longe do apurmo que deveria ter um professor de curso superior”. Entre outras observações do governo militar, constam:

Em meio as suas aulas abre parênteses para falar sobre a atual situação política do país e que, na maioria das vezes, é comum a ênfase contraditória às atitudes tomada pelo Governo Federal, inclusive questiona fatos que apoiam o regime comunista. Em uma de suas aulas o nominado limitou-se,

<sup>278</sup> VARGAS, *Dossiê UFSC*, op. cit., p. 116.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>280</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1472\_81, p. 47. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 51. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 46. Acervo da CMV/UFSC.

quase que exclusivamente, a comentar a economia dos países comunistas. O nominado adota livros de CAIO PRADO JUNIOR o qual foi deputado estadual em 1947 e cassado em 1948 quando o Partido Comunista Brasileiro foi declarado ilegal.<sup>283</sup>

Posição Ideológica: Esquerdista. Atitude com relação à Revolução de 31 MAR 64: Contrário. Atividades Subversivas: Na condição de professor, durante suas aulas usa de malícia e técnicas objetivando transmitir a seus alunos ideias esquerdistas, bem como torná-los revoltados contra o regime político vigente no país.<sup>284</sup>

Valmir Martins também trabalhou na Fundação de Ensino do Polo Geoeeducacional do Vale do Itajaí (FEPEVI), como professor auxiliar de Ensino Superior. A partir de agosto de 1976, passou a trabalhar na UFSC como auxiliar de ensino, filiando-se então à APUFSC (que, nos anos 1980, passou a ser APUFSC-SSIND – Associação dos Professores da UFSC – Seção Sindical da ANDES-SN), nela tendo expressiva militância.

Martins fez parte de diversos outros eventos enquanto professor da UFSC. Entre eles está a sua participação no Congresso Estadual dos Estudantes de Santa Catarina, realizado na UFSC entre os dias 14 e 15 de junho de 1980. Valmir representou o Partido dos Trabalhadores (PT) no congresso, o qual pretendia criar a União Estadual de Estudantes de Santa Catarina (UEE/SC).<sup>285</sup>

### 7.10.2 A participação na APUFSC

Valmir Martins foi associado à APUFSC-SSIND enquanto professor universitário da UFSC. Como representante da APUFSC, compareceu à 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em Santos/SP, entre os dias 21 e 24 de agosto de 1981. Entre os objetivos da conferência estava a defesa da educação, o reajuste semestral, o direito à sindicalização e a defesa do ensino público e gratuito.<sup>286</sup>

Nos documentos da ASI-SNI, encontram-se informações que descrevem sua atuação enquanto professor e militante ativo das causas trabalhista e docente. Numa das situações, Valmir teria “percorrido as salas de aula da UFSC solicitando aos estudantes para que não permitam a entrada de professores no dia 26 Set 79”;

---

<sup>283</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1981\_82\_001, p. 46-47. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>284</sup> *Ibidem.*

<sup>285</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1774\_81. Acervo CMV/UFSC.

<sup>286</sup> O recorte do jornal foi encontrado na ficha da ASI/SNI: ACT\_ACE\_1461\_81\_001 com o título: “Professores vão participar do Conclat”. *O Estado*, Florianópolis, 20 ago. 1981.

dia referente ao “Dia Nacional de Reivindicações Salariais e Trabalhistas da Classe”<sup>287</sup> Enquanto filiado ao PT, fez parte de uma comissão catarinense de solidariedade aos atingidos pela Lei de Segurança Nacional. O objetivo era realizar um júri simulado no DCE da UFSC.<sup>288</sup>

Em outra situação, teria conduzido, juntamente de Jorge Lorenzetti, uma ação para expandir a greve da UFSC para as escolas de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus de Blumenau/SC. Valmir teria, ainda, percorrido outras cidades de Santa Catarina para divulgar o movimento grevista com Remy José Fontana.<sup>289</sup>

Na Novembrada, quando diversos estudantes foram presos, Valmir Martins teve atuação marcante, no sentido de mobilizar e juntar esforços para que os estudantes presos nesse episódio fossem liberados.

### 7.10.3 A luta continua: envolvimento na política partidária

Valmir Martins militou pela Juventude Operária Católica (JOC) e pelo movimento clandestino de combate à ditadura Ação Popular. Em 1978, fez parte do movimento político pela criação do PT em Santa Catarina, sendo o primeiro coordenador estadual do partido.<sup>290</sup> Conforme documentos da ASI/SNI, foi fichado como “marxista, militante do PT em Santa Catarina” e doutrinador de seus alunos enquanto professor da UFSC de História Antiga e Medieval:

O nominado faz pesquisas com seus alunos, indagando sobre suas origens, posses etc., e o conteúdo de suas aulas tem como base a produção, modos de produção, sistemas de produção e forças de trabalho, de modo a conduzir o pensamento do aluno à prática “marxista”. Aqueles que não seguem a trilha determinada, são reprovados.<sup>291</sup>

Em 1980, Valmir Martins foi detido pelo DOPS/SC, junto com um funcionário da APUFSC (Fernando), por terem feito propaganda da visita de Luiz Inácio Lula da Silva a Florianópolis. Após a detenção, compareceram na delegacia Nelson Wedekin, Sadi Lima, Francisco Küster e Manoel Dias. Depois disso, foram liberados.<sup>292</sup>

---

<sup>287</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1109\_81, p. 5. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>288</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1981\_82\_001, p. 51. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>289</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1472\_81, p. 38.

<sup>290</sup> *Zero Hora*, p. 15, 18 nov. 1988.

<sup>291</sup> Ficha ASI/SNI: ACT\_ACE\_1981\_82\_001, p. 51. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>292</sup> Ficha ASI/SNI: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0198\_D001, p. 35.

Além de primeiro coordenador estadual do PT, Valmir Martins foi o primeiro presidente do diretório municipal do partido, sendo reeleito posteriormente. Em 1982, foi primeiro candidato a senador pelo partido, depois candidato a deputado constituinte e candidato a vereador, em 1988, para Florianópolis.

Finalmente em 2005, “ele deixa a sigla afirmando que o PT não é mais o mesmo e que perdeu sua identidade”<sup>293</sup> e que “o PT está morto”.<sup>294</sup> Em 2005, filia-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), como outros companheiros que também haviam saído do PT.<sup>295</sup> Faleceu no dia 30 de novembro de 2012.

## 7.11 AS ESTUDANTES NA UFSC DURANTE A DITADURA MILITAR<sup>296</sup>

As mulheres participaram das mais diferentes maneiras das lutas de resistência à ditadura brasileira. Estiveram atuantes em grupos de esquerda clandestinos, em grupos guerrilheiros, em partidos, em sindicatos, no movimento estudantil, entre diversas outras atuações, em que batalharam por espaço, por reconhecimento e, assim, enfrentaram ao mesmo tempo a repressão e o machismo cotidiano que não reconhece as mulheres como participantes da política.

Um dos espaços em que elas atuaram fortemente na década de 1960 e 1970 foi o movimento estudantil. Isso se deu pelo crescimento do número de universidades no período e pelo crescimento do número de mulheres matriculadas nesses espaços. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a presença feminina no ensino superior brasileiro mostram o aumento do número de mulheres nesse espaço. Em 1956, elas eram 26%, em 1971 chegavam a 40%.<sup>297</sup>

Na UFSC, entre 1967 e 1968, quando o movimento estudantil se reestruturava, após o golpe e as medidas repressivas de 1964, algumas mulheres foram importantes figuras políticas. Em Florianópolis, o movimento estudantil se reorganizou principalmente em torno de dois grupos políticos, a Ação Popular e o Partido Comunista. Derlei Catarina de Luca foi uma militante do movimento

---

<sup>293</sup> A *Notícia*, p. 3, 30 set. 2005.

<sup>294</sup> *Ibidem*.

<sup>295</sup> *Diário Catarinense*, p. 8, 30 set. 2005.

<sup>296</sup> A história das estudantes foi escrita pelas mestrandas Lídia Schneider Bristot e Mariane da Silva, sob a orientação da professora de História da UFSC Cristina Scheibe Wolff, apoiadora da CMV/UFSC.

<sup>297</sup> BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 15, dez. 1975, p. 52. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/278.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.

estudantil que entrou para a Ação Popular nesse período. Em suas memórias, relembra como entrou em contato com o movimento estudantil.

Eu entrei na Universidade em [19]66 e quando nós chegamos na Universidade, minha turma, não tinha Diretório Acadêmico, não tinha DCE, porque estava tudo fechado. No início assim, a gente não tinha, não sabia muita coisa, sabe, porque a gente estava começando. No primeiro ano foi o ano de ficar Tateando [...]. No início de abril, não, não foi no início de abril, no dia 31 de março de [19]66 tinha um cartazinho no Restaurante Universitário que era ali na Escola Técnica, que dizia assim: aniversário do golpe, vamos abrir o DCE, a UCE. E eu fui lá sozinha. E tinha dois estudantes só, dois estudantes de Direito que eram o Nelson Wedekin e o Markian Kalinoski e eu, e eu não conhecia eles e eles também não me conheciam. Eram dois estudantes de Direito de Joaçaba que também tinham feito vestibular naquele ano. Bom, conversamos ali do golpe militar. Nós já falávamos de golpe militar, lá na minha casa, lá em Içara, Criciúma, nós falávamos golpe militar. Mas todo ano de [19]66 foi assim, Tateando, conhecendo as pessoas.<sup>298</sup>

Derlei era estudante de Pedagogia da UFSC, curso no qual ingressou em 1966, vinda de Içara, no interior do estado. Seu relato é interessante para perceber os caminhos da tentativa de rearticulação do movimento estudantil. Esse foi um momento de grande efervescência, em que os estudantes aprendiam como se reorganizar no processo de realizar cada pequena atividade. Derlei comenta sobre a organização de uma assembleia em 1967, quando os órgãos estudantis estavam fechados:

Então fizemos um panfleto e marcamos uma Assembleia para discutir a questão de um professor de matemática. E encheu, chegou na hora não sabíamos nem o que fazer de tanta gente: lotado, lotado, lotado, lotado! E tremíamos tudo porque não tinha ninguém do Diretório Acadêmico, não existia nada, e tremíamos porque não sabíamos nem o que falar na Assembleia. Mas tínhamos mais ou menos preparado, a Aline, uma companheira que estudava comigo, a Sônia e eu. E éramos nós três, a Célia, éramos três ou quatro. A gente tinha conversado para tirar esse professor, a proposta era fazer um abaixo-assinado, todo mundo assinava, para tirar esse professor de matemática. A Assembleia evoluiu, porque apareceu muita gente, começou a fazer discurso, chegou um policial e acusou nós de subversivas, de tudo que você possa imaginar. E a gente não sabia nada. Sabe o que é nada? Nada!

---

<sup>298</sup> Entrevista de Darlei Catarina de Luca concedida a Sérgio Luis Schlatter em Criciúma, em 22 de abril de 2008. Acervo do LEGH.

Porque nós assim não tínhamos grandes conhecimentos, eu vinha lá do interior, todo mundo vinha do interior, o que a gente não tinha era muito medo. [...] E falamos que não queríamos o professor, que queríamos uma associação de estudantes e tudo... um monte de gente foi falando e foi muito interessante, porque não tínhamos uma prática de Assembleia, não tínhamos prática de controlar estudantes, de ordem, de fazer isso, como a gente aprendeu depois. Mas deu tão certo que, se tivéssemos preparado bem, não teria dado tão certo. Saímos dali com um grupo que ia pedir uma reunião com o diretor, saímos dali com o abaixo-assinado, saímos dali com uma proposta de fazer um diretório acadêmico.<sup>299</sup>

É interessante perceber que tanto Derlei quanto as outras pessoas referidas no texto são estudantes mulheres. Também é interessante perceber que demandas pontuais, como o afastamento de um professor, podem gerar demandas políticas amplas, como a proposta de organizar o diretório acadêmico. Essa reorganização do movimento estudantil entre os anos de 1967 e 1968 segue o contexto nacional de mobilizações no país e também é pautada por eventos nacionais, como a morte de Edson Luís e o Congresso de Ibiúna.

Entre os 15 delegados estudantis que foram ao Congresso da UNE em Ibiúna estavam as jovens Derlei Catarina de Luca, Gilda Laus e Rosemarie Cardoso. Derlei e Rosemarie eram estudantes da UFSC, e Gilda era estudante da Sociedade Itajaiense de Ensino Superior (SIES).<sup>300</sup> Apesar do número pequeno de mulheres em relação aos homens, é notável a sua presença na comitiva, pois foram a Ibiúna as principais lideranças do movimento estudantil.

Após as prisões em Ibiúna e a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o movimento estudantil da UFSC entrou em certo refluxo durante alguns anos devido à repressão. Na noite em que o AI-5 foi decretado, Derlei Catarina de Luca entrou para a clandestinidade e saiu da cidade. No entanto, da maneira que era possível, estudantes continuaram se mobilizando, principalmente sobre questões internas do meio universitário.

Em meados da década de 1970, o movimento estudantil se rearticulava, e novamente as mulheres estavam presentes. Na UFSC, a rearticulação do movimento estudantil se deu principalmente em torno da reconstrução de seus espaços institucionais, como os Centros Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes e das questões relativas à Reforma Universitária.

---

<sup>299</sup> Entrevista de Darlei Catarina de Luca concedida a Sérgio Luis Schlatter em Criciúma, em 22 de abril de 2008. Acervo do LEGH.

<sup>300</sup> Após várias mudanças de nome, a SIES se tornou a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) em fevereiro de 1989.



Figura 7.25 – A estudante de Farmácia e Bioquímica Marize Lippel



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

A década de 1970 foi de muito crescimento para a UFSC, com a criação de diversos cursos e com um grande aumento de estudantes.<sup>301</sup> Esse crescimento da universidade fez com que um número cada vez maior de estudantes convivesse na rotina acadêmica, entre eles diversas mulheres. Muitas dessas estudantes narram a entrada na universidade como um momento de iniciação política. Rosângela Koerich de Souza entrou na UFSC em 1975, primeiro cursando Letras e, no ano

<sup>301</sup> Ao longo da década de 1970 foram criados mais de quinze cursos de graduação na UFSC, entre eles Arquitetura, Jornalismo, Ciências Sociais e Agronomia. NECKEL; KÜCHLER, *op. cit.*

seguinte, mudando para o Direito. Ela rememora essa entrada para a universidade como um período de descoberta do mundo em que vivia: “tinha preocupação em saber a origem da miséria. Por que tinha tanta gente pobre, por que tinha gente rica? Mas eu não tinha compreensão que vivíamos numa ditadura militar, nem que havia tortura nesse país, que havia prisioneiros.”<sup>302</sup>

O ano de 1975 foi especialmente marcante para a universidade e para Santa Catarina. Nesse ano foi deflagrada a Operação Barriga Verde, encabeçada pelo DOI-CODI do Exército. A execução dessa operação contou com o apoio da Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica e órgãos de segurança estaduais. O objetivo era, principalmente, a cassação, apreensão e extração de informações – mediante tortura se fosse preciso, como já era de costume – dos articuladores do PCB que atuavam em Santa Catarina.

O historiador Mateus Torres, em sua dissertação intitulada “*A Justiça nem ao Diabo se há de negar*”: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975), aponta que o processo de investigação durou cinco meses e tratou de fotografar, seguir e perseguir os supostos articuladores do Partido Comunista em Santa Catarina.<sup>303</sup> Em um sentido mais amplo, os DOI-CODIs espionavam, também, a vida dos familiares dos suspeitos de serem ligados ao PCB, buscando intimidar e demonstrar força.

Figura 7.26 – Em pé, a estudante de Direito Rosângela Koerich de Souza



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

<sup>302</sup> Entrevista de Rosângela Koerich de Souza concedida a Mírian Elisa da S. A. Wagner. Florianópolis, jan. 2003. Acervo da autora.

<sup>303</sup> TORRES, “*A justiça nem ao diabo se há de negar*”, *op. cit.*, p. 28.

Como resultado dessa operação, foram presas no período 42 pessoas, em várias cidades catarinenses, principalmente em Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville. Entre elas, encontravam-se personalidades como Teodoro Ghercov e Newton Cândido (o primeiro, romeno, e o segundo, paulista, ambos representantes do Comitê Central do PCB no estado), Roberto Motta (ex-deputado estadual pelo PMDB), Marcos Cardoso Filho (engenheiro eletricitista, professor da UFSC), Cirineu Martins Cardoso e Alcício Verzola em Florianópolis, Júlio Serpa, Roberto Cologni e Edgard Schatzmann em Joinville e Amadeu Hercílio da Luz em Criciúma.<sup>304</sup>

Ao analisar os aspectos políticos da Operação Barriga Verde e pensá-los de forma mais ampla, é perceptível a construção no imaginário político brasileiro de que o anticomunismo salvaria os valores tradicionais das famílias. O objetivo era destruir esse inimigo comum – pois ele passara a ser mal visto e temido pela população, no sentido geral, também. Para legitimar a cassação e a prisão dos considerados subversivos, por colocarem em risco a segurança nacional e os valores morais tradicionais, “[...] deveriam ser detidos, e impedidos de estabelecer seus tentáculos de polvo sobre o povo de Santa Catarina.”<sup>305</sup> Após as prisões resultantes da Operação Barriga Verde, diferentes movimentos se articularam para buscar notícias e para exigir a soltura dos presos políticos do estado, entre eles, o movimento estudantil da UFSC, a mobilização de familiares de presos políticos que se articulara em 1977 e o Movimento Feminino pela Anistia (seção Santa Catarina).

Essa articulação fica evidenciada na entrevista de Margaret Grandó, em que rememora o seu primeiro ano na UFSC, como estudante do curso de Farmácia e Bioquímica. Em seu relato, Margaret diz que a primeira informação que teve sobre as prisões que estavam ocorrendo em decorrência da Operação Barriga Verde foi na fila do Restaurante Universitário, por meio de um folheto produzido pelo DCE. Daquele momento em diante, segundo ela, deu-se conta de toda a efervescência política do campus, envolveu-se com as questões políticas e iniciou a sua militância no movimento estudantil e, posteriormente, na Juventude do MDB. Com esse primeiro contato, entre os anos de 1976 e 1977 passou a realizar visitas regulares aos presos políticos que estavam na Colônia Penal Agrícola de Canasvieiras, local onde fez amizade com o professor Marcos Cardoso Filho.<sup>306</sup>

---

<sup>304</sup> MARTINS, Os quatro cantos do Sol, op. cit., p. 108.

<sup>305</sup> TORRES, “A justiça nem ao diabo se há de negar”, op. cit., p. 30.

<sup>306</sup> Movimento Feminino pela Anistia: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. Entrevista de Margaret Grandó concedida a Mariane da Silva, em 20 de abril de 2015, na residência da entrevistada. Acervo da autora. Margaret narra e demonstra, em diferentes

Figura 7.27 – Comunicação da Estudante de Farmácia Margaret Grando no 1º Encontro Catarinense de Estudantes (ECE), 1979



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

Durante uma dessas visitas, foi o próprio Marcos Cardoso Filho que a orientou sobre a existência de um movimento de mulheres que lutavam pela anistia aos presos e exilados políticos e por melhores condições para os encarcerados. Na entrevista, ao rememorar esse episódio, Margaret se emocionou ao falar das dificuldades enfrentadas pelos presos e por seus familiares. Essa sugestão de Marcos Cardoso Filho também evidenciava a importância de trazer esse movimento para Florianópolis, pois seria incorporada à pauta do movimento nacional a denúncia das arbitrariedades cometidas na deflagração da Operação Barriga Verde, bem como as péssimas condições das pessoas presas em Santa Catarina e de seus familiares. A prisão do professor Marcos Cardoso Filho propiciou o envolvimento dos familiares de presos políticos com as diversas mobilizações e ações que estavam ocorrendo na UFSC, como fica evidenciado na lembrança da professora do Colégio de Aplicação da UFSC, Marise Maravalhas, que, na época, era esposa do professor Marcos Cardoso Filho.

---

momentos da entrevista, a sua preocupação e proximidade com os presos políticos e seus familiares, principalmente com o professor Marcos Cardoso Filho, que era engenheiro eletricista e professor do Departamento de Engenharia Elétrica da UFSC em 1975. Era também membro do PCB e participava da Juventude do MDB e, por isso, foi um dos 42 presos e torturados da Operação Barriga Verde sob acusação de integrar e articular o PCB no estado.

Ao ser questionada acerca da articulação do Movimento Feminino pela Anistia em Santa Catarina, a professora Marise, apesar da distância temporal, aponta:

Já faz tantos anos. Foi em 1975. Na época em que a anistia estava em voga, os comunistas sendo pegos em todo o país. São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, em vários pontos do país ocorriam as prisões por ideais. E nessa época eu fazia Ciências Sociais na Universidade e eu tinha meu ex-marido que foi um dos que foram presos também, se chamava Marcos Cardoso Filho. Então todo o pessoal que foi preso em [19]75 era conhecido. Daí a gente foi a São Paulo, quem era presidente geral do Movimento Feminino pela Anistia era a Therezinha Zerbine. A gente começou a receber material. E como aqui, se não me engano, foram 35 prisões, 35 presos, quase todos professores da Universidade, estudantes, trabalhadores. Em Criciúma tinha um pessoal que trabalhava no carvão. Era uma coisa tudo muito escondida, camuflada. Nós criamos aqui em Santa Catarina o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, mas vinculado a São Paulo. Nós éramos mais ou menos 10 mulheres. Mas quase todas tinham um vínculo, ou tinham um parente preso, ou o marido, ou algum conhecido. E o pessoal batalhava bastante naquela época. Tinha até uma sede do movimento. Íamos pra São Paulo, nas reuniões e conseguimos uma porção de coisas na época. Depois eu saí. E acabou acho em [19]76 ou [19]77. Depois foram soltos. A anistia foi dada e o grupo se extinguiu.<sup>307</sup>

Por causa da distância entre os acontecimentos e o momento da rememoração, pode-se perceber algumas inconsistências em datas e números, porém isso não anula a riqueza dos elementos presentes em sua narrativa. Toda a articulação para formalizar um núcleo catarinense dessa mobilização foi realizada por mulheres, estudantes e esposas de presos políticos. A rede que se formara entre trabalhadores, trabalhadoras e estudantes era de responsabilidade estratégica e política dessas mulheres. O vínculo estabelecido com o núcleo de São Paulo, em certa medida, proporcionava o respaldo enquanto mobilização nacional para legitimar, e assegurar, a luta empreendida.

A organização do MFPA em Santa Catarina representava também uma esperança na projeção das denúncias acerca das ilegalidades cometidas pelo regime ditatorial em todo o Brasil para, assim, angariar apoio da sociedade e de outras entidades civis. O alcance da luta pela anistia empreendida por esses movimentos pode ser percebido no crescente apoio de outras entidades, conforme

---

<sup>307</sup> Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980. Entrevista de Marise Maravalhas concedida a Janine Petersen em 8 de agosto de 2003. Acervo do LEGH, p. 1-2.

as assinaturas em diversos folhetos de eventos, mesas de discussão, teatros, saraus promovidos pelo Diretório Acadêmico da UFSC com o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA/SC), a Comissão de Justiça e Paz e os próprios movimento estudantil e MFPA/SC.<sup>308</sup>

Com relação ao movimento estudantil e suas lideranças femininas, cabe destacar, também, a estudante Marize Lippel que foi presidente da chapa Unidade para o Centro Acadêmico de Biomedicina (CABM) em 1978. O CABM representava todos os cursos do Centro Biomédico: Farmácia, Odontologia, Medicina e Enfermagem; e, como Marize comenta em entrevista, havia categorias bastante machistas, como a Medicina e a Odontologia. Para ela, sua vitória foi resultado de um trabalho que já vinha sendo realizado pela Unidade na gestão anterior. No entanto, é importante ressaltar que as eleições para os Centros Acadêmicos já eram diretas, sendo que apenas o DCE possuía eleições indiretas nesse momento, o que demonstra a força de sua chapa e de sua imagem para conseguir conquistar a vitória nas eleições diretas.<sup>309</sup>

A presença de mulheres era muito grande no movimento estudantil, assim como o respeito e a aceitação de seus companheiros de militância. Com certeza, o número de mulheres era maior em 1978 do que em 1968, em Florianópolis. Entre as memórias de 1968 e as do fim da década de 1970, é possível perceber muitas mudanças. Valmir Martins, militante no movimento estudantil e na AP em 1967 e 1968, ao comentar sobre as reuniões clandestinas que faziam na Barra da Lagoa, dizia:

As pessoas nos viam como estranhos, quando viam aquele ajuntamento lá era uma coisa estranha, mulheres... uma mulher, geralmente era a Derlei sozinha no meio de quatro, cinco homens. Era uma coisa chocante para as mulheres, e até para os homens da Barra da Lagoa.<sup>310</sup>

Na fala das entrevistadas desse período, a percepção é de que as mulheres são tantas quanto ou mais numerosas que os homens.

---

<sup>308</sup> Entre esses documentos, destacamos: *Por Liberdades* (Informativo do DCE/UFSC de 1977); *Todos ao ato público pela Anistia* (Informativo do DCE/UFSC de 1977); *Constituindo* (Boletim da Juventude do MDB de 1977); *Por uma anistia ampla, geral e irrestrita* (MFPA/SC, 1977); *Manifesto por uma anistia ampla, geral e irrestrita* (MFPA/SC, 1978); *Anistia para os brasileiros* (1979).

<sup>309</sup> Entrevista de Marize Lippel concedida a Lídia Schneider Bristot. Florianópolis, 11 ago. 2012. Acervo de Lídia Schneider Bristot.

<sup>310</sup> Entrevista de Valmir Martins concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis: Acervo do LEGH.

Figura 7.28 – As estudantes Thais e Marize Lippel



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

A naturalidade da participação das mulheres está posta nas entrevistas, assim como a segmentação dos cursos por gênero. Também para Thais Lippel, irmã de Marize Lippel, estudante de Medicina na época e militante da Unidade, era perceptível a participação das mulheres no movimento estudantil.

Aliás, acho que a gente era maioria! Tinha bastante e em cargos importantes, a gente tinha uma discussão muito de igual mesmo para com os homens. Mas eu vou te dizer, eu tenho certeza que isso também era pela propriedade dos argumentos, sem dúvida. Porque eu acho que aí é que se igualam os gêneros. E como a gente tinha isso muito claro, os homens tinham que ter bons argumentos pra contrapor!<sup>311</sup>

Thais Lippel traz uma questão importante para pensar a participação no movimento estudantil: a “propriedade dos argumentos” nas discussões. Para ela, não havia diferença, porque as mulheres se igualavam na defesa de suas convicções, um ponto que aparece como importante para a não invisibilização das mulheres em vários espaços tidos como masculinos. A política é vista como um assunto masculino, e muitas mulheres, por não se sentirem seguras nessa

---

<sup>311</sup> Entrevista de Thais Helena Lippel concedida a Lídia Schneider Bristot. Florianópolis, 10 out. 2012. Acervo de Lídia Schneider Bristot.

discussão, não a fazem. Como a maioria delas inicia sua trajetória política ao entrar na universidade, esse acúmulo de conhecimento político é recente, e para conseguirem se impor ou mesmo se sentir seguras para contribuírem nas discussões, a principal questão apontada por elas é o estudo. Ter suas convicções baseadas em estudo e leitura permitia se empoderarem e discutirem igualmente com os homens, que então “tinham que ter bons argumentos pra contrapor!”. A questão sobre a necessidade de ter bons argumentos deixa entrever a necessidade de se esforçar muito mais que os estudantes homens para serem ouvidas nas discussões. Isso perpassa tanto questões intelectuais – ter uma base sólida e sentir-se segura para discussões políticas – como questões corporais ou materiais – a postura e o tom de voz em uma assembleia, as roupas usadas etc.<sup>312</sup>

Figura 7.29 – A estudante de Medicina Ligia Giovanella



Fonte: Acervo da AGECOM/UFSC.

Essas mulheres, apesar das barreiras, foram uma grande força no movimento estudantil da UFSC, sendo que em 1979, na primeira eleição direta para o Diretório Central dos Estudantes desde o golpe militar, a chapa vencedora, Unidade, era composta por Adolfo Dias como presidente e Ligia Giovanella como

<sup>312</sup> BRISTOT, Lídia Schneider. *Mulheres no movimento estudantil de Florianópolis (1975-1979)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.



vice-presidente. Marize Lippel, ao comentar a respeito da chapa de Adolfo Dias ter sido eleita, aponta que: “Ele tinha uma base muito grande de apoio, apoio, que eu digo, uma equipe de trabalho. A equipe de trabalho dele, quem segurava a estrutura, eram as mulheres.”<sup>313</sup> Foi essa base de mulheres que possibilitou a reorganização do movimento estudantil na UFSC. Movimento que em 1979 organiza uma das principais mobilizações contra a ditadura de Santa Catarina, a Novembrada.

A Novembrada é um exemplo de uma mobilização que foi organizada pelo DCE da UFSC em novembro de 1979. Contou com o apoio de diversas entidades civis e da classe trabalhadora catarinense. Até a atualidade é evocada como símbolo de resistência catarinense à ditadura civil-militar. Esse protesto foi organizado pelos diretórios acadêmicos da UFSC, em 30 de novembro de 1979, em frente ao Palácio Cruz e Sousa, que na época era a sede do governo do estado e era onde seria recebido o então presidente da República, o general João Baptista Figueiredo.<sup>314</sup> Segundo a historiadora Paola Silveira, as reivindicações do protesto giravam em torno da situação de pobreza da população até os gastos exorbitantes para a recepção do presidente; além da contestação ao regime autoritário que se mantinha.<sup>315</sup> Essa manifestação mobilizou milhares de pessoas, incluindo trabalhadores e trabalhadoras, donas de casa e até crianças.<sup>316</sup>

A memória construída *a posteriori* da Novembrada – baseada na repercussão tanto nacional quanto internacional desse protesto – tende a resumir o cenário de resistência catarinense à ditadura civil-militar. Acreditamos que isso esteja relacionado ao fato de que a Novembrada, após ter sido gestada pelo movimento estudantil da UFSC, contou com o apoio popular, e este se tornou decisivo para o sucesso da manifestação.<sup>317</sup> Na ocasião foram presos sete estudantes, entre os quais Ligia Giovanella, Marize Lippel e Rosângela Koerich de Souza.

---

<sup>313</sup> Entrevista de Marize Lippel concedida a Lídia Schneider Bristot. Florianópolis, 11 ago. 2012.

<sup>314</sup> O general João Baptista Figueiredo esteve na presidência da República no período de 1979 a 1985. Foi o último presidente do regime militar.

<sup>315</sup> SILVEIRA, Paola Vieira da. *Novembrada, revolta catarinense contra ditadura: das impressões do momento às interpretações posteriores*. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013, p. 11.

<sup>316</sup> SARMENTO, Anaíra Sousa de Moraes; GREVE, Vitória Gonçalves Pereira. A cobertura jornalística da Novembrada em Florianópolis. *Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 137-149, 2014.

<sup>317</sup> BRISTOT, *Mulheres no movimento estudantil de Florianópolis*, op. cit., p. 64-67.

## 7.12 ADOLFO LUIZ DIAS<sup>318</sup>

Adolfo Luiz Dias nasceu em Florianópolis, em 1954, filho de Adolfina Dias.<sup>319</sup> Foi estudante de Direito na UFSC. Militante ativo do movimento estudantil catarinense, esteve ligado à maior parte das atividades das lutas estudantis no período pós-AI-5 (a partir de 1979), como a reconstrução da UNE e da UCE. Fez parte da primeira gestão democraticamente eleita do DCE da UFSC, após a “abertura” do regime ditatorial. Foi durante a gestão da chapa Unidade (1979/80), ligada ao Partido Comunista Brasileiro e presidida por Adolfo, que ocorreu uma das manifestações estudantis mais importantes da história do movimento estudantil catarinense: a “Novembrada”. Em 1980 foi eleito presidente da UCE.

Figura 7.30 – O estudante de Direito Adolfo Luiz Dias, presidente do DCE no 1º ECE



Fonte: Acervo da AGEKOM/UFSC.

### 7.12.1 A reestruturação do movimento estudantil: 1976-1979

Adolfo Dias entrou no curso de Direito da UFSC em 1971 e esteve presente na reconstrução das organizações estudantis. Nesse período, até 1979, havia grande repressão a militantes nas universidades. Rosângela Koerich de Souza,

<sup>318</sup> A história de Adolfo Luiz Dias foi pesquisada e escrita pelo bolsista da CMV/UFSC Victor Wollinger da Cunha.

<sup>319</sup> Informações obtidas pelo Coletivo Memória, Verdade e Justiça. Disponível em: <https://abre.ai/cFIJ>.

ex-militante do movimento estudantil catarinense e colega próxima de Adolfo, contou em entrevista:

Eu fiz o vestibular pra Direito em [19]76, passei, foi quando eu conheci o Adolfo. Como eu já tinha feito o Básico, de Letras, a maioria das matérias, comecei a frequentar o curso de Direito, [...] aí o Direito era aqui, a Economia era aqui, Administração e Ciências Contábeis era aqui no Centro. [...] O curso de Direito era extremamente conservador, né, então quando a gente queria fazer algo melhorzinho, nós, da esquerda do Direito, nós nos reuníamos com o pessoal da Economia, Administração e Ciências Contábeis. Então foi nessa luta que a gente teve eleição pro Diretório, e nós organizamos uma chapa chamada “Transformando”, uma chapa que tava... que era contra a... a turma mais do MDB. Porque não tinha direita mesmo, da ARENA, se tivesse eles não se organizavam, porque era quando só tinha dois partidos. [...] Foi em [19]77 [a eleição da chapa], acho. Não lembro a época, mas eu conheci o Adolfo em [19]76, finalzinho de [19]76.<sup>320</sup>

Na mesma entrevista, quando interrogada sobre o que a chapa disputava, Rosângela relatou:

O Diretório Acadêmico do Centro Socioeconômico. Esse diretório era: Direito, Ciências Contábeis, Economia e Administração. Não sei precisar a data. Mas foi antes do DCE. Tô te contando isso porque ali nós organizamos uma esquerda que era uma esquerda ligada a partidos políticos clandestinos, tá, POLOP [Organização Revolucionária Marxista Política Operária], MEP [Movimento pela Emancipação do Proletariado], vários partidos, e também não tinha muita noção, pois as coisas não eram faladas muito claramente. Mas a nossa posição maior qual era? É não estar no MDB. Aí a palavra de ordem era “pela construção de um partido operário independente”. E teve uma chapa de direita, que a gente chamava de direita e que era a turma do MDB, que eram os antigos petebistas, tá, e nós. E acabamos ganhando a eleição. E o presidente, se eu não estou equivocada, era o Adolfo. Ah não, era o Ivens. [...] Eu acho que o Adolfo era o vice dele. Tá? Eu acho que o Adolfo era o vice. [...] Aí o Adolfo era da nossa turma, a gente tinha um grupo forte, aí era todo mundo... nós, todo mundo contra a turma do MDB, tá, a ARENA, a direita naquela época não se manifestava, mas era contra aquilo que a gente chamava de oposição consentida. Então tinha a oposição consentida, os democratas do PTB, do antigo PSD [...]. Depois eles se autodenominaram a tal da “Luta Democrática”. [...] Nessa época era

---

<sup>320</sup> Entrevista de Rosângela Koerich de Souza concedida a Victor W. da Cunha. Acervo da CMV/UFSC.

o irmão do Lédio, o Léo Rosa. [...] Ah... que os pais tinham sido presos também, eram uns combatentes mas eles não eram comunistas, como nós, revolucionários, [...] eles eram democratas, assim. [...] Aí tinha essa turma dos democratas, tinha, que era forte só no Direito, na universidade inteira eles não existiam, né, aí tinha a esquerda que lutava por um partido operário independente, e tinha o “PCzão”, que era a turma da Unidade, tá? Eram os três grupos.

### 7.12.2 O ano de 1979 e a “redemocratização”

Em 1979, o movimento estudantil universitário, assim como os outros movimentos sociais e de massas, estava se reestruturando após o fim do período de vigência do Ato Institucional nº 5, que durou dez anos e terminou em 31 de dezembro de 1978. Com a reestruturação, entidades como a UNE e a UCE puderam voltar a existir. Adolfo esteve presente na reconstrução de diversas dessas entidades, participando, por exemplo, do Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador,<sup>321</sup> e do 1º Encontro Nacional dos Estudantes de Direito (ENED).<sup>322</sup> Esteve envolvido em diversas manifestações na UFSC, sendo uma das lideranças na luta contra as grandes filas do Restaurante Universitário<sup>323</sup> e por mais recursos para o Hospital Universitário, através da chapa Unidade, que disputou o DCE em 1979.

De acordo com Rosângela, embora Adolfo compusesse um grupo de oposição ao PCB (que lançava parlamentares pelo MDB), nas eleições para o DCE de 1979 ele foi convidado a presidir a chapa Unidade, ligada ao PCB.

E o Adolfo fazia parte desse grupo. E um dia, numa reunião nossa... e o Adolfo ia ser o nosso candidato a presidente do DCE, desse grupo de esquerda, não é? Aí um dia o Adolfo, eu me lembro bem desse dia, foi lá no Diretório, que nós tínhamos aqui no Direito, [...] Aí o Adolfo falou pra nós que ele tinha recebido a proposta da “Unidade”, de ser o candidato da “Unidade” pro DCE. Eu me lembro quando ele falou isso, eu fiquei louca, briguei com ele, e eu rompi com ele. Porque eu achei que era uma traição, que ele era o nosso candidato, tal, e aí... Mas eu nem me lembro se... A gente deve ter concorrido, eu não me lembro quem era o candidato, não me lembro, porque é muita coisa pra pesquisar, tem que pesquisar esses documentos. O Adolfo saiu pela “Unidade”. O Adolfo, ele nunca foi do Partidão. A gente falava que ele era “franja”. E o Adolfo era uma pessoa,

<sup>321</sup> Relatório nº 704/79-DCI/SC. Arquivo Público de SP.

<sup>322</sup> Relatório nº 072/79-DOPS/SC-(PROT. 1929/79-DCI/SC). Arquivo Público de SP.

<sup>323</sup> Relatório s/n sobre o movimento estudantil, p. 1-2. Arquivo Público de SP.

assim, bastante, como é que se diz, anarquista. Ele não se disciplinava numa corrente política, mas o Adolfo tinha uma coisa bastante grande que era o ego dele. Tinha um ego que! E ele era bom mesmo! Ele era bom, ele falava bem, ele era muito carismático, muito inteligente, muito estudioso. E ele tinha noção de tudo isso que ele era. Ele viu que conosco ele não tinha condições de ser eleito e que, saindo pela “Unidade” poderia, mesmo que ele concordasse com a nossa política, tá?<sup>324</sup>

Adolfo encabeçou a chapa Unidade como presidente nas primeiras eleições livres para o DCE. Geraldo Barbosa, militante do PCB e integrante da chapa, também concedeu entrevista:

[...] então o Adolfo participou da gestão anterior e foi o nosso candidato, presidente numa chapa que era formada por militantes do PCB e independentes, e que tinha uma política formulada pelo PCB, pela ala de esquerda do PCB na época, que já estava centrada, né, já naquela época por uma visão, hum, de... vincular as lutas democráticas gerais, antiditatoriais e populares à luta no interior da universidade, e que além de questões, vamos dizer assim, das reivindicações de melhores condições para o estudante, de manutenção, vamos dizer assim, que é a Casa Estudantil, o RU, a manutenção das greves gerais... nós tínhamos uma preocupação muito grande com o ensino e com a pesquisa. [...] Nós chamamos um congresso que definiu tudo, estatuto, e que é até hoje o congresso que [definiu] a estrutura legal da entidade. [...] Então o Adolfo era o presidente do DCE e, nesse ano de 1979 muitas lutas, era um ano que já vinha [sendo] preparado por movimentos fortes no ano anterior, [19]78, onde nós já tivemos uma luta vitoriosa pela construção do Restaurante Universitário, Diretório de Saúde, que era presidido pela Marize [Lippel], que entrou na nossa chapa também. Então o movimento vinha num ascenso, e nós já havíamos feito campanhas pela anistia, já éramos um grupo bem articulado, tanto porque já controlávamos os Diretórios Acadêmicos anteriormente quanto porque tínhamos uma reflexão teórica, estudos. Era um grupo que já tinha uma unidade política bastante sólida, fruto de uma reflexão comum, que sabia o que queria fazer. Aí ganhamos aquela eleição e logo o movimento explodiu, forte.<sup>325</sup>

---

<sup>324</sup> Entrevista de Rosângela Koerich de Souza concedida a Victor W. da Cunha. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>325</sup> Depoimento de Geraldo Pereira Barbosa concedido em 17 de fevereiro de 2017. Acervo da CMV/UFSC.

A Unidade ganhou, então, o pleito de 1979, disputando contra a chapa Luta Democrática, encabeçada por Lédio Rosa de Andrade. Logo que assumiu, a gestão teve muitas atividades a desenvolver junto ao novo movimento estudantil que emergia. Algumas delas, relatadas no livro de Lédio Rosa de Andrade, foram:

- » Apresentação das reivindicações dos estudantes em reunião com o então reitor, Caspar Erich Stemmer;
- » Organização de protesto por melhorias nas condições do Restaurante Universitário;
- » Acompanhamento da greve dos estudantes de Farmácia e Bioquímica contra um projeto que tramitava na Câmara dos Deputados para regularizar o ato médico;
- » Realização de um movimento contra as mudanças do currículo escolar, encabeçado pelos estudantes de Medicina;
- » Luta contra a possível privatização do ensino público universitário, discutida na época entre os estudantes e negada pelo reitor;
- » Lutas pela democratização do processo de sucessão da Reitoria;
- » Movimento pela unificação das oposições, seguindo o projeto nacional do PCB de Unidade Democrática.<sup>326</sup>

### 7.12.3 A Novembrada

Para a manifestação de 30 de novembro de 1979, a Novembrada, o DCE da UFSC, presidido por Adolfo Luiz Dias, decidiu elaborar cartazes com dizeres tais como “Abaixo a Exploração”, “Abaixo a Fome” e “Fora Figueiredo”, além de mimeografar 2 mil folhetos informativos.<sup>327</sup> A manifestação seria na Praça XV de Novembro.

Figueiredo, após chegar a Florianópolis, seguindo pelo bairro popular da Costeira do Pirajubaé, foi recebido por uma manifestação de donas de casa, que batiam panelas em protesto contra a carestia de alimentos básicos (vale lembrar que a inflação, até aquele momento, beirava os 150% ao ano, e o governo federal já havia admitido que havia falseado os índices oficiais de inflação de 1973 e 1974). Ao chegar à capital, o presidente foi vaiado, e também respondeu com insultos. De acordo com Geraldo Barbosa, que estava na organização do ato com outros militantes:

---

<sup>326</sup> ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras*: história do movimento estudantil catarinense – 1974-1981. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

<sup>327</sup> JUNCKS, Katia. Novembrada: a radiografia de um momento. In: GOMEZ, Iur; SOARES, Regina Mauro. *Notas de um desaparecido*: Paulo Stuart Wright, o tempo, o sujeito e o mundo. Florianópolis: Instituto Paulo Stuart Wright, 2014, p. 318.

[...] até que o Figueiredo foi na sacada e fez assim [sinal com o indicador e o polegar em círculo]. Aí, quando fez assim, e depois foram dizer que ele quis dizer que era minoria, não. Ele fez assim fechado mesmo. [...] E a massa reagiu como acontece quando tem jogo do Avaí e Figueirense, quando tem um juiz ladrão lá, com aquelas palavras de ordem típicas. E o Figueiredo surtou. [...] E aí não deu jeito, não deu jeito.<sup>328</sup>

Logo o governo perdeu o controle da situação, e parte da massa que estava na frente do Palácio Cruz e Sousa, então sede do governo do estado, começou a arrastar e queimar os adereços que a administração estadual tinha preparado para o evento, como balões, cartazes e bandeiras, além de arrancar uma infame placa que homenageava Floriano Peixoto, e que havia sido trazida por Figueiredo como “presente ao povo de Florianópolis”. Embora naquele momento a polícia não tenha agido com violência, como estratégia para não minar a “cara de abertura” à qual o governo Figueiredo queria se ligar,<sup>329</sup> alguns dias depois, sete lideranças estudantis receberam mandado de prisão. Adolfo e Ligia Giovanella, no entanto, fugiram. Segue trecho da entrevista com Geraldo Barbosa, na qual o tema foi levantado:

E aí, é... sobre a nossa grande liderança [Adolfo Luiz Dias], esse processo ainda elevou mais a liderança dele, porque nós fomos presos alguns dias depois, na segunda-feira, foi na sexta e fomos presos na segunda. E o Adolfo e a Ligia fugiram. Conseguiram fugir. [...] Até que chegaram numa fazenda de uma pessoa das relações do prefeito de Lages, que era o Dirceu Carneiro, que era um prefeito progressista. E ficaram lá escondidos. E a polícia direto atrás, né, cachorro, helicóptero e o escambau. [...] E aí eles se entregaram. [...] vieram numa caravana com políticos destacados, nacionais. É que a polícia sabia que eles estavam vindo na verdade, mas ela não... recebeu ordens de efetuar a prisão. Aí chegaram, foram direto para uma entrevista dar uma coletiva na televisão. Que foi muito escutada, imagina. [...] E aí o Adolfo deu uma entrevista brilhante na televisão. [...] Eu vi na cadeia, mas também vi depois.<sup>330</sup>

Logo depois, Adolfo Luiz Dias se entregou na capital. O seguinte documento, de 19 de dezembro de 1979, pertencente ao segmento do SNI em Santa Catarina, confirma sua prisão:

---

<sup>328</sup> Depoimento de Geraldo Pereira Barbosa concedida em 17 de fevereiro de 2017. Acervo da CMV/UFSC.

<sup>329</sup> *Ibidem.*

<sup>330</sup> *Ibidem.*

INFE Nº I69/79-DCI/SSI/SC – Fornece a qualificação do nominado e informa que o mesmo é militante da chapa “UNIDADE”, que participou da confecção das faixas e nas manifestações contra o Presidente da República e que foi preso por participar das referidas manifestações.<sup>331</sup>

Após ser solto, em dezembro de 1979, Adolfo participou de um protesto na colação de grau da Medicina, no ginásio do SESC. De acordo com informe do SNI encontrado no Arquivo Público de São Paulo, Adolfo apareceu no ginásio trazendo e afixando a bandeira da UNE. Na eleição para o DCE, numa disputa entre cinco chapas, a chapa de oposição Luta Democrática venceu o pleito, e a Unidade saiu da gestão da entidade.

Adolfo Luiz Dias, como presidente da UCE, fez grande campanha pelo não enquadramento dos presos da Novembrada na Lei de Segurança Nacional. Logo no início de janeiro de 1980, durante os dias do vestibular e dos trotes na UFSC, entregou panfletos e coletou assinaturas contrárias à ação do governo.<sup>332</sup> Em março, seguindo a luta contra o enquadramento dos estudantes, Adolfo Luiz Dias deu diversas palestras sobre o tema em diversas entidades, como a União Florianopolitana de Estudantes Secundaristas (UFES). No dia 24 de março, dia da coleta de depoimentos dos estudantes – incluindo Adolfo Luiz Dias – em Curitiba/PR, o grupo foi acompanhado de uma caravana de professores e estudantes de diversos estados, além de advogados da OAB/SC, em apoio à causa.

A luta contra João Figueiredo, último presidente da ditadura civil-militar, se acirrava no país todo, e o movimento estudantil catarinense havia conquistado um papel marcante ao estar à frente da Novembrada. Em junho de 1980, durante a VII Semana de Estudos sobre Saúde Comunitária (SESAC), em Vitória/ES, Adolfo Luiz Dias e outros militantes do movimento estudantil da UFSC promoveram uma manifestação denominada “Revolução do Figueiredo”. De acordo com os arquivos do Departamento de Serviço de Informação (DSI/SC):

Logo em seguida, GERALDO PEREIRA BARBOSA, ADOLFO LUIZ DIAS e ROSÂNGELA SOUZA cantaram versos ofensivos ao Sr. Exm<sup>o</sup> Presidente da República imitando a melodia da música “GENI E O ZEPELIN” de Chico Buarque de Holanda, enquanto incendiavam um boneco com o nome “Figueiredo”.<sup>333</sup>

---

<sup>331</sup> Disponível nos arquivos da CMV/UFSC, no documento “Adolfo Dias – Registro de Antecedentes”.

<sup>332</sup> *Ibidem*. RELAT. S/N-DOPS/SC-(PROT.087/80-DCI/SC) e INFE Nº 007/80-DCI/SC.

<sup>333</sup> *Ibidem*. ENC Nº 52-90-[rasurado]-PMSC (PROT Nº 1796-DSI/SSI/SC).



Figura 7.31 – Adolfo Luiz Dias, presidente do DCE e da UCE



Fonte: Acervo da AGECOM/UFSC.

Em junho de 1980, Adolfo Luiz Dias começa a compor o PMDB de Santa Catarina.<sup>334</sup> Em outubro, toma posse da diretoria da UCE, tendo sido eleito pela chapa Unidade na Ação.<sup>335</sup> Em sua gestão, a UCE focou a reestruturação das entidades de base (Centros Acadêmicos) e gerais (DCE) das instituições de ensino superior em Santa Catarina, como no caso do DCE da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), em Chapecó, reorganizado em novembro de 1980.<sup>336</sup> Em 1981, Adolfo Luiz Dias graduou-se em Direito pela UFSC, vindo a trabalhar posteriormente como oficial de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina e como assessor de senador em Brasília. Faleceu em 29 de janeiro de 1999, aos 48 anos de idade. Segue, abaixo, trecho do discurso de Geraldo Barbosa no funeral do antigo companheiro:

Eu o conheci na campanha para a eleição da diretoria do DCE da UFSC em 1979, que ficou na nossa memória histórica como o ano mais importante do movimento estudantil em Santa Catarina. Fomos companheiros da diretoria do DCE e na União Catarinense de Estudantes. Nós fomos companheiros

<sup>334</sup> “Adolfo Dias – Registro de Antecedentes”, INFE Nº 168/80-DSI/SC.

<sup>335</sup> *Ibidem*, INFE Nº 168/80-DSI/SC.

<sup>336</sup> *Ibidem*, INFE Nº 395/80-DSI/SC.

de cárcere: presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional por ter organizado o protesto contra o último General de plantão na presidência da República. [...] Depois da “Novembrada”, mesmo na condição de réu, Adolfo liderou nacionalmente com bravura a luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional, enfrentando frontalmente o regime militar. Era um líder nato e marcou nossa geração, que se formou na luta política sob e contra a ditadura, como um símbolo vivo da juventude insubmissa e consciente.<sup>337</sup>

### 7.13 “ÉRAMOS COLEGAS, HOJE SOMOS COMPANHEIROS DE LUTAS”:<sup>338</sup> A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO PROFESSOR OSVALDO DE OLIVEIRA MACIEL<sup>339</sup>

Oswaldo de Oliveira Maciel nasceu em Santana do Livramento/RS, na fronteira do Brasil com o Uruguai, em 1940. Sua primeira participação política foi na campanha “O petróleo é nosso” (1950), na companhia do irmão mais velho. Maciel graduou-se em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi eleito para o Diretório Acadêmico e, junto com colegas, criou a Federação dos Estudantes da Federal do Rio Grande do Sul. Segundo ele próprio, nessa época, em 1962, estava diretamente envolvido na “resistência brizolista”, parte do movimento chamado “cadeia da legalidade”, encabeçado por Brizola no Rio Grande do Sul, no ano em que os militares tentaram dar um golpe na posse de João Goulart.<sup>340</sup> De acordo com Maciel, sua admissão como técnico especializado em Enzimologia Aplicada no Instituto de Alimentos da UFRGS, por meio de uma portaria do reitor Eliseu Paglioli, ocorreu no dia 1º de abril de 1964, dia do golpe militar e, por isso, não haveria tido tempo para que os serviços de informação investigassem seu passado.

Oswaldo de Oliveira Maciel chegou a Florianópolis em 1965, a convite de um professor visitante da UFSC, e foi admitido na universidade em 1966, tornando-se, então, professor na antiga Faculdade de Farmácia, situada na Rua Esteves Júnior.<sup>341</sup> Oswaldo de Oliveira Maciel, ex-professor do Departamento de

---

<sup>337</sup> Cópia cedida por Geraldo Barbosa para a CMV/UFSC em fevereiro de 2017.

<sup>338</sup> ANDES. *Boletim Andes*, n. 1. Brasília, abr. 1981.

<sup>339</sup> A história de Oswaldo de Oliveira Maciel foi pesquisada e escrita por Cecília Brancher de Oliveira, bolsista da CMV/UFSC, com a supervisão da professora Marli Auras.

<sup>340</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Oswaldo Maciel. Florianópolis, 5 mar. 2006.

<sup>341</sup> Entrevista de Oswaldo de Oliveira Maciel concedida a Fábio Adriano Hering e Marcos Vinicius de Almeida Saul. Florianópolis, 22 set. 1995.

Ciências Fisiológicas do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, é reconhecido por sua atuação sindical tanto na esfera municipal quanto na nacional, e sua figura simboliza uma importante faceta da luta contra a ditadura militar dentro da universidade brasileira.

Figura 7.32 – Professor Osvaldo de Oliveira Maciel, presidente da APUFSC, e a estudante Margaret Grando na mesa diretora no 1º ECE, em 1979



Fonte: Acervo da AGECOM/UFSC.

Em 1978, Maciel assumiu o cargo de presidente da APUFSC<sup>342</sup> (de 1978 a 1980), hoje sindicato, após a gestão de Ernesto Vahl Filho (de 1976 a 1978), à qual Maciel atribuiu os termos “assistencialista” e “festiva”, com um número reduzido de sócios. Segundo ele:

Nossa proposta era transformar uma associação festiva, que fazia algumas atividades culturais, alguns jantares, coquetéis, uma associação basicamente recreativa e conciliatória com o *staff* da universidade do regime militar, em uma associação de luta.<sup>343</sup>

A APUFSC, criada em 1975, vivia em 1978 um momento de esvaziamento, mas ganhou novo fôlego com a eleição da chapa Independência e Luta, encabeçada

<sup>342</sup> Na época, era proibida a formação de sindicatos de servidores públicos, que surgiam como associação, pelo imperativo legal.

<sup>343</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Osvaldo Maciel. Florianópolis, 5 mar. 2006.

pelo professor Maciel, na primeira eleição direta para a diretoria da entidade. Segundo notícia do jornal *O Estado*, de 13 de outubro de 1978, em uma das chapas inscritas para a eleição da APUFSC, constavam os nomes do reitor Caspar Erich Stemmer e de seu chefe de gabinete, “[...] mas no momento da composição da mesma, alguns professores constantes da lista, que não haviam sido consultados previamente, se recusaram a participar”.<sup>344</sup> O surgimento da chapa Independência e Luta e os objetivos e reivindicações políticas de seus membros enquanto parte da APUFSC podem ser mais bem esclarecidos pelo seguinte trecho do boletim especial da APUFSC sobre Osvaldo de Oliveira Maciel:

A plataforma e o ideário dessa chapa Independência e Luta tinham conteúdos bem claros de lutar pela democracia da universidade, pelo ensino público, pelo financiamento público das universidades, pela recuperação dos salários dos professores e também por verbas necessárias para pesquisa e extensão universitária. A essas bandeiras também foi associada a bandeira da democratização interna da universidade, a começar pela eleição dos chefes de departamento. Nesse período, tivemos vários enfrentamentos políticos e sindicais com a direção central da UFSC.

Nós queríamos também discutir currículos, coisas para incrementar o clima de liberdade no ensino e na pesquisa. Queríamos repelir as assessorias de segurança e informações – as famosas ASIs – que funcionavam em cada reitoria. [...] Tudo que acontecia aqui dentro eles deduravam, faziam relatórios para o SNI, aquela coisa toda. Então, uma das nossas bandeiras era tirar ou neutralizar as Assessorias de Segurança e Informações. A que tínhamos na UFSC era bastante ativa, inclusive.<sup>345</sup>

O professor afirmou, inclusive, que após oito meses da eleição da chapa Independência e Luta, a associação passou de 200 para 600 sócios.<sup>346</sup> Além disso, ele aponta:

[...] naquele tempo a ditadura estava firme e nós éramos visados, tanto pela ditadura externa quanto a ditadura interna. O reitor, na época, era o professor Stemmer. [...] Ele era muito autoritário e muito aderente aos princípios da ditadura.<sup>347</sup>

---

<sup>344</sup> *O Estado*. Florianópolis, 13 out. 1978, p. 6.

<sup>345</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Osvaldo Maciel. Florianópolis, 5 mar. 2006.

<sup>346</sup> Entrevista de Osvaldo de Oliveira Maciel concedida a Fábio Adriano Hering e Marcos Vinicius de Almeida Saul. Florianópolis, 22 set. 1995.

<sup>347</sup> *Ibidem*.

A APUFSC, apesar de não ser reconhecida enquanto sindicato, somou-se à luta sindical, principalmente na luta pela democracia. Dentro do espectro da luta pela democracia e contra a ditadura, estava o debate sobre a implantação da Reforma Universitária, ocorrida em 1967. Sobre isso, o professor Raul Guenther, presidente em exercício na gestão 1980/82 e presidente na gestão 1982/84, aponta uma dificuldade fundamental do movimento político docente, principalmente em relação ao caráter “privado” da Reforma Universitária: “às nossas reivindicações era contraposta uma proposta clara de privatização, a proposta de transformar as universidades federais, que funcionavam na forma de autarquias, em fundações”<sup>348</sup>

Segundo Maciel, a fundação da APUFSC, em 1975, é impulsionada pela relação notoriamente conflituosa entre o reitor Roberto Mündell de Lacerda e o vice-reitor Hamilton Schaefer, os quais, segundo ele, disputavam o poder político dentro da universidade. Em verdade, foi Schaefer quem teve a iniciativa de chamar 200 professores para fundar a entidade. De acordo com Maciel, “[...] necessariamente, o vice-reitor quis criar um canal para se comunicar com o professorado e fugir um pouco, digamos assim, do poder do reitor”<sup>349</sup>

O reitor seguinte a Lacerda foi Caspar Erich Stemmer, cuja gestão coincidiu com a presidência de Maciel na APUFSC. Segundo Maciel, a convivência política com Stemmer era bastante difícil. Para Maciel, eles eram oponentes políticos. Em entrevista, lembra que o primeiro boletim da APUFSC trazia uma charge que se constituía em um ringue de boxe com um reitor “intimidador” batendo em um professor pequeno no canto do ringue. Segundo ele, “o reitor ficou indignado conosco, nos chamou, nos xingou, e nós falamos: ‘olha professor, isto aqui é na verdade democracia, é a liberdade de imprensa’”<sup>350</sup> Além disso, o primeiro boletim da APUFSC trazia um editorial sobre a cassação branca do professor Gerônimo W. Machado, que, apesar de aprovado no concurso para docência, não foi chamado para assumir o cargo.

Jorge Lorenzetti, vice-presidente da APUFSC entre 1978 e 1980, comenta sobre o caráter da APUFSC e sobre seus eixos de atuação política dentro e fora da universidade:

---

<sup>348</sup> APUFSC. *Plural*, n. 6. Florianópolis, ago./dez. 1995.

<sup>349</sup> Entrevista de Osvaldo de Oliveira Maciel concedida a Fábio Adriano Hering e Marcos Vinicius de Almeida Saul. Florianópolis, 22 set. 1995.

<sup>350</sup> *Ibidem*.

A partir da nossa gestão, no período de [19]78 a [19]80, com o professor Osvaldo Maciel na presidência, a Associação começa a ter uma outra identidade [...]. Um papel mais político e abrangente, combinando esses dois eixos: uma atuação reivindicativa com uma atuação política de oposição, de luta política contra a ditadura, e também traduzindo isso no interior da Universidade como uma luta concreta pela democratização da Instituição.<sup>351</sup>

Em 1980, Osvaldo Maciel se reelegeu para a presidência da APUFSC, mas pediu afastamento para dirigir a ANDES, hoje também sindicato. Na entrevista concedida por Maciel a Fábio Adriano Hering e Marcos Vinicius de Almeida Saul, quando perguntado sobre a importância do reconhecimento do caráter combativo da APUFSC na escolha de seu nome para presidir a ANDES, o professor comentou:

A APUFSC teve, com certeza, um papel importante no movimento nacional. É importante reconhecer que ela, desde o começo, foi sempre organizada, bem estruturada. [...] Lembro-me de muitas entidades nacionais, entidades sindicais, entidades de professores que eram completamente desestruturadas. Havia uma ideia errônea de que o bom sindicalista era aquele que fazia só política. Não fazia nada na organização, na estruturação, na chamada burocracia. Isso era um engano fatal, porque não se faz uma boa política sem um bom apoio estrutural.<sup>352</sup>

Sobre o início de sua trajetória de lutas, Maciel recorda:

Eu creio que as raízes do meu sentimento de rebeldia e de solidariedade vêm de quando eu via, na minha terra, a perseguição a alguns comunistas, que não tinham direito de expressar pensamentos e eram encarcerados, eram caceteados, inclusive, alguns jornalistas que eram perseguidos e presos. Também havia os que não queriam que a gente lutasse pelo petróleo do Brasil. Eu percebia por trás uma ideologia que eu não localizava bem, mas que logo ficou clara, quando eu comecei a perceber que o imperialismo norte-americano era um dos responsáveis pelos problemas do nosso país.<sup>353</sup>

---

<sup>351</sup> APUFSC. *Plural*, n. 6. Florianópolis, ago./dez. 1995.

<sup>352</sup> Entrevista de Osvaldo de Oliveira Maciel concedida a Fábio Adriano Hering e Marcos Vinicius de Almeida Saul. Florianópolis, 22 set. 1995.

<sup>353</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Osvaldo Maciel. Florianópolis, 5 mar. 2006.

Figura 7.33 – Osvaldo Maciel fala durante assembleia de greve na década de 1980



Fonte: Acervo da APUFSC.

Em sua trajetória de lutas e resistência, Maciel atuou não apenas enquanto professor, presidente da APUFSC e primeiro presidente da ANDES, mas também enquanto profissional de saúde. Como afirmou seu companheiro Flávio Magajewski, médico e professor universitário:

a força de um profissional de saúde que se tornou guardião dos princípios de uma política pública como a do Sistema Único de Saúde, que ajudou a construir desde os seus primórdios, ainda nos estertores da ditadura.<sup>354</sup>

“Juntar, organizar e lutar” são as três palavras que, segundo Raul Guenther, “resumem bem o maior recado da história do Maciel para nós do Movimento Docente”.<sup>355</sup>

### 7.13.1 O movimento docente nacional

O movimento docente das instituições de ensino superior no Brasil iniciou sua organização no final da década de 1970 em um ambiente de luta de setores de esquerda da sociedade contra a ditadura civil-militar. O ano de 1978 foi

<sup>354</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Osvaldo Maciel. Florianópolis, 19 dez. 2005.

<sup>355</sup> *Ibidem*.

fundamental para a revitalização do movimento docente nacional. Nesse mesmo ano, durante a 30ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na USP, em São Paulo, um grupo de professores fez a primeira reunião de representantes das Associações de Docentes (ADs). Segundo Osvaldo de Oliveira Maciel:

A reunião das ADs, em julho de 1978, foi o catalisador que deu início a uma reação em cadeia, no sentido da revitalização política do trabalho das Associações e do crescimento do movimento docente, par e passo [*sic*] com o crescimento da luta de resistência democrática contra o autoritarismo.<sup>356</sup>

Posteriormente, em fevereiro de 1979, ocorreu o I Encontro Nacional de ADs, em São Paulo, encontro que impulsionou o engajamento na luta contra a ditadura na universidade e na luta pela liberdade e autonomia de organização sindical. Já em setembro de 1980, ocorreu a Semana Nacional de Luta e Mobilização, com três dias de paralisação. Em novembro do mesmo ano, o movimento docente realizou a primeira greve nacional, com duração de 26 dias (de 16 de novembro de 1980 a 11 de dezembro de 1980), cujas principais reivindicações foram: o reajuste salarial, a carreira para o magistério, a revogação da lei que determinava a nomeação de reitores pelo presidente da República e a destinação de 12% do orçamento da União para a educação.<sup>357</sup> Como ainda não existia um sindicato nacional, a greve foi dirigida por uma coordenação nacional de ADs.<sup>358</sup> A APUFSC foi uma das líderes da greve, que foi também a primeira dos servidores públicos na ditadura, o que era proibido pelo regime.<sup>359</sup> Nessa greve, envolveram-se professores de 19 universidades autárquicas e de sete escolas isoladas. Na já citada entrevista de Maciel, o professor tece um comentário sobre o papel dos reitores nas universidades brasileiras e a relação deles com os professores associados e a luta sindical.

Os reitores detestavam professores associados organizados. [...] Queríamos eleger os chefes dos departamentos. O reitor, por sua vez, pensava de forma diferente, e esta luta não foi fácil porque implicava na mudança do Estatuto. Esta e outras conquistas relativas ao Conselho Universitário, ao Conselho de Pesquisa, ao Colégio Eleitoral, tudo isso foi decorrência natural de uma

---

<sup>356</sup> SINDICATO ANDES NACIONAL. *ANDES-SN: 30 anos*. Brasília: 2011.

<sup>357</sup> *Ibidem*.

<sup>358</sup> APUFSC. Encarte Especial Comemorativo aos 30 anos da APUFSC, n. 6. Florianópolis, 10 set. 2005.

<sup>359</sup> Funcionários públicos eram proibidos de fazer greve pela Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964.



luta que veio acumulando resultados. Primeiro, pelo processo eleitoral de departamento; depois, para diretor de unidade, e depois para reitor. [...] Acho que um dos bons saldos da luta acadêmica, dos sindicatos, nesta luta política, foi que nós tínhamos ideia de que podíamos eleger pessoas sem partidizar, sem politizar externamente, mas com respeito às nossas políticas internas, nossos chefes, diretores, reitores. [...] Agora podemos escolher o reitor, uma escolha importante, eu diria, determinando os nossos passos nos próximos quatro anos na universidade. Porém, se errarmos vai ser um desastre. Antigamente, não tínhamos participação na escolha destas pessoas. Eram pessoas puramente indicadas pelo sistema de poder, o que era em certo sentido uma delegação de competência, para ele ser um delegado do poder junto à universidade, e não, ao contrário, um delegado da universidade junto ao poder do Estado. O que tem de ser um reitor? Exatamente um administrador da coisa pública e, nesse sentido, ele é quem tem a delegação do poder do Estado. Mas ele tem de ser, sobretudo, um representante da comunidade acadêmica. E é isso que nós queríamos conquistar.

Como resultado da greve, o movimento obteve a aprovação de decreto que estabeleceu novos planos de carreira para o magistério superior e para o magistério de 1º e 2º graus das IFES autárquicas, reenquadramento dos docentes, reajuste de 35% para janeiro de 1981 e de 35% cumulativos em abril para os servidores.<sup>360</sup> Entre os ganhos políticos da greve, pode-se ressaltar a ampliação do quadro de sócios das associações, a solidificação do movimento docente nacional e a conquista da carreira docente.

Sobre as reivindicações do movimento docente e dos trabalhadores brasileiros nesse período, faz-se necessário contextualizar brevemente a situação político-econômica que vivia o país sob regime militar. Foi a época do arrocho salarial; da grande abertura do país às multinacionais, com o intuito de internacionalizar a economia brasileira; da Reforma Universitária, cujo objetivo primário foi o de criação de mão de obra para viabilizar os projetos de crescimento econômico do regime militar; da eliminação da estabilidade dos empregos; de grande consumo de petróleo, mesmo após a crise de 1973. O “milagre econômico” fez-se às custas do golpe aos direitos democráticos, aos direitos dos trabalhadores, da repressão, da instituição do aparato policial-militar repressivo, da tortura e da perseguição, principalmente aos sindicatos operários, às universidades, às entidades estudantis e aos servidores públicos.

---

<sup>360</sup> APUFSC. Encarte Especial Comemorativo aos 30 anos da APUFSC, n. 6. Florianópolis, 10 set. 2005.

No dia 19 de fevereiro de 1981, logo após o III Encontro Nacional de ADs, ocorreu o Congresso Nacional dos Docentes Universitários, no qual 287 delegados representando suas ADs aprovaram por unanimidade a fundação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Osvaldo de Oliveira Maciel, além de ser um dos fundadores da ANDES, foi seu primeiro presidente. O primeiro boletim da ANDES foi produzido na sede da APUFSC, em abril de 1981. Vale destacar um trecho de seu texto inicial:

Na prática diária de suas Associações os Docentes empreenderam muitas lutas e, juntos, aprenderam lições de vitórias e derrotas. Mas, sobretudo, aprenderam que só unidos e organizados é possível lutar pela dignificação do exercício profissional do magistério, pela melhoria do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, pela democratização da Universidade e pelos seus direitos. A deliberação do plenário do Congresso Nacional de Docentes Universitários, no dia 19 de fevereiro, quando cerca de 300 delegados representando mais de 30 mil professores fundaram a ANDES, [...] foi, sem dúvida, um passo decisivo para o avanço do movimento. [...] *éramos colegas, hoje somos companheiros de lutas.*<sup>361</sup>

Em sua fundação, os docentes decidiram que a ANDES seria uma associação nacional, autônoma em relação ao Estado e às universidades e sem caráter político-partidário. Contudo, Maciel afirma que existiam divergências entre aqueles que defendiam uma estrutura federativa e os que propunham uma associação nacional “que rompesse com as características do sindicalismo oficial, fortemente identificado com as práticas fisiológicas e clientelistas do peleguismo sindical.”<sup>362</sup> No pleito em que se elegeu presidente o professor Osvaldo Maciel, com 135 votos, a chapa de oposição era encabeçada pelo professor Luiz Pinguelli Rosa, que recebeu 97 votos. Maciel conclui que a seu favor pesava o seu papel de liderança da APUFSC, que era reconhecida por sua contribuição política em nível nacional, organização e estrutura material.<sup>363</sup> Um resultado importante da eleição, para Maciel, foi que o professor Newton de Lima Neto, que poderia ser eleito para a secretaria-geral da ANDES, abriu mão de seu cargo em favor do professor Pinguelli:

---

<sup>361</sup> ANDES. *Boletim Andes*, n. 1, Brasília, abr. 1981 (grifo do autor).

<sup>362</sup> MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a luta, construindo (a) história (II). *Universidade e Sociedade*, n. 4. nov. 1992.

<sup>363</sup> *Ibidem*.

Isso evitou uma divisão desnecessária das forças do MD [movimento docente], que poderia, talvez, gerar oposição a uma diretoria que precisava nascer forte e representativa para travar os combates que se desenhavam no horizonte político-sindical.<sup>364</sup>

Como lutas gerais da ANDES, o congresso definiu:

- A participação na campanha nacional pela democratização do país, lutando pela revogação da lei de segurança nacional, por liberdade e autonomia sindical, direito de greve, unificação dos movimentos dos professores e sua integração na luta de todos os trabalhadores, desmantelamento do aparelho repressivo, eleições diretas em todos os níveis e revogação do Estatuto do Estrangeiro;
- Campanha nacional pela defesa e ampliação do ensino público e gratuito e destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais para a educação.<sup>365</sup>

No ano de fundação da ANDES, o Brasil vivia uma profunda crise econômica, bem como um acirramento dos conflitos político-sociais, durante o período de mandato do general Figueiredo. As tensões políticas, o arrocho salarial, o recrudescimento da crise e o crescente movimento dos trabalhadores sindicalizados culminaram na deflagração de uma greve no dia 11 de novembro de 1981 que durou 20 dias. As respostas do governo foram rápidas, incluindo uma reposição salarial – ainda que menor do que a pleiteada – e, por isso, a greve teve curta duração. Em entrevista, Maciel comenta sobre as greves da década de 1980:

Em [19]80 ou [19]81, fizemos a primeira greve pedindo salário, pedindo plano de carreira. Era proibido falar em greve, proibido atuar sindicalmente, proibido uma porção de coisas. No entanto, chegamos a forçar o governo militar a nos dar uma solução. Mais tarde [1984], fizemos uma outra greve histórica que durou 84 dias. Já havia mais liberdade, mas havia uma determinação do governo, digamos assim, de quebrar o sindicato. Essa questão da luta sindical depende do momento e da correlação de forças. No passado, o que havia era uma frente geral contra a ditadura, e toda a luta foi feita nesse contexto.<sup>366</sup>

---

<sup>364</sup> MACIEL, Trabalhando a luta, construindo (a) história (II). *Universidade e Sociedade*, op. cit.

<sup>365</sup> *Ibidem*.

<sup>366</sup> Entrevista de Osvaldo de Oliveira Maciel concedida a Fábio Adriano Hering e Marcos Vinicius de Almeida Saul. Florianópolis, 22 set. 1995.

Em 15 de outubro de 1981, Dia do Professor, Maciel fez um plantão no gabinete do general Ludwig, Ministro da Educação e Cultura no governo Figueiredo, à espera de uma audiência que todos sabiam que não seria concedida. O objetivo da audiência era conhecer as respostas do governo sobre as reivindicações do movimento docente (reajuste semestral a partir de setembro, reposição salarial de 45%, retroativa a março, e enquadramento dos docentes discriminados na implantação de quadro de carreira do MEC).<sup>367</sup> “Era um ato de protesto político, para que os professores e a sociedade soubessem que o governo não tinha respostas, nem intenção de vir a tê-las.”<sup>368</sup>

Em 1982, foi realizado o 1º Congresso Nacional da ANDES, em Florianópolis, sendo a APUFSC a associação de docentes responsável pela sua organização, juntamente com a diretoria e a Regional Sul da ANDES. O congresso contou com a presença de figuras como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, reunindo 270 delegados. Nesse congresso, foi aprovado o estatuto da ANDES, definidas as pautas de lutas, feita a escolha de 1982 como o ano de defesa do ensino público, aprovada a Carta de Florianópolis,<sup>369</sup> que expressa a declaração política do primeiro congresso e apresenta uma avaliação do movimento:

No decorrer do seu primeiro ano, a ANDES teve que assumir, através de suas diferentes instâncias de decisão, algumas tarefas fundamentais. Entre estas a de coordenar e orientar a nível nacional as diferentes lutas que se colocavam para o movimento, garantindo, ao mesmo tempo, um mínimo de organização e infraestrutura interna, ao lado da necessidade de favorecer o processo de expansão do movimento. Como seria de esperar, tais tarefas não foram cumpridas na sua plenitude.<sup>370</sup>

O primeiro congresso foi um marco na trajetória política da ANDES, um momento de construção de referenciais políticos, de unidade, apesar das divergências sobre questões estruturais e de organização sindical, a inserção na luta política da sociedade e dos trabalhadores e algumas questões da própria universidade.<sup>371</sup>

---

<sup>367</sup> MACIEL, *Trabalhando a luta, construindo (a) história (II)*. *Universidade e Sociedade*, op. cit.

<sup>368</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Osvaldo Maciel. Florianópolis, 5 mar. 2006.

<sup>369</sup> A Carta de Florianópolis veio a constituir a base do manifesto da campanha nacional pelo ensino público e gratuito.

<sup>370</sup> MACIEL, *Trabalhando a luta, construindo (a) história (II)*. *Universidade e Sociedade*, op. cit.

<sup>371</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Osvaldo Maciel. Florianópolis, 5 mar. 2006.

Em seu último discurso enquanto presidente da ANDES, após a eleição de chapa unitária para a diretoria da entidade, Maciel declarou:

Isso representa uma inegável manifestação de confiança na continuidade da luta pela educação brasileira, pelo ensino público e gratuito, pela autonomia e pela democratização da Universidade, por uma política educacional voltada para as necessidades da população e por condições dignas de trabalho e remuneração para os docentes.

Isso representa também uma pesada tarefa para esses companheiros, os quais necessitam e merecem o apoio de todos os militantes do nosso movimento.

Estou certo de que a ANDES contribuirá mais fortemente na luta pela democracia e pela justiça social, de que tanto carece a sociedade brasileira. Finalmente, considero-me gratificado por ter podido fazer, juntamente com os companheiros da diretoria provisória, a minha parte nesta luta tão justa e tão necessária.<sup>372</sup>

O professor Osvaldo de Oliveira Maciel faleceu no dia 12 de dezembro de 2005, aos 65 anos. Em sua trajetória de lutas políticas, militância e resistência, contribuiu imensamente para a organização do movimento docente nacional e para a luta sindical dos servidores. Maciel dedicou grande parte de sua vida à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para os trabalhadores da sociedade brasileira. Dando espaço às suas próprias palavras: “mesmo anos depois de ter deixado a presidência da ANDES, vejo que a conquista da democracia na sociedade e na universidade e a transformação da educação são objetivos plenamente atuais.”<sup>373</sup> Por fim, permanece no ar a pergunta do professor que dedicou sua vida à saúde e à educação: “se a escola universitária não for uma escola da cidadania, o que ela será?”<sup>374</sup>

---

<sup>372</sup> MACIEL, Trabalhando a luta, construindo (a) história (II). *Universidade e Sociedade*, op. cit.

<sup>373</sup> APUFSC. *Boletim Apufsc*. Especial Osvaldo Maciel. Florianópolis, 5 mar. 2006.

<sup>374</sup> Entrevista de Osvaldo de Oliveira Maciel concedida a Fábio Adriano Hering e Marcos Vinicius de Almeida Saul. Florianópolis, 22 set. 1995.

## 7.14 PROFESSOR RAUL GUENTHER, PRESENTE!<sup>375</sup>

Para as pessoas aqui presentes talvez eu não precisasse me apresentar, mas eu tenho a pretensão de que o que a gente vai discutir seja ouvido por professores que não estão aqui [...]. Bom, eu sou professor do Departamento de Engenharia Mecânica. Já era professor do Departamento de Engenharia Mecânica quando presidi a APUFSC. Tinha concluído o meu mestrado e era professor em dedicação exclusiva, como sempre fui. [...] Então, peço licença para que o meu depoimento seja sobre o período de 1980 a 1984, época em que, de fato, eu estive presente na direção da Associação.<sup>376</sup>

Figura 7.34 – Professor Raul Guenther, presidente da APUFSC



Fonte: Acervo da APUFSC.

Raul Guenther nasceu em Joinville, Santa Catarina, no dia 27 de maio de 1953. Foi professor do Departamento de Engenharia Mecânica, pertencente ao Centro Tecnológico (CTC) da UFSC. De acordo com Guenther, sua entrada no movimento docente se deu a partir da participação no Conselho de Representantes da APUFSC, após ganhar uma eleição para representante no Departamento de

<sup>375</sup> A história de Raul Guenther foi pesquisada e escrita pela bolsista da CMV/UFSC Cecília Brancher de Oliveira, com a supervisão da professora Marli Auras.

<sup>376</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural*, Florianópolis: APUFSC, v. 4, n. 6, p. 25 – 54, ago./dez. 1995.

Engenharia Mecânica. O professor assumiu a presidência da APUFSC aos 27 anos, em 1980, após o professor Osvaldo de Oliveira Maciel – que havia sido reeleito presidente da associação – ter pedido licença para ser presidente da ANDES. Em 1982, Guenther foi eleito, de fato, presidente da APUFSC. No seguinte trecho de uma entrevista concedida ao historiador César Augusto Félix (Cesinha), em 10 de outubro de 2005, Raul Guenther conta como foi a sua decisão de entrar na diretoria da APUFSC.

Vou contar essa história porque foi algo muito importante: fizemos essa discussão [sobre autarquias e fundações], em todos os lugares e também no nosso departamento, mas nosso departamento tinha uma característica especial: era o departamento do então reitor, o professor Caspar Erich Stemmer, que, no entanto, estava licenciado do cargo da reitoria porque estava se preparando para fazer concurso para professor titular. Aí fizemos a discussão, e por uma coincidência histórica aconteceu o seguinte. Os chefes de departamento daquela ocasião eram nomeados pelo reitor, não tinha eleição. E pela ordem das inscrições o meu chefe se inscreveu, todo mundo pediu inscrição e eu era o seguinte, bem, eu era representante do departamento na APUFSC, então fizemos a discussão, o professor Stemmer foi lá, defendeu a proposta em favor da transformação da universidade em autarquias especiais, ou seja, em fundações. E fui eu quem contra-argumentou, e isso depois foi votado no departamento, e foi vencedora a proposta de autarquia, que era defendida pelo movimento docente. Foi um fato histórico. [...] Na época eu era um menino, tinha 26 ou 27 anos, e nossa posição acabou prevalecendo, também em nível nacional. Esse fato me colocou numa posição de o pessoal achar que eu tinha de participar da chapa seguinte. Eu acho que a minha entrada para o movimento docente foi devido a esse fato [...].<sup>377</sup>

Sobre o movimento em defesa das autarquias, Guenther comenta: “nós tínhamos dois tipos de universidade: as fundações e as autarquias. Os governos queriam transformar todas as autarquias em fundações, e nós conseguimos transformar todas as fundações em autarquias, na prática”.<sup>378</sup>

Em diversas entrevistas, Guenther ressalta o fato de que a gestão da APUFSC de 1982 era composta de professores jovens e recém-ingressados na universidade: “Nós éramos professores colaboradores, não estávamos incluídos na carreira, tínhamos uma situação instável dentro da Universidade e sofríamos um pouco

---

<sup>377</sup> APUFSC. Homenagem ao professor Raul Guenther. *Boletim APUFSC*, n. 604. Florianópolis, 6 ago. 2007.

<sup>378</sup> *Ibidem*.

mais do que nossos colegas da carreira toda a opressão que se desenrolava [...]”<sup>379</sup>  
Sobre a situação dos “professores colaboradores”, Guenther explica:

Não se fazia muita distinção entre professor auxiliar e professor colaborador. Era quase a mesma categoria tanto no tratamento quanto na remuneração. Os professores colaboradores tinham uma condição muito melhor que os substitutos de hoje. O problema é que eles não eram do quadro efetivo. Eu entrei na universidade como professor colaborador também [...]. Acontece que nós vivíamos numa época de ditadura, ninguém se sentia muito estável, então eu acho que mesmo a diferença entre auxiliares e colaboradores não existia, podia até existir formalmente, mas como no período da ditadura ninguém era estável, todo mundo se sentia ameaçado.<sup>380</sup>

Na época, o reitor era nomeado pelo presidente, e esse reitor era quem nomeava os dirigentes da universidade. Ou seja, “isso que existe hoje, de a gente eleger o chefe do departamento, coordenador de curso, representantes no CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), representantes no Conselho Universitário, Reitor, isso era uma coisa que não existia.”<sup>381</sup> Foi nesse período, quando a estrutura interna da universidade estava totalmente alinhada com o regime militar, que Guenther atuou enquanto presidente da APUFSC.

Pelo fato de seus colegas da associação na época serem jovens como ele, Guenther ressalta a importância da gestão do professor Osvaldo de Oliveira Maciel, anterior à sua. Segundo ele, foi a gestão de Maciel “[...] que preparou o caminho para que a nossa diretoria assumisse a direção. Porque nós tínhamos uma outra característica: em boa parte éramos militantes de primeira viagem. Eu mesmo!”<sup>382</sup> Guenther relembra que sua primeira assembleia geral foi já como professor.

Eu queria dizer [...] que o movimento de 1980 foi feito pelos professores que estavam entrando na Universidade, pelos professores novos. [...] Isso posto, vou fazer meu depoimento relatando nossas lutas e as formas pelas quais nós as desenvolvemos, para que, dentro da perspectiva histórica, isso possa ser analisado e se verifique como é que nós todos vamos dar continuidade às lutas daqui pra frente. Pelo que lutávamos nós naquele momento? Lutávamos por uma carreira, lutávamos por salário e lutávamos

<sup>379</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural, op. cit.*

<sup>380</sup> APUFSC. Homenagem ao professor Raul Guenther. *Boletim APUFSC, op. cit.*

<sup>381</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural, op. cit.*

<sup>382</sup> *Ibidem.*



por uma universidade pública, gratuita e comprometida com a maioria da população. A nossa chapa tinha o mesmo nome da anterior. Era a chapa “Independência e Luta”, baseada fundamentalmente na independência do movimento sindical, perante todas as instituições, e na característica de levar adiante a luta dos professores. Então, a nossa luta era essa.<sup>383</sup>

A luta salarial foi uma reivindicação do movimento docente nacional como um todo, um ponto nevrálgico na luta pela qualidade da universidade, para a formação de um corpo docente de qualidade. Muito provavelmente, como afirma Guenther, os professores não teriam se dedicado às suas formações, nem teriam lutado para fortalecer o regime de dedicação exclusiva. Durante esse período, ocorreu o caso da cassação branca do professor Gerônimo Wanderley Machado, que foi impedido pelo reitor de assumir o cargo de professor na universidade depois de ter passado em concurso.

Contudo, um aspecto importante trazido pelo professor Raul Guenther foi o fato de que existia certa “vergonha”, entre os professores do movimento, de lutar por carreiras e por salário. Segundo ele, os estudantes, nas “famosas assembleias de formandos”, diziam:

“Olha, vocês estão prejudicando a Universidade. Estão lutando só por salários.” Eu acho que, em alguns momentos nós nos sentíamos um pouco envergonhados e dizíamos: “Não, a nossa luta não é só por isso. Nossa luta é também por uma universidade pública, uma universidade gratuita, uma universidade comprometida com os interesses da população.” [...] A luta salarial é a luta pela universidade pública e gratuita. A luta pela estabilidade no emprego que nós tínhamos naquele momento era a luta pela universidade pública e gratuita. Porque a estabilidade era fundamental para que os professores não fossem perseguidos dentro da Universidade.<sup>384</sup>

Um aspecto de suma importância das lutas e reivindicações do movimento docente durante a ditadura civil-militar foi em relação ao projeto de privatização da universidade brasileira, por meio da transformação das universidades federais de regime autárquico em fundações. Segundo Guenther, “[...] isso era acenado como uma possibilidade de aumento de remuneração.”<sup>385</sup> Na época, o projeto divulgado para os docentes era de que a transformação das universidades em fundações faria com que elas tivessem flexibilidade para a captação de recursos

---

<sup>383</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural, op. cit.*

<sup>384</sup> *Ibidem.*

<sup>385</sup> *Ibidem.*

e, conseqüentemente, mais verbas, o que faria aumentar os salários e melhorar a qualidade da estrutura dos laboratórios, salas de aula, etc. O professor afirma que: “nós mostramos que a flexibilização administrativa era, na verdade, a maneira de fazer com que o governo se descomprometesse com a manutenção da universidade pública e gratuita que nós defendíamos.”<sup>386</sup>

Segundo Guenther, essa foi uma luta que dividiu a universidade entre os professores que eram favoráveis e os que eram contrários. “[...] Uma das coisas mais memoráveis pra mim – aí entra um pouco de saudade – foi uma assembleia geral que nós fizemos na reitoria, para tomar posição sobre o projeto das fundações [...], que contou com 250 professores [...]”<sup>387</sup> Por causa da luta contra a privatização da universidade, a APUFSC, que participou ativamente desse processo, ganhou relevância nacional,

E devo dizer que essa discussão foi feita com muito trabalho e muito estudo. A Luzete [Pereira], a Marli [Auras], que não estão aqui hoje, participaram muito ativamente. Também o Célio [Espíndola], o Daniel Hertz. Um monte de gente que não está aqui hoje participou ativamente da discussão desse projeto e da elaboração da contraproposta que nós fizemos. [...] Conseguimos derrotar aquela proposta do governo. Ela era uma dificuldade para nós. Mas eu digo que ela foi transformada em uma facilidade. Por quê? Porque nós vinculamos as duas lutas, a luta da questão salarial, da carreira, com a questão do projeto para a Universidade. Então, nós mostramos que nós queríamos, sim, melhores salários, nós queríamos, sim, uma carreira, mas não ao preço de vender a Universidade.<sup>388</sup>

Outro ponto abordado por Raul Guenther no debate “Reverendo a História”, que consta na revista *Plural*, trata do que, de fato, motivava os professores jovens e recém-ingressados na universidade, sem estabilidade e carreira, a travar essas lutas.

Adquirir a estabilidade, adquirir a carreira, adquirir essa universidade pública e gratuita, comprometida com a população. Para isso, precisava o quê, no nosso entendimento? Precisava democratizar a Universidade internamente. Aí, desenvolveu-se toda a luta por eleições diretas na Universidade. Hoje nós temos eleições em todos os níveis.<sup>389</sup>

---

<sup>386</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural*, *op. cit.*

<sup>387</sup> *Ibidem.*

<sup>388</sup> *Ibidem.*

<sup>389</sup> *Ibidem.*

E, além disso, a luta pela construção de um novo projeto de universidade. Um projeto em que a docência não fosse limitada, “presa” dentro do campus, restrita em suas ações, hierárquica, tradicional. Raul Guenther comenta que alunos e professores questionavam, “não é possível que não haja outra didática. Não é possível que não se construam outras relações dentro da universidade.”<sup>390</sup> Segundo ele, a greve de 1980 foi, de certa forma, um resultado desse movimento, motivado pela construção de uma outra universidade, pois contou com enorme participação de professores e estudantes, uma vez que essa era uma questão fundamental para ambas as categorias.

A greve de 1980 foi a primeira greve das universidades federais autárquicas. Talvez a mais importante do movimento docente brasileiro. Além de sua importância para o movimento docente, foi a primeira greve dos servidores públicos no regime militar, ação que era proibida pela Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964.<sup>391</sup> A greve durou 26 dias, de 16 de novembro a 11 de dezembro daquele ano, e estavam envolvidos professores de 19 universidades autárquicas e de sete escolas isoladas. Em um momento em que a inflação de 1980 aproximava-se de 90%, o salário dos professores havia sido reduzido a 1/3, e a verba destinada à educação era de 4,28% do orçamento da União,<sup>392</sup> as principais reivindicações da greve eram:

reajuste de 48% retroativo a março de 1980, implementação de reajuste semestral de salários, envio ao Congresso Nacional do anteprojeto de Carreira do Magistério, revogação da lei 6.733<sup>393</sup> [...], 12% do orçamento da União para a educação.<sup>394</sup>

Segundo o encarte especial da APUFSC, como resultado foram obtidos:

Aprovação de decreto estabelecendo novo plano de carreira do Magistério superior das Ifes autárquicas e reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% a mais que os 82,55% destinados a todos os Servidores Públicos Federais. [...] É importante acrescentar que o maior ganho da greve foi político: as associações ampliaram seus quadros de sócios; o movimento dos

---

<sup>390</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural*, *op. cit.*

<sup>391</sup> APUFSC. 1980: primeira greve das Universidades Federais Autárquicas. *Plural*, Florianópolis: APUFSC, 22 ago. 2005. Encarte Especial Comemorativo aos 30 anos da APUFSC.

<sup>392</sup> *Ibidem.*

<sup>393</sup> A Lei nº 6.733, de 4 de dezembro de 1979, determinava a nomeação de reitores pelo presidente da República.

<sup>394</sup> APUFSC, 1980: primeira greve das Universidades Federais Autárquicas. *Plural*, *op. cit.*

professores solidificou-se nacionalmente; os professores conquistaram uma carreira e se afirmaram sujeitos políticos. Entraram na greve como técnicos e se descobriram políticos, descobriram que para mudar a universidade precisariam mudar o país e que para mudar o país precisavam mudar a sociedade.<sup>395</sup>

Em seu texto, Raul Guenther afirmou: “posso dizer que aquele foi um dos processos em que mais aprendi dentro da Universidade. Aprendi com meus colegas, aprendi com os meus alunos. Na minha percepção, foi um momento em que vivi uma universidade [...]”.<sup>396</sup> E um dos aspectos mais importantes, segundo o professor, foi que as pessoas se conheceram, não ficaram restritas apenas à convivência com seus colegas de departamento. “Nas assembleias gerais, no transcurso desse movimento, nós aprendemos que existia alguém além de nós. Existia um departamento que não é o nosso, existia um centro que não é o nosso.”<sup>397</sup> Ainda de acordo com Guenther, “a nossa indignação, a nossa vontade de construir outra universidade, o nosso empenho em fazer isso, a mobilização que ocorreu e o processo todo que se desenvolveu, eu acho que foi um dos mais ricos que eu vivi em toda a vida.”<sup>398</sup>

Eu lembrei de uma brincadeira que nós fazíamos. O professor Jean-Marie [Farines] pode te confirmar isso. Sabe qual era o grande trabalho que nós fazíamos nas primeiras greves, de [19]80, 81, 82? Ir na sala de aula fazer adesão. As greves não saíram assim, somente com um chamado. Na greve nós íamos lá. Eu brincava: “olha, Jean-Marie, esse negócio aqui é uma coisa muito repetitiva, nós temos que construir um robô para fazer isso”. [...] Depois, o tempo passou e veja só: hoje eu estou metido com a robótica. Fico pensando que o Jean-Marie deve pensar: “eu acho que o Raul entrou para a robótica só para construir aquele robozinho”. Mas deixando a brincadeira de lado, não era brincadeira, não. A gente apanhava verbalmente, tinha que discutir com os professores, com os estudantes... Tem que ter essa disposição de ouvir, ouvir e ouvir. Senão, como é que você vai conversar com as pessoas?<sup>399</sup>

---

<sup>395</sup> APUFSC, 1980: primeira greve das Universidades Federais Autárquicas. *Plural, op. cit.*

<sup>396</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural, op. cit.*

<sup>397</sup> *Ibidem.*

<sup>398</sup> *Ibidem.*

<sup>399</sup> APUFSC. Homenagem ao professor Raul Guenther. *Boletim APUFSC, op. cit.*

Para Raul Guenther, o movimento docente utilizou formas de luta diferenciadas em diversos momentos; greves, mobilizações dentro dos departamentos (as mobilizações que conquistaram as eleições, por exemplo). “A Universidade não foi privatizada, a Universidade não foi destruída devido à luta e à mobilização destas categorias. Por isso, quando a gente pensa na greve como forma de luta, nós temos que pensar nessa perspectiva histórica.”<sup>400</sup>

Em um trecho de seu artigo para a revista *Plural*, a professora Marli Auras, do Centro de Ciências da Educação (CED), revela:

Lembro-me que nas primeiras greves de longa duração por nós realizadas, a de 1980, 1981 e 1982, tomavam-se cuidados especiais inclusive com relação à segurança dos integrantes do Comando Local de Greve – CLG. Chegou a haver um advogado a postos, pronto para qualquer eventualidade (na época, a entidade ainda não contava com a prestação regular de serviços jurídicos aos associados). A reunião diária do comando era realizada em diferentes dependências da UFSC, sem definição prévia do local, para efeito do aumento da segurança dos participantes. Ao professor Raul Guenther, que assumiu a presidência da APUFSC na gestão 1981-82 e coordenava os trabalhos do CLG, era aconselhado dormir em locais distintos ao de sua residência.<sup>401</sup>

Após dois mandatos na APUFSC, um como vice do professor Osvaldo de Oliveira Maciel, mas, de fato, em exercício, e outro como presidente eleito, em 1984, Guenther se afastou da APUFSC para assumir a secretaria-geral da ANDES, onde ficou até 1986.<sup>402</sup> “Depois disso veio a época que eu fui candidato a governador pelo PT em Santa Catarina, ainda no ano de 1986, e em 1987, eu ainda fiquei aqui, mas em 1988 fui fazer meu doutorado e minha militância ficou mais esparsa.”<sup>403</sup>

O professor Osvaldo Maciel, primeiro presidente da ANDES, foi escolhido no 1º Congresso Nacional dos Docentes Universitários. Contudo, o segundo presidente foi eleito em votação direta e nacional, gestão da qual Guenther participou. Sobre o processo de escolha do segundo presidente, o professor Raul Guenther comenta que havia duas chapas com visões diferentes. Então, a solução para a eleição seria que ambos os grupos fizessem uma análise da conjuntura da

---

<sup>400</sup> GUENTHER, A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural*, *op. cit.*

<sup>401</sup> AURAS, Marli. Luta e resistência: APUFSC 20 anos. *Plural*, Florianópolis: APUFSC, v. 5, n. 8, p. 75-79, jul./dez. 1996.

<sup>402</sup> APUFSC. Homenagem ao professor Raul Guenther. *Boletim APUFSC*, *op. cit.*

<sup>403</sup> *Ibidem.*

universidade, com propostas e soluções para os problemas apontados, que seria remetida para o movimento. As correntes, segundo ele, ficaram conhecidas como a dos pretos e a dos azuis, “porque uma imprimiu as propostas em mimeógrafo a tinta e outra imprimiu as propostas em mimeógrafo a álcool. Uma ficou preta e a outra azul. Nós, que estávamos com o Maciel, éramos azuis, os outros eram os pretos, o pessoal do Pinguelli.”<sup>404</sup>

Segundo Guenther, a divisão entre os grupos era baseada na concepção de como organizar o sindicato, “o pessoal ligado ao professor Pinguelli tinha uma posição de formar uma federação, uma confederação de associações, e nós defendíamos que precisávamos de uma associação que tivesse a participação direta das pessoas.”<sup>405</sup> Na UFSC, Guenther era o então presidente da APUFSC e Maciel, da ANDES, “nós levamos essa discussão para o conselho de representantes da APUFSC e foi um debate muito acirrado. O conselho [...] tomou a decisão de que deveria ter uma composição.”<sup>406</sup> Nessa chapa, o professor Pinguelli foi eleito o presidente e Guenther, o primeiro-secretário.

Em entrevista, Guenther comenta sobre o processo de redemocratização na UFSC. Segundo ele, a luta pela redemocratização na universidade ocorreu durante a gestão do professor Stemmer, em sintonia com a luta pela redemocratização do país. “Porém, isso se refletiu em uma luta específica dentro da universidade, que era a eleição para chefe de departamento e, um pouco depois, a eleição para diretor de Centro.”<sup>407</sup> A eleição foi realizada em todos os departamentos, a partir de uma lista tríplice, durante a primeira gestão do professor Maciel, quando Guenther era vice-presidente da APUFSC, “nós fizemos essa eleição e começou a ocorrer em um Departamento, no outro... Outros também começaram a fazer. Isso foi um passo importantíssimo para a democratização da Universidade.”<sup>408</sup>

Em 2007, aos 54 anos, o professor Raul Guenther faleceu em um acidente de carro em Araranguá. Sobre o companheiro de partido e associação, Lino Peres escreveu a seguinte homenagem:

O que sempre me chamou a atenção no professor Raul Guenther foi sua capacidade de negociação, acolhimento e tolerância. Ele nos ensinou a manter a serenidade e altivez na forma de pensar e atuar. Raramente se alterava, mesmo nas situações mais conflituosas. Foi um grande lutador no

---

<sup>404</sup> APUFSC. Homenagem ao professor Raul Guenther. *Boletim APUFSC*, op. cit.

<sup>405</sup> *Ibidem*.

<sup>406</sup> *Ibidem*.

<sup>407</sup> *Ibidem*.

<sup>408</sup> *Ibidem*.

início dos anos [19]80 na defesa do caráter público que as universidades deveriam manter, contra a transformação das universidades em autarquias especiais, que o movimento docente à época assinalava que era um caminho para a privatização das IFES. Retirando-se da atuação sindical nos anos [19]90, quando se dedicou à atividade de pesquisa, o professor Raul retornou em 2003, como candidato a vice-reitor, mostrando-nos que nunca abandonou suas convicções e posições em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. E que era possível conciliar a vida acadêmica com a luta pela defesa das melhores condições de ensino, pesquisa e extensão e também de uma cidadania crítica e atuante. Nestes últimos anos, não convivi pessoalmente com este inestimável professor, mas, como se não bastasse, arranhou tempo para a música e a arte em sua vida, que muitos desfrutaram. Estamos mais uma vez órfãos de uma referência antes de tudo pessoal e como raro pensador. Os sinos de nossos corações não conseguem cessar de ecoar no silêncio e vazio causados pela sua ausência no campus da UFSC.<sup>409</sup>

Em memória do Professor Raul Guenther (1953-2007). Pela defesa da Universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, a luta continua.<sup>410</sup>

Foi isso que se fez nessa universidade com o movimento docente. [...] Naquela época, foi o pessoal que estava entrando na universidade que puxou a coisa toda. Foi aquele pessoal que estava indignado com aquela situação toda que levou o movimento em frente. [...] Evidentemente, hoje são outras lutas que vão se desenvolver. Os ataques continuam muito parecidos, mas são outras lutas que têm que se desenvolver dentro da Universidade. É para esses meus colegas que eu quero dar esse depoimento e dizer que eu conto profundamente com sua indignação, sua capacidade de mobilização e sua capacidade de mudar essa universidade, para que ela seja uma universidade pública, para que ela seja uma universidade gratuita e para que ela seja uma universidade que sirva à população que nos sustenta.<sup>411</sup>

---

<sup>409</sup> Depoimento de Lino Peres em APUFSC. Homenagem ao professor Raul Guenther. *Boletim APUFSC, op. cit.*

<sup>410</sup> Palavras de ordem do Movimento Docente em muitas lutas e greves.

<sup>411</sup> GUENTHER, Raul. A APUFSC na Nova República: de associação a Sindicato. *Plural, op. cit.*

## Capítulo 8

# RECOMENDAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO MEMÓRIA E VERDADE DA UFSC

*Vale a pena lutar pela verdade*

DERLEI CATARINA DE LUCA<sup>1</sup>

A **Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina** apresentou o seu Relatório Final à comunidade no dia 14 de maio de 2018 e o entregou ao Conselho Universitário no dia 25 de setembro de 2018, com as seguintes recomendações:

- 1) A organização do Relatório Final da comissão na forma de um **livro** a ser publicado pela Editora da UFSC.
- 2) A criação de um **acervo da memória e dos direitos humanos**, contendo todo o material recolhido pela comissão, em termos de vídeos, imagens

---

<sup>1</sup> “VALE a pena lutar pela verdade”, diz Derlei de Luca, ex-presa política. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 31 mar. 2014. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/vale-a-pena-lutar-pela-verdade-diz-derlei-de-luca-ex-presa-politica>.



e documentos digitalizados, além dos acervos pessoais de protagonistas da época e de entidades (como a OAB, por exemplo) e de acervos de laboratórios de pesquisa como o Memorial de Direitos Humanos (atualmente no Laboratório de Sociologia do Trabalho – LASTRO/CFH), que foram ou serão entregues para o arquivamento da comissão.

Sugere-se a criação e institucionalização de uma **comissão** composta por estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da UFSC com a responsabilidade de planejar, organizar, implantar e abrir ao público interno e externo o Acervo da Memória e dos Direitos Humanos.<sup>2</sup>

- 3) A realização de um **documentário** sobre a UFSC durante a ditadura civil-militar, a ser construído a partir de depoimentos de pessoas que viveram esse período, de pesquisas documentais (documentos, fotografias, áudios e vídeos) recolhidas pela comissão e de produções audiovisuais já existentes sobre o período da ditadura no Brasil. Esse documentário será divulgado através da TV UFSC, em espaços acadêmicos da própria UFSC e de outras instituições de ensino e disponibilizado para demais interessados.
- 4) A criação de um **memorial** dos direitos humanos na UFSC, em local visível, de fácil acesso, para que seja lembrado que membros da comunidade universitária foram atingidos pelas violações desses direitos não só durante a ditadura civil-militar mas também em vários outros momentos da história da universidade, e que em todas as circunstâncias os Direitos Humanos têm que ser respeitados.
- 5) A adoção de uma **resolução** pelo Conselho Universitário recomendando a todos os Órgãos, Conselhos e Unidades da UFSC que não atribuam títulos e homenagens universitárias a pessoas que, reconhecidamente, feriram ou ajudaram a ferir os Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar.
- 6) A **reavaliação** pelo Conselho Universitário das homenagens dadas anteriormente àqueles que praticaram comprovadamente denúncias e perseguições durante a ditadura civil-militar.
- 7) A organização de uma sessão solene do Conselho Universitário para um **ato de desagravo** aos estudantes, professores e servidores que foram lesados e perseguidos durante a ditadura civil-militar.

---

<sup>2</sup> Em 20 de dezembro de 2017, foi instituída pelo reitor da UFSC a Comissão do Acervo sobre Direitos Humanos, por meio da Portaria nº 2827/2017/GR, e prorrogada em 12 de dezembro de 2018 pela Portaria nº 2614/2018/GR. A Comissão do Acervo deu origem, em 31 de outubro de 2019, ao Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH). Disponível em: <https://imdh.ufsc.br>.

- 8) A **reabertura**, pela administração da Universidade Federal de Santa Catarina, de casos e histórias revelados pelo relatório para que a verdade dos fatos seja oficialmente reconhecida e que a justiça seja restabelecida.
- 9) A **recuperação e preservação** das sedes da UCE<sup>3</sup> e do DCE,<sup>4</sup> palcos da história do movimento estudantil em Florianópolis e símbolos desta, que atualmente se encontram degradados, no caso do DCE, ou parcialmente desviados de seus propósitos, no caso da UCE.
- 10) O incentivo à criação de um espaço institucional permanente para **atendimento psíquico** às vítimas de violências e violações de Direitos Humanos na UFSC e na sociedade, desde o período da ditadura civil-militar até os tempos atuais.
- 11) O **apoio** da administração da Universidade Federal de Santa Catarina na busca e abertura dos acervos documentais dos órgãos de segurança não acessados ou ainda não depositados no Arquivo Nacional.
- 12) O **encaminhamento** do Relatório Final e do documentário às Comissões Memória e Verdade Estadual e Nacional e ao Ministério Público Federal com fim de registro, apuração e responsabilização dos responsáveis pelas violações de direitos humanos perpetradas no período da ditadura civil-militar.

Nessa mesma sessão, de 25 de setembro de 2018, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina aprovou por unanimidade o Relatório Final da Comissão Memória e Verdade e decidiu criar uma comissão para analisar essas recomendações, em vista da sua implementação.

---

<sup>3</sup> A sede da UCE está localizada no Centro de Florianópolis, na Rua Álvaro de Carvalho, sendo atualmente grande parte do prédio alugada a terceiros para atividades comerciais.

<sup>4</sup> A sede do DCE está localizada no campus da UFSC, em prédio com falhas estruturais e parcialmente interditado.

# Referências

## Fontes primárias

Os acervos que foram pesquisados pelos membros da Comissão Memória e Verdade da UFSC são os seguintes:

### 1) Acervos públicos

- » Agência de Comunicação (AGECOM) da UFSC
- » Arquivo Central da UFSC
- » Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFSC
- » Arquivo Nacional, em Brasília e no Rio de Janeiro
- » Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
- » Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP): acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Disponível em: <https://abre.ai/cr4G>
- » Arquivo Público do Estado do Paraná: acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Paraná (DEOPS-PR). Disponível em: <https://abre.ai/cr4F>
- » Biblioteca Central da UFSC
- » Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC)

- » Brasil: nunca mais. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>
- » Câmara Municipal de Florianópolis
- » Casa da Memória de Florianópolis
- » Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF) da UFSC
- » Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC)
- » Cinemateca Brasileira
- » Coletivo Memória, Verdade e Justiça (Santa Catarina)
- » Comissão Estadual da Memória – Acervo ALESC
- » Comissão Interna do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
- » Diretório Central dos Estudantes (DCE) e União Catarinense dos Estudantes (UCE)
- » Ditadura em Santa Catarina – Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – UDESC. Disponível em: <https://abre.ai/cr4J>
- » Documentos Revelados
- » Fundação Vidal Ramos
- » Gabinete da Reitoria (GR) da UFSC
- » Instituto João Goulart
- » Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) do CFH/UFSC
- » Laboratório de Fotojornalismo do curso de Jornalismo da UFSC
- » Laboratório de História Oral (LABHORAL) do CFH/UFSC
- » Memória e Direitos Humanos da UFSC. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br>
- » Memorial dos Direitos Humanos (MDH) da UFSC
- » Memórias Reveladas – Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>
- » Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC-Sindical)
- » TV Floripa
- » TV UFSC
- » Vozes da Ditadura – Banco de Testemunhos da História Recente. UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/vozesdaditadura/>

## 2) Acervos pertencentes ao Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional (do Distrito Federal) do Ministério da Justiça forneceu, a pedido da Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina,<sup>1</sup> os dados existentes em todos os acervos, sob sua guarda, produzidos

---

<sup>1</sup> Ofício protocolado no Ministério da Justiça sob o nº 456/2015 e autuado sob o nº 08061.000233/2015-94.

por órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contrainformações (SisNI):

- » Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI)
- » Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)
- » Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ)
- » Fundo Centro de Informações do Comando da Aeronáutica (CISA)
- » Fundo Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal (DI/DPF)

### 3) Acervos privados

André Freyesleben Ferreira; Armen Mamigonian; Celso Martins; César Cavalcanti e Janete Moro; César Augusto Félix (Cesinha); Edson Poses da Silva; família do estudante Gil Bráz de Lima; família do professor Henrique da Silva Fontes; família do professor José do Patrocínio Gallotti; família do professor Raul Guenther; família do advogado Rogério Duarte de Queiroz; família do professor Valmir Martins; Gerônimo Wanderley Machado; Heitor Bittencourt Filho; João Tadeu Soccas; Marcos Neves; Marize Lippel; Mateus Bandeira Vargas; Lídia Schneider Bristot; Mariane da Silva; Mírian Elisa da S. A. Wagner; Rodrigo Alessandro Sartoti; e Zeca Nunes Pires.

## Fontes secundárias

Além das obras citadas ao longo do texto, a lista abaixo referencia outras publicações sobre o período da ditadura civil-militar em Santa Catarina e na UFSC também consultadas pela Comissão Memória e Verdade da UFSC. Esta lista, atualizada até 2019 e que não pretende ser exaustiva, dá um retrato aprofundado e com visões diferenciadas de Santa Catarina e da UFSC durante o período.

### 1) Livros

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras: história do movimento estudantil catarinense – 1974-1981*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias studentis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ATCON, Rudolph. *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira: estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

- BARBOSA, Renato. *Cofre aberto... reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1982.
- BLASS, Arno. *Caspar Erich Stemmer: administração, ciência e tecnologia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.
- BORENSTEIN, Miriam S. et al. *Enfermagem da UFSC: recortes de caminhos construídos e memórias: 1969/1999*. Florianópolis: Insular, 1999.
- BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Histórias na ditadura*: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- CARDOZO, Flávio José (org.). *Salim na claridade*. Florianópolis: FCC Edições, 2001.
- CLÍNICAS DO TESTEMUNHO RS e SC. *Por que uma Clínica do testemunho?* Porto Alegre: Instituto APOA, 2018.
- COELHO, Maria José H.; ROTTA, Vera (org.). *Caravanas da anistia: o Brasil pede perdão*. Brasília: Ministério da Justiça; Comissão da Anistia, 2012.
- CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ARQUIDIOCE DE SÃO PAULO. *Um relatório para a história*: Brasil: nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns. São Paulo: Vozes, 1986.
- COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Edição da autora, 2002.
- DE SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; DA SILVA FILHO, José Carlos Moreira; PAIXÃO, Cristiano; DA FONSECA, Lívia G. Dias; RAMPI, Talita T. D. (org.). *Introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. Brasília: Editora da UnB, 2015. (O direito achado na rua, v. 7).
- DIAS, José Roberto de Souza. *Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- FON FILHO, Aton et al. *A repressão militar-policia no Brasil: o livro chamado João*. Obra produzida nos presídios da ditadura. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos, palavras e obras*. Organização de Armen Mamigonian e Marli Auras. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2015.
- GOULART, João Vicente. *Jango e eu: memórias de um exílio sem volta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, 1969-1975*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- JUNCKS, Katia. Novembro: a radiografia de um momento. In: GOMEZ, Iur; SOARES, Regina Mauro. *Notas de um desaparecido: Paulo Stuart Wright, o tempo, o sujeito e o mundo*. Florianópolis: Instituto Paulo Stuart Wright, 2014.
- LACERDA, Roberto Mündell de *et al.* *O ciclo básico: 1º ciclo geral de estudos*. Florianópolis: UFSC, 1971. Trabalho apresentado ao Simpósio para Avaliação da Reforma nas Universidades Brasileiras, Juiz de Fora, 29 nov./3 dez. 1971.
- LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Boiteux, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Revolta em Florianópolis: a Novembro de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.
- MIGUEL, Salim. *Primeiro de abril: narrativas de cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MIGUEL, Salim; MALHEIROS, Eglê. *Memória de editor*. Florianópolis: Escritório do Livro; IOESC, 2002.
- MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1984.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- MOURA, Nelson Rolim de. *Não esqueçamos a DITADURA: memórias da violência*. Florianópolis: Insular, 2015.
- NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita D. C. (org.). *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Florianópolis: UFSC, 2010.
- NODARI, Eunice Sueli; SAUL, Marcos Vinicius de Almeida; RAMPINELLI, Waldir José. *Luta e resistência: APUFSC 20 anos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
- PASOLD, Cesar Luiz (org.). *O pensamento de Henrique Stodiek*. Joaçaba: UNOESC, 2016.
- PEREIRA, Moacir. *Novembrada: um relato da revolta popular*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- RAMPINELLI, Waldir José (org.). *O preço do voto: os bastidores de uma eleição para reitor*. Florianópolis: Insular, 2004.
- RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (org.). *Crítica à razão acadêmica*. Florianópolis: Insular, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- SACHET, Celestino. *Henrique da Silva Fontes: história e memória*. Florianópolis: Insular, 2013.
- SANTHIAS, Paulo Roberto. *IASC 85 anos: memórias, fatos e relatos da História*. Joaçaba: UNOESC, 2016.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional: fundação dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1970.
- SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014.
- SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí, SC: Editora da Univali, 1999.
- SCHINKE, Gert. *O golpe da “Reforma Agrária”: fraude milionária na entrega de terras em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2015.
- SCHROEDER, Orlando B. *Renovação do Ensino Superior*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1969.
- SILVA, Jailson Lima da; ANDRADE, Lédio Rosa; GRAZIANO, Sergio. *Em nome da inocência: justiça*. Florianópolis: Insular; Editora da UFSC, 2017.
- SOCCAS, Marlene. *Meu querido Paulo*. Criciúma: Edição da autora, 2014.
- SOUZA, Marcio Vieira de. *As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Florianópolis: Diálogo; Paris: Fondation pour le progrès de l’homme, 1996.
- STEMMER, Helena A.; FERREIRA, Ronaldo da S. *Engenharia Civil: 25 anos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1995.
- VIEIRA, Pedro A.; FÉLIX, César A. *O curso de Economia da UFSC: 65 anos de história*. Florianópolis: Insular, 2008.

## 2) Revistas e artigos de revistas

- A DEMOCRATIZAÇÃO da educação em SC. *Perspectiva*, Florianópolis: CED/UFSC, n. 23, 1995.
- APUFSC. 1980: primeira greve das Universidades Federais Autárquicas. *Plural*, Florianópolis: APUFSC, 22 ago. 2005. Encarte Especial Comemorativo aos 30 anos da APUFSC.
- APUFSC. 30 anos de APUFSC. *Plural*, Florianópolis: APUFSC, out. 2006.
- APUFSC. Homenagem ao professor Raul Guenther. *Boletim Apufsc*, Florianópolis, n. 604, 6 ago. 2007.



APUFSC-SSind faz vinte anos de luta. *Plural*, Florianópolis: APUFSC, n. 6, ago./dez. 1995.

AURAS, Marli. Luta e resistência: APUFSC 20 anos. *Plural*, Florianópolis: APUFSC, v. 5, n. 8, p. 75-79, jul./dez. 1996.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 15, dez. 1975, p. 52. Disponível em: <https://abre.ai/cFmO>. Acesso em: 16 mar. 2014.

FRONTEIRAS: revista catarinense de História. Florianópolis, n. 24, 2014. (Dossiê 1964-2014: memórias, testemunho e Estado).

GUERRA, Rogério F. Henrique da Silva Fontes e a criação da UFSC. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: CFH/UFSC, v. 45, n. 1, p. 9-77. abr. 2011.

LAUS, Sônia Pereira. As contingências históricas e o ensaio precoce do que se consolidaria como o processo de internacionalização da UFSC. *GUAL – Gestão Universitária na América Latina*, Florianópolis: edição especial, 2011.

MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a luta, construindo (a) história (II). *Universidade e Sociedade*, n. 4, nov. 1992.

SARMENTO, Anaíra Sousa de Moraes; GREVE, Vitória Gonçalves Pereira. A cobertura jornalística da Novembrada em Florianópolis. *Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 137-149, 2014.

### 3) Teses

ARAÚJO, Camilo Buss. *Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2013.

DALAROSO, Adair Ângelo. *Análise da política educacional do estado de SC no período da ditadura civil-militar (1964-1985): um estudo do ciclo básico*. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE/ UNICAMP, Campinas, SP, 2005.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana*. Florianópolis, 1950 a 1970. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MIRANDA, Antonio Luiz. *Trajetória e experiências do movimento operário sindical de Criciúma – SC: da Ditadura Militar à Nova República (1964-1990)*. Tese (Doutorado em História) – PPGHST/ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PACHECO, Diego. *O vermelho das rosas: cultura política e trabalhismo em Santa Catarina na segunda metade do século XX*. Tese (Doutorado em História) – PPGHST/ UFSC, Florianópolis, 2018.

SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. Tese (Doutorado em Educação) – PPG Educação/USP, São Paulo, 2000.

#### 4) Dissertações

AMARAL, Sara Krieger do. *Muitos caminhos para a ação: culturas de classe entre os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau (1968-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2016.

DUWE, Ricardo. *Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UEDESC, Florianópolis, 2014.

INOCENTI, Aline Aparecida Fae. *A Doutrina de Segurança Nacional em uma Estância Hidromineral: o município de Piratuba/SC (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2014.

KASPARY, Alceu. *O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/64 e sua relação com a legitimação do golpe de estado*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2002.

LENCINA, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2011.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Juventude e movimento estudantil: o “velho” e o “novo” na militância*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – PPGSP/UFSC, Florianópolis, 2001.

NEVES, Hudson Campos. *Mídia impressa e democracia: um estudo de caso sobre a eleição de 1985, em Florianópolis, nas páginas do periódico O Estado*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UEDESC, Florianópolis, 2016.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. *A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto autocrático de desenvolvimento com segurança*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

PACHECO, Diego. *Ecos da resistência: os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2012.

PEREIRA, Sissi Valente. *Inquietude e tragédia: o cinema experimental em Florianópolis – 1968 a 1976*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2012.

REIS, Débora Ataíde. *Memória(s) militante(s): narrativas autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFBA, Salvador, 2015.

RODRIGUES, Arielle Rosa. *Os alternativos da ditadura: o caso do jornal Afinal (Florianópolis, 1980-1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2018.

SANTOS, Heloisa Nunes dos. *Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 2012.

SARTOTI, Rodrigo Alessandro. *Juristas e ditadura: uma história política da Faculdade de Direito da UFSC durante a ditadura militar (1964-1968)*. Dissertação (Mestrado em Direito) – UFSC, Florianópolis, 2017. 104 p.

SILVA, Aurea Oliveira. *Aprender a calar e aprender a resistir: a pedagogia do silêncio em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE/UFSC, Florianópolis, 1993.

SILVA, Mariane. *Mulheres catarinenses e o Movimento Feminino pela Anistia: narrativas de suas atuações políticas*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2019.

SILVEIRA, José Carlos da. *Gênese do ensino superior de Geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – CED/UFSC, Florianópolis, 2004.

SOUZA, Sirlei de. *Ecossistema de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 1998.

TORRES, Mateus Gamba. *“A justiça nem ao diabo se há de negar”: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UDESC, Florianópolis, 2012.

VERÍSSIMO, Marise da Silveira. *Marias do Socorro: mulheres presas, mulheres torturadas*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 1998.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1922 a 1975*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHST/UFSC, Florianópolis, 1994.

## 5) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

ACORDI, Carla. *Dos desterrados aos motorizados: os “milagres” da ditadura em Florianópolis (1968-1978)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UDESC, Florianópolis, 2011.

BRISTOT, Lídia Schneider. *Mulheres no movimento estudantil de Florianópolis (1975-1979)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2014.

CORRÊA, Roberson Hoberdan. *As revistas de cultura, a intelectualidade de esquerda e a arte engajada na ditadura militar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UDESC, Florianópolis, 2014.

DIEHL, Alessandro. *O opressor oprimido: os militares perseguidos pela ditadura no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UDESC, Florianópolis, 2007.

FÉLIX, César Augusto. *“Éramos colegas, hoje somos companheiros de luta”. A primeira greve das universidades federais autárquicas: um estudo de caso*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2005.

MACHADO, Thaís. “*Dos porões da ditadura para a sociedade*”: mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2017.

PEREIRA, Diego Pereira. *Cidade ébria*: esquerdas, bares e memórias (Florianópolis, décadas de 1960 e 1979). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Patrícia. *1964 através da imprensa catarinense*. Reflexos do Estado autoritário em Santa Catarina: o Caso da Operação Barriga Verde. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1986.

SILVA, Mariane da. *O Movimento Feminino pela Anistia*: a participação e o engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2015.

SILVEIRA, Paola Vieira da. *Novembrada, revolta catarinense contra ditadura*: das impressões do momento às interpretações posteriores. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

TORRES, Mateus Gamba. *Entre processos e convenções*: a repressão às mulheres na Operação Barriga Verde (1975-1978). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2009.

VARGAS, Mateus Bandeira. *Dossiê UFSC*: as ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – UFSC, Florianópolis, 2016.

## 6) Relatórios

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: dez. 2014. 3 v. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGTH. *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright*. Florianópolis, nov. 2014. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/769>.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). *De professor a réu*: Marcos Cardoso Filho e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, set. 2014. Relatório institucional elaborado por solicitação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright para elucidar fatos relacionados ao professor Marcos Cardoso Filho. Disponível em: <https://abre.ai/cFBv>.

COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DE MEMÓRIA E VERDADE. *Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>.

COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE. *Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA: rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço da negação*. Salvador: UFBA, 2014.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Memória e à Verdade*. Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Infância Roubada*, 2014.

## Documentários

*A Batalha da Maria Antônia* (2014). Direção: Renato Tapajós. Duração: 75 min.

*Audácia* (2009). Direção: Chico Pereira. Duração: 52 min.

*Cabra marcado para morrer* (1984). Direção e produção: Eduardo Coutinho. Duração: 119 min.

*Cidadão Boilesen* (2009). Direção: Chaim Litewski. Duração: 92 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>. Acesso em 20 fev. 2018.

*Derlei: Un'altra memoria veneta in Brasile* (2008). Direção: Andrea Sperotti, Silvia Castagna e Paolo Anechini. Duração: 14 min. Disponível em: <https://youtu.be/ICpwa2KBwos>. Acesso em: 22 fev.2018.

*Dossiê Jango* (2013). Direção: Paulo Henrique Fontenelle. Duração: 102 min. Disponível em <https://youtu.be/Ic8jfNmTXNE>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Em busca da verdade* (2015). Direção: Deraldo Goulart e Lorena Maria. TV Senado. Duração: 58 min. Disponível em: <https://youtu.be/jrWMxnrDZOW>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Em nome da inocência: justiça* (2017). Direção: Sérgio Giron e Edike Carneiro. Duração: 21 min. Disponível em: [https://youtu.be/U3gtO0\\_SLLU](https://youtu.be/U3gtO0_SLLU). Acesso em: 20 fev. 2018.

*Hércules 56* (2006). Direção: Sílvio Da-Rin. Duração: 93 min.

*História recontada: professor Marcos Cardoso Filho e a ditadura na Escola Técnica* (2014). Direção: Giovana Perine. IFSC TV. Duração: 23 min. Disponível em: [https://youtu.be/6ExVQd\\_NHjI](https://youtu.be/6ExVQd_NHjI). Acesso em: 20 fev. 2018.

*Jango* (1984). Direção: Sílvio Tendler. Duração: 115 min. Disponível em: <https://youtu.be/1O4SZQZ-ikk>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Marighella* (2012). Direção: Isa Grinpum Ferraz. Duração: 100 min. Disponível em: <https://youtu.be/7Mw386dVhcY>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Memórias do Colégio de Aplicação* (2010). Direção: Zeca Nunes Pires. Duração: 50 min. Disponível em: <https://youtu.be/QShCv0obxak>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Muito além do Cidadão Kane (Beyond Citizen Kane)*, 1993). Direção: Simon Hartog. Duração: 93 min. Disponível em: <https://libreflix.org/assistir/muito-alem-do-cidadao-kane>. Acesso em: 22 fev. 2018.

*O dia que durou 21 anos* (2012). Direção: Camilo Tavares. Duração: 78 min. Disponível em: [https://youtu.be/nmT6w\\_k\\_ciw](https://youtu.be/nmT6w_k_ciw). Acesso em: 20 fev. 2018.

*Que bom te ver viva* (1989). Direção: Lúcia Murat. Duração: 100 min.

*Repare bem* (2012). Direção: Maria de Medeiros. Duração: 95 min. Disponível em: <https://youtu.be/LuCUi0xjz8A>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Vou-me embora protestando* (2006). Direção: Carolina Coral. Duração: 11 min. Disponível em: <https://vimeo.com/13136000>. Acesso em: 20 fev. 2018.

### **Outras obras cinematográficas**

*Batismo de Sangue* (2006). Direção: Helvécio Ratton. Duração: 110 min.

*Bye bye, Brasil* (1979). Direção: Cacá Diegues. Duração: 105 min.

*Estado de sítio (État de siège)*, 1972). Direção: Konstantinos Costa-Gavras. Duração: 120 min. Disponível em: <https://youtu.be/clBxSoD--MI>. Acesso em: 22 fev. 2018.

*Hoje* (2011). Direção: Tata Amaral. Duração: 90 min.

*Lamarca* (1994). Direção: Sérgio Rezende. Duração: 130 min. Disponível em: <https://youtu.be/Wy1g8kRMD5Q>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Novembrada* (1998). Diretor: Eduardo Paredes. Duração: 20 min. Disponível em: <https://youtu.be/yOb3StviDwg>. Acesso em: 22 fev. 2018.

*O bom burguês* (1979). Direção: Oswaldo Caldeira. Duração: 99 min. Disponível em: <https://youtu.be/UE641Y5uxA8>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*O que é isso, companheiro?* (1997). Direção: Bruno Barreto. Duração: 110 min.

*O segredo da Família Urso* (2014). Direção: Cíntia Domit Bittar. Duração: 20 min.

*Pra frente, Brasil* (1982). Direção: Roberto Farias. Duração: 105 min. Disponível em: [https://youtu.be/rzj1\\_bD3BDI](https://youtu.be/rzj1_bD3BDI). Acesso em: 20 fev. 2018.

*Terra em transe* (1967). Direção: Glauber Rocha. Duração: 106 min. Disponível em: <https://youtu.be/zYQecb9C0g4>. Acesso em: 20 fev. 2018.

*Trago comigo* (2016). Direção: Tata Amaral. Duração: 84 min.

*Zuzu Angel* (2006). Direção: Sérgio Rezende. Duração: 100 min. Disponível em: <https://youtu.be/duCoCVG2tt8>. Acesso em: 20 fev. 2018.

### **Depoimentos**

Os seguintes depoimentos foram realizados pela Comissão Memória e Verdade da UFSC:

- » 20 depoimentos individuais filmados;
- » 3 audiências públicas;
- » 2 depoimentos individuais escritos.

Os vídeos e as transcrições dos depoimentos estão disponíveis no Acervo da Comissão e no site [www.cmv.ufsc.br](http://www.cmv.ufsc.br).

### 1) Depoimentos individuais filmados

- » Armen Mamigonian. Professor de Geografia nos anos 1960 e 1980. (12/03/2015)
- » Heitor Bittencourt Filho. Estudante e presidente do DCE em 1968. (19/03/2015)
- » Gerônimo Wanderley Machado. Estudante nos anos 1960 e professor de Economia a partir dos anos 1980. (30/04/2015)
- » Rogério Duarte de Queiroz. Estudante e presidente do UCE em 1963-1964. (07/05/2015)
- » Ronaldo Dias de Andrade. Estudante e presidente do DACEB em 1973-1974. (21/05/2015)
- » José Manoel Soar (Jaraguá). Estudante e presidente, em 1964, da União Florianopolitana de Estudantes (UFE). (28/05/2015)
- » João Tadeu Soccas. Estudante e professor nos anos 1970. (25/06/2015)
- » Tanira Piacentini. Estudante nos anos 1970 e professora no Colégio de Aplicação a partir dos anos 1970. (30/06/2016)
- » Mateus Bandeira Vargas. Colaborador da CMV e estudante de Jornalismo que, em 2016, fez TCC sobre a ditadura na UFSC (13/07/2016)
- » Pedro Castro. Pesquisador formado na URSS que tentou ser contratado como professor da UFSC em 1976-1977 (14/07/2016)
- » Flávia Helena de Lima Dias. Filha de Gil Bráz de Lima, estudante e presidente do DACTEC em 1969. (21/07/2016)
- » Ernani Bayer. Reitor da UFSC em 1972 e 1980-1984. (23/08/2016)
- » Maria Bernadete de Lima. Viúva de Gil Bráz de Lima, estudante e presidente do DACTEC em 1969. (16/09/2016)
- » Luiz Carlos Gonçalves. Estudante secundarista preso e funcionário técnico da UFSC nos anos 1970-1980. (21/09/2016)
- » Fernando Ponte de Sousa. Professor de Ciências Sociais na UFSC, estudioso em Direitos Humanos. (22/09/2016)
- » Célio Espíndola. Estudante nos anos 1960 e professor de Economia nos anos 1970. (28/09/2016)
- » Wilson Rosalino da Silveira. Estudante nos anos 1960 e professor de Engenharia nos anos 1970. (24/11/2016)
- » João Vicente Goulart. Filho do Presidente João Goulart e presidente do Instituto João Goulart. (13/12/2016)

- » Rodolfo Pinto da Luz. Presidente do DCE em 1969 e reitor da UFSC nos períodos 1984-1988, 1996-2000 e 2000-2004. (09/08/2017)
- » Laudelino José Sardá. Coordenador de comunicação da UFSC de 1980 a 1984. (22/08/2017)

## **2) Depoimentos em audiências públicas**

- » Audiência Pública de 2 de maio de 2016 – O movimento estudantil nos anos 1960 e 1970: suas lutas e a ação repressiva. Com depoimentos de Anamaria Beck, Heitor Bittencourt Filho, João Tadeu Soccas e Ronaldo Dias de Andrade.
- » Audiência Pública de 31 de agosto de 2016 – O movimento estudantil e a resistência à ditadura na UFSC: anos 1970 a 1980. Com depoimentos de Elineide Lícia Martins, Rosângela Koerich de Souza, Marize Lippel, Margaret Grando e Marcos Neves.
- » Audiência Pública de 5 de outubro de 2016 – Movimento Docente na UFSC de 1975 a 1984. Com depoimentos de Hamilton Schaeffer, Célio Espindola, Tanira Piacentini e Marli Auras.

## **3) Depoimentos individuais escritos**

- » Heitor Bittencourt Filho
- » Theresinha Fontes



# Créditos

## **Membros da Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV/UFSC)**

» Professora Ana Lize Brancher (Colégio de Aplicação),<sup>2</sup> professor Célio Espíndola (aposentado – Departamento de Ciências Econômicas – CSE), professora Janine Gomes da Silva (Departamento de História – CFH), professor Jean-Marie Farines (aposentado – Departamento de Automação e Sistemas – CTC),<sup>3</sup> acadêmica Juliana Grigoli (doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – CFH), servidora técnico-administrativa em Educação Laura Tuyama (jornalista – TV UFSC e AGEKOM),<sup>4</sup> professora Marli Auras (aposentada – Departamento de Metodologia de Ensino – CED), servidor técnico-administrativo em Educação Moacir Loth (aposentado – jornalista – AGEKOM), professora Tânia Regina de Oliveira Ramos (Departamento de Língua e Literatura Vernáculas – CCE), professor Ubaldo Cesar Balthazar (Departamento de Direito – CCJ).

---

<sup>2</sup> Membro de dezembro de 2014 a dezembro de 2015 e Coordenadora da Comissão Memória e Verdade da UFSC nesse período.

<sup>3</sup> Coordenador da Comissão Memória e Verdade da UFSC de janeiro de 2016 até a entrega do Relatório Final em 25 de setembro de 2018.

<sup>4</sup> Membro oficial a partir de março de 2016, apesar de ter colaborado ativamente desde março de 2015.

### **Bolsistas da CMV/UFSC**

- » Alina Nunes (História), Arantxa Pellicer Meira (Cinema), Bruna Korb (Design), Carla Teixeira (História), Caroline Vilain (Relações Internacionais), Cecília Brancher de Oliveira (Relações Internacionais), Eduardo Presser (Cinema), Felipe Dutra Demetri (Psicologia), Gabriel Chittolina (Ciências da Computação), Gabriel Dauer (Relações Internacionais), Gustavo Voltolini (Museologia), Jéssica Duarte de Souza (História), Karina Ferreira (Jornalismo), Miguel Budag Becker (Engenharia de Controle e Automação), Paula Ferreira (Química), Rachel Abrão (Ciências Sociais), Rodrigo de Freitas (Cinema), Victor W. da Cunha (História).

### **Colaboradores da CMV/UFSC**

- » Professora Cristina Scheibe Wolff (Departamento de História – LEGH – CFH), professor Fernando Ponte de Sousa (aposentado – Departamento de Ciências Sociais – CFH), professora Jeanine Nicolazzi Philippi (Departamento de Direito – CCJ), professora Luciana Silveira Cardoso (Coordenadoria Especial de Museologia – CFH), professor Paulo Pinheiro Machado (Departamento de História – CFH), professora Tanira Piacentini (aposentada – Colégio de Aplicação), professora Thainá Castro (Coordenadoria Especial de Museologia – CFH), Lídia Schneider Bristot (mestranda em História – CFH), Mariana da Silva (mestranda em História – CFH), Mateus Bandeira Vargas (graduando em Jornalismo – CCE), Matheus Thibes de Mattos (graduando em História – CFH), Rodrigo Alessandro Sartoti (mestrando em Direito – CCJ), Thaís Machado (graduanda em História – CFH).

# Sobre os organizadores

## **Jean-Marie Farines**

Graduado em Engenharia Elétrica pela ENSEEIHT-Toulouse (1972) e doutor em Engenharia Elétrica pelo Institut National Polytechnique de Toulouse (INPT) (1979). Realizou dois estágios de pós-doutorado no LAAS-CNRS (Toulouse), em 1987-1988 e em 2002-2003. Foi coordenador do curso de graduação em Engenharia de Controle e Automação (ECA) e chefe do Departamento de Automação e Sistemas (DAS) da UFSC. Foi membro da CMV-UFSC de 2014 a 2018, assumindo sua coordenação em 2016. Atualmente é professor aposentado e voluntário da UFSC e membro da Diretoria Executiva do Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH-UFSC).

## **Laura Tuyama**

Jornalista graduada pela UFSC (1997), mestre em Engenharia de Produção (2000) pela mesma instituição. Trabalhou no setor privado nas áreas de design instrucional, assessoria de imprensa e gestão de processos. Ingressou na UFSC em 2011 como jornalista. Desde 2014 trabalha como roteirista e produtora na TV UFSC, em programas jornalísticos e séries documentais sobre temas voltados à educação, ciência, música, produção literária, arte e cultura. De 2015 a 2018 fez parte do grupo de trabalho responsável pelo registro de depoimentos no âmbito da CMV-UFSC.

## **Marli Auras**

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1970), lecionou no Colégio de Aplicação (1971-1975) e prestou concurso para auxiliar de ensino em Prática de Ensino de Geografia (1975) no Centro de Educação da UFSC. Fez mestrado (1983) e doutorado (1991) em Educação na PUC-SP. Sua investigação sobre a Guerra do Contestado foi publicada pela Edufsc (5ª edição, 2015). Integrou a diretoria da APUFSC no início dos anos 1980. Tornou-se professora titular (1992). Aposentou-se (2004), mas continuou como professora voluntária (2009). Assim, de 1967 a 2009, esteve, ininterruptamente, ligada à UFSC. Como integrante da Comissão Memória e Verdade da UFSC, pôde revisitar os bastidores da instituição e colaborar para trazer à tona fortes expressões do autoritarismo no qual a universidade foi forjada.

Este livro foi editorado com as fontes  
Minion Pro e Roboto. Publicado *on-line*  
em: [editora.ufsc.br/estante-aberta](http://editora.ufsc.br/estante-aberta)

Este livro descreve fatos ocorridos durante o período da ditadura civil-militar na Universidade Federal de Santa Catarina. Ele é a consolidação dos documentos e depoimentos colhidos pela Comissão Memória e Verdade da UFSC e apresentados no seu relatório final. Essas fontes confirmaram que vários estudantes, professores e servidores foram vítimas de violações dos direitos humanos. Mas mostraram também que, apesar do clima de repressão e de medo, existiu uma forte resistência dos movimentos estudantil e docente, comprometidos com a redemocratização da universidade e do país.

